



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1593

Quarta-feira - 15 de Outubro de 2014

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2
Alto Bela Vista.....	2
Antônio Carlos .....	3
Ascurra.....	5
Atalanta.....	23
Barra Velha.....	24
Biguaçu .....	43
Blumenau .....	52
Bom Retiro .....	92
Braço do Trombudo.....	92
Brusque.....	94
Caçador.....	132
Camboriú.....	135
Campo Alegre .....	141
Campos Novos.....	308
Canoinhas.....	325
Capinzal .....	356
Catanduas.....	362
Caxambu do Sul.....	363
Chapadão do Lageado .....	364
Cocal do Sul.....	368
Concórdia .....	385
Cordilheira Alta .....	387
Coronel Freitas.....	388
Correia Pinto.....	388
Corupá .....	389
Ermo .....	394
Forquilha.....	396
Fraiburgo.....	398
Garopaba.....	403
Gaspar .....	404
Governador Celso Ramos .....	406
Grão Pará .....	406
Guaramirim.....	408
Guarujá do Sul.....	413
Herval d'Oeste .....	416
Imarui .....	417
Imbituba .....	418
Indaial.....	419
Ipumirim .....	420
Irineópolis .....	421
Itapiranga.....	422
Itapoá .....	427
Ituporanga .....	428
Joaçaba .....	435
Lauro Muller .....	529
Lindóia do Sul.....	530
Luzerna .....	531
Mafra .....	537

Maravilha.....	558
Meleiro .....	559
Monte Carlo .....	560
Morro da Fumaça .....	561
Navegantes.....	561
Nova Trento .....	563
Ouro .....	572
Palhoça .....	576
Papanduva.....	582
Passos Maia .....	583
Peritiba.....	583
Pinheiro Preto .....	584
Porto União.....	584
Pouso Redondo .....	586
Rio do Sul.....	594
Salto Veloso .....	605
Santa Terezinha do Progresso .....	609
Santiago do Sul.....	610
São Bento do Sul.....	624
São Domingos.....	627
São João do Sul .....	627
São José.....	628
São Lourenço do Oeste.....	629
São Pedro de Alcântara.....	631

Schroeder.....	633
Serra Alta .....	658
Timbé do Sul .....	658
Timbó .....	660
Treze Tílias .....	666
Trombudo Central.....	681
Turvo .....	683
Vargem Bonita .....	687
Vidal Ramos.....	688
Videira.....	688
Xavantina .....	692
Xaxim.....	692

### Associações

EGEM .....	693
FECAM .....	696

### Consórcios

ARIS .....	698
CIGA .....	740
CIM-AMAVI .....	744
CIMCATARINA.....	745
CIS Nordeste .....	745
CIS/AMMVI .....	746



CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Água Doce

### PREFEITURA

#### **Processo Licitatório Nº. 63/2014 - Dispensa de Licitação Nº. 5/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 63/2014  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 5/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento o PROCESSO LICITATÓRIO nº 63/2014, "DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 5/2014", destinado a contratação de Instituição para aplicação de Concurso Público e Teste Seletivo. Processo julgado em consonância com art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 15 de outubro de 2014  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### **Processo de Licitação Nº 056/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 056/2014  
Modalidade: Tomada de Preços nº 008/2014

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços para obras e serviços de engenharia, com julgamento do Tipo Menor Preço Global, objetivando a Contratação de empresa do ramo de engenharia, arquitetura e/ou construção civil para execução de obra de construção de espaço educativo urbano II - modelo FNDE, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo as propostas de preços, até às 13h50, do dia 04 de novembro de 2014, com abertura prevista na mesma data às 14h. Íntegra do Edital e informações complementares, pelo fone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista (SC), em 14 de outubro de 2014.  
Décio Grätner  
Prefeito Municipal.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Portaria N 455/2014

PORTARIA Nº 455/2014.  
Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 321 de 14 de julho de 2014, retornando as suas atividades laborais, a servidora KATIA TEREZINHA GOEEDERT, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA - 40H, a partir de 13 de outubro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 14 de outubro de 2014.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 15 de outubro de 2014.

### CHAMAMENTO PUBLICO N 13/2014

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Antônio Carlos

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 13/2014

Contratação Temporária de Professor Graduação e Licenciatura Plena

Antônio Paulo Remor, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, torna público que tem necessidade de contratar por tempo determinado o profissional: (1) Professor Graduação e Licenciatura Plena - 20H; tudo conforme quadro abaixo. Os interessados deverão se apresentar à Secretaria de Educação e Cultura desta municipalidade, sito a Rua VI de Novembro, nº. 120, Centro, Antônio Carlos/SC, impreterivelmente na data de 16/10/2014, quinta - feira, das 07:30h às 11:30h, aos cuidados do Secretário Municipal Altamiro Kretzer, munidos dos seguintes documentos: carteira de identidade; carteira de trabalho e documentos exigidos para critério de seleção.

Cargos	Vagas	Formação/Exigência	Carga Horária	Local de Trabalho	Remuneração	Prazo	Vínculo
Professor Graduação e licenciatura Plena	01	Habilitação em curso de nível superior de Licenciatura Plena, na área específica, e/ou graduando cursando 5ª fase de Pedagogia.	20h	Rede Municipal	R\$ 1.018,42 (valor bruto, não incluso vale-alimentação)	03 meses	Contrato temporário

### CRITÉRIOS A SEREM SEGUIDOS PARA A SELEÇÃO:

Função: Professor Graduação e Licenciatura Plena:

- 1) Títulos; Critério para apuração dos pontos:

a) Doutorado - 4 Pontos

b) Mestrado - 3 Pontos

c) Pós-Graduação - 2 Pontos

d) Conclusão Curso Superior - 1 Ponto

- 2) Maior tempo de experiência comprovada de atuação na área;

- 3) Sorteio.

Os interessados devem apresentar a documentação no dia do chamamento que comprovem os itens citados nos critérios para seleção.

Antônio Carlos, 14 de outubro de 2014.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Lei Legislativa 186/2014

LEI LEGISLATIVA Nº 186/2014

Denomina "RUA JOSÉ KAMMER" e dá outras providências.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA JOSÉ KAMMER, o logradouro com início no lado par da Rua Antônio Pedro Scherer, em frente à propriedade nº 9.101 e vai até a Rua Apolônia Sthaelin, em frente à propriedade nº 300, tendo 250 (duzentos e cinquenta) metros de extensão e 12 (doze) metros de largura, na Localidade de Santa Maria, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 06 de outubro de 2014.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

Lei sancionada e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, no dia 15 de outubro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO 002/2013

RESOLUÇÃO Nº 002/2013

Institui o projeto "Vereador Mirim" no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Antônio Carlos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Antônio Carlos aprovou e eu, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Câmara Municipal de Antônio Carlos o Projeto Vereador Mirim destinado a alunos do Ensino Fundamental do município de Antônio Carlos, com a abertura de 09 (nove) vagas para titulares e 09 (nove) vagas para suplentes.

Art. 2º O Projeto Vereador Mirim tem por objetivo:

- I - promover a interação entre a Câmara Municipal de Antônio Carlos e os estudantes;  
II - demonstrar o papel do Legislativo Municipal dentro do contexto social; e  
III - contribuir para a formação da cidadania dos estudantes.

§1º - Poderão participar do Projeto todos os alunos de 5ª a 8ª séries, devidamente matriculados e com frequência no estabelecimento escolar das redes municipal, estadual e particular sediado no município de Antônio Carlos, cujo critério para escolha de vagas será estabelecido no Regimento Interno próprio.

§2º - Para fins de participação no presente projeto, poderão se inscrever alunos com idade de até 14 anos, 11 meses e 29 dias na data prevista para a posse.

Art. 3º Cada estabelecimento escolar, após processo eleitoral interno, que deverá respeitar da presente resolução e o Regimento Interno próprio, poderá indicar um aluno para concorrer ao mandato de vereador mirim por um ano e nove meses, sendo permitido apenas um mandato por aluno.

Parágrafo único. As normas para o processo de escolha dos Vereadores Mirins serão definidas pela direção de cada estabelecimento escolar.

Art. 4º O estabelecimento escolar comunicará à Câmara, até a primeira quinzena do mês de novembro, o nome do estudante eleito e seu suplente.

Art. 5º De posse do nome dos estudantes eleitos, a Câmara de Vereadores promoverá a posse dos mesmos.

§ 1º - Os titulares assumirão suas funções, sendo substituídos temporária ou definitivamente pelos suplentes, observada a ordem de classificação, de acordo com critérios a serem estabelecidos no Regimento Interno próprio.

§ 2º - O suplente assumirá a vaga do titular quando este incorrer nos seguintes casos:

- Por período temporário, a pedido do titular e com justificativa que será apreciada e deliberada em plenário;
- E de forma definitiva quando:
- a) desistência formalizada;
- b) ausência a duas sessões consecutivas sem motivo justificável;
- c) mudar de estabelecimento de ensino fora da circunscrição deste Município;
- d) sofrer punição disciplinar na escola; e
- e) deixar de tomar posse, sem motivo justificado;
- f) Outros motivos estabelecidos no Regimento Interno próprio.

Art. 6º Os vereadores mirins tomarão posse na primeira Sessão Ordinária do Legislativo do mês de março do ano seguinte à escolha, quando serão diplomados.

Parágrafo único. Será promovida a eleição para composição da Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos da Câmara de Vereadores Mirins, mediante votação nominal, para preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Art. 7º Os critérios para a posse e exercício do mandato dos Vereadores Mirins serão definidos em Regimento Interno próprio, por ato da Mesa Diretora.

Art. 8º Compete à Câmara de Vereadores Mirins especificamente apresentar propostas que visem a melhoria da qualidade de vida da comunidade antoniocarlene, relativa à educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, segurança pública e outros assuntos de interesse público, cabendo ao Poder Legislativo Municipal a análise e deliberação delas e posterior encaminhamento aos órgãos públicos competentes.

Art. 9º Não haverá atividades da Câmara de Vereadores Mirins durante as férias escolares.

Art. 10 As deliberações da Câmara de Vereadores Mirins serão tomada sempre pelo quorum de maioria de votos, presentes a maioria absoluta dos Vereadores Mirins.

Art. 11 Cada vereador mirim terá um padrinho entre os vereadores que compõem a Câmara Municipal, que serão escolhidos por sorteio, em critério a ser definido por Ato da Presidência da Câmara subscrito por todos os Vereadores.

Art. 12 Os Vereadores Mirins titulares deverão, durante o ano, manter contato com seus padrinhos, levando até eles sugestões e necessidades de seus bairros e escolas para que sejam tomadas as providências necessárias.

Art. 13 Os Vereadores deverão auxiliar o Vereador Mirim a aprimorar o aprendizado em relação ao Município bem como conhecer as atribuições dos poderes constituídos, além de desenvolver as práticas democráticas.

Art. 14 A Câmara Municipal disponibilizará a assessoria legislativa para acompanhar e orientar nas Sessões da Câmara Mirim, bem como espaço físico e estrutura técnica para realização de todas as atividades legislativas pertinentes.

Art. 15 As sessões ordinárias da Câmara Mirim serão realizadas quinzenalmente, preferencialmente nas 1ª e 3ª terça-feira de cada mês, das 15h às 17h.

§ 1º - Os Vereadores Mirins convocados a participar de quaisquer atividades relativas ao mandato, inclusive sessões ordinárias ou extraordinárias, receberão declaração de presença para justificar sua ausência nas aulas e avaliações escolares, no intuito de possibilitar que as provas e conteúdos sejam agendados e recuperados em horários alternativos pela Escola a que estiver matriculado.

§ 2º - Os vereadores mirins farão jus a lanches antes do início da Sessão e aos dispêndios com vale transporte, que correrão por conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo Municipal.

§ 3º - Após a posse, os vereadores mirins serão identificados por carteira de identidade de Vereador Mirim de Antônio Carlos, confeccionada e expedida pela Presidência da Câmara Municipal de Antônio Carlos.

Art. 16 Os Vereadores Mirins, sempre que possível, deverão assistir as Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Antônio Carlos.

Art. 17 O mandato dos Vereadores Mirins encerra-se na última semana do mês de novembro do mesmo ano, em Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Antônio Carlos, ocasião em que serão homenageados por meio da entrega de certificado.

Art. 18 Fica determinada à Diretoria Legislativa da Câmara Municipal que proceda o envio de cópia desta Resolução a todas as escolas de ensino fundamental estabelecidas no Município.

Art. 19 As despesas resultantes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual.

Art. 20 A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Antônio Carlos, em 06 de agosto de 2013.

EDSON LAIR DECKER

Presidente

ANICI JOSIANI WIESE DA SILVEIRA

1ª Secretária

ABRAÃO JOSÉ FELTES

2º Secretário



**LEI LEGISLATIVA 185/2014**

LEI LEGISLATIVA Nº 185/2014

Denomina "RUA ALBERTINA NEIS MARTENDAL" e dá outras providências.

EDSON LAIR DECKER, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada RUA ALBERTINA NEIS MARTENDAL, o logradouro com início no lado par da Rua São Francisco de Assis (Guiomar de Baixo), tendo 45 (quarenta e cinco) metros de extensão e 06 (seis) metros de largura, na Localidade de Guiomar de Baixo, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 09 de setembro de 2014.

EDSON LAIR DECKER  
Presidente

Lei sancionada e publicada no dia 11 de setembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Ascurra****PREFEITURA****Contrato de Consorcio Público - Ciaps - 01/2014**

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA e RODEIO, de comum acordo, firmam o presente CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

1.1 - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

1.1.1 - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público com a vigência das leis de ratificação do Protocolo de Intenções, publicadas por todos os Entes consorciados neste exercício, na forma da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento.

1.1.1.1 - A publicação do Protocolo de Intenções ocorreu em 26 de Setembro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC - edição nº 1580, páginas 11 a 29.

1.1.2 - O Consorcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS FINALIDADES

2.1 - Constitui finalidade do Consórcio Público a organização da rede de atenção à saúde mental nos Municípios consorciados, integrando-se com a rede básica e tendo como uma das atribuições supervisionar e qualificar a rede básica para a atenção em saúde mental.

2.1.1 - O Consórcio Público promoverá a implantação e gestão de um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, para atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS nas redes municipais de saúde de Apiúna, Ascurra e Rodeio, possibilitando:

I - oferta de suporte hospitalar para as situações de urgência/emergência em saúde mental;

II - minimizar o sofrimento mental grave principalmente no momento de crise aguda com o cuidado hospitalar até a remissão do quadro;

III - proporcionar retaguarda hospitalar a Rede de Atenção Psicossocial;

IV - fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) da região;

V - oferecer projeto terapêutico individualizado, atendendo as necessidades de cada usuário;

VI - reduzir a iatrogenia e a cronicidade dos quadros de intenso sofrimento psíquico.

2.1.2 - O CAPS deverá constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcione segundo a lógica do território de atuação do Consórcio Público, disponibilizando serviço de atenção psicossocial com as seguintes características:

I - responsabilizar-se, sob coordenação do gestor local, pela organização da demanda e da rede de cuidados em saúde mental no âmbito do seu território;

II - possuir capacidade técnica para desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, definido na Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS), de acordo com a determinação do gestor local;

III - coordenar, por delegação do gestor local, as atividades de supervisão de unidades hospitalares psiquiátricas no âmbito do seu território;

IV - supervisionar e capacitar as equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial;

V - realizar, e manter atualizado, o cadastramento dos pacientes que utilizam medicamentos essenciais para a área de saúde mental regulamentados pela Portaria/GM/MS nº 1077 de 24 de agosto de 1999 e medicamentos excepcionais, regulamentados pela Portaria/SAS/MS nº 341 de 22 de agosto de 2001, dentro de sua área assistencial;

VI - funcionar no período de 08 às 18 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana.

2.1.2.1 - A assistência prestada ao paciente no CAPS I inclui as seguintes atividades:

I - atendimento individual (medicamentoso, psicoterápico, de orientação, entre outros);

II - atendimento em grupos (psicoterapia, grupo operativo, atividades de suporte social, entre outras);

III - atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;

IV - visitas domiciliares;

V - atendimento à família;

VI - atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade e sua inserção familiar e social;

VII - os pacientes assistidos em um turno (04 horas) receberão uma refeição diária, os assistidos em dois turnos (08 horas) receberão duas refeições diárias.

2.2 - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou

não-governamentais;

II - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

III - realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

IV - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

2.3 - O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS.

2.4 - Os Municípios só poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do Consórcio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.1 - O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, vigorará por prazo indeterminado.

3.1.1 - A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, previamente autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

3.2 - O Consórcio terá sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, na cidade de Apiúna - SC.

3.2.1 - Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios.

3.2.2 - A Assembleia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do presente Contrato de Consórcio Público:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 142, de 19/08/2014;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 152, de 01/09/2014;

III - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito, conforme Lei Complementar Municipal nº 50, de 19/08/2014.

4.2 - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do item 4.1 desta cláusula, observada, no que couber, a regra do item 4.3 desta.

4.3 - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

4.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

4.4 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais Entes da Federação subscritores.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

5.1 - A área de atuação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

5.2 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio Público;

IV - compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do Consórcio Público, nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato do Consórcio Público.

6.2 - Constituem deveres sociais:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no "Contrato de Rateio";

II - acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio Público, em especial ao que determina o "Contrato de Programa" e o "Contrato de Rateio";

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembléias gerais do

Consórcio Público.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

7.1 - O Consórcio será organizado pelo Estatuto, cujas disposições, sob pena de nulidade, deverá atender a todas as cláusulas deste Contrato de Consórcio Público.

7.2 - O Consórcio Público é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria;

III - Conselho Fiscal.

#### CLÁUSULA OITAVA - Da Assembléia Geral

8.1 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio Público, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

8.1.1 - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembleia Geral, praticando todos os atos.

8.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembleia Geral.

8.2 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, três vezes por ano, em datas a serem definidas no Estatuto, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alteração estatutária.

8.2.1 - A forma de convocação das assembléias gerais ordinárias e extraordinárias será definida no Estatuto.

8.2.2 - Até a aprovação do Estatuto do Consórcio Público todas as Assembléias convocadas serão consideradas extraordinárias.

8.3 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

8.3.1 - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio Público ou a Ente consorciado.

8.4 - O estatuto disporá sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembléia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

8.5 - Compete à Assembléia Geral:

I - homologar o ingresso no Consórcio Público de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio Público;

III - elaborar o Estatuto do Consórcio Público e aprovar as suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio Público, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

## VI - aprovar:

- a) orçamento plurianual de investimentos;
- b) programa anual de trabalho;
- c) o orçamento anual do Consórcio Público, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos do Contrato de Rateio;
- d) a realização de operações de crédito;
- e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;
- f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio Público ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

## VII - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

## VIII - aceitar a cessão de servidores por Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio Público;

## IX - aprovar planos e regulamentos dos serviços do Consórcio Público;

## X - aprovar a celebração de convênios e Contratos de Programa;

## XI - apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio Público;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio Público com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio Público mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros presentes.

8.5.2 - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelo Estatuto.

8.5.3 - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembleia Geral, hipótese em que será sucedido, automaticamente, por quem preencha essa condição.

8.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

8.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

8.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

8.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

8.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

8.7 - Proclamado eleito o candidato a Presidente, a ele será dada

à palavra para que indique o Coordenador Executivo ou o confirme na função.

8.7.1 - Uma vez indicado, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se o indicado aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

8.7.2 - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

8.7.3 - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

8.8 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentada com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembleia Geral especificamente convocada.

8.8.1 - Em qualquer Assembleia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o item anterior.

8.8.2 - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembleia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

8.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

8.8.4 - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembleia Geral, em votação pública e nominal.

8.8.5 - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio Público, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

8.8.6 - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

8.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face do Coordenador Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembleia Geral.

8.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembleias que se realizarem nos 60 (sessenta) dias seguintes.

8.9 - Será convocada Assembleia Geral específica para a elaboração e/ou alteração do Estatuto do Consórcio Público, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente Contrato, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembleia anterior.

8.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - o texto básico do projeto de Estatuto e/ou de alteração que norteará os trabalhos;



II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de Estatuto.

8.9.2 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomencem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

8.9.3 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham sido admitidos no Consórcio Público, após o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas.

8.9.4 - O Estatuto preverá as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

8.9.5 - O Estatuto do Consórcio Público e/ou suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

8.10 - Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os Entes federativos representados na Assembleia Geral;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

8.10.1 - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

8.10.2 - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

8.10.3 - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores - internet.

8.11.1 - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

**CLÁUSULA NONA - DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)**

9.1 - Sem prejuízo do que prever o Estatuto do Consórcio Público, incumbe ao Presidente:

I - representar o Consórcio Público judicial e extrajudicialmente;

II - ordenar as despesas do Consórcio Público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - convocar as Assembleias Gerais;

IV - zelar pelos interesses do Consórcio Público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Contrato ou pelo Estatuto a outro órgão do CIAPS;

V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

9.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I do item anterior, todas as demais poderão ser delegadas ao Coordenador Executivo.

9.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio Público, o Coordenador Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

9.2 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

9.3 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência.

**CLÁUSULA DÉCIMA - Da DIRETORIA E DO COORDENADOR EXECUTIVO**

10.1 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Coordenador Executivo.

10.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público. O Coordenador Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente federado ou de Município consorciado.

10.1.2 - A disciplina da posse do Presidente e a forma de nomeação e posse do Coordenador Executivo serão fixadas no Estatuto.

10.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio Público, aprovada pela Assembleia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

10.3 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembleia Geral.

10.3.1 - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

10.4 - Além do previsto nos Estatutos, compete à Diretoria:

I - julgar recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a servidores do Consórcio Público;

II - autorizar que o Consórcio Público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;



III - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

10.5 - Para exercício da função de Coordenador Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONSELHO FISCAL

11.1 - O Conselho Fiscal é composto por três Conselheiros, sendo dois secretários municipais de saúde indicados por seus pares e um Prefeito eleito pela Assembleia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil. Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

11.1.1 - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 dos Entes consorciados.

11.2 - A Assembleia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

11.2.1 - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos dois secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para a vaga em disputa.

11.2.2 - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas.

11.2.3 - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

11.2.4 - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

11.2.5 - Considera-se eleito membro efetivo o candidato com maior número de votos e, como membro suplente, os candidatos que se seguirem em número de votos, se for o caso. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

11.3 - Além do previsto no Estatuto, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio Público, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

11.3.1 - O disposto no item 11.3 não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio Público.

11.4 - O Estatuto deliberara sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

11.4.1 - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS HUMANOS

12.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao CIAPS os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Anexos 1 ou 2 do Protocolo de Intenções ou deste Contrato de Consórcio Público, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

12.1.1 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembleia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

12.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio Público, em razão do exercício dessa função, ressalvado o disposto na primeira parte do item 10.1.1 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público.

12.1.3 - O Coordenador Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto na segunda parte do item 10.1.1 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

12.2 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

12.2.1 - O regulamento do quadro de pessoal do CIAPS, a ser definido por resolução aprovada pela Assembleia Geral, obedecido ao disposto no Protocolo de Intenções, neste Contrato de Consórcio Público e no Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

12.2.2 - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

12.2.3 - Os empregados do CIAPS não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

12.2.4 - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

12.2.4.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, com remuneração paga pelo órgão cedente, podendo, a critério da Assembleia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da remuneração de mercado para função que venham a desempenhar no CIAPS, no percentual de até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal do órgão de origem.

12.2.4.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, para fins trabalhistas, contudo o CIAPS efetuará a retenção e recolherá os encargos tributários correspondentes.

12.2.4.3 - Na hipótese do item 12.2.4 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público, o Ente da Federação

consorciado cedente deverá assumir a manutenção dos pagamentos da remuneração regular do servidor e dos encargos, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio e/ou ressarcidos mensalmente pelo CIAPS.

12.3 - O quadro de pessoal do CIAPS é composto pelos empregos públicos constantes nos anexos 1 e 2 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público.

12.3.1 - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto o de Coordenador Executivo, que será de livre nomeação e exoneração. O emprego público de livre nomeação e exoneração é regido pelo critério de confiança e seu ocupante obrigado ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderá ser convocado a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

12.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos anexos 1 e 2 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público.

12.3.2.1 - Após deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

12.3.2.2 - Após autorização legislativa de cada Ente Consorciado e deliberação da Assembleia Geral, a Diretoria poderá conceder reclassificação do salário inicial de empregos do quadro geral e/ou reajuste geral de salários aos empregados do Consórcio Público.

12.3.3 - A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembleia Geral.

12.3.4 - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CIAPS em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na condição de portador de necessidades especiais.

12.3.5 - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do item 12.2.1 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público.

12.3.6 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal

específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

12.3.6.1 - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CIAPS através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

12.3.6.2 - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.3.6.3 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular).

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

12.3.6.4 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

12.4 - Os editais de concurso público do CIAPS deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serem subscritos pelo Presidente e/ou pelo Coordenador Executivo.

12.4.1 - Cópia do edital será entregue a todos os Entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

12.4.2 - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na

imprensa oficial.

12.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores - internet.

12.5 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

12.5.1 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.6 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições previstas no Estatuto do Consórcio Público.

12.6.1 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.6.3 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará inclusive a contratação temporária.

12.7 - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

12.7.1 - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações;

IV - adicionais.

12.7.1.1 - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

12.7.1.2 - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

12.7.1.3 - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

12.7.1.4 - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

12.7.2 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de  $\frac{1}{4}$  do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II - Adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

12.7.2.1 - Na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

12.7.2.2 - Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.3 - Aplica-se o disposto nos itens 12.7.2 e 12.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou para-estatal, e aos contratados temporariamente.

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

12.7.5 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou no estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em Lei;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no item 12.2.4.1 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da Lei;

IV - adicional de férias, na forma da Lei;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da Lei;

VI - adicional noturno, na forma da Lei;

VII - adicional por qualificação.

12.7.5.1 - O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II do item anterior poderá ser reduzido nos casos em que sua

aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Coordenador Executivo.

12.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

12.7.6.1 - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II - ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio Público, ininterruptos ou não, para o primeiro período aquisitivo, e interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

12.7.6.2 - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofrer penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto para os casos de exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

12.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do item anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

12.8 - Os empregos públicos de que trata o item 12.3 do Protocolo de Intenções e deste Contrato de Consórcio Público terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I - Para o emprego de COORDENADOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gestão e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional

em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CIAPS.

II - Para o emprego de MÉDICO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar atividade de natureza especializada, envolvendo supervisão, planejamento, coordenação, programação e execução de atividades pertinentes a defesa e proteção da saúde individual e coletiva; Examinar o paciente, auscultando, palpando ou utilizando instrumentos especiais, para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; Analisar e interpretar resultados de exames de raios X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico; Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados para conservar ou restabelecer a saúde do paciente; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, tratamento, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; Emitir atestados de saúde, sanidade e aptidão física e mental e de óbito, para atender a determinações legais; Atender a urgências clínicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

III - Para o emprego de ENFERMEIRO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar ações educativas, preventivas e curativas, na área da saúde pública; Selecionar e executar ações de enfermagem de acordo com as prioridades, necessidades e características de cada caso, particularmente para: gestantes e crianças de alto risco, bem como, outros clientes que apresentam risco para si próprio ou para a comunidade; Coordenar e supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem, desenvolvidas nas Unidades de atendimento sob sua responsabilidade, levando em conta os demais elementos da equipe de saúde do Centro de Saúde; Supervisionar e avaliar sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem; Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material em uso; Verificar sistematicamente o funcionamento de aparelhos utilizados na área de enfermagem, providenciando reparação ou substituição quando for o caso; Participar na supervisão das atividades de matrícula e fichário central; Verificar periodicamente as condições de conservação e prazo de validade de soros e vacinas; Promover o inter-relacionamento das atividades internas e externas do CAPS desenvolvidas pelo pessoal de enfermagem; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

IV - Para o emprego de ASSISTENTE SOCIAL:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida, bem como busca garantir o atendimento das necessidades básicas das classes populares e dos Segmentos sociais mais vulneráveis às crises sócio-econômicas; Aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das



peçoas; Promover a participação consciente dos indivíduos em grupos, desenvolvendo suas potencialidades; Programar a ação básica de uma comunidade no campo social e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências sócio-econômicas dos indivíduos e da comunidade; Assistir as famílias nas suas necessidades básicas, orientando-as e fornecendo-lhes suporte material, educacional e outros; Desenvolver outras atividades de caráter comunitário que possam ser utilizadas como elemento catalisador da potencialidade dos indivíduos na solução de seus próprios problemas; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

V - Para o emprego de PSICÓLOGO(A):

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Participar da elaboração de programas educativos, junto à população, para orientar nos processos intra e interpessoais e nos mecanismos de comportamento humano; Elaborar e ampliar técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais ou motoras; Técnicas psicoterápicas e outros métodos de verificação, para possibilitar a orientação, seleção e treinamento de campo profissional, no diagnóstico e na identificação e interferência nos fatores determinantes na ação do indivíduo, em sua história pessoal, familiar, educacional e social; Atendimento familiar, e individual, visitas domiciliares; Assessoria e orientação aos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VI - Para o emprego de TÉCNICO EM ENFERMAGEM:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Auxiliar no atendimento à pacientes nas unidades hospitalares e de saúde pública sob supervisão; Orientar e revisar o auto cuidado do cliente a alimentação e higiene pessoal; Executar a higienização ou preparação dos clientes para exames ou atos cirúrgicos; Zelar pela limpeza, conservação e assepsia do material e do instrumental; Executar e providenciar a esterilização de salas e do instrumento adequado às intervenções programadas; Manter atualizado o prontuário dos pacientes; Verificar a temperatura, pulso e respiração e registrar os resultados nos prontuários; Ministras medicamentos, aplicar imunizantes e fazer curativos; Fazer a orientação sanitária de indivíduos em unidade de saúde; Atividade auxiliar, na área de enfermagem, desenvolvidas junto ao indivíduo, família a comunidade visando a prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso Técnico na área; Inscrição e registro junto ao Conselho Regional.

VII - Para o emprego de Auxiliar Administrativo

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: - Exercer atividades de ordem auxiliar em executar atividades de caráter administrativo, financeiro, tributário e fiscal, sob supervisão da chefia imediata; fazer encaminhamentos, procedimentos e trabalhos que lhe forem

atribuídos pela chefia imediata; digitar e ou datilografar processos de rotinas internas ou externas; prestar atendimento ao público em todas as áreas que lhe forem fixadas; transcrever atos oficiais; preencher formulários, fichas e outros; codificar e arquivar documentos; providenciar e preparar material de expediente; executar outras atividades correlatas.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade Nível Médio

VIII - Para o emprego de MOTORISTA:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Dirigir veículos de passageiros e transporte de pacientes; Manter o veículo em condições de conservação e funcionamento, providenciando conserto, abastecimento, lubrificação, limpeza e troca de peças; Atender às normas de segurança e higiene no trabalho; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Nível Médio; CNH categoria "C".

IX - Para o emprego de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Operar eletrodomésticos e outros equipamentos e utensílios; Lavar manualmente ou por meios mecânicos louças, talheres e utensílios; Fazer e servir café, água e outros alimentos solicitados nas dependências dos órgãos; Preparar e servir refeições e proceder a aquecimento de alimentos; Receber e examinar o material destinado à preparação de alimentos e bebidas e acondicioná-los em recipientes adequados; Informar previamente à Chefia imediata sobre a necessidade de material para o desenvolvimento normal dos serviços; Manter e zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios utilizados; Efetuar o controle do material existente no setor, discriminando-o por peças e respectivas quantidades, para manter o estoque e evitar extravios; Executar serviços de limpeza e conservação, zelando pela ordem e segurança no ambiente de trabalho, observando as normas e instruções, para prevenir acidentes; Notificar toda e qualquer ocorrência que dificulte o bom andamento dos trabalhos, visando o conserto ou reparo de aparelhos ou substituição de materiais; Manter o ambiente de trabalho limpo e com boa aparência; Proceder a coleta e remoção de resíduos, aplicação de ceras industriais, conservantes, lustradores e limpadores em móveis e pisos, retirada do pó ou varrição de pisos, carpetes e tapetes nos escritórios e áreas externas; Coleta e remoção de papéis usados, colocação de desodorizantes, aplicação de detergentes, lavagem e higienização em sanitários; Retirada de resíduos e limpeza dos vidros das portas e janelas; Reposição de materiais de higiene pessoal, tudo visando ao asseio e conservação dos prédios públicos e das áreas limítrofes; Efetuar corte de grama, bem como a poda de árvores e arbustos; Capinagem de áreas verdes com a retirada de todo material para depósito de lixo; Executar outras tarefas e serviços determinados e excepcionais, inerentes a função e/ou fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIAPS.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Escolaridade de Ensino Fundamental Completo.

12.9 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e



autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Coordenador Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Coordenador Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

12.10 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

12.10.1 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

12.11 - A reparação de eventual prejuízo causado pelo empregado ao Consórcio Público, direta ou indiretamente, é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

12.11.1 - Quando necessário, o Consórcio Público deve promover ação regressiva contra o empregado.

12.11.2 - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio Público e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

12.12 - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

12.13 - São penalidades disciplinares:

I - advertência.

II - repreensão.

III - suspensão.

IV - demissão.

12.13.1 - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Coordenador Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

12.13.2 - A pena de repreensão será aplicada pelo Coordenador Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

12.13.3 - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

12.13.4 - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Coordenador Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

12.13.5 - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como

falta grave.

12.13.6 - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio Público ou para terceiros.

12.13.7 - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

12.13.8 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

12.14 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio Público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

12.14.1 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

12.14.2 - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

12.15 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

12.15.1 - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

12.15.2 - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

12.16 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

12.16.1 - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

12.17 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

12.17.1 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

12.17.2 - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

12.17.3 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

12.17.4 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio Público.

12.17.5 - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

12.17.6 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

12.17.7 - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

12.17.8 - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

12.18 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

12.19 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

12.19.1 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

12.19.2 - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

12.19.3 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

12.19.4 - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

12.19.5 - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

12.19.6 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

12.19.7 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

12.19.8 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

12.19.9 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

12.19.10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

12.19.11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

12.19.12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

12.19.13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

12.19.14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

12.19.15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

12.19.16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

12.20 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

12.20.1 - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

12.20.2 - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

12.20.3 - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

12.20.4 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

12.20.5 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

12.20.6 - Na hipótese do item anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

12.20.7 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

12.20.8 - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

12.21 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

12.21.1 - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

12.21.2 - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.21.3 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

12.22 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

12.22.1 - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

12.22.2 - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

12.22.3 - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

12.22.4 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

12.23 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

12.23.1 - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

12.23.2 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

12.23.3 - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

12.23.4 - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, na forma do Protocolo de Intenções, deste Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIAPS, sem prejuízo das sanções legais.

12.23.5 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

12.24 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

12.25 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a

inadequação da penalidade aplicada.

12.25.1 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

12.25.2 - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

12.25.3 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

12.25.4 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

12.25.5 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio Público que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

12.25.6 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

12.25.7 - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

12.25.8 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

12.25.9 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

12.26 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

12.26.1 - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

12.26.2 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

12.26.3 - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

13.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

13.1.1 - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

13.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no item anterior.

13.2 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

13.3 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta

poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

13.4 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

13.5 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio Público.

13.6 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PATRIMÔNIO

14.1 - O patrimônio do Consórcio Público será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

14.2 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio Público será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

14.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação do Coordenador Executivo, quando inservíveis para os fins do Consórcio Público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

15.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

15.2 - Constituem recursos financeiros do Consórcio Público:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio Público aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício, quando vinculados a investimentos previstos no Plano Plurianual de Trabalho;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes,



termos de cooperação ou programas.

15.2.1 - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CIAPS, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

15.3 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio Público:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Contrato, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o Consórcio Público para a prestação de serviços na forma deste Contrato ou de Contrato de Programa;

III - na forma do respectivo Contrato de Rateio.

15.3.1 - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio Público.

15.4 - O Consórcio Público estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

15.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

15.5.1 - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

15.5.2 - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet.

15.6 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio Público fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

15.7 - Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

16.1 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a

Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

16.2 - A Diretoria deverá relatar em Assembléia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata o item anterior, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SAÍDA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

17.1 - A retirada de membro do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

17.2 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Público.

17.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio Público, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do CIAPS.

17.2.2 - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CIAPS, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

17.3 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio ou deliberação da Assembléia Geral;

II - a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio Público com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembléia Geral, semelhantes ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

17.3.1 - A exclusão prevista no inciso I do item 17.3 somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

17.3.2 - O Estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.

17.4 - O Estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

17.4.1 - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de



decisão da Assembléia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

17.4.2 - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

17.4.3 - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembléia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

18.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde na forma deste Contrato de Consórcio Público, os quais serão prestados em conformidade com os respectivos Contratos de Programa.

18.2 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio Público o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

18.2.1 - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - a elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - o apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:  
a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;  
b) a manutenção de média e alta complexidade;  
c) o controle de qualidade e monitoramento;  
d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

18.3 - Fica o Consórcio Público autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

18.4 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

18.5 - O Estatuto preverá normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio Público que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CONTRATO DE PROGRAMA

19.1 - Ao Consórcio Público somente é permitido firmar Contrato

de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

19.1.1 - O Consórcio Público também poderá celebrar Contrato de Programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

19.1.2 - O disposto no item 19.1 desta cláusula não prejudica que, nos Contratos de Programa celebrados pelo Consórcio Público, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

19.2 - São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio Público, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VII - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII - as penalidades e sua forma de aplicação;

IX - os casos de extinção;

X - os bens reversíveis;

XI - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio Público relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio Público ao titular dos serviços;

XIII - a periodicidade em que o Consórcio Público deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

19.2.1 - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

19.2.2 - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio Público pelo período em que vigor o Contrato de Programa.

19.2.3 - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio Público para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

19.2.4 - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregue como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

19.2.5 - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

19.2.6 - O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do Consórcio Público ou da gestão associada;

II - extinção do Consórcio Público.

19.2.7 - Os Contratos de Programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

20.1 - A extinção de Contrato de Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

20.1.1 - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

20.1.2 - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

20.1.3 - Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem.

20.2 - A alteração do Contrato de Consórcio Público observará o procedimento estabelecido no Protocolo de Intenções, no Estatuto e na legislação aplicável.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - O Consórcio Público será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Contrato e pelas leis de ratificação do Protocolo de Intenções que o precedeu, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

21.1.1 - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CIAPS, observando-se que:

I - O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br);

II - A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

III - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios;

IV - Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos legais e administrativos de constituição do Consórcio Público e aqueles editados durante seu funcionamento;

V - A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

21.2 - A interpretação do disposto neste Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com o exposto no preâmbulo do Protocolo de Intenções, bem como, com os seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos Entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio Público depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio Público;

III - eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio Público;

IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio Público;

V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio Público tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

21.3 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio Público.

21.3.1 - O Consórcio Público adotará a contabilidade pública, bem como executará a Prestação de Contas legalmente exigível.

21.4 - Este Contrato de Consórcio Público deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC e ficar disponível no sítio do CIAPS na rede mundial de computadores - internet, pelo seu texto integral.

21.4.1 - A publicação dos atos do CIAPS poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores - internet, em que se poderá obter seu texto integral.

21.5 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos no Protocolo de Intenções e neste Contrato de Consórcio Público.

21.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos Consórcios Públicos e a Administração Pública em geral.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Contrato de Consórcio Público, fica eleito o foro da Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Ascurra, aos 14 de Outubro de 2014.

Nicanor Morro	Moacir Polidoro
Município de Apiúna	Município de Ascurra

Paulo Roberto Weis	Luiz Cláudio Kades
Município de Rodeio	OAB/SC 17.692
	Assessor Jurídico da AMMVI

#### ANEXO 1 - dos empregos públicoS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Coordenador Executivo	40 hs	R\$ 4.000,00

#### ANEXO 2 - dos empregos públicos PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Médico	10 horas	R\$ 4.000,00
01	Enfermeiro	40 horas	R\$ 3.017,71
01	Assistente Social	30 horas	R\$ 2.753,81
01	Psicólogo	40 horas	R\$ 2.753,81
01	Técnico em Enfermagem	40 horas	R\$ 1.406,20
01	Auxiliar Administrativo	40 horas	R\$ 1.523,38
01	Motorista	40 horas	R\$ 1.113,00
01	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas	R\$ 820,29

#### ATA 01-2014 - CP - CIAPS

ATA DA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA Nº 01, DE INSTALAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA PROVISÓRIA E DO CONSELHO FISCAL.

Ao quatorze dias do mês de outubro de dois mil e quatorze (14/10/2014), às nove horas, na Prefeitura de Ascurra, na Rua Benjamin Constant, nº 221, centro, cidade de Ascurra - SC, reuniram-se os Senhores Nicanor Morro - Prefeito do Município de Apiúna, Moacir Polidoro - Prefeito do Município de Ascurra, Paulo Roberto Weiss - Prefeito do Município de Rodeio, Amarildo José Moser - Secretário Municipal de Saúde de Apiúna, João Vansuita - Secretário Municipal de Saúde de Ascurra, Odair José Colaço - Secretário Municipal de Saúde de Rodeio, Luiz Claudio Kades - Assessor Jurídico da AMMVI, Marlene Krucynski da Silva - Enfermeira Coordenadora do ESF, e Maria de Fátima Martins, Procuradora do Município de Ascurra/SC, para instalação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS e eleição da Diretoria provisória e do Conselho Fiscal. Dando início aos trabalhos, o Prefeito do Município de Ascurra, Moacir Polidoro, abriu a assembleia cumprimentando os presentes e convidando o Dr. Luiz Claudio Kades - Assessor Jurídico da AMMVI - para conduzir os trabalhos iniciais. Usando da palavra, o Assessor Jurídico explicou que, como todos os três municípios já ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções, inclusive estabelecendo o endereço da Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, Centro, CEP. 89.036-200, na cidade de Apiúna - SC, como sede deste Consórcio Público, será dado seguimento as etapas faltantes para formalização jurídica e início das atividades do CIAPS. Para isso, passou a detalhar as cláusulas do Contrato de Consórcio Público, que, depois de lido, foi aprovado pelos Prefeitos, assinando-se o mesmo e determinando-se sua publicação no Diário Oficial dos Municípios para os efeitos de Lei. Prosseguindo, o Assessor Jurídico relatou das dificuldades técnicas para início das atividades do Consórcio Público no transcorrer no exercício fiscal, contudo, considerando-se que os Municípios já dispõem de previsão orçamentária para transferência financeira, tendo-se em vista o funcionamento do CISAMVI e a sua não execução integral das despesas previstas para este exercício, será possível formalizar a previsão orçamentária para o CIAPS para os meses remanescentes, de outubro a dezembro de 2014, com posterior elaboração e subscrição dos respectivos Contratos de Rateio, a partir do saldo orçamentário e financeiro presente no orçamento dos Municípios, dando-se início aos atos contábeis do novo Consórcio. Porém, para inscrição do CIAPS no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, da Receita Federal, será necessário constituir a Diretoria provisória e o Conselho Fiscal, sendo apresentada a sugestão para que este primeiro mandato fosse fixado para o restante do ano fiscal, ou seja, até 31 de dezembro de 2014, com nova eleição em dezembro para os mandatos regulares de um ano, como forma de preservar a responsabilidade dos gestores limitada a cada exercício fiscal, distintamente. Debatido o assunto, restou aprovado por unanimidade, abrindo-se discussão para formalização de candidaturas, as quais restaram assim apresentadas: DIRETORIA - Prefeito de Apiúna para Presidente e Prefeito de Ascurra para Vice-Presidente; CONSELHO FISCAL: Prefeito de Rodeio, Secretário Municipal de Saúde de Ascurra e Secretário Municipal de Saúde de Apiúna. Abertas as discussões, houve manifestação favorável à composição apresentada, sendo eleitos os candidatos da Diretoria e do Conselho Fiscal, por aclamação unânime. Fazendo uso da palavra, o Prefeito de Apiúna, Nicanor Morro, agradeceu a confiança depositada pelos pares e indicou para o emprego de confiança de Coordenadora Executiva, a Sra. MARLI KUCHLER - CPF nº 579.539.029-15, sendo que a indicação restou aprovada pelos Prefeitos, ficando na dependência da aprovação do Orçamento e da assinatura dos Contratos de Rateio para expedição do ato de provimento. A seguir, foi ainda deliberado que o Presidente poderá designar a Comissão Especial para elaboração do Estatuto e do Regulamento do Quadro de Pessoal, a ser presidida pelo Prefeito

Paulo Roberto Weiss, integrada pelo Secretário Municipal de Saúde de Apiúna e secretariada pelo Assessor Jurídico da AMMVI, o qual, inclusive, ficará encarregado de apresentar o texto básico do projeto de Estatuto e do Regulamento, bem como a minuta dos contratos de rateio, para discussão e deliberação. No que diz respeito ao orçamento do CIAPS para o presente exercício, fica deliberado que será objeto de aprovação na próxima Assembleia Extraordinária, já convocada para ocorrer em Blumenau, junto a Fundação de Desporto de Blumenau, na data de 21 de Outubro do corrente, as 15:30 horas. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Maria de Fátima Martins, secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Moacir Polidoro  
Município de Ascurra

João Vansuita  
Secretario de Saúde do Município de Ascurra

Nicanor Morro  
Município de Apiúna

Amarildo José Moser  
Secretário de Saúde do Município de Apiúna

Paulo Roberto Weiss  
Município de Rodeio

Odair José Colaço  
Secretário de Saúde do Município de Rodeio

Luiz Claudio Kades  
Assessor Jurídico - AMMVI  
OAB/SC 17692

Maria de Fátima Martins  
Procuradora do Município de Ascurra/SC  
Secretária "ad-hoc"

Marlene Krucynski da Silva  
Enfermeira Coordenadora do ESF de Ascurra

## Atalanta

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial 15/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 14/2014, para o seguinte objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CASCALHO MACADAME SECO TIPO FOLHEILHO E DE CASCALHO BRITADO PARA MANUTENÇÃO NA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço por item. Abertura dia 27 de outubro de 2014, às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 14 de outubro de 2014.  
TARCISIO POLASTRI  
Prefeito Municipal



# Barra Velha

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 179, de 13 de Outubro de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 179, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

“Institui o Código de Vigilância em Saúde, dispõe sobre normas relativas à Saúde no Município de Barra Velha, estabelece penalidades e dá outras providências”

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

#### Título I

##### Disposições Introdutórias

Art. 1º Os assuntos pertinentes à vigilância em saúde no município de Barra Velha são regidos pela presente Lei, atendidas as legislações, Estadual e Federal.

Art. 2º Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no município de Barra Velha está sujeita às determinações da presente Lei, bem como às dos regulamentos, normas técnicas e instruções dela advindas.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei e dos regulamentos, normas técnicas e instruções dela advindas, o termo “pessoa” abrange a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, e a expressão “autoridade de saúde” engloba todo agente público designado para exercer funções referentes à promoção, à proteção, à prevenção e à reabilitação, bem como coibir ações que possam gerar agravos à saúde pública, nos termos da legislação federal, estadual e municipal vigente.

#### Título II

##### Princípios Gerais

Art. 3º Os princípios expressos neste Código dispõem sobre precaução, proteção, promoção e preservação da saúde, atendendo aos princípios expressos nas Constituições Federal e Estadual, nas Leis Orgânicas de Saúde - Leis nºs 8080, de 19 de setembro de 1990, 8142 de 28 de dezembro de 1990, Lei 1016, de 21 de Dezembro de 2010, Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, baseando se nos seguintes preceitos:

I - descentralização, preconizada nas Constituições Federal e Estadual, de acordo com as seguintes diretrizes:

- a) direção única no âmbito municipal;
- b) integração das ações e serviços, com base na regionalização e hierarquização do atendimento individual e coletivo, adequado às diversas realidades epidemiológicas, sanitárias, ambiental e saúde do trabalhador;
- c) universalização da assistência com igual qualidade e acesso da população urbana e rural a todos os níveis dos serviços de saúde;
- e
- d) equidade das ações e serviços, com o objetivo de ajustá-los às necessidades de cada parcela da população.

II - participação da sociedade, através de:

- a) conferências de saúde;
- b) conselhos de saúde;
- c) representações sindicais e associações;
- d) movimentos e organizações não-governamentais.

III - articulação intra e interinstitucional, através do trabalho integrado e articulado entre os diversos órgãos que atuam ou se relacionam com a área de saúde;

IV - publicidade, para garantir o direito à informação, facilitando seu acesso mediante sistematização, divulgação ampla e motivação dos atos; e

V - privacidade, devendo as ações da Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e da Saúde do Trabalhador preservar este direito do cidadão, salvo quando for a única maneira de evitar perigo atual ou iminente para a saúde pública.

#### Título III

##### Da Composição da Vigilância em Saúde

##### Capítulo I

##### Norma Geral

Art. 4º A vigilância em saúde no município de Barra Velha executará ações e serviços dos níveis básico, média e alta complexidade, de acordo com as diretrizes e competências dos Sistemas Nacionais de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Nutricional, Vigilância Ambiental em Saúde e Saúde do Trabalhador, preconizadas pela legislação em vigor.

§ 1º Constitui atributo dos órgãos que compõem o Sistema Municipal de Vigilância em Saúde, das suas equipes multiprofissionais e dos seus agentes, o exercício do poder de polícia administrativa no desenvolvimento de ações e serviços que visem promover e proteger a saúde humana e animal, controlar as doenças e os agravos à saúde, preservar o meio ambiente, inclusive o de trabalho e defender a vida.

§ 2º As ações de Vigilância Sanitária abrangem o conjunto de medidas capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, inclusive os do trabalho, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.

§ 3º As ações de Vigilância Epidemiológica abrangem o conjunto de atividades que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva, com a finalidade de adotar ou recomendar medidas de prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, ao meio ambiente e ao trabalhador.

§ 4º Através de ações coordenadas de diagnóstico, planejamento, implantação e avaliação, a Vigilância em Saúde visa à plena promoção da saúde da população, em consonância com o Plano Municipal de Saúde, com a pactuação intergestores do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a legislação vigente.

§ 5º As ações de Vigilância Epidemiológica e de Vigilância Sanitária terão como referencial a investigação, proteção, prevenção de doenças, agravos à saúde e a vulnerabilidade dos grupos populacionais, sendo executadas conjuntamente para obtenção da proteção e da prevenção dos problemas de saúde decorrentes do meio ambiente e da produção de bens e serviços no âmbito do município.

§ 6º As ações de Vigilância em Saúde serão executadas em colaboração com os demais níveis de gestão do sistema de saúde, de modo a garantir a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde e prevenção dos riscos e agravos à saúde, em todos os níveis de complexidade a que está submetida à população de Barra Velha.

Art. 5º Cabe à Vigilância em Saúde, através da Vigilância Epidemiológica e da Vigilância Sanitária a colaboração mútua e integrada no controle de situações de riscos eventuais que possam comprometer a situação de saúde da população.



Art. 6º A Vigilância em Saúde promoverá, através da autoridade de saúde que a representa em cada área de abrangência, ação conjunta com os órgãos de defesa do consumidor, serviços de saúde e entidades profissionais atuantes na área da saúde.

Art. 7º Os profissionais e agentes de saúde que compõem a Vigilância Epidemiológica, a Vigilância Sanitária, a Vigilância Ambiental e da Saúde do Trabalhador devem colaborar na divulgação das informações à população, relacionadas às atividades de Vigilância em Saúde.

#### Título IV Da Atuação da Vigilância em Saúde

Art. 8º A Vigilância em Saúde englobará todo o conjunto de ações capazes de investigar, prevenir, diminuir ou eliminar riscos à saúde, provenientes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços relacionados, direta ou indiretamente, com a saúde, destacando-se:

- I - proteção do ambiente, nele incluído os ambientes e os processos de trabalho e defesa do desenvolvimento sustentável;
- II - saneamento básico;
- III - alimentos, água e bebidas para consumo humano;
- IV - medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insusos de interesse da saúde;
- V - serviços de assistência à saúde, apoio diagnóstico e terapêutico;
- VI - produção, transporte, guarda e utilização de outros bens, substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;
- VII - sangue e hemoderivados;
- VIII - radiações de qualquer natureza;
- IX - incremento do desenvolvimento científico e tecnológico em sua área de atuação;
- X - controle da rede de frios, utilização de imunobiológicos;
- XI - investigação de doenças de notificação compulsória e agravos;
- XII - supervisão técnica das salas de imunobiológicos públicas e privadas;
- XIII - pesquisas com células tronco e transplantes de órgãos e tecidos;
- XIV - acidentes com produtos tóxicos e animais peçonhentos ou venenosos;
- XV - outros referentes à Vigilância em Saúde;
- XVI - Controle de pragas urbanas;
- XVII - outras estabelecidas por legislação estadual ou federal pertinente.

Art. 9º As ações de Vigilância em Saúde serão executadas:

- I - de forma planejada, utilizando dados epidemiológicos para o estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e orientação programática;
- II - com efetiva participação da comunidade;
- III - de forma integrada com as demais esferas de governo; e
- IV - de forma articulada com o Ministério Público, com os órgãos responsáveis pela defesa da ética profissional e todas as demais organizações voltadas, de qualquer maneira, a objetivos identificados com o interesse e a atuação da Vigilância em Saúde.

Art. 10 A Vigilância em Saúde do município de Barra Velha compreenderá, além das atividades de fiscalização, os serviços de:

- I - licenciamento e concessão dos respectivos alvarás sanitários para estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços de saúde e de interesse da saúde, através da Vigilância em Saúde, após inspeção sanitária prévia;
- II - análise de fluxo para estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, aprovação de projetos hidrosanitário e habite-se

sanitário para as edificações; e

III - registro e informações de interesse da saúde, na sua área de competência.

Art. 11 Os servidores credenciados pelo cargo ou por designação do Secretário Municipal de Saúde, que possuírem o curso de ações básicas em vigilância sanitária realizarão as atividades de fiscalização, exercendo o poder de polícia administrativa em todo o território do Município, na forma desta Lei e de seus regulamentos, observadas as legislações federal e estadual pertinentes.

§ 1º Os profissionais das equipes de Vigilância em Saúde investidos nas suas funções fiscalizadoras são competentes para fazer cumprir as leis e os regulamentos sanitários, expedindo termos, autos de intimação, de infração e de imposição de penalidades, referentes à prevenção e controle de tudo quanto possa comprometer a saúde.

§ 2º O Secretário Municipal da Saúde, o Diretor de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Ambiental desempenham funções de fiscalização com as mesmas atribuições conferidas por este Código às autoridades fiscalizadoras.

§ 3º As ações de saúde no território de Barra Velha, por autoridade de saúde de outras esferas de governo, somente poderão ser realizadas em conjunto com as autoridades sanitárias municipais, ressalvadas as competências estabelecidas na legislação vigente.

Art. 12 A autoridade de saúde, no exercício das atribuições, terá livre acesso a todos os locais e informações de interesse da Vigilância em Saúde, sendo que nos casos de emergência ou de extrema gravidade, a qualquer hora, exceto nas residências, onde o acesso será permitido mediante consentimento do proprietário ou por determinação judicial, somente durante o dia, salvo em caso de prestação de socorro.

§ 1º Nenhuma autoridade de saúde poderá exercer as atribuições do seu cargo ou função sem exibir a credencial de identificação, devidamente autenticada, fornecida pela autoridade competente.

§ 2º Fica proibida a outorga de credencial de identificação fiscal a quem não esteja autorizado, em razão de cargo ou função, a exercer ou praticar, no âmbito da legislação sanitária, atos de fiscalização.

§ 3º A credencial de identificação fiscal deverá ser devolvida para inutilização, sob as penas da lei, em casos de provimento em outro cargo público, exoneração ou demissão, aposentadoria, bem como nos de licenciamento por prazo superior a 90 (noventa) dias e de suspensão do exercício do cargo.

§ 4º A relação das autoridades sanitárias credenciadas deverá ser publicada semestralmente pelas autoridades competentes, para fins de divulgação e conhecimento pelos interessados, ou em menor prazo, a critério da autoridade sanitária competente, e por ocasião de exclusão e inclusão dos membros da equipe de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

§ 5º A Secretaria de Saúde Municipal estabelecerá com o comando das Polícias Militar, Civil, as normas e os procedimentos de que trata este artigo.

§ 6º Os servidores são responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos de infração e quaisquer outros, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão dolosa.

#### Capítulo I Do Objeto, Campo de Ação e Metodologia

Art. 13 Os princípios expressos nesta Lei disporão sobre proteção, promoção, investigação e preservação da saúde, no que se refere às atividades de interesse à saúde e ao meio ambiente, nele incluído o do trabalho e têm os seguintes objetivos:

- I - assegurar condições adequadas à saúde, à educação, à moradia, ao transporte, ao lazer e ao trabalho;
- II - promover a melhoria da qualidade do meio ambiente, nele incluído o do trabalho, garantindo condições de saúde, segurança e bem-estar público;
- III - assegurar condições adequadas de qualidade na produção, comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluídos procedimentos, métodos e técnicas que as afetem;
- IV - assegurar condições adequadas para prestação de serviços de saúde e de interesse da saúde;
- V - promover ações visando o controle de doenças, agravos ou fatores de risco de interesse à saúde; e
- VI - assegurar e promover a participação da comunidade nas ações de saúde.

Art. 14 As ações de Vigilância Epidemiológica serão desenvolvidas através de métodos científicos, mediante pesquisas, monitoramento através da análise da situação, mapeamento de pontos críticos, estabelecimento de nexos causais e controle de riscos.

Art. 15 Caberá à Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância em Saúde e às Diretorias e técnicos de suas áreas específicas que compõem a Comissão Técnica Normativa, a elaboração de normas, resoluções, deliberações, orientações, instruções normativas e outros documentos que se fizerem necessários para o cumprimento efetivo das ações, observadas as normas gerais de competência exclusiva da União e do Estado, no que diz respeito às questões de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e de Saúde do Trabalhador.

Art. 16 A Secretaria Municipal de Saúde deverá manter atividade de capacitação permanente dos profissionais que atuam em Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e de Saúde do Trabalhador de acordo com os objetivos e campo de atuação delas.

Art. 17 A Secretaria Municipal de Saúde deverá criar um Sistema de Informações de Vigilância em Saúde, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 18 Os órgãos e entidades públicas bem como as entidades do setor privado, integrantes ou não do Sistema Único de Saúde, estarão obrigados a fornecer informações à autoridade de saúde, na forma solicitada, para fins de planejamento, de correção finalística de atividades e de elaboração de estatísticas de saúde.

## TÍTULO V DA SAÚDE DA PESSOA E DA FAMÍLIA

### CAPÍTULO ÚNICO DIREITOS E DEVERES BÁSICOS

Art. 19 Toda pessoa tem direito à proteção da saúde por parte do Estado e é co-responsável pela promoção e conservação de sua saúde e a de seus dependentes.

§ 1º A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se ao máximo, no cumprimento das medidas, instruções, ordens e demais comunicações emanadas com o objetivo de proteger e conservar a saúde individual e coletiva, bem como para preservar ou recuperar o ambiente.

§ 2º Toda pessoa deve prestar, a tempo e veridicamente, informações relativas à saúde que forem solicitadas pela autoridade

de saúde, pelo profissional e/ou agente de saúde em exercício em seu território de abrangência, com a finalidade de realização de estudos e diagnósticos sobre a saúde coletiva e sobre o ambiente, permitindo o estabelecimento de intervenções voltadas à solução dos problemas existentes.

§ 3º A pessoa tem o dever de acatar e facilitar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências fundamentadas na legislação pertinente.

## SEÇÃO I DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 20 Toda criança e/ou adolescente têm direito a que o estado, por um lado, e seus pais ou responsáveis por outro, zelem por seu desenvolvimento e crescimento saudáveis, ao que corresponde, quanto aos serviços de saúde à obtenção de ações, procedimentos e informações que os promovam, de acordo com a legislação existente.

§ 1º Toda pessoa que tenha menor sob sua responsabilidade é obrigada a zelar pelo cumprimento das prescrições médicas e sanitárias, contribuindo para a execução dos programas de atenção existentes na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º O assunto tratado no caput deste artigo será objeto de normalização específica através de ato do Secretário Municipal de Saúde.

## SEÇÃO II DO IDOSO

Art. 21 É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso a efetivação do direito à vida e à saúde, de acordo com a legislação pertinente.

Parágrafo único. O assunto tratado no caput deste artigo será objeto de normalização específica através de ato do Secretário Municipal de Saúde.

## SEÇÃO III DA SAÚDE MENTAL

Art. 22 Os serviços de atenção em saúde mental instalados no município deverão atender às exigências constantes nas Normas Técnicas regulamentares e legislação federal, estadual e municipal vigentes.

Parágrafo único. O assunto tratado no caput deste artigo será objeto de normalização específica através de ato do Secretário Municipal de Saúde.

## TÍTULO VI DA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO DA SAÚDE

### CAPÍTULO I SAÚDE E AMBIENTE

#### SEÇÃO I NORMAS GERAIS

Art. 23 Constitui finalidade das ações de Vigilância em Saúde, através da sua área específica sobre o meio ambiente o enfrentamento dos problemas ambientais e ecológicos, de modo a serem prevenidos, sanados ou minimizados a fim de não representarem risco à saúde e à vida, levando em consideração aspectos da economia, da política, da cultura e da ciência e tecnologia, com vistas ao desenvolvimento sustentável, como forma de garantir a qualidade

de vida e a proteção ao meio ambiente, inclusive o do trabalho.

Art. 24 Toda pessoa deve preservar o ambiente, inclusive o do trabalho, evitando por meio de suas ações ou omissões gerar fatores ambientais de risco à saúde, ou ainda a poluição e/ou contaminação ambiental, bem como agravar a poluição e/ou contaminação existente.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são entendidos como:

I - ambiente - o meio em que se vive;

II - poluição - qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente, que possa importar em prejuízo à saúde e à segurança da população;

III - contaminação - qualquer alteração de origem biológica ou radioativa que possa potencializar agravos à saúde dos seres vivos.

§ 2º São fatores ambientais de risco à saúde aqueles decorrentes de qualquer situação ou atividade no meio ambiente, principalmente os relacionados à organização territorial, ao ambiente construído, ao saneamento ambiental, às fontes de poluição, à proliferação de artrópodes nocivos, vetores e hospedeiros intermediários às atividades produtivas e de consumo, às substâncias perigosas, tóxicas, explosivas, inflamáveis, corrosivas e radioativas e a quaisquer outros fatores que ocasionem ou possam vir a ocasionar risco ou dano à saúde, à vida ou à qualidade de vida.

§ 3º Os critérios, parâmetros, padrões, metodologias de monitoramento ambiental e biológico e de avaliação dos fatores de risco citados neste artigo serão os definidos em normas técnicas e os constantes em legislação pertinente.

Art. 25 Toda pessoa está proibida de descarregar, lançar ou dispor de qualquer resíduo, industrial ou não, sólido, líquido ou gasoso, que não tenha recebido adequado tratamento determinado pela autoridade de saúde, em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Art. 26 Toda pessoa deve preservar a natureza, protegendo a flora e as faunas benéficas ou inócuas, em relação à saúde individual ou coletiva e evitando destruição indiscriminada e/ou extinção das espécies.

## SEÇÃO II DOS ASSENTAMENTOS HUMANOS EM ZONAS URBANAS E RURAIS E SANEAMENTO AMBIENTAL

Art. 27 Toda e qualquer edificação, construída ou reformada, somente poderá ser ocupada após a expedição do alvará sanitário (habite-se), mediante vistoria prévia das condições físico-sanitárias, observando-se:

I - proteção contra as enfermidades transmissíveis e as enfermidades crônicas;

II - prevenção de acidentes e intoxicações;

III - redução dos fatores de estresse psicológico e social;

IV - preservação do ambiente do entorno;

V - uso adequado da edificação em função de sua finalidade; e

VI - respeito a grupos humanos vulneráveis.

Art. 28 Toda pessoa proprietária, administradora ou usuária de construção destinada à habitação, deve obedecer às prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade, prevista nesta Lei, nas normas complementares e demais legislações pertinentes.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada à habitação, a edificação já construída, toda espécie de obras em execução e ainda as obras tendentes a ampliá-la, modificá-la ou melhorá-la, com o fim de servir para moradia ou residência

própria ou de terceiros.

§ 2º A pessoa proprietária e/ou administradora de imóvel destinado à habitação deverá entregar a residência ou imóvel em condições higiênicas ao usuário, que tem a obrigação de assim conservá-lo.

§ 3º A pessoa proprietária, administradora ou usuária da habitação ou responsável por ela deve acatar as determinações da autoridade de saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

§ 4º As disposições deste artigo aplicam-se, também, em hotel, motel, albergue, dormitório, pensão, pensionato, internato, creche, escola, asilo, cárcere, quartel, convento e similares.

Art. 29 Toda pessoa proprietária ou responsável por imóvel deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o ambiente.

§ 1º A pessoa, para implantar, comerciar ou ocupar terreno deve obter previamente a aprovação do serviço de saúde competente, submetendo-se às normas regulamentares municipais, estaduais e federais.

§ 2º A pessoa proprietária ou responsável por terreno baldio em zona urbana ou suburbana é obrigada a realizar as obras de saneamento determinadas pela autoridade de saúde competente, sem prejuízo do que estabelece o Código de Posturas Municipal.

Art. 30 A pessoa para construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificação destinada à habitação, ou parte desta, ou outras edificações de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deverá atender às exigências estabelecidas nas normas técnicas e legislações vigentes, não podendo iniciar as obras sem a prévia aprovação do seu projeto hidrosanitário pela autoridade de saúde municipal.

Art. 31 Toda e qualquer instalação destinada à criação, à manutenção e à reprodução de animais, não incluindo os domésticos, só poderá ocorrer na zona rural, devendo ser construída, mantida e operada em condições sanitárias adequadas e que não causem incômodo à população.

Art. 32 A autoridade de saúde, motivadamente e com respaldo científico e tecnológico, poderá determinar intervenções em saneamento ambiental, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e saúde da população.

## SUBSEÇÃO I DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Art. 33 Todo e qualquer sistema de abastecimento de água, seja público ou privado, individual ou coletivo, está sujeito à fiscalização da autoridade de saúde competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 34 Os projetos de construção, ampliação e reforma de sistema de abastecimento de água, sejam públicos ou privados, individuais ou coletivos, deverão ser elaborados e executados conforme as normas técnicas estabelecidas pelo órgão competente.

Parágrafo único. São expressamente proibidas construções ou quaisquer outras atividades capazes de poluir ou inutilizar os mananciais de águas subterrâneas.

Art. 35 Nos projetos, obras e operações de sistemas de abastecimento de água, sejam públicos ou privados, individuais ou coletivos, deverão ser obedecidos os seguintes princípios gerais, independentemente de outras exigências técnicas eventualmente

estabelecidas:

I - a água distribuída deverá obedecer as normas e os padrões de potabilidade estabelecidos pela legislação pertinente;  
II - todos os materiais, equipamentos e produtos químicos utilizados em sistemas de tratamento e abastecimento de água deverão atender às exigências e especificações das normas técnicas estabelecidas pela legislação pertinente, a fim de não alterar o padrão de potabilidade da água distribuída;  
III - toda água distribuída por sistema de abastecimento deverá ser submetida obrigatoriamente a um processo de desinfecção, de modo a assegurar sua qualidade do ponto de vista microbiológico e manter concentração residual do agente desinfetante na rede de distribuição, de acordo com norma técnica;  
IV - deverá ser mantida pressão positiva em qualquer ponto da rede de distribuição; e  
V - a fluoretação da água distribuída através de sistemas de abastecimento deverá obedecer ao padrão estabelecido pela legislação pertinente.

Art. 36 A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta em conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

## SUBSEÇÃO II DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 37 Toda pessoa deve dispor higienicamente de dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em regulamento, normas, avisos ou instruções da autoridade de saúde, em especial, do órgão responsável pelo meio ambiente.

§ 1º A pessoa deverá utilizar a rede pública de esgoto sanitário, salvo as residências que comprovarem a existência de inviabilidade técnica e/ou econômica para tal e garantir que seu sistema de eliminação de dejetos não comprometa a sua saúde, a de terceiros ou o meio ambiente.

§ 2º Toda pessoa fica proibida de lançar despejos e resíduos industriais nos mananciais de água e sistemas de esgotos sanitários, sem autorização e sem o cumprimento de regulamentos, normas e instruções baixadas pela autoridade de saúde e pelo órgão encarregado da manutenção destes sistemas.

Art. 38 Todo e qualquer sistema de esgotamento sanitário, seja público ou privado, individual ou coletivo, estará sujeito a fiscalização da autoridade de saúde competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 39 Os projetos de construção, ampliação e reforma de sistemas de esgotamento sanitário, sejam públicos ou privados, individuais ou coletivos, deverão ser elaborados, executados e operados conforme normas técnicas e legislação vigente.

Art. 40 A utilização, em atividades agropecuárias, de água fora dos padrões de potabilidade, esgotos sanitários ou lodo proveniente de processos de tratamento de esgotos, só será permitida conforme normas técnicas estabelecidas pelo órgão competente.

## SUBSEÇÃO III DAS ÁGUAS RESIDUÁRIAS E PLUVIAIS

Art. 41 Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuárias, oriundas de qualquer atividade, e das pluviais, em sua propriedade, conforme as disposições regulamentares, normas e instruções da autoridade de saúde.

§ 1º A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuárias,

sem prévio tratamento, em mananciais de superfície ou subterrâneos, como em quaisquer outras unidades de sistema de abastecimento de água, assim como no mar, lagoas, sarjetas e valas, provocando ou contribuindo para a poluição e/ou contaminação destes.

§ 2º Pessoa alguma pode estancar ou represar as águas correntes ou pluviais.

§ 3º É proibido o lançamento de águas pluviais na rede coletora de esgoto sanitário.

§ 4º É proibido o lançamento de esgoto sanitário na rede pluvial.

## SUBSEÇÃO IV DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 42 Todo e qualquer sistema individual ou coletivo, público ou privado, de geração, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos de qualquer natureza, gerados ou introduzidos no Município estará sujeito à fiscalização da autoridade de saúde competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 43 A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino do resíduo sólido mantido pela municipalidade, após tratamento prévio, conforme as exigências estabelecidas nos regulamentos, nas normas e instruções legais.

Art. 44 Os projetos de implantação, construção, ampliação e reforma de sistemas de coleta, transporte, tratamento, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos deverão ser elaborados, executados e operados conforme normas técnicas e legislação pertinente, previamente aprovado pelo órgão competente.

Art. 45 As instalações destinadas ao manuseio de resíduos com vistas à sua reciclagem deverão ser projetadas, operadas e mantidas de forma tecnicamente adequada, a fim de não vir a comprometer a saúde humana e o meio ambiente, devidamente aprovado e licenciado pela autoridade competente.

Art. 46 As condições sanitárias do acondicionamento, transporte, tratamento, localização e forma de disposição final dos resíduos perigosos, tóxicos, explosivos, inflamáveis, corrosivos, radioativos, imunobiológicos, mutagênicos e citotóxicos deverão obedecer às normas técnicas e ficarão sujeitas à fiscalização da autoridade sanitária ou órgão competente, bem como deverão obter aprovação e requerer o licenciamento da atividade.

## SUBSEÇÃO V DA POLUIÇÃO E/OU CONTAMINAÇÃO AÉREA

Art. 47 É proibido lançar na atmosfera substância física, química ou biológica, proveniente de fonte doméstica, industrial, comercial, agropecuária ou correlatas, veículo automotor ou similares que provoque poluição ou contaminação, acima dos limites estabelecidos pela autoridade de saúde, em especial o órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo único. A pessoa que provoque a poluição e/ou contaminação do ar deve reduzi-la ao limite de tolerância regulamentar, executando as medidas necessárias, no prazo fixado pela autoridade de saúde, em especial pelo órgão responsável pelo meio ambiente.

## SEÇÃO III DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 48 Entende-se por saúde do trabalhador uma ação contínua e



sistemática, ao longo do tempo, no sentido de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos problemas de saúde relacionados aos processos e ambientes de trabalho, em seus aspectos tecnológico, social e epidemiológico, com a finalidade de avaliar, planejar e intervir sobre eles, de forma a prevenir, eliminar ou diminuir os agravos à saúde dos trabalhadores, abrangendo:

I - realização de ações de Vigilância em Saúde, de acordo com a Legislação Federal e Estadual vigentes, inclusive a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), relacionadas direta ou indiretamente à saúde do trabalhador, nos ambientes de trabalho públicos e privados;

II - execução de ações de inspeção em ambientes de trabalho, visando ao cumprimento da legislação sanitária vigente, incluindo a análise dos processos de trabalho que possam colocar em risco a saúde dos trabalhadores; e

III - complementação às normas técnicas federal ou estadual, ou na ausência destas, a Comissão Técnica Normativa da Diretoria de Vigilância em Saúde elaborará instrumentos normativos relacionados aos aspectos que possam expor a risco a saúde dos trabalhadores;

Parágrafo único. São sujeitos e objeto das ações de saúde do trabalhador, todos os trabalhadores que desenvolvam suas atividades no município, integrantes do mercado de trabalho formal e informal, independente do vínculo empregatício, celetista ou estatutário, público ou privado, com ou sem contrato ou carteira de trabalho, empregadores, trabalhadores autônomos, domésticos, aposentados ou demitidos, no setor primário, secundário e terciário da economia.

## CAPÍTULO II DA SAÚDE DE TERCEIROS

### SEÇÃO I NORMA GERAL

Art. 49 Toda pessoa deve zelar no sentido de, por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

### SEÇÃO II DAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

Art. 50 A pessoa, no exercício de profissão de ciência da saúde, deverá atuar em conformidade com as normas legais, regulamentares e as de ética.

§ 1º A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde, deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

§ 2º Presumir-se-á no exercício ilegal da profissão a pessoa que sem ter a respectiva habilitação, anunciar e/ou executar serviços por qualquer meio, ou fizer uso de instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

Art. 51 O profissional de ciência da saúde deve:

I - colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública; e

II - cientificar sempre à autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declaradas de notificação compulsória.

Art. 52 A pessoa, no exercício pleno de profissão de ciência da saúde, somente poderá proceder à pesquisa ou experiências clínicas no ser humano, após obter autorização pertinente, emitida por órgão competente, em cumprimento aos preceitos da legislação específica.

Art. 53 Toda pessoa cujas ações ou atividades possam prejudicar indiretamente, a saúde de terceiros, quer pela natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou freqüenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

### SEÇÃO III DOS PRODUTOS E SUBSTÂNCIAS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 54 Entende-se por produtos e substâncias de interesse à saúde os alimentos, águas minerais e de fontes ou qualquer outra envasadas para o consumo humano, bebidas, aditivos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneantes, domissanitários (inseticidas, raticidas), agrotóxicos, produtos perigosos, materiais de revestimento e embalagens ou produtos que possam trazer riscos à saúde, sem prejuízo de outros que possam ser identificados.

§ 1º Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta Lei, o que é capaz de, por seu grau de combustão, explosividade, emissão radioativa, carga elétrica, propriedade tóxica, venenosa ou biológica, pôr em risco a saúde ou a vida da pessoa ou de terceiros, em qualquer fase de sua preparação, armazenagem, transporte ou utilização.

§ 2º Toda pessoa que elabore, fabrique, armazene, comercialize ou transporte produto perigoso ou agrotóxico deve solicitar permissão ao serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares em defesa da saúde pública.

Art. 55 Compete à autoridade de saúde a avaliação e o controle do risco, a normatização, a fiscalização e o controle das condições sanitárias e técnicas da importação, exportação, extração, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, dispensação, esterilização, embalagem e reembalagem, aplicação, comercialização e uso, referentes aos produtos e às substâncias de interesse à saúde.

Parágrafo único. A fiscalização de que trata este artigo se estende à propaganda e à publicidade dos produtos e substâncias de interesse à saúde.

Art. 56 Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercialize, transporte, manipule, armazene ou ofereça ao consumo produtos ou substâncias de interesse à saúde é responsável pela manutenção dos padrões de identidade, qualidade e segurança, definidos a partir de normas técnicas aprovadas pelo órgão competente, bem como pelo cumprimento das Normas de Boas Práticas de Fabricação e Prestação de Serviços.

§ 1º A pessoa física ou jurídica, mencionada no caput deste artigo, sempre que solicitada pela autoridade de saúde, deverão apresentar o fluxograma de produção e as normas de boas práticas de fabricação e prestação de serviços referentes às atividades desenvolvidas.

§ 2º A pessoa física ou jurídica, mencionada no caput deste artigo, deverá atestar, através de laudo analítico semestral, a qualidade da água utilizada para produção dos produtos oferecidos para consumo.

§ 3º Deverá ser assegurado ao trabalhador o acesso às normas de

boas práticas de fabricação e prestação de serviços.

Art. 57 A comercialização dos produtos importados de interesse à saúde ficará sujeita à prévia autorização da autoridade sanitária competente.

Art. 58 Todo produto somente poderá ser exposto ao consumo ou entregue à venda em estabelecimento licenciado pelo órgão sanitário e após o seu registro ou notificação no órgão competente.

Parágrafo único. Os produtos de que trata o caput deste artigo, quando não produzidos no local, devem obrigatoriamente apresentar cópia do alvará sanitário do produtor ou documento federal de autorização de importação e comercialização expedido pelo órgão competente.

Art. 59 Toda pessoa poderá construir, instalar ou pôr em funcionamento estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercie, manipule, armazene ou coloque produtos à disposição do público, desde que obtenha a autorização e registro junto ao serviço público competente, cumprindo, para isto, normas regulamentares, entre outras, as referentes à projeto de construção, saneamento, pessoal, tecnologia empregada, reutilização de embalagens, instalações, materiais e instrumentos, conforme a natureza e a importância das atividades, assim como dos meios de que dispõe para proteger a saúde da comunidade e evitar a poluição e/ou contaminação do ambiente.

§ 1º O alvará sanitário deverá ser requerido junto a Vigilância Sanitária, órgão municipal competente e deverá ser anexado ao formulário de petição e demais documentos necessários para concessão do alvará de funcionamento.

§ 2º Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente.

#### SEÇÃO IV DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

##### SUBSEÇÃO I DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Art. 60 Para fins desta Lei, considera-se assistência à saúde a atenção à saúde, prestada nos estabelecimentos, definida e regulamentada em norma técnica e legislação pertinente, destinado precipuamente à promoção, proteção da saúde, prevenção das doenças, recuperação e reabilitação da saúde.

Art. 61 Os estabelecimentos de assistência à saúde que deverão implantar e manter comissões de controle de infecção serão definidos em norma técnica e deverão seguir os parâmetros estabelecidos em legislação pertinente.

Parágrafo único. A responsabilidade pessoal dos profissionais de saúde pelo controle de infecção em seus ambientes de trabalho independe da existência de comissão referida neste artigo.

Art. 62 Os estabelecimentos de assistência à saúde e os veículos para transporte de paciente deverão ser mantidos em rigorosas condições de higiene, devendo ser observadas as normas de controle de infecção e segurança do paciente, estipuladas na legislação pertinente.

Art. 63 Os estabelecimentos de assistência à saúde deverão adotar procedimentos adequados na geração, acondicionamento, fluxo, transporte, armazenamento, tratamento, destino final e demais questões relacionadas com resíduos de serviços de saúde, conforme legislação pertinente.

Parágrafo único. Fica proibida a reciclagem de resíduos sólidos infectantes gerados por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Art. 64 Os estabelecimentos de assistência à saúde deverão possuir condições adequadas para o exercício da atividade profissional na prática de ações que visem à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 65 Os estabelecimentos de assistência à saúde deverão possuir quadro de recursos humanos legalmente habilitados, em número adequado à demanda e às atividades desenvolvidas.

Art. 66 Os estabelecimentos de assistência à saúde deverão possuir instalações, equipamentos, instrumentais, utensílios e materiais de consumo indispensáveis e condizentes com suas finalidades e em perfeito estado de conservação e funcionamento, de acordo com normas técnicas, e/ou legislação pertinente.

Art. 67 Os estabelecimentos de assistência à saúde que utilizarem em seus procedimentos medicamentos ou substâncias psicotrópicas ou sob regime de controle especial deverão manter controles e registros na forma prevista na legislação sanitária.

Art. 68 Todos os estabelecimentos de assistência à saúde deverão manter, de forma organizada e sistematizada, os registros de dados de identificação dos pacientes, de exames clínicos e complementares, de procedimentos realizados ou de terapêutica adotada, da evolução e das condições de alta, para apresentá-los à autoridade sanitária sempre que esta o solicitar, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 69 Os estabelecimentos de assistência à saúde deverão possuir responsável técnico legalmente habilitado e funcionarão na presença deste.

Parágrafo único. A Comissão Técnica Normativa da Vigilância em Saúde elaborará norma regulamentar sobre o assunto tratado no caput deste artigo.

Art. 70 Toda pessoa para instalar, construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificação destinada a estabelecimento de assistência à saúde deverá requerer a análise, aprovação dos respectivos projetos e habite-se sanitário, bem como o alvará sanitário junto à Vigilância Sanitária.

§ 1º O alvará sanitário de que trata o caput deste artigo irá vigor pelo prazo de 12 meses.

§ 2º O cumprimento do caput deste artigo não exime o interessado da fiel observância dos demais dispositivos legais e regulamentares vigentes.

Art. 71 Os estabelecimentos de assistência à saúde integrante da administração pública ou por ela instituído estão sujeitos às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e a aparelhagens adequadas, à assistência e responsabilidade técnica mediante pessoal do quadro e controle hierárquico e ao requerimento do alvará sanitário, estando isento do recolhimento de taxas.

##### SUBSEÇÃO II DO APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO

Art. 72 Para efeito desta Lei são considerados estabelecimentos de apoio diagnóstico e terapêutico aqueles que realizam análises e/ou pesquisas necessárias ao diagnóstico, tratamento e recuperação de pessoas ou para determinar condições ou estados de saúde individual e coletivo, no âmbito intra-hospitalar ou extra-hospitalar, definidos e regulamentados em norma técnica e legislação

pertinente.

Art. 73 Caberá ao responsável técnico pelo estabelecimento ou serviço, o funcionamento adequado dos equipamentos utilizados nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, no transcurso da vida útil, instalados ou utilizados pelos estabelecimentos de assistência à saúde.

§ 1º Respondem solidariamente pelo funcionamento adequado dos equipamentos:

- a) o proprietário dos equipamentos, que deverá garantir a compra do equipamento adequado, instalação, manutenção permanente e reparos;
- b) o fabricante, que deverá prover os equipamentos do certificado de garantia, manual de instalação, operacionalização, especificações técnicas e assistência técnica permanente, sem prejuízo ao tratamento dos pacientes; e
- c) a rede de assistência técnica, que deverá garantir o acesso aos equipamentos nas condições estabelecidas na alínea "b" deste artigo.

§ 2º Os equipamentos, quando não estiverem em perfeitas condições de uso, deverão estar fora da área de atendimento ou, quando a remoção for impossível, exibir aviso inequívoco de proibição de uso.

Art. 74 Os estabelecimentos de apoio diagnóstico e terapêutico deverão possuir condições adequadas para o exercício da atividade profissional na prática de ações que visem à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde.

Parágrafo único. Fica proibida a reciclagem de resíduos sólidos infectantes gerados por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

Art. 75 Todos os estabelecimentos de apoio diagnóstico e terapêutico deverão manter de forma organizada e sistematizada, os registros de dados de identificação dos pacientes, de exames clínicos e complementares, de procedimentos realizados ou terapêuticos adotados, da evolução e das condições de alta, para apresentá-los à autoridade de saúde sempre que esta o solicitar, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 76 Toda pessoa para instalar, construir, reconstruir, adaptar, reformar, ou ampliar edificação destinada à estabelecimento de apoio diagnóstico e terapêutico deverá requerer a análise, aprovação dos respectivos projetos e habite-se sanitário, bem como o alvará sanitário junto à Vigilância Sanitária.

§ 1º O alvará sanitário de que trata o caput deste artigo irá vigir pelo prazo de 12 meses.

§ 2º O cumprimento do caput deste artigo não exime o interessado da fiel observância dos demais dispositivos legais e regulamentares vigentes.

Art. 77 Os estabelecimentos de apoio diagnóstico e terapêutico integrante da administração pública ou por ela instituído estão sujeitos às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e a aparelhagens adequados, à assistência e responsabilidade técnica mediante pessoal do quadro e controle hierárquico e ao requerimento do alvará sanitário, estando isento do recolhimento de taxas.

#### SEÇÃO V DOS ESTABELECIMENTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

Art. 78 Para efeito desta Lei considera-se estabelecimento de interesse da saúde todos aqueles cuja prestação de serviços,

fornecimento de produtos, substâncias, atividades desenvolvidas ou condições de funcionamento possam constituir risco à saúde daqueles que o utilizam.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que trata o caput deste artigo serão definidos, conceituados e regulamentados em normas técnicas complementares.

Art. 79 Os estabelecimentos de interesse da saúde deverão possuir responsável técnico legalmente habilitado, sempre que a legislação em vigor ou norma técnica o exigir.

§ 1º Os contratos de constituição, inclusão e alteração de responsabilidade técnica deverão ser submetidos previamente aos respectivos conselhos de classe, com a aposição de seu visto.

§ 2º Sempre que o responsável técnico por estabelecimento deixar a responsabilidade técnica pelo estabelecimento deverá requerer junto à Vigilância Sanitária a baixa de sua responsabilidade técnica, a qual emitirá a respectiva certidão, mediante a apresentação dos documentos solicitados.

Art. 80 Toda pessoa para instalar, construir, reconstruir, adaptar, reformar ou ampliar edificação destinada a estabelecimento de interesse da saúde deverá requerer a análise, aprovação dos respectivos projetos e habite-se sanitário, bem como o alvará sanitário junto à vigilância Sanitária.

§ 1º O alvará sanitário de que trata o caput deste artigo irá vigir pelo prazo de 12 meses.

§ 2º O cumprimento do caput deste artigo não exime o interessado da fiel observância dos demais dispositivos legais e regulamentares vigentes.

Art. 81 Os estabelecimentos de interesse da saúde integrantes da administração pública ou por ela instituídos estão sujeitos às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e às aparelhagens adequados, à assistência e responsabilidade técnica mediante Projetos e habite-se sanitário, bem como o alvará sanitário junto a Vigilância Sanitária.

#### SEÇÃO VI DOS CEMITÉRIOS, NECROTÉRIOS, CREMATÓRIOS, DISPOSIÇÃO E TRANSLADO DE CADÁVERES

Art. 82 Toda pessoa proprietária de cemitério ou por responsável, deve solicitar prévia aprovação do serviço de saúde, cumprindo as normas regulamentares, entre as quais as referentes ao projeto de implantação, localização, topografia e natureza do solo, orientação, condições gerais de saneamento, vias de acesso e urbanismo.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, cemitério é o local onde se guardam restos humanos, compreendendo-se, nesta expressão, corpo de pessoas falecidas ou parte em qualquer estado de decomposição.

§ 2º Os sepultamentos de pessoas somente serão efetuados após apresentação de declaração de óbito, outorgado em formulário oficial devidamente registrado, de acordo com legislação em vigor.

Art. 83 Toda pessoa responsável por sepultamento, embalsamamento, exumação e cremação deve cumprir normas regulamentares, entre as quais as referentes a prazo do enterro, traslado e transporte de cadáveres, técnicas, substâncias e métodos empregados.

§ 1º A prática da tanatopraxia, bem como as instalações necessárias para esta finalidade e o tratamento dos resíduos sólidos e

líquidos delas advindos obedecerão os critérios estabelecidos pela legislação vigente, devendo ser regulamentadas através de norma técnica específica elaborada pela Comissão Técnico-Normativa da Vigilância em Saúde e instituída por ato do Secretário Municipal de Saúde.

§ 2º Na suspeita de óbito ocorrido por doença transmissível, a autoridade de saúde poderá exigir a necropsia e/ou exumação para verificar a causa básica do óbito.

Art. 84 Toda pessoa para construir, instalar ou fazer funcionar capela mortuária, necrotério ou similar, deverá cumprir as normas regulamentares, entre as quais as que dispõem sobre localização, projeto de construção e saneamento.

Art. 85 As inumações, exumações, translados e cremações deverão ser disciplinados em norma técnica, em consonância com a legislação pertinente.

## SEÇÃO VII

### DO CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS À SAÚDE

Art. 86 Toda pessoa tem direito à proteção contra as doenças transmissíveis e/ou evitáveis, sendo-lhe assegurado o direito à vacinação preventiva e outros meios de controle.

Art. 87 Toda pessoa deve cumprir as ordens, instruções, normas e medidas que a autoridade de saúde prescrever, com o objetivo de evitar e/ou controlar a ocorrência, difusão ou agravamento das doenças transmissíveis e das evitáveis.

Art. 88 Toda pessoa portadora de doença transmissível ou suspeita desta condição e seus contatos devem cumprir as ordens e medidas profiláticas e terapêuticas que os serviços de saúde prescreverem, submetendo-se ao isolamento ou quarentena, quando necessário, no lugar, forma e pelo tempo determinados pela autoridade de saúde, de acordo com a regulamentação técnica a ser publicada e demais legislações pertinentes.

Parágrafo único. A pessoa deve permitir o acesso à habitação, de agente de saúde legalmente identificado para comprovação e controle dos casos de doenças transmissíveis.

Art. 89 Compete à autoridade de saúde a execução e a coordenação de medidas visando à prevenção e ao controle das doenças transmissíveis, em conjunto com órgãos afins.

Art. 90 A autoridade de saúde determinará, em caso confirmado ou suspeito de doenças transmissíveis, as medidas de profilaxia a serem adotadas.

Parágrafo único. O controle das doenças transmissíveis abrangerá as seguintes medidas:

- I - notificação;
- II - investigação epidemiológica;
- III - isolamento hospitalar ou domiciliar;
- IV - tratamento;
- V - controle e vigilância de casos, até a liberação;
- VI - verificação de óbitos;
- VII - acompanhamento, através de exames específicos, da situação epidemiológica referente ao agravo;
- VIII - desinfecção e expurgo;
- IX - assistência social, readaptação e reabilitação;
- X - profilaxia individual;
- XI - educação sanitária;
- XII - saneamento;
- XIII - controle de portadores e comunicantes;
- XIV - proteção sanitária de alimentos;
- XV - controle de animais com responsabilidade epidemiológica;

XVI - estudos e pesquisas;

XVII - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal especializado; e

XVIII - outras medidas complementares que poderão ser determinadas pelo órgão competente.

XIX - notificação extra judicial como medida de controle de pragas urbanas.

Art. 91 Cabe à autoridade de saúde tomar medidas que objetivem a elucidação diagnóstica, podendo realizar ou solicitar exame cadavérico, viscerotomia ou necropsia, nos casos de óbito suspeito de ter sido causado por doença transmissível.

## SUBSEÇÃO I

### DA NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DAS DOENÇAS E AGRAVOS À SAÚDE

Art. 92 As doenças e agravos de notificação compulsória no âmbito do município serão definidas mediante normas técnicas específicas, em consonância com o estabelecido na legislação federal, estadual e nesta Lei.

Parágrafo único. No âmbito do município devem também ser notificados aos órgãos de Vigilância em Saúde os acidentes de trânsito, os acidentes domésticos, além daqueles relacionados ao trabalho.

Art. 93 É dever de todo cidadão comunicar à autoridade de saúde local a ocorrência comprovada ou presumível de doenças e agravos à saúde de notificação compulsória, da qual tenha conhecimento, imediatamente.

§ 1º A notificação compulsória de casos de doenças e agravos é de caráter sigiloso, obrigando-se a autoridade de saúde a mantê-lo, podendo, excepcionalmente, as notificações serem divulgadas, se verificado grave e iminente risco à saúde pública.

§ 2º As doenças que não são de notificação compulsória, que ocorrerem de forma epidêmica ou surto, também poderão assim ser consideradas.

§ 3º As informações essenciais às notificações compulsórias e às investigações epidemiológicas, bem como as instruções normativas, constarão de normas técnicas estabelecidas na legislação federal, estadual e municipal vigente.

## SUBSEÇÃO II

### DA INVESTIGAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA E MEDIDAS DE CONTROLE

Art. 94 Recebida a notificação, a autoridade de saúde deve proceder a investigação epidemiológica pertinente.

§ 1º A autoridade de saúde poderá exigir e executar investigações, inquéritos e levantamentos epidemiológicos, junto a indivíduos e grupos populacionais determinados, sempre que julgar oportuno, visando a proteção à saúde.

§ 2º Quando houver indicações ou conveniência, a autoridade de saúde pode exigir a coleta de amostra de material para exames complementares, mediante requisição específica.

Art. 95 Em decorrência dos resultados parciais ou finais das investigações, dos inquéritos ou levantamentos epidemiológicos de que trata o § 1º do artigo anterior, a autoridade de saúde adotará, imediatamente, as medidas indicadas para controle da doença ou agravos à saúde, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ao meio ambiente.

Art. 96 As instruções sobre o processo de investigação epidemiológica em cada doença ou agravo à saúde, bem como as medidas de controle indicadas serão objeto de normas técnicas e legislação



pertinente.

Art. 97 Em decorrência das investigações epidemiológicas, a autoridade de saúde adotará medidas pertinentes, podendo inclusive, providenciar a interdição total ou parcial de estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, durante o tempo que julgar necessário, observado o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo único. A autoridade de saúde poderá acionar outras instituições e/ou segmentos que julgar necessário para o desenvolvimento de ações e medidas de controle indicadas nas normas técnicas e legislação pertinente vigentes ou, na ausência destas, das normativas que forem elaboradas pela Comissão Técnica-Normativa da Vigilância em Saúde.

### SUBSEÇÃO III DA VACINAÇÃO DE CARÁTER OBRIGATÓRIO

Art. 98 A Vigilância em Saúde, através da Vigilância Epidemiológica, é responsável pela coordenação e execução dos programas de imunização de interesse da saúde pública.

Parágrafo único. A relação de vacinas de caráter obrigatório no município bem como o documento que comprove sua aplicação, deverão ser regulamentados por norma técnica, em consonância com o que estabelece a legislação federal, estadual e municipal vigente.

Art. 99 É dever de todo cidadão submeter-se à vacinação obrigatória, assim como os menores sob a sua guarda ou responsabilidade.

Parágrafo único. Só será dispensada da vacina obrigatória a pessoa que apresentar atestado médico ou comprovar contra-indicação explícita de aplicação de vacinas.

Art. 100 O cumprimento da obrigatoriedade das vacinações deve ser comprovado mediante caderneta ou cartão de vacinação adequado à norma técnica, referida no art. 102 deste Lei e seu parágrafo único, emitida pelos serviços de saúde que aplicarem as vacinas.

Art. 101 Todo o estabelecimento de saúde, público ou privado, que utilize imunobiológicos, deverá estar adequado às normas vigentes, observando as regras estabelecidas para credenciamento.

Parágrafo único. A autoridade de saúde regulamentará em norma técnica, o funcionamento dos estabelecimentos referidos no caput deste artigo, bem como o fluxo de informações, cabendo-lhe ainda realizar supervisões periódicas, com vistas a manter a regularidade sanitária e qualidade do serviço oferecido, através da aplicação das exigências contidas em legislação pertinente, em cada área de atuação.

Art. 102 Todo estabelecimento de saúde, público ou privado será responsável pelo controle de qualidade dos imunobiológicos adquiridos ou a ele disponibilizados.

Parágrafo único. A Vigilância em Saúde, através de suas áreas específicas, manterá fiscalização permanente nos estabelecimentos citados no caput deste artigo, para garantir a regularidade sanitária do ambiente e dos produtos.

Art. 103 Todo o estabelecimento de saúde que desenvolva atividades de imunização, independentemente de sua natureza jurídica e forma de gerenciamento é obrigado a enviar mensalmente à Vigilância em Saúde o número de doses aplicadas por mês, o tipo de imunobiológico aplicado e a faixa etária correspondente.

### SUBSEÇÃO IV

### DAS DOENÇAS NÃO-TRANSMISSÍVEIS

Art. 104 As doenças não-transmissíveis de importância sanitária serão acompanhadas pela Vigilância em Saúde, de acordo com a legislação em vigor.

§ 1º A Vigilância em Saúde baixará normas técnicas e legislação complementar a respeito das doenças tratadas no caput desse artigo, sempre que os levantamentos epidemiológicos mostrarem esta necessidade.

§ 2º Caso julgue apropriado, a Vigilância em Saúde poderá incluir as doenças não-transmissíveis tratadas no caput desse artigo, como de notificação compulsória, através de ato expedido pelo Secretário Municipal de Saúde.

### SUBSEÇÃO V DAS ZOONOSES

Art. 105 Toda pessoa criadora ou proprietária de animais deve cumprir os métodos prescritos pelos serviços de saúde, entre os quais se inclui a requisição de animais, visando à prevenção e ao controle das zoonoses, assegurado ao proprietário o conhecimento dos resultados das análises.

§ 1º A pessoa é responsável pelos danos à saúde humana causados por doenças de seus animais ou por mantê-los acessíveis a terceiros, ou ainda por não haver cumprido, oportunamente, os métodos prescritos na legislação vigente.

§ 2º A pessoa criadora, proprietária ou que comercialize animais deve adotar os métodos higiênicos dispostos em regulamento, inclusive quanto ao sepultamento de animais.

### TÍTULO VII DA FARMACOVIGILÂNCIA

Art. 106 A Vigilância em Saúde, através das suas áreas específicas, deverá instituir o Programa de Farmacovigilância, destinado a efetuar a detecção, avaliação, compreensão e prevenção das reações adversas ao medicamento ou quaisquer problemas relacionados a medicamentos comunicados por estabelecimentos sujeitos à Vigilância Sanitária ou pelo público usuário.

Parágrafo único. Ao Programa de Farmacovigilância compete também:

- I - promover o desenvolvimento de estudos epidemiológicos sobre a utilização de produtos como forma de contribuir para o uso racional de medicamentos;
- II - promover o desenvolvimento e elaboração de procedimentos operacionais sistematizados e consolidados em manuais técnico-normativos, roteiros, modelos e instruções de serviço, viabilizando-se, ainda, ampla divulgação;
- III - coletas sistemáticas para análises laboratoriais;
- IV - desenvolver mecanismos de articulação, integração e intercâmbio com estabelecimentos produtivos, com instituições públicas governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, visando o conhecimento e o controle dos medicamentos; e
- V - outros a serem regulamentados em decreto pelo Chefe do Poder Executivo.

**TÍTULO VIII****TÍTULO IX****DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PROPAGANDA**

Art. 107 Toda pessoa fica proibida de apresentar conotações enganosas, sensacionalistas ou alarmantes ao divulgar tema ou mensagens relativos à saúde, bem como ao promover ou propagar exercício de profissão, estabelecimento de saúde, alimentos, medicamentos e outros bens ou serviços de interesse de saúde.

Parágrafo único. Os veículos de comunicação deverão solicitar à autoridade de saúde a orientação necessária para evitar a divulgação de mensagem ou tema relacionado com saúde que possa induzir as pessoas a erros ou causar reações de pânico na população.

**TÍTULO XI****DA DEFESA SANITÁRIA INTERNACIONAL**

Art. 108 Compete à autoridade de saúde municipal observar e fazer cumprir em seu território as determinações contidas em regulamentos, acordos e convênios subscritos pelo Brasil, para controle de doenças, pragas, circulação de produtos e prestação de serviços de saúde ou de interesse da saúde.

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde criará item orçamentário específico, a ser gerenciado pela Vigilância em Saúde, que garanta possibilidade de aquisição de equipamentos, instrumentos, vestuários especiais e todo e qualquer material necessário às ações de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, assim como viabilizar deslocamentos e manutenção, no município ou fora dele, do corpo técnico envolvido em ação, ao serem identificadas situações emergenciais que necessitem imediata intervenção da Vigilância em Saúde.

§ 2º O titular da Vigilância em Saúde, além do Chefe do Poder Executivo e do Gestor Municipal de Saúde, poderá, em circunstâncias especiais e justificáveis, de emergência ou calamidade pública, requisitar recursos humanos de outras unidades do Sistema Público Municipal ou estranhos a eles, investindo-os na condição de autoridade de saúde através de ato legal apropriado que delimite a extensão e tempo de sua atuação.

§ 3º A Comissão Técnico-Normativa da Vigilância em Saúde, por determinação do titular da Vigilância em Saúde, elaborará Regulamento técnico disciplinando plano emergencial de ação da Vigilância em Saúde em situações emergenciais, viabilizando utilização de instalações, equipamentos, veículos, vestuários especiais, recursos humanos próprios ou excepcionalmente nomeados, materiais de expediente e outros inerentes a esse tipo de situação, estabelecendo rotas emergenciais, escalas de servidores de plantão, servidores de sobreaviso, servidores referências e outros recursos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de vigilância e controle.

§ 4º A Comissão Técnico-Normativa da Vigilância em Saúde, por determinação do titular da Vigilância em Saúde, caso constate não haver nas esferas estadual e federal instrumento legal que lhe faculte a atuação, baixará normas para regulamentar os procedimentos necessários para controle e monitoramento de pessoas ou grupos de pessoas provenientes de áreas com suspeita ou ocorrência comprovada de doenças transmissíveis, assim como dos locais onde estiverem alojados, abrigados, internados, prestando serviços ou participando de eventos, além de promover o controle da importação, do transporte, da distribuição, do armazenamento e do comércio dos produtos, equipamentos e utensílios, produzidos ou provenientes de outros países.

**TÍTULO XII  
DA PESQUISA****TÍTULO XIII  
DA CAPACITAÇÃO**

Art. 109 A Secretaria de Estado da Saúde é competente, através da Vigilância em Saúde e suas áreas específicas, para capacitar pessoal técnico destinado à atuação nas áreas de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador, assim como aos demais serviços de saúde pública, em consonância com a legislação federal específica.

Art. 110 O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal manterá atividades de apoio técnico e logístico para capacitação permanente dos profissionais que atuam na Vigilância em Saúde, de acordo com os objetivos e campo de atuação destas.

**TÍTULO XIV****DA COMISSÃO TÉCNICA NORMATIVA E DE CONTROLE E AVALIAÇÃO**

Art. 111 O Secretário Municipal de Saúde instituirá, mediante dispositivo legal, a Comissão Técnica Normativa da Vigilância em Saúde, constituída por servidores da Vigilância em Saúde, com a função de elaborar normas técnicas, instruções normativas, resoluções, bem como propor portarias, decretos, leis e outros atos complementares à legislação federal, estadual e municipal vigentes, de forma a garantir a eficaz atuação das áreas específicas da Vigilância em Saúde em situações de normalidade ou em situações de emergência e calamidades públicas.

Art. 112 O Secretário Municipal de Saúde instituirá, mediante dispositivo legal, a Comissão de Controle e Avaliação das Ações de Vigilância em Saúde, cujas finalidades principais serão o da preservação dos padrões de legalidade, impessoalidade e moralidade dos atos praticados no exercício das atribuições das áreas de atuação da Vigilância em Saúde.

§ 1º A Comissão de Controle e Avaliação das Ações de Vigilância em Saúde será composta por funcionários designados por ato administrativo do Secretário Municipal da Saúde, devendo possuir experiência nas várias áreas de atuação da Vigilância em Saúde.

§ 2º A Comissão Técnico-Normativa, prevista no art. 119 desta Lei, deverá elaborar o Regulamento Técnico que disciplinará o funcionamento da Comissão de Controle e Avaliação das Ações de Vigilância em Saúde.

**TÍTULO XV  
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS****CAPÍTULO I  
INFRAÇÕES SANITÁRIAS E PENALIDADES****SEÇÃO I  
NORMA GERAL**

Art. 113 Considera-se infração administrativa sanitária a desobediência ou a inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentares e outras que, de qualquer forma, se destinem à promoção, proteção, preservação e recuperação da saúde.

§1º A aplicação do auto de infração, bem como o julgamento do processo administrativo próprio, a aplicação da pena, a apreciação da defesa e do recurso seguirão a forma, o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei ou em legislação específica, quando existir.

§ 2º Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força

maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avaria, deteriorações ou alteração de produtos, locais ou bens de interesse da saúde pública.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o interessado (fabricante, manipulador, beneficiador, transportador, acondicionador) tomará as providências urgentes que a situação exigir ou a autoridade de saúde determinar, providenciando o recolhimento e o destino conveniente dos referidos produtos e bens, bem como a recuperação do ambiente afetado.

§ 4º Quando a infração sanitária for cometida por funcionário, empresa ou órgão público, de qualquer esfera de governo, a Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo das outras medidas que o caso impuser:

I - comunicará o fato ao superior hierárquico ou respectivo ente de controle externo, para as medidas disciplinares ou corretivas cabíveis; e

II - em havendo descaso de um e de outro, encaminhará expediente circunstanciado, com as provas disponíveis, ao órgão do Ministério Público, para as providências de ordem cível e criminal cabíveis.

Art. 114 Responde pela infração a pessoa física e/ou jurídica que, por ação ou omissão, de qualquer modo, lhe deu causa ou concorreu para a sua prática ou dela se beneficiou.

§1º No caso de empresa, poderão ser autuados, juntamente com ela, diretores, responsáveis técnicos e empregados diretamente envolvidos na infração.

§ 2º No caso de empreiteira de obras da construção civil, poderão ser autuados diretores, responsáveis técnicos e empregados diretamente envolvidos na infração.

Art. 115 A autoridade sanitária cientificará o órgão do Ministério Público local, através de expediente circunstanciado, sempre que:

I - constatar que a infração sanitária cometida coloque em risco a saúde da população pela sua reincidência específica ou descumprimento das determinações solicitadas pela autoridade de saúde;

II - constatar que a infração sanitária cometida constitui crime ou contravenção;

III - ocorrer desacato à autoridade de saúde ou resistência às determinações e atos emanados desta.

## SEÇÃO II

### DA TIPOLOGIA E GRADUAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 116 Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão do produto, utensílio, equipamento, máquina, ferramenta ou recipiente;

IV - inutilização do produto, utensílio, equipamento ou recipiente;

V - interdição do produto, utensílio, equipamento, máquina, ferramenta ou recipiente, ambientes, condições e processos de trabalho;

VII - suspensão de venda e/ou de fabricação de produto;

VIII - interdição parcial ou total do estabelecimento, seção ou veículo, ambientes, condições e processos de trabalho, máquinas, equipamentos e ferramentas;

IX - proibição de propaganda;

X - encaminhamento de processo para o órgão competente, sugerindo o cancelamento de autorização de funcionamento e/ou

autorização especial de funcionamento;

XI - cancelamento do alvará sanitário do estabelecimento.

Art. 117 As infrações de natureza sanitária serão apuradas em processo administrativo próprio e classificam-se em:

I - leves, aquelas em que o infrator seja beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves, aquelas em que for verificada uma circunstância agravante; e

III - gravíssimas, aquelas em que seja verificada a existência de duas ou mais circunstâncias agravantes.

Parágrafo único. A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

I - nas infrações leves, de R\$ 125,00 a R\$ 2.500,00;

II - nas infrações graves, de R\$ 2.501,00 a R\$ 50.000,00;

III - nas infrações gravíssimas, de R\$ 50.001,00 a R\$ 500.000,00.

Art. 118 Para a escolha, graduação e imposição da pena, a autoridade sanitária levará em conta:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública; e

III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

§ 1º A autoridade de saúde usará de maior rigor se a infração estiver sendo cometida após campanha educativa, ou em período previamente incluído em programação divulgada, mormente quando houver, em qualquer nível, participação comunitária.

§ 2º A reincidência específica em que incorre quem comete nova infração, do mesmo tipo, após decisão definitiva da autoridade de saúde, caracteriza a infração como gravíssima e torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima.

§ 3º Na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

§ 4º No caso de descumprimento do auto de intimação, observar-se-á o disposto no art. 132 § 2º desta Lei.

Art. 119 São circunstâncias atenuantes:

I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;

II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como escusável, quando patente a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato;

III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;

IV - ter o infrator sofrido coação, a que não podia resistir, para a prática do ato; e

V - ser o infrator primário e a falta cometida, de natureza leve, tendo em vista as consequências para a saúde pública.

Art. 120 São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente;

II - ter o infrator cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;

III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;

V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes

a evitá-lo; e

VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual fraude ou má fé.

Parágrafo único. Para caracterizar a natureza calamitosa das consequências da infração, a autoridade de saúde levará em conta a extensão e/ou lesividade que a ação ou omissão causar à saúde pública.

Art. 121 Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a autoridade de saúde, para a aplicação da pena, considerará as que sejam preponderantes.

### SEÇÃO III

#### DA CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAÇÕES E RESPECTIVAS PENALIDADES

Art. 122 A pessoa comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimentos de saúde e de interesse da saúde, ou qualquer estabelecimentos que fabriquem produtos ou substância que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes.

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

II - constrói, instala ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente.

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

III - constrói, instala ou faz funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - instala consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas, climáticas, de repouso e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios-X, substâncias radioativas ou radiações ionizantes e outras, estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explora atividades comerciais, industriais ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

V - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena, expede, transporta, compra, venda, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos e demais produtos e substâncias que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

VI - faz propaganda de produtos de interesse da vigilância sanitária, alimentos ou outros, contrariando a legislação pertinente.

Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa;

VII - deixa, aquele que tem o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes.

Pena - advertência e/ou multa;

VIII - impede ou dificulta a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias.

Pena - advertência e/ou multa;

IX - retém atestado de vacinação obrigatória, deixa de executar, dificulta ou opõe-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização e/ou multa;

X - opõe-se à exigência de provas imunológicas ou a sua execução pelas autoridades de saúde.

Pena - advertência e/ou multa;

XI - obsta ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XII - avia receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em lei e normas regulamentares.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

XIII - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância e contrariando as normas legais e regulamentares.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

XIV - retira ou aplica sangue, procede a operações de plasmaférese, ou desenvolve outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa;

XV - exporta sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utiliza-os contrariando as disposições legais e regulamentares.

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa;

XVI - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares.

Pena - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

XVII - altera o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente.

Pena - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização e/ou multa;

XVIII - reaproveita vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envase de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e outros.

Pena - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XIX - expõe à venda ou entrega ao consumo, produtos ou substâncias de interesse à saúde, cujo prazo de validade tenha expirado ou apõe-lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado.



Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização e/ou multa;

XX - industrializa produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado, bem como deixa de cumprir as boas práticas de manipulação e controle.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento de registro e/ou multa;

XXI - utiliza, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença e/ou multa;

XXII - comercializa produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição ou transporte, sem a observância das condições necessárias à sua preservação.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

XXIII - aplica biocida cuja ação se produza por gás ou vapor em bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou freqüentados por pessoas e animais.

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização e/ou multa;

XXIV - não cumpre normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas a empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres nacionais e estrangeiros.

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXV - não cumpre as exigências sanitárias relativas a imóveis, quer seja proprietário ou detenha legalmente a sua posse.

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXVI - exerce profissão e ocupação relacionadas com a saúde e/ou de interesse da saúde sem a necessária habilitação legal.

Pena - interdição e/ou multa;

XXVII - comete o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal.

Pena - interdição e/ou multa;

XXVIII - procede à cremação de cadáveres ou utiliza-os contrariando as normas sanitárias pertinentes.

Pena - advertência, interdição e/ou multa;

XXIX - fraudula, falsifica ou adultera alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública.

Pena - apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa;

XXX - expõe ou entrega ao consumo humano sal, refinado ou moído, que não contenha iodo na proporção exigida na legislação pertinente.

Pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa;

XXXI - descumpra atos emanados das autoridades de saúde visando à aplicação da legislação pertinente e à defesa da saúde.

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento, proibição de propaganda e multa;

XXXII - transgredir normas legais e regulamentares pertinentes ao controle da poluição das águas, do ar, do solo e das radiações.

Pena - advertência, interdição temporária ou definitiva e/ou multa; XXXIII - inobserva as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamentos, abastecimento domiciliário de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou isoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de divertimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, crematórios, capelas funerárias e velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a imóveis em geral e sua utilização.

Pena - advertência, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade e/ou multa.

XXXIV - fabrica e/ou comercializa qualquer equipamento de tratamento de esgoto doméstico em desacordo com as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e sem a assistência de responsável técnico legalmente habilitado.

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento de registro e/ou multa.

XXXV - manter condições de trabalho que ofereça risco à saúde do trabalhador.

Pena - advertência, interdição total ou parcial do equipamento, máquina, setor local, estabelecimento e/ou multa.

XXXVI - fabricar, operar, comercializar máquinas ou equipamentos que ofereçam risco à saúde do trabalhador.

Pena - interdição total ou parcial do equipamento, máquina, setor local, estabelecimento e/ou multa.

XXXVII - instalar ou fazer funcionar equipamentos inadequados ou em número insuficiente, conforme definido em norma técnica, em precárias condições de funcionamento ou contrariando normas legais e regulamentos pertinentes em relação ao porte ou finalidade do estabelecimento prestador de serviço de saúde e de interesse da saúde.

Pena - advertência, interdição, apreensão, cancelamento do alvará sanitário e/ou multa.

XXXVIII - transgredir normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde dos trabalhadores.

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição total ou parcial dos ambientes, condições e processos de trabalho, bem como suas máquinas, equipamentos e/ou ferramentas e cancelamento de autorização para funcionamento da empresa e/ou multa.

XXXIX - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde.

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, máquina ou equipamento, suspensão de venda e/ou fabricação de produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa.

Parágrafo único. O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator às penalidades de multa, mediante auto de multa (art. 155, § 2º) sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

#### SEÇÃO IV

#### DA CARACTERIZAÇÃO BÁSICA DO PROCESSO

Art. 123 Os atos de fiscalização e de apuração das infrações sanitárias serão iniciados com a lavratura dos autos respectivos, observando-se a forma, o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei e seus regulamentos.

Parágrafo único. Os formulários de autos e termos serão padronizados através de decreto do Chefe do Poder Executivo.

**SUBSEÇÃO I  
DO AUTO DE INTIMAÇÃO**

Art. 124 A Vigilância em Saúde emitirá as ordens, recomendações ou instruções que se fizerem necessárias mediante auto de intimação.

§ 1º O auto de intimação poderá ser expedido antes, durante ou após qualquer auto de infração, e o seu descumprimento, quando injustificado, será punido com multa, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

§ 2º O descumprimento do auto de intimação será penalizado mediante auto de multa, na forma do art. 155 § 2º desta Lei, devendo ser dobrada a multa e/ou expedido auto de infração a cada desobediência, até o valor máximo previsto nesta Lei.

Art. 125 O auto de intimação será lavrado em três vias, no mínimo, destinando-se a primeira ao intimado e conterà:

I - o nome da pessoa ou denominação da entidade intimada, a sua qualificação, com a especificação de profissão ou ramo de atividade, CPF ou CNPJ, endereço ou sede;

II - a disposição legal ou regulamentar infringida, se for o caso, e/ou dispositivo que autorize a medida;

III - a medida sanitária exigida, com as instruções necessárias, se for o caso;

IV - o prazo para sua execução ou duração ou, no caso de medidas preventivas, as condições para a sua revogação ou cessação;

V - nome, matrícula e cargo legíveis da autoridade que expediu a intimação e sua assinatura;

VI - nome, identificação e assinatura do intimado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto e, em caso de sua recusa, a consignação desta circunstância, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas, quando possível;

VII - quando da impossibilidade da assinatura do intimado ou representante legal ou preposto, admite-se assinatura a rogo, com a assinatura de 02 (duas) testemunhas, quando possível.

§ 1º As omissões ou incorreções na lavratura do auto de intimação não acarretarão a nulidade do mesmo, quando do processo constarem elementos suficientes à caracterização da infração e à determinação do infrator.

§ 2º O titular da Vigilância em Saúde ou seu preposto determinará, quando constatar as omissões ou incorreções citadas no parágrafo anterior, a retificação do auto de intimação, que será encaminhado ao infrator com as mesmas formalidades da primeira notificação, sendo concedido inclusive os mesmos prazos para defesa ou impugnação.

Art. 126 Quando o autuado for analfabeto ou fisicamente incapacitado, o auto de intimação poderá ser assinado a rogo, na presença de 02 (duas) testemunhas ou, na falta destas, deverá ser feita a devida ressalva pela autoridade autuante.

Art. 127 O auto de intimação será lavrado no local onde foi verificada a infração sanitária ou, na sua dificuldade ou impossibilidade, na sede da repartição competente, pela autoridade de saúde que a houver constatado, podendo ser enviada por carta registrada, com aviso de recebimento.

Parágrafo único. Se o infrator se encontrar em lugar ignorado, incerto, desconhecido, não sabido ou inacessível, a autoridade de saúde fará expedir edital, com prazo fixado, sendo o referido edital publicado uma única vez na Imprensa Oficial, considerando-se efetivada a notificação cinco dias após a publicação.

Art. 128 A penalidade de interdição será aplicada de imediato,

sempre que o risco à saúde da população o justificar, nas seguintes modalidades:

I - cautelar;

II - por tempo indeterminado; e

III - definitiva.

Art. 129 A autoridade de saúde nos casos de perigo para a saúde pública ou no interesse desta, havendo ou não infração sanitária, poderá interditar o local ou bem, ou determinar quaisquer medidas cautelares, mediante auto de intimação.

§ 1º Se houver divergência entre a equipe de fiscalização na decisão de interditar, deverá a decisão ser remetida à Comissão de Controle e Avaliação das Ações de Vigilância em Saúde.

§ 2º Quando houver apreensão ou interdição de produto ou bem em caráter cautelar, na forma do caput deste artigo, e o responsável for idôneo, moral e financeiramente, este poderá ser designado depositário, caso contrário, a mercadoria será recolhida para outro local, sob a guarda da autoridade de saúde e de terceiro, às custas do proprietário ou responsável.

§ 3º No caso de medida cautelar não acompanhada de auto de infração, o descumprimento do auto de intimação será punido com penalidade de multa, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação pertinente.

Art. 130 A autoridade sanitária executará ou contratará a realização de serviços ou obras constantes de auto de intimação, inclusive transporte, por conta e risco do infrator ou responsável, nos seguintes casos:

I - se não tiver condições de fazê-lo por si próprio ou se resistir à ordem, sendo que, neste último caso, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis; e

II - se encontrar-se ausente no período ou em lugar incerto, não sabido ou inacessível, sem que tenha representante legal ou preposto no local.

Art. 131 No caso de edificação, equipamentos ou utensílios de difícil remoção, havendo necessidade de impedir o seu uso transitório ou definitivo, a formalização legal será feita mediante a lavratura de auto e termo respectivos, acompanhados, se for o caso, de aposição de lacres, nos locais mais indicados.

Art. 132 O prazo de validade da medida baixada por auto de intimação, em se tratando de produtos ou substâncias, não excederá noventa dias ou quarenta e oito horas para os bens perecíveis, ao final dos quais o bem será automaticamente liberado, se não pender de outra medida sanitária, laudo de análise laboratorial ou decisão condenatória.

**SUBSEÇÃO II  
DO AUTO DE COLETA PARA ANÁLISE FISCAL**

Art. 133 A apreensão de produtos ou substâncias de interesse da saúde, para análise fiscal, far-se-á mediante coleta representativa do estoque existente, a qual, dividida em três partes, será tornada inviolável, para que se assegurem as características de conservação e autenticidade, sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável, a fim de servir como contraprova e, as duas outras, imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial credenciado.

Art. 134 A coleta representativa do estoque existente para análise fiscal será feita mediante lavratura, em três vias, de auto de coleta, que conterà:

I - o nome da pessoa ou denominação da entidade intimada, a

sua qualificação, com a especificação de profissão e/ou ramo de atividade, CPF ou CNPJ, endereço ou sede;

II - nome, marca, quantidade, volume, peso, origem, procedência, lote ou partida, prazo de validade, data de fabricação e demais características identificadoras do produto apreendido;

III - local e data da coleta;

IV - descrição das condições de higiene e conservação dos produtos ou a substâncias apreendidos, com todas as informações de interesse da saúde e do Ministério Público;

V - assinatura legível da autoridade de saúde e do detentor ou, caso o mesmo se negar, estiver impossibilitado ou for analfabeto, consignação desta circunstância ou, ainda, assinatura a "rogo", com 02 (duas) testemunhas, se possível.

§ 1º As três vias do auto de coleta terão a seguinte destinação:

- a) interessado;
- b) laboratório oficial credenciado; e
- c) processo.

§ 2º Se a quantidade ou natureza não permitir a coleta de mostras, o produto ou a substância será encaminhado ao laboratório oficial credenciado para realização de análise fiscal, na presença do seu detentor ou do representante da empresa e do perito por ela indicado, se quiser.

§ 3º Se ausentes às pessoas mencionadas no parágrafo anterior, serão convocadas duas testemunhas para presenciar a análise.

Art. 135 A autoridade de saúde competente, do laboratório oficial credenciado, lavrará laudo minucioso e conclusivo da análise fiscal, fornecendo cópias para o processo e os interessados.

Parágrafo único. Havendo interesse, de ordem civil ou criminal do Ministério Público, a autoridade de saúde encaminhará cópia do laudo àquele órgão, detalhando todas as informações de caráter técnico que tiver ou forem solicitadas.

Art. 136 Revelando a análise fiscal que o produto ou a substância é impróprio para o consumo, a autoridade de saúde, mediante auto de intimação, apreenderá os produtos condenados e lavrará o auto de infração, caso não o tenha feito.

Art. 137 O infrator, discordando do resultado condenatório da análise fiscal, poderá requerer, no prazo de dez dias ou por ocasião da impugnação do auto de infração, perícia de contraprova, apresentando a amostra em seu poder e indicando seu próprio perito.

§ 1º Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada, datada e assinada por todos os participantes, cuja primeira via integrará o processo e conterá todos os quesitos formulados pelos peritos.

§ 2º A perícia de contraprova não será realizada se houver indício de violação da amostra em poder do infrator e, nesta hipótese, prevalecerá como definitivo o laudo condenatório.

§ 3º Aplicar-se-á, na perícia de contraprova, o mesmo método de análise empregado na análise fiscal condenatória, salvo se houver concordância dos peritos quanto à adoção de outro.

Art. 138 Havendo discordância entre os resultados da análise fiscal condenatória e da perícia de contraprova, o infrator poderá requerer, no prazo de dez dias, novo exame pericial a ser realizado, em igual prazo, na segunda amostra em poder do laboratório oficial credenciado.

Art. 139 Se a análise fiscal ou perícia de contraprova vier a considerar o produto ou substância própria para o consumo, a autoridade de saúde libera-lo-á, arquivando o processo e, em caso contrário,

tomará as providências definitivas de interdição, inutilização ou outra destinação aprovada pelo Secretário da Saúde do Município.

Art. 140 A autoridade de saúde interditará, preventivamente, o produto ou a substância, sempre que constatar flagrantes indícios de alteração ou de adulteração ou de ações fraudulentas.

Art. 141 A interdição do produto ou substância, e do estabelecimento, como medida preventiva, durará o tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências, observado o disposto no art. 140 desta Lei.

Art. 142 Os produtos ou substâncias manifestamente deteriorados ou alterados serão apreendidos e inutilizados imediatamente, a menos que possam ter algum aproveitamento previsto em regulamento, norma técnica ou decisão superior, observado o disposto no art. 151 desta Lei.

Art. 143 O Secretário da Saúde do Município poderá, no caso de condenação de produto ou substância cuja alteração, falsificação, não-licenciamento ou procedência incomprovada, não impliquem em torná-los impróprios para o consumo ou outro uso, determinar ou autorizar a sua doação a estabelecimentos assistenciais ou congêneres.

§ 1º Os tubérculos, bulbos, rizomas, sementes e grãos em estado de germinação, impróprios ao consumo humano, não serão inutilizados se puderem ser destinados ao plantio ou fins industriais, a critério da autoridade de saúde e observadas as necessárias precauções.

§ 2º Também não será inutilizado o alimento apreendido quando passível de utilização na alimentação animal, plantio ou fins industriais não-alimentícios, a critério da autoridade de saúde e observadas as necessárias precauções.

### SUBSEÇÃO III DOS AUTOS DE INFRAÇÃO E DE MULTA

Art. 144 O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei, em seus regulamentos ou em legislação específica, quando existir.

#### DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 145 O auto de infração será lavrado no ato da inspeção sanitária ou posteriormente na sede da repartição competente, observando a forma, o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei, em seus regulamentos e legislação específica, pela autoridade de saúde que a houver constatado e conterá obrigatoriamente os seguintes dados:

I - nome do infrator, endereço, CPF ou CNPJ, bem como os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade autuada;

II - o ato ou fato constitutivo da infração e o local, data e hora respectivos;

III - a disposição legal ou regulamentar transgredida;

IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;

V - prazo para a defesa ou impugnação, com a indicação da autoridade a que deve ser dirigida, e seu endereço;

VI - nome e cargo legíveis da autoridade autuante e sua assinatura;

VII - a assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto e, em caso de recusa, a consignação desta circunstância;

VIII - quando da impossibilidade da assinatura do infrator ou

representante legal ou preposto, admitir-se-á assinatura a rogo, com assinatura de duas testemunhas, se possível; e  
IX - número da intimação, com o prazo estipulado para o cumprimento das exigências, no caso de obrigação subsistente.

§ 1º O titular da Vigilância em Saúde ou técnico por este determinado, antes de processar o auto de infração, fará um exame prévio deste, ordenando sua retificação, se necessário.

§ 2º O infrator será notificado da renovação ou retificação do auto de infração, com as mesmas formalidades da primeira notificação, renovando-se-lhe o prazo para defesa ou impugnação.

§ 3º As omissões ou incorreções na lavratura do auto de infração não acarretarão a nulidade deste, quando do processo constarem elementos suficientes à caracterização da infração e à determinação do infrator.

Art. 146 Quando o autuado for analfabeto, fisicamente incapacitado ou recusar-se a exarar a ciência, o auto de infração poderá ser assinado a rogo na presença de duas testemunhas, ou na falta destas, a autoridade autuante realizará a consignação desta circunstância no auto.

#### DO AUTO DE MULTA

Art. 147 O auto de multa, dependendo do valor aplicado, será lavrado no ato da inspeção sanitária ou posteriormente na sede da repartição competente, observando a forma, o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei, seus regulamentos e legislação específica, quando existir.

§ 1º Quando verificar que se trata de infração leve (art. 125) e a penalidade aplicável for unicamente de multa, a autoridade autuante poderá lavrar o respectivo auto, fixando-a, desde logo, entre R\$ 125,00 à R\$ 2.500,00, levando em conta os critérios de dosimetria desta Lei e seus regulamentos.

§ 2º O auto de multa, afora a fixação da pena pecuniária pela própria autoridade autuante, conterà os requisitos do art. 153 desta Lei e seguirá a mesma tramitação (art. 157 a 162), do auto de infração.

§ 3º O auto de multa aplica-se também nos casos de descumprimento de auto de intimação, nos termos do art. 132 desta Lei e nos casos de desacato à autoridade de saúde, nos termos do art. 130 parágrafo único, desta Lei.

§ 4º Do auto de multa constará a advertência de que se o infrator efetuar o seu recolhimento ao Fundo Municipal de Saúde, no prazo de vinte dias, contados da autuação, com desistência tácita de qualquer impugnação, terá direito a desconto de vinte por cento no valor da multa.

Art. 148 Quando, apesar da lavratura do auto de infração ou de multa, subsistir ainda para o infrator obrigação de ordem legal ou técnica a cumprir, a autoridade de saúde ordenará as providências, mediante auto de intimação.

#### SUBSEÇÃO IV DA NOTIFICAÇÃO E DEFESA

Art. 149 O infrator será notificado para ciência do auto de infração ou de multa:

- I - pessoalmente;
- II - pelo correio ou via postal, com aviso de recebimento; e
- III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

§ 1º O edital referido no inciso III será publicado uma única vez na Imprensa Oficial ou outro meio previsto em regulamento, indicando a autoridade perante a qual poderá ser apresentada a defesa, com o respectivo endereço e advertirá que a notificação se considerará efetivada cinco dias após a publicação.

§ 2º Quando o autuado for analfabeto ou fisicamente incapacitado, outra pessoa poderá assinar por ele, a seu pedido, devendo a autoridade autuante registrar o fato no auto.

Art. 150 O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração ou de multa no prazo de quinze dias contados da sua notificação.

#### SUBSEÇÃO V DO JULGAMENTO

Art. 151 Recebendo a defesa ou impugnação ou transcorrido o prazo legal sem a sua apresentação, a autoridade julgadora, antes de decidir, providenciará as informações sobre os antecedentes do infrator e o relatório da autoridade autuante, que deverá ser fornecido no prazo de dez dias.

Parágrafo único. A autoridade autuante, ao prestar as informações solicitadas pela autoridade julgadora, fornecerá e esclarecerá todos os elementos complementares necessários ao julgamento, narrando as circunstâncias do caso e da autuação, as condições e a conduta do infrator em relação à observância das normas sanitárias, assim como a sua capacidade econômica.

Art. 152 A autoridade julgadora, se decidir favoravelmente ao infrator, decidirá pelo arquivamento do processo, mas se julgar procedente a autuação, procederá da seguinte maneira:

- I - no caso do auto de multa, transcorrido o prazo legal sem apresentação de recurso, este será encaminhado para lançamento em dívida ativa e cobrança, devendo ser recolhido ao Fundo Municipal de Saúde; e
- II - nos demais casos, ordenará a lavratura do auto de imposição de penalidade.

Art. 153 A requerimento do interessado ou mediante a sua concordância expressa e ouvida a Secretaria Municipal de Saúde, o Prefeito Municipal poderá converter a pena de multa em atividade educativa ou beneficente.

Art. 154 Ficam instituídas as seguintes instâncias de julgamento para apuração das infrações sanitárias, na forma de seu regulamento específico:

- I - primeira instância: Diretor da Vigilância em Saúde;
- II - segunda instância: Secretário Municipal de Saúde.

§ 1º Antes de decidir sobre qualquer recurso, cada instância julgadora poderá criar comissão de técnicos da área de Vigilância em Saúde, com a finalidade de emitir parecer técnico conclusivo para tomada de decisão.

§ 2º Todas as decisões dos processos administrativos deverão ser fundamentadas.

#### SUBSEÇÃO VI DO AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

Art. 155 O auto de imposição de penalidade será lavrado pela autoridade autuante, nos termos da decisão condenatória, em três vias, destinando-se a primeira ao infrator, e conterà:

- I - o nome ou denominação da pessoa física ou jurídica, com CPF ou CNPJ, endereço bem como os demais elementos necessários à sua identificação e qualificação;



II - o número e data do auto de infração respectivo;  
III - a descrição do ato ou fato constitutivo da infração e o local onde ocorreu;  
IV - a disposição legal ou regulamentar infringida;  
V - a penalidade imposta e seu fundamento legal;  
VI - o prazo legal de quinze dias para interpor recurso, contado da ciência do autuado, indicando a autoridade competente;  
VII - a assinatura da autoridade atuante;  
VIII - a assinatura do autuado ou, na sua ausência, de seu representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a consignação desta circunstância pela autoridade autuante; e  
IX - quando o autuado for analfabeto ou fisicamente incapacitado, poderá ser assinado a rogo, na presença de 02 (duas) testemunhas ou, na falta destas, deverá ser feita a devida ressalva pela autoridade autuante.

Parágrafo único. O auto de imposição de penalidade poderá ser remetido pelo correio, com aviso de recebimento (AR), ou publicado por edital, se o autuado estiver em lugar incerto, inacessível ou não sabido (art. 157 § 1º).

Art. 156 Se a condenação incluir multa, o auto de imposição de penalidades assinalará:

I - o valor da penalidade pecuniária;  
II - que o prazo para pagamento será de trinta dias a contar da notificação, sob pena de cobrança judicial, podendo ser parcelado depois de regulamentada por decreto do Chefe do Poder Executivo;  
III - que, se o infrator efetuar o pagamento no prazo de vinte dias, contados da notificação, com desistência tácita do recurso, terá desconto de vinte por cento no valor da multa;  
IV - a advertência de que o não-pagamento da multa, depois de esgotados os recursos e o prazo legal, implicará em inscrição em dívida ativa do município; e  
V - as instruções para o recolhimento da multa.

#### SUBSEÇÃO VII DO RECURSO

Art. 157 O infrator poderá, no prazo de quinze dias, contados da sua notificação, recorrer da decisão condenatória ao órgão competente, indicado em regulamento.

§ 1º Não será recebido o recurso enquanto não for cumprida a obrigação subsistente, determinada por auto de intimação, cabendo à instância recursal certificar-se do fato junto à autoridade de saúde.

§ 2º Os recursos das decisões não definitivas somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária.

Art. 158 As decisões da instância recursal serão publicadas em edital ou afixado em lugar de costume, e comunicadas aos interessados por via postal, com Aviso de Recebimento (AR).

Art. 159 Julgado o recurso, os autos serão devolvidos ao órgão de origem para a execução da decisão final.

Parágrafo único. Se a decisão tiver cunho meramente processual de anulação dos atos praticados, a autoridade de saúde renovará os procedimentos, atendendo às recomendações e às determinações legais.

#### SUBSEÇÃO VIII DA EXECUÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 160 Esgotados os prazos ou devolvido o processo pela instância recursal, o órgão competente tomará as seguintes providências:

I - fará publicar, em lugar de costume, as penalidades aplicadas aos infratores, comunicando aos órgãos de imprensa os casos mais graves de interesse da população em geral;  
II - comunicará aos demais órgãos do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária os casos que exigirem tal providência, assim como às próprias autoridades interessadas do Município;  
III - promoverá a execução e cumprimento das penalidades aplicadas; e  
IV - manterá controle e acompanhamento da cobrança das multas junto ao órgão competente e ao Fundo Municipal de Saúde.

#### SUBSEÇÃO IX DA PRESCRIÇÃO

Art. 161 As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em cinco anos.

§ 1º A prescrição interrompe-se pela notificação ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e consequente imposição de pena.

§ 2º Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

#### SUBSEÇÃO X DO REGISTRO DE ANTECEDENTES

Art. 162 A Vigilância em Saúde, através da sua área específica, manterá registro de todos os processos em que haja ou não decisão condenatória definitiva, tendo em vista as informações de antecedentes, nos julgamentos.

### CAPÍTULO III TAXA DE ATOS DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

#### SEÇÃO I INCIDÊNCIA

Art. 163 Fica criada a taxa de atos da Vigilância em Saúde, que é devida pela execução dos seguintes serviços prestados pela Secretaria Municipal da Saúde:

I - vistoria sanitária, realizada a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços, que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento ou divulgação possa interessar à saúde pública;  
II - vistoria prévia, que é a vistoria realizada para a concessão de alvará sanitário;  
( Declaração de Regularidade Sanitária )  
III - concessão de alvará sanitário, entendido como autorização para funcionamento de estabelecimentos, serviços e atividades de interesse da Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica Municipal;  
IV - concessão de licença especial, entendida como autorização para a realização de atividades não enquadradas no inciso anterior, mas consideradas de interesse da saúde pública;  
V - concessão de licença provisória, entendida como autorização sanitária para a realização de atividades por prazo pré-determinado, que não ultrapasse cento e vinte dias;  
VI - fornecimento de certidão, declaração ou atestado, relativos a assentos atribuíveis à Secretaria Municipal da Saúde;  
VII - análise e aprovação sanitária de projetos de edificações unifamiliares e multifamiliares e estabelecimento de saúde e de interesse da saúde; e  
VIII - outras, fixadas por ato municipal.

§ 1º As taxas dos atos de Vigilância em Saúde serão baseadas na Unidade do Sistema Monetário Nacional vigente e a tabela dos respectivos valores será regulamentada em decreto do Chefe do

**Poder Executivo.**

§ 2º Os valores previstos no parágrafo anterior deverão ser atualizados no dia 1º de janeiro de cada exercício, de acordo com índice estabelecido por legislação federal, de modo que reflita a perda do valor aquisitivo da moeda.

**SEÇÃO II  
CÁLCULO**

Art. 164 As taxas dos atos de Vigilância em Saúde terá como base a Tabela de Atos de Vigilância Sanitária baixada por ato do Poder Executivo.

§ 1º O pagamento das taxas previstas neste artigo não exclui os demais tributos e penalidades pecuniárias a que estiver sujeito o contribuinte.

§ 2º O produto das arrecadações das taxas e das multas dos atos de Vigilância em Saúde, através das suas áreas de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador será de competência do Fundo Municipal de Saúde e será destinado à manutenção, aparelhamento, aperfeiçoamento e capacitação de técnicos dessas áreas.

**TÍTULO XVII  
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 165 O Poder Executivo Municipal expedirá os regulamentos necessários à execução da presente Lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 166 O Secretário Municipal de Saúde autorizará o pagamento de hora plantão e sobreaviso para o cumprimento das ações de Vigilância em Saúde nos vários níveis de complexidade, que ocorrerem fora do horário de expediente, estabelecido pela municipalidade, dentro dos limites estabelecidos pela legislação.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Saúde estabelecerá as modalidades de prestação de serviços em horários de plantão e sobreaviso.

§ 2º. Os servidores que não se enquadrarem na categoria citada no caput deste artigo, também permanecem, sem prejuízo no cargo ou função de Fiscal de Vigilância Sanitária e executarão as ações básicas de Vigilância Sanitária e Epidemiológica.

Art. 167 Os servidores da Prefeitura Municipal de Barra Velha, de outras áreas da Secretaria Municipal de Saúde e os de outras esferas governamentais, cedidos, lotados, designados e em exercício na Vigilância em Saúde, conforme previsto no art. 11 desta Lei, somente serão remanejados a seu pedido e após deferimento do Secretário Municipal de Saúde, ou se cometerem atos que depois de apurados, através de processos administrativos, cabendo-lhes amplo direito de defesa, os tornem inaptos para o exercício da função.

Art. 168 O Município, por intermédio deste Código de Vigilância em Saúde, desenvolverá políticas de atendimento à diversidade sexual.

Art. 169 A saúde da mulher, pela sua especialidade, será compreendida numa organização de programa e ações permanentes desenvolvidas sob o amparo deste Código.

Art. 170 O Município, através do Código de Vigilância em Saúde, promoverá a criação de programas de referência à atenção da saúde da juventude, de acordo com as seguintes diretrizes:

I - reconhecimento das necessidades específicas desta faixa etária;

II - oferecimento de garantias para o acolhimento seguro de suas demandas; e

III - confiabilidade na postura dos profissionais diante da sua condição juvenil.

Art. 171 A Vigilância em Saúde, através da Comissão Técnico Normativa, elaborará regulamentação técnica para instituir os Programas de Toxicovigilância, Hemovigilância e outros que se fizerem necessários, em conformidade com o previsto na legislação federal vigente.

Art. 172 Os processos em andamento, na data da entrada em vigor desta Lei, não sofrerão alteração quanto à competência das autoridades autuantes e julgadoras bem como quanto aos procedimentos legais.

Parágrafo único. Os blocos de autos de intimação, infração, multa, imposição de penalidades e de coletas de amostras serão impressos com a atual denominação de Vigilância em Saúde.

Art. 173 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 174 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, sem prejuízo de outras disposições nela contidas.

Art. 175 Fica revogada a Lei nº 1016, de 21 de dezembro de 2010.

Barra Velha, 13 de outubro de 2014.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
PREFEITO

**Biguaçu****PREFEITURA****Portaria Nº 2374/2014**

PORTARIA nº 2374 de 14 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRA REGINA JUPA DALPRÁ, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRA REGINA JUPA DALPRÁ, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 03/03/2014 a 02/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/03/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2375/2014**

PORTARIA nº 2375 de 14 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GEISY DE FÁTIMA MARTINS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GEISY DE FÁTIMA MARTINS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/10/2014 a 01/10/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/10/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2376/2014**

PORTARIA nº 2376 de 14 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VÂNIA APARECIDA STEFFENS SAGÁS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VÂNIA APARECIDA STEFFENS SAGÁS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/08/2014 a 01/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2377/2014**

PORTARIA nº 2377 de 14 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRA ROSA LEAL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRA ROSA LEAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 19/04/2014 a 18/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/08/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2378/2014**

PORTARIA nº 2378 de 14 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIA TOLEDO DE AZEVEDO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUCIA TOLEDO DE AZEVEDO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 05/03/2014 a 04/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/03/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2379/2014**

PORTARIA nº 2379 de 14 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARLEIDE CATARINA ANSELMO DIAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARLEIDE CATARINA ANSELMO DIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/07/2014 a 01/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/07/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2380/2014**

PORTARIA nº 2380 de 14 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA REGINA RONCHI VITORINO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), PATRICIA REGINA RONCHI VITORINO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2014 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/07/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2381/2014**

PORTARIA nº 2381 de 14 de outubro de 2014

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARINA DE SOUZA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARINA DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 08/01/2014 a 07/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/01/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício



**PORTARIA Nº 2382/2014**

PORTARIA nº 2382 de 14 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) ANGELA LUIZA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELA LUIZA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 24/09/2014 a 23/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/09/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 2383/2014**

PORTARIA nº 2383 de 14 de outubro 2014

Admitir o (a) Servidor (a) BRUNA CAROLINA DUTRA DA SILVA BATISTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BRUNA CAROLINA DUTRA DA SILVA BATISTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 25/09/2014 a 24/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/09/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 153/2014**

DECRETO Nº 153/2014 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispensa a realização da audiência pública para a elaboração e discussão da Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu e.e, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, que as audiências públicas exigidas pelo artigo 48, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal se destinam a promover a participação da sociedade na definição dos objetivos, prioridades e metas da administração na aplicação dos recursos públicos e a transparência dos atos do governo;

CONSIDERANDO, que foram realizadas audiências públicas durante os processos de elaboração e discussão do Plano Plurianual para 2014/2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015;

CONSIDERANDO, que na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentária foram apresentadas, discutidas e aprovadas as prioridades e metas da administração para o exercício de 2015;

CONSIDERANDO, que a proposta de Lei Orçamentária para 2015 contempla no orçamento da receita e no orçamento da despesa as mesmas prioridades e metas da administração constante da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015, discutidas e aprovadas em audiência pública;

CONSIDERANDO, que as ações de governo e seus valores contemplados na proposta orçamentária para 2015, são as mesmas priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015;

CONSIDERANDO, que a realização de audiência pública para a proposta orçamentária para 2015, seria uma repetição de tudo o que foi apresentado, discutido e aprovado na audiência pública realizada durante o processo de elaboração da LDO para 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica dispensada a realização de audiência pública durante o processo de elaboração da Lei Orçamentária para 2015, haja vista que esta reproduz as mesmas metas fiscais e físicas aprovadas pela sociedade para a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**Portaria Nº 2384/2014**

PORTARIA nº 2384 de 14 de outubro de 2014

Concede ao (a) servidor (a) Martha Huff Martins, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Jornalista, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo de Comunicação Social, inscrito (a) na matrícula funcional nº 9493, a Gratificação pelo Exercício de Cargo Comissionado, nos termos do art. 146, caput da Lei Complementar nº 47/2012, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao (a) servidor (a) Martha Huff Martins, brasileira, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Jornalista, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo de Comunicação Social, inscrito (a) na matrícula funcional nº 9493, a Gratificação pelo Exercício de Cargo Comissionado, nos termos do art. 146, caput da Lei Complementar nº 47/2012.

Parágrafo único. O valor fixado para a Gratificação concedida nos termos do caput deste artigo corresponde ao valor dos vencimentos do cargo de provimento efetivo acrescido de 30% (trinta por cento) do vencimento de seu cargo, observada a aplicação do art. 146, caput da Lei Complementar nº 47/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e

seus efeitos são retroativos a 09/10/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA Nº 2385/2014**

PORTARIA nº 2385 de 14 de outubro de 2014  
AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;  
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;  
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;  
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;  
ADAILTON AMARO LINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Três Riachos;  
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
ALENARRI PIZZATTO, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;  
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;  
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;  
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;  
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;  
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Cultura;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;  
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal

do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;  
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;  
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;  
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ELIAS ZACARIAS ROMÃO; ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
ELISIANE APARECIDA FERREIRA; ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;  
ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Ferais III (Jardineiro);  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais III (Jardineiro);  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Orçamento Participativo;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;

JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calçeteiro;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;  
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;  
LEANDRO MARCILIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;  
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;

LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;  
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;  
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calçeteiro;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;  
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calçeteiro;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de

Mecânico;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal,  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
RODRIGO STEFFENS, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
SILVANA CESCNETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;  
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;  
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
UÉLITON ROMEU DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional de Cachoeiras;  
VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA Nº 2391/2014** PORTARIA Nº 2391/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

#### **RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARINA DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9084/2014 em anexo no período de 10/10/2014 a 14/10/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.  
JOÃO LUIZ LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2390/2014**

PORTARIA Nº 2390/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo comissionado de DIRETOR GERAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9048/2014 em anexo no período de 08/10/2014 a 22/10/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2389/2014**

PORTARIA Nº 2389/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARILU GONZAGA, ocupante do Cargo efetivo de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9011/2014 em anexo no período de 07/10/2014 a 31/10/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2388/2014**

PORTARIA Nº 2388/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSINELE HEINZ, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8987/2014 em anexo no período de 07/10/2014 a 10/10/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2387/2014**

PORTARIA Nº 2387/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ HENRIQUE COUTO DA ROSA, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9001/2014 em anexo no período de 09/10/2014 a 14/10/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 2386/2014**

PORTARIA Nº 2386/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SERGIO ROBERTO CAMPOS, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8943/2014 em anexo no período de 14/10/2014 a 23/10/2014.

Biguaçu, 14 de outubro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 150/2014**

DECRETO Nº 150/2014 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARTE DE ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NO BAIRRO FUNDOS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ANSELMO AUGUSTINHO SCHMITZ OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, de parte da propriedade de Anselmo Augustinho Schmitz ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 21.108, livro n. 2-DN, fls 142, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, e certidões atualizadas, plantas topográficas e memoriais em anexo para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - Memorial Descritivo da Área Desapropriada: Partindo-se do vértice V1 com coordenadas X=732336.2041 e Y=6954182.5857,



seguinte com azimute 235°20'55" e distância 22.20m chega-se ao vértice V2 com coordenadas X=732317.9411 e Y=6954169.9627, confrontando com LOTE 01 - ÁREA REMENESCENTE. Deste com azimute de 331°01'25" e distância 12.26m chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=732312.0027 e Y=6954180.6863, confrontando com TEREZINHA KONS SHIMITZ. Deste com azimute de 52°46'26" e distância 7.78m chega-se ao vértice V4 com coordenadas X=732318.2047 e Y=6954185.3984. Deste com azimute de 58°29'17" e distância 12.06m chega-se ao vértice V5 com coordenadas X=732328.4879 e Y=6954191.7029. Deste com azimute de 53°00'27" e distância 2.51m chega-se ao vértice V6 com coordenadas X=732330.4951 e Y=6954193.2150, todos confrontando com ESVALDINO DA CUNHA. Deste com azimute de 151°45'35" e distância 12.00m chega-se ao vértice V1, ponto origem deste memorial, confrontando com PORTO SUL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. O presente Memorial Descritivo refere-se a uma (1) área de terra com 272,72 m<sup>2</sup>, representando parte da matrícula citada, com área total de 4.513,91m<sup>2</sup>. Localizada no bairro Fundos, município de Biguaçu/SC.

II - Memorial Descritivo da Área Remanescente: Partindo-se do vértice V1 com coordenadas X=732433.4253 e Y=6954001.5747, seguindo com azimute 259°48'35" e distância 21.06m chega-se ao vértice V2 com coordenadas X=732413.2026 e Y=6953997.9396, confrontando com RUA JULIO TEODORO MARTINS. Deste com azimute de 331°01'25" e distância 196.63m chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=732317.9411 e Y=6954169.9627, confrontando com TEREZINHA KONS SHIMITZ. Deste com azimute de 55°20'55" e distância 22.20m chega-se ao vértice V4 com coordenadas X=732336.2041 e Y=6954182.5857, confrontando com LOTE 02 - A DESMEMBRAR. Deste com azimute de 151°45'35" e distância 205.34m chega-se ao vértice V1, ponto origem deste memorial, confrontando com PORTO SUL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. O presente Memorial Descritivo refere-se a uma (1) área de terra com 4.241,19m<sup>2</sup>, representando parte da matrícula citada, com área total de 4.513,91m<sup>2</sup>. Localizada no bairro Fundos, município de Biguaçu/SC.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para fins de Mobilidade Urbana, manutenção e ampliação da Rua Clementina de Andrade e criação de área institucional.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de outubro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

## Decreto Nº 151/2014

DECRETO Nº 151/2014 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARTE DE ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NO BAIRRO FUNDOS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE TEREZINHA KONS SCHMITZ OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente;

### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, de parte da propriedade de Terezinha Kons Schmitz ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 21.109, livro n. 2-DN, fls 143, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, e certidões atualizadas, plantas topográficas e memoriais em anexo para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - Memorial Descritivo da Área Desapropriada: Partindo-se do vértice V1 com coordenadas X=732317.9411 e Y=6954169.9627, seguindo com azimute 237°23'03" e distância 22.25m chega-se ao vértice V2 com coordenadas X=732299.2009 e Y=6954157.9705, confrontando com LOTE 01 - ÁREA REMENESCENTE. Deste com azimute de 330°35'54" e distância 12.03m chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=732293.2974 e Y=6954168.4468, confrontando com ROGÉRIO FRANCISCO SCHIMITZ. Deste com azimute de 60°17'08" e distância 2.37m chega-se ao vértice V4 com coordenadas X=732295.3610 e Y=6954169.6245. Deste com azimute de 57°20'54" e distância 15.79m chega-se ao vértice V5 com coordenadas X=732308.6587 e Y=6954178.1457. Deste com azimute de 52°46'26" e distância 4.19m chega-se ao vértice V6 com coordenadas X=732312.0027 e Y=6954180.6863, todos confrontando com ESVALDINO DA CUNHA. Deste com azimute de 151°01'25" e distância 12.26m chega-se ao vértice V1, ponto origem deste memorial, confrontando com ANSELMO AGOSTINHO SCHIMITZ. O presente Memorial Descritivo refere-se a uma (1) área de terra com 4.169,84m<sup>2</sup>, representando parte da matrícula citada, com área total de 4.437,89m<sup>2</sup>. Localizada no bairro Fundos, município de Biguaçu/SC.

II - Memorial Descritivo da Área Remanescente: Partindo-se do vértice V1 com coordenadas X=732413.2026 e Y=6953997.9396, seguindo com azimute 258°57'06" e distância 1.08m chega-se ao vértice V2 com coordenadas X=732412.1528 e Y=6953997.7346. Deste com azimute de 249°53'13" e distância 19.98m chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=732393.3711 e Y=6953990.8566, ambos confrontando com RUA JULIO TEODORO MARTINS. Deste com azimute de 330°35'54" e distância 191.82m chega-se ao vértice V4 com coordenadas X=732299.2009 e Y=6954157.9705, confrontando com ROGÉRIO FRANCISCO SCHIMITZ. Deste com azimute de 57°23'03" e distância 22.25m chega-se ao vértice V5 com coordenadas X=732317.9411 e Y=6954169.9627, confrontando com LOTE 02 - A DESMEMBRAR. Deste com azimute de 151°01'25" e distância 196.63m chega-se ao vértice V1, ponto origem deste memorial, confrontando com ANSELMO AGOSTINHO SCHIMITZ. O presente Memorial Descritivo refere-se a uma (1) área de terra com 268,05m<sup>2</sup>, representando parte da matrícula citada, com área total de 4.437,89m<sup>2</sup>. Localizada no bairro Fundos, município de Biguaçu/SC.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária

para fins de Mobilidade Urbana, manutenção e ampliação da Rua Clementina de Andrade e criação de área institucional.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escrutária

### **Decreto Nº 152/2014**

DECRETO Nº 152/2014 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, PARTE DE ÁREA DE TERRA LOCALIZADA NO BAIRRO FUNDOS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE ROGÉRIO FRANCISCO SCHMITZ OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente. DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, de parte da propriedade de Rogério Francisco Schmitz ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 21.110, livro n. 2-DN, fls 144, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, e certidões atualizadas, plantas topográficas e memoriais em anexo para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - Memorial Descritivo da Área Desapropriada: Localizada no bairro Fundos, município de Biguaçu/SC. Partindo-se do vértice V1 com coordenadas X=732299.2004 e Y=6954157.9714, seguindo com azimute 239º45'54" e distância 22.31m chega-se ao vértice V2 com coordenadas X=732279.9246 e Y=6954146.7369, confrontando com LOTE 01 - ÁREA REMENESCENTE. Deste com azimute de 330º19'57" e distância 12.00m chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=732273.9789 e Y=6954157.1746, confrontando com PORTO SUL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Deste com azimute de 59º08'25" e distância 4.34m chega-se ao vértice V4 com coordenadas X=732277.7085 e Y=6954159.4032. Deste com azimute de 59º40'30" e distância 12.05m chega-se ao vértice V5 com coordenadas X=732288.1115 e Y=6954165.4883. Deste com azimute de 60º17'08" e distância 5.97m chega-se ao vértice V6 com coordenadas X=732293.2969 e Y=6954168.4477, todos m confrontando com ODILHA J. DA COSTA. Deste com azimute

de 150º35'54" e distância 12.03m chega-se ao vértice V1, ponto origem deste memorial, confrontando com TEREZINHA KONS SHIMITZ. O presente Memorial Descritivo refere-se a uma (1) área de terra com 4.147,49m², representando parte da matrícula citada, com área total de 4.416,84m².

II - Memorial Descritivo da Área Remanescente: Partindo-se do vértice V1 com coordenadas X=732393.3711 e Y=6953990.8566, seguindo com azimute 251º25'53" e distância 20.20m chega-se ao vértice V2 com coordenadas X=732373.5028 e Y=6953984.1823. Deste com azimute de 240º53'00" e distância 0.86m chega-se ao vértice V3 com coordenadas X=732372.7586 e Y=6953983.7678, ambos confrontando com RUA JULIO TEODORO MARTINS. Deste com azimute de 330º19'57" e distância 187.54m chega-se ao vértice V4 com coordenadas X=732279.9252 e Y=6954146.7360, confrontando com PORTO SUL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Deste com azimute de 59º45'54" e distância 22.31m chega-se ao vértice V5 com coordenadas X=732299.2009 e Y=6954157.9705, confrontando com LOTE 02 - A DESMEMBRAR. Deste com azimute de 150º35'54" e distância 191.82m chega-se ao vértice V1, ponto origem deste memorial, confrontando com TEREZINHA KONS SHIMITZ. O presente Memorial Descritivo refere-se a uma (1) área de terra com 269,35m², representando parte da matrícula citada, com área total de 4.416,84m². Localizada no bairro Fundos, município de Biguaçu/SC

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação da seguinte área se faz necessária para fins de Mobilidade Urbana, manutenção e ampliação da Rua Clementina de Andrade e criação de área institucional.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 13 de outubro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escrutária

### **Decreto Nº 144/2014**

DECRETO Nº 144/2014 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 a servidora IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, detentora da matrícula funcional nº 371, portadora do CPF nº 486.448.039-72, inscrita no RG nº 1.372.505, PIS/PASEP nº 180.13108.82-7, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor III - 30 horas, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 4.573,58 (quatro mil, quinhentos e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar Municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos do Magistério Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 01/10/2014, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de outubro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### Decreto Nº 145/2014

DECRETO Nº 145/2014 DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III, da Lei Municipal nº 1.619/2001, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida na Lei Federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora LUZIA MAURA OLIVEIRA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei Municipal nº 16619/2001, a servidora LUZIA MAURA OLIVEIRA, detentora da matrícula funcional nº 8009, inscrita no CPF nº 860.580.379-72 e no PASEP nº 1079778515-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 51,50% (cinquenta e um vírgula zero cinquenta por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 724,00 (Setecentos e vinte e quatro reais), que será paga mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de 30/09/2014, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de outubro de 2014.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### 82ª Convocação Para O Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000  
FONE/FAX: (48) 3039 8500

82ª Convocação para o Processo Seletivo - SESA - edital 001/2012  
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 20/10/2014, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 15 de outubro de 2014.  
Leandro Adriano de Barros  
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1033 - Enfermeiro II  
27 - Marli Fátima dos Passos

Cargo - Lotação 1047 - Farmacêutico  
10 - Josielle Gonçalves Mafiolette

Cargo - Lotação 3126 - Agente Comunitário de Saúde - Saveiro  
04 - Ariane Ferreira Pedro

**CÂMARA MUNICIPAL****Revogação TP Nº 010/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU - CNPJ: 73.564.064/0001- 99  
RUA HERMÓGENES PRAZERES, 79, CENTRO, BIGUAÇU - SC - CEP 88160-000.

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO - TOMADA DE PREÇO Nº 010/2014

OBJETO: Aquisição de Telefonia Móvel.

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Biguaçu, com endereço à Rua: Hermógenes Prazeres nº 79, Edifício Comercial Nagib Garcia, Centro - Biguaçu - SC CEP 88160-000, no exercício de suas atribuições que lhe confere a portaria nº 047/2014 de 20 de fevereiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados que fica REVOGADO o PROCESSO LICITATÓRIO TP nº 10/2014 em virtude do não comparecimento de empresas interessadas em participar do CERTAME, marcado para o dia 14/10/2014 às 13:30 h, conforme edital devidamente publicado.

Biguaçu, 14 de setembro de 2014.

Manoel Airton Pereira

Presidente da C.M.B.

**Blumenau****PREFEITURA****Lei Nº 8.037/2014**

LEI Nº 8.037, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITROUPAVAZINHA 'DONA ELI VICENTE' - AVICEN".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Itoupavazinha Dona Eli Vicente - AVICEN, CNPJ nº 19.057.456/0001-16, com sede e foro jurídico no município de Blumenau.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**Lei Nº 8.038/2014**

LEI Nº 8.038, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA A LEI Nº 4.582, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1995, QUE ESTABELECE ISENÇÃO DA TARIFA NO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído no art. 1º da Lei nº 4.582, de 19 de dezembro de 1995, o inciso XIII com a seguinte redação:

"Art. 1º [...]

[...]

XIII - os agentes comunitários de saúde, quando uniformizados e identificados."

Art. 2º Fica revogado o inciso X do art. 1º da Lei nº 4.582, de 19 de dezembro de 1995, incluído pela Lei nº 5.462, de 16 de maio de 2000.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal



**LEI Nº 8.039/2014**

LEI Nº 8.039, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal de Prevenção do Suicídio, a ser realizado, anualmente, no dia 10 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 10.443/2014**

DECRETO Nº 10.443, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes do Anexo I a III deste Decreto, no valor de R\$ 425.196,56 (quatrocentos e vinte e cinco mil, cento e noventa e seis reais e cinquenta e seis centavos), realizadas e não processadas nos exercícios financeiros anteriores, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º As despesas de que tratam o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das dotações específicas do orçamento vigente, abaixo discriminadas:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 - Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.123.0002.2024 - Manut. das Ativ. da Contab./Financ.

Modalidade 3.3.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 10.980,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1403 - Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 - Manut. Ativ. de Manut. de Bairros

Modalidade 3.3.91 (488) Aplicações Diretas R\$ 127,69

Fonte de Recursos 0100.00000

31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2167 - Manut. Ativ. de Assist.e Gestão

Modalidade 3.3.91 (11) Aplicações Diretas R\$ 85,12

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2186 - FAEC - Nefrologia

Modalidade 3.3.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 76.993,90

Fonte de Recursos 0165.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 - MAC - Out. Proc. Vinculados

Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 337.009,85

Fonte de Recursos 0165.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de setembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 10.443/2014-ANEXO I**

## ANEXO I

CREDOR:	SETERB
DOCUMENTO:	MEMORANDO 79/2013
DATA:	08/11/2013
ORIGEM DA DESPESA:	PAGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO 54294386E, RELATIVO A VIATURA PREFIXO TD-44 PLACA MMA 3429.
DOTAÇÃO:	488
VALOR:	127,69
TOTAL A RECONHECER:	R\$ 127,69(CENTO E VINTE E SETE REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 25 de setembro de 2014.

RAFAEL JANSEN

Secretário Municipal de Serviços Urbanos

**Decreto Nº 10.443/2014 - Anexo II**

## ANEXO II

CREDOR:	Oásis - Organização de Atendimento à Saúde Interdisciplinar.
DOCUMENTO:	Alvará Judicial
DATA:	01/11/2007
DOTAÇÃO:	D- 67
ORIGEM DA DESPESA	Precatório Autos nº 008.06.015502-4
VALOR:	R\$ 10.980,00
TOTAL A RECONHECER:	R\$ 10.980,00 (Dez mil, novecentos e oitenta reais)

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 25 de setembro de 2014.

JOSÉ ABEL DO NASCIMENTO

Diretor Geral da Fazenda

### Decreto Nº 10.443/2014 - Anexo III

#### ANEXO III

CREDOR:	Prefeitura Municipal de Blumenau- SETERB
DOCUMENTO:	Auto de Infração nº 8034
DATA:	29/08/2014
DOTAÇÃO:	11
ORIGEM DA DESPESA	Referente Multa de Trânsito conforme memorando nº 234/2014 da Gerência de Transportes da PMB originado pelo Veículo Oficial TP 114 placa MFJ 9178.
VALOR:	R\$ 85,12
CREDOR:	Sociedade Divina Providência - Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO:	Memorando nº 127/2014
DATA:	25/09/2014
DOTAÇÃO:	84
ORIGEM DA DESPESA	Referente despesa com diárias de UTI glosadas pelo sistema, de pacientes atendidos no Hospital Santa Isabel, conforme memorando nº 127/2014 da Gerência de Controle e Avaliação, período de julho a outubro/2013, ressarcido pela SES.
VALOR:	R\$ 30.441,49
CREDOR:	Sociedade Divina Providência - Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO:	Memorando nº 106/2014
DATA:	18/08/2014
DOTAÇÃO:	84
ORIGEM DA DESPESA	Referente Pagamento de OPMs rejeitadas pelo sistema, realizadas pelo Hospital Santa Isabel, conforme memorando nº 106/2014 da Gerência de Controle e Avaliação, período de outubro/2013, ressarcido pela SES.
VALOR:	R\$ 114.840,40
CREDOR:	Sociedade Divina Providência - Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO:	Memorando nº 106/2014
DATA:	18/08/2014
DOTAÇÃO:	84
ORIGEM DA DESPESA	Referente despesa com diárias de UTI para pacientes atendidos no Hospital Santa Isabel, conforme memorando nº 127/2014 da Gerência de Controle e Avaliação, período de novembro/2013, ressarcido pela SES.
VALOR:	R\$ 34.942,86
CREDOR:	Sociedade Divina Providência - Hospital Santa Isabel
DOCUMENTO:	Memorando nº 106/2014
DATA:	18/08/2014
DOTAÇÃO:	84
ORIGEM DA DESPESA	Referente despesa com diárias de UTI para pacientes atendidos no Hospital Santa Isabel, conforme memorando nº 127/2014 da Gerência de Controle e Avaliação, período de setembro a outubro/2013, ressarcido pela SES.
VALOR:	R\$ 156.785,10
CREDOR:	Associação Renal Vida
DOCUMENTO:	Memorando nº 034/2014
DATA:	24/09/2014
DOTAÇÃO:	71

ORIGEM DA DESPESA	Pagamento Terapia Renal Vida Substitutiva referente aos repasses do Estado dos meses Outubro e Novembro/2011
VALOR:	R\$ 13.423,08
CREDOR:	Associação Renal Vida
DOCUMENTO:	Memorando nº 034/2014
DATA:	24/09/2014
DOTAÇÃO:	71
ORIGEM DA DESPESA	Pagamento Terapia Renal Vida Substitutiva referente aos repasses do Estado dos meses Maio, Julho, Agosto e Dezembro/2012
VALOR:	R\$ 43.537,91
CREDOR:	Associação Renal Vida
DOCUMENTO:	Memorando nº 034/2014
DATA:	24/09/2014
DOTAÇÃO:	71
ORIGEM DA DESPESA	Pagamento Terapia Renal Vida Substitutiva referente aos repasses do Estado dos meses Outubro e Novembro/2013
VALOR:	R\$ 20.032,91
TOTAL A RECONHECER:	R\$ 414.088,87 (Quatrocentos e quatorze mil oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 25 de setembro de 2014.  
MARIA REGINA DE SOUZA SOAR  
Secretária Municipal de Saúde  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 10.449/2014

DECRETO Nº 10.449, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 7.941, de 16 de dezembro de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 539.351,27 (quinhentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e um reais e vinte e sete centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 - Diretoria Administrativo-Financeira  
Atividade 09.01.12.365.0004.2250 - Alim. Escolar - Ed. Inf. - PNA-EP  
Modalidade 3.3.90 (629) Aplicações Diretas R\$ 500.934,08  
Fonte de Recursos 0360.00000

#### 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas  
Projeto 11.02.15.451.0006.1162 - Sup. Proj. Imp. Pav. Cor. Est. Oeste Prog. Mob. Sust. Bnau  
Modalidade 4.4.90 (661) Aplicações Diretas R\$ 38.417,19  
Fonte de Recursos 0686.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.144/2014**

PORTARIA Nº 18.144, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.  
DESIGNA AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na alínea "c", do inciso II, do art. 4º da Lei Complementar nº 437, de 22 de dezembro de 2003 e Memorando da Diretoria de Controle Interno nº 266/2014, resolve:

DESIGNAR, a servidora abaixo para exercer a função de Auxiliar de Controle Interno no âmbito de sua Secretaria, por prazo indeterminado, com as atribuições constantes no art. 1º, "c", da Lei Complementar nº 754, de 29 de abril de 2010, a contar de 03 de outubro de 2014:

LILIAN ROSE KESKE, matrícula nº 124, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Fundação Cultural de Blumenau - FCB, em substituição a EDYNA PETROCHI, designada pela Portaria nº 16.922, de 03 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de outubro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 368/2014 - Semus**

PORTARIA Nº 368 / 2014 / GABSEMUS

Criação da Segunda Equipe do ESF Tereza Lescowitz, conforme descrições abaixo:

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições, com base no Decreto nº 10.038, de 15 de Julho de 2013, e considerando a necessidade de atendimento da demanda existente na área da saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a segunda equipe do ESF Tereza Lescowitz, doravante denomina ESF Tereza Lezcowitz II;

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente portaria correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde, em 15 de setembro de 2014.  
MARIA REGINA DE SOUZA SOAR  
Secretária Municipal de Saúde

#### **PORTARIA Nº 28.520/2014 - SEDEAD**

PORTARIA SEDEAD Nº 28.520, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL  
ICANOR JOSÉ WIEDERKEHR À SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU - SDR.

CARLOS XAVIER SCHRAMM, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, o servidor público municipal ICANOR JOSÉ WIEDERKEHR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau - SDR, a fim de exercer suas funções junto ao Centro de Educação Profissional - CEDUP, a contar de 01 de outubro de 2014, de acordo com o Processo Administrativo nº 2014/09/006455.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de setembro de 2014.

CARLOS XAVIER SCHRAMM  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 16/2014-SEMUDES**

PORTARIA Nº 016/2014

INDICA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDUARDO ROBERGE FRUTUOSO PARA EXERCER AS ATRIBUIÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Valdecir Mengarda, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº 17.767, de 05 de maio de 2014, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

INDICA,

EDUARDO ROBERGE FRUTUOSO, servidor público municipal, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Semudes, para exercer as atribuições de acompanhamento e coordenação dos trabalhos de manutenção das Unidades de Política de Assistência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de setembro de 2014.

Semudes, em 22 de setembro de 2014.  
VALDECIR MENGARDA  
Secretário de Desenvolvimento Social

#### **RESOLUÇÃO CMI 06/2014**

RESOLUÇÃO CMI Nº 06/2014

INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO E NOMEIA OS RESPECTIVOS MEMBROS.

O Conselho Municipal do Idoso - CMI, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003; pela Lei Complementar nº 906, de 12 de setembro de 2013 e com base no seu Regimento Interno aprovado através do Decreto Municipal 8.358/2007, alterado pelo decreto 10.309 de 27 de Março de 2014.

CONSIDERANDO:

- a Resolução CNDI 22, de 17 de abril de 2014, que dispõe sobre a realização da IV Conferência Nacional de dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências;

- a indicação dos Conselheiros, em Plenária Ordinária do CMI no dia 12 de setembro do corrente ano para comporem a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Blumenau, conforme consta em Ata nº 09/2014.

- o Ofício nº 0106/2014/Semudes-GAB, de 18 de setembro de 2014 que indica os nomes dos representantes do órgão gestor para comporem a Comissão Organizadora da Conferência Municipal do Idoso;

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora para realização da II Conferência Municipal do Idoso e nomeia os respectivos membros, sendo:

I - 02 (dois) representantes governamentais do CMI: Maria Mercedes Farias Lüttke e Marli Cecília Lopes Walendowski;

II - 02 (dois) representantes não governamentais do CMI: Josiane dos Santos Hoepers e Denise Aparecida Ribeiro da Silva;

III - 02 (dois) representantes da Gerência de Apoio aos Conselhos, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Semudes: Ivanete do Nascimento Santos e Viviane Nicolodelli Fantoni;

IV - 03 (três) representantes da Gerência de Gestão Social, da Secretaria Municipal de desenvolvimento Social - Semudes: Lidiane Battisti Archer, Márcia Roseli Guetter Geisler e Denívia Kruger Fanka;

V - 01 (um) representante da Diretoria de Proteção Básica, da Secretaria Municipal de desenvolvimento Social - Semudes: Nilvana Campos Gonçalves;

VI - 01 (um) representante da Diretoria de Proteção Especial de Média Complexidade, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Semudes: Karine Freygang.

Art. 2º Compete à Comissão Organizadora da II Conferência Municipal do Idoso:

I - organizar e operacionalizar a II Conferência Municipal do Idoso;

II - elaborar materiais necessários para a II Conferência Municipal do Idoso;

III - orientar e acompanhar a realização e os encaminhamentos da II Conferência Municipal dos do Idoso;

IV - acompanhar as ações desenvolvidas na II Conferência Municipal do Idoso, tendo como base as disposições do Regimento Interno;

V - elaborar o relatório final da II Conferência Municipal para a Conferência Estadual do Idoso.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de outubro de 2014.

Maria Mercedes Farias Lüttke

Coordenadora do Conselho Municipal do Idoso - CMI

Biênio 2013 - 2015

#### **Resolução CMDCA Nº 53/2014**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº53/2014

DISPÕE SOBRE O REPASSE DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BOM SAMARITANO, PARA EXECUÇÃO DO PROJETO "INCLUSÃO MUSICAL".

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu

Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

#### CONSIDERANDO:

- a competência do CMDCA para deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- a Resolução nº 016/2013, que institui a obrigatoriedade da inscrição de projetos voltados à Política de Atendimento de promoção, Defesa, Orientação e Proteção Integral da Criança e do adolescente, financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente-FIA;

- a Resolução nº 026/2013, que dispõe sobre os projetos inscritos por Organizações Governamentais e Não Governamentais através do Edital para Banco de Projetos nº 001/2013, do CMDCA;

- a Resolução nº 031/2013 que estabelece procedimentos para aplicação dos recursos captados por Organizações Governamentais e Não Governamentais, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- O comunicado interno nº 51/2014 da diretoria financeira informando a aprovação pelo setor de convênios da Semudes do referido projeto;

- a deliberação do CMDCA, em Plenária Ordinária realizada no dia 19 de agosto de 2014, conforme consta na Ata CMDCA nº 11/2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º Repassar à Entidade Bom Samaritano valor correspondente a R\$ 12.560,00 (doze mil quinhentos e sessenta reais) destinado especificamente para a Entidade mencionada executar o Projeto "Inclusão Musical".

Parágrafo único. Do valor total captado pela Entidade, na quantia de R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais) ficará retido no Fundo da Infância e Adolescência - FIA o percentual de 20% (vinte por cento), correspondendo a R\$ 3.140,00 (três mil cento e quarenta reais);

Art. 2º O tempo máximo de execução do Projeto será de até 02 (dois) anos, a contar da data do conveniamento;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 25 de agosto de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora Geral do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Gestão 2013 - 2015

#### **Resolução CMDCA Nº 54/2014**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 054/2014

DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DE REGISTRO DA ENTIDADE CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DE SANTA CATARINA - CIEE E A INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS "PROGRAMA CIEE APRENDIZ" E "PROGRAMA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO - PIT" NO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,



**CONSIDERANDO:**

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento à crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA);

- a Resolução nº 017/2013, alterada pela Resolução nº 023/2013, que dispõe sobre o registro de Entidades Não-Governamentais; a inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de Entidades Governamentais e Não Governamentais a inscrição de projetos para obtenção de financiamento através de editais específicos, e sobre a certificação para captação de recursos, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para projetos de atendimento à criança e ao adolescente;

- Resolução nº 013/2003 que dispõe sobre o Registro de Entidades Não Governamentais, Inscrição de Programas das Entidades Governamentais e Não Governamentais de Atendimento a Criança e/ou Adolescente. Em seu artigo 4, inciso I.

- a aprovação da Comissão de Normas e Registro, realizada na reunião de 09 de setembro de 2014;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 11 de setembro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer validade de 4 (quatro) anos para a Renovação do Registro da Entidade "Centro De Integração Empresa-Escola de Santa Catarina - CIEE" sob número de ordem 04/2003 e a Inscrição dos Programas "CIEE Aprendiz", sob número de ordem 060/2014, e "Iniciação ao Trabalho - PIT", sob número de ordem 059/2014, no CMDCA a contar de 11 de setembro de 2014 e término em 11 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 11 de setembro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA  
Gestão 2013 - 2015

**Resolução CMDCA Nº 55/2014**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 055/2014

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E FORMAÇÃO NO PROCESSO MOBILIZATÓRIO PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE: ACOlhIMENTO DA REDE DE SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS; ATENDIMENTO MUNICIPAL SOCIOEDUCATIVO; CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA COM RECURSOS DO FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

**CONSIDERANDO:**

- o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90;

- a Lei Federal nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e determina em seu artigo 50, inciso II, que compete aos municípios a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual e em seu artigo 7o, § 2o que os municípios deverão com base no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, elaborar seus planos decenais correspondentes, em até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da aprovação do Plano Nacional;

- a Resolução Conjunta CNAS/ CONANDA nº001/2010 que estabelece parâmetros para orientar a constituição, no âmbito dos estados, Municípios e Distrito Federal, de Comissões Intersetoriais de Convivência Familiar e Comunitária, destinados à promoção, proteção e defesa da criança e do adolescente e dá outras providências;

- a Resolução nº 160/2013, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, publicada em 19 de novembro de 2013 que estabelece que os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, elaborar seus planos decenais correspondentes em até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da publicação desta Resolução que aprova o Plano Nacional;

- o Termo de Aceite 2014 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS para Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos, item 9.6 da cláusula quinta. " A continuidade do repasse de recursos federais para oferta dos Serviços de Acolhimento observará a demonstração, no prazo de até 6 (seis) meses após aceite, da implantação de novos serviços e do início do reordenamento daqueles porventura existentes, bem como a elaboração do Plano de Acolhimento."

- que o Termo de Aceite foi formalizado pelo município de Blumenau em março de 2014;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 10 de julho de 2014, conforme consta na Ata nº 09/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar com recursos do FIA a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e formação no processo mobilizatório para elaboração dos Planos Municipais de: 1. Acolhimento da Rede de Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens; 2. Atendimento Socioeducativo; 3 . Convivência Familiar e Comunitária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de setembro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA  
Gestão 2013 - 2015

**Resolução CMDCA Nº 56/2014**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 056/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556,

de 24 de novembro de 2003,

#### CONSIDERANDO:

- o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/90;

- a Lei Federal nº 12.594/2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e determina em seu artigo 5º, inciso II, que compete aos municípios a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, em conformidade com o Plano Nacional e o respectivo Plano Estadual e, em seu artigo 7º, § 2º que os municípios deverão, com base no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, elaborar seus planos decenais correspondentes, em até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da aprovação do Plano Nacional;

- a Resolução nº 160/2013, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, publicada em 19 de novembro de 2013 que estabelece que os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, elaborar seus planos decenais correspondentes em até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da publicação desta Resolução que aprova o Plano Nacional;

- a deliberação do CMDCA, em Plenária Ordinária realizada no dia 10 de julho de 2014, conforme consta na Ata CMDCA nº 09/2014;

- a Resolução nº 55 /2014, do CMDCA, que dispõe sobre a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e formação no processo mobilizatório para elaboração do plano municipal;

- a deliberação da Mesa Coordenadora no dia 28 de julho de 2014,

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de abrangência decenal, do Município de Blumenau, sendo Titular e Suplente respectivamente, conforme segue:

I -Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Maria Eunice Malarcarne Bernat e Alessandra Fandaruff Bonelli

II-Representantes da Diretoria de Proteção Básica

Jesebel Iara Avancini e Caroline Maria Merini

III-Representantes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS I

Sheila Fagundes Isleb e Silene Aparecida da Cruz

IV-Representantes do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS II

Cristiane Rosbach Pinheiro de Almeida e Glauco Anderson Espínola

V-Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Jaéte Catarina Eismann Panoch e Marianna Borsos Mattos

VI-Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Anelize Termann Schlosser e Socorro Maria Ferreira Gonçalves Forster

VII-Representantes da Fundação Cultural de Blumenau

Raquel Furtado e Sandra Regina Gabriel Muller

VIII-Representantes da Fundação Municipal de Desportos

César Augusto Augustin e Gabriela Maas Vieira

IX-Representantes do Conselho Tutelar Centro

Rosa Maria Lemos Ruthers e Edinéia Alessandra Marchetti

X-Representantes do Conselho Tutelar Garcia

Emerson Felippi e Ivan Vetter

XI-Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Vanessa Raquel Cardoso, Ivone Serpa e Darci Holler Pereira

Parágrafo Único: Poderão participar das atividades de discussão e elaboração do Plano Municipal representante do Ministério Público, da Vara da Infância e Juventude, Polícia Civil e Militar, Defensoria Pública, Conselhos Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social, Organizações parceiras onde o adolescente cumpre medida socioeducativa e quaisquer outros representantes de órgãos públicos e/ou cidadãos que possam auxiliar e contribuir com informações imprescindíveis à sua elaboração.

Art. 2º. A Comissão Intersetorial deverá eleger entre seus membros um coordenador, bem como definir, conjuntamente, o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 3º. A Comissão Intersetorial tem a incumbência de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, que será submetido à deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 4º. A Comissão contará com apoio técnico e administrativo da equipe de assessoria da Gerência de Apoio aos Conselhos da SEMUDES.

Art. 5º. Os membros da Comissão Intersetorial não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 6º. A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 02 de outubro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora Geral do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

#### AVISO PREGÃO 22/14 E 23/14 - URB

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU - URB

AVISO DE LICITAÇÃO

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através do Diretor Presidente, torna público para conhecimento dos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório:

Modalidade: Pregão Presencial Nº 022/2014

Objeto:, Contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de atos oficiais da Companhia de Urbanização de Blumenau, no Diário oficial do Estado e Jornal de grande circulação diária Regional,, pelo período de 12 (doze) meses.

Sessão de abertura: 13/10/2014 - 09h00min.

Modalidade: Pregão Presencial Nº 023/2014

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação de sinalização horizontal/vertical em ruas e avenidas do Município de Blumenau/SC, com fornecimento de material, pelo período de 12 (doze) meses.

Sessão de abertura: 14/10/2014 - 09h00min.

O Edital, com seu elemento constitutivo, poderá ser obtido no endereço eletrônico [urb.licitacoes@terra.com.br](mailto:urb.licitacoes@terra.com.br) ou adquirido e retirado na Companhia de Urbanização de Blumenau, à Rua Norberto Seara Heusi, 892, Bairro Asilo - Blumenau/SC, mediante comprovação de depósito de R\$ 20,00 (vinte reais) na Caixa Econômica Federal, Agência 0411, Operação 003, Conta-Corrente: 4646-8, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU

Emerson Vieira - Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 274/2014 - FCB**

PORTARIA Nº. 274/2014

Concede exoneração a servidora pública municipal do cargo de Provimento Efetivo.

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO, Presidente da Fundação Cultural de Blumenau, no uso das suas atribuições que lhe confere o art. 3º, inciso XIV, da LC nº. 400, de 06 de maio de 2003, alterada pela Lei nº. 513, de 17 de março de 2005, alterada pela LC nº. 704 de 2009 e acrescido pela LC nº. 710 de 2009 e, com base nos artigos 24, 25, e 26, da LC nº. 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

**CONCEDER EXONERAÇÃO**

A EDYNA PETROCHI, do cargo de Provimento Efetivo de Contador, do Grupo Especialista - GE - Categoria 9, Faixa I, Padrão de Vencimento A, aprovada através do Concurso Público Nº. 001/2011, lotada no Departamento Administrativo, nesta Fundação Cultural de Blumenau, nomeada pela Portaria Nº. 137/2011, de 03 de outubro de 2011, a partir do dia 23 de setembro de 2014.

Blumenau, 23 de setembro de 2014

SYLVIO JOÃO ZIMMERMANN NETO

Presidente

**EXTRATO T.A. EDITAL Nº 005/2013 - FCB**

A Fundação Cultural de Blumenau, por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, através de seu Presidente, Sylvio João Zimmermann Neto, no uso de suas atribuições, torna pública a formalização dos aditivos à contratos referentes ao Edital 005/2013 do Fundo Municipal de Apoio à Cultura - FMAC, celebrados entre a contratante, Fundação Cultural de Blumenau e contratados (proponentes) que tiveram seus projetos culturais aprovados e homologados. A contratante e os contratados terão deveres e responsabilidades no cumprimento do disposto nos Contratos de Apoio Financeiro firmados. O prazo para prestação de contas dos recursos repassados será de até 30 dias após a finalização da execução do projeto cultural, conforme datas apazadas nos respectivos contratos assinados pelas partes.

Edital FMAC	Número do Contrato	Contratante	Contratado	Título do Projeto Cultural	Objeto	Objeto do Aditivo	Valor (R\$)	Data da assinatura do Contrato	Data da assinatura do Aditivo	Prazo de Execução
005/2013	095	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Jamil Antonio Dias	Festival Temporada Blumenauense de Teatro	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 018/2013, Área: Teatro e Circo, Modalidade: Festival, Intitulado "Festival Temporada Blumenauense de Teatro", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta - Da Contrapartida Social e do Produto Cultural	29.339,20	29/05/2014	12/09/2014	até 30/11/2014
005/2013	101	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Lolita Ritzmann de Oliveira Mello	Bastien e Bastienne nas Escolas	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 046/2013, Área: Música, Modalidade: Apresentação, Intitulado "Bastien e Bastienne nas Escolas", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 2º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda - Do Prazo de Execução do Projeto Cultural e a Cláusula Sétima - Da Prestação de Contas	19.100,00	29/05/2014	22/09/2014	até 15/12/2014

005/2013	106	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Henrique Carvalho de Souza	Vale Skate Movie 3	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 044/2013, Área: Cinema e Vídeo, Modalidade: Produção Audiovisual, Intitulado "Vale Skate Movie 3", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 2º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda - Do Prazo de Execução do Projeto Cultural e a Cláusula Sétima - Da Prestação de Contas	18.587,80	29/05/2014	22/09/2014	até 15/12/2014
----------	-----	--	----------------------------	--------------------	---	---	-----------	------------	------------	----------------

005/2013	114	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	André Rafael Nascimento	Baraka MixTape	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 023/2013, Área: Música, Modalidade: Gravação de CD, Intitulado "Baraka MixTape", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta - Da Contrapartida Social e do Produto Cultural	14.809,34	29/05/2014	22/08/2014	até 01/10/2014
----------	-----	--	-------------------------	----------------	---	---	-----------	------------	------------	----------------

005/2013	114	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	André Rafael Nascimento	Baraka MixTape	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 023/2013, Área: Música, Modalidade: Gravação de CD, Intitulado "Baraka MixTape", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 2º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda - Do Prazo de Execução do Projeto Cultural e a Cláusula Sétima - Da Prestação de Contas	14.809,34	29/05/2014	22/09/2014	até 20/11/2014
----------	-----	--	-------------------------	----------------	---	---	-----------	------------	------------	----------------

005/2013	115	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Leonardo Luis Laps	Finalização CD Clube dos Corações Partidos	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 031/2013, Área: Música, Modalidade: Gravação de CD, Intitulado "Finalização CD Clube dos Corações Partidos", de responsabilidade do contratado nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta - Da Contrapartida Social e do Produto Cultural	9.912,00	29/05/2014	21/08/2014	até 30/12/2014
----------	-----	--	--------------------	--	---	---	----------	------------	------------	----------------



005/2013	118	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Maria Salete Engels Werling	VivenciAR-TE	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 013/2013, Área: Artes Visuais, Design e Moda, Modalidade: Exposição Individual, Intitulado "VivenciAR-TE", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 1º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Sexta - Da Contrapartida Social e do Produto Cultural	5.254,34	29/05/2014	22/08/2014	até 05/02/2015
005/2013	118	Fundação Cultural de Blumenau por meio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura	Maria Salete Engels Werling	VivenciAR-TE	Constitui objeto do presente Contrato de Apoio Financeiro a execução do Projeto Cultural n. 013/2013, Área: Artes Visuais, Design e Moda, Modalidade: Exposição Individual, Intitulado "VivenciAR-TE", de responsabilidade da contratada nos moldes descritos no projeto técnico aprovado bem como o cumprimento do contrato firmado.	As partes resolvem celebrar o 2º TERMO ADITIVO, em comum acordo, alterando a Cláusula Segunda - Do Prazo de Execução do Projeto Cultural; a Cláusula Sexta - Da Contrapartida Social e do Produto Cultural e a Cláusula Sétima - Da Prestação de Contas	5.254,34	29/05/2014	22/09/2014	até 17/06/2015

Blumenau, 22 de setembro de 2014.  
 Sylvio João Zimmermann Neto  
 Presidente  
 Fundação Cultural de Blumenau

#### **EXTRATO Nº 256/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
 Extrato nº 256/2014  
 Dispensa de Licitação nº. 126/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a COMPRA DE EQUIPAMENTO "IMAC APPLE 21.5 2.7 GHZ CORE I5 QUAD CORE, 8GB, 1TB 5400RPM" PARA O LABORATÓRIO DE VÍDEO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURB.

Blumenau, 29 de setembro de 2014.  
 Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
 Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 257/2014 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 257/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
ARAQUARI IMPRESSÕES LTDA-ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECCÃO DE BANNERS, PLOTAGEM EM VINIL ADESIVO E FAIXAS EM LONA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA DIVERSOS SETORES DA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 071/2014 Contrato nº. 98/2014, firmado 08 de julho de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário do Item em R\$
05	28243	60	Peça	Faixa em lona de gramatura mínima 350 g/m <sup>2</sup> ; formato 300x70 cm (largura x altura); tecnologia de impressão digital em 6 cores (C M Y K LC LM); tinta a base de solvente para uso externo; durabilidade da tinta de até 2 anos externo; acabamento com varão de madeira, ponteiros de PVC e corda trançada, bainha de reforço e ilhós. Aplicação de dois ilhoses (um superior e outro inferior) no centro da faixa, para melhor fixação. Artes diferentes por pedido. Pedido mínimo de 1 peça	49,50
06	28244	15	Peça	Faixa em lona de gramatura mínima 350 g/m <sup>2</sup> ; formato 500x100 cm (largura x altura); tecnologia de impressão digital em 6 cores (C M Y K LC LM); tinta a base de solvente para uso externo; durabilidade da tinta de até 2 anos externo; acabamento com varão de madeira, ponteiros de PVC e corda trançada, bainha de reforço e ilhós. Aplicação de dois ilhoses (um superior e outro inferior) no centro da faixa, para melhor fixação. Artes diferentes por pedido. Pedido mínimo de 1 peça	110,00

PAGAMENTO: O pagamento será feito mensalmente, na primeira sexta-feira do mês subsequente à prestação dos serviços, desde que aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhados da respectiva Nota Fiscal e que a mesma seja entregue até o último dia do mês da prestação de serviços.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir de 08/08/2014.

DATA: 04/10/2014.

**Extrato Nº 258/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 258/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
IMPRESSORA MAYER LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE CARTÕES DE VISITA E CARTAZES PARA OS DIVERSOS SETORES DA UNIVERSIDADE.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 084/2014 Ata de Registro de Preços nº. 102/2014, firmado 16 de julho de 2014.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde. Estimada	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário R\$	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.) R\$
01	27835	300	Folha	Folha de papel couché, tamanho A3, gramatura 115g/m <sup>2</sup> , serviço de impressão em gráfica digital, impressão 4x0 cor (colorida frente e verso sem impressão), refilada.	1,03	309,00
02	27836	100	Folha	Folha de papel couché, tamanho A3, gramatura 115g/m <sup>2</sup> , serviço de impressão em gráfica digital, impressão 4x4 cores (colorida frente e verso), refilada.	1,49	149,00
03	29520	2000	Folha	Folha de papel couché, tamanho A3, gramatura 150g/m <sup>2</sup> , serviço de impressão em gráfica digital, impressão 4x0 cor (colorida frente e verso sem impressão), refilada.	0,32	640,00
04	29521	100	Folha	Folha de papel couché, tamanho A3, gramatura 150g/m <sup>2</sup> , serviço de impressão em gráfica digital, impressão 4x4 cores (colorida frente e verso), refilada.	1,59	159,00
05	29522	2500	Folha	Folha de papel couché, tamanho A3, gramatura 210g/m <sup>2</sup> , serviço de impressão em gráfica digital, impressão 4x0 cor (colorida frente e verso sem impressão), refilada.	0,34	850,00

06	29523	500	Folha	Folha de papel couché, tamanho A3, gramatura 210g/m², serviço de impressão em gráfica digital, impressão 4x4 cores (colorida frente e verso), refilada.	0,98	490,00
07	28254	1000	Folha	Cartão de visita FURB, tamanho 90x50mm, impressão em gráfica digital, impressão 4x0 cor (colorido frente e verso sem impressão), impresso em folha tamanho A3 em papel couché, gramatura 210g/m² com 20 cartões por folha, com recorte dos cartões.	1,40	1.400,00
08	29900	100	Folha	Cartão de visita FURB, tamanho 90x50mm, impressão em gráfica digital, impressão 4x4 cores (colorido frente e verso), impresso em folha tamanho A3 em papel couché, gramatura 210g/m² com 20 cartões por folha, com recorte dos cartões.	1,98	198,00
Preço Total Registrado (em R\$)						4.195,00

PAGAMENTO: O pagamento será feito mensalmente, na primeira sexta-feira do mês subsequente à prestação dos serviços, desde que aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhados da respectiva Nota Fiscal e que a mesma seja entregue até o último dia do mês da prestação de serviços.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir de 16/08/2014.  
DATA: 02/10/2014.

#### Extrato Nº 259/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 259/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa

MOISÉS FRANCISCO PERECIN MEI

OBJETO: Aquisição de materiais de uso em campo para o Projeto Restaurar, decorrente de contrato de concessão e colaboração financeira firmado entre a FURB e o BNDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 095/2014 e Contrato nº. 109/2014, firmado em 25 de julho de 2014.

PREÇO: a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 5.950,00 (cinco mil, novecentos e cinquenta reais), conforme Processo de Dispensa de Licitação nº. 095/2014, especialmente Proposta de fls. 67, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este(s) o(s) preço(s) unitário(s):

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Produtos	Marca/Modelo	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
01	34386	10	Peça	Armadilha luminosa para captura de insetos, com a seguinte descrição:  Armadilha luminosa para captura de insetos, modelo "Luiz de Queiroz", confeccionada em PVC 2mm de espessura. Com cesto coletor e uma lâmpada fluorescente. Dimensões: 90cm altura por 38cm diâmetro.	BiodesignBr/Luiz de Queiroz 12V	595,00	5.950,00
PREÇO TOTAL (em R\$)							5.950,00

PAGAMENTO: A CONTRATANTE O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias consecutivos após a entrega e aceitação do(s) materiais, acompanhados do respectivo Documento Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Este Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, até a data estabelecida pela CONTRATADA como prazo final do período de garantia conferido aos materiais.

DATA: 02/10/2014.

#### Extrato Nº 260/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 260/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e LEGERE EDITORA GRÁFICA LTDA-ME

OBJETO: contratação de SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE LIVROS PARA A FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 089/2014 Contrato nº. 116/2014, firmado 29 de julho de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 24.750,00 (vinte e quatro mil setecentos e cinquenta reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Produtos	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
01	27940	500	Livro	Desenvolvimento local/regional na periferia do capitalismo mundializado Autor(s): Ivo Marcos Theis (org.) * Formato: 16 x 23 cm * Páginas: 230 * Cor: miolo - 01 x 01 capa - 04 x 00 * Papel: miolo - sulfite 75g capa - cartão supremo 250 g (23 x 46cm aberta, com orelhas) • Encadernação: miolo costurado e colado a capa. • Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	7,84	3.920,00
02	27940	500	Livro	História dos esportes radicais no Brasil Autor(s): Leonardo Brandão * Formato: 16 x 23 cm * Páginas: 300 * Cor: miolo - 01 x 01 capa - 04 x 00 (23 x 46cm aberta, com orelhas) * Papel: miolo - sulfite 75 g capa - cartão supremo 250g • Encadernação: miolo costurado e colado a capa. • Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	9,07	4.535,00
03	27940	500	Livro	Grandes epopéias da antiguidade e do medievo Autor (s): Dominique Santos (org.) * Formato: 16 x 23 cm * Páginas: 360 * Cor: miolo - 01 x 01 capa - 04 x 00 * Papel: miolo - sulfite 75g capa - cartão supremo 250 g (23 x 46cm aberta, sem orelhas) • Encadernação: miolo costurado e colado a capa. • Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	10,13	5.065,00
07	27940	500	Livro	Linguagens em uso nas engenharias Autor (s): Adriana Fischer e Otilia L. de O. M. Heinig (orgs.) * Formato: 16 x 23 cm * Páginas: 152 * Cor: miolo - 01 x 01 capa - 04 x 00 * Papel: miolo - sulfite 75g capa - cartão supremo 250 g (23 x 46cm aberta, sem orelhas) • Encadernação: miolo costurado e colado a capa. • Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	5,30	2.650,00
09	27940	300	Livro	Enciclopédia Latino-Americana de direitos humanos Autor (s): Antonio Sidekum (Coordenador) * Formato: 16 x 23 cm * Páginas: 750 * Cor: miolo - 01 x 01 capa - 04 x 00 * Papel: miolo - sulfite 75g capa - semiflexível com folha de guarda (23 x 41 cm aberta, sem orelhas) • Encadernação: miolo costurado, com fitilho e fita marcadora de páginas. • Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	28,60	8.580,00
PREÇO TOTAL (em R\$)						24.750,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias consecutivos após a entrega dos livros, acompanhadas do respectivo Documento Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Este Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, até a data estabelecida pela CONTRATADA como prazo final o aceite definitivo dos livros.

DATA: 02/10/2014.



**Extrato Nº 261/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 261/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa  
Fundação CERTI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INTERNA PARA LABORATÓRIOS DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA QUÍMICA DA FURB

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 097/2014 e Contrato nº. 117/2014, firmado em 25 de julho de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 18.714,00 (dezoito mil, setecentos e quatorze reais).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em 03 (três) parcelas mensais, vincenda a 1ª (primeira) em 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do início dos serviços.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência a partir de sua assinatura, até a data estabelecida pela CONTRATADA como prazo final para a execução dos serviços.  
DATA: 02/10/2014.**Extrato Nº 262/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 262/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa  
QIAGEN BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA

OBJETO: COMPRA DE EQUIPAMENTO DENOMINADO "PURIFICADOR QIACUBE SYSTEM", COM GARANTIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 096/2014 e Contrato nº. 118/2014, firmado em 25 de julho de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais)

PAGAMENTO: A CONTRATANTE efetuará o pagamento até 30 (trinta) dias após a entrega do equipamento, desde que acompanhado da respectiva Nota Fiscal e em perfeito funcionamento.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo do presente contrato ficará vinculado à vigência da garantia do equipamento, de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data do recebimento do mesmo..  
DATA: 02/10/2014.**Extrato Nº 263/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 263/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa  
ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA

OBJETO: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, FAMILIARIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DURANTE O PRAZO DE GARANTIA DO EQUIPAMENTO DENOMINADO "LIGHTCYCLER 96", DESTINADO AO CONVÊNIO PRÓ-EQUIPAMENTOS Nº 786650/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 096/2014 e

Contrato nº. 119/2014, firmado em 25 de julho de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, não ocorrerão dispêndios financeiros relacionados com os serviços de mão-de-obra e peças necessárias aos serviços de assistência técnica, durante o prazo de garantia, instalação e familiarização, conforme termos da Proposta da CONTRATADA

PAGAMENTO: O pagamento dos serviços de assistência técnica, durante o prazo de garantia dos equipamentos, instalação e familiarização, será motivo de relação entre a CONTRATADA e o fabricante do equipamento, não cabendo à CONTRATANTE quaisquer obrigações neste sentido.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo deste Contrato ficará vinculado ao prazo de garantia do equipamento, ou seja, de 12 (doze) meses a partir do embarque do mesmo.

DATA: 02/10/2014.

**Extrato Nº 264/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 264/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa  
VAN DER HOEVEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTUFAS AGRÍCOLAS LTDA.

OBJETO: COMPRA DE CASA DE VEGETAÇÃO MODULAR CLIMATIZADA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MONTAGEM, DESTINADA AO CONVÊNIO PRÓ-EQUIPAMENTOS Nº 786650/2013.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº. 096/2014 e Contrato nº. 120/2014, firmado em 25 de julho de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 256.980,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta reais).

Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário (R\$)
01	Peça	Fornecimento e instalação de uma casa de vegetação para pesquisa "Van der Hoeven", conforme as especificações constante em sua proposta referência CP VDH 107-14, de 20 de maio de 2014.	256.980,00

PAGAMENTO: A CONTRATANTE efetuará o pagamento até 10 (dez) dias após a entrega da casa de vegetação, desde que acompanhada da respectiva Nota Fiscal e em perfeito funcionamento.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo do presente contrato ficará vinculado à vigência da garantia da casa de vegetação e suas partes, em consonância com a proposta apresentada (proposta referência CP VDH 107-14, de 20 de maio de 2014), a contar da data do recebimento da mesma.

DATA: 02/10/2014.

**Extrato Nº 265/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 265/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

Webergráfico Comércio de Materiais Gráficos Ltda-ME

OBJETO: contratação de SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DE LIVROS PARA A FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 089/2014 Contrato nº. 121/2014, firmado 30 de julho de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 16.075,00 (dezesesseis mil e setenta e cinco reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Produtos	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
04	27940	500	Livro	O manual do Lead que os golpistas de 1964 usaram para punir o ensino do jornalismo Autor (s): Roseméri Laurindo * Formato: 16 x 23 cm * Páginas: 112 * Cor: miolo - 01 x 01 capa - 04 x 00 (23 x 46cm aberta, com orelhas) * Papel: miolo - sulfite 75 g capa - cartão supremo 250g • Encadernação: miolo costurado e colado a capa. • Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	5,00	2.500,00
05	27940	500	Livro	Estágios em foco Autor (s): Edson Schoeder e Vera Lúcia de Souza e Silva (orgs.) * Formato: 16 x 23 cm * Páginas: 208 * Cor: miolo - 01 x 01 capa - 04 x 00 (23 x 46cm aberta, com orelhas) * Papel: miolo - sulfite 75 g capa - cartão supremo 250g • Encadernação: miolo costurado e colado a capa. • Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	6,85	3.425,00

06	27940	500	Livro	Ensino de ciências e construção do conhecimento: contribuições de Vigotski para professores dos anos iniciais a partir de uma sequência didática Autor (s): Edson Schoeder e Kátia Girardi Dallabona (orgs.) * Formato: 16 x 23 cm * Páginas: 270 * Cor: miolo - 01 x 01 capa - 04 x 00 (23 x 46cm aberta, com orelhas) * Papel: miolo - sulfite 75 g capa - cartão supremo 250g • Encadernação: miolo costurado e colado a capa. • Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	7,90	3.950,00
08	27940	1.000	Livro	Projeto Arquitetônico - 2a edição Autor (s): Silvia Odebrecht * Formato: 18 x 23 cm * Páginas: 128 * Cor: miolo - 02 x 02 capa - 04 x 00 * Papel: miolo - sulfite 75g capa - cartão supremo 250 g (23 x 41cm aberta, sem orelhas) • Encadernação: miolo costurado e colado a capa. • Plastificação fosca com aplicação de verniz UV (30%) (só um lado - frente)	6,20	6.200,00
PREÇO TOTAL (em R\$)						16.075,00

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias consecutivos após a entrega dos livros, acompanhadas do respectivo Documento Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Este Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, até a data estabelecida pela CONTRATADA como prazo final o aceite definitivo dos livros.

DATA: 02/10/2014.

**Extrato Nº 266/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 266/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa ANACOM ELETRÔNICA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE "PROTEUS" PARA USO NO "PROJETO ACREDITO" QUE CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU E A EMPRESA ANACOM ELETRÔNICA LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 098/2014 e CONTRATO Nº. 122/2014, de 29 de julho de 2014

PREÇO: a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 22.122,38 (vinte e dois mil, cento e vinte e dois reais e trinta e oito centavos)

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 7 (sete) dias após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal, destacado o valor referente ao Imposto Sobre Serviços (ISS) a ser retido pela FURB e repassado à Prefeitura Municipal de Blumenau.

PRAZO DE VIGÊNCIA A vigência deste instrumento contratual terá início a partir da data de sua assinatura e seu prazo ficará vinculado à garantia dos softwares, ou seja, de doze (12) meses.

DATA: 02/10/2014

**Extrato Nº 268/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 268/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e SERRALHARIA FLÓRIDA LTDA-EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PORTAS DE ALUMÍNIO PARA CASA DE GASES NO CAMPUS V DA FURB, COM CONTRAMARCOS, MATERIAIS NECESSÁRIOS, SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO E GARANTIA,

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 093/2014 Contrato nº. 124/2014, firmado em 08 de agosto de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 7.130,00 (sete mil cento e trinta reais), constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição dos Materiais	Preço Unitário, em R\$	Preço Total do Item (Preço Unt. X Qtde.), em R\$
01	22995	03	Peça	Portas de alumínio anodizado natural fosco com veneziana, folha dupla 166 x 255cm com fechadura e tarjetas.  Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 093/2014).	1.426,00	4.278,00

02	35400	01	Peça	Portas de alumínio anodizado natural fosco com veneziana, folha dupla 165 x 255cm com fechadura e tarjetas.  Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 093/2014).	1.426,00	1.426,00
03	35401	01	Peça	Portas de alumínio anodizado natural fosco com veneziana, folha dupla 161x 255cm com fechadura e tarjetas  Desenho Técnico (vide Item 19.1.1. do Edital de Pregão Presencial nº. 093/2014).	1.426,00	1.426,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega e colocação das portas, desde que em perfeito funcionamento, aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente instrumento ficará compreendido entre a data de sua assinatura e o final do prazo de garantia dos materiais (portas) e serviços de colocação das mesmas.

DATA: 02/10/2014.

**Extrato Nº 269/2014 - Furb**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 269/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e J M ZANATTA &amp; CIA. LTDA

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESTUFAS AGRÍCOLAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA E GARANTIA, PARA O PROJETO "RESTAURAÇÃO DE 500 (QUINHENTOS) HECTARES DE MATA ATLÂNTICA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ", ADVINDO DO CONTRATO DE CONCESSÃO E COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU (FURB) E O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 092/2014 Contrato nº. 125/2014, firmado em 11 de agosto de 2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço unitários de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), perfazendo um total de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), de acordo com a tabela abaixo e com a proposta apresentada pela CONTRATADA

Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição das Estufas
26897	02	Estufa	Estufas Agrícolas para Produção de Mudanças Nativas, construídas em conformidade com o Edital de Pregão Presencial nº 092/2014 e seus Anexos, com a seguinte descrição: Estufa Zanna Trell 10x21m com 210m² com altura sob calha 2,5m com murta perimetral em concreto, filme difusor na cobertura, frontais e laterais com tela monofilamento 50% fixa e cortinas laterais móveis conforme descritivo acima.
Garantia	Estrutura, contra defeitos de fabricação e instalação (mínimo de 60 meses):		60 (sessenta) meses.
	Galvanização da estrutura (mínimo de 60 meses):		60 (sessenta) meses.
	Filmes plásticos, contra defeitos de fabricação (mínimo de 18 meses):		18 (dezoito) meses.
	Telas, contra defeitos de fabricação (mínimo de 60 meses):		60 (sessenta) meses..
Preço Unitário (preço por estufa), em R\$			38.500,00
Preço Global (preço unitário por estufa X 2 (duas) estufas), em R\$			77.000,00

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em 2 (duas) parcelas, através de crédito em conta, agência e banco definidos pela contratada mediante aprovação do gestor designado pela contratante e envio de Nota Fiscal.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** Este Contrato terá vigência a partir de sua assinatura, até a data estabelecida pela CONTRATADA como prazo final do período de garantia conferido às estufas e seus componentes.

DATA: 02/10/2014.

#### Extrato Nº 270/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 270/2014

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa  
BIANCA WACHHOLZ

**OBJETO:** SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE DESENHO TÉCNICO PARA O PROJETO LEGAL E EXECUTIVO DO NOVO ESPAÇO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA FURB.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº. 103/2014 e Contrato nº. 126/2014, firmado em 25 de julho de 2014.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 7.850,00 (sete mil, oitocentos e cinquenta reais), de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA.

**PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em parcela única, condicionado a entrega de Nota Fiscal de Serviços, através de crédito em conta, agência e banco definidos pela CONTRATADA, mediante aprovação do Gestor designado pela CONTRATANTE, em no máximo 10 (dez) dias após a entrega dos projetos.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O presente instrumento contratual terá

vigência por 60 (sessenta) dias, a partir de sua assinatura.

DATA: 02/10/2014.

#### Extrato Nº 271/2014 - Furb

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº 271/2014

Dispensa de Licitação nº. 130/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso II, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DENOMINADO MISTURADOR PLANETÁRIO, COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PARA O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL DA FURB.

Blumenau, 6 de outubro de 2014.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

#### EXTRATO Nº 272/2014 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº 272/2014

Dispensa de Licitação nº. 132/2014

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede na Rua Antônio da Veiga, 140, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento licitatório com fundamento no Artigo 24, Inciso V e VII, da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações, para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA USO EM CAMPO PARA O PROJETO "RESTAURAÇÃO DE 500 HECTARES DE MATA ATLÂNTICA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ", ADVINDO DO CONTRATO DE CONCESSÃO E COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL FIRMADO ENTRE A FURB E O BNDES.

Blumenau, 9 de outubro de 2014.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

#### PORTARIA Nº 5583/2014 - SAMAE

PORTARIA Nº 5583/14

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013: RESOLVE:

#### TORNAR SEM EFEITO

De acordo com o Artigo 6, §3º, do Decreto nº 8601, de 01 de fevereiro de 2008, incluído pelo Decreto nº 9291, de 08 de dezembro de 2010, por renúncia à nomeação correspondente à classificação no Concurso Público nº 01/2014, os candidatos aprovados no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:



LUDMILA LOSADA DA FONSECA, nomeada pela Portaria nº 5565/14, de 16 de setembro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Geógrafo, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 10, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 283/1409;

PATRICIA PISKE MAASS, nomeada pela Portaria nº 5572/14, de 22 de setembro de 2014, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 4, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 287/1409.

Samae, 26 de setembro de 2014.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**EDITAL NOTIFICAÇÃO INFRAÇÃO 1958/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 034 1958/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEF4881	55191179E	6637/2	12/08/2014	230 * IX
AFW7997	55187849E	6556/1	14/07/2014	230 * I
AGK8712	55938440D	6637/1	13/08/2014	230 * IX
AGK8712	55938441D	6769/2	13/08/2014	230 * XXII
AGK8712	55938442D	6637/2	13/08/2014	230 * IX
AKJ3847	55190634E	7340/0	13/08/2014	252 * IV
AKJ3847	55190635E	6700/0	13/08/2014	230 * XVI
AKV2252	55189318E	6912/0	15/07/2014	232
AME0036	55049662E	6700/0	23/07/2014	230 * XVI
AUD2100	55191391E	6408/0	18/08/2014	221
BEU1002	55189824E	6599/2	12/08/2014	230 * V
BEU1002	55189825E	5010/0	12/08/2014	162 * I
BEU1002	55189826E	5118/0	12/08/2014	164 c/c 162 * I
BEU1002	55189827E	6637/2	12/08/2014	230 * IX
BEU1002	55189828E	6769/1	12/08/2014	230 * XXII
CRG1733	55189471E	6700/0	17/07/2014	230 * XVI
CYX1290	55048391E	6599/2	09/07/2014	230 * V
CYX1290	55048392E	5010/0	09/07/2014	162 * I
CYX1290	55048393E	5118/0	09/07/2014	164 c/c 162 * I
FFZ6148	55044446E	6661/0	13/07/2014	230 * XII
GIT0055	55191154E	6599/2	08/08/2014	230 * V
GIT0055	55191155E	6637/2	08/08/2014	230 * IX
IGZ5703	55050140E	6599/2	11/08/2014	230 * V
IGZ5703	55050141E	6912/0	11/08/2014	232
IIZ1805	55190688E	6637/2	09/08/2014	230 * IX
IIZ1805	55190692E	6726/1	09/08/2014	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
INH4463	55187668E	5010/0	20/07/2014	162 * I
JSP6361	55189613E	5169/1	14/07/2014	165
JUX5512	55190834E	6912/0	08/08/2014	232
LWS6717	55190007E	5010/0	09/08/2014	162 * I
LWS6717	55190008E	6726/1	09/08/2014	230 * XVIII
LWT4537	55052084E	6599/2	14/08/2014	230 * V
LWT4754	55187539E	5045/0	14/07/2014	162 * V
LWT4754	55187540E	6599/2	14/07/2014	230 * V
LXB6024	55190351E	6912/0	21/07/2014	232
LXE1076	55036882E	5118/0	07/07/2014	164 c/c 162 * I
LXG5858	55223563E	6637/2	15/08/2014	230 * IX
LXJ3839	55188123E	5118/0	23/07/2014	164 c/c 162 * I
LXJ8953	55189502E	6726/1	14/07/2014	230 * XVIII
LXJ8953	55189503E	6556/1	14/07/2014	230 * I
LXL5984	55188608E	6599/2	18/07/2014	230 * V
LXM1904	55190957E	6599/2	10/08/2014	230 * V
LXU7792	55190502E	6726/1	23/07/2014	230 * XVIII
LXU7792	55190503E	6769/2	23/07/2014	230 * XXII
LXU7792	55190504E	6637/1	23/07/2014	230 * IX
LXY3157	55050829E	5010/0	13/08/2014	162 * I
LXY3157	55050830E	5118/0	13/08/2014	164 c/c 162 * I
LXY3484	55189818E	6599/2	09/08/2014	230 * V
LXY3484	55189819E	5010/0	09/08/2014	162 * I
LXY3484	55189820E	5118/0	09/08/2014	164 c/c 162 * I
LYE6859	55189378E	6599/2	18/07/2014	230 * V
LYE6859	55189379E	5010/0	18/07/2014	162 * I
LYE6859	55189380E	6637/2	18/07/2014	230 * IX
LYF7766	55037630E	6912/0	10/08/2014	232
LYQ3392	55050108E	5045/0	20/07/2014	162 * V
LYX3884	55191708E	5045/0	14/08/2014	162 * V
LZE3098	55049063E	6912/0	10/08/2014	232
LZK9670	55189328E	6912/0	17/07/2014	232
LZK9670	55189330E	6599/2	17/07/2014	230 * V
LZM7509	55049068E	5010/0	10/08/2014	162 * I
LZT2992	55037077E	5169/1	16/08/2014	165
MAQ7157	55191556E	6726/1	12/08/2014	230 * XVIII
MAQ8487	55189703E	6726/1	17/07/2014	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAT8312	55052056E	6610/2	11/08/2014	230 * VII
MAW1793	55191386E	6912/0	18/08/2014	232
MBD7482	55187692E	5045/0	14/08/2014	162 * V
MBD7482	55187693E	6599/2	14/08/2014	230 * V
MBD7482	55187694E	6726/1	14/08/2014	230 * XVIII
MBD7482	55187695E	6769/2	14/08/2014	230 * XXII
MBK7135	55190642E	6637/2	15/08/2014	230 * IX
MBK7135	55190643E	6726/1	15/08/2014	230 * XVIII
MBL3446	55050874E	6408/0	22/07/2014	221
MBQ7375	55189516E	5010/0	17/07/2014	162 * I
MBQ7375	55189517E	5118/0	17/07/2014	164 c/c 162 * I
MBQ7375	55189518E	6599/2	17/07/2014	230 * V
MBQ7375	55189519E	6726/1	17/07/2014	230 * XVIII
MBS7953	55188791E	6408/0	18/07/2014	221
MCD7861	55049393E	5010/0	18/07/2014	162 * I
MCD7861	55049394E	5118/0	18/07/2014	164 c/c 162 * I
MCE0452	55223581E	6599/2	18/08/2014	230 * V
MCK9454	55188612E	6599/2	18/07/2014	230 * V
MCM3707	55189342E	6912/0	18/07/2014	232
MCO4274	55189509E	6912/0	16/07/2014	232
MCQ0244	55189337E	6637/2	18/07/2014	230 * IX
MCR7687	55186916E	6556/1	22/07/2014	230 * I
MCR9025	55191461E	6912/0	13/08/2014	232
MCZ0683	55051825E	6637/1	07/08/2014	230 * IX
MDK8503	55190302E	6726/1	21/07/2014	230 * XVIII
MDS1540	55189513E	6912/0	17/07/2014	232
MDS1540	55189515E	5045/0	17/07/2014	162 * V
MDX1095	55189523E	6637/2	18/07/2014	230 * IX
MDZ3954	55050368E	6599/2	15/07/2014	230 * V
MEJ3823	55190253E	6637/2	22/07/2014	230 * IX
MEO4702	55187129E	5010/0	08/08/2014	162 * I
MEO4702	55187130E	6599/2	08/08/2014	230 * V
MEO4702	55187131E	5118/0	08/08/2014	164 c/c 162 * I
MEO4702	55187132E	6912/0	08/08/2014	232
MEP7176	55190962E	6726/1	11/08/2014	230 * XVIII
MEP7176	55190963E	6769/1	11/08/2014	230 * XXII
MEP7714	55190299E	6637/2	09/08/2014	230 * IX



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MER6582	55190218E	6637/2	09/08/2014	230 * IX
MEV0792	55189470E	6912/0	17/07/2014	232
MGH2743	55187265E	5010/0	14/07/2014	162 * I
MGM8895	55191375E	6726/1	14/08/2014	230 * XVIII
MGR4468	55365936D	6599/2	21/07/2014	230 * V
MGY9213	55189570E	6599/2	17/08/2014	230 * V
MGY9213	55189572E	6726/1	17/08/2014	230 * XVIII
MHB7027	55189346E	5010/0	23/07/2014	162 * I
MHT0639	55189552E	6726/1	15/07/2014	230 * XVIII
MHT0639	55189553E	6610/2	15/07/2014	230 * VII
MHT0639	55189554E	6602/0	15/07/2014	230 * VI
MHU7750	55932118D	5010/0	13/08/2014	162 * I
MHU8695	55935388D	6599/2	16/08/2014	230 * V
MHV8215	55049038E	6599/2	04/08/2014	230 * V
MHV9022	55049886E	6912/0	16/07/2014	232
MHZ3614	55036343E	6599/2	13/08/2014	230 * V
MHZ3614	55036344E	6912/0	13/08/2014	232
MHZ3614	55036345E	5045/0	13/08/2014	162 * V
MHZ3614	55036346E	5142/0	13/08/2014	164 c/c 162 * V
MHZ3614	55036347E	6726/1	13/08/2014	230 * XVIII
MIC4675	55189728E	6556/1	08/08/2014	230 * I
MIM6264	55049586E	5169/1	10/07/2014	165
MIU1522	55049618E	6912/0	09/07/2014	232
MIW3749	55190741E	7340/0	09/08/2014	252 * IV
MJH6313	55187113E	6599/2	16/07/2014	230 * V
MJH6313	55187114E	6408/0	16/07/2014	221
MJH6313	55187115E	6653/1	16/07/2014	230 * XI
MJQ3817	55050717E	6653/1	18/07/2014	230 * XI
MJY8322	55191557E	6726/1	12/08/2014	230 * XVIII
MKJ4035	55187134E	5045/0	09/08/2014	162 * V
MKQ2443	55190353E	6599/2	21/07/2014	230 * V
MLB6931	55050715E	5274/1	18/07/2014	175
MLE6045	55191395E	5045/0	18/08/2014	162 * V
MLE6045	55191396E	5142/0	18/08/2014	164 c/c 162 * V
MLE6045	55191397E	6912/0	18/08/2014	232
MLE6045	55191398E	6700/0	18/08/2014	230 * XVI
MLK5204	55189459E	6912/0	15/07/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLL4824	55048547E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MLX5350	55191184E	5045/0	12/08/2014	162 * V
MMA1623	55190051E	6912/0	23/07/2014	232
MMB8313	55037074E	6599/2	23/07/2014	230 * V
QHA8224	55190969E	6653/1	14/08/2014	230 * XI
QHA8224	55190970E	6912/0	14/08/2014	232
QHA8224	55190971E	5045/0	14/08/2014	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

**EDITAL NOTIFICAÇÃO INFRAÇÃO 1959/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 034 1959/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACC1867	55191717E	5185/1	18/08/2014	167
AFE7766	55655059E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
AFF7055	55652942E	5541/2	02/07/2014	181 * XVII
AIC1144	55654660E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
AJN5485	55051848E	6068/1	09/08/2014	209
ALD2699	55654532E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
ALD3050	55935387D	7366/2	15/08/2014	252 * VI
ALL0766	55051782E	5991/0	07/08/2014	206 * I
AMH3075	55654385E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
AOX9158	55654488E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
AQH2916	55654383E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
AQY8868	55189859E	7366/2	21/07/2014	252 * VI
ASC0469	55052152E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
ASW7735	55049813E	7366/2	20/07/2014	252 * VI
AUI9524	55654389E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
AXB8503	55653398E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
BAS0677	55050581E	7366/2	18/07/2014	252 * VI
BLC6922	55655080E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
CEV2722	55653389E	5541/2	09/07/2014	181 * XVII
CPK2794	55051859E	5835/0	11/08/2014	195
CXV3325	55051792E	5991/0	08/08/2014	206 * I
CZH4603	55653125E	5541/2	04/07/2014	181 * XVII
DDG0402	55654382E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
DGZ2442	55654847E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
DIV0545	55654481E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
DLP1268	55190010E	5541/6	09/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DUA2651	55050735E	5991/0	22/07/2014	206 * I
DYX4386	55653134E	5541/2	04/07/2014	181 * XVII
DZV3782	55049769E	5681/0	12/08/2014	184 * I
EIM7984	55652894E	5541/2	02/07/2014	181 * XVII
HFR3066	55652838E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
HFR3066	55654404E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
HKV8161	55654380E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
HOG7265	55654602E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
HOX6312	55050462E	5991/0	07/08/2014	206 * I
HRQ9494	55652708E	5541/2	30/06/2014	181 * XVII
HTD1987	55654240E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
HTF0015	55652727E	5541/2	30/06/2014	181 * XVII
ICK5772	55653079E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
ICX4880	55654857E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
IEH5216	55655045E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
IJF3673	55654466E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
IJF3673	55654766E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
IKP9409	55654244E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
ILO2333	55653122E	5541/2	04/07/2014	181 * XVII
IOA2926	55051790E	5991/0	06/08/2014	206 * I
IPE4469	55652884E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
IPE4469	55653091E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
IQJ2953	55050362E	5568/0	11/07/2014	181 * XIX
ITB7007	55223566E	5185/1	15/08/2014	167
ITI2293	55652457E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
IUX3989	55652624E	5541/2	26/06/2014	181 * XVII
JLM2589	55654777E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
JTY6485	55654281E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
KAS0785	55654785E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
KML4557	55654273E	5541/2	06/08/2014	181 * XVII
KML4557	55654317E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
KML4557	55654459E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
KML4557	55654583E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
KML4557	55654644E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
KQS1410	55654425E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
LAM2105	55653964E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
LBT6473	55048675E	5452/1	01/08/2014	181 * VIII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LOH7839	55654412E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
LOK6112	55189568E	5568/0	12/08/2014	181 * XIX
LWR4068	55654868E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
LXB7536	55654838E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
LXD3358	55654371E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
LXJ0764	55190625E	5185/1	13/08/2014	167
LXM9012	55652825E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
LXN6229	55046389E	5835/0	18/07/2014	195
LXU7792	55190501E	5428/1	23/07/2014	181 * V
LYC2897	55051963E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
LYH9146	55189260E	6050/1	16/07/2014	208
LYJ8219	55051787E	5835/0	07/08/2014	195
LYP3072	55052109E	5185/1	11/08/2014	167
LYQ0527	55654358E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
LYS0030	55654623E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
LYX3884	55191707E	5185/1	14/08/2014	167
LYY1873	55654606E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
LYZ9385	55652424E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
LYZ9385	55652425E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
LYZ9385	55652427E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
LZC5430	55052159E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
LZE5696	55653045E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
LZO8123	55652314E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
LZQ7701	55654730E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
LZR4781	55051002E	5541/1	22/07/2014	181 * XVII
LZW8321	55652845E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
LZX4831	55653314E	5541/2	08/07/2014	181 * XVII
LZY2443	55654536E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
LZY6339	55654246E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
LZZ0409	55929896D	7056/1	21/07/2014	244 * III
MAE6170	55050990E	5380/0	08/08/2014	181 * I
MAG4257	55654302E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MAK7807	55931672D	5568/0	22/07/2014	181 * XIX
MAM5135	55654654E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
MAM7263	55654748E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MAN7746	55049735E	5185/1	11/08/2014	167
MAQ7157	55191555E	5185/1	12/08/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAR9796	55652935E	5541/2	02/07/2014	181 * XVII
MAT3230	55050597E	5541/7	22/07/2014	181 * XVII
MAT8033	55653024E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MAV5502	55038477E	5452/1	12/07/2014	181 * VIII
MAX6008	55654705E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MAY1702	55654496E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MBD3643	55654696E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MBD5562	55190632E	7366/2	13/08/2014	252 * VI
MBF7291	55191723E	5185/1	18/08/2014	167
MBI9921	55045742E	5541/1	06/08/2014	181 * XVII
MBK4738	55189324E	5185/1	15/07/2014	167
MBK4738	55932108D	5185/1	18/07/2014	167
MBL3446	55050873E	7048/2	22/07/2014	244 * II
MBN2225	55046399E	5835/0	12/08/2014	195
MBN9497	55050762E	5568/0	21/07/2014	181 * XIX
MBP0181	55187555E	5207/0	05/08/2014	169
MBS5769	55050723E	6041/2	20/07/2014	207
MBS7303	55652391E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
MBU3126	55654641E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
MBU3126	55654643E	5541/2	26/07/2014	181 * XVII
MBX1495	55655090E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MCA3725	55654326E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MCJ7334	55187544E	5835/0	01/07/2014	195
MCO4274	55189510E	5185/1	16/07/2014	167
MCO8498	55050953E	5568/0	17/07/2014	181 * XIX
MCP8331	55654447E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MCR4000	55653111E	5541/2	04/07/2014	181 * XVII
MCR9604	55653036E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MCV1831	55046387E	5835/0	14/07/2014	195
MCZ0683	55051824E	5185/2	07/08/2014	167
MDC6498	55654365E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MDE1383	55048678E	5835/0	08/08/2014	195
MDL5804	55653047E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MDL6527	55049341E	5460/0	14/07/2014	181 * IX
MDL8129	55191132E	5380/0	15/08/2014	181 * I
MDY8121	55654687E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MED9809	55189822E	7366/2	09/08/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEE9527	55655055E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MEG9763	55654158E	5541/2	21/07/2014	181 * XVII
MEI9129	55933582D	7366/2	11/07/2014	252 * VI
MEL3545	55050570E	5541/7	17/07/2014	181 * XVII
MEM4574	55654517E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MEM9419	55654298E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MER4371	55653097E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MES9716	55654802E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MEX1914	55935390D	6041/2	17/08/2014	207
MEY0695	55652827E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
MFG2681	55051784E	5509/0	07/08/2014	181 * XIII
MFH9919	55654720E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MFI4883	55652408E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
MFL2108	55051993E	7366/2	08/08/2014	252 * VI
MFM1542	55047942E	5835/0	16/07/2014	195
MFQ0702	55187120E	5509/0	06/08/2014	181 * XIII
MFS9419	55653193E	5541/2	05/07/2014	181 * XVII
MFT6167	55189886E	5541/7	12/08/2014	181 * XVII
MFT7588	55050085E	5541/5	12/08/2014	181 * XVII
MFY9426	55652702E	5541/2	30/06/2014	181 * XVII
MGA6203	55654507E	5541/2	07/08/2014	181 * XVII
MGE9368	55190624E	5185/1	13/08/2014	167
MGF1742	55190300E	5185/2	09/08/2014	167
MGF3009	55654729E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MGH6103	55652473E	5541/2	25/06/2014	181 * XVII
MGI3726	55654843E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MGJ1212	55654803E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MGJ7509	55191459E	5185/1	13/08/2014	167
MGK4819	55049732E	5185/2	05/08/2014	167
MGM1409	55050080E	5541/7	01/08/2014	181 * XVII
MGM1700	55048683E	5568/0	15/08/2014	181 * XIX
MGQ2450	55652868E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
MGV7347	55654775E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MHC4842	55653011E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MHE1053	55652288E	5541/2	23/06/2014	181 * XVII
MHE8040	55654799E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MHE8040	55654860E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHE9213	55051985E	7366/2	08/08/2014	252 * VI
MHH4159	55654588E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MHH7648	55652876E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
MHI9317	55652995E	5541/2	17/07/2014	181 * XVII
MHJ0170	55049369E	7056/1	09/07/2014	244 * III
MHM2212	55652830E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
MHM5950	55654551E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MHP8138	55051652E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MHQ4876	55051011E	7366/2	22/07/2014	252 * VI
MHQ7065	55653061E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MHU3349	55036687E	5436/0	06/08/2014	181 * VI
MHU5331	55654087E	5541/2	18/07/2014	181 * XVII
MHV6595	55050573E	5541/1	17/07/2014	181 * XVII
MIA1996	55654341E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MIA1996	55654345E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MIA1996	55654733E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MIA1996	55654735E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MIB1707	55654701E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MIB8003	55188921E	7056/1	18/08/2014	244 * III
MIC5926	55654420E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MIC8009	55652832E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
MIC8009	55652922E	5541/2	02/07/2014	181 * XVII
MIC9101	55191195E	5185/1	14/08/2014	167
MID6515	55654435E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MIJ7004	55654901E	5541/2	13/08/2014	181 * XVII
MIK8972	55050520E	5541/6	11/08/2014	181 * XVII
MIM7650	55652431E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
MIP4700	55052127E	5185/1	13/08/2014	167
MIS0159	55653031E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MIS8362	55190761E	5185/1	09/08/2014	167
MIT8420	55652608E	5541/2	26/06/2014	181 * XVII
MIU5437	55050397E	5185/2	18/07/2014	167
MIV4668	55654410E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MJB6937	55652406E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
MJB9676	55653013E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MJD3508	55652352E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
MJD6577	55654622E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJE5499	55050372E	5185/1	15/07/2014	167
MJE5499	55050701E	5991/0	15/07/2014	206 * I
MJE9561	55652928E	5541/2	02/07/2014	181 * XVII
MJG1476	55653053E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MJN5292	55191581E	7366/2	15/08/2014	252 * VI
MJO9080	55052004E	5835/0	07/08/2014	195
MJQ3817	55050716E	5967/0	18/07/2014	203 * V
MJQ4737	55187270E	5550/0	18/08/2014	181 * XVIII
MJR3352	55049338E	5541/1	10/07/2014	181 * XVII
MJR3586	55052054E	6033/0	08/08/2014	206 * V
MJR7224	55049626E	5835/0	17/07/2014	195
MJS9074	55189651E	5185/2	16/07/2014	167
MJU3859	55654574E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MJU5167	55654610E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MJV3564	55653182E	5541/2	05/07/2014	181 * XVII
MJV4341	55654129E	5541/2	04/08/2014	181 * XVII
MJV7549	55652714E	5541/2	30/06/2014	181 * XVII
MKA0333	55189219E	5380/0	12/08/2014	181 * I
MKA0333	55191476E	5185/1	14/08/2014	167
MKC7396	55652806E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
MKE5603	55652817E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
MKE5603	55653006E	5541/2	03/07/2014	181 * XVII
MKE8318	55223512E	5185/2	18/08/2014	167
MKI0667	55655054E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MKI6966	55654973E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MKJ8904	55654845E	5541/2	30/07/2014	181 * XVII
MKT4676	55050765E	5541/1	21/07/2014	181 * XVII
MKV7541	55654401E	5541/2	23/07/2014	181 * XVII
MKV7541	55654728E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
MKW2673	55654954E	5541/2	31/07/2014	181 * XVII
MLC5328	55654607E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MLG3072	55189852E	7366/2	17/07/2014	252 * VI
MLI3054	55189952E	7056/1	17/07/2014	244 * III
MLI9322	55654304E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MLI9322	55654357E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
MLJ2178	55049725E	5185/1	17/07/2014	167
MLO0146	55652717E	5541/2	30/06/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLO4434	55654560E	5541/2	25/07/2014	181 * XVII
MLO8578	55652869E	5541/2	01/07/2014	181 * XVII
MLP5551	55655062E	5541/2	01/08/2014	181 * XVII
MLS4962	55653253E	5541/2	07/07/2014	181 * XVII
MLS8373	55652952E	5541/2	02/07/2014	181 * XVII
MLX4902	55652963E	5541/2	02/07/2014	181 * XVII
MMI7233	55652393E	5541/2	24/06/2014	181 * XVII
MMK2812	55052158E	7366/2	11/08/2014	252 * VI
MQG8731	55654718E	5541/2	28/07/2014	181 * XVII
NHY2527	55654388E	5541/2	22/07/2014	181 * XVII
OKF1184	55051976E	7366/2	07/08/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**EDITAL NOTIFICAÇÃO INFRAÇÃO 1960/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1960/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEE8491	55049801E	6599/2	03/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
AET1885	55045570E	6599/2	12/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
AGN3622	55040285E	6599/2	07/04/2014	R\$ 191,53	230 * V
AGN3622	55040286E	5010/0	07/04/2014	R\$ 574,61	162 * I
AGN3622	55040287E	5118/0	07/04/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AGW9411	55047788E	6920/0	01/06/2014	R\$ 127,69	233
ALE1025	55046031E	5010/0	27/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
AMY0083	55047108E	6599/2	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
AOH7802	55045641E	6726/1	02/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
BQK3161	55041700E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
FJJ9654	55044411E	6912/0	31/05/2014	R\$ 53,20	232
HVM3704	55044999E	6912/0	04/06/2014	R\$ 53,20	232
JMA0011	55045854E	6599/2	22/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
JMA0011	55045855E	6726/1	22/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LWV5754	55049460E	6912/0	03/07/2014	R\$ 53,20	232
LYH5412	55938736D	6726/1	06/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYH5412	55938737D	6912/0	06/06/2014	R\$ 53,20	232
MAX9439	55043474E	6602/0	20/03/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MBL9993	55042176E	6912/0	18/06/2014	R\$ 53,20	232
MDW6034	55937041D	6556/1	27/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDW6034	55937043D	5061/0	27/05/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDW6034	55937046D	6726/1	27/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDW8207	55045000E	5010/0	04/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MED6451	55045973E	6599/2	29/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MER2064	55187326E	5045/0	05/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFE8321	55045273E	6599/2	17/05/2014	R\$ 191,53	230 * V

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFI7642	55046424E	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232
MGU9397	55933512D	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGU9397	55933513D	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGV0032	55049187E	6920/0	29/06/2014	R\$ 127,69	233
MHN9782	55045881E	6912/0	30/05/2014	R\$ 53,20	232
MIB7662	55045194E	6912/0	06/05/2014	R\$ 53,20	232
MIR7343	55047859E	6912/0	04/06/2014	R\$ 53,20	232
MIZ5789	55045321E	6599/2	21/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJS0720	55037914E	6920/0	16/12/2013	R\$ 127,69	233
MKA8324	55045778E	6599/2	28/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKO6872	55045436E	6599/2	03/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKS2233	55039414E	5045/0	04/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MKW7581	55188377E	6912/0	04/07/2014	R\$ 53,20	232
ODC4689	55047778E	6920/0	28/05/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP



**EDITAL NOTIFICAÇÃO INFRAÇÃO 1961/2014 - SETERB**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 034 1961/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAF9185	55649860E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AAV0378	55046308E	6394/1	27/05/2014	R\$ 191,53	220 * XIV
AAV2327	55046354E	5835/0	19/05/2014	R\$ 127,69	195
ABS8658	55047971E	5967/0	05/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
ACG0261	55649383E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ADF6065	55187420E	5541/5	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AFF7055	55980909D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AGV8518	55047473E	5746/1	29/05/2014	R\$ 85,12	187 * I
AHC7159	55039340E	5550/0	09/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
AJU0887	55651388E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AJW4221	55039122E	5550/0	03/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
AKU9401	55981557D	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALQ8226	55649503E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANR0869	55649764E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANR8561	55649284E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AOX9158	55649161E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AQQ1709	55648746E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AQQ1709	55981694D	5541/2	05/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AQT5410	55040334E	5568/0	26/05/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
ATB2866	55977002D	5541/2	01/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AWM7221	55649026E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BGW9488	55649293E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BPM9663	55980921D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DDJ2185	55039118E	5452/1	28/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
DHV3053	55044475E	6041/2	19/05/2014	R\$ 127,69	207
DJF5772	55980055D	5541/2	10/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DQD8495	55648930E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DQK3609	55649892E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EDZ4005	55649031E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EDZ4005	55980163D	5541/2	11/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ELB2311	55649884E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EWE8180	55981227D	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EXZ2909	55044870E	7366/2	28/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
FLX8373	55648744E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HCI6457	55046595E	5185/1	19/05/2014	R\$ 127,69	167
HHI7505	55038465E	5541/6	31/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HKQ8837	55652077E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
HNR0385	55046992E	5550/0	26/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
HPR5916	55649867E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IDM7869	55980848D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IJZ2274	55648790E	5541/2	10/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKU9094	55649634E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IKU9094	55981977D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
IMR7566	55046352E	5835/0	13/05/2014	R\$ 127,69	195
IRI9967	55047668E	7366/2	02/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
IWU0808	55048828E	7366/2	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
JUS4371	55649109E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KIX4394	55047206E	5550/0	05/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
KML4557	55648532E	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KML4557	55981787D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KQS1410	55981604D	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KXC4118	55981505D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXF2177	55649530E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXG7639	55047586E	5568/0	02/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
LXS0002	55648681E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXS8375	55047870E	5541/7	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXU6709	55649024E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXX5251	55980961D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYD4517	55047433E	5541/6	29/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYD8676	55187427E	5541/6	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYD8855	55981747D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT6773	55046309E	5835/0	01/06/2014	R\$ 127,69	195
LYW6926	55044991E	5185/1	02/06/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYY4793	55649835E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZB1938	55649339E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZF9758	55038458E	7056/1	29/04/2014	R\$ 191,53	244 * III
LZF9758	55038459E	5835/0	29/04/2014	R\$ 127,69	195
LZT4104	55649737E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZT6829	55938486D	5835/0	25/05/2014	R\$ 127,69	195
LZT6829	55938487D	5231/1	25/05/2014	R\$ 85,12	172
LZU8282	55649745E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZY2209	55048085E	5193/0	10/06/2014	R\$ 191,53	168
LZZ9265	55649231E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZZ9265	55649233E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZZ9265	55649749E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAH3231	55649703E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAI3441	55980957D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAO4937	55649465E	5541/2	17/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAQ4222	55980274D	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBC9303	55050004E	5207/0	02/07/2014	R\$ 53,20	169
MBF2176	55981860D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBO2742	55046362E	5835/0	30/05/2014	R\$ 127,69	195
MBQ3123	55651429E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBW2279	55938573D	7234/0	17/05/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MBW2279	55938575D	6033/0	17/05/2014	R\$ 191,53	206 * V
MBW4592	55649769E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA5433	55648959E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC8962	55978012D	5541/2	17/03/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD7647	55648886E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD7647	55980490D	5541/2	16/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCF1593	55649437E	5541/2	17/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCM7778	55651589E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO5036	55649538E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCO5713	55652160E	5541/2	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCP1452	55976792D	5541/2	25/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCR7105	55048722E	5193/0	30/06/2014	R\$ 191,53	168
MCW0089	55046402E	5541/1	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDC6215	55649921E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDN4605	55981805D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDS9011	55048066E	5541/1	07/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDU0292	55047564E	6041/1	29/05/2014	R\$ 127,69	207
MEB8277	55047466E	6050/1	28/05/2014	R\$ 191,53	208
MEF4293	55649686E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF4293	55981778D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEF7975	55046724E	5541/1	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ2201	55651530E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK1753	55649885E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK3757	55649230E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL3437	55649511E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL3856	55649762E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEQ2935	55648926E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MER4371	55981261D	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MER4371	55981858D	5541/2	22/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MET9983	55981390D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU3512	55648600E	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFA5649	55649789E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE6048	55980953D	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFH0926	55040339E	7366/2	26/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFM3103	55049281E	6050/2	26/06/2014	R\$ 191,53	208
MFP0848	55649399E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP0848	55649402E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFP0848	55981964D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ8807	55981584D	5541/2	03/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFR2423	55649488E	5541/2	30/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFY8777	55047682E	7366/2	02/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGA1069	55980784D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB9226	55044091E	5967/0	10/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MGC2572	55651557E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGE6204	55037474E	5550/0	07/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGJ1757	55651913E	5541/2	14/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK2019	55648915E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK8389	55649292E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK9890	55047588E	7366/2	03/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGM8895	55049229E	5991/0	02/07/2014	R\$ 191,53	206 * I
MGN7997	55649938E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO7024	55981749D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS4893	55649022E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHA3003	55981756D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD1054	55648521E	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHD1054	55648523E	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE1635	55651728E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHH3909	55045364E	7366/2	30/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHI4010	55648669E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ2847	55648954E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHO6867	55649498E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHR3185	55650079E	5541/2	24/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHS7309	55649323E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV8499	55047567E	7366/2	30/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MXH2645	55045919E	5460/0	05/06/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MIA1996	55649896E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA1996	55649919E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIA8030	55649844E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC4350	55980400D	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIC5926	55981913D	5541/2	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MII8451	55981984D	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ4092	55649376E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIM8893	55649150E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIO6677	55649641E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP2304	55048822E	6050/1	25/06/2014	R\$ 191,53	208
MIS3127	55649791E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIS4050	55649245E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT2725	55038254E	5550/0	29/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIV4703	55048938E	5991/0	27/06/2014	R\$ 191,53	206 * I
MIX5456	55047748E	5568/0	05/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MJF1125	55938943D	5185/1	06/06/2014	R\$ 127,69	167
MJI8347	55649815E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO2750	55648598E	5541/2	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJT7844	55648696E	5541/2	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJT9827	55980595D	5541/2	17/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJU3280	55937431D	7366/2	26/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJU9091	55651438E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJV5651	55047729E	7366/2	04/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKD5586	55651727E	5541/2	11/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKE5603	55649513E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKF0324	55038215E	5541/1	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKI2031	55048920E	7366/2	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKI9098	55649156E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ3238	55047685E	5541/1	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ4140	55651876E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKJ6943	55046880E	5967/0	26/05/2014	R\$ 191,53	203 * V
MKL2245	55651886E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS9421	55047212E	7366/2	05/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKT3534	55981424D	5541/2	29/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKU1853	55649560E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKV4419	55649266E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW7581	55648838E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKW7581	55648855E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB3206	55933572D	7048/1	03/07/2014	R\$ 191,53	244 * II
MLC5549	55187430E	5541/5	04/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLD0427	55046945E	7366/2	26/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLD3512	55649404E	5541/2	16/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLJ6526	55648925E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLM1203	55651781E	5541/2	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLM5744	55046969E	6041/2	26/05/2014	R\$ 127,69	207
MLT9624	55649650E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLX5350	55981779D	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMF0980	55980730D	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MQM6789	55651460E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MQY3404	55649117E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NHM1539	55648928E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NPL7726	55649635E	5541/2	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 3 DE SETEMBRO DE 2014

FABIO CAMPOS DA SILVA

DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 433**

RESOLUÇÃO Nº 433

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VANDERLEI PAULO DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, inciso VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, no âmbito da Câmara Municipal de Blumenau, tendo como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho dos servidores públicos, observado o disposto na Norma Regulamentadora 5 - NR5 e alterações, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Art. 2º A CIPA será composta por representantes da Mesa Diretora e dos servidores públicos, todos servidores públicos efetivos e ativos da Câmara Municipal, assim especificados:

I - 2 (dois) representantes (um titular e um suplente) da Mesa Diretora, designados por ato do Presidente da Câmara Municipal;

II - 2 (dois) representantes (um titular e um suplente) dos servidores públicos da Câmara Municipal, eleitos pela classe e nomeados por ato do Presidente.

Parágrafo único. Os representantes da Mesa Diretora e dos servidores públicos serão empossados pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 3º Os servidores públicos interessados participarão do processo eleitoral de escolha dos representantes dos servidores públicos através de escrutínio secreto.

Parágrafo único. O processo eleitoral será em escrutínio secreto, dele participando exclusivamente os servidores públicos interessados.

Art. 4º O mandato dos membros da CIPA será de um ano, com início no dia da instalação da Comissão.

Parágrafo único. A partir do dia da instalação, a Comissão terá 30 (trinta) dias para realizar treinamento, promovido pela Câmara Municipal.

Art. 5º Fica constituída Comissão Eleitoral do processo de escolha dos representantes dos servidores públicos, composta de 3 (três) membros selecionados entre os ocupantes de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão e indicados por ato do Presidente da Câmara Municipal.

§ 1º A primeira Comissão Eleitoral deverá ser instalada até o dia 15 de agosto de 2014, sendo que, as eleições serão realizadas no mês de novembro de 2014, em data fixada pela Comissão Eleitoral.

§ 2º Os membros da Comissão Eleitoral elegerão, entre si, o Presidente, o Relator e o Secretário.

§ 3º Para cada processo eleitoral de escolha dos representantes dos servidores públicos será constituída uma Comissão Eleitoral e seus membros não poderão postular a nenhum cargo, designado ou eletivo, na CIPA.

Art. 6º Dentre as suas atividades, a Comissão Eleitoral deverá:

I - elaborar ata de constituição, instalação e eleição dos cargos previstos no § 2º do artigo 5º, desta Resolução;

II - fazer a redação dos editais sobre o processo eleitoral;

III - publicar os editais do processo eleitoral;

IV - registrar as candidaturas;

V - realizar as eleições;

VI - apreciar e julgar eventuais recursos;

VII - homologar o resultado das eleições.

Art. 7º Todos os servidores públicos efetivos e ativos da Câmara Municipal poderão postular cargo eletivo na CIPA, excetuados os membros da Comissão Eleitoral.

Parágrafo único. Os membros da CIPA não receberão qualquer remuneração pela função, sendo seu trabalho considerado como de relevante interesse público.

Art. 8º A Diretoria Geral da Câmara Municipal fornecerá o suporte técnico e será o ponto de interlocução entre a Mesa Diretora e a Comissão Eleitoral, bem como à CIPA.

Art. 9º As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de verbas próprias, consignadas no orçamento anual da Câmara Municipal.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 09 DE SETEMBRO DE 2014.

Vanderlei Paulo de Oliveira  
Presidente

Roberto Tribess  
Vice-Presidente

Marcos da Rosa  
1º Secretário

Jens Juergen Mantau  
2º Secretário

**Bom Retiro****PREFEITURA****Segundo TA Contrato 51/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 51/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: A.J.A Assessoria e Projetos Ltda.

Objeto: Contratação de Pessoa Física/Jurídica habilitada para prestar Serviços de Assessoria, Fiscalização e acompanhamento de Projetos e Obras firmadas através de Convênios Federais, Estaduais, cadastramento e acompanhamento de Propostas do Governo Federal no Siconv, Simec, Sigob e Cisama. Fica alterada a Cláusula Terceira (Do Prazo) prorrogando-se o final de vigência do contrato para 15 de outubro de 2015, conforme faculta a legislação vigente.

Bom Retiro, 14 de outubro de 2014.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****Lei Complementar 125/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 125/2014

Altera dispositivos na Lei Complementar 027/2003 de 14.04.2003.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o quadro do artigo 2º da Lei Complementar 027/2003 de 14.04.2003, que dá nova redação ao anexo IV da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, especificamente no que diz respeito a habilitação necessária ao cargo de provimento efetivo de Fiscal de Obras e Postura, o qual passa a ter a seguinte redação:

"Ensino médio completo com formação específica em técnico em edificações."

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 13 de outubro de 2.014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR 126/2014**

LEI COMPLEMENTAR Nº 126/2014.

Altera dispositivo na Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, que dispõe sobre o plano de carreira dos servidores públicos municipais do município de Braço do Trombudo e estabelece outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Altera dispositivo no Anexo III, Atividades Específicas - Grupo I, da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Médico Veterinário: São atribuições do médico veterinário a prática da clínica em todas as suas modalidades, compreendendo animais de grande e pequeno porte, o controle zootécnico dos rebanhos, vigilância da saúde animal e atendimento médico veterinário em todas as suas modalidades, bem como Sistema de Inspeção Municipal - SIM, para assegurar a qualidade dos produtos de origem animal produzidos no Município, regularizar o funcionamento de empreendimentos que irão comercializar seus produtos no próprio município, como abatedouros, queijarias, entrepostos de mel e agroindústrias em geral. Elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento de normas e padrões de interesse sanitário no âmbito municipal, que tem como objetivos: o tratamento preventivo e terapêutico de zoonoses. Tomadas de outras medidas administrativas ligadas as suas atribuições que se façam necessárias".

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 13 de outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

#### **Portaria 157/2014**

PORTARIA 0157/2014  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, com base no Artigo 52, Inciso I da Lei Orgânica Municipal e amparado no artigo 6º da Lei Complementar 008/99 de 17/11/1999.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Jean Christian Weiss, para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 13 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 3º da Lei 0597/2008 de 09 de julho de 2008.

Braço do Trombudo, 13 de outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO 0115/2014**

DECRETO Nº 0115/2014.  
Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0771/2013 de 03.12.2013, etc...

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica anulada no Orçamento Anual do Fundo Municipal de Saúde, relativo ao exercício de dois mil e quatorze, nas dotações orçamentárias abaixo o valor de R\$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais), conforme segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(11) - 3.1.70.00.00.00.00.00 0.0.0002.000000 - Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 2.600,00  
(13) - 3.3.71.00.00.00.00.00 0.0.0002.000000 - Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 34.000,00  
(15) - 4.4.71.00.00.00.00.00 0.0.0002.000000 - Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ 41.600,00 (quarenta e um mil e seiscentos reais), como segue:

09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.085 - Manutenção, Coordenação e Reequipamento das Atividades da Saúde

(14) - 3.3.90.00.00.00.00.00 0.0.0002.000000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 41.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo (SC), 13 de outubro de 2014.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

#### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 1/2014**

Dispensa de Licitação 1/2014  
Processo Administrativo 08/2014  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 1/2014

Objeto; Contratação de Profissional Especialista na Prestação de serviços para Assistência Farmacêutica

Valor: 4.500,00  
Fundamento Legal: Artigo 24, da Lei 8.666/93, inciso IV.

Braço do Trombudo, 09 de Outubro de 2014  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

# Brusque

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº 068/2014

EXTRATO DE CONTRATO Nº 068/2014. CONCORRÊNCIA Nº 007/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRUSQUE. CONTRATA: C. R. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. OBJETO: EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DA VILA GERMÂNICA, BAIRRO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE. Valor global: R\$ 498.507,41 (quatrocentos e noventa e oito mil e quinhentos e sete reais e quarenta e um centavos). Vigência: 18 (dezoito) meses, a contar da data de assinatura do mesmo, sendo o prazo de execução das obras de até 05 (cinco) meses, contados da data da ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE. BRUSQUE, 27 DE JUNHO DE 2014. Signatários: ARNALDO FRANCISCO DA SILVA, Secretário de Orçamento e Gestão. WALNEY AGILIO RAIMONDI, C. R. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

### DECRETO Nº 7.509, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO nº 7.509, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 3.767/14,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

60.00 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros  
60.001 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros  
006.182.0150.2211 Instalações e Equipamentos p/ Corpo de Bombeiros  
3.3.90.00 Aplicações Diretas ☐ Outras Despesas Correntes  
0.3.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 200.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º deste Decreto, decorrerão das seguintes fontes de recursos:  
I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

60.00 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros  
60.001 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros  
006.182.0150.1101 Instalações e Equipamentos p/ Corpo de Bombeiros  
3.3.90.00 Aplicações Diretas ☐ Outras Despesas Correntes  
0.3.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 3.767, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

LEI nº 3.767, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

60.00 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros  
60.001 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros  
006.182.0150.2211 Instalações e Equipamentos p/ Corpo de Bombeiros  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
0.3.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 200.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:  
I - anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

60.00 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros  
60.001 FUMREBOM - Fundo Mun. Reequip. Corpo de Bombeiros  
006.182.0150.1101 Instalações e Equipamentos p/ Corpo de Bombeiros  
3.3.90.00 Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
0.3.00.00 Recursos Ordinários  
VALOR R\$ 200.000,00

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete



**Processo Licitatório Nº 107/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 107/2014

PREGÃO nº 061/2014

RECURSO ADMINISTRATIVO

OBJETO: Aquisição de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos para a Administração Pública Municipal.

RECORRENTE: COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA ME.

RESULTADO DO RECURSO: Pelo exposto, NÃO CONHEÇO do recurso apresentado pela empresa COMERCIAL CATARINENSE DE ARMARINHO EM GERAL LTDA ME com fundamento no art. 4º, inciso XX da Lei 10.520/02.

10/10/2014.

Joseana Paes Lopes

Pregoeira da Administração Pública Municipal

**PORTARIA Nº 9.374, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014**

PORTARIA nº 9.374, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do art.111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Sr. Arnaldo Francisco da Silva, Secretário de Orçamento e Gestão, Moacir Gomes Ribeiro, Tenente Coronel PM Comandante do 18º BPM, e Rafael Antônio da Silva, Oficial PM do 18º BPM, para movimentar/assinar as contas bancárias relativas ao Fundo Municipal da Polícia Militar - FUMMPOM - c/c nº 282.018-8 e c/c 313.312-5 da agência 401-4, do Banco do Brasil, e 44265-8, agência 3269, da BLUCREDI - Cooperativa de Economia de Crédito.

Parágrafo único. As contas bancárias do Fundo Municipal da Polícia Militar - FUMMPOM serão movimentadas, no mínimo, com 02 (duas) assinaturas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de outubro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

Prefeito Municipal

ELTON RODRIGO RIFFEL

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JOSÉ GUSTAVO HALFPAP

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 133/2014 SAMAE**

PORTARIA Nº 133/2014

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto- SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art.111 § 1º DA Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença - Auxílio Doença - concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor Sr. VALENTIM MOTTA, matrícula nº 1828.7-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, lotado na Área Técnica, em decorrência do atestado do dia 10.10.2014 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 25.10.2014.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 10 de Outubro de 2014.

ROGERIO RISTOW

Diretor Presidente

**Extrato do Termo Aditivo 01 ao Contrato 151/2013 SAMAE**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 151/2013

ESPÉCIE: serv. De mão de obra de servente e pedreiro. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 67/2013. VALOR: R\$ 27.625,00. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2014. DATA DA ASSINATURA: 13/10/2014; CONTRATADA: Minister Construtora Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 13 de outubro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRANSITO Nº50 1927 A 1936 /2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1927/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AER2113	54937305E	6599/2	22/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AIC1144	54937309E	6670/0	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
AJD4925	55179283E	5169/1	05/07/2014	R\$ 1.915,38	165
AJD4925	55179284E	5045/0	05/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
ALX3455	55178758E	5010/0	18/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
APE2917	55178729E	6599/2	17/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
APE2917	55178730E	5010/0	17/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
BNX6918	54952813E	5010/0	15/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
BNX6918	54952814E	6610/2	15/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
BNX6918	54952815E	5169/1	15/06/2014	R\$ 1.915,38	165
BQR9055	55178870E	5045/0	29/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
CLM6797	55176913E	6912/0	10/06/2014	R\$ 53,20	232
CLM6797	55176914E	6610/2	10/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
CRE5822	55179263E	5169/1	14/06/2014	R\$ 1.915,38	165
DDW6603	55176927E	6610/2	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DDW6603	55176928E	7340/0	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
DGA4615	55176944E	5045/0	11/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
DLF9543	55176457E	5169/1	15/06/2014	R\$ 1.915,38	165
GQN9812	55176945E	6726/1	12/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
GVP7255	54935901E	5037/1	27/05/2014	R\$ 574,61	162 * III
GVP7255	54935902E	5045/0	27/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
GVP7255	54935903E	6912/0	27/05/2014	R\$ 53,20	232
GVP7255	54935904E	5134/1	27/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
IAW9482	55176939E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
JRT0748	55530755D	6912/0	26/01/2014	R\$ 53,20	232
KKE7688	55176369E	5045/0	13/06/2014	R\$ 191,53	162 * V

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LOC0510	55176881E	6912/0	09/06/2014	R\$ 53,20	232
LWY4903	55176011E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWY4903	55176012E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWY4903	55176013E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXH2139	55176929E	7340/0	11/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
LXY0839	55179567E	6637/2	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXY0839	55179568E	5118/0	12/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYC7614	54825387E	6599/2	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYD1732	55179307E	6599/2	12/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYG5833	55176936E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYI4450	55178659E	6599/2	18/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYQ1013	55177110E	6726/1	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZP6183	55177112E	6408/0	24/06/2014	R\$ 85,12	221
LZR6878	55176886E	6602/0	09/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
LZU2241	55176930E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
MAK7039	55177107E	6602/0	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MAQ9009	55177169E	6920/0	10/06/2014	R\$ 127,69	233
MAS4230	55178660E	5320/0	21/06/2014	R\$ 957,69	176 * V
MAS4230	55178661E	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAY3413	55180554E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAY3413	55180555E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBA6211	55177170E	6920/0	10/06/2014	R\$ 127,69	233
MBE2771	55176934E	6610/2	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MBI5701	54935338E	5010/0	06/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBI5701	54935339E	5118/0	06/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBM2343	54951524E	6599/2	23/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBN6807	55176389E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBP1815	55176459E	6769/1	20/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MBS3934	54824778E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBT7723	54934277E	6599/2	21/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBU3697	54951589E	5169/1	16/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MBU8211	54933485E	6599/2	01/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBV6621	54935344E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBV6621	54935345E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBV6621	54935346E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBY4912	55179258E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCA3847	55179256E	6670/0	08/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCJ2408	54933767E	6769/1	09/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MCK0473	55177161E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MCL7259	54935966E	6912/0	20/06/2014	R\$ 53,20	232
MCQ6332	54935342E	6599/2	08/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCX6312	54824896E	6610/2	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MCX6312	54824897E	6599/2	05/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDA4614	55176374E	6610/2	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDA5697	54825219E	6769/1	09/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MDC2453	55177933E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDC4326	54935329E	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDC4326	54935330E	5010/0	06/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDC4326	54935332E	5118/0	06/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDL3388	55177205E	5010/0	05/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDL3388	55177206E	5118/0	05/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDL3388	55177207E	6726/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDN3056	54263045E	5169/1	15/06/2014	R\$ 1.915,38	165
MDZ4167	55176368E	6912/0	13/06/2014	R\$ 53,20	232
MEB4619	54825227E	6637/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MED2579	55179104E	5274/1	09/07/2014	R\$ 191,53	175
MEE3122	54825166E	6610/2	15/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MEF0003	55176316E	6912/0	20/06/2014	R\$ 53,20	232
MEH0997	55176326E	6653/1	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MEN5042	54934585E	6610/2	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MER9047	54935341E	7340/0	08/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MES0041	55176366E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MES0041	55176367E	5118/0	13/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFA7731	55176898E	6599/2	10/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFA7731	55176899E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFA7731	55176900E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFA7731	55176904E	6912/0	10/06/2014	R\$ 53,20	232
MFG6666	54937003E	6599/2	28/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFL4109	55176365E	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFL8499	54951863E	5010/0	25/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFL8499	54951864E	6599/2	25/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFN3951	54824670E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFQ2580	55176465E	6912/0	20/06/2014	R\$ 53,20	232
MFZ3762	55179340E	6726/1	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFZ4972	55178819E	6920/0	28/04/2014	R\$ 127,69	233
MGB4507	55176014E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGB4507	55176015E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGC7733	55176315E	6610/2	20/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MGE0661	55177182E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MGJ4192	55176942E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGJ4192	55176943E	6408/0	11/06/2014	R\$ 85,12	221
MGQ0911	54824837E	6912/0	12/07/2014	R\$ 53,20	232
MHB8575	55177199E	6920/0	24/06/2014	R\$ 127,69	233
MHG6612	54937046E	6670/0	22/06/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MHH2934	54825284E	5118/0	08/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHH2934	54825285E	5010/0	08/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHO7876	55177151E	6920/0	05/06/2014	R\$ 127,69	233
MHQ5800	55176734E	5169/1	05/07/2014	R\$ 1.915,38	165
MHQ5800	55176735E	5045/0	05/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHQ5800	55176736E	5142/0	05/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MHZ8028	55178723E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIC2021	55176372E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIC2021	55176380E	5282/0	14/06/2014	R\$ 957,69	176 * I
MIF9591	54937133E	6637/2	29/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MIG0520	55177162E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MIJ1009	55176920E	5010/0	10/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIJ1009	55176921E	5118/0	10/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIJ1009	55176922E	6912/0	10/06/2014	R\$ 53,20	232
MIL8943	54825380E	6599/2	09/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIL8943	54825381E	5118/0	09/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJJ1177	54934138E	6670/0	11/05/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MJO1052	54934399E	6912/0	01/05/2014	R\$ 53,20	232
MJX9396	55176396E	7340/0	20/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MJY0214	55179317E	6726/1	13/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MKG5298	55177160E	6920/0	09/06/2014	R\$ 127,69	233
MKU9434	55177877E	6912/0	11/07/2014	R\$ 53,20	232
MKU9434	55177879E	7340/0	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MLE8855	55180059E	5010/0	13/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MLN0149	54263050E	6408/0	11/07/2014	R\$ 85,12	221
MMC8613	55178770E	5045/0	15/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MNT2553	54935199E	6599/2	20/06/2014	R\$ 191,53	230 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MUU4873	55179330E	6599/2	19/06/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1928/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEI1017	55533243D	7366/2	09/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AHU5050	54934966E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AKI6143	54934280E	5215/2	30/06/2014	R\$ 191,53	170
ALX3455	55178757E	5215/2	18/05/2014	R\$ 191,53	170
ALZ6521	54934889E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ALZ6521	54937346E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
ANI1409	54934984E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
APE2917	55178731E	5967/0	17/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
BNX6918	54824808E	5835/0	15/06/2014	R\$ 127,69	195
CRE5822	55179322E	5738/0	14/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
DCG1299	54825120E	5185/2	14/06/2014	R\$ 127,69	167
DHK7823	55179303E	5380/0	10/06/2014	R\$ 85,12	181 * I
DQH9501	54934801E	5550/0	27/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
EGW6495	55179320E	5193/0	13/06/2014	R\$ 191,53	168
EPF9861	54934786E	7366/2	06/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
HNZ9449	55179265E	5207/0	16/06/2014	R\$ 53,20	169
IGS2980	54084239D	5185/1	13/06/2014	R\$ 127,69	167
ITG9635	54937183E	5541/2	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
JQH9181	55180353E	5185/2	09/05/2014	R\$ 127,69	167
KYP4064	54937208E	7366/2	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LWZ7376	55176468E	5185/2	22/06/2014	R\$ 127,69	167
LXH2139	54935395E	5541/2	16/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXI9796	54937033E	5452/3	17/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LXR5318	55176483E	5185/1	22/06/2014	R\$ 127,69	167
LXS7558	54935653E	5541/6	13/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXY0839	55176842E	5207/0	12/07/2014	R\$ 53,20	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXY0839	55179569E	5185/2	12/07/2014	R\$ 127,69	167
LXZ7940	54937078E	5550/0	06/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYK4079	54934895E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYO7124	54937349E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYT6294	55180066E	5207/0	06/07/2014	R\$ 53,20	169
LZK2468	54935228E	5568/0	19/06/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MAH4702	54935980E	5185/1	01/07/2014	R\$ 127,69	167
MAY2682	54934867E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBA8676	54934964E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD1087	54934875E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD1087	54937334E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBE2771	55176933E	5185/1	11/06/2014	R\$ 127,69	167
MBL7843	55180057E	5452/4	18/05/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBM7374	54935428E	7366/2	17/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBP1815	55176458E	5185/1	20/06/2014	R\$ 127,69	167
MBQ1488	54937129E	5541/1	25/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBT7723	54934278E	5835/0	21/06/2014	R\$ 127,69	195
MCF8373	55178321E	5185/1	10/07/2014	R\$ 127,69	167
MCG2072	54937345E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG9355	54934994E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCU3583	54934195E	5541/2	22/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCZ6248	54935877E	5541/2	26/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDE8779	55177815E	5185/2	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MDF8668	54934856E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDG6512	54937350E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDJ7924	54934670E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDM0150	54823994E	5185/1	12/06/2014	R\$ 127,69	167
MDP9161	54935594E	5541/1	19/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU4556	54934967E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE3122	54825165E	5185/1	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MEF2405	55177006E	5800/0	17/06/2014	R\$ 127,69	192
MEH7707	54934797E	7366/2	08/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEJ5226	54934965E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEN9060	54933759E	5525/0	06/05/2014	R\$ 85,12	181 * XV
MEQ1461	54934792E	5568/0	08/07/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MFK8703	54934988E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFN5997	54934758E	5185/1	30/06/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFN8540	54937254E	5452/1	28/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFQ2580	55176464E	5185/2	20/06/2014	R\$ 127,69	167
MFT8095	54937144E	5452/6	01/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFU8034	54937316E	5550/0	23/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGB6493	54934992E	5541/2	03/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB7433	54825121E	5185/1	14/06/2014	R\$ 127,69	167
MGH8784	55176717E	5207/0	18/06/2014	R\$ 53,20	169
MGN3895	54825376E	5185/1	08/07/2014	R\$ 127,69	167
MGO0389	54934858E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGO2585	54937211E	6050/1	25/06/2014	R\$ 191,53	208
MGP1922	54935558E	5185/1	11/05/2014	R\$ 127,69	167
MGS1200	54263046E	5967/0	21/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MGT0046	54933495E	5541/2	17/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT7068	54933498E	7366/2	23/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGU0252	55176955E	5207/0	21/06/2014	R\$ 53,20	169
MGY0605	54935662E	5541/6	30/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB6773	54937038E	5541/6	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF8167	54935459E	7366/2	19/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHG6612	54937047E	5185/1	22/06/2014	R\$ 127,69	167
MHG6612	54937049E	6980/0	22/06/2014	R\$ 191,53	239
MHR0528	54937118E	5541/1	13/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ7028	54934040E	5193/0	05/05/2014	R\$ 191,53	168
MHZ9008	55177056E	5185/2	22/06/2014	R\$ 127,69	167
MHZ9008	55177816E	5185/2	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MIC9322	55177057E	5185/2	22/06/2014	R\$ 127,69	167
MID2400	54935970E	5541/1	29/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF6165	54937340E	5541/2	06/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG2860	54823996E	5185/1	13/06/2014	R\$ 127,69	167
MIH1630	54935376E	7366/2	12/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIJ2357	54934672E	5541/2	15/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIJ2357	54935806E	7366/2	21/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIM6097	55178733E	6173/2	21/06/2014	R\$ 127,69	215 * I * a
MIQ5277	54935350E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT0076	54937031E	7366/2	13/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIV2096	54937036E	5185/1	17/06/2014	R\$ 127,69	167
MJD8731	54935979E	5452/2	01/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJD8731	54937317E	7366/2	23/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJI7619	54935965E	5452/7	16/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJJ3263	55180362E	5185/2	20/06/2014	R\$ 127,69	167
MJN4400	54824665E	5738/0	14/06/2014	R\$ 191,53	186 * II
MJQ1169	54934551E	5185/1	18/06/2014	R\$ 127,69	167
MJS1385	54937251E	6050/1	20/06/2014	R\$ 191,53	208
MJX9396	55176397E	5207/0	20/06/2014	R\$ 53,20	169
MKD0476	54934882E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKD5876	54935708E	6050/2	11/05/2014	R\$ 191,53	208
MKG2421	55177924E	5185/2	09/05/2014	R\$ 127,69	167
MKG5133	54934881E	5541/2	10/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKO0383	54935872E	5967/0	10/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MKO4517	54934861E	5541/2	09/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKR8843	54935053E	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKU9434	55177878E	5207/0	11/07/2014	R\$ 53,20	169
MKZ9400	54933792E	7366/2	06/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLE5798	54935361E	5193/0	12/06/2014	R\$ 191,53	168
MLM3006	54937150E	5541/6	01/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN0149	54263049E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
MMA3939	54935070E	5541/2	24/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMD1420	54934971E	5541/2	02/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MVI9199	54935082E	5541/2	25/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
OAY3010	54935356E	6050/1	10/06/2014	R\$ 191,53	208
OPY9356	54937271E	6050/1	30/06/2014	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 050 1929/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN3552	55925590E	5010/0	27/08/2014	162 * I
AFN3552	55925591E	5118/0	27/08/2014	164 c/c 162 * I
ALP4384	55177353E	6548/0	21/07/2014	229
ANS3910	54936181E	6726/1	31/08/2014	230 * XVIII
CLD4223	55679236D	6599/2	31/07/2014	230 * V
CLD4223	55679237D	5010/0	31/07/2014	162 * I
DIE5943	54825087E	6599/2	16/07/2014	230 * V
DIE5943	54825088E	6726/1	16/07/2014	230 * XVIII
DIM9329	55177382E	6653/1	26/07/2014	230 * XI
DKQ0483	54936609E	6912/0	20/08/2014	232
DKQ0483	54936610E	6599/2	20/08/2014	230 * V
DQG4561	55177747E	6912/0	31/07/2014	232
DQG4561	55177748E	5010/0	31/07/2014	162 * I
DQG4561	55177749E	5118/0	31/07/2014	164 c/c 162 * I
EBE3462	54952981E	6599/2	11/08/2014	230 * V
IMZ6054	55681667D	6599/2	03/08/2014	230 * V
KJA2135	54936855E	5010/0	05/08/2014	162 * I
LXH1807	55925202E	6599/2	27/08/2014	230 * V
LXH9484	54951537E	5045/0	23/07/2014	162 * V
LXX9583	55177717E	6599/2	29/07/2014	230 * V
LYC0998	55177015E	6599/2	26/07/2014	230 * V
LYC0998	55177017E	6912/0	26/07/2014	232
LYG8895	55911990E	6599/2	07/08/2014	230 * V
LYG8895	55911991E	5045/0	07/08/2014	162 * V
LYG8895	55911992E	6912/0	07/08/2014	232
LYU7920	55177715E	6912/0	29/07/2014	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYU7920	55177716E	5045/0	29/07/2014	162 * V
LZI5979	54936666E	6599/2	02/08/2014	230 * V
LZI5979	54936667E	6912/0	02/08/2014	232
LZI5979	54936668E	5045/0	02/08/2014	162 * V
LZI5979	54936669E	7340/0	02/08/2014	252 * IV
LZN5961	55178333E	6599/2	25/07/2014	230 * V
LZN5961	55178334E	5010/0	25/07/2014	162 * I
LZQ5519	55681676D	5010/0	20/08/2014	162 * I
LZQ5519	55681677D	5118/0	20/08/2014	164 c/c 162 * I
LZQ5519	55911913E	6912/0	20/08/2014	232
LZW8075	54936173E	6599/2	29/08/2014	230 * V
MAL3318	54633623E	5169/1	27/07/2014	165
MAY2825	54937471E	5045/0	31/08/2014	162 * V
MAY2825	54937472E	5142/0	31/08/2014	164 c/c 162 * V
MBA1960	55682695D	6556/1	26/08/2014	230 * I
MBA1960	55682697D	5010/0	26/08/2014	162 * I
MBA1960	55682698D	5118/0	26/08/2014	164 c/c 162 * I
MBA1960	55682699D	6599/2	26/08/2014	230 * V
MBA1960	55682700D	7340/0	26/08/2014	252 * IV
MBJ4321	55911141E	6653/1	20/08/2014	230 * XI
MBY9360	55177273E	5045/0	23/07/2014	162 * V
MCA3948	55925107E	5010/0	19/08/2014	162 * I
MCA3948	55925108E	5118/0	19/08/2014	164 c/c 162 * I
MCA3948	55925109E	7340/0	19/08/2014	252 * IV
MCA3948	55925110E	6408/0	19/08/2014	221
MCI1583	55911760E	6599/2	06/08/2014	230 * V
MCI1583	55911761E	5045/0	06/08/2014	162 * V
MCL3478	55177445E	5010/0	26/07/2014	162 * I
MCL3478	55177446E	6599/2	26/07/2014	230 * V
MDD2794	55177518E	6599/2	23/07/2014	230 * V
MDP6112	55925582E	6599/2	27/08/2014	230 * V
MDP6112	55925583E	5010/0	27/08/2014	162 * I
MDP6112	55925584E	5118/0	27/08/2014	164 c/c 162 * I
MDT8908	55911755E	6726/1	04/08/2014	230 * XVIII
MDX5707	54936210E	6610/2	30/08/2014	230 * VII
MEC7948	54824688E	6912/0	23/07/2014	232
MED0364	54936193E	6599/2	04/09/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEK1943	55911502E	6912/0	06/08/2014	232
MEK9958	54936182E	6670/0	31/08/2014	230 * XIII
MEN5283	55925176E	7340/0	26/08/2014	252 * IV
MEU4591	55180563E	6408/0	17/08/2014	221
MEZ7075	55681668D	6599/2	03/08/2014	230 * V
MFI6187	55178278E	6610/2	26/07/2014	230 * VII
MFL2615	54936039E	6599/2	06/09/2014	230 * V
MFM4871	54825091E	6769/2	22/07/2014	230 * XXII
MFQ3089	55925533E	6556/1	27/08/2014	230 * I
MGD0519	54952739E	6408/0	02/08/2014	221
MGH2926	55925672E	6610/2	27/08/2014	230 * VII
MGM2471	55925172E	5010/0	26/08/2014	162 * I
MGM2471	55925173E	5118/0	26/08/2014	164 c/c 162 * I
MGM2471	55925174E	6599/2	26/08/2014	230 * V
MGS3943	54952737E	5169/1	31/07/2014	165
MGT7393	54824690E	5045/0	23/07/2014	162 * V
MGX0723	55681681D	6912/0	23/08/2014	232
MGX0723	55911917E	6726/1	23/08/2014	230 * XVIII
MGZ6444	55925659E	6912/0	26/08/2014	232
MHD6011	55178183E	6599/2	27/08/2014	230 * V
MHG5412	55911587E	5045/0	26/08/2014	162 * V
MHQ2734	55177291E	6599/2	24/07/2014	230 * V
MHQ2734	55177292E	5045/0	24/07/2014	162 * V
MHS3157	55911979E	6912/0	07/08/2014	232
MID0552	55911540E	7340/0	22/08/2014	252 * IV
MIK1395	54936031E	6599/2	02/09/2014	230 * V
MJV3584	55178935E	6599/2	31/07/2014	230 * V
MKG3325	54951163E	5010/0	27/07/2014	162 * I
MKG3325	54951164E	5061/0	27/07/2014	163 c/c 162 * I
OKG5246	55925138E	6599/1	21/08/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 050 1930/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAC5519	54936423E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
AKV3566	55177282E	5185/1	23/07/2014	167
ARW7291	54936868E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
BNM0711	54936402E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
CCZ5221	54936886E	5541/6	07/08/2014	181 * XVII
CJT6705	54937469E	5185/1	30/08/2014	167
DDM4590	54937442E	5967/0	04/08/2014	203 * V
DSL1299	54937232E	7366/2	24/07/2014	252 * VI
EBE3462	54952982E	5207/0	11/08/2014	169
IGA3836	55177840E	5185/1	26/07/2014	167
JYF7880	54936444E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
KJA2135	54936854E	6050/1	05/08/2014	208
LXC6555	55177399E	5835/0	26/07/2014	195
LXC6555	55177400E	7030/2	26/07/2014	244 * I
LXD7287	54936418E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
LXG8880	55178133E	5185/1	26/07/2014	167
LXH1807	55925203E	5835/0	27/08/2014	195
LXI2640	55180565E	5207/0	21/08/2014	169
LXY0518	55178243E	5835/0	06/08/2014	195
LXY0518	55178244E	6068/1	06/08/2014	209
LYC0998	55177016E	5207/0	26/07/2014	169
LYC0998	55177018E	6181/0	26/07/2014	215 * II
LZQ5519	55681678D	5207/0	20/08/2014	169
LZQ5519	55681679D	5835/0	20/08/2014	195
LZQ5519	55911912E	5207/0	20/08/2014	169
LZX6849	55177316E	5185/2	22/07/2014	167



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAE7625	54937364E	5967/0	04/08/2014	203 * V
MAJ9652	54936032E	5550/0	04/09/2014	181 * XVIII
MAL3318	54633624E	6050/1	27/07/2014	208
MAL3318	54633625E	6050/1	27/07/2014	208
MAL4562	54936198E	5541/5	04/09/2014	181 * XVII
MAN9015	55178230E	5185/1	30/07/2014	167
MAQ7366	55178936E	5835/0	02/08/2014	195
MAQ7366	55178937E	5185/2	02/08/2014	167
MAQ7366	55178938E	5720/0	02/08/2014	186 * I
MAT1471	54936674E	5185/1	02/08/2014	167
MBA8676	54936415E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MBC7868	55178348E	5207/0	09/08/2014	169
MBY9360	55177274E	5185/1	23/07/2014	167
MBZ5910	55177386E	5193/0	26/07/2014	168
MCE0877	54936157E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
MCG2765	54936107E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
MCK4559	54936057E	5622/1	21/08/2014	182 * VI
MCT7011	54936878E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MCT8378	54934916E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MCX1157	54934910E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MDE1614	55177515E	5185/1	23/07/2014	167
MDE8244	55925059E	5207/0	31/07/2014	169
MDO0565	54937474E	7366/2	06/09/2014	252 * VI
MDQ5817	54936099E	7366/2	27/08/2014	252 * VI
MDT8908	55911754E	5819/1	04/08/2014	193
MDW2778	54936442E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MDY4578	54937231E	7366/2	24/07/2014	252 * VI
MED0364	54936192E	5967/0	04/09/2014	203 * V
MEG3896	54936883E	7366/2	07/08/2014	252 * VI
MEH8112	54936412E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MEK7521	55178134E	5185/2	26/07/2014	167
MES3309	54936409E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MES7114	55179735E	5185/2	18/07/2014	167
MEV4821	54936190E	5185/1	31/08/2014	167
MEX8316	54936408E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MFF7348	55925556E	5207/0	25/08/2014	169
MFP4895	54936196E	7366/2	04/09/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFT6497	54266645E	5185/1	30/07/2014	167
MFV2936	54936175E	5185/1	29/08/2014	167
MGG0102	54936443E	5541/2	21/08/2014	181 * XVII
MGH2926	55925671E	5185/1	27/08/2014	167
MGT9023	55925572E	5207/0	26/08/2014	169
MGW5218	54936426E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MHG6612	54936419E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MHW0680	55177345E	5185/2	23/07/2014	167
MHW1118	55177472E	5541/6	26/07/2014	181 * XVII
MII9699	54936439E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
MIK1395	54936030E	7366/2	02/09/2014	252 * VI
MIM1363	54824697E	5185/1	25/07/2014	167
MIV0604	55177466E	5185/1	21/07/2014	167
MIY2280	55177669E	5380/0	26/07/2014	181 * I
MIY7571	54936195E	5541/6	04/09/2014	181 * XVII
MJB2970	55177394E	5185/2	28/07/2014	167
MJB2970	55177395E	6858/0	28/07/2014	231 * VII
MJJ5564	54937235E	6050/1	04/08/2014	208
MJV3584	55176130E	6050/2	31/07/2014	208
MJY2005	55177488E	5185/2	31/07/2014	167
MKL3426	55911588E	5509/0	26/08/2014	181 * XIII
MKR8843	54934900E	5541/2	19/08/2014	181 * XVII
MKS8203	55925532E	5193/0	27/08/2014	168
MKS8203	55925581E	7030/1	27/08/2014	244 * I
MKW1619	54934913E	7366/2	05/08/2014	252 * VI
MLC2359	54936977E	5452/2	05/09/2014	181 * VIII
MLK1580	54936825E	7056/1	06/09/2014	244 * III
MLK6010	54936201E	7366/2	26/08/2014	252 * VI
MLP6138	54936211E	5550/0	30/08/2014	181 * XVIII
MMD1420	54936104E	5568/0	29/08/2014	181 * XIX
MMK8710	54936887E	5550/0	07/08/2014	181 * XVIII
NBY0388	54936200E	5452/6	04/09/2014	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1931/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX3455	55178759E	5118/0	18/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AOB9885	55179406E	6912/0	10/07/2014	R\$ 53,20	232
BZV7629	55179600E	6661/0	14/07/2014	R\$ 127,69	230 * XII
CGB1306	55177201E	5045/0	21/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
CGB1306	55177203E	6726/1	21/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
CGZ2647	54265589E	6599/2	13/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
ECX8518	55178727E	5118/0	14/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
EEH1347	55176456E	6661/0	15/06/2014	R\$ 127,69	230 * XII
IHL7153	54937451E	5010/0	20/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
IHL7153	54937452E	5118/0	20/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LAQ1049	55180351E	6769/2	09/05/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
LWX0586	55179482E	5118/0	11/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXK2011	54824892E	6599/2	14/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXK2011	54824893E	5010/0	14/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYI4450	55178658E	5010/0	18/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYV1247	55179264E	6912/0	14/06/2014	R\$ 53,20	232
LZN8791	55177178E	6920/0	13/06/2014	R\$ 127,69	233
MAO8066	55178801E	6920/0	18/04/2014	R\$ 127,69	233
MAX7886	54935974E	5010/0	29/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBF9905	55178761E	6637/2	19/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBW5890	55180604E	6599/2	08/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCL6896	54825274E	5010/0	17/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCL6896	54825275E	5118/0	17/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCL6896	54825276E	6912/0	17/05/2014	R\$ 53,20	232
MCO7936	55176634E	6726/1	14/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCP3402	54937134E	6637/2	29/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCP3402	54937136E	6637/1	29/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDH7785	55179167E	6920/0	16/05/2014	R\$ 127,69	233
MDM3227	55179216E	5320/0	12/07/2014	R\$ 957,69	176 * V
MDU4058	54934094E	5037/1	11/05/2014	R\$ 574,61	162 * III
MDU4058	54935760E	5045/0	17/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MDU4058	54935761E	5142/0	17/05/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MED6321	54824925E	5010/0	15/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEO0104	54935971E	5010/0	29/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEO0104	54935972E	6599/2	29/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEO0104	54935973E	5118/0	29/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHA1811	54933780E	6599/2	24/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHA1811	54933781E	5010/0	24/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHA1811	54933782E	6556/1	24/05/2014	R\$ 191,53	230 * I
MHT3797	54935528E	6700/0	25/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MIX1834	55176636E	6912/0	12/07/2014	R\$ 53,20	232
MLK1242	55176953E	5320/0	18/06/2014	R\$ 957,69	176 * V
MLR2502	54934073E	5045/0	09/05/2014	R\$ 191,53	162 * V
MYH1083	54934005E	5010/0	01/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
MYH1083	54934006E	5118/0	01/05/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MYH1083	54934007E	6599/2	01/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
NBU0487	54951412E	6637/2	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
OKP8867	55177212E	5010/0	14/07/2014	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1932/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX3455	55178755E	5835/0	18/05/2014	R\$ 127,69	195
ALX3455	55178756E	5819/7	18/05/2014	R\$ 574,61	193
AMF6535	54935128E	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
BGT7104	55176079E	5207/0	17/06/2014	R\$ 53,20	169
BNR6147	54825344E	5185/2	09/06/2014	R\$ 127,69	167
BNR6147	54825345E	7234/0	09/06/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
CBQ3609	55180556E	5401/0	15/06/2014	R\$ 127,69	181 * III
DQK5821	54937121E	5452/7	19/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
DRU7657	54935052E	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EPJ4834	54933795E	6050/1	06/06/2014	R\$ 191,53	208
HKT8771	55176199E	5231/1	17/05/2014	R\$ 85,12	172
HNI6364	55179014E	5843/3	25/05/2014	R\$ 127,69	196
KOD5110	54934260E	5550/0	26/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LWX0586	55179481E	5185/1	11/07/2014	R\$ 127,69	167
LXP4459	54935384E	5185/1	15/06/2014	R\$ 127,69	167
LZB0244	54937114E	5452/6	11/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBF9905	55178762E	5835/0	19/05/2014	R\$ 127,69	195
MCK7905	54935584E	5185/1	17/05/2014	R\$ 127,69	167
MDT3479	54935818E	5541/1	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX2925	55178362E	5185/1	15/07/2014	R\$ 127,69	167
MHM8121	54937324E	5541/2	05/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHS1369	54933977E	7366/2	24/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJC2408	54935130E	5541/2	06/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF6715	54933594E	6050/1	09/05/2014	R\$ 191,53	208
MJH4858	54935292E	5452/6	02/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJQ2832	54935051E	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKJ0403	55177814E	5185/2	15/06/2014	R\$ 127,69	167
MKJ0970	55176635E	5207/0	14/06/2014	R\$ 53,20	169
MKT0908	55179979E	5835/0	13/06/2014	R\$ 127,69	195
MKV7698	54937196E	5541/2	14/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLI5052	54934752E	5967/0	28/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MLR2502	54934072E	5550/0	09/05/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MVF9056	54935266E	5541/1	27/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
OLQ3808	54937201E	5398/0	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 050 1933/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHP2739	54938601E	5010/0	16/09/2014	162 * I
AJR5093	55679234D	5045/0	29/07/2014	162 * V
AKH3143	54952740E	6599/2	02/08/2014	230 * V
AKH3143	54952741E	5010/0	02/08/2014	162 * I
AKV0745	54936991E	6769/1	14/09/2014	230 * XXII
AMC1440	54936716E	5169/1	28/08/2014	165
ARZ0628	55176500E	6912/0	05/07/2014	232
CCG5569	55925804E	5010/0	30/08/2014	162 * I
CCG5569	55925805E	5118/0	30/08/2014	164 c/c 162 * I
CGW8098	54263792E	6599/2	30/08/2014	230 * V
CIY4438	54936212E	6637/2	30/08/2014	230 * IX
DIJ3538	55177530E	6912/0	28/07/2014	232
DNE7771	55925683E	6912/0	28/08/2014	232
DNE7771	55925684E	6661/0	28/08/2014	230 * XII
DNT5590	54936559E	6610/2	31/07/2014	230 * VII
HRY4536	55178038E	6548/0	28/07/2014	229
INH4844	54496876B	6599/2	13/08/2014	230 * V
JHA8840	55179295E	5010/0	02/09/2014	162 * I
JHA8840	55179296E	5118/0	02/09/2014	164 c/c 162 * I
JHA8840	55179297E	6599/2	02/09/2014	230 * V
KKE5960	55179293E	5169/1	29/08/2014	165
LCJ0327	55925858E	6637/1	29/08/2014	230 * IX
LCJ0327	55925859E	5045/0	29/08/2014	162 * V
LCJ0327	55925860E	6726/1	29/08/2014	230 * XVIII
LWU4582	54936132E	6610/2	18/09/2014	230 * VII
LWU8583	54936617E	6599/2	30/08/2014	230 * V

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXT3195	55925357E	6599/2	02/09/2014	230 * V
LYN1274	55177731E	6912/0	30/07/2014	232
LZN5961	55178335E	5169/1	25/07/2014	165
LZP5972	55925536E	6599/2	28/08/2014	230 * V
LZS7771	55911756E	5029/2	05/08/2014	162 * II
LZS7771	55911758E	5126/2	05/08/2014	164 c/c 162 * II
LZX8358	54936710E	6726/1	08/08/2014	230 * XVIII
MAM9642	55925402E	6769/1	02/09/2014	230 * XXII
MAP5925	54936672E	6912/0	02/08/2014	232
MAT1743	54936652E	6726/1	31/07/2014	230 * XVIII
MBU4607	55175820E	5045/0	27/08/2014	162 * V
MBY9360	55177089E	6912/0	31/07/2014	232
MCA7762	55176098E	6599/2	02/09/2014	230 * V
MCD9213	55925255E	6599/2	30/08/2014	230 * V
MCD9213	55925256E	5010/0	30/08/2014	162 * I
MCD9213	55925257E	5118/0	30/08/2014	164 c/c 162 * I
MCD9213	55925258E	6602/0	30/08/2014	230 * VI
MCX8339	55925675E	6661/0	27/08/2014	230 * XII
MCY8695	55925204E	6599/2	01/09/2014	230 * V
MCY8695	55925205E	6912/0	01/09/2014	232
MDL1806	55911722E	6599/2	30/08/2014	230 * V
MEO0314	54937381E	6599/2	17/08/2014	230 * V
MEU2048	54936665E	6726/1	02/08/2014	230 * XVIII
MFI6187	55911559E	6912/0	08/08/2014	232
MFI6187	55911560E	6610/2	08/08/2014	230 * VII
MFO5724	55911726E	6610/2	30/08/2014	230 * VII
MFR9570	54936680E	6726/1	06/08/2014	230 * XVIII
MFT0288	54938560E	6599/2	20/09/2014	230 * V
MGF1534	55911514E	6912/0	11/08/2014	232
MGZ9217	55925301E	5010/0	02/09/2014	162 * I
MGZ9217	55925303E	7340/0	02/09/2014	252 * IV
MHM1584	54936273E	5045/0	07/09/2014	162 * V
MIV1658	55911548E	5118/0	02/09/2014	164 c/c 162 * I
MIV1658	55925352E	5010/0	02/09/2014	162 * I
MJB0024	55925689E	6661/0	28/08/2014	230 * XII
MJF6715	55911651E	6912/0	08/08/2014	232
MJI9799	55925898E	7340/0	02/09/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJS5664	55925802E	5169/1	30/08/2014	165
MKL4639	55180572E	7340/0	29/08/2014	252 * IV
MLV2062	55681671D	5010/0	09/08/2014	162 * I
MLX1117	54936322E	6599/2	18/09/2014	230 * V
MMM7933	55911595E	6912/0	29/08/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 050 1934/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADT0746	55911030E	5835/0	01/09/2014	195
AKC2356	54935484E	5452/2	12/08/2014	181 * VIII
AMC1440	54936717E	5185/1	28/08/2014	167
ANA2374	55911591E	5185/1	27/08/2014	167
ANS3910	55911667E	7056/1	03/09/2014	244 * III
AQG9166	54266643E	5185/1	30/07/2014	167
AWE9794	54936620E	5185/1	30/08/2014	167
AWM8016	54937376E	5541/1	13/08/2014	181 * XVII
AXP7080	54936092E	5452/6	27/08/2014	181 * VIII
CBR0574	54936174E	5185/1	29/08/2014	167
CCG5569	55925803E	5835/0	30/08/2014	195
CPB6543	54934939E	7366/2	04/09/2014	252 * VI
CRS8818	54936076E	5444/0	25/08/2014	181 * VII
DDE9771	54936121E	5541/3	14/09/2014	181 * XVII
DVJ2523	54936434E	5541/2	20/08/2014	181 * XVII
IIV6605	54936590E	5843/3	06/08/2014	196
IIV6605	54936591E	6394/4	06/08/2014	220 * XIV
IIV6605	55911551E	5835/0	06/08/2014	195
IIV6605	55911552E	6122/0	06/08/2014	214 * I
ILI0288	55925063E	5185/1	02/09/2014	167
IMH4708	55911958E	5185/1	06/08/2014	167
JHA8840	55179294E	6050/2	02/09/2014	208
KJN6971	55911976E	5185/1	07/08/2014	167
LCJ0327	55925856E	5185/2	29/08/2014	167
LCJ0327	55925857E	5193/0	29/08/2014	168
LXB2421	55180571E	5185/1	29/08/2014	167

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXH3227	54936313E	5240/0	14/09/2014	173
LXH3227	54936314E	5215/2	14/09/2014	170
LXJ2453	55925549E	7366/2	30/08/2014	252 * VI
LXJ7983	54935477E	5452/6	08/08/2014	181 * VIII
LXN7323	55925891E	5193/0	30/08/2014	168
LXT3195	55925358E	5185/1	02/09/2014	167
LYF0114	54937373E	5525/0	11/08/2014	181 * XV
LYH8811	55177093E	5185/1	31/07/2014	167
LZH7671	54936465E	5185/1	19/09/2014	167
LZK5862	54936790E	5185/1	29/08/2014	167
MAL6726	54936758E	5185/2	03/08/2014	167
MAN1903	54936115E	6050/1	10/09/2014	208
MAN1903	54936302E	6050/1	10/09/2014	208
MBJ3040	55925897E	5185/1	02/09/2014	167
MBS1909	54936058E	5550/0	21/08/2014	181 * XVIII
MBS3967	55178697E	6173/2	28/08/2014	215 * I * a
MBZ8615	55177547E	5185/2	31/07/2014	167
MCC5807	54952746E	5541/6	13/08/2014	181 * XVII
MCD9077	54936447E	5959/3	19/09/2014	203 * IV
MCD9077	54936448E	5185/1	19/09/2014	167
MCR8179	54936328E	5185/1	20/09/2014	167
MCT2989	54936112E	5185/1	08/09/2014	167
MDK4377	54936305E	5967/0	12/09/2014	203 * V
MDN3422	54823885E	5967/0	07/08/2014	203 * V
MDO6005	55177228E	5185/1	01/09/2014	167
MEM9419	55911058E	5207/0	29/08/2014	169
MFI6187	55911558E	5185/2	08/08/2014	167
MFJ2196	54934936E	5967/0	04/09/2014	203 * V
MGC9380	55925885E	5185/2	30/08/2014	167
MGE2255	55177477E	7366/2	29/07/2014	252 * VI
MGK8081	54936751E	5541/6	30/07/2014	181 * XVII
MGO7807	54936052E	6491/0	19/08/2014	227 * II
MGV8877	54936588E	7234/0	05/08/2014	250 * I * a
MGZ9217	55925302E	5835/0	02/09/2014	195
MHM1584	54936274E	5193/0	07/09/2014	168
MHZ7934	54936565E	6858/0	02/08/2014	231 * VII
MID7790	54936325E	5380/0	20/09/2014	181 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIR4027	54936303E	7064/0	10/09/2014	244 * IV
MIR4027	54936304E	6319/0	10/09/2014	220 * VI
MIS2192	55177229E	5207/0	01/09/2014	169
MIW3192	54936236E	5185/2	19/09/2014	167
MJA1914	54952743E	5185/2	05/08/2014	167
MJA5639	54936251E	5541/5	04/09/2014	181 * XVII
MJK3527	55180644E	5207/0	28/08/2014	169
MJM5502	55925853E	5207/0	29/08/2014	169
MJS5664	55178698E	5720/0	30/08/2014	186 * I
MJX3005	55911961E	5185/1	06/08/2014	167
MJX5664	54936982E	6050/1	11/09/2014	208
MJY5149	55911764E	5967/0	07/08/2014	203 * V
MKI8327	54952745E	5185/1	08/08/2014	167
MKI9882	55178342E	5460/0	06/08/2014	181 * IX
MKL8176	55178184E	7366/2	29/08/2014	252 * VI
MKS2204	55534608D	5398/0	17/09/2014	181 * II
MKV5319	54938904E	5193/0	20/09/2014	168
MKW7399	54936987E	7366/2	11/09/2014	252 * VI
MLA8758	55180567E	5207/0	29/08/2014	169
MLD6524	54633848E	5185/1	29/07/2014	167
MLE4973	54936261E	5541/6	06/09/2014	181 * XVII
MLJ4621	55925676E	5185/1	27/08/2014	167
MLL1343	55176096E	5703/0	29/08/2014	185 * I
MLL3770	54934748E	5541/6	09/09/2014	181 * XVII
MLX1077	54934747E	7366/2	05/09/2014	252 * VI
MLX1117	54936320E	5568/0	18/09/2014	181 * XIX
MMJ5923	55911597E	7234/0	29/08/2014	250 * I * a
OGN0094	55925571E	5185/2	26/08/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1935/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAE0553	55177138E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
AAE0553	55177139E	5045/0	24/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
AEM5500	54951532E	5169/1	07/07/2014	R\$ 1.915,38	165
AFJ4781	55178734E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
ALJ1180	54951514E	5010/0	03/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
ALJ1180	54951515E	5118/0	03/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
ANP3833	55178791E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
ANP3833	55178792E	6726/1	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
AOC9958	55178971E	6920/0	09/05/2014	R\$ 127,69	233
AOY6980	55179363E	5010/0	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
AQW6717	55178666E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
CGB1306	55177202E	6637/2	21/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CKQ0739	55177208E	6637/2	05/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
CLM6797	55176957E	5169/1	27/06/2014	R\$ 1.915,38	165
CLM6797	55178868E	6912/0	27/06/2014	R\$ 53,20	232
CLM6797	55178869E	6610/2	27/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DFL6229	54825014E	7340/0	05/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
DFT7986	55176290E	7340/0	05/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
DGL8901	55176674E	6920/0	02/06/2014	R\$ 127,69	233
DMF0186	55177080E	6610/2	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
DOB3296	55180274E	6599/2	30/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
DVP0601	55176492E	7340/0	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
FRF8008	55176854E	5045/0	05/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
IBX1150	55179353E	6726/1	30/06/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
IQO8099	54825174E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
JCN6999	54825366E	6726/1	09/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII

1 / 5

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JJA8575	55179023E	6912/0	28/05/2014	R\$ 53,20	232
KFI1199	55179281E	5010/0	02/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
KFI1199	55179282E	5118/0	02/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
KKE7688	55176808E	7340/0	24/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
KMF4484	55176436E	6912/0	16/07/2014	R\$ 53,20	232
LWV5694	55180663E	6912/0	24/04/2014	R\$ 53,20	232
LWV9239	54935645E	6599/2	06/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LWX0586	55179480E	5010/0	11/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LWX2731	54951528E	6599/2	27/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXB1034	55180376E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXF5938	55179750E	6637/2	19/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXP6124	55180528E	5010/0	28/05/2014	R\$ 574,61	162 * I
LXP6124	55180529E	6726/1	28/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXP6124	55180530E	6637/2	28/05/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXU3346	55179386E	6912/0	04/07/2014	R\$ 53,20	232
LXV9325	54937429E	6599/2	03/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYF5132	55179732E	5010/0	18/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYH2332	55178736E	5169/1	05/07/2014	R\$ 1.915,38	165
LYI1601	54933870E	6599/2	01/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYN6212	55179362E	6610/2	01/07/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYQ2418	54935176E	6599/2	11/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYQ2418	54935177E	5045/0	11/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
LYQ2418	54935178E	5142/0	11/06/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LYQ2418	54935179E	6912/0	11/06/2014	R\$ 53,20	232
LYQ2418	54935180E	6637/1	11/06/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYR7142	54933565E	6599/2	01/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZP9033	55176770E	6726/1	02/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAM9619	55177070E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAM9619	55177071E	6912/0	24/06/2014	R\$ 53,20	232
MAS4692	55176339E	6599/2	08/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAV7833	55178670E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAV7833	55178671E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MAX5187	55177117E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAX5187	55177118E	5010/0	24/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MAX5187	55177119E	5118/0	24/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAY7012	55178788E	6726/1	04/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBA7926	55176620E	5045/0	05/06/2014	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBC6684	55176324E	5045/0	21/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MBD9896	55177067E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBE9794	55176435E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBF2467	55177068E	6556/1	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MBS3310	54934812E	6912/0	09/07/2014	R\$ 53,20	232
MBV0142	55179217E	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBV0583	55178790E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBX2446	55180553E	6912/0	02/06/2014	R\$ 53,20	232
MCF4453	55179359E	6599/2	01/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCL3643	55179354E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232
MCV7503	54951525E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCY2177	55177143E	5010/0	25/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDE4933	55178771E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDM7909	55176254E	5010/0	04/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MDN5711	55177074E	6556/4	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MDU6261	54934625E	6670/0	12/07/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MDW2324	55179206E	6599/2	07/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDX8125	55178500E	6912/0	24/04/2014	R\$ 53,20	232
MED3529	55178383E	6599/2	16/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEE1474	55177144E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232
MEF6350	54951866E	6599/2	25/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MEF6350	54951867E	5118/0	25/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEF6350	54951868E	5010/0	25/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEG8228	54825140E	5010/0	21/06/2014	R\$ 574,61	162 * I
MEG8228	54825141E	5118/0	21/06/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEU6807	54825282E	6912/0	08/07/2014	R\$ 53,20	232
MEX4574	55179377E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MFC1194	54934810E	6637/2	09/07/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MFC1194	54934811E	6726/1	09/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFD5120	55179252E	6769/2	01/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MFF9321	55180504E	5169/1	01/05/2014	R\$ 1.915,38	165
MFH3307	55176082E	6610/2	26/06/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MFL2996	55178673E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFL2996	55178674E	5061/0	04/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFN3256	55177078E	6556/4	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * I
MFP2287	54933425E	5045/0	22/04/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFQ4986	54934822E	6599/2	19/07/2014	R\$ 191,53	230 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFS0671	55179039E	6408/0	31/05/2014	R\$ 85,12	221
MFU6936	55179356E	5037/1	01/07/2014	R\$ 574,61	162 * III
MFV2072	55179382E	6599/2	04/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGA5651	55177131E	6408/0	24/06/2014	R\$ 85,12	221
MGA8292	54935235E	5045/0	10/07/2014	R\$ 191,53	162 * V
MGA8292	54935236E	5142/0	10/07/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MGA8292	54935237E	6599/2	10/07/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGK7748	55180659E	6912/0	24/04/2014	R\$ 53,20	232
MGU6033	54934590E	6599/2	26/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGZ3690	55178163E	7340/0	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHB0796	54934379E	6670/0	29/04/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MHJ9255	55180540E	5045/0	04/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MHN3203	55177137E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHQ6795	55179273E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232
MHW7049	55180278E	5010/0	04/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHW7049	55180279E	5061/0	04/07/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHW7049	55180280E	7340/0	04/07/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MIF8181	55179350E	6661/0	24/06/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MIK4199	55178664E	6599/2	24/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIO4546	55179391E	6912/0	04/07/2014	R\$ 53,20	232
MIS5552	54934701E	7340/0	25/06/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MIX6901	55176259E	6769/1	04/06/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MJL1445	54934415E	6700/0	28/04/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MJN7713	55176621E	6599/2	05/06/2014	R\$ 191,53	230 * V
MJO1052	55179097E	6726/1	30/05/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MJR3607	55682281D	6653/2	06/06/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MJY0958	55177146E	6912/0	30/06/2014	R\$ 53,20	232
MKK9236	54934282E	5010/0	20/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
MKK9236	54934283E	5118/0	20/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MKL9924	55176771E	6602/0	02/07/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MKN4432	54933826E	6599/2	09/05/2014	R\$ 191,53	230 * V
MKS6554	55178676E	6769/1	04/07/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MLV6843	55179279E	5045/0	30/06/2014	R\$ 191,53	162 * V
MLW8781	54825013E	6912/0	05/07/2014	R\$ 53,20	232
MUX7763	55176783E	6726/1	06/07/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
NZQ4714	55176661E	6920/0	30/05/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1936/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AHW6634	55179373E	5185/2	04/07/2014	R\$ 127,69	167
AIG6389	54934814E	5185/1	09/07/2014	R\$ 127,69	167
AIO3010	54937124E	5541/2	21/06/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AIY7653	54824820E	5185/1	04/07/2014	R\$ 127,69	167
AKV3566	54933287E	5193/0	15/04/2014	R\$ 191,53	168
AKV3566	55178319E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
ALD1802	55176476E	5185/2	22/06/2014	R\$ 127,69	167
ANA5919	54935058E	5541/2	23/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AVU9837	54935933E	5550/0	30/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
BSI5985	54935411E	5452/3	11/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
BYN4110	55178119E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
CKQ0739	55179501E	6530/0	05/07/2014	R\$ 127,69	228
CLM6797	55178864E	5835/0	27/06/2014	R\$ 127,69	195
CLM6797	55178865E	5967/0	27/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
CLM6797	55178866E	5720/0	27/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
CLM6797	55178867E	5720/0	27/06/2014	R\$ 127,69	186 * I
CNY1329	54936525E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
COZ2223	55178921E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
DEZ3445	55176497E	5185/2	05/07/2014	R\$ 127,69	167
DSH1801	55178920E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
FRF8008	55176855E	5185/1	05/06/2014	R\$ 127,69	167
HAK3536	54935976E	6858/0	29/06/2014	R\$ 85,12	231 * VII
HQJ8647	55176834E	5207/0	06/07/2014	R\$ 53,20	169
HYF9155	55179357E	5185/1	01/07/2014	R\$ 127,69	167
IJZ2099	54933571E	5193/0	01/05/2014	R\$ 191,53	168
IPE5910	54937091E	7366/2	09/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JJA8575	55179024E	6050/1	28/05/2014	R\$ 191,53	208
KMD8637	54824779E	5185/2	05/07/2014	R\$ 127,69	167
LNK6336	55176803E	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
LPC7950	54933757E	5185/1	04/05/2014	R\$ 127,69	167
LWT0971	54934159E	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LWT9382	55178117E	5185/1	05/07/2014	R\$ 127,69	167
LXP6124	55180527E	5835/0	28/05/2014	R\$ 127,69	195
LXP6124	55180531E	5215/2	28/05/2014	R\$ 191,53	170
LXX9032	54933658E	5380/0	01/05/2014	R\$ 85,12	181 * I
LYC2099	55178221E	5185/1	18/07/2014	R\$ 127,69	167
LYC8628	54935238E	5509/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
LYF0361	54937285E	5541/6	02/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYH2332	55178737E	5207/0	05/07/2014	R\$ 53,20	169
LYQ3219	55179401E	5231/1	27/06/2014	R\$ 85,12	172
LYQ6354	55176877E	5185/1	06/06/2014	R\$ 127,69	167
LZB6301	54823569E	5193/0	07/05/2014	R\$ 191,53	168
LZK9916	54935118E	5541/2	30/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZQ9812	55176769E	5185/2	02/07/2014	R\$ 127,69	167
LZU9062	54824824E	5185/1	05/07/2014	R\$ 127,69	167
LZW8075	55178919E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
MAB1422	55179355E	5185/1	01/07/2014	R\$ 127,69	167
MBB3521	55178681E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
MBB3521	55178682E	5835/0	07/07/2014	R\$ 127,69	195
MBL8630	55176392E	6009/1	20/06/2014	R\$ 191,53	206 * II
MBM1954	54934761E	7366/2	30/06/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBP3304	54936530E	5541/2	21/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV0511	54935885E	5509/0	10/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MBW6162	54825239E	5185/1	17/07/2014	R\$ 127,69	167
MBY0831	54951526E	5835/0	26/06/2014	R\$ 127,69	195
MCG2019	55180410E	5207/0	28/06/2014	R\$ 53,20	169
MCI0727	54935935E	5541/6	04/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCI5455	55176737E	5347/0	06/07/2014	R\$ 85,12	178
MCI5455	55176738E	5207/0	06/07/2014	R\$ 53,20	169
MCK3212	55533250D	5835/0	11/05/2014	R\$ 127,69	195
MCR5631	54825350E	5835/0	01/07/2014	R\$ 127,69	195
MCS7636	54934771E	5452/6	04/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MCU1103	54934624E	7366/2	12/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDI5778	54935416E	5452/6	11/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MDM7909	55176255E	5185/1	04/06/2014	R\$ 127,69	167
MDO7416	55176763E	5185/1	25/06/2014	R\$ 127,69	167
MDX8125	55178499E	5207/0	24/04/2014	R\$ 53,20	169
MED7738	54933544E	5550/0	29/04/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEJ1829	54937086E	5193/0	06/07/2014	R\$ 191,53	168
MES7518	54934485E	5541/2	14/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEW3099	54934171E	5541/2	15/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX8190	54632293E	6050/1	24/06/2014	R\$ 191,53	208
MEZ8660	54934725E	5967/0	11/07/2014	R\$ 191,53	203 * V
MFG5746	54934470E	5541/2	09/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MFI6798	54934718E	5720/0	05/07/2014	R\$ 127,69	186 * I
MFL3996	54934815E	5185/2	09/07/2014	R\$ 127,69	167
MFT6552	55179981E	7366/2	07/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFU8034	55178859E	5452/3	25/06/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MFZ7112	54936711E	7048/1	11/08/2014	R\$ 191,53	244 * II
MFZ7112	54936712E	7072/1	11/08/2014	R\$ 191,53	244 * V
MGB0065	54937217E	7366/2	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGL4186	54935447E	5541/6	02/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHB9171	54937177E	5541/2	12/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG1800	54937085E	5541/6	06/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG4310	54935209E	5550/0	02/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHH9585	54934804E	5967/0	29/06/2014	R\$ 191,53	203 * V
MHL2084	54824826E	5185/1	07/07/2014	R\$ 127,69	167
MHN5710	54935414E	7366/2	11/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHT9773	54935412E	5550/0	11/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIN6763	54937404E	7366/2	28/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIR5262	55176751E	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
MIS5300	54935551E	5185/1	09/05/2014	R\$ 127,69	167
MIW9060	54933888E	5541/6	07/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF6548	54937109E	5550/0	09/06/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJH5352	54933070E	7366/2	28/04/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJI2357	54934711E	5452/6	05/07/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJJ8585	55178735E	7030/1	04/07/2014	R\$ 191,53	244 * I
MJL5586	54933615E	5185/1	21/04/2014	R\$ 127,69	167
MJL5772	54934762E	7366/2	02/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKE2845	54935160E	7366/2	28/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKE4264	55179388E	5185/1	04/07/2014	R\$ 127,69	167
MKG6568	54937084E	5550/0	04/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKG7818	54934412E	5541/1	28/04/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKN4432	54933827E	5541/1	09/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKS6554	55178675E	6050/1	04/07/2014	R\$ 191,53	208
MKT9710	54935829E	7366/2	21/05/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKZ9492	55176066E	5967/0	02/05/2014	R\$ 191,53	203 * V
MLI2490	54937297E	6050/1	11/07/2014	R\$ 191,53	208
MLP5310	54937291E	6050/1	06/07/2014	R\$ 191,53	208
MLQ8544	54936521E	5541/2	20/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMM7285	54935888E	6050/1	10/07/2014	R\$ 191,53	208
MTS7866	54934819E	5509/0	17/07/2014	R\$ 85,12	181 * XIII
MZW2921	54934714E	5541/1	03/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
NFG6762	55176801E	5185/1	24/06/2014	R\$ 127,69	167
NHS3264	54934329E	5541/5	08/05/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 6 DE OUTUBRO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 6.148/2014

DECRETO Nº 6.148, de 09 de outubro de 2014.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº3.159 de 08/10/14  
DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais):

13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
13.392.0019.2.069 - Manutenção do Departamento de Cultura  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
06.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 40.000,00

02.03 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
15.451.0017.2.071 - Manutenção da Secretaria de Infraestrutura  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 260.000,00  
Total .....R\$ 340.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos das anulações das dotações orçamentárias abaixo especificadas, no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais):

13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
13.392.0019.1.046 - Aquisição de Veículos  
4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

02.01 - GABINETE DO PREFEITO  
04.122.0002.2.004 - Manutenção do Procon  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
04.122.0002.2.157 - Manutenção da Intendência da Taquara Verde  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 40.000,00  
06.182.0002.2.156 - Manutenção do Fundo da Defesa Civil  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 40.000,00  
14.422.0040.2.782 - Coordenadoria Municipal da Mulher  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 50.000,00

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
15.451.0017.2.018 - Manutenção da Malha Viária Municipal  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 85.000,00

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO  
20.606.0026.1.078 - Ampliação e Revitalização da Feira do Produtor Rural  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 15.000,00

03.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
04.122.000.0.004 - Indenizações e Restituições  
3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas..... R\$ 40.000,00

Total ..... R\$ 340.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

### Decreto Nº 6.149/2014

DECRETO Nº 6.149, de 09 de outubro de 2014.

Abre crédito especial por conta do superavit financeiro do exercício anterior, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº3.161 de 08/10/14  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 120.270,21 (cento e vinte mil, duzentos e setenta e reais e vinte e um centavos):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.185 - Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
3.3.71.00.0365 - Aplicações Diretas ..... R\$ 120.270,21

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos financeiros provenientes do superavit financeiro do exercício anterior na fonte de Recurso 365 - Transferências de Convênios, no valor de R\$ 120.270,21 (cento e vinte mil, duzentos e setenta e reais e vinte e um centavos):

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

### Decreto Nº 6.150/2014

DECRETO Nº 6.150, de 09 de outubro de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o disposto na Lei nº3.163 de 08/10/14

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita,

no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.1.025 - Bloco Investimentos  
4.4.90.00.0620 - Aplicações Diretas ..... R\$ 27.000,00  
10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Bloco Atenção Básica  
3.3.90.00.0620 - Aplicações Diretas ..... R\$ 53.000,00  
Total ... ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO  
14.422.0040.2.782 - Coordenadoria Municipal da Mulher  
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00  
04.122.0002.1.004 - Construção da Sede do Procon  
4.4.90.00.000 - Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00  
Total .....R\$ 80.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

#### **DECRETO Nº 6.159/2014**

DECRETO Nº 6.159, de 09 de outubro de 2014.  
Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 26.611,20 (vinte e seis mil, seiscentos e onze reais e vinte centavos):

05.01. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
08.244.0005.2.192 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade  
3.3.90.00.0098 - Aplicações Diretas ..... R\$ 26.611,20

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 26.611,20 (vinte e seis mil, seiscentos e onze reais e vinte centavos):

Recurso 0098 - Transferências de Convênios - Assistência Social  
..... R\$ 26.611,20

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 09 de outubro 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Fazenda.

#### **Decreto Nº 6.161/2014**

DECRETO nº 6.161, de 10 de outubro de 2014.  
Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, na importância de R\$ 11.000,00 (onze mil reais):

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública  
4.4.90.00.00.00.0055 - Aplicações Diretas ..... R\$ 11.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais):

02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública  
3.3.90.00.00.00.0055 - Aplicações Diretas ....R\$ 11.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

#### **Decreto Nº 6.162/2014**

DECRETO nº 6.162, de 10 de outubro de 2014.  
Suplementa Dotação Orçamentária, por conta de Remanejamento entre Despesas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais):

**04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Bloco Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.00.0371- Aplicações Diretas ..... R\$ 250.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes de Remanejamento entre despesas, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais):

**04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Bloco Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.0371- Aplicações Diretas ..... R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**Decreto Nº 6.163/2014**

DECRETO Nº 6.163, de 10 de outubro de 2014.  
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA :**

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, PEDRO ANTÔNIO MASIERO e RICARDO CERRY, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação da seguinte área abaixo relacionada:

I - um terreno urbano, sem benfeitorias, medindo 1.213,34m2 (um mil, duzentos e treze metros e trinta e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 30.899 do Registro de Imóveis desta Comarca, situado na Rua Olavo Bilac, de propriedade de MPL Construtora e Incorporadora Ltda.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 10 de outubro de 2014.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13-2014 - FMS**

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014, ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE DATA CENTER, COM SERVIÇO DE ALTA DISPONIBILIDADE, ENGLOBALANDO HARDWARES, SOFTWARES, LINKS DE COMUNICAÇÃO E SUPORTE OPERACIONAL, CONTRATADA: HBINFORMAÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.629.567/0001-45, na cidade de Fraiburgo, SC, Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 13/2014 datado em 28 de Março de 2014, O presente Aditivo tem por objeto o acréscimo de quantidades no que se refere ao item 04 - LICENÇAS DE ACESSO TS, ampliando para 55 (cinquenta e cinco) licenças, mediante solicitação e justificativa emitida pela contratada e parecer jurídico favorável nº 312/2014, O preço certo e ajustado para a totalidade do acréscimo é de R\$ 26.113,32 (vinte e seis mil, cento e treze reais e trinta e dois centavos), a serem pagos mensalmente a quantia de R\$ 2.176,11 (dois mil, cento e setenta e seis reais e onze centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

**4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2013 - FMS**

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65/2013 - FMS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2013 - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013 - FMS, PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 30 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ADEQUAÇÃO DE ALA FÍSICA DO HOSPITAL JONAS RAMOS PARA INSTALAÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL, CONTRATADA: LAJETEC LAJES ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 72.214.836/0001-08, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 65/13 datado de 08 de julho de 2013 e demais aditivos contratuais de prorrogação de prazo, O prazo de vigência do presente Aditivo é de 30 (trinta) dias, iniciando-se nesta data e findando dia 29 de outubro de 2014, As demais cláusulas constantes no Contrato anterior gerador deste, permanecem inalteradas e vigendo em sua integralidade.

**AVISO DE LICITAÇÃO PR 13-2014 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR  
Fundo Municipal de Assistência Social  
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DOCES E DESCARTÁVEIS, DESTINADOS AOS PROGRAMAS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 03/11/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 03/11/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 14 de outubro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

**DECRETO Nº 6.146/2014**

DECRETO Nº 6.146, de 03 de outubro de 2014.

Suplementa dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, por conta do excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA :**

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria de Educação, na importância de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais):

**02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

12.365.0011.2.046 - Aplicação Recursos do Fundeb 60%

3.1.90.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas ..... R\$ 790.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo anterior, serão utilizados recursos financeiros provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil reais):

Recurso 18 - Transferências do FUNDEB 60%..... R\$ 790.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de outubro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH  
Secretário da Fazenda.

**CÂMARA MUNICIPAL****Contrato 44-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 44/2014 - Contrato Nº: 40/2014  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: MAUSS CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 03/10/2014 Término: 15/11/2014  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (5) Saldo: 174.036,12  
Objeto ..... : 1º aditamento ao contrato administrativo 40/2014, cujo objeto é a contratação da empresa Mauss Consultoria em Gestão para prestação do serviço de assessoria e consultoria na realização do inventário patrimonial da Câmara Municipal, contemplando os serviços descritos no item 01. Objeto do aditamento: prorrogação do prazo para execução do objeto por 30 dias, conforme solicitação do contratado e previsão no contato principal.

Caçador, 13 de Outubro de 2014  
Wilson Luiz Binotto  
Presidente da Câmara Municipal de Caçador

**Camboriú****PREFEITURA****PR 35/14 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2014-FMS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, NO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, ATRAVÉS DA OFERTA DE MAIOR DESCONTO EM PERCENTUAL, SOBRE OS VALORES DA REVISTA ABC FARMA - ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO EM PERCENTUAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 30 (Trinta) de Outubro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 13 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**TP 4/14 - FME**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2014 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA DO CEI ALCIMAR DE SOUZA VIEIRA, COM ÁREA TOTAL A SER CONSTRUÍDA DE 379,10 M2, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 04 (Quatro) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 20,00 (VINTE REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 14 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício



**TP 05/14 - FME**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2014 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO EM ALVENARIA DO CEI EURÍPEDES DE PAULA DA SILVA, COM ÁREA TOTAL A SER CONSTRUÍDA DE 299,58 M2, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 04 (Quatro) de Novembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 20,00 (VINTE REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 14 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**RESULTADO DO PR 33/14 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2014-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 13 de Outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**DECRETO N.º 1.942/2014**

DECRETO N.º 1.942/2014

Estabelece novo horário de funcionamento das repartições públicas da administração direta e indireta do Município de Camboriú.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o horário verão, instituído pelo Decreto Federal n.º 6.558/2008, que iniciará a 0h (zero hora) do dia 19 de outubro de 2014 e terminará a 0h (zero hora) do dia 22 de fevereiro de 2015;

CONSIDERANDO que a adoção do novo horário, em turno único, contribui para a redução das despesas com a manutenção e o custeio dos serviços realizados pelo Município, sem perda de produtividade;

CONSIDERANDO que tal medida vem ao encontro do princípio da economicidade, otimizando os recursos disponíveis, em consonância com as diretrizes emanadas pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000, na busca do equilíbrio fiscal das contas públicas;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido novo horário de funcionamento das repartições públicas da administração direta e indireta do Município de Camboriú, em turno único, que será das 13h (treze horas) às 19h (dezenove horas), de segunda-feira a sexta-feira, a partir do dia 20 de outubro de 2014 até 22 de fevereiro de 2015.

Parágrafo único. Ficam excluídos do novo horário estabelecido no artigo 1º deste Decreto, em razão da natureza dos serviços prestados, os seguintes órgãos e serviços municipais:

I - Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, que funcionarão das 07h (sete horas) às 13h (treze horas);

II - Secretaria Municipal de Saneamento Básico - SESB, que funcionará em dois turnos, das 08h (oito horas) às 12h (doze horas) e das 13h30min (treze horas e trinta minutos) às 17h30min (dezoito horas e trinta minutos);

III - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, quanto ao funcionamento do Portal Turístico;

IV - serviços não administrativos da Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo as unidades de saúde, marcação e agendamento de consultas e exames, Farmácia Municipal, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e transporte de pacientes;

V - serviços não administrativos da Secretaria Municipal de Educação, compreendendo as Escolas Básicas e os Centros de Educação Infantil Municipais;

VI - serviços não administrativos da Fundação Cultural de Camboriú, compreendendo a Biblioteca Municipal;

VII - demais serviços que, por sua natureza, já obedecem a turno especial de trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 13 de outubro de 2014.

JOSÉ RODRIGUES PEREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1280/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1280/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEJ0084	55003071D	6637/2	29/08/2014	230 * IX
AJY8635	54949531E	6599/2	21/09/2014	230 * V
AJY8635	54949532E	5010/0	21/09/2014	162 * I
APH1263	54950220E	5010/0	11/08/2014	162 * I
AUF3282	55726609E	6556/4	06/09/2014	230 * I
IBB8166	55727020E	6599/2	20/09/2014	230 * V
LXJ9937	55726730E	6653/2	07/09/2014	230 * XI
LZM9841	55726798E	6599/2	16/09/2014	230 * V
LZO1405	55726795E	6599/2	16/09/2014	230 * V
MBB2852	55726912E	6599/2	15/09/2014	230 * V
MBE2505	54950146E	5010/0	18/08/2014	162 * I
MBE2505	54950147E	5061/0	18/08/2014	163 c/c 162 * I
MBE2505	54950149E	7340/0	20/08/2014	252 * IV
MBE2505	55726979E	7340/0	12/09/2014	252 * IV
MBS0456	54945738E	5320/0	21/09/2014	176 * V
MCL0128	55726999E	7340/0	19/09/2014	252 * IV
MCL0128	55727379E	7340/0	20/09/2014	252 * IV
MDF7856	54948787E	6599/2	14/09/2014	230 * V
MDG6004	54950440E	6599/2	11/08/2014	230 * V
MDG9875	54948785E	5045/0	14/09/2014	162 * V
MDP3137	55726991E	5118/0	19/09/2014	164 c/c 162 * I
MDP3137	55726992E	5010/0	19/09/2014	162 * I
MEJ7518	54947336E	5290/0	23/08/2014	176 * II
MES0223	55726760E	6599/2	17/08/2014	230 * V
MFZ1232	55727302E	5010/0	22/09/2014	162 * I
MFZ1232	55727303E	6599/2	22/09/2014	230 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIE8823	54950428E	7340/0	07/08/2014	252 * IV
MIU4897	55727086E	5010/0	12/08/2014	162 * I
MIU4897	55727087E	5118/0	12/08/2014	164 c/c 162 * I
MJS8650	55726755E	6599/2	09/08/2014	230 * V
MKF7578	55727021E	5010/0	21/09/2014	162 * I
MKF7578	55727022E	6912/0	21/09/2014	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1281/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 1281/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMD7808	55726779E	5410/0	27/08/2014	181 * IV
ASI8890	55727017E	5185/1	14/09/2014	167
BRK2766	55726993E	5185/1	19/09/2014	167
BRK2766	55726994E	7366/2	19/09/2014	252 * VI
BRK2766	55727353E	5185/1	13/09/2014	167
CVS7845	55726679E	5541/5	14/08/2014	181 * XVII
DCE1654	55726719E	5460/0	06/09/2014	181 * IX
DEJ2610	55726591E	5185/1	12/09/2014	167
DFF7109	55726683E	5541/5	14/08/2014	181 * XVII
DKN3543	55726594E	5185/1	12/09/2014	167
IOF4332	55726597E	5185/1	13/09/2014	167
IOV1661	55726606E	5410/0	29/08/2014	181 * IV
JGD7062	55727380E	5185/1	23/09/2014	167
LXP1307	55726595E	5185/1	12/09/2014	167
LZO1405	55726794E	5410/0	16/09/2014	181 * IV
MAN8760	55727365E	5185/1	19/09/2014	167
MAN9770	55726556E	5185/1	30/08/2014	167
MBA1853	55727374E	5185/1	20/09/2014	167
MBB2852	55726911E	5452/1	15/09/2014	181 * VIII
MBE2505	54950148E	5207/0	20/08/2014	169
MBE2505	55726580E	7099/1	11/09/2014	244 * V II
MBE2505	55726581E	5207/0	11/09/2014	169
MCH3944	55726551E	5185/1	26/08/2014	167
MCI6769	55726769E	5460/0	17/08/2014	181 * IX
MCP8508	55727083E	5452/1	12/08/2014	181 * VIII
MCW9671	55726677E	5541/5	14/08/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDE3963	55726599E	5185/1	13/09/2014	167
MDI3632	55726793E	5460/0	13/09/2014	181 * IX
MDM3741	55726665E	5185/1	12/08/2014	167
MDM3741	55726666E	7366/2	12/08/2014	252 * VI
MDP5687	55373383C	5410/0	09/08/2014	181 * IV
MES0223	55726759E	5460/0	17/08/2014	181 * IX
MFP5318	55726579E	5185/1	11/09/2014	167
MGG0209	55727081E	5541/6	11/08/2014	181 * XVII
MGN6848	55726585E	5185/1	11/09/2014	167
MGS3198	55726789E	5452/2	12/09/2014	181 * VIII
MGT8131	54950322E	5215/2	09/08/2014	170
MGX3713	55726788E	5835/0	09/09/2014	195
MHX2811	55726960E	7056/1	03/08/2014	244 * III
MHX5107	55726604E	5410/0	29/08/2014	181 * IV
MII3440	55727359E	5185/1	16/09/2014	167
MIZ6875	55003064D	5908/0	19/08/2014	202 * I
MJK8119	55726610E	5460/0	11/09/2014	181 * IX
MJX6189	55726799E	5410/0	16/09/2014	181 * IV
MKR5792	54949530E	7056/1	12/09/2014	244 * III
MLB7423	55726985E	5185/1	13/09/2014	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 14 DE OUTUBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 3.355 de 01 de Março de 2004

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.355 DE 01 DE MARÇO DE 2004

CRIA ELEMENTO DE DESPESA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.822 de 09 de dezembro de 2003; Resolve: Art.1º) Cria elemento de despesa e abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Serviço de Controle e Merenda Escolar	
012.306.1405.2.016 -	Merenda Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 24.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Serviço de Controle e Merenda Escolar	
012.306.1405.2.016 -	Merenda Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 24.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de março de 2004.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/03/2004

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 3.299 de 23 de Dezembro de 2003

DECRETO Nº 3299 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003

INSTITUI PREÇOS PÚBLICOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei especialmente o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

DECRETAR:

Art.1º) Os Serviços Públicos Não-Compulsórios prestados pelo Município de Campo Alegre e seus respectivos preços são:

**I - SERVIÇOS PERTINENTES ÀS OBRAS EM GERAL:****a) Alinhamento e Nivelamento:**até 12 m<sup>2</sup> - 10 UPMde 13 m<sup>2</sup> a 50 m<sup>2</sup> - 20 UPMde 51 m<sup>2</sup> a 100 m<sup>2</sup> - 40 UPMacima de 101 m<sup>2</sup> - 60 UPM**b) Exame de Projeto Arquitetônico;****b.1) Projeto Inicial:**até 70 m<sup>2</sup> - 10 UPMde 71 até 100 m<sup>2</sup> - 20 UPMde 101 a 150 m<sup>2</sup> - 40 UPMde 151 a 200 m<sup>2</sup> - 60 UPMde 201 a 300 m<sup>2</sup> - 80 UPMacima de 301 m<sup>2</sup> - 100 UPM**b.2) Modificação do Projeto (Após Aprovado)**até 70 m<sup>2</sup> - 05 UPMde 71 até 100 m<sup>2</sup> - 10 UPMde 101 a 150 m<sup>2</sup> - 15 UPMde 151 a 200 m<sup>2</sup> - 20 UPMde 201 a 300 m<sup>2</sup> - 30 UPMacima de 301 m<sup>2</sup> - 40 UPM**c) Exame de Projeto de Parcelamento do Solo****c.1) Loteamento - Projeto Inicial**até 3.000 m<sup>2</sup> - 300 UPMde 3.001 a 10.000 m<sup>2</sup> - 500 UPMde 10.001 a 50.000 m<sup>2</sup> - 800 UPMde 50.001 a 100.000 m<sup>2</sup> - 1.000 UPMacima de 100.001 m<sup>2</sup> - 1.500 UPM

MODIFICAÇÃO = 10% DO VALOR DO PROJETO INICIAL

**c.2) Arruamento -Projeto Inicial**até 400 m<sup>2</sup> - 50 UPMde 401 a 800 m<sup>2</sup> - 60 UPMde 801 a 1200 m<sup>2</sup> - 70 UPMde 1201 a 2000 m<sup>2</sup> - 80 UPMde 2001 a 3000 m<sup>2</sup> - 100 UPMacima de 3001 m<sup>2</sup> - 120 UPM

MODIFICAÇÃO = 10% do Valor do Projeto Inicial

**c.3) Desmembramento e Remembramento - Projeto Inicial**Valor Único Fixado Independente da Área em m<sup>2</sup> 5 UPM

MODIFICAÇÃO = 10% do valor do Projeto Inicial

Considerando-se a soma da metragem quadrada dos lotes Desmembrados

**d) Expedição de Alvará de Construção e Registro Imobiliário (Inclusive Renovação)**até 70 m<sup>2</sup> - 5 UPMde 71 até 100 m<sup>2</sup> - 10 UPMde 101 a 150 m<sup>2</sup> - 15 UPMde 151 a 200 m<sup>2</sup> - 20 UPMde 201 a 300 m<sup>2</sup> - 30 UPMacima de 301 m<sup>2</sup> - 40 UPM**e)-Expedição de Alvará para Obra de Parcelamento (Inclusive Renovação);****e.1) Loteamento:**até 3.000 m<sup>2</sup> - 50 UPMde 3.001 a 10.000 m<sup>2</sup> - 100 UPMde 10.001 a 50.000 m<sup>2</sup> - 150 UPMde 50.001 a 100.000 m<sup>2</sup> - 200 UPMacima de 100.001 m<sup>2</sup> - 250 UPM

## e.2) Arruamento:

até 400 m<sup>2</sup> - 10 UPM  
de 401 a 800 m<sup>2</sup> - 15 UPM  
de 801 a 1200 m<sup>2</sup> - 20 UPM  
de 1201 a 2000 m<sup>2</sup> - 25 UPM  
de 2001 a 3000 m<sup>2</sup> - 30 UPM  
acima de 3001 m<sup>2</sup> - 35 UPM

## f)-Vistoria para Baixa de Alvará de Construção e Habite-se:

até 70 m<sup>2</sup> - 5 UPM  
de 71 até 100 m<sup>2</sup> - 20 UPM  
de 101 a 150 m<sup>2</sup> - 30 UPM  
de 151 a 200 m<sup>2</sup> - 45 UPM  
de 201 a 300 m<sup>2</sup> - 60 UPM  
acima de 301 m<sup>2</sup> - 80 UPM

## g)-Exame de Projeto de Obra Pública e Expedição de Alvará:

até 10 m<sup>2</sup> - 15 UPM  
de 11 até 30 m<sup>2</sup> - 30 UPM  
de 31 a 50 m<sup>2</sup> - 40 UPM  
de 51 a 100 m<sup>2</sup> - 60 UPM  
de 101 a 200 m<sup>2</sup> - 100 UPM  
de 201 a 400 m<sup>2</sup> - 150 UPM  
acima de 400 m<sup>2</sup> - 200 UPM

## h) Identificação e Numeração de Prédios: 10 UPM

## I)-Fornecimento de Autorização para Ocupação de Via Pública, por Área Ocupada:

até 10 m<sup>2</sup> - 15 UPM  
de 11 a 20 m<sup>2</sup> - 25 UPM  
de 21 a 50 m<sup>2</sup> - 35 UPM  
acima de 50 m<sup>2</sup> - 50 UPM

## II - Serviços Pertinentes a Atividades Comerciais e Outras de Fins Econômicos:

## a) Vistoria para Fins de Concessão de Licença:

a.1) de localização: - 60 UPM  
a.2) diversas: - 10 UPM

## b)-Autorização para Uso de Vias e Logradouros Públicos por Dia:

b.1) feira livre e eventual: - 5 UPM  
b.2) mesa e cadeira por unidade - 0,3 UPM  
b.3) caçamba : - 2 UPM  
b.4) banca de jornal: - 4 UPM  
b.5) atividade circense ou similar - 10 UPM

## c)-Fornecimento de alvará, 2ª via ou renovação:

## c.1) de localização:

## c.1.1) Serviços:

1) de 0 a 5 empregados: - 12 UPM;  
2) de 6 a 10 empregados: - 14 UPM;  
3) de 11 a 15 empregados: - 18 UPM;  
4) de 16 a 20 empregados: - 20 UPM;  
5) de 21 a 50 empregados: - 22 UPM;  
6) acima de 51 empregados: - 24 UPM;

## c.1.2) Extração e Indústria

1) de 0 a 5 empregados: - 30 UPM;  
2) de 6 a 10 empregados: - 40 UPM;  
3) de 11 a 15 empregados: - 50 UPM;  
4) de 16 a 20 empregados: - 60 UPM;  
5) de 21 a 50 empregados: - 70 UPM;  
6) de 51 a 100 empregados: - 80 UPM;  
7) de 101 a 200 empregados: - 90 UPM;  
8) de 201 a 300 empregados: - 100 UPM;



9) acima de 301 empregados: - 110 UPM;

c.1.3) Comércio:

- 1) de 0 a 5 empregados: - 20 UPM;
- 2) de 6 a 10 empregados: - 30 UPM;
- 3) de 11 a 15 empregados: - 40 UPM;
- 4) de 16 a 20 empregados: - 50 UPM;
- 5) acima de 20 empregados: - 60 UPM;

c.1.4) outras atividades:

1) Diversões Públicas:

- 1a) Jogos : (Por Mesa) - 30 UPM;
- 1b) Discoteca, bailes, bar dançante e similares : - 42 UPM;
- 1c) Espetáculos, Esport. Competição, Exposição Cob. Ingressos: 30 UPM;
- 2) Cultura vegetal e criação animal: - 6 UPM;
- 3) Comunicação: - 24 UPM;
- 4) Transporte rodoviário de passageiros; instituições financeiras e securitárias; comércio de veículos, peças, acessórios, combustíveis e lubrificantes, supermercados, comércio atacadista e importação e exportação: - 60 UPM;

c.2) De Exercício de Atividade Ambulante, Feirante e Eventual (em UPM)

ATIVIDADE		POR DIA		POR MÊS		POR ANO
1.AMBULANTE						
1.1Alimentação						
Sem veículo motorizado		1		7.5		40
Com veículo motorizado		7.5		20		75
Trailer		12.5		30		100
1.2 Outros Artigos						
Sem veículo motorizado		1.5		12.5		50
com veículo motorizado		7.5		20		75
Trailer		12.5		30		100
2. FEIRANTE						
2.1Alimentação						
sem veículo motorizado		1		7.5		40
com veículo motorizado		2.5		20		50
Trailer		3		17.5		110
2.2 Outros Artigos						
sem veículo motorizado		50		150		450
com veículo motorizado		50		150		450
Trailer		50		150		450
3.EVENTUAL						
3.1Alimentação						
sem veículo motorizado		5		15		45
com veículo motorizado		10		25		75
Trailer		10		25		75
3.2 Outros Artigos						
sem veículo motorizado		6		17.5		55
com veículo motorizado		12.5		22.5		65
Trailer		12.5		22.5		65
circo e parque de diver.		25		150		450

c.3) Atividade de Anúncio

Inanimado não-luminoso: 5 UPM  
 Inanimado luminoso: 6.5 UPM  
 Animado não-luminoso: 7.5 UPM  
 Animado luminoso: 9 UPM

"Out-door": 25 UPM POR ANO

c.4) Exploração de Veículo de Transporte de Passageiros (Incluindo Vistoria)

- 1) ônibus: 40 UPM;
- 2) microônibus: 40 UPM;
- 3) furgão: 30 UPM;
- 4) kombi: 30 UPM;
- 5) táxi: 25 UPM;
- 6) outros: 40 UPM;

c.5) Exercício de Atividade em Horário Extraordinário( em UPM)

Numero Empregados		POR DIA		POR MÊS		POR ANO
de 0 a 5 empregados		1.5		6		24
de 6 a 10 empregados		2.1		8.4		33
de 11 a 15 empregado		3		12		36
de 16 a 20 empregado		3.6		14.5		57
acima de 20 empregados		4.5		18		60

c.6) Outros alvarás: 20 UPM

d) Depósito e armazenagem de mercadoria apreendida por unidade/ dia: 0,1 UPM

III - Serviço de cemitério:

- a) perpetuidade por m<sup>2</sup> : 75 UPM
- b) serviço de sepultamento: 25 UPM
- c) serviço de entrada e saída de ossos: 50 UPM
- d) rebaixamento em sepultura: 50 UPM
- e) autorização para construção de jazigo 10 UPM
- f) transporte de título de perpetuidade: 25 UPM
- g) atestado de sepultamento: 25 UPM

VI - Serviços diversos:

- a) expedição de certidão: 10 UPM
- a.1) Certidão de Baixa - 20 UPM
- a.2) Certidão de Pagamento de Tributos
- a.2.1) até 5 anos - 15 UPM
- a.2.2) de 6 a 15 anos - 20 UPM
- a.2.3) acima de 15 anos - 30 UPM
- b) cópia de legislação municipal ou de qualquer documento de interesse do contribuinte: 0,4 UPM por folha;
- c) fornecimento cópia autenticada Prefeitura: 10 UPM
- d) expediente: 4 UPM

Art.2º) Os Serviços Públicos Não-Compulsórios compreendem toda e qualquer prestação, de natureza técnica ou administrativa, prestada pelo Município de Campo Alegre, de maneira regular e contínua, às pessoas físicas e jurídicas que venham a solicitá-los e/ou utilizá-los, para satisfazer a ordem pública ou garantir-lhe a organização.

Art.3º) O Preço Público de Expediente será cobrado em função do tempo despendido por servidor público de eventuais gastos com papéis, suprimentos e do valor locação da estrutura colocada à disposição do usuário em função da prestação de um serviço ao mesmo.

Art.4º) Os Preços Públicos relacionados com atividades da Vigilância Sanitária e Epidemiológica serão objeto de Regulamentação Própria.

Art.5º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
23 de dezembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3298 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO N.º 3.298 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

CONCEDE PENSÃO POR MORTE AOS DEPENDENTES DO SERVIDOR ANTONIO ORIDES DE LIMA, NA FORMA DA LEI MUNICIPAL N. 2537/01.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.537, DECRETA:

Art.1º Conceder PENSÃO POR MORTE, conforme dispõe o Art.34, Inciso I da Lei Municipal nº 2.537, à dependente VANIR ALVES FRANCO, esposa do servidor ANTONIO ORIDES DE LIMA, falecido em 23/11/2003, detentor da matrícula funcional nº 000198, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional I, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão correspondentes ao valor total bruto de R\$ 418,77 (quatrocentos e dezoito reais e setenta e sete centavos), que corresponde a 100% do valor da remuneração-de-contribuição do servidor falecido, quando de sua atividade.

Art.3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, estabelecendo-se seus efeitos a partir da data do óbito do servidor.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR Prefeito Municipal	MARLENE F. PESSOA MACHADO FOITTE Diretora Executiva do Iprecal
-----------------------------------	---

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.297 de 22 de Dezembro de 2003**

DECRETO Nº 3.297 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.841 de 22 de dezembro de 2003; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 88.218,47 (oitenta e oito mil, duzentos e dezoito reais, quarenta e sete centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.227,34
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.950,40
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	

449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 4.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças.	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 14,59
004.123.1301.2.007 -	Contribuição ao PASEP	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 2.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 443,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.365.1403.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.900,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 154,06
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.313,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.825,43
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.3651403.2012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 464,79
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré-Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 320,11
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1,26
013.392.1410.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	

310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 382,49
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.017 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras Instalações	R\$ 3.652,12
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 944,51
06.02 -	Serviço de Assistência Social	
008.243.1409.2.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 165,99
016.482.1409.1.003 -	Aquisição de Áreas Para Casas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449061.00 -	Aquisição de Imóveis	R\$ 25.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 409,78
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 14.000,00
339039.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 18.000,00
08.02 -	Serviços de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339039.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1801.2.030 -	Coleta de Lixo Urbano e Limpeza Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.000,00
	Total	R\$ 88.218,47

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.713,84
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 13,51
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 195,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.003 -	Tiket Alimentação Para Servidores	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339046.00 -	Auxílio Alimentação	R\$ 2.974,57
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 2,25
319009.00 -	Salário Família	R\$ 3,53
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.500,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 3,17
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias Civil	R\$ 100,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços. de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 145,84
028.843.0000.2.005 -	Amortização da Dívida Pública	
400000.00 -	Despesas de Capital	
460000.00 -	Amortização da Dívida	
469000.00 -	Aplicações Diretas	
469071.00 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 520,83
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 8,33
319003.00 -	Pensões	R\$ 7,18
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 134,02



05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 720,00
319009.00 -	Salário Família	R\$ 112,72
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 585,20
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis	R\$ 21,44
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.947,07
012.365.1404.2013 -	Manutenção das Atividades do Pré - Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 498,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 129,82
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 0,08
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 0,73
339031.00 -	Premiações Culturais, e Artísticas Cient. e Desp.	R\$ 0,10
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R\$ 33,50
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 3,02
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 50,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 38,18
339031.00 -	Premiações Culturais, e Artísticas Cient. e Desp.	R\$ 205,80
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 249,40
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.017 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.652,12
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 14,02
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	R\$ 54,01

008.244.14092.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e reformas	R\$ 3,69
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.01 -	Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente	
018.541.1701.2.022 -	Manutenção do Projeto Quiriri	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
335041.00 -	Contribuições	R\$ 1.000,00
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 830,22
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 43,53
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 12,58
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 620,62
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 44,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 13.463,50
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 513,65
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 46.600,00
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 8,82
319003.00 -	Pensões	R\$ 3,61
319009.00 -	Salário Família	R\$ 150,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 4.460,47
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	R\$ 276,90

08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Conservação das Estradas Vicinais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 88.218,47

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de dezembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 22/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.296 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.296 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003.  
INSTITUI PONTOS FACULTATIVOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Instituir PONTO FACULTATIVO nas repartições Públicas Municipais nos dias: 24, 26, 31 de dezembro de 2003 e 02 de Janeiro de 2004.

Art.2º) Os Pontos Facultativos instituídos no Artigo 1º deste Decreto, ressaltando-se as necessidades de cada Secretaria Municipal.

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC em,  
18 de dezembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.294 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.294 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003  
CRIAR ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.828 de 17 de dezembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Criar elemento de despesa no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
---------	--	--

06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 60.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de dezembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.293 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.293 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.828 de 17 de dezembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.038,91 ( três mil, trinta e oito reais, noventa e um centavos), a fim de suplementar as seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.038,91

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de dezembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.292 de 17 de Dezembro de 2003**

DECRETO Nº 3.292 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.827 de 17 de Dezembro de 2003; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 151.494,76 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e seis centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 785,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.007 -	Contribuição ao PASEP	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339047.00 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 3.190,68
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 745,88
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 80.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.365.1403.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.200,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 6.920,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 6.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.3651403.2012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	

319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 520,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil	R\$ 2.700,00
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré-Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 500,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.440,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 29.328,20
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.200,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.065,00
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 400,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
TOTAL		R\$ 151.494,76

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

01.00 -	Câmara de Vereadores	
01.01 -	Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2.001 -	Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 3,78
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 769,53
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 952,97
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 2.905,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 869,30
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 28.219,39
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 309,71
02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	



310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.560,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.580,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 40,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 500,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 160,00
319003.00 -	Pensões	R\$ 100,00
319009.00 -	Salário Família	R\$ 110,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 90,00
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 1.500,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 200,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.100,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 440,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 43,09
028.843.0000.2.005 -	Amortização da Dívida Pública	
400000.00 -	Despesas de Capital	
460000.00 -	Amortização da Dívida	
469000.00 -	Aplicações Diretas	
469071.00 -	Principal da Dívida Contratual Resgatado	R\$ 1.800,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 280,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.100,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.000,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 2.350,00

319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 5.530,00
012.361.1408.2.011 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 13.079,28
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 185,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.170,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 280,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 618,10
012.365.1404.2013 -	Manutenção das Atividades do Pré - Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 177,62
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 175,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 440,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário Família	R\$ 278,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 250,00
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 145,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 85,00
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.017 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 4.040,34
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.061,54
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 10.095,22

449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 10.318,06
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.1.002 -	Construção, Ampliação e Reforma	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 3.421,73
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 108,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 3.340,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.243.1409.2.020 -	Conselho Tutelar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 207,97
008.244.1409.2.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 1.260,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 295,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 220,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 280,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 280,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 295,79
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.500,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.707,38
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 781,81
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 250,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 356,88
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	

449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 100,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 7.989,19
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 400,00
319003.00 -	Pensões	R\$ 190,00
319009.00 -	Salário Família	R\$ 2.450,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 7.055,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 160,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 137,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 100,00
015.452.1801.2.026 -	Conservação de Logradouros Públicos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 671,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.900,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 640,00
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
017.511.1801.2.028 -	Conservação das Estradas Vicinais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.068,68
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.078,00
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
015.451.1801.2.029 -	Construção e Restauração de Pontes	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 2.340,40
TOTAL		R\$ 151.494,76

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.291 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.291 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.826 de 17 de Dezembro de 2003; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 13.333,30 (treze mil, trezentos e trinta e três reais e trinta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 13.333,30

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

90.00 -	Reserva de Contingência	
90.99 -	Reserva de Contingência	
099.999.9999.2.999 -	Reserva de Contingência	
900000.00 -	Reserva de Contingência	
990000.00 -	Reserva de Contingência	
999900.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 13.333,30

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 17/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.290 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.290 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

DISPÕE SOBRE VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL urbana - iptu PARA O EXERCÍCIO DE 2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o Artigo 113 da Lei Municipal nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997; Decreta:

Art.1º) O pagamento do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do exercício de 2004, poderá ser efetuado em até 5 (cinco) parcelas mensais e consecutivas a partir de 27 de fevereiro de 2004.

Art.2º) Desde que o pagamento seja efetuado no total do imposto e até o vencimento da 1ª parcela, serão concedidos os seguintes descontos: 15% (quinze por cento), para pagamento até 27 de fevereiro de 2004; 10% (dez por cento), para pagamento até 31 de março de 2004; e 5% (cinco por cento) para pagamento até 30 de abril de 2004.

Art.3º) As condições e prazos estabelecidos nos Artigos anteriores são estendidos aos demais tributos e preços públicos cobrados no mesmo carnê de pagamento do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/12/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.289 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.289 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCEDIMENTO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; e Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso IV Parágrafo IV; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para integrarem a Comissão de Avaliação do Procedimento Seletivo Simplificado do Edital nº 010/2003;

- MARIA MAURENE MAY;
- JOSÉ CARLOS NENEVÉ CORDEIRO;
- MARIA CRISTINA MACINIAC MUNHOZ;
- MARLI DE FÁTIMA Z. DREVECK.

Art.2º) A Comissão mencionada no Artigo 1º deste Decreto, deverá apresentar relatório da respectiva avaliação, para conhecimento e análise do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 15 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 15/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 3.288 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.288 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Resolve:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, a Servidora - LIDIANE TASCHECK, matrícula nº 000414, declarando vacância do cargo de Instrutor de Música, a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 15 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 15/12/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.287 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.287 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2003.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.700 de 18 de dezembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 242,31 (duzentos e quarenta e dois reais, trinta e um centavos), para reforçar as seguintes Dotações Orçamentárias:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços. de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 142,00
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços. de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 100,31
	TOTAL	R\$ 242,31

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial das seguintes Dotações Orçamentárias:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
013.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 142,00
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré Escolar	

300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 0,03
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 60,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1,25
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 39,03
	TOTAL	R\$ 242,31

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de dezembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 12/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.286 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.286 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2003.  
REVERTE SERVIDORA APOSENTADA POR INVALIDEZ.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 63;

Considerando a Conclusão Médico Pericial emitida pelo profissional habilitado do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Campo Alegre - IPRECAL, que concluiu pela a capacidade da servidora aposentada para desenvolver suas atividades (CID 50.9 K.75.);

Considerando o Laudo de Conclusão de Exame Médico Pericial realizado pelo Médico Perito da Prefeitura Municipal de Campo Alegre-SC, que concluiu que a servidora aposentada encontra-se em condições de exercício profissional;

Considerando o disposto na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que em seu Art. 63 dispõe sobre a reversão de servidor público aposentado;

Considerando o ordenamento jurídico vigente, a necessidade e o dever do Município em garantir e melhorar o acesso de nossa população à Saúde;

#### **DECRETA:**

Art.1º Fica revertida, conforme dispõe o Artigo 63 da Lei Complementar Municipal nº 006, a servidora EDITHE MARICLÉR VIRMOND, às atividades de Fisioterapeuta, do quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, sob matrícula funcional nº 3123-2, com os mesmos direitos, garantias, vantagens e deveres aplicáveis aos servidores em atividade.

§1º. A servidora exercerá as atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

§2º. As atividades à serem exercidas deverão ser correlatas ao cargo de Fisioterapeuta, desde que não requeiram trabalho com carga ou possuam risco de acidente por trauma.

Art. 2º A servidora revertida fará jus à percepção de remuneração mensal percebida anteriormente, devidamente atualizada, no valor de R\$ 1.085,54 (um mil oitenta e cinco reais, cinquenta e quatro centavos), e R\$ 121,63 (cento e vinte e um reais, sessenta e três centavos) referente agregação por tempo de serviço, perfazendo um total de R\$ 1.207,17 [(um mil, duzentos e sete reais e dezessete centavos).

Parágrafo único: O valor mencionado neste Artigo, corresponde à carga horária de 72.8 horas (setenta e duas ponto oito horas), sendo 64 horas (sessenta e quatro) de efetivo trabalho, e 12.8 horas (doze ponto oito horas) referente à repouso remunerado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto n.º 2.940 de 01 de outubro de 2002, com efeitos ex nunc, à partir de sua publicação.

Art. 4º Revogar as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 12/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.285 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.285 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003  
APROVA O ORÇAMENTO DO IPRECAL  
O EXERCÍCIO DE 2004.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 4º da Lei Municipal nº 2.822 de 10 de dezembro de 2003; Resolve:

Art.1º ) Fica aprovado o Orçamento do IPRECAL, que estima a Receita em R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais) para o exercício de 2004.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES	R\$ 680.000,00
1.1.Receita Tributária	R\$ 200,00
1.2.Receitas de Contribuições	R\$ 559.800,00
1.3.Receita Patrimonial	R\$ 120.000,00
SOMA TOTAL	R\$ 680.000,00

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do IPRECAL.

#### **II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

09 - Previdência Social	R\$ 680.000,00
SOMA:	R\$ 680.000,00

#### **IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES	R\$ 86.000,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 57.700,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 29.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.000,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	R\$ 1.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência	R\$592.300,00
SOMA: R\$680.000,00	

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.284 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.284 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL

DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2004.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Art.5º da Lei Municipal nº 2.822 de 09 de dezembro de 2003.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, que estima a Receita em R\$ 238.780,00 (duzentos e noventa mil e novecientos reais) e fixa as despesas em R\$ 705.748,00 (setecentos e cinco mil setecentos e quarenta e oito reais), para o exercício de 2004.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-am dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 238.780,00
1.1.Receita Tributária	R\$ 900,00
1.3.Receita Patrimonial	R\$ 9.000,00
1.7.Transferências Correntes	R\$ 228.780,00
1.9. Outras Receitas Correntes	R\$ 100,00
SOMA TOTAL	R\$ 680.000,00

Art.3º) As despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Saúde.

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

10 - Saúde R\$ 705.748,00

**IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES	R\$634.612,00
3.1.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 25.500,00
3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 609.112,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 51.136,00
4.4.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS	R\$ 51.136,00
9.9.99.00.00.00 - Reserva de Contingência	R\$ 20.000,00
SOMA:	R\$ 705.748,00

Art.4º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.283 de 10 de Dezembro de 2003**

DECRETO Nº 3.283 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL

DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2004.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 6º da Lei Municipal nº 2.822 de 09 de dezembro de 2003.

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, que estima a Receita em R\$ 1,00 (um real) e fixa as Despesas em R\$ 125.170,00 (cento e vinte e cinco mil, cento e setenta reais), para o exercício de 2004.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro da Categoria Econômica com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	
1.9.OUTRAS RECEITAS CORRENTES .....	R\$ 1,00
TOTAL .....	R\$ 1,00

Art.3º) As Despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja

movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social.

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social ..... R\$ 125.170,00  
TOTAL ..... R\$ 125.170,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 125.170,00

3.3.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES R\$ 125.170,00

TOTAL R\$ 125.170,00

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de dezembro de 2003  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 3.282 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.282 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003.  
APROVA O ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC,  
PARA O EXERCÍCIO DE 2004.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.822 de 09 de dezembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Campo Alegre/SC, dos Poderes Legislativo e Executivo para o exercício de 2004, estima a Receita em R\$ 8.687.054,00 (oito milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, cinqüenta e quatro reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal de Vereadores em R\$ 275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais) e em R\$ 8.412.054,00 (oito milhões, quatrocentos e doze mil, cinqüenta e quatro reais) a Despesa da Prefeitura Municipal.

Art.2º) A Receita efetivar-se-à dentro das categorias econômicas com o desdobramento Previsto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964.

Art.3º) A despesa será realizada conforme a Classificação Funcional Programática e categorias Econômicas discriminadas nos anexos da Lei Municipal nº 2.822 de 09 de dezembro de 2003, cuja movimentação será de competência de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2.004.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de dezembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.281 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.281 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.808 de 25 de novembro de 2003, em seu Artigo 1º e Parágrafo único; Resolve:

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Saúde, os membros titulares e suplentes, indicados pelos órgãos e entidades que o compõem como adiante segue:

**I) - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:**

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

Titular: ELIANA PESSOA MACHADO COLLET

Suplente: ROSANA EMÍLIA GREIPEL

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto:

Titular: MARLI DE FÁTIMA ZESZOTKO DREVECK

Suplente: SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS

**II) - REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:**

Representante da Área Hospitalar:

Titular: IRMÃ LÍDIA PAGLIARI

Suplente: IRMÃ LURDES NUNES DE MORAES

Representante de Laboratórios de Análises Clínicas:

Titular: DR. LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND

Suplente: EDITHE MARICLER VIRMOND

**III) - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE**

Representante da Área Médica:

Titular: DR. JOSÉ FLÁVIO SCHEFFER

Suplente: DR. ERWIN FRANZ GATTRINGER FILHO

Representante da Área Odontológica:

Titular: DR. ALDÉRICO JOSÉ DANA

Suplente: DR. RAFAEL SCHEFFER

**IV) - REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:**

Representante das Associações de Moradores e Bairros:

Titular: MARIA EMÍDIA FRISCIANO

Suplente: MARIA INES BINNER

Representante das Entidades Religiosas:

Titular: LUZIA ROEPKE

Suplente: Pe. MÁRIO WOJCIECHOSKY

Representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre (ACIACA):

Titular: ROGÉRIO NELSON TREML.

Suplente: GERALDO CARLOS GROSSKOPF.

Representante de Associação de Pais e Professores:

Titular: MARIA ENVELDI SCHADECK

Suplente: HERZELAIDE HANSEN CUBAS

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ

Suplente: LUIZ TADEU VALÉRIO MUNHOZ.

Representante de Clubes de Terceira Idade:

Titular: DAURA SILVA DUVOISIN

Suplente: OLINDA AUGUSTIN

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.949 de 15 de outubro de 2002.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em: 10/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.280 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.280 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003.  
HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, e 46, 04 de dezembro de 2003, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
10 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 10/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.279 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.279 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.700 de 18 de dezembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.700,00 (um mil, setecentos reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.244.1604.2.001 -	Manutenção das Atividades Sociais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.700,0000

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.244.1604.2.001 -	Manutenção das Atividades Sociais	

300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.700,0000

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de dezembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **LEI Nº 4.193 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014**

LEI Nº 4.193 DE 08 DE OUTUBRO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INCLUIR NO SALDO DEVEDOR DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 3.783 O VALOR CORRESPONDENTE AO DÉFICIT ATUARIAL DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2014.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao saldo devedor do Plano de Amortização instituído nos termos da Lei Municipal nº 3.783, o valor correspondente ao déficit atuarial da Avaliação Atuarial 2014, que totaliza R\$ 2.659.850,90 (Dois milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e cinquenta reais e noventa centavos) posicionado em 31/12/2013, devendo ser atualizado para 31/12/2014.

§1 O valor do déficit atuarial contido no caput deste artigo será atualizado, no período de diferimento, compreendido entre 31/12/2013 a 31/12/2014, pelos mesmos índices e taxa de juros previstos na Lei municipal nº 3.783.

§2 A primeira parcela que será paga considerando a inclusão do valor indicado no caput deste artigo será no mês de janeiro de 2015, com vencimento até o dia 05/02/2015.

§3 O valor de cada parcela será calculado nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Lei municipal nº 3.783.

Art.2º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo único. Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do IPRECAL.

Art.3º Em consequência da atual situação financeiro-orçamentária do Município de Campo Alegre/SC, restam pré-determinados os valores das prestações a serem pagas nos anos de 2015 a 2020, sem quaisquer prejuízos da evolução do saldo devedor no aludido período, conforme determinado pela Lei Municipal nº 3.783, de acordo com o cronograma que segue:

JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015: R\$ 11.000,00;  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016: R\$ 12.500,00;  
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017: R\$ 14.000,00;  
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018: R\$ 16.000,00;  
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019: R\$ 18.000,00; e  
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020: R\$ 21.000,00.

Art.4º Se os critérios do Plano de Amortização previsto nesta Lei resultar em desequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio do IPRECAL, estes deverão ser objeto de repactuação com base em Parecer Atuarial.

Art.5º Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art.6º Fica alterado na Lei Municipal nº 3.783 o Anexo Único, que dispõe sobre a evolução de todo o período do respectivo Plano de

Amortização.

Art.7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 08 de Outubro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 08/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO - Lei nº 3.783/2011

Sistema Francês de Amortização - TABELA PRICE

Saldo Devedor Inicial	R\$ 1.278.807,84	
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 2.659.850,90	
Taxa de Juros ao ano	6,00%	
Taxa de Juros ao Mês	0,49%	
Prazo de Financiamento (meses)	420	

Sistema Francês de Amortização - Tabela PRICE

INPC (%)	Mês - Referência	t	Saldo devedor ( t )	Prestação Paga	Prestação Calculada ( t )	Amortização ( t )	juros ( t )	Correção ( t )
0,51%	janeiro-12	1	R\$ 1.278.807,84	R\$ 7.155,65	R\$ 7.155,65	R\$ 930,99	R\$ 6.224,66	R\$ 6.517,17
0,39%	fevereiro-12	2	R\$ 1.284.394,02	R\$ 7.192,14	R\$ 7.192,14	R\$ 940,29	R\$ 6.251,85	R\$ 5.005,47
0,18%	março-12	3	R\$ 1.288.459,20	R\$ 7.220,19	R\$ 7.220,19	R\$ 948,55	R\$ 6.271,64	R\$ 2.317,52
0,64%	abril-12	4	R\$ 1.289.828,17	R\$ 7.233,19	R\$ 7.233,19	R\$ 954,88	R\$ 6.278,30	R\$ 8.248,79
0,55%	maio-12	5	R\$ 1.297.122,07	R\$ 7.279,48	R\$ 7.279,48	R\$ 965,67	R\$ 6.313,81	R\$ 7.128,86
0,26%	junho-12	6	R\$ 1.303.285,26	R\$ 7.319,52	R\$ 7.319,52	R\$ 975,71	R\$ 6.343,81	R\$ 3.386,00
0,43%	julho-12	7	R\$ 1.305.695,55	R\$ 7.338,55	R\$ 7.338,55	R\$ 983,01	R\$ 6.355,54	R\$ 5.610,26
0,45%	agosto-12	8	R\$ 1.310.322,81	R\$ 7.370,10	R\$ 7.370,10	R\$ 992,04	R\$ 6.378,06	R\$ 5.891,99
0,63%	setembro-12	9	R\$ 1.315.222,75	R\$ 7.403,27	R\$ 7.403,27	R\$ 1.001,36	R\$ 6.401,91	R\$ 8.279,59
0,71%	outubro-12	10	R\$ 1.322.500,99	R\$ 7.449,91	R\$ 7.449,91	R\$ 1.012,57	R\$ 6.437,34	R\$ 9.382,57
0,54%	novembro-12	11	R\$ 1.330.870,99	R\$ 7.502,81	R\$ 7.502,81	R\$ 1.024,72	R\$ 6.478,08	R\$ 7.181,17
0,74%	dezembro-12	12	R\$ 1.337.027,44	R\$ 7.543,32	R\$ 7.543,32	R\$ 1.035,27	R\$ 6.508,05	R\$ 9.886,34
0,92%	janeiro-13	13	R\$ 1.345.878,51	R\$ 7.599,14	R\$ 7.599,14	R\$ 1.048,01	R\$ 6.551,13	R\$ 12.372,44
0,52%	fevereiro-13	14	R\$ 1.357.202,94	R\$ 7.669,05	R\$ 7.669,05	R\$ 1.062,80	R\$ 6.606,25	R\$ 7.051,93
0,60%	março-13	15	R\$ 1.363.192,07	R\$ 7.708,93	R\$ 7.708,93	R\$ 1.073,53	R\$ 6.635,41	R\$ 8.172,71
0,59%	abril-13	16	R\$ 1.370.291,25	R\$ 7.755,19	R\$ 7.755,19	R\$ 1.085,22	R\$ 6.669,96	R\$ 8.078,32
0,35%	maio-13	17	R\$ 1.377.284,34	R\$ 7.800,94	R\$ 7.800,94	R\$ 1.096,94	R\$ 6.704,00	R\$ 4.816,66
0,28%	junho-13	18	R\$ 1.381.004,06	R\$ 7.828,24	R\$ 7.828,24	R\$ 1.106,14	R\$ 6.722,11	R\$ 3.863,71
-0,13%	julho-13	19	R\$ 1.383.761,64	R\$ 7.850,16	R\$ 7.850,16	R\$ 1.114,63	R\$ 6.735,53	-R\$ 1.797,44
0,16%	agosto-13	20	R\$ 1.380.849,56	R\$ 7.839,96	R\$ 7.839,96	R\$ 1.118,60	R\$ 6.721,36	R\$ 2.207,57
0,27%	setembro-13	21	R\$ 1.381.938,53	R\$ 7.852,50	R\$ 7.852,50	R\$ 1.125,85	R\$ 6.726,66	R\$ 3.728,19
0,61%	outubro-13	22	R\$ 1.384.540,88	R\$ 7.873,70	R\$ 7.873,70	R\$ 1.134,38	R\$ 6.739,32	R\$ 8.438,78
0,54%	novembro-13	23	R\$ 1.391.845,27	R\$ 7.921,73	R\$ 7.921,73	R\$ 1.146,86	R\$ 6.774,88	R\$ 7.509,77
0,72%	dezembro-13	24	R\$ 4.058.059,09	R\$ 7.964,51	R\$ 7.964,51	R\$ 1.158,66	R\$ 6.805,85	R\$ 10.058,76
0,63%	janeiro-14	25	R\$ 4.066.959,18	R\$ 8.021,86	R\$ 8.021,86	R\$ 1.172,68	R\$ 6.849,17	R\$ 8.857,39
0,64%	fevereiro-14	26	R\$ 4.074.643,89	R\$ 8.072,39	R\$ 8.072,39	R\$ 1.185,82	R\$ 6.886,58	R\$ 9.047,09
0,82%	março-14	27	R\$ 4.082.505,16	R\$ 8.124,06	R\$ 8.124,06	R\$ 1.199,21	R\$ 6.924,84	R\$ 11.655,93
0,78%	abril-14	28	R\$ 4.092.961,88	R\$ 8.190,67	R\$ 8.190,67	R\$ 1.214,93	R\$ 6.975,74	R\$ 11.168,79
0,60%	maio-14	29	R\$ 4.102.915,74	R\$ 8.254,56	R\$ 8.254,56	R\$ 1.230,37	R\$ 7.024,19	R\$ 8.651,01
0,26%	junho-14	30	R\$ 4.110.336,37	R\$ 8.304,09	R\$ 8.304,09	R\$ 1.243,78	R\$ 7.060,31	R\$ 3.768,03
0,13%	julho-14	31	R\$ 4.112.860,62	R\$ 8.325,68	R\$ 8.325,68	R\$ 1.253,08	R\$ 7.072,60	R\$ 1.887,28
0,18%	agosto-14	32	R\$ 4.113.494,83	R\$ 8.336,50	R\$ 8.336,50	R\$ 1.260,82	R\$ 7.075,69	R\$ 2.614,29

0,35%	setembro-14	33	R\$ 4.114.848,30		R\$ 8.351,51	R\$ 1.269,23	R\$ 7.082,27	R\$ 5.088,05
0,00%	outubro-14	34	R\$ 4.118.667,11		R\$ 8.380,74	R\$ 1.279,88	R\$ 7.100,86	R\$ 0,00
0,00%	novembro-14	35	R\$ 4.117.387,24		R\$ 8.380,74	R\$ 1.286,11	R\$ 7.094,63	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-14	36	R\$ 4.116.101,13		R\$ 8.380,74	R\$ 1.292,37	R\$ 7.088,37	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-15	37	R\$ 4.114.808,76	R\$ 11.000,00	R\$ 23.701,81	-R\$ 9.029,04	R\$ 20.029,04	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-15	38	R\$ 4.123.837,80	R\$ 11.000,00	R\$ 23.775,04	-R\$ 9.072,99	R\$ 20.072,99	R\$ 0,00
0,00%	março-15	39	R\$ 4.132.910,79	R\$ 11.000,00	R\$ 23.848,76	-R\$ 9.117,15	R\$ 20.117,15	R\$ 0,00
0,00%	abril-15	40	R\$ 4.142.027,94	R\$ 11.000,00	R\$ 23.922,97	-R\$ 9.161,53	R\$ 20.161,53	R\$ 0,00
0,00%	maio-15	41	R\$ 4.151.189,47	R\$ 11.000,00	R\$ 23.997,67	-R\$ 9.206,12	R\$ 20.206,12	R\$ 0,00
0,00%	junho-15	42	R\$ 4.160.395,60	R\$ 11.000,00	R\$ 24.072,88	-R\$ 9.250,94	R\$ 20.250,94	R\$ 0,00
0,00%	julho-15	43	R\$ 4.169.646,53	R\$ 11.000,00	R\$ 24.148,59	-R\$ 9.295,97	R\$ 20.295,97	R\$ 0,00
0,00%	agosto-15	44	R\$ 4.178.942,50	R\$ 11.000,00	R\$ 24.224,81	-R\$ 9.341,21	R\$ 20.341,21	R\$ 0,00
0,00%	setembro-15	45	R\$ 4.188.283,71	R\$ 11.000,00	R\$ 24.301,55	-R\$ 9.386,68	R\$ 20.386,68	R\$ 0,00
0,00%	outubro-15	46	R\$ 4.197.670,40	R\$ 11.000,00	R\$ 24.378,80	-R\$ 9.432,37	R\$ 20.432,37	R\$ 0,00
0,00%	novembro-15	47	R\$ 4.207.102,77	R\$ 11.000,00	R\$ 24.456,57	-R\$ 9.478,29	R\$ 20.478,29	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-15	48	R\$ 4.216.581,06	R\$ 11.000,00	R\$ 24.534,87	-R\$ 9.524,42	R\$ 20.524,42	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-16	49	R\$ 4.226.105,48	R\$ 12.500,00	R\$ 24.613,70	-R\$ 8.070,78	R\$ 20.570,78	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-16	50	R\$ 4.234.176,26	R\$ 12.500,00	R\$ 24.684,32	-R\$ 8.110,07	R\$ 20.610,07	R\$ 0,00
0,00%	março-16	51	R\$ 4.242.286,33	R\$ 12.500,00	R\$ 24.755,42	-R\$ 8.149,54	R\$ 20.649,54	R\$ 0,00
0,00%	abril-16	52	R\$ 4.250.435,87	R\$ 12.500,00	R\$ 24.827,01	-R\$ 8.189,21	R\$ 20.689,21	R\$ 0,00
0,00%	maio-16	53	R\$ 4.258.625,08	R\$ 12.500,00	R\$ 24.899,08	-R\$ 8.229,07	R\$ 20.729,07	R\$ 0,00
0,00%	junho-16	54	R\$ 4.266.854,15	R\$ 12.500,00	R\$ 24.971,64	-R\$ 8.269,13	R\$ 20.769,13	R\$ 0,00
0,00%	julho-16	55	R\$ 4.275.123,28	R\$ 12.500,00	R\$ 25.044,71	-R\$ 8.309,38	R\$ 20.809,38	R\$ 0,00
0,00%	agosto-16	56	R\$ 4.283.432,66	R\$ 12.500,00	R\$ 25.118,27	-R\$ 8.349,83	R\$ 20.849,83	R\$ 0,00
0,00%	setembro-16	57	R\$ 4.291.782,49	R\$ 12.500,00	R\$ 25.192,34	-R\$ 8.390,47	R\$ 20.890,47	R\$ 0,00
0,00%	outubro-16	58	R\$ 4.300.172,95	R\$ 12.500,00	R\$ 25.266,92	-R\$ 8.431,31	R\$ 20.931,31	R\$ 0,00
0,00%	novembro-16	59	R\$ 4.308.604,26	R\$ 12.500,00	R\$ 25.342,01	-R\$ 8.472,35	R\$ 20.972,35	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-16	60	R\$ 4.317.076,61	R\$ 12.500,00	R\$ 25.417,62	-R\$ 8.513,59	R\$ 21.013,59	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-17	61	R\$ 4.325.590,20	R\$ 14.000,00	R\$ 25.493,75	-R\$ 7.055,03	R\$ 21.055,03	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-17	62	R\$ 4.332.645,23	R\$ 14.000,00	R\$ 25.561,56	-R\$ 7.089,37	R\$ 21.089,37	R\$ 0,00
0,00%	março-17	63	R\$ 4.339.734,60	R\$ 14.000,00	R\$ 25.629,84	-R\$ 7.123,88	R\$ 21.123,88	R\$ 0,00
0,00%	abril-17	64	R\$ 4.346.858,48	R\$ 14.000,00	R\$ 25.698,60	-R\$ 7.158,55	R\$ 21.158,55	R\$ 0,00
0,00%	maio-17	65	R\$ 4.354.017,03	R\$ 14.000,00	R\$ 25.767,83	-R\$ 7.193,40	R\$ 21.193,40	R\$ 0,00
0,00%	junho-17	66	R\$ 4.361.210,43	R\$ 14.000,00	R\$ 25.837,55	-R\$ 7.228,41	R\$ 21.228,41	R\$ 0,00
0,00%	julho-17	67	R\$ 4.368.438,84	R\$ 14.000,00	R\$ 25.907,75	-R\$ 7.263,60	R\$ 21.263,60	R\$ 0,00
0,00%	agosto-17	68	R\$ 4.375.702,44	R\$ 14.000,00	R\$ 25.978,45	-R\$ 7.298,95	R\$ 21.298,95	R\$ 0,00
0,00%	setembro-17	69	R\$ 4.383.001,39	R\$ 14.000,00	R\$ 26.049,64	-R\$ 7.334,48	R\$ 21.334,48	R\$ 0,00
0,00%	outubro-17	70	R\$ 4.390.335,87	R\$ 14.000,00	R\$ 26.121,33	-R\$ 7.370,18	R\$ 21.370,18	R\$ 0,00
0,00%	novembro-17	71	R\$ 4.397.706,05	R\$ 14.000,00	R\$ 26.193,53	-R\$ 7.406,06	R\$ 21.406,06	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-17	72	R\$ 4.405.112,11	R\$ 14.000,00	R\$ 26.266,23	-R\$ 7.442,11	R\$ 21.442,11	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-18	73	R\$ 4.412.554,22	R\$ 16.000,00	R\$ 26.339,45	-R\$ 5.478,33	R\$ 21.478,33	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-18	74	R\$ 4.418.032,55	R\$ 16.000,00	R\$ 26.401,24	-R\$ 5.505,00	R\$ 21.505,00	R\$ 0,00
0,00%	março-18	75	R\$ 4.423.537,54	R\$ 16.000,00	R\$ 26.463,47	-R\$ 5.531,79	R\$ 21.531,79	R\$ 0,00
0,00%	abril-18	76	R\$ 4.429.069,34	R\$ 16.000,00	R\$ 26.526,13	-R\$ 5.558,72	R\$ 21.558,72	R\$ 0,00
0,00%	maio-18	77	R\$ 4.434.628,06	R\$ 16.000,00	R\$ 26.589,25	-R\$ 5.585,78	R\$ 21.585,78	R\$ 0,00
0,00%	junho-18	78	R\$ 4.440.213,83	R\$ 16.000,00	R\$ 26.652,81	-R\$ 5.612,97	R\$ 21.612,97	R\$ 0,00
0,00%	julho-18	79	R\$ 4.445.826,80	R\$ 16.000,00	R\$ 26.716,83	-R\$ 5.640,29	R\$ 21.640,29	R\$ 0,00
0,00%	agosto-18	80	R\$ 4.451.467,08	R\$ 16.000,00	R\$ 26.781,30	-R\$ 5.667,74	R\$ 21.667,74	R\$ 0,00
0,00%	setembro-18	81	R\$ 4.457.134,83	R\$ 16.000,00	R\$ 26.846,24	-R\$ 5.695,33	R\$ 21.695,33	R\$ 0,00
0,00%	outubro-18	82	R\$ 4.462.830,15	R\$ 16.000,00	R\$ 26.911,64	-R\$ 5.723,05	R\$ 21.723,05	R\$ 0,00
0,00%	novembro-18	83	R\$ 4.468.553,21	R\$ 16.000,00	R\$ 26.977,52	-R\$ 5.750,91	R\$ 21.750,91	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-18	84	R\$ 4.474.304,11	R\$ 16.000,00	R\$ 27.043,87	-R\$ 5.778,90	R\$ 21.778,90	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-19	85	R\$ 4.480.083,02	R\$ 18.000,00	R\$ 27.110,70	-R\$ 3.807,03	R\$ 21.807,03	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-19	86	R\$ 4.483.890,05	R\$ 18.000,00	R\$ 27.165,90	-R\$ 3.825,56	R\$ 21.825,56	R\$ 0,00
0,00%	março-19	87	R\$ 4.487.715,61	R\$ 18.000,00	R\$ 27.221,50	-R\$ 3.844,18	R\$ 21.844,18	R\$ 0,00
0,00%	abril-19	88	R\$ 4.491.559,79	R\$ 18.000,00	R\$ 27.277,50	-R\$ 3.862,89	R\$ 21.862,89	R\$ 0,00
0,00%	maio-19	89	R\$ 4.495.422,69	R\$ 18.000,00	R\$ 27.333,91	-R\$ 3.881,70	R\$ 21.881,70	R\$ 0,00
0,00%	junho-19	90	R\$ 4.499.304,38	R\$ 18.000,00	R\$ 27.390,73	-R\$ 3.900,59	R\$ 21.900,59	R\$ 0,00
0,00%	julho-19	91	R\$ 4.503.204,97	R\$ 18.000,00	R\$ 27.447,97	-R\$ 3.919,58	R\$ 21.919,58	R\$ 0,00

0,00%	agosto-19	92	R\$ 4.507.124,55	R\$ 18.000,00	R\$ 27.505,63	-R\$ 3.938,66	R\$ 21.938,66	R\$ 0,00
0,00%	setembro-19	93	R\$ 4.511.063,21	R\$ 18.000,00	R\$ 27.563,71	-R\$ 3.957,83	R\$ 21.957,83	R\$ 0,00
0,00%	outubro-19	94	R\$ 4.515.021,04	R\$ 18.000,00	R\$ 27.622,22	-R\$ 3.977,09	R\$ 21.977,09	R\$ 0,00
0,00%	novembro-19	95	R\$ 4.518.998,13	R\$ 18.000,00	R\$ 27.681,16	-R\$ 3.996,45	R\$ 21.996,45	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-19	96	R\$ 4.522.994,58	R\$ 18.000,00	R\$ 27.740,54	-R\$ 4.015,90	R\$ 22.015,90	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-20	97	R\$ 4.527.010,49	R\$ 21.000,00	R\$ 27.800,36	-R\$ 1.035,45	R\$ 22.035,45	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-20	98	R\$ 4.528.045,94	R\$ 21.000,00	R\$ 27.842,17	-R\$ 1.040,49	R\$ 22.040,49	R\$ 0,00
0,00%	março-20	99	R\$ 4.529.086,43	R\$ 21.000,00	R\$ 27.884,29	-R\$ 1.045,56	R\$ 22.045,56	R\$ 0,00
0,00%	abril-20	100	R\$ 4.530.131,99	R\$ 21.000,00	R\$ 27.926,73	-R\$ 1.050,65	R\$ 22.050,65	R\$ 0,00
0,00%	maio-20	101	R\$ 4.531.182,64	R\$ 21.000,00	R\$ 27.969,49	-R\$ 1.055,76	R\$ 22.055,76	R\$ 0,00
0,00%	junho-20	102	R\$ 4.532.238,40	R\$ 21.000,00	R\$ 28.012,57	-R\$ 1.060,90	R\$ 22.060,90	R\$ 0,00
0,00%	julho-20	103	R\$ 4.533.299,30	R\$ 21.000,00	R\$ 28.055,97	-R\$ 1.066,06	R\$ 22.066,06	R\$ 0,00
0,00%	agosto-20	104	R\$ 4.534.365,36	R\$ 21.000,00	R\$ 28.099,69	-R\$ 1.071,25	R\$ 22.071,25	R\$ 0,00
0,00%	setembro-20	105	R\$ 4.535.436,61	R\$ 21.000,00	R\$ 28.143,75	-R\$ 1.076,47	R\$ 22.076,47	R\$ 0,00
0,00%	outubro-20	106	R\$ 4.536.513,08	R\$ 21.000,00	R\$ 28.188,14	-R\$ 1.081,71	R\$ 22.081,71	R\$ 0,00
0,00%	novembro-20	107	R\$ 4.537.594,79	R\$ 21.000,00	R\$ 28.232,86	-R\$ 1.086,97	R\$ 22.086,97	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-20	108	R\$ 4.538.681,76	R\$ 21.000,00	R\$ 28.277,93	-R\$ 1.092,26	R\$ 22.092,26	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-21	109	R\$ 4.539.774,02		R\$ 28.323,33	R\$ 6.225,75	R\$ 22.097,58	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-21	110	R\$ 4.533.548,27		R\$ 28.323,33	R\$ 6.256,06	R\$ 22.067,28	R\$ 0,00
0,00%	março-21	111	R\$ 4.527.292,21		R\$ 28.323,33	R\$ 6.286,51	R\$ 22.036,82	R\$ 0,00
0,00%	abril-21	112	R\$ 4.521.005,70		R\$ 28.323,33	R\$ 6.317,11	R\$ 22.006,22	R\$ 0,00
0,00%	maio-21	113	R\$ 4.514.688,60		R\$ 28.323,33	R\$ 6.347,86	R\$ 21.975,48	R\$ 0,00
0,00%	junho-21	114	R\$ 4.508.340,74		R\$ 28.323,33	R\$ 6.378,76	R\$ 21.944,58	R\$ 0,00
0,00%	julho-21	115	R\$ 4.501.961,98		R\$ 28.323,33	R\$ 6.409,80	R\$ 21.913,53	R\$ 0,00
0,00%	agosto-21	116	R\$ 4.495.552,18		R\$ 28.323,33	R\$ 6.441,00	R\$ 21.882,33	R\$ 0,00
0,00%	setembro-21	117	R\$ 4.489.111,17		R\$ 28.323,33	R\$ 6.472,36	R\$ 21.850,98	R\$ 0,00
0,00%	outubro-21	118	R\$ 4.482.638,82		R\$ 28.323,33	R\$ 6.503,86	R\$ 21.819,47	R\$ 0,00
0,00%	novembro-21	119	R\$ 4.476.134,96		R\$ 28.323,33	R\$ 6.535,52	R\$ 21.787,81	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-21	120	R\$ 4.469.599,44		R\$ 28.323,33	R\$ 6.567,33	R\$ 21.756,00	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-22	121	R\$ 4.463.032,11		R\$ 28.323,33	R\$ 6.599,30	R\$ 21.724,03	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-22	122	R\$ 4.456.432,81		R\$ 28.323,33	R\$ 6.631,42	R\$ 21.691,91	R\$ 0,00
0,00%	março-22	123	R\$ 4.449.801,39		R\$ 28.323,33	R\$ 6.663,70	R\$ 21.659,63	R\$ 0,00
0,00%	abril-22	124	R\$ 4.443.137,69		R\$ 28.323,33	R\$ 6.696,13	R\$ 21.627,20	R\$ 0,00
0,00%	maio-22	125	R\$ 4.436.441,56		R\$ 28.323,33	R\$ 6.728,73	R\$ 21.594,60	R\$ 0,00
0,00%	junho-22	126	R\$ 4.429.712,83		R\$ 28.323,33	R\$ 6.761,48	R\$ 21.561,85	R\$ 0,00
0,00%	julho-22	127	R\$ 4.422.951,35		R\$ 28.323,33	R\$ 6.794,39	R\$ 21.528,94	R\$ 0,00
0,00%	agosto-22	128	R\$ 4.416.156,95		R\$ 28.323,33	R\$ 6.827,46	R\$ 21.495,87	R\$ 0,00
0,00%	setembro-22	129	R\$ 4.409.329,49		R\$ 28.323,33	R\$ 6.860,70	R\$ 21.462,63	R\$ 0,00
0,00%	outubro-22	130	R\$ 4.402.468,79		R\$ 28.323,33	R\$ 6.894,09	R\$ 21.429,24	R\$ 0,00
0,00%	novembro-22	131	R\$ 4.395.574,70		R\$ 28.323,33	R\$ 6.927,65	R\$ 21.395,68	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-22	132	R\$ 4.388.647,05		R\$ 28.323,33	R\$ 6.961,37	R\$ 21.361,96	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-23	133	R\$ 4.381.685,68		R\$ 28.323,33	R\$ 6.995,26	R\$ 21.328,08	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-23	134	R\$ 4.374.690,42		R\$ 28.323,33	R\$ 7.029,31	R\$ 21.294,03	R\$ 0,00
0,00%	março-23	135	R\$ 4.367.661,12		R\$ 28.323,33	R\$ 7.063,52	R\$ 21.259,81	R\$ 0,00
0,00%	abril-23	136	R\$ 4.360.597,60		R\$ 28.323,33	R\$ 7.097,90	R\$ 21.225,43	R\$ 0,00
0,00%	maio-23	137	R\$ 4.353.499,69		R\$ 28.323,33	R\$ 7.132,45	R\$ 21.190,88	R\$ 0,00
0,00%	junho-23	138	R\$ 4.346.367,24		R\$ 28.323,33	R\$ 7.167,17	R\$ 21.156,16	R\$ 0,00
0,00%	julho-23	139	R\$ 4.339.200,07		R\$ 28.323,33	R\$ 7.202,06	R\$ 21.121,28	R\$ 0,00
0,00%	agosto-23	140	R\$ 4.331.998,02		R\$ 28.323,33	R\$ 7.237,11	R\$ 21.086,22	R\$ 0,00
0,00%	setembro-23	141	R\$ 4.324.760,90		R\$ 28.323,33	R\$ 7.272,34	R\$ 21.050,99	R\$ 0,00
0,00%	outubro-23	142	R\$ 4.317.488,56		R\$ 28.323,33	R\$ 7.307,74	R\$ 21.015,59	R\$ 0,00
0,00%	novembro-23	143	R\$ 4.310.180,83		R\$ 28.323,33	R\$ 7.343,31	R\$ 20.980,02	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-23	144	R\$ 4.302.837,52		R\$ 28.323,33	R\$ 7.379,05	R\$ 20.944,28	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-24	145	R\$ 4.295.458,46		R\$ 28.323,33	R\$ 7.414,97	R\$ 20.908,36	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-24	146	R\$ 4.288.043,49		R\$ 28.323,33	R\$ 7.451,06	R\$ 20.872,27	R\$ 0,00
0,00%	março-24	147	R\$ 4.280.592,43		R\$ 28.323,33	R\$ 7.487,33	R\$ 20.836,00	R\$ 0,00
0,00%	abril-24	148	R\$ 4.273.105,10		R\$ 28.323,33	R\$ 7.523,78	R\$ 20.799,56	R\$ 0,00
0,00%	maio-24	149	R\$ 4.265.581,32		R\$ 28.323,33	R\$ 7.560,40	R\$ 20.762,93	R\$ 0,00
0,00%	junho-24	150	R\$ 4.258.020,92		R\$ 28.323,33	R\$ 7.597,20	R\$ 20.726,13	R\$ 0,00



0,00%	julho-24	151	R\$ 4.250.423,72		R\$ 28.323,33	R\$ 7.634,18	R\$ 20.689,15	R\$ 0,00
0,00%	agosto-24	152	R\$ 4.242.789,54		R\$ 28.323,33	R\$ 7.671,34	R\$ 20.651,99	R\$ 0,00
0,00%	setembro-24	153	R\$ 4.235.118,20		R\$ 28.323,33	R\$ 7.708,68	R\$ 20.614,65	R\$ 0,00
0,00%	outubro-24	154	R\$ 4.227.409,52		R\$ 28.323,33	R\$ 7.746,20	R\$ 20.577,13	R\$ 0,00
0,00%	novembro-24	155	R\$ 4.219.663,32		R\$ 28.323,33	R\$ 7.783,91	R\$ 20.539,42	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-24	156	R\$ 4.211.879,41		R\$ 28.323,33	R\$ 7.821,80	R\$ 20.501,54	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-25	157	R\$ 4.204.057,62		R\$ 28.323,33	R\$ 7.859,87	R\$ 20.463,46	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-25	158	R\$ 4.196.197,75		R\$ 28.323,33	R\$ 7.898,13	R\$ 20.425,20	R\$ 0,00
0,00%	março-25	159	R\$ 4.188.299,62		R\$ 28.323,33	R\$ 7.936,57	R\$ 20.386,76	R\$ 0,00
0,00%	abril-25	160	R\$ 4.180.363,05		R\$ 28.323,33	R\$ 7.975,20	R\$ 20.348,13	R\$ 0,00
0,00%	maio-25	161	R\$ 4.172.387,85		R\$ 28.323,33	R\$ 8.014,02	R\$ 20.309,31	R\$ 0,00
0,00%	junho-25	162	R\$ 4.164.373,82		R\$ 28.323,33	R\$ 8.053,03	R\$ 20.270,30	R\$ 0,00
0,00%	julho-25	163	R\$ 4.156.320,79		R\$ 28.323,33	R\$ 8.092,23	R\$ 20.231,10	R\$ 0,00
0,00%	agosto-25	164	R\$ 4.148.228,56		R\$ 28.323,33	R\$ 8.131,62	R\$ 20.191,71	R\$ 0,00
0,00%	setembro-25	165	R\$ 4.140.096,94		R\$ 28.323,33	R\$ 8.171,20	R\$ 20.152,13	R\$ 0,00
0,00%	outubro-25	166	R\$ 4.131.925,74		R\$ 28.323,33	R\$ 8.210,97	R\$ 20.112,36	R\$ 0,00
0,00%	novembro-25	167	R\$ 4.123.714,76		R\$ 28.323,33	R\$ 8.250,94	R\$ 20.072,39	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-25	168	R\$ 4.115.463,82		R\$ 28.323,33	R\$ 8.291,10	R\$ 20.032,23	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-26	169	R\$ 4.107.172,72		R\$ 28.323,33	R\$ 8.331,46	R\$ 19.991,87	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-26	170	R\$ 4.098.841,26		R\$ 28.323,33	R\$ 8.372,01	R\$ 19.951,32	R\$ 0,00
0,00%	março-26	171	R\$ 4.090.469,24		R\$ 28.323,33	R\$ 8.412,77	R\$ 19.910,57	R\$ 0,00
0,00%	abril-26	172	R\$ 4.082.056,48		R\$ 28.323,33	R\$ 8.453,72	R\$ 19.869,62	R\$ 0,00
0,00%	maio-26	173	R\$ 4.073.602,76		R\$ 28.323,33	R\$ 8.494,86	R\$ 19.828,47	R\$ 0,00
0,00%	junho-26	174	R\$ 4.065.107,90		R\$ 28.323,33	R\$ 8.536,21	R\$ 19.787,12	R\$ 0,00
0,00%	julho-26	175	R\$ 4.056.571,68		R\$ 28.323,33	R\$ 8.577,76	R\$ 19.745,57	R\$ 0,00
0,00%	agosto-26	176	R\$ 4.047.993,92		R\$ 28.323,33	R\$ 8.619,52	R\$ 19.703,82	R\$ 0,00
0,00%	setembro-26	177	R\$ 4.039.374,40		R\$ 28.323,33	R\$ 8.661,47	R\$ 19.661,86	R\$ 0,00
0,00%	outubro-26	178	R\$ 4.030.712,93		R\$ 28.323,33	R\$ 8.703,63	R\$ 19.619,70	R\$ 0,00
0,00%	novembro-26	179	R\$ 4.022.009,30		R\$ 28.323,33	R\$ 8.746,00	R\$ 19.577,33	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-26	180	R\$ 4.013.263,30		R\$ 28.323,33	R\$ 8.788,57	R\$ 19.534,76	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-27	181	R\$ 4.004.474,73		R\$ 28.323,33	R\$ 8.831,35	R\$ 19.491,98	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-27	182	R\$ 3.995.643,38		R\$ 28.323,33	R\$ 8.874,34	R\$ 19.449,00	R\$ 0,00
0,00%	março-27	183	R\$ 3.986.769,04		R\$ 28.323,33	R\$ 8.917,53	R\$ 19.405,80	R\$ 0,00
0,00%	abril-27	184	R\$ 3.977.851,51		R\$ 28.323,33	R\$ 8.960,94	R\$ 19.362,39	R\$ 0,00
0,00%	maio-27	185	R\$ 3.968.890,57		R\$ 28.323,33	R\$ 9.004,56	R\$ 19.318,78	R\$ 0,00
0,00%	junho-27	186	R\$ 3.959.886,02		R\$ 28.323,33	R\$ 9.048,39	R\$ 19.274,95	R\$ 0,00
0,00%	julho-27	187	R\$ 3.950.837,63		R\$ 28.323,33	R\$ 9.092,43	R\$ 19.230,90	R\$ 0,00
0,00%	agosto-27	188	R\$ 3.941.745,20		R\$ 28.323,33	R\$ 9.136,69	R\$ 19.186,64	R\$ 0,00
0,00%	setembro-27	189	R\$ 3.932.608,51		R\$ 28.323,33	R\$ 9.181,16	R\$ 19.142,17	R\$ 0,00
0,00%	outubro-27	190	R\$ 3.923.427,35		R\$ 28.323,33	R\$ 9.225,85	R\$ 19.097,48	R\$ 0,00
0,00%	novembro-27	191	R\$ 3.914.201,50		R\$ 28.323,33	R\$ 9.270,76	R\$ 19.052,57	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-27	192	R\$ 3.904.930,74		R\$ 28.323,33	R\$ 9.315,88	R\$ 19.007,45	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-28	193	R\$ 3.895.614,86		R\$ 28.323,33	R\$ 9.361,23	R\$ 18.962,10	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-28	194	R\$ 3.886.253,63		R\$ 28.323,33	R\$ 9.406,80	R\$ 18.916,54	R\$ 0,00
0,00%	março-28	195	R\$ 3.876.846,83		R\$ 28.323,33	R\$ 9.452,58	R\$ 18.870,75	R\$ 0,00
0,00%	abril-28	196	R\$ 3.867.394,25		R\$ 28.323,33	R\$ 9.498,59	R\$ 18.824,74	R\$ 0,00
0,00%	maio-28	197	R\$ 3.857.895,65		R\$ 28.323,33	R\$ 9.544,83	R\$ 18.778,50	R\$ 0,00
0,00%	junho-28	198	R\$ 3.848.350,82		R\$ 28.323,33	R\$ 9.591,29	R\$ 18.732,04	R\$ 0,00
0,00%	julho-28	199	R\$ 3.838.759,53		R\$ 28.323,33	R\$ 9.637,98	R\$ 18.685,36	R\$ 0,00
0,00%	agosto-28	200	R\$ 3.829.121,56		R\$ 28.323,33	R\$ 9.684,89	R\$ 18.638,44	R\$ 0,00
0,00%	setembro-28	201	R\$ 3.819.436,67		R\$ 28.323,33	R\$ 9.732,03	R\$ 18.591,30	R\$ 0,00
0,00%	outubro-28	202	R\$ 3.809.704,64		R\$ 28.323,33	R\$ 9.779,40	R\$ 18.543,93	R\$ 0,00
0,00%	novembro-28	203	R\$ 3.799.925,23		R\$ 28.323,33	R\$ 9.827,00	R\$ 18.496,33	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-28	204	R\$ 3.790.098,23		R\$ 28.323,33	R\$ 9.874,84	R\$ 18.448,49	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-29	205	R\$ 3.780.223,39		R\$ 28.323,33	R\$ 9.922,90	R\$ 18.400,43	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-29	206	R\$ 3.770.300,49		R\$ 28.323,33	R\$ 9.971,20	R\$ 18.352,13	R\$ 0,00
0,00%	março-29	207	R\$ 3.760.329,28		R\$ 28.323,33	R\$ 10.019,74	R\$ 18.303,59	R\$ 0,00
0,00%	abril-29	208	R\$ 3.750.309,55		R\$ 28.323,33	R\$ 10.068,51	R\$ 18.254,82	R\$ 0,00
0,00%	maio-29	209	R\$ 3.740.241,04		R\$ 28.323,33	R\$ 10.117,52	R\$ 18.205,81	R\$ 0,00



0,00%	junho-29	210	R\$ 3.730.123,52		R\$ 28.323,33	R\$ 10.166,77	R\$ 18.156,56	R\$ 0,00
0,00%	julho-29	211	R\$ 3.719.956,75		R\$ 28.323,33	R\$ 10.216,25	R\$ 18.107,08	R\$ 0,00
0,00%	agosto-29	212	R\$ 3.709.740,49		R\$ 28.323,33	R\$ 10.265,98	R\$ 18.057,35	R\$ 0,00
0,00%	setembro-29	213	R\$ 3.699.474,51		R\$ 28.323,33	R\$ 10.315,95	R\$ 18.007,38	R\$ 0,00
0,00%	outubro-29	214	R\$ 3.689.158,56		R\$ 28.323,33	R\$ 10.366,17	R\$ 17.957,17	R\$ 0,00
0,00%	novembro-29	215	R\$ 3.678.792,39		R\$ 28.323,33	R\$ 10.416,62	R\$ 17.906,71	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-29	216	R\$ 3.668.375,77		R\$ 28.323,33	R\$ 10.467,33	R\$ 17.856,00	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-30	217	R\$ 3.657.908,44		R\$ 28.323,33	R\$ 10.518,28	R\$ 17.805,05	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-30	218	R\$ 3.647.390,16		R\$ 28.323,33	R\$ 10.569,48	R\$ 17.753,86	R\$ 0,00
0,00%	março-30	219	R\$ 3.636.820,69		R\$ 28.323,33	R\$ 10.620,92	R\$ 17.702,41	R\$ 0,00
0,00%	abril-30	220	R\$ 3.626.199,76		R\$ 28.323,33	R\$ 10.672,62	R\$ 17.650,71	R\$ 0,00
0,00%	maio-30	221	R\$ 3.615.527,14		R\$ 28.323,33	R\$ 10.724,57	R\$ 17.598,76	R\$ 0,00
0,00%	junho-30	222	R\$ 3.604.802,57		R\$ 28.323,33	R\$ 10.776,77	R\$ 17.546,56	R\$ 0,00
0,00%	julho-30	223	R\$ 3.594.025,80		R\$ 28.323,33	R\$ 10.829,23	R\$ 17.494,10	R\$ 0,00
0,00%	agosto-30	224	R\$ 3.583.196,57		R\$ 28.323,33	R\$ 10.881,94	R\$ 17.441,39	R\$ 0,00
0,00%	setembro-30	225	R\$ 3.572.314,63		R\$ 28.323,33	R\$ 10.934,91	R\$ 17.388,42	R\$ 0,00
0,00%	outubro-30	226	R\$ 3.561.379,72		R\$ 28.323,33	R\$ 10.988,14	R\$ 17.335,20	R\$ 0,00
0,00%	novembro-30	227	R\$ 3.550.391,58		R\$ 28.323,33	R\$ 11.041,62	R\$ 17.281,71	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-30	228	R\$ 3.539.349,96		R\$ 28.323,33	R\$ 11.095,37	R\$ 17.227,96	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-31	229	R\$ 3.528.254,59		R\$ 28.323,33	R\$ 11.149,37	R\$ 17.173,96	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-31	230	R\$ 3.517.105,22		R\$ 28.323,33	R\$ 11.203,64	R\$ 17.119,69	R\$ 0,00
0,00%	março-31	231	R\$ 3.505.901,57		R\$ 28.323,33	R\$ 11.258,18	R\$ 17.065,15	R\$ 0,00
0,00%	abril-31	232	R\$ 3.494.643,39		R\$ 28.323,33	R\$ 11.312,98	R\$ 17.010,35	R\$ 0,00
0,00%	maio-31	233	R\$ 3.483.330,42		R\$ 28.323,33	R\$ 11.368,05	R\$ 16.955,29	R\$ 0,00
0,00%	junho-31	234	R\$ 3.471.962,37		R\$ 28.323,33	R\$ 11.423,38	R\$ 16.899,95	R\$ 0,00
0,00%	julho-31	235	R\$ 3.460.538,99		R\$ 28.323,33	R\$ 11.478,98	R\$ 16.844,35	R\$ 0,00
0,00%	agosto-31	236	R\$ 3.449.060,01		R\$ 28.323,33	R\$ 11.534,86	R\$ 16.788,47	R\$ 0,00
0,00%	setembro-31	237	R\$ 3.437.525,15		R\$ 28.323,33	R\$ 11.591,00	R\$ 16.732,33	R\$ 0,00
0,00%	outubro-31	238	R\$ 3.425.934,14		R\$ 28.323,33	R\$ 11.647,42	R\$ 16.675,91	R\$ 0,00
0,00%	novembro-31	239	R\$ 3.414.286,72		R\$ 28.323,33	R\$ 11.704,12	R\$ 16.619,21	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-31	240	R\$ 3.402.582,60		R\$ 28.323,33	R\$ 11.761,09	R\$ 16.562,24	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-32	241	R\$ 3.390.821,51		R\$ 28.323,33	R\$ 11.818,34	R\$ 16.505,00	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-32	242	R\$ 3.379.003,18		R\$ 28.323,33	R\$ 11.875,86	R\$ 16.447,47	R\$ 0,00
0,00%	março-32	243	R\$ 3.367.127,31		R\$ 28.323,33	R\$ 11.933,67	R\$ 16.389,66	R\$ 0,00
0,00%	abril-32	244	R\$ 3.355.193,64		R\$ 28.323,33	R\$ 11.991,76	R\$ 16.331,57	R\$ 0,00
0,00%	maio-32	245	R\$ 3.343.201,89		R\$ 28.323,33	R\$ 12.050,13	R\$ 16.273,20	R\$ 0,00
0,00%	junho-32	246	R\$ 3.331.151,76		R\$ 28.323,33	R\$ 12.108,78	R\$ 16.214,55	R\$ 0,00
0,00%	julho-32	247	R\$ 3.319.042,98		R\$ 28.323,33	R\$ 12.167,72	R\$ 16.155,61	R\$ 0,00
0,00%	agosto-32	248	R\$ 3.306.875,25		R\$ 28.323,33	R\$ 12.226,95	R\$ 16.096,38	R\$ 0,00
0,00%	setembro-32	249	R\$ 3.294.648,30		R\$ 28.323,33	R\$ 12.286,46	R\$ 16.036,87	R\$ 0,00
0,00%	outubro-32	250	R\$ 3.282.361,84		R\$ 28.323,33	R\$ 12.346,27	R\$ 15.977,06	R\$ 0,00
0,00%	novembro-32	251	R\$ 3.270.015,57		R\$ 28.323,33	R\$ 12.406,37	R\$ 15.916,97	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-32	252	R\$ 3.257.609,20		R\$ 28.323,33	R\$ 12.466,75	R\$ 15.856,58	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-33	253	R\$ 3.245.142,45		R\$ 28.323,33	R\$ 12.527,44	R\$ 15.795,89	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-33	254	R\$ 3.232.615,01		R\$ 28.323,33	R\$ 12.588,42	R\$ 15.734,92	R\$ 0,00
0,00%	março-33	255	R\$ 3.220.026,60		R\$ 28.323,33	R\$ 12.649,69	R\$ 15.673,64	R\$ 0,00
0,00%	abril-33	256	R\$ 3.207.376,91		R\$ 28.323,33	R\$ 12.711,26	R\$ 15.612,07	R\$ 0,00
0,00%	maio-33	257	R\$ 3.194.665,64		R\$ 28.323,33	R\$ 12.773,14	R\$ 15.550,20	R\$ 0,00
0,00%	junho-33	258	R\$ 3.181.892,51		R\$ 28.323,33	R\$ 12.835,31	R\$ 15.488,02	R\$ 0,00
0,00%	julho-33	259	R\$ 3.169.057,20		R\$ 28.323,33	R\$ 12.897,79	R\$ 15.425,55	R\$ 0,00
0,00%	agosto-33	260	R\$ 3.156.159,41		R\$ 28.323,33	R\$ 12.960,57	R\$ 15.362,77	R\$ 0,00
0,00%	setembro-33	261	R\$ 3.143.198,85		R\$ 28.323,33	R\$ 13.023,65	R\$ 15.299,68	R\$ 0,00
0,00%	outubro-33	262	R\$ 3.130.175,19		R\$ 28.323,33	R\$ 13.087,05	R\$ 15.236,29	R\$ 0,00
0,00%	novembro-33	263	R\$ 3.117.088,15		R\$ 28.323,33	R\$ 13.150,75	R\$ 15.172,58	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-33	264	R\$ 3.103.937,40		R\$ 28.323,33	R\$ 13.214,76	R\$ 15.108,57	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-34	265	R\$ 3.090.722,64		R\$ 28.323,33	R\$ 13.279,08	R\$ 15.044,25	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-34	266	R\$ 3.077.443,56		R\$ 28.323,33	R\$ 13.343,72	R\$ 14.979,61	R\$ 0,00
0,00%	março-34	267	R\$ 3.064.099,84		R\$ 28.323,33	R\$ 13.408,67	R\$ 14.914,66	R\$ 0,00
0,00%	abril-34	268	R\$ 3.050.691,17		R\$ 28.323,33	R\$ 13.473,94	R\$ 14.849,39	R\$ 0,00

0,00%	maio-34	269	R\$ 3.037.217,23		R\$ 28.323,33	R\$ 13.539,52	R\$ 14.783,81	R\$ 0,00
0,00%	junho-34	270	R\$ 3.023.677,70		R\$ 28.323,33	R\$ 13.605,43	R\$ 14.717,90	R\$ 0,00
0,00%	julho-34	271	R\$ 3.010.072,28		R\$ 28.323,33	R\$ 13.671,65	R\$ 14.651,68	R\$ 0,00
0,00%	agosto-34	272	R\$ 2.996.400,62		R\$ 28.323,33	R\$ 13.738,20	R\$ 14.585,13	R\$ 0,00
0,00%	setembro-34	273	R\$ 2.982.662,42		R\$ 28.323,33	R\$ 13.805,07	R\$ 14.518,26	R\$ 0,00
0,00%	outubro-34	274	R\$ 2.968.857,35		R\$ 28.323,33	R\$ 13.872,27	R\$ 14.451,06	R\$ 0,00
0,00%	novembro-34	275	R\$ 2.954.985,08		R\$ 28.323,33	R\$ 13.939,79	R\$ 14.383,54	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-34	276	R\$ 2.941.045,29		R\$ 28.323,33	R\$ 14.007,65	R\$ 14.315,69	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-35	277	R\$ 2.927.037,64		R\$ 28.323,33	R\$ 14.075,83	R\$ 14.247,50	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-35	278	R\$ 2.912.961,82		R\$ 28.323,33	R\$ 14.144,34	R\$ 14.178,99	R\$ 0,00
0,00%	março-35	279	R\$ 2.898.817,47		R\$ 28.323,33	R\$ 14.213,19	R\$ 14.110,14	R\$ 0,00
0,00%	abril-35	280	R\$ 2.884.604,28		R\$ 28.323,33	R\$ 14.282,37	R\$ 14.040,96	R\$ 0,00
0,00%	maio-35	281	R\$ 2.870.321,91		R\$ 28.323,33	R\$ 14.351,90	R\$ 13.971,44	R\$ 0,00
0,00%	junho-35	282	R\$ 2.855.970,01		R\$ 28.323,33	R\$ 14.421,75	R\$ 13.901,58	R\$ 0,00
0,00%	julho-35	283	R\$ 2.841.548,26		R\$ 28.323,33	R\$ 14.491,95	R\$ 13.831,38	R\$ 0,00
0,00%	agosto-35	284	R\$ 2.827.056,31		R\$ 28.323,33	R\$ 14.562,49	R\$ 13.760,84	R\$ 0,00
0,00%	setembro-35	285	R\$ 2.812.493,81		R\$ 28.323,33	R\$ 14.633,38	R\$ 13.689,96	R\$ 0,00
0,00%	outubro-35	286	R\$ 2.797.860,44		R\$ 28.323,33	R\$ 14.704,60	R\$ 13.618,73	R\$ 0,00
0,00%	novembro-35	287	R\$ 2.783.155,83		R\$ 28.323,33	R\$ 14.776,18	R\$ 13.547,15	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-35	288	R\$ 2.768.379,65		R\$ 28.323,33	R\$ 14.848,10	R\$ 13.475,23	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-36	289	R\$ 2.753.531,55		R\$ 28.323,33	R\$ 14.920,38	R\$ 13.402,95	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-36	290	R\$ 2.738.611,17		R\$ 28.323,33	R\$ 14.993,00	R\$ 13.330,33	R\$ 0,00
0,00%	março-36	291	R\$ 2.723.618,17		R\$ 28.323,33	R\$ 15.065,98	R\$ 13.257,35	R\$ 0,00
0,00%	abril-36	292	R\$ 2.708.552,18		R\$ 28.323,33	R\$ 15.139,32	R\$ 13.184,01	R\$ 0,00
0,00%	maio-36	293	R\$ 2.693.412,87		R\$ 28.323,33	R\$ 15.213,01	R\$ 13.110,32	R\$ 0,00
0,00%	junho-36	294	R\$ 2.678.199,86		R\$ 28.323,33	R\$ 15.287,06	R\$ 13.036,27	R\$ 0,00
0,00%	julho-36	295	R\$ 2.662.912,80		R\$ 28.323,33	R\$ 15.361,47	R\$ 12.961,86	R\$ 0,00
0,00%	agosto-36	296	R\$ 2.647.551,33		R\$ 28.323,33	R\$ 15.436,24	R\$ 12.887,09	R\$ 0,00
0,00%	setembro-36	297	R\$ 2.632.115,09		R\$ 28.323,33	R\$ 15.511,38	R\$ 12.811,95	R\$ 0,00
0,00%	outubro-36	298	R\$ 2.616.603,71		R\$ 28.323,33	R\$ 15.586,88	R\$ 12.736,45	R\$ 0,00
0,00%	novembro-36	299	R\$ 2.601.016,83		R\$ 28.323,33	R\$ 15.662,75	R\$ 12.660,58	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-36	300	R\$ 2.585.354,08		R\$ 28.323,33	R\$ 15.738,99	R\$ 12.584,34	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-37	301	R\$ 2.569.615,08		R\$ 28.323,33	R\$ 15.815,60	R\$ 12.507,73	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-37	302	R\$ 2.553.799,48		R\$ 28.323,33	R\$ 15.892,58	R\$ 12.430,75	R\$ 0,00
0,00%	março-37	303	R\$ 2.537.906,90		R\$ 28.323,33	R\$ 15.969,94	R\$ 12.353,39	R\$ 0,00
0,00%	abril-37	304	R\$ 2.521.936,96		R\$ 28.323,33	R\$ 16.047,68	R\$ 12.275,66	R\$ 0,00
0,00%	maio-37	305	R\$ 2.505.889,28		R\$ 28.323,33	R\$ 16.125,79	R\$ 12.197,54	R\$ 0,00
0,00%	junho-37	306	R\$ 2.489.763,49		R\$ 28.323,33	R\$ 16.204,28	R\$ 12.119,05	R\$ 0,00
0,00%	julho-37	307	R\$ 2.473.559,21		R\$ 28.323,33	R\$ 16.283,16	R\$ 12.040,17	R\$ 0,00
0,00%	agosto-37	308	R\$ 2.457.276,05		R\$ 28.323,33	R\$ 16.362,42	R\$ 11.960,92	R\$ 0,00
0,00%	setembro-37	309	R\$ 2.440.913,64		R\$ 28.323,33	R\$ 16.442,06	R\$ 11.881,27	R\$ 0,00
0,00%	outubro-37	310	R\$ 2.424.471,58		R\$ 28.323,33	R\$ 16.522,09	R\$ 11.801,24	R\$ 0,00
0,00%	novembro-37	311	R\$ 2.407.949,48		R\$ 28.323,33	R\$ 16.602,52	R\$ 11.720,82	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-37	312	R\$ 2.391.346,96		R\$ 28.323,33	R\$ 16.683,33	R\$ 11.640,00	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-38	313	R\$ 2.374.663,64		R\$ 28.323,33	R\$ 16.764,54	R\$ 11.558,80	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-38	314	R\$ 2.357.899,10		R\$ 28.323,33	R\$ 16.846,14	R\$ 11.477,19	R\$ 0,00
0,00%	março-38	315	R\$ 2.341.052,96		R\$ 28.323,33	R\$ 16.928,14	R\$ 11.395,19	R\$ 0,00
0,00%	abril-38	316	R\$ 2.324.124,82		R\$ 28.323,33	R\$ 17.010,54	R\$ 11.312,80	R\$ 0,00
0,00%	maio-38	317	R\$ 2.307.114,28		R\$ 28.323,33	R\$ 17.093,34	R\$ 11.230,00	R\$ 0,00
0,00%	junho-38	318	R\$ 2.290.020,95		R\$ 28.323,33	R\$ 17.176,54	R\$ 11.146,79	R\$ 0,00
0,00%	julho-38	319	R\$ 2.272.844,41		R\$ 28.323,33	R\$ 17.260,15	R\$ 11.063,19	R\$ 0,00
0,00%	agosto-38	320	R\$ 2.255.584,26		R\$ 28.323,33	R\$ 17.344,16	R\$ 10.979,17	R\$ 0,00
0,00%	setembro-38	321	R\$ 2.238.240,10		R\$ 28.323,33	R\$ 17.428,59	R\$ 10.894,75	R\$ 0,00
0,00%	outubro-38	322	R\$ 2.220.811,51		R\$ 28.323,33	R\$ 17.513,42	R\$ 10.809,91	R\$ 0,00
0,00%	novembro-38	323	R\$ 2.203.298,09		R\$ 28.323,33	R\$ 17.598,67	R\$ 10.724,66	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-38	324	R\$ 2.185.699,43		R\$ 28.323,33	R\$ 17.684,33	R\$ 10.639,00	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-39	325	R\$ 2.168.015,10		R\$ 28.323,33	R\$ 17.770,41	R\$ 10.552,92	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-39	326	R\$ 2.150.244,69		R\$ 28.323,33	R\$ 17.856,91	R\$ 10.466,42	R\$ 0,00
0,00%	março-39	327	R\$ 2.132.387,78		R\$ 28.323,33	R\$ 17.943,83	R\$ 10.379,51	R\$ 0,00

0,00%	abril-39	328	R\$ 2.114.443,96		R\$ 28.323,33	R\$ 18.031,17	R\$ 10.292,16	R\$ 0,00
0,00%	maio-39	329	R\$ 2.096.412,79		R\$ 28.323,33	R\$ 18.118,94	R\$ 10.204,40	R\$ 0,00
0,00%	junho-39	330	R\$ 2.078.293,85		R\$ 28.323,33	R\$ 18.207,13	R\$ 10.116,20	R\$ 0,00
0,00%	julho-39	331	R\$ 2.060.086,72		R\$ 28.323,33	R\$ 18.295,76	R\$ 10.027,58	R\$ 0,00
0,00%	agosto-39	332	R\$ 2.041.790,96		R\$ 28.323,33	R\$ 18.384,81	R\$ 9.938,52	R\$ 0,00
0,00%	setembro-39	333	R\$ 2.023.406,15		R\$ 28.323,33	R\$ 18.474,30	R\$ 9.849,03	R\$ 0,00
0,00%	outubro-39	334	R\$ 2.004.931,85		R\$ 28.323,33	R\$ 18.564,22	R\$ 9.759,11	R\$ 0,00
0,00%	novembro-39	335	R\$ 1.986.367,63		R\$ 28.323,33	R\$ 18.654,59	R\$ 9.668,74	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-39	336	R\$ 1.967.713,04		R\$ 28.323,33	R\$ 18.745,39	R\$ 9.577,94	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-40	337	R\$ 1.948.967,65		R\$ 28.323,33	R\$ 18.836,63	R\$ 9.486,70	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-40	338	R\$ 1.930.131,02		R\$ 28.323,33	R\$ 18.928,32	R\$ 9.395,01	R\$ 0,00
0,00%	março-40	339	R\$ 1.911.202,69		R\$ 28.323,33	R\$ 19.020,46	R\$ 9.302,88	R\$ 0,00
0,00%	abril-40	340	R\$ 1.892.182,24		R\$ 28.323,33	R\$ 19.113,04	R\$ 9.210,29	R\$ 0,00
0,00%	maio-40	341	R\$ 1.873.069,20		R\$ 28.323,33	R\$ 19.206,07	R\$ 9.117,26	R\$ 0,00
0,00%	junho-40	342	R\$ 1.853.863,13		R\$ 28.323,33	R\$ 19.299,56	R\$ 9.023,77	R\$ 0,00
0,00%	julho-40	343	R\$ 1.834.563,57		R\$ 28.323,33	R\$ 19.393,50	R\$ 8.929,83	R\$ 0,00
0,00%	agosto-40	344	R\$ 1.815.170,06		R\$ 28.323,33	R\$ 19.487,90	R\$ 8.835,43	R\$ 0,00
0,00%	setembro-40	345	R\$ 1.795.682,16		R\$ 28.323,33	R\$ 19.582,76	R\$ 8.740,57	R\$ 0,00
0,00%	outubro-40	346	R\$ 1.776.099,41		R\$ 28.323,33	R\$ 19.678,08	R\$ 8.645,25	R\$ 0,00
0,00%	novembro-40	347	R\$ 1.756.421,33		R\$ 28.323,33	R\$ 19.773,86	R\$ 8.549,47	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-40	348	R\$ 1.736.647,47		R\$ 28.323,33	R\$ 19.870,11	R\$ 8.453,22	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-41	349	R\$ 1.716.777,35		R\$ 28.323,33	R\$ 19.966,83	R\$ 8.356,50	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-41	350	R\$ 1.696.810,52		R\$ 28.323,33	R\$ 20.064,02	R\$ 8.259,31	R\$ 0,00
0,00%	março-41	351	R\$ 1.676.746,50		R\$ 28.323,33	R\$ 20.161,68	R\$ 8.161,65	R\$ 0,00
0,00%	abril-41	352	R\$ 1.656.584,82		R\$ 28.323,33	R\$ 20.259,82	R\$ 8.063,51	R\$ 0,00
0,00%	maio-41	353	R\$ 1.636.325,00		R\$ 28.323,33	R\$ 20.358,44	R\$ 7.964,89	R\$ 0,00
0,00%	junho-41	354	R\$ 1.615.966,56		R\$ 28.323,33	R\$ 20.457,53	R\$ 7.865,80	R\$ 0,00
0,00%	julho-41	355	R\$ 1.595.509,02		R\$ 28.323,33	R\$ 20.557,11	R\$ 7.766,22	R\$ 0,00
0,00%	agosto-41	356	R\$ 1.574.951,91		R\$ 28.323,33	R\$ 20.657,17	R\$ 7.666,16	R\$ 0,00
0,00%	setembro-41	357	R\$ 1.554.294,74		R\$ 28.323,33	R\$ 20.757,72	R\$ 7.565,61	R\$ 0,00
0,00%	outubro-41	358	R\$ 1.533.537,02		R\$ 28.323,33	R\$ 20.858,76	R\$ 7.464,57	R\$ 0,00
0,00%	novembro-41	359	R\$ 1.512.678,25		R\$ 28.323,33	R\$ 20.960,29	R\$ 7.363,04	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-41	360	R\$ 1.491.717,96		R\$ 28.323,33	R\$ 21.062,32	R\$ 7.261,01	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-42	361	R\$ 1.470.655,64		R\$ 28.323,33	R\$ 21.164,84	R\$ 7.158,49	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-42	362	R\$ 1.449.490,80		R\$ 28.323,33	R\$ 21.267,86	R\$ 7.055,47	R\$ 0,00
0,00%	março-42	363	R\$ 1.428.222,94		R\$ 28.323,33	R\$ 21.371,38	R\$ 6.951,95	R\$ 0,00
0,00%	abril-42	364	R\$ 1.406.851,55		R\$ 28.323,33	R\$ 21.475,41	R\$ 6.847,92	R\$ 0,00
0,00%	maio-42	365	R\$ 1.385.376,14		R\$ 28.323,33	R\$ 21.579,94	R\$ 6.743,39	R\$ 0,00
0,00%	junho-42	366	R\$ 1.363.796,20		R\$ 28.323,33	R\$ 21.684,99	R\$ 6.638,35	R\$ 0,00
0,00%	julho-42	367	R\$ 1.342.111,21		R\$ 28.323,33	R\$ 21.790,54	R\$ 6.532,79	R\$ 0,00
0,00%	agosto-42	368	R\$ 1.320.320,67		R\$ 28.323,33	R\$ 21.896,60	R\$ 6.426,73	R\$ 0,00
0,00%	setembro-42	369	R\$ 1.298.424,07		R\$ 28.323,33	R\$ 22.003,19	R\$ 6.320,14	R\$ 0,00
0,00%	outubro-42	370	R\$ 1.276.420,88		R\$ 28.323,33	R\$ 22.110,29	R\$ 6.213,04	R\$ 0,00
0,00%	novembro-42	371	R\$ 1.254.310,59		R\$ 28.323,33	R\$ 22.217,91	R\$ 6.105,42	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-42	372	R\$ 1.232.092,68		R\$ 28.323,33	R\$ 22.326,06	R\$ 5.997,27	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-43	373	R\$ 1.209.766,62		R\$ 28.323,33	R\$ 22.434,73	R\$ 5.888,60	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-43	374	R\$ 1.187.331,89		R\$ 28.323,33	R\$ 22.543,93	R\$ 5.779,40	R\$ 0,00
0,00%	março-43	375	R\$ 1.164.787,96		R\$ 28.323,33	R\$ 22.653,67	R\$ 5.669,66	R\$ 0,00
0,00%	abril-43	376	R\$ 1.142.134,29		R\$ 28.323,33	R\$ 22.763,94	R\$ 5.559,40	R\$ 0,00
0,00%	maio-43	377	R\$ 1.119.370,35		R\$ 28.323,33	R\$ 22.874,74	R\$ 5.448,59	R\$ 0,00
0,00%	junho-43	378	R\$ 1.096.495,61		R\$ 28.323,33	R\$ 22.986,08	R\$ 5.337,25	R\$ 0,00
0,00%	julho-43	379	R\$ 1.073.509,53		R\$ 28.323,33	R\$ 23.097,97	R\$ 5.225,36	R\$ 0,00
0,00%	agosto-43	380	R\$ 1.050.411,56		R\$ 28.323,33	R\$ 23.210,40	R\$ 5.112,93	R\$ 0,00
0,00%	setembro-43	381	R\$ 1.027.201,16		R\$ 28.323,33	R\$ 23.323,38	R\$ 4.999,95	R\$ 0,00
0,00%	outubro-43	382	R\$ 1.003.877,78		R\$ 28.323,33	R\$ 23.436,91	R\$ 4.886,43	R\$ 0,00
0,00%	novembro-43	383	R\$ 980.440,87		R\$ 28.323,33	R\$ 23.550,99	R\$ 4.772,35	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-43	384	R\$ 956.889,89		R\$ 28.323,33	R\$ 23.665,62	R\$ 4.657,71	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-44	385	R\$ 933.224,26		R\$ 28.323,33	R\$ 23.780,82	R\$ 4.542,52	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-44	386	R\$ 909.443,45		R\$ 28.323,33	R\$ 23.896,57	R\$ 4.426,76	R\$ 0,00

0,00%	março-44	387	R\$ 885.546,88		R\$ 28.323,33	R\$ 24.012,89	R\$ 4.310,44	R\$ 0,00
0,00%	abril-44	388	R\$ 861.533,99		R\$ 28.323,33	R\$ 24.129,77	R\$ 4.193,56	R\$ 0,00
0,00%	maio-44	389	R\$ 837.404,22		R\$ 28.323,33	R\$ 24.247,22	R\$ 4.076,11	R\$ 0,00
0,00%	junho-44	390	R\$ 813.156,99		R\$ 28.323,33	R\$ 24.365,25	R\$ 3.958,08	R\$ 0,00
0,00%	julho-44	391	R\$ 788.791,75		R\$ 28.323,33	R\$ 24.483,85	R\$ 3.839,48	R\$ 0,00
0,00%	agosto-44	392	R\$ 764.307,90		R\$ 28.323,33	R\$ 24.603,02	R\$ 3.720,31	R\$ 0,00
0,00%	setembro-44	393	R\$ 739.704,87		R\$ 28.323,33	R\$ 24.722,78	R\$ 3.600,55	R\$ 0,00
0,00%	outubro-44	394	R\$ 714.982,09		R\$ 28.323,33	R\$ 24.843,12	R\$ 3.480,21	R\$ 0,00
0,00%	novembro-44	395	R\$ 690.138,97		R\$ 28.323,33	R\$ 24.964,05	R\$ 3.359,29	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-44	396	R\$ 665.174,93		R\$ 28.323,33	R\$ 25.085,56	R\$ 3.237,77	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-45	397	R\$ 640.089,37		R\$ 28.323,33	R\$ 25.207,66	R\$ 3.115,67	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-45	398	R\$ 614.881,70		R\$ 28.323,33	R\$ 25.330,36	R\$ 2.992,97	R\$ 0,00
0,00%	março-45	399	R\$ 589.551,34		R\$ 28.323,33	R\$ 25.453,66	R\$ 2.869,67	R\$ 0,00
0,00%	abril-45	400	R\$ 564.097,68		R\$ 28.323,33	R\$ 25.577,56	R\$ 2.745,77	R\$ 0,00
0,00%	maio-45	401	R\$ 538.520,12		R\$ 28.323,33	R\$ 25.702,06	R\$ 2.621,27	R\$ 0,00
0,00%	junho-45	402	R\$ 512.818,06		R\$ 28.323,33	R\$ 25.827,16	R\$ 2.496,17	R\$ 0,00
0,00%	julho-45	403	R\$ 486.990,90		R\$ 28.323,33	R\$ 25.952,88	R\$ 2.370,45	R\$ 0,00
0,00%	agosto-45	404	R\$ 461.038,02		R\$ 28.323,33	R\$ 26.079,21	R\$ 2.244,13	R\$ 0,00
0,00%	setembro-45	405	R\$ 434.958,81		R\$ 28.323,33	R\$ 26.206,15	R\$ 2.117,18	R\$ 0,00
0,00%	outubro-45	406	R\$ 408.752,66		R\$ 28.323,33	R\$ 26.333,71	R\$ 1.989,62	R\$ 0,00
0,00%	novembro-45	407	R\$ 382.418,95		R\$ 28.323,33	R\$ 26.461,89	R\$ 1.861,44	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-45	408	R\$ 355.957,07		R\$ 28.323,33	R\$ 26.590,69	R\$ 1.732,64	R\$ 0,00
0,00%	janeiro-46	409	R\$ 329.366,37		R\$ 28.323,33	R\$ 26.720,12	R\$ 1.603,21	R\$ 0,00
0,00%	fevereiro-46	410	R\$ 302.646,25		R\$ 28.323,33	R\$ 26.850,19	R\$ 1.473,15	R\$ 0,00
0,00%	março-46	411	R\$ 275.796,06		R\$ 28.323,33	R\$ 26.980,88	R\$ 1.342,45	R\$ 0,00
0,00%	abril-46	412	R\$ 248.815,18		R\$ 28.323,33	R\$ 27.112,21	R\$ 1.211,12	R\$ 0,00
0,00%	maio-46	413	R\$ 221.702,97		R\$ 28.323,33	R\$ 27.244,18	R\$ 1.079,15	R\$ 0,00
0,00%	junho-46	414	R\$ 194.458,79		R\$ 28.323,33	R\$ 27.376,79	R\$ 946,54	R\$ 0,00
0,00%	julho-46	415	R\$ 167.081,99		R\$ 28.323,33	R\$ 27.510,05	R\$ 813,28	R\$ 0,00
0,00%	agosto-46	416	R\$ 139.571,94		R\$ 28.323,33	R\$ 27.643,96	R\$ 679,37	R\$ 0,00
0,00%	setembro-46	417	R\$ 111.927,98		R\$ 28.323,33	R\$ 27.778,52	R\$ 544,82	R\$ 0,00
0,00%	outubro-46	418	R\$ 84.149,47		R\$ 28.323,33	R\$ 27.913,73	R\$ 409,60	R\$ 0,00
0,00%	novembro-46	419	R\$ 56.235,74		R\$ 28.323,33	R\$ 28.049,60	R\$ 273,73	R\$ 0,00
0,00%	dezembro-46	420	R\$ 28.186,13		R\$ 28.323,33	R\$ 28.186,13	R\$ 137,20	R\$ 0,00
Saldo Devedor Final			R\$ -					

As Células destacadas em Verde referem-se àquelas que devem ser preenchidas para acompanhamento do saldo devedor.

O Método Price está sendo adotado para parcelamento do Saldo Devedor, devendo ser lançado o INPC para fins de atualização das prestações mensais.

Lançando a Prestação já paga, o sistema calculará nova prestação pelo mesmo método, com base no saldo devedor e no prazo remanescente.

## PORTARIA Nº 11.251 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.251 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Operacional IV, PEDRO IVONEI GORNIACK, Matrícula Funcional nº 000702, Registro no Sistema sob nº 955146, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo: 26 de outubro de 2013 á 25 de outubro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 13 de Outubro de 2014 á 22 de Outubro de 2014.



Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
13 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 11.252 de 13 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.252 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitida em data de 10 de julho de 2014, sob Protocolo nº 20024050.1.00110/14-9, do Servidor Público Municipal, Sr. AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a função de Motorista da Saúde, Matrícula Funcional nº 000122, Registro no Sistema sob o nº 297180.

Parágrafo único. A Averbação de Tempo de Contribuição de que trata o caput deste Artigo pelo período de contribuição de 11 (onze) anos, e 05 (zero cinco) dias, Parecer nº 014/2014 expedido em data de 13 de outubro de 2014, pelo Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A averbação de que trata o artigo 1º desta Portaria, em razão do Procedimento Administrativo nº 952-2014, em data de 14 de julho de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
13 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 11.253 de 13 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.253 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014  
DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitida em data de 19 de Setembro de 2014, sob Protocolo nº 20024050.1.00147/14-0, do Servidor Público Municipal, Sr. JOSÉ FERNANDES DA MAIA, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a função de Vigia, Matrícula Funcional nº 000033, Registro no Sistema sob o nº 205400.

Parágrafo único. A Averbação de Tempo de Contribuição de que trata o caput deste Artigo pelo período de contribuição de 15 (quinze) anos, 10 (dez) meses e 19 (dezenove) dias, Parecer nº 013/2014 expedido em data de 13 de outubro de 2014, pelo Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A averbação de que trata o artigo 1º desta Portaria, em razão do Procedimento Administrativo nº 1351-2014, protocolado sob o nº 809 em data de 30 de setembro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
13 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 11.254 de 13 de Outubro de 2014**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.254 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, previsto no Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal, em especial a Instrução Normativa TC-07/2008 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Resolve:

Art.1º) Averbar a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, emitida em data de 19 de Setembro de 2014, sob Protocolo nº 20024050.1.00146/14-3, da Servidora Pública Municipal, Srª. ZENIL ALVES FERREIRA BISCAIA, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional nº 340, Registro no Sistema sob o nº 318790.

Parágrafo único. A Averbação de Tempo de Contribuição de que trata o caput deste Artigo pelo período de contribuição de 08 (zero oito) meses e 23 (vinte e três) dias, Parecer nº 012/2014 expedido em data de 13 de outubro de 2014, pelo Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A averbação de que trata o artigo 1º desta Portaria, em razão do Procedimento Administrativo nº 1352-2014, protocolado sob o nº 808 em data de 30 de setembro de 2014.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
13 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 13/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**Decreto Nº 3.278 de 09 de Dezembro de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.278 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário por término do mesmo, Srtª. ZENAIDE IDALENCIO, a partir de 10 de dezembro de 2003.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.277 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.277 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário por término do mesmo, Srtª. SILVIA SCHMANSKI, a partir de 05 de dezembro de 2003.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de dezembro de 2003.

Art. 3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,

09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.276 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.276 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário por término do mesmo, Srtª. MARCELA SELL, a partir de 05 de dezembro de 2003.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de dezembro de 2003.

Art. 3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.275 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.275 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Rescindir o Contrato Temporário por término do mesmo, Srª. RITA MUCHON ZEZOTKO, a partir de 05 de dezembro de 2003.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de dezembro de 2003.

Art. 3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.274 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.274 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso IV e Parágrafo único do Artigo 302; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Contratação da Srtª. ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, para exercer o cargo de Professor substituto, correspondente ao Nível de Vencimento P1 Sub Nível de referência 11, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 15 de novembro de 2003 à 19 de dezembro de 2003, por motivo da titular servidora Maria Angélica Foitte matrícula 000086 ter sido readaptada na função de professora de Artes do Ensino Fundamental pela Portaria nº 2.990 de 03 de fevereiro de 2003.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de novembro de 2003.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.273 de 09 de Dezembro de 2003**

DECRETO Nº 3.273 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso IV e Parágrafo único do Artigo 302; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Contratação da Srtª. MARCELA SELL para exercer o cargo de professor substituto, correspondente ao Nível de Vencimento P1 Sub Nível de referência 11, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 11 de novembro de 2003 à 05 de dezembro de 2003, por motivo do titular servidora Maurene Tereza Cubas encontrar-se em licença de tratamento de saúde.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de novembro de 2003.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.272 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.272 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO  
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso IV e Parágrafo único do Artigo 302; Resolve:

Art.1º) Prorrogar a Contratação temporária da Srtª. RITA ZEZOTKO, para exercer o cargo de Professor, correspondente ao Nível de Vencimento P1, no valor de R\$ 270,54 (duzentos e setenta reais, cinquenta e quatro centavos), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 31 de outubro de 2003 até 05 de dezembro de 2003, por motivo do titular servidora Maurene Tereza Cubas encontrar-se em licença de tratamento de saúde.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2003.

Art. 3º) revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 09/12/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.271 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.271 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Municipal nº 2.820 de 09 de dezembro de 2003; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$17.458,00 (dezessete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
026.782.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.958,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.511.1801.1007 -	Rede Hidráulica Para o Interior	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 8.500,00
TOTAL		R\$ 17.458,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$9.958,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 5.000,00
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.500,00
TOTAL		R\$17.458,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
09 de dezembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em: 09/12/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.270 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.270 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.700 de 18 de dezembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito suplementar no valor de R\$ 2.775,17 (dois mil, setecentos e setenta e cinco reais, dezessete centavos), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.244.1604.2.001 -	Manutenção das Atividades Sociais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 2.775,1700

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.244.1604.2.001 -	Manutenção das Atividades Sociais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.775,1700

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

28 de novembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.269 de 28 de Novembro de 2003**

DECRETO Nº 3.269 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.700 de 18 de dezembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 600,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	

013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal E Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 250,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 350,00

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 28/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.268 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.268 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003  
DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE USO DO  
ESPAÇO CULTURAL SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) O uso das dependências do ESPAÇO CULTURAL SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON é destinado preferencialmente às atividades e eventos da Diretoria Municipal de Cultura, promovidos com a finalidade precípua de atender as disposições da Constituição Federal Brasileira e dos Artigos 155 e 165 da Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Poderá também ser utilizado o Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson em eventos de caráter comunitário ou filantrópico, para a realização de cursos, debates, palestras, seminários, eventos artísticos e culturais de entidades do Município, além de apresentações de trabalhos e outras atividades de seus interesses, respeitadas as disponibilidades existentes e, sempre que a entrada seja franqueada a todos, indistintamente.

Art.3º) Caberá ao Diretor Municipal de Cultura e Desporto, administrar e coordenar o uso das dependências do Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson, dando especial prioridade às atividades artísticas e culturais, não podendo haver discriminações quanto a grupos, tendências ou quaisquer outras particularidades, salvo exceções previstas neste Decreto.

Parágrafo Único - A utilização do Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson, será concedida mediante solicitação prévia de 15 (quinze) dias, não podendo, porém, tal direito ser transferido para terceiros ou adiado para outra data.

Art.4º) O solicitante fica responsável por eventuais danos causados ao Patrimônio Físico, incluindo-se equipamentos fixos e móveis, mediante a assinatura de "Termo de Autorização e Responsabilidade" a ser firmado com a Diretoria Municipal de Cultura e Desporto. Responsabilizando-se o mesmo a reparar todo e qualquer dano eventualmente causado nas instalações durante o período de sua utilização, bem como proceder à limpeza das dependências utilizadas, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento das atividades

Art.5º) Em nenhuma hipótese o Espaço Cultural poderá ser cedido para fins de culto religioso, a Partidos Políticos, Grupos e Organizações que façam proselitismo político partidário, pregação sectária a favor da violência ou contra os princípios que norteiam o Regime Democrático e do Estado de Direito.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 2.917 de 30 de agosto de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE ESPAÇO NO ESPAÇO CULTURAL SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON

Termo de Autorização de Uso de Espaço no Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson, que a Diretoria de Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, com sede na Avenida Dr. Getúlio Vargas nº 620 Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Sr. Odenilson Contrat Ehlke, e de outro lado a Empresa: ..... , inscrita no CNPJ nº ..... , com sede na Rua: ..... , Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr ..... , (cargo do representante), adiante simplesmente de Autorizado, tem entre si justa e contratada a ocupação do bem adiante mencionado, que se regerá pelas disposições do Código Civil Brasileiro, legislação pertinente no que couber e pelas seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento, é a autorização de uso dos espaços dependências e instalações do ESPAÇO CULTURAL SIRLEY MARIA NEUMANN JOHANSON, conforme croquis anexo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - FINALIDADE

O bem ora autorizado, servirá, exclusivamente, para apresentação .....(nome evento), não podendo, de forma alguma ser alterada tal destinação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da Diretoria de Cultura e Desporto.

Parágrafo Único - O autorizado não poderá ceder, transferir, sublocar ou dar em comodato, o bem ou serviço ora autorizado, sem expressa e prévia anuência por escrito da Diretoria de Cultura e Desporto, e caso esta seja dada, o tempo da sub-ocupação, cessão ou empréstimo, não ultrapassará a vigência deste Instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO PARA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização, será para o dia .....(determinado), e, imediatamente após o evento o Autorizado se obriga a restituir os referidos bem e a Diretoria de Cultura e Desporto, nas mesmas condições que o recebeu, obedecendo aos horários operacionais e funcionais estabelecidos entre as partes.

#### CLÁUSULA QUARTA - VALOR

O valor da presente autorização é de R\$ ..... ( ), que deverá ser pago pelo Autorizado, em moeda corrente e legal do País, onde o Departamento de Cultura indicar, até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da realização do evento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO AUTORIZADO

Parágrafo Primeiro - O autorizado se obriga a realizar, nas datas aprazadas, o evento proposto neste instrumento. Se o evento, por qualquer motivo não realizar-se, perderá o Autorizado em favor da Diretoria de Cultura e Desporto os valores pagos, sem direito a qualquer ressarcimento e indenização, seja a que título for.

Parágrafo Segundo - O Autorizado, findo o prazo da autorização, deverá proceder a devolução da área a Diretoria de Cultura e Desporto, totalmente desocupada e limpa, conforme recebeu, mediante vistoria.

Parágrafo Terceiro - O Autorizado se obriga ainda a:

a) Providenciar Alvará junto ao JUÍZADO DE MENORES, pagamento ao Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais, e aos demais órgãos competentes a esfera Federal, Estadual e Municipal de todas as taxas, encargos, licenças e tributos exigidos, bem como, protocolar o evento na Prefeitura Municipal de Campo Alegre - Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para posterior encaminhamento e liberação da Comissão de Segurança - Secretaria de Infra Estrutura Urbana, e apresentar à Fundação as respectivas liberações, obrigatoriamente, até 48 (quarenta e oito) horas úteis antes da realização do evento;

b) Providenciar seguro de responsabilidade civil para o evento;

c) coordenar, controlar e responder pela montagem, conservação e desmontagem das instalações necessárias ao evento;

d) responder pela vigilância e segurança interna das áreas cedidas, devendo adotar medidas preventivas contra incêndio, furto, roubo, depredações e tumultos;

e) manter em permanente funcionamento os serviços de manutenção, conservação e limpeza interna das áreas autorizadas. Deverá ainda, durante a realização do evento, proceder a colocação de cestos de coleta de lixo, em número suficiente para atender as necessidades do

local, com a efetivação da coleta periódica, depositando-o devidamente ensacado, em local determinado pela Diretoria de Cultura e Desporto, que dará destino final ao mesmo. A coleta do lixo produzido durante as fases de montagem e desmontagem do evento, depositado nas lixeiras e containers, será de responsabilidade do Autorizado.

f) responder por todos os dispêndios que envolvem os eventos e suas atividades, propaganda e outros meios de divulgação, administração, relacionamento e obrigações com terceiros;

g) não permitir fumar na platéia e ou no palco, caso em que a responsabilidade por passíveis acidentes será, única e exclusivamente, do Autorizado;

h) Não permitir acesso de pessoas no interior dos Auditórios, portanto qualquer tipo de recipiente não autorizado contendo gêneros alimentícios e bebidas em geral;

i) não permitir acesso de pessoas aos auditórios e arquibancadas, acima da capacidade estabelecida.

j) Cumprir as disposições do Artigo 1º e parágrafo da Lei Estadual nº9.008.

Parágrafo Quarto - Caso a Diretoria de Cultura e Desporto, seja condenada a pagar em juízo ou administrativamente qualquer pecuniária relativa a obrigações trabalhistas, previdenciárias, comerciais ou referentes a direitos autorais ou quaisquer outros direitos em razão do presente instrumento, ficará o Autorizado obrigado a indenizar àquela ação regressiva, o prejuízo oriundo da demanda judicial ou administrativa.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E RESCISÃO

Caso o espaço autorizado não seja desocupado na data ajustada, será aplicado ao Autorizado a multa compensatória diária a título de Cláusula Penal no valor de 40% (quarenta por cento) sobre o valor deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Caso a Diretoria de Cultura e Desporto necessite de áreas autorizadas, e não desocupadas na data aprazada, poderá esta, às suas expensas, proceder a desocupação, imposto do Autorizado o ressarcimento de todas as despesas que, para este fim, se fizerem necessárias.

Parágrafo Segundo - Na hipótese da não realização do evento ou de atraso para o início da realização do mesmo, objeto desta autorização por motivos alheios à vontade da Diretoria, o Autorizado se obriga a divulgar nota explicativa, na qual será expressamente mencionado a isenção de responsabilidade pelo ocorrido por parte da Fundação Municipal de Desporto e Cultura.

Parágrafo Terceiro - O descumprimento pelas partes de qualquer cláusula do presente Instrumento, importará na aplicação automática de multa correspondente a 10 % (dez por cento) do valor total desta autorização, sem prejuízo das partes e danos a serem apurados judicialmente.

Parágrafo Quarto - O Autorizado somente poderá fazer uso das áreas especificadas no Termo de Responsabilidade, cujos limites se obriga e fielmente respeitar.

Parágrafo Quinto - Todas as empresas a prestarem serviços nas dependências do Espaço Cultural: zeladoria, segurança, som, montagem, decoração, prestação de serviços em geral, inclusive o Promotor do Evento, deverão obrigatoriamente estarem habilitadas.

Parágrafo Sexto - Não será permitido a veiculação de material publicitário nos espaços externos às áreas cedidas.

Parágrafo Sétimo - O Autorizado disporá de técnicos de palco, não podendo permitir que estes serviços sejam executados por profissionais não habilitados.

Parágrafo Oitavo - O Autorizado, mediante prévio anuência do Departamento de Cultura, em locais por ela estabelecidos, poderá proceder a fixação de materiais promocionais de seu evento no Espaço Cultural Sirley Maria Neumann Johanson, nas áreas cedidas, devendo, no término do evento, proceder a retirada do material, sob pena do serviço ser executado por terceiros a serviço da Diretoria Municipal de Cultura e Desporto, impondo ao Autorizado o ressarcimento das despesas que para este fim se fizerem necessárias.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - FORO

Para dirimir questões decorrentes desta Autorização, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Campo Alegre "SC", ..... de ..... de 20....

ODENILSON CONTRAT EHLKE

Diretor de Cultura e Desporto

Nome do Autorizado(a)

**PREGÃO 99/2014**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 99/2014

MODALIDADE PREGÃO (presencial)

A licitação tem como objeto a contratação de seguro para os veículos de transporte escolar (ônibus) da Secretaria Municipal de Educação, com vigência de 12 meses, conforme relação abaixo:

LOTE 01				
IT	QT	UN	Descrição	Valor Total Estimado
01	01	SER	Seguro para veículo Volkswagen 15.190 EOD E, ano/modelo: 2012/2013, placa: MMF5143, diesel, chassi: 9532E82W3DR319156, capacidade total: 60 passageiros.	R\$ 1068,06
02	01	SER	Seguro para veículo Iveco CITYCLASS 70C17, ano/modelo: 2012/2013, placa: MLP 1923, diesel, chassi: 93ZL68C01D8446652, capacidade total: 29 passageiros.	R\$ 806,62
03	01	SER	Seguro para veículo Volkswagen 15.190 EOD E, ano/modelo: 2012/2013, placa: MLE 9742, diesel, chassi: 9532E82W1DR310004, capacidade total: 48 passageiros.	R\$ 966,88
04	01	SER	Seguro para veículo Volkswagen 15.190 EOD E, ano/modelo: 2012/2013, placa: MKC 9114, diesel, chassi: 9532E82W2CR252130, capacidade total: 60 passageiros.	R\$ 1068,06
05	01	SER	Seguro para veículo Volkswagen 15.190 EOD E, ano/modelo: 2012/2013, placa: MKD1456, diesel, chassi: 9535E82W1CR254600, capacidade total: 48 passageiros.	R\$ 966,88
06	01	SER	Seguro para veículo Volkswagen 15.190 EOD E, ano/modelo: 2012/2013, placa: MKD1396, diesel, chassi: 9532E82W5CR248296, capacidade total: 48 passageiros.	R\$ 966,88
07	01	SER	Seguro para veículo Iveco CITYCLASS 70C17, ano 2012/2013, placa: MKW5486, diesel, chassi: 93ZL68C01D8442748, capacidade total: 29 passageiros.	R\$ 806,62
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 01				R\$ 6.650,00

Compreendendo as seguintes coberturas para cada veículo:

Coberturas	Importância mínima a ser segurada
Danos Materiais e Danos Corporais Transportados.	R\$ 50.000,00
Danos Materiais Não Transportados.	R\$ 50.000,00
Danos Corporais Não Transportados.	R\$ 50.000,00
Morte Acidental por passageiro	R\$ 30.000,00
Despesas Médico-Hospitalares (DMH) por passageiro.	R\$ 7.000,00

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 27/10/2014, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 09 horas e 45 minutos, do dia 27/10/2014, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação; Projeto: 2.014 - Transporte Escolar; Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Recurso: 830 FNDE - Programa Caminhos da Escola - (código reduzido: 398)

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 99/2014".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 14 de outubro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

**Decreto Nº 3.267 de 27 de Novembro de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.267 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO NATALINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizado conforme acordo celebrado pela Câmara de Dirigentes Lojistas, e o Sindicato do Comércio Varejista e o Sindicato dos Empregadores no Comércio de São Bento do Sul e Campo Alegre, conforme cláusula 1ª do Acordo Coletivo de Trabalho Horário Natalino - 2003 firmado entre as partes em data de 25 de novembro de 2003, o seguinte Horário Natalino para o mês de Dezembro de 2003 e Janeiro de 2004, em nosso Município:

MÊS DE DEZEMBRO DE 2003 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
Dias	Semana	Horário	Horário
01	Segunda-feira	Normal	Normal
02	Terça-feira	Normal	Normal
03	Quarta-feira	Normal	Normal
04	Quinta-feira	Normal	Normal
05	Sexta-feira	Normal	Normal
06	Sábado	Até às 15:00 horas	Até às 15:00 horas
07	Domingo	Fechado	Normal
08	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
09	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
10	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
11	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
12	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
13	Sábado	Até às 15:00 horas	Até às 15:00 horas
14	Domingo	09:00 às 12:00 horas	09:00 às 12:00 horas
15	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
16	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
17	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
18	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
19	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
20	Sábado	Até às 15:00 horas	Até às 15:00 horas
21	Domingo	09:00 às 12:00 horas	09:00 às 12:00 horas
22	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
23	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
24	Quarta-feira	Até às 13:30 horas	Até às 15:00 horas
25	Quinta-feira	NATAL - Fechado	NATAL - Fechado
26	Sexta-feira	Fechado	Fechado
27	Sábado	Normal	Normal
28	Domingo	Fechado	Normal
29	Segunda-feira	Normal	Normal
30	Terça-feira	Normal	Normal
31	Quarta-feira	Até às 13:00 horas	Até às 13:00 horas
MÊS DE JANEIRO DE 2004 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
01	Quinta-feira	ANO NOVO - Fechado	ANO NOVO - Fechado
02	Sexta-feira	Início às 13:30 horas	Normal
03	Sábado	Normal	Normal

Parágrafo único: passa fazer parte integrante deste Decreto o Acordo Coletivo de Trabalho Horário Natalino - 2003 citado no caput deste Artigo.

Art.2º) Os horários previstos na Cláusula 1ª, correspondem ao horário MÁXIMO estabelecido pelas entidades sindicais, ficando a critério dos empregados o cumprimento total ou parcial deste horário, sendo permitido o cumprimento de horário inferior ao estabelecido.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de novembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### CÓPIA DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO HORÁRIO NATALINO - 2003

Termos de Acordo Coletivo de Prorrogação e Compensação de Horário de Trabalho referente ao período natalino do ano de 2003, que entre si celebra, o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO BENTO DO SUL, entidade sindical representativa da categoria profissional dos empregados no comércio e o SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SÃO BENTO DO SAUL, entidade sindical representativa da categoria econômica do comércio, ambos com base territorial nos municípios de São Bento do Sul e Campo Alegre, e a CDL - CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS de Campo Alegre, firmam o presente Acordo Coletivo de Trabalho estabelecendo o horário de trabalho, prorrogação e compensação, do comércio de CAMPO ALEGRE, durante o período natalino de 2003, respeitando-se as seguintes cláusulas.

#### CLÁUSULA 1ª - HORÁRIO DE TRABALHO CAMPO ALEGRE

MÊS DE DEZEMBRO DE 2003 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
Dias	Semana	Horário	Horário
01	Segunda-feira	Normal	Normal
02	Terça-feira	Normal	Normal
03	Quarta-feira	Normal	Normal
04	Quinta-feira	Normal	Normal
05	Sexta-feira	Normal	Normal
06	Sábado	Até às 15:00 horas	Até às 15:00 horas
07	Domingo	Fechado	Normal
08	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
09	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
10	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
11	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
12	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
13	Sábado	Até às 15:00 horas	Até às 15:00 horas
14	Domingo	09:00 às 12:00 horas	09:00 às 12:00 horas
15	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
16	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
17	Quarta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
18	Quinta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
19	Sexta-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
20	Sábado	Até às 15:00 horas	Até às 15:00 horas
21	Domingo	09:00 às 12:00 horas	09:00 às 12:00 horas
22	Segunda-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
23	Terça-feira	Até às 20:00 horas	Até às 20:00 horas
24	Quarta-feira	Até às 13:30 horas	Até às 15:00 horas
25	Quinta-feira	NATAL - Fechado	NATAL - Fechado
26	Sexta-feira	Fechado	Fechado
27	Sábado	Normal	Normal
28	Domingo	Fechado	Normal
29	Segunda-feira	Normal	Normal
30	Terça-feira	Normal	Normal
31	Quarta-feira	Até às 13:00 horas	Até às 13:00 horas
MÊS DE JANEIRO DE 2004 LOJAS EM GERAL SUPERMERCADOS			
01	Quinta-feira	ANO NOVO - Fechado	ANO NOVO - Fechado
02	Sexta-feira	Início às 13:30 horas	Normal
03	Sábado	Normal	Normal

#### CLÁUSULA 2ª - HORÁRIO MÁXIMO

Os horários previstos na Cláusula 1ª, correspondem ao horário MÁXIMO estabelecido pelas entidades sindicais, ficando a critério dos empregados o cumprimento total ou parcial deste horário, sendo permitido o cumprimento de horário inferior ao estabelecido.

Parágrafo Único - As horas extraordinárias somente serão devidas quanto efetivamente prestadas pelos empregados, podendo os empregadores estabelecerem "turnos" de trabalho de modo a respeitar a jornada normal diária, ou ainda cumprir horário inferior ao Máximo estabelecido, não incidindo em jornada suplementar.

**CLÁUSULA 3ª - BANCO DE HORAS**

A jornada extraordinária prestada na forma da Cláusula 1ª, poderá ser compensada por folgas concedidas em outras datas, ou ainda incluída no Banco de Horas, desde que solicitadas por escrito pelo empregado.

**CLÁUSULA 4ª - LIBERAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS**

Na hipótese dos funcionários cumprirem na totalidade os horários previstos na Cláusula 1ª, deverão os empregados, em um dia do período previsto, com exceção dos sábados e domingos, liberar o empregado após o horário normal de expediente, possibilitando a este efetuar suas compras de natal.

**CLÁUSULA 5ª - INTERVALO PARA LANCHE**

O intervalo para almoço aos sábados e domingos será de 00:30 hrs. (trinta minutos), quando o horário de encerramento ultrapassar às 13:00 hrs, e nos dias da semana de 00:15 hrs. (quinze minutos) para o lanche na parte da noite, quando o horário de encerramento ultrapassar às 19:00 hrs para as lojas e 20:00 hrs para os supermercados.

**CLÁUSULA 6ª - FORNECIMENTO DE LANCHE E ALMOÇO**

O empregador fornecerá obrigatoriamente e gratuitamente um lanche correspondente a um "cheese-salada" e um refrigerante, ou em valor equivalente, nos dias 08 a 12, 15 a 19, 22 e 23 de dezembro para as lojas; e nos sábados dias 06/12, 13/12 e 20/12, um almoço sortido e um refrigerante, quando houver a prestação de horas extras, devidamente em local apropriado para o mesmo.

**CLÁUSULA 7ª - HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

As horas extraordinárias ficam estabelecidas com o valor de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal, abrangendo também os comissionistas.

§ 1º - As horas extraordinárias prestadas nos domingos serão remuneradas com o valor de 100% (cem por cento) sobre a hora normal, abrangendo também os comissionistas, não se aplicando a Cláusula 08 e seus parágrafos da CCT 2003/2004, dispensando-se a concessão da fruição do descanso semanal remunerado.

§ 2º - A jornada de trabalho prestadas no domingo dia 14/12/03 ou 21/12/03, conforme a efetiva prestação de trabalho pelos empregados, não será remunerada, e em contrapartida, o descanso semanal remunerado será usufruído nos dias 31/12/2003 à tarde, e 02/01/2004 pela manhã, compensando-se as jornadas.

**CLÁUSULA 8ª - PAGAMENTO DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

O pagamento das horas extraordinárias será efetuado em folha de pagamento, especificando a quantia de horas, valor unitário e total.

**CLÁUSULA 9ª - EMPREGADO ESTUDANTE**

Ao empregado estudante fica garantido a dispensa para a participação de aulas e prestação de exames finais desde que comprovados com 48 horas de antecedência.

**CLÁUSULA 10ª - FISCALIZAÇÃO**

Fica livre o acesso dos dirigentes sindicais em todos os estabelecimentos comerciais para fiscalização do presente acordo.

**CLÁUSULA 11ª - APLICAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS**

As divergências que ocorrerem na aplicação do presente acordo serão dirimidas pelos Sindicatos signatários.

**CLÁUSULA 12ª - MULTA E PENALIDADE**

Pelo não cumprimento das cláusulas pactuadas no presente acordo fica estabelecida a multa no valor de 01 (um) salário mínimo vigente no mês de dezembro de 2003, por infração cometida, a qual reverterá em favor da entidade sindical.

& 1º - A extrapolação do horário previsto na Cláusula Primeira, em 00:15 (quinze minutos) diários, e em 00:30 (trinta minutos) nos dias 21 e 24/12, após fechamento do estabelecimento, não caracterizará o descumprimento da Cláusula 1ª, não ensejando a multa acima prevista.

& 2º - o § 2º da Cláusula 30 da CCT 2003/2004 não se aplica ao presente Acordo Natalino.

**CLÁUSULA 13ª - VIGÊNCIA**

O presente acordo terá duração de 05/12/2003 até 03/01/2004.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente acordo, em quatro vias, com igual teor e único efeito.



São Bento do Sul, 25 de novembro de 2003.  
HERTON SCHERER  
Sindicato do Comércio Varejista de São Bento do Sul

PEDRO AMANCIO MACHADO  
Sindicato dos Empregados no Comércio de São Bento do Sul

LUZIA MUNHOZ  
CDL Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Alegre

### **Decreto Nº 3.266 de 25 de Novembro de 2003**

DECRETO Nº 3.266 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.700 de 18 de dezembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 1.200,0000

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 1.200,0000

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.265 de 25 de Novembro de 2003**

DECRETO Nº 3.265 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução de nº 05 de 19 de novembro de 2003, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
25 de novembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/11/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.264 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.264 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.700 de 18 de dezembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no Orçamento Vigente na Secretaria Municipal de Saúde E Bem Estar Social no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais), para reforçar a seguinte Dotação Orçamentária:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 700,00

Art.2º) Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 700,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 25/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 3.263 de 25 de Novembro de 2003

DECRETO Nº 3.263 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.811 de 25 de novembro de 2003; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 11.260,00 (onze mil, duzentos e sessenta reais), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.710,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.450,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 6.500,00
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.050,00
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 550,00
TOTAL		R\$ 11.260,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.700,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 800,00
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 160,00
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 5.500,00
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 100,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
TOTAL		R\$ 11.260,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 25/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.262 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.262 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº. 2.810 de 25 de novembro de 2003; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 22.124,49 (vinte e dois mil, cento e vinte quatro reais, quarenta e nove centavos), afim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1402.2015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 840,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 10.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 11.284,49
TOTAL		R\$ 22.124,49

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.011 -	Manutenção do Transporte Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 15.797,20
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 840,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.487,29
TOTAL		R\$22.124,49

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 25/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.261 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.261 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº. 2.809 de 25 de novembro de 2003; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), afim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 15.000,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

90.00 -	Reserva de Contingência	
90.99 -	Reserva de Contingência	
099.999.9999.2.999 -	Reserva de Contingência	
900000.00 -	Reserva de Contingência	
990000.00 -	Reserva de Contingência	
999900.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 15.000,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
25 de novembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 25/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.260 de 21 de Novembro de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.260 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL A ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a alteração prevista na Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978, considerando de interesse público,

DECRETA:

Art.1º) Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável a área de terra medindo 36.215,76m² (trinta e seis mil, duzentos e quinze metros e setenta e seis decímetros quadrados), correspondente à fração ideal do imóvel descrito na escritura Pública de Compra e Venda, registrada no Livro nº 76, folha nº 03 do Cartório de Registro Civil de Campo Alegre-SC e registrada sob nº R-2-16.044, no livro 2 e lançado nos livros 4 e 5 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul- Sc, localizado na Estrada Boa Vista, de propriedade de ILVA MARIA RUDNICK, SANDRO CARLOS RUDNICK E SANDRA TEREZINHA RUDNICK, avaliada em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) A área descrita no Artigo anterior destina-se à construção de habitações populares, conforme disposto na Lei Municipal nº 2.805 de 18 de novembro de 2003.

Art.3º) A expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto, alegando urgência, poderá proceder a prévia imissão na posse, de conformidade com o Artigo 15 do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1.956.

Art.4º) As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias existentes.

Art. 5º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/11/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.259 de 18 de Novembro de 2003**

DECRETO Nº 3.259 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.807 de 18 de novembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 1.500,00 (um mil reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

0800 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.  
0802 - Serviço de Transporte e Frota.  
026.782.1801.2027 - Reforma e Manutenção de Veículos.

300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.500,00

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no artigo anterior será por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	



449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$1.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de novembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 18/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.258 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.258 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Municipal nº 2.806 de 18 de novembro de 2003; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais), afim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 140,00
027.812.1414.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 210,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
015.452.1801.2.027 -	Reforma e Manutenção de Veículos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00
TOTAL		R\$ 5.350,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Outras Despesas Correntes	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319014.00 -	Diárias Civil	R\$ 140,00
027.812.1414.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias Pessoal Civil	R\$ 210,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$5.000,00
TOTAL		R\$ 5.350,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº. 2.416 em, 18/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.257 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.257 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso IV; Resolve:

Art.1º) Contratar a Srtª. SILVIA SCHMANSKI, para exercer o cargo de professor substituto, correspondente ao Nível de Vencimento P1 Sub Nível de referência 11-A, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 14 de novembro de 2003 a 07 de novembro de 2003, por motivo do titular encontrar-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
14 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.256 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.256 DE 14 DE NOVEMBRO 2003.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIO  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº013 de 06 de março de 2003, conforme estabelece seu Art. 9º; Resolve:

Art.1º) Admitir para fins de estágio o estudante RODRIGO JOSÉ GONÇALVES, regularmente matriculado no Curso TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, na Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências Tecnológicas - CCT),Cursando a 1ª Fase.

Art.2º) O estudante será lotado na Secretaria Municipal de Administração, com carga horária de 08 (zero oito) horas diárias, percebendo o valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) mensais á título Bolsa Estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 013/2003, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no artigo anterior.

Art.3º) O estágio terá a duração de 12 meses, iniciando em 14 de novembro de 2003, com término em 14 de novembro de 2004.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.255 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.255 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2003.

INSTITUI O CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no §1º do Art. 97 da Lei Complementar Municipal n.º 006/2002; DECRETA:

Art.1º) Fica instituído o CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL, em observância ao §1º do Art. 97 da Lei Complementar Municipal n.º 006/2002.

Art.2º) Ficam nomeados os seguintes Servidores Municipais: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE - Diretora Executiva do IPRE-CAL, SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS - Chefe do Serviço de Ensino Infantil, MARIA MAURENE O. MAY - Chefe do Serviço de Ensino Fundamental, ROSANA EMÍLIA GREIPEL, Chefe de Assistência à Saúde, SIRLONE DE SOUZA - Técnico de Enfermagem, MANUEL VIEIRA PISKE - Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico, JEFFERSON JEAN DUVOISIN - Técnico em Nível Médio. Servidor da Câmara Municipal de Vereadores: MARCOS ROBERTO SCHOLZE - Técnico Contábil, para, sob presidência da primeira, comporem o Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Os servidores ora designados deverão, em caráter consultivo, colher subsídios e formular sugestões que orientem a política de remuneração, relativa à revisão salarial anual para o exercício de 2004, dos servidores públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) O Conselho fica instituído provisoriamente, apenas para desenvolver as atividades descritas no Artigo anterior deste Decreto.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 18/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

## ATA CIRCUNSTANCIADA

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e três, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, reuniram-se, 10:00hs (dez horas), em sessão pública, o conselho de Política de Administração e remuneração de Pessoal, formado por Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, Sirley Drancka de Souza Freitas, Maria Maurene May, Rosana Emília Greipel, Manuel Vieira Piske, Gilson Omar Brunquell, Marcos Roberto Scholze, Sirlone de Souza, contando com a presença do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul e região, representado por sua Presidente, Sra. Mári Iolanda Kohlbeck Hastreiter, abaixo assinados, integrantes do Conselho de Política da Administração e Remuneração de Pessoal do Município de Campo Alegre-SC, para procederem a elaboração de proposta de revisão salarial, para o exercício financeiro de 2003. Na elaboração da proposta foram consignadas pelos membros do conselho as seguintes razões: Sabe-se que a inflação é crescente nos últimos quatro meses, totalizando mais de 10% (dez por cento). Ressalte-se também da inexistência de um índice pré-fixado para servir de base à revisão salarial. Para chegar ao índice proposto pelo Conselho, fica estabelecida, a média dos índices IPCA, INPC, IGPM e o IGP-D, anotados no período de janeiro de 2002 à janeiro de 2003, ficando em 21,87% (vinte um vg oitenta e sete por cento). Levando-se em conta também a defasagem salarial do funcionalismo público de Campo Alegre-SC, apurado de março de 2001 à janeiro de 2003, que acumulou o percentual de 22,70% (vinte e dois vg setenta por cento), conforme o INPC do mesmo período, já deduzidas as reposições anteriores, nos anos mencionados. O Conselho, no intuito de reduzir a perda real do poder aquisitivo no salário dos servidores públicos, sugere o índice de revisão geral anual, no percentual de 22,28% (vinte e dois vg vinte e oito por cento) o qual trata da média dos percentuais acima expostos e justificados. Concluído a presente sessão, o Conselho decidiu oficial o Poder Executivo do percentual definido, solicitando apresentação de contra-proposta fundamentada números reais do município, caso não seja adotado pela mesma o índice de 22,28% (vinte e dois vg vinte e oito por cento). Não havendo nada mais a tratar, encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

Marlene de Fátima P. M. Foitte Sirley Drancka de Souza Freitas

Maria Maurene May Rosana Emília Greipel

Manuel Vieira Piske Jéferson Jean Duvoisin

Marcos Roberto Scholze Sirlone de Souza

Mári Iolanda K. Hastreiter

## CONSELHO DE POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

Sr. Prefeito,

O Conselho de Política da Administração e remuneração de Pessoal do Município de Campo Alegre-SC, em sessão pública realizada no dia 20 de fevereiro de 2003, resolveu adotar o índice de 22,28% para reposição salarial dos servidores públicos Municipais de Campo Alegre-SC, conforme razões consignadas na Ata em anexo.

Caso não seja possível a adoção do mencionado índice, solicitamos a apresentação de contra-proposta fundamentada, afim de promovermos negociação.

Atenciosamente,

Campo Alegre, 20 de fevereiro de 2003.  
Marlene de Fátima P. M. Foitte  
Presidente do Conselho

Ao  
Exmo. Sr. RENATO BAHR  
DD. Prefeito Municipal de Campo Alegre-SC  
Nesta

Ofício n.º 071/2003 - GAPRE

Campo Alegre "SC", 24 de fevereiro de 2002.

Assunto: Responde seu ofício expedido em 20 de fevereiro de 2003

Prezada Presidente,

Sirvo-me do presente, para em resposta ao seu ofício, fazer as seguintes considerações:

1.A reposição salarial conferida aos servidores públicos municipais em fevereiro de 2002, considerou o período de janeiro à dezembro de 2001. Mantendo a mesma posição, a reposição conferida neste ano, também deverá levar em conta o período de janeiro à dezembro, do ano de 2002;

2. Observa-se que no cálculo levado a efeito pelo conselho, foram utilizados os seguintes índices: IGP-M, IPCA, INPC e IGPD-I. Entretanto, em pesquisa realizada pela administração, inclusive no IBGE, constatou-se que o IGP-M e o IGPD-I, por sua composição, não são índices indicados para a indexação salarial, ficando totalmente fora da realidade sua utilização na revisão geral anual do salário dos servidores;

3. Dentre as sugestões apontadas pelo conselho, a administração municipal entendeu como mais correto a adoção do INPC, eis que o índice foi criado especificamente para reajustar o salário dos trabalhadores;

4. Frise-se que o INPC de 2001 acumulado foi de 9,44% e o reajuste concedido pela administração pública para reposição do mesmo período foi de 9,92%;

5. Consta-se que o INPC acumulado no período de janeiro à dezembro de 2002, foi de 14,74%;

Considerando-se todo o exposto acima, conclui a administração ser medida justa e responsável frente aos preceitos legais da responsabilidade fiscal, conceder o a revisão geral anual do salário dos servidores públicos e agentes políticos com base na variação do INPC, reajustando os salários e subsídios em 14,74%.

Sendo o que tínhamos para o momento, apresentamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

À  
Ilma Sr<sup>a</sup>. MARLENE DE FÁTIMA P. M. FOITTE  
DD. Presidente do Conselho de Política da administração e Remuneração de Pessoal do Município de Campo Alegre /SC  
Nesta

### **Decreto Nº 3.254 de 11 de Novembro de 2003**

DECRETO Nº 3.254 DE 11 DE NOVEMBRO 2003.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº013 de 06 de março de 2003, conforme estabelece seu Art. 9º; Resolve:

Art.1º) Admitir para fins de estágio a estudante LUCIANE FUCKNER WALTMANN, regularmente matriculada no Curso PEDAGOGIA Modalidade à Distância - da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), cursando o 2º Ano.

Art.2º) A estudante será lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 08 (zero oito) horas diárias, percebendo o valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) mensais a título Bolsa Estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 013/2003, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no artigo anterior.

Art.3º) O estágio terá a duração de 12 meses, iniciando em 10 de novembro de 2003, com término em 10 de novembro de 2004.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de novembro de 2003.

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em 11/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.253 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.253 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.803 de 11 de novembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.511.1801.1.007 -	Rede Hidráulica Para Interior	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicação Direta	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1.000,00
	TOTAL	R\$ 6.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1703.1.006 -	Implantação do Aterro Sanitário	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicação Direta	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 6.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 11/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.252 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.252 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCEDIMENTO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2003 e 009/2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; e Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso IV Parágrafo IV; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para integrarem a Comissão de Avaliação do Procedimento Seletivo Simplificado do Edital nº 007/2003;

- JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO;
- MARIA MAURENE MAY;



- ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE  
- LILIAN TEREZINHA BARTSCH

Art.2º) A Comissão citada no Art.1º deste Decreto, deverá apresentar relatório da respectiva avaliação, para conhecimento e análise do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 07 de novembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 07/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.251 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.251 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Municipal nº 2.801 de 06 de novembro de 2003; Resolve :

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.02 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
009.272.1022.2.002 -	Amparo aos Inativos e Pensionistas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 8.100,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev.Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.02 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
009.272.1022.2.002 -	Amparo aos Inativos e Pensionistas	
900000.00 -	Reserva de Contingência	
990000.00 -	Reserva de Contingência	
999000.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 8.100,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de novembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 06/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.250 de 06 de Novembro de 2003**

DECRETO Nº 3.250 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.800 de 06 de novembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
009.272.1021.2.001 -	Funcionamento e Manutenção do IPRECAL	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
009.272.1021.2.001 -	Funcionamento e Manutenção do IPRECAL	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339035.00 -	Serviços de Consultoria	R\$ 500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 06/11/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.249 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.249 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR  
E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 90 e 91; Resolve:

Art.1º) Exonerar, a pedido, do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, a Servidora - MARIA ELIZABETH AMARAL DE SOUZA LIMA, matrícula nº 0263, declarando vacância do cargo Psicólogo ocupado pela mesma, a partir desta data.

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 06 de novembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 06/11/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.248 DE 30 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.248 DE 30 DE OUTUBRO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.797; Resolve :

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.244.1604.2.001 -	Manutenção das Atividades Sociais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.500,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

15.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
15.15 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
008.244.1604.2.001 -	Manutenção das Atividades Sociais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.500,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de outubro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 30/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.247 DE 28 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.247 DE 28 DE OUTUBRO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 102.666,70 (cento e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.06 -	Serviço de Manutenção do Salário Educação	
012.361.1408.2.017 -	Ações Voltadas ao Ensino Fundamental	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	

449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 5.702,08
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 52.837,12
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 24.100,00
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.243.1409.2.020 -	Conselho Tutelar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 460,00
008.244.1409.2.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 1.230,00
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 2.600,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 11.067,50
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 2.670,00
015.452.1801.2.026 -	Conservação de Logradouros Públicos	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
TOTAL		R\$ 102.666,70

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

90.00 -	Reserva de Contingência	
90.99 -	Reserva de Contingência	
099.999.9999.2.999 -	Reserva de Contingência	
900000.00 -	Reserva de Contingência	
990000.00 -	Reserva de Contingência	
999900.00 -	Reserva de Contingência	
999999.00 -	Reserva de Contingência	R\$ 102.666,70

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

28 de outubro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 28/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.245 DE 28 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.245 DE 28 DE OUTUBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.794 de 28 de outubro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 25.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de outubro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 28/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.244 DE 24 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.244 DE 24 DE OUTUBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 95,22 (noventa e cinco reais e vinte e dois centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
009.272.1021.2.001 -	Funcionamento e Manutenção do IPRECAL	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 50,00
20.02 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
009.272.1022.2.002 -	Amparo aos Inativos e Pensionistas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 45,22
TOTAL		R\$ 95,22

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

20.00 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
20.01 -	Divisão de Manutenção do IPRECAL	
009.272.1021.2.001 -	Funcionamento e Manutenção do IPRECAL	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339035.00 -	Serviços de Consultoria	R\$ 50,00
20.02 -	IPRECAL - Inst de Prev Social dos Func Pub Mun de Campo Alegre	
009.272.1022.2.002 -	Amparo aos Inativos e Pensionistas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319003.00 -	Pensões	R\$ 45,22
TOTAL		R\$ 95,22

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

24 de outubro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 24/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.243 DE 22 DE OUTUBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.243 DE 22 DE OUTUBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.790 de 22 de outubro de 2003; Resolve:

Art. 1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.187,16 (oito mil, cento e oitenta e sete reais e dezesseis centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00 -	Contribuições	R\$ 1.350,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré-Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 376,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência à Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	



319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 6.461,16
TOTAL		R\$ 8.187,16

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.350,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré-Escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 376,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social	
008.244.1409.2.019 -	Manutenção da Assistência Social	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 6.361,16
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 100,00
TOTAL		R\$ 8.187,16

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de outubro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 22/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.242 DE 22 DE OUTUBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.242 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003.

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER INTEGRAL, E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DO SERVIDOR EFRAIM PISKE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; RESOLVE:

Art.1º) Aposentar, por invalidez, conforme dispõe os Artigos 26 e 27 da Lei Municipal nº 2.537, o servidor EFRAIM PISKE, detentor da matrícula funcional nº 242900 ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.2º) Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, nos termos do Artigo 28, da Lei Municipal nº 2.537, perfazendo o montante bruto de R\$ 599,00 (quinhentos e noventa e nove reais), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art.3º) Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso V do Artigo 90, da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Art. 4º) Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de outubro de 2003.

RENATO BAHR Prefeito Municipal		MARLENE F. PESSOA MACHADO FOITTE Diretora Executiva do Iprecal
-----------------------------------	--	---

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/10/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.241 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.241 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Nomear o Servidor Público Municipal a Sr. ERWIN FRANZ GATTRINGER FILHO, Médico II, Matrícula nº 000423 para exercer a função de Confiança; Chefe do Controle de Autorização de Internação Hospitalar, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto do Servidor Público Municipal, percebendo o valor pecuniário de R\$250,00 (Duzentos e cinquenta reais) mensal, código nº 11, da Função Gratificada: FG-2, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, a partir de 13 de junho de 2003.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de junho de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de outubro de 2002.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/10/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.240 de 20 de Outubro de 2003**

DECRETO Nº 3.240 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003.  
DISPÕE SÔBRE A CRIAÇÃO DE SÉRIES FINAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Ficam criadas as Séries Finais nas Escolas de Educação Básica da Rede Pública Municipal de Ensino de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único: As séries finais de que trata o caput do Artigo 1º desse Decreto, serão implantadas de forma gradativa, a iniciar pela 5ª (quinta) Série no ano letivo de 2004, na Escola Municipal de Educação Básica "PAULO FICKNER", situada na localidade de Bateias de Cima neste Município.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de outubro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 20/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Gabinete

**DECRETO Nº 3.239 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.239 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003.

REVOGA O DECRETO Nº 2.938 DE 01 DE OUTUBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 2.938 de 01 de outubro de 2002, em virtude do Servidor ERWIN FRANZ GATTRINGER FILHO, matrícula nº 287, ter solicitado exoneração do Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal no cargo de Médico Clínico Geral, de cargos em Regime de Extinção, conforme Portaria nº 3.207 de 12 de junho de 2003.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de junho de 2003.

Art. 3º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
20 de outubro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 20/10/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.238 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.238 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 3º e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.782 de 17 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Nomear membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano, do Município de Campo Alegre/SC, que fica assim constituído:

I - GOVERNAMENTAL:

\* Representante da Secretaria Municipal de Planejamento Transportes e Obras:

Titular: LAÉRCIO TELLES  
Suplente: ACÁCIO ANDERSON DROSCZAKA

\* Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNQUELL  
Suplente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA

\* Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Suplente: ELEONORA BAHR PESSÔA

\* Representante da Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: AURIENE ROEPKE  
Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALÊNCIO

\* Representante da Câmara Municipal de Vereadores:

Titular: LEONICE ROSÁRIO DA CRUZ  
Suplente: REGINA CÉLIA GROSSL

Titular: VILMAR GROSSKOPF  
Suplente: OLÍVIO ODIA

II - NÃO GOVERNAMENTAL:

\* Representante da ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre:

Titular: REINALDO BAECHTOLD FILHO  
Suplente: ROGÉRIO NELSON TREML

\* Representantes do Comércio através do CDL:

Titular: ROBERTO BAECHTOLD.  
Suplente: GILBERTO HÉLIO PÉTRIS.

\* Representantes do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo um da Agricultura e outro do Meio Ambiente:

Titular: DONALDO DE SOUZA FREITAS.  
Suplente: WOLFRAN BAHR.

Titular: LUIZ TADEU MUNHOZ.  
Suplente: RUFINO TELMA.

\* Representante da Cooperativa de Produtores de Erva-Mate:

Titular: HILDEBERTO BAHR  
Suplente: ALTAMIRO FARIAS MUNHOZ

\* Representante do Turismo através do COMTUR:

Titular: WALTER HORST PONIEWAS.  
Suplente: ELIZABETH KESTERING.

\* Representantes das Diversas Associações de Moradores do Município:

Titular: MANUEL PEDRO CUBAS  
Suplente: EDINÉA KNIETCHER

Titular: MARIA DONIZETE BINNER  
Suplente: ANA PAULA FELICIANO

Titular: JOSÉ BANGHUCK  
Suplente: JOSÉ RAMOS

Titular: ROSELI RODACKI BAPTISTA  
Suplente: MARLI INÊS FROEHNER

\* Representante dos Profissionais Liberais:

Titular: VALÉRIO A. BRUNELLO  
Suplente: ANTONIO VLADMIR SCHEFFER

\* Representante dos Artesãos, através da Associação Mãos do Campo.:

Titular: OTTO SCHUMACHER  
Suplente: SILVANA PAULI MINIKOWSKI

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de outubro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 20/10/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.237 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.237 DE 20 DE OUTUBRO DE 2003.

INSTITUI A COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; DECRETA:

Art.1º) Fica instituída a Comissão de Transporte Escolar do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Comissão será integrada pelos seguintes munícipes, que atuarão nos seguintes cargos, da seguinte forma:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO:

a) Marli de Fátima Z. Dreveck - Presidente.

b) Maria Maurene O. May - Secretária.

REPRESENTANTE PROFESSORES REDE MUNICIPAL, ESTADUAL DE ENSINO:

c) Margarida do Rocio dos Santos.

d) Maria Inês Farias dos Santos.

REPRESENTANTE DOS PAIS DE ALUNOS, DISTRITO DE BATEIAS DE BAIXO, FRAGOSOS E SEDE DO MUNICÍPIO:

e) Silvanir Alves de Lima Radol.

f) Nelson Luis Piske.

g) Carlos Alberto Martins.

REPRESENTANTE DOS ALUNOS

h) Alessandra Bueno.

REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

i) Pierre Andrade dos Santos.

Art.3º) A comissão terá as seguintes atribuições:

a) Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no CONTRATO DE UTILIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO;

b) Receber e analisar eventuais denúncias e reclamações realizadas pela Fiscal do Transporte Escolar - Srª. ROSE MARI CUBAS, usuários, pais de alunos e demais munícipes;

c) Apurar a veracidade do teor das denúncias e reclamações, ouvindo as partes envolvidas e analisando eventuais provas;

d) Emitir parecer conclusivo acerca da penalidade a ser aplicada;

Parágrafo único - Após a realização das etapas descritas nas alíneas "a" e "b" deste artigo, deverá ser concedida o contraditório e a ampla defesa ao autor do fato.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

20 de outubro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 20/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.235 DE 13 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.235 DE 13 DE OUTUBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso IV; Resolve:

Art.1º) Contratar a Srtª. MARCELA SELL para exercer o cargo de professor substituto, correspondente ao Nível de Vencimento P1 Sub Nível de referência 11, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 13 de outubro de 2003 à 11 de novembro de 2003, por motivo do titular encontrar-se em licença prêmio..

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
13 de outubro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 13/10/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.234 DE 10 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.234 DE 10 DE OUTUBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.789 de 10 de outubro de 2003 Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.815,30 (sete mil e oitocentos e quinze reais trinta centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras		
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos		
015.451.1801.2.029 -	Construção e Restauração de Pontes		
400000.00 -	Despesas de Capital		
440000.00 -	Investimentos		
449000.00 -	Aplicações Diretas		
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 7.815,30	

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 3.915,30
017.511.1801.2.028 -	Conservação das Estradas Vicinais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.900,00
Total		R\$ 7.815,30

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de outubro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 10/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.233 DE 09 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.233 DE 09 DE OUTUBRO 2003.

DISPÕE SOBRE COMERCIALIZAÇÃO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Fica vedada a comercialização de produtos em geral nas repartições e órgãos públicos municipais, tais como: Unidades de Saúde, Unidades Escolares, Centros de Educação Infantis; Casa da Cultura, Secretarias Municipais, e a Sede desta Prefeitura Municipal.

Parágrafo único: Os servidores interessados em adquirir quaisquer produtos de vendedores ambulantes, deverão fazê-lo fora do ambiente de trabalho e com a devida licença de seu chefe imediato.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

09 de outubro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 09/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.232 DE 07 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.232 DE 07 DE OUTUBRO DE 2003

TRANSFERE DATA CONSAGRADA AO "DIA DO PROFESSOR E DIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial o Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, e Leis Municipais Complementar nº 006 e nº 014 em seus Artigos 346 e 186 respectivamente; Decreta:

Art.1º) O "DIA DO PROFESSOR", previsto no Artigo 186 da Lei Municipal Complementar nº 014 de 27 de maio de 2003, será transferido para o dia 17 (dezessete) de outubro de 2003, ficando desde já Decretado como dia de licença remunerada aos servidores integrantes do Magistério Municipal e Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, em razão do "DIA DO SERVIDOR PÚBLICO", de que trata o Artigo 2º deste Decreto.

Parágrafo único: Exclui-se do Caput deste Artigo, os servidores que não estejam lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art.2º) O "DIA DO SERVIDOR PÚBLICO", previsto no Artigo 346 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, será transferido para o dia 31 (trinta e um) de outubro de 2003, ficando desde já Decretado como dia de licença remunerada aos servidores integrantes das Secretarias Municipais, excluindo-se os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art.3º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 07 de outubro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal.

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 07/10/2003

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.231 de 07 de Outubro de 2003**

DECRETO Nº 3.231 DE 07 DE OUTUBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.788 de 07 de outubro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.210,00 (três mil e duzentos e dez reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 3.210,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 100,00
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 810,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 1.200,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré-escolar	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 100,00
	Total	R\$ 3.210,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de outubro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 07/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.230 DE 07 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.230 DE 07 DE OUTUBRO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.785 de 07 de outubro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0703 - Serviço de Comércio, Indústria e Turismo  
023.6951.1603.2024 - Incentivos ao Turismo  
400000.00 - Despesas de Capital  
450000.00 - Inversões Financeiras  
459000.00 - Aplicações Diretas  
459061.00 - Aquisição de Imóveis ..... R\$ 5.000,00

Art.2º) Para fazer face a despesa mencionada no artigo anterior será por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de outubro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 07/10/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.229 de 06 de Outubro de 2003**

DECRETO Nº 3.229 DE 06 DE OUTUBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srtª. MIRIAN GISELI DE AGUIAR ao cargo público de Técnico Nível Médio (Técnico de Enfermagem), Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 5, Subnível 51, referência A, no valor de R\$ 662,81 (seiscentos e sessenta e dois reais, oitenta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srtª. MIRIAN GISELI DE AGUIAR em 5º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de outubro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 06/10/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.228 de 01 de Outubro de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.228 DE 01 DE OUTUBRO DE 2003

HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Homologar a lista dos aprovados no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2003; abaixo relacionada.

Homologar a lista dos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2003; abaixo relacionada.

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Cristina Maria Pauli	1
02	Analice Veira de Lima	1
03	Josiane Fuckner	1

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Maria Isabel Bueno dos Santos	2
02	Terezinha Bueno França	2
03	Elizete Grosskopf	2

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Joice Linzmeyer	3

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Sirlei Apª Derenievicz Machado	4
02	Marines Apª dos Santos Andrade	4
03	Kátia Regina Schutzler	4
04	Marise Aparcida Uniseski	4

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Alessandra Simões da Rocha	5
02	Rosicléia Schuzler	5
03	Ana Maria de Fátima Neneve	5

CLASSIFICAÇÃO	NOME	MICRO ÁREA
01	Eliane de Fátima dos Santos	6
02	Terezinha Aparecida dos Santos Cubas	6

Art.2º) Os candidatos aprovados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade da Administração Pública Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de outubro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 01/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.227 DE 01 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.227 DE 01 DE OUTUBRO DE 2003.

NOMEIA MEMBROS PARA COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE PRÉ-PROJETOS ARQUITETÔNICOS, ESTABELECE SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º)Nomeia membros para comporem a Comissão Permanente de Análise de Pré-Projetos Arquitetônicos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

- LAÉRCIO TELLES - Engenheiro Civil;
- LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo;
- JOSÉ LUIS SILVA - Chefe do Gabinete do Prefeito
- AURIENE ROEPKE - Secretária Municipal de Finanças;
- ELEONORA BAHR PESSÔA - Secretária Municipal de Administração;
- PIERRE ANDRADE DOS SANTOS - Assessor Jurídico.

Parágrafo Único - A Comissão Permanente de Análise de Pré-Projetos Arquitetônicos da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, se reunirá sempre que houver necessidade, e quando da análise do pré-projeto, o Secretário Municipal dá área do respectivo pré-projeto, deverá designar dois representantes de sua Secretaria, para juntamente compor esta Comissão.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão analisar os projetos arquitetônicos, colocando em discussão sua viabilidade técnica e orçamentária, o custo da obra, os materiais a serem utilizados, bem como verificar se o mesmo atende a atual e real necessidade pública em todos os seus aspectos, bem como avaliar o aproveitamento futuro da obra, tomando como base, os princípios da economicidade, transparência e legalidade.

Art.3º) Em caso da necessidade de alterações dos pré-projetos os servidores designados farão sua exposição de motivos, especificando as alterações, comunicando ao Prefeito Municipal e encaminhando-a ao Serviço de Planejamento Urbanístico, para as devidas providências.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.016 de 30 de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de outubro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 01/10/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.226 DE 01 DE OUTUBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.226 DE 01 DE OUTUBRO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71 Inciso V da Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 92; Resolve:

Art.1º) Exonerar, a pedido, o Secretário de Planejamento Transportes e Obras - PAULO ROBERTO RODRIGUES, a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 01 de outubro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 01/10/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.225 DE 30 DE SETEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.225 DE 30 DE SETEMBRO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR  
E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 90 e 91; Resolve:

Art.1º) Exonerar, a pedido, do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, a Servidora - ELIZANDRA FERNANDES, matrícula nº 000399, declarando vacância do cargo ocupado pela mesma, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º) Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 30 de setembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 30/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.224 DE 24 DE SETEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.224 DE 24 DE SETEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar a Srtª. RITA ZEZOTKO, para exercer o cargo de Professor, correspondente ao Nível de Vencimento P<sup>1</sup>, no valor de R\$ 270,54 (duzentos e setenta reais, cinquenta e quatro centavos), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 22 de setembro de 2003 à 31 de outubro de 2004, por motivo do titular encontrar-se em licença de tratamento de saúde.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de setembro de 2003.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

24 de setembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.223 de 24 de Setembro de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.223 DE 24 DE SETEMBRO DE 2003

ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº 2.670 de 18 de outubro de 2002 - LDO, Artigo 8º, considerando, que o comportamento da receita do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE realizada até o 4º bimestre de 2003, está indicando o comprometimento das metas estabelecidas; considerando, os critérios de limitação de empenho estabelecidos na Lei Municipal nº 2.670/2002 - LDO; Decreta:

Art.1º) Para fins de limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e obedecidos os critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam reduzidas no montante de R\$ 112.154,99 (cento e doze mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos), as dotações do Orçamento vigente seguir identificados:

13.13 -	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 5.000,00



339030.00 -	Material de Consumo	R\$50.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$12.154,99
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$45.000,00

Art.2º) A limitação de empenho, do que trata o Artigo 1º deste Decreto, será acionada através de bloqueio das Dotações e a medida que a arrecadação se restabelecer, ainda que parcial, a recomposição destas Dotações dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art.3º) Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de setembro de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.222 de 24 de Setembro de 2003**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.222 DE 24 DE SETEMBRO DE 2003.  
ALTERA O VALOR DE REFERÊNCIA ATUALIZADO,  
PARA CÁLCULOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XVI, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal n.º 2.293, de 23 de dezembro de 1997 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei Municipal n.º 2.368, de 23 de fevereiro de 1998;

DECRETA:

Art.1º) O valor referente a Unidade de Padrão do Município (UPM), fixado pelo Decreto n.º 3.000 de 02 de janeiro de 2003, passa a ser de R\$ 1,4502 (um real vírgula quarenta e cinco centavos e zero dois centésimos).

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 3.000 de 02 de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 24/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.221 de 24 de Setembro de 2003**

DECRETO Nº 3.221 DE 24 DE SETEMBRO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.783 de 24 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 24/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.220 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.220 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003  
ALTERA DISPOSIÇÕES DE VALORES DO DECRETO  
MUNICIPAL Nº 3.126 DE 12 DE MARÇO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, e Artigo 71 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições de valores do Artigo 1º do Decreto nº 3.126 de 22 de maio de 2003, por motivo da servidora - estudante ter concluído o Curso, passando a vigorar conforme os valores abaixo descritos:

NOME	TOTAL ANUAL
------	-------------

Marli Terezinha de Souza	442,42
TOTAL	442,42

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 23 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.219 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.219 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003  
ALTERA DISPOSIÇÕES DE VALORES DO DECRETO  
MUNICIPAL Nº 3.050 DE 12 DE MARÇO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, e Artigo 71 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições de valores do Artigo 1º do Decreto nº 3.050 de 12 de março de 2003, por motivo das servidoras - estudantes terem concluído o Curso, passando a vigorar conforme os valores abaixo descritos:

NOME	TOTAL ANUAL
Taciana Amorim Cunha	663,63
Eliane Baum	663,63
Oriane L. Stelzner	888,84
TOTAL	2.216,10

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 23 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.218 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.218 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003  
ALTERA DISPOSIÇÕES DE VALORES DO DECRETO  
MUNICIPAL Nº 3.049 DE 12 DE MARÇO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, e Artigo 71 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições de valores do Artigo 1º do Decreto nº 3.049 de 12 de março de 2003, por motivo da servidora - estudante ter concluído o Curso, passando a vigorar conforme os valores abaixo descritos:

NOME	TOTAL ANUAL
Marinês W. Uhlig	222,21
TOTAL	222,21

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 23 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.217 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.217 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003  
ALTERA DISPOSIÇÕES DE VALORES DO DECRETO  
MUNICIPAL Nº 3.052 DE 12 DE MARÇO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, e Artigo 71 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições de valores do Artigo 1º do Decreto nº 3.052 de 12 de março de 2003, por motivo da servidora - estudante ter concluído o Curso, passando a vigorar conforme os valores abaixo descritos:

NOME	TOTAL ANUAL
Arlete Jorgensen Schiessl	607,50
TOTAL	607,50

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 23 de setembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.216 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.216 DE 23 DE SETEMBRO DE 2003

ALTERA DISPOSIÇÕES DE VALORES DO DECRETO

MUNICIPAL Nº 3.044 DE 12 DE MARÇO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, e Artigo 71 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições de valores do Artigo 1º do Decreto nº 3.044 de 12 de março de 2003, por motivo da servidora - estudante ter concluído o Curso, passando a vigorar conforme os valores abaixo descritos:

NOME	TOTAL ANUAL
Meri Terezinha M. Hubner	1.008,00
Ester Maria Forlin Fritsch	1.344,00
TOTAL	2.352,00

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 23 de setembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.215 DE 19 DE SETEMBRO DE 2003

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.215 DE 19 DE SETEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE USO DO SISTEMA DE SOM DA DIRETORIA DE CULTURA E DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

DECRETAR:

Art.1º) O uso do Equipamento - Sistema de Som pertencente a Diretoria de Cultura e Desporto, registrado no Patrimônio Público Municipal, é destinado exclusivamente ao Poder Público Municipal de Campo Alegre/SC, seus Órgãos; Secretarias; Autarquias e Fundações.

Art.2º)Fica expressamente vedado o empréstimo do Equipamento - Sistema de Som à particulares, independente de sua qualificação civil.

Art.3º) As demais disposições não reguladas pelo presente Decreto, serão dispostas através do Termo de Responsabilidade, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo Único: Aos que solicitarem a utilização do Equipamento - Sistema de Som, deverão contatar com o Diretor de Cultura e Desporto, a fim de agendar com antecedência de no mínimo 10 (dez) dias, e após firmar o TERMO DE RESPONSABILIDADE USO EQUIPAMENTO PÚBLICO.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n º. 2.952 de 16 de outubro de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 19/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO DE EQUIPAMENTO PÚBLICO

Em conformidade com o Decreto Municipal nº 3.215 de 19 de Setembro de 2003, fica o Sr. (a) , neste ato, representando a Secretaria Municipal ou , autorizado a utilizar o Equipamento: SISTEMA DE SOM, registrado no Patrimônio Público Municipal pertencente à Diretoria de Cultura e Desporto.

O período para utilização do Equipamento - Sistema de Som será a partir das horas do dia de de 2003 até as horas do dia de de 2003.

Se responsabilizando a reparar todo e qualquer dano eventualmente causado no equipamento - Sistema de Som, durante o período de sua utilização, bem como proceder à limpeza e a entrega em perfeito estado de conservação e funcionamento após o encerramento do evento.

Totalmente ciente das obrigações constantes deste Termo, assina o presente, juntamente com as testemunhas em duas vias, de igual teor, para que surta os seus efeitos legais.

Campo Alegre "SC", de de 2003.

Nome, Assinatura do Responsável  
Nº do CPF

Testemunha: \_\_\_\_\_  
(Nome, Assinatura e nº CPF)

Testemunha: \_\_\_\_\_  
(Nome, Assinatura e nº CPF)

### **DECRETO Nº 3.214 DE 19 DE SETEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.214 DE 19 DE SETEMBRO DE 2003

DETERMINA INSPEÇÃO SANITÁRIA DOS ALIMENTOS UTILIZADOS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DESSE MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; e de conformidade com o caput do Artigo 11 da Resolução/FNDE/CD/Nº 15 e 16 de junho de 2003; Resolve:

Art.1º) Fica determinado a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social desse Município, promover a Inspeção Sanitária dos Alimentos utilizados no Programa Nacional de Alimentação Escolar da Rede Municipal e Estadual neste Município.

Parágrafo Único: Autorizar a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, estabelecer parceria com a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina, para auxiliar no cumprimento da atribuição no caput do Artigo 1º desse Decreto.

Art.3º) Faz parte integrante deste Decreto o TERMO DE COMPROMISSO, devidamente assinado.

Art.3º) O órgão da respectiva Secretaria deverá emitir o parecer de cada Inspeção efetuada, em três vias: Primeira via para seu arquivo; Segunda via encaminhada para a Chefe do Serviço de Suprimentos desta Prefeitura Municipal e a Terceira via deverá ser encaminhada para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 19 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 17/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### TERMO DE COMPROMISSO

Eu, RENATO BAHR, brasileiro, casado, portador do CPF nº 121.265.519-20, carteira de identidade nº 9/R 316.106, expedida pela SSI-SC, residente e domiciliado à Rua Cél. Veríssimo de Souza Freitas, nº 126, Bairro Cascatas, na cidade de Campo Alegre-SC, Prefeito Municipal de Campo Alegre-SC, no uso das atribuições legais que me foram conferidas e sob as penalidades da Lei, assumo perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE o compromisso de:

I - determinar que a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social desse município, exerça a inspeção sanitária dos alimentos utilizados no Programa Nacional de Alimentação Escolar neste município, conforme previsto no caput do art. 11 da Resolução/FNDE/CD/Nº 15 de 16 de junho de 2003.

II - autorizar que a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social desse município estabeleça, parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, do Estado de Santa Catarina, ou órgão similar, para auxiliar no cumprimento dessa atribuição.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
18 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 3.213 de 17 de Setembro de 2003

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.213 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003  
CONCEDE BOLSAS DE ESTUDO A  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Resolve:

Art.1º)Conceder Bolsa de Estudo ao seguinte Servidor Público Municipal, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 85,50 (oitenta e cinco reais, cinquenta centavos).

NOME TOTAL ANUAL

Maria de Lourdes Piske	170,00
TOTAL	170,00

Art. 2º)O pagamento da Bolsa será mensal e creditado na Conta Bancária do Servidor Beneficiado, no valor de R\$ 42,50 cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que o beneficiado continua freqüentando o curso.

Art. 3º)Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 17 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 17/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 3.212 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.212 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução de nº 02, 03 e 04 de 16 de setembro de 2003, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
17 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 17/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.210 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.210 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA O RECEBIMENTO E EXAME DE BENS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS OU CONTRATADOS PELA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Artigo 73 e seus Incisos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreta:

Art. 1º - Nomear a Comissão para o recebimento e exame dos bens, objetos, obras e serviços adquiridos e contratados através de processos licitatório e compras em geral realizados neste Município.

Art. 2º - A Comissão será composta dos seguintes membros:

\* ROSANA EMÍLIA GREIPEL - Chefe do Serviço Assistência à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

\* JARBAS JORGE CATONI - Chefe do Serviço Transporte e Frota da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e compras de: peças; óleo; lubrificantes; combustível; pneus; objetos e demais materiais relacionados com a frota de máquinas e veículos de toda a Administração Municipal e inclusive os Fundos Municipais.

\* LAÉRCIO TELLES - Engenheiro Civil, da Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras; quando se tratar de serviços; compra dos demais materiais; objetos para respectiva Secretaria.

\* LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ - Chefe do Serviço de Suprimentos da Secretaria Municipal de Administração;

\* SILVIA PASDA UHLIG - Chefe do Serviço Merenda e Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; quando se tratar de serviços e compras de: materiais e objetos para respectiva Secretaria.

\* ODENILSON CONTRAT EHLKE - Diretor de Cultura e Desporto, quando se tratar de serviços e compras de: materiais e objetos relacionados à Divisão de Cultura e Desporto.

\* GILSON OMAR BRUNNQUELL - Diretor de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;  
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 3.185 de 08 de agosto de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 17 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.211 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.211 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38 de 16 de setembro de 2003, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
17 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 17/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.210 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.210 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA O RECEBIMENTO E EXAME DE BENS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS OU CONTRATADOS PELA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Artigo 73 e seus Incisos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreta:

Art. 1º - Nomear a Comissão para o recebimento e exame dos bens, objetos, obras e serviços adquiridos e contratados através de processos licitatório e compras em geral realizados neste Município.

Art. 2º - A Comissão será composta dos seguintes membros:

\* ROSANA EMÍLIA GREIPEL - Chefe do Serviço Assistência à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

\* JARBAS JORGE CATONI - Chefe do Serviço Transporte e Frota da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e compras de: peças; óleo; lubrificantes; combustível; pneus; objetos e demais materiais relacionados com a frota de máquinas e veículos de toda a Administração Municipal e inclusive os Fundos Municipais.

\* LAÉRCIO TELLES - Engenheiro Civil, da Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras; quando se tratar de serviços; compra dos demais materiais; objetos para respectiva Secretaria.

\* LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ - Chefe do Serviço de Suprimentos da Secretaria Municipal de Administração;

\* SILVIA PASDA UHLIG - Chefe do Serviço Merenda e Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; quando se tratar de serviços e compras de: materiais e objetos para respectiva Secretaria.

\* ODENILSON CONTRAT EHLKE - Diretor de Cultura e Desporto, quando se tratar de serviços e compras de: materiais e objetos relacionados à Divisão de Cultura e Desporto.

\* GILSON OMAR BRUNNQUELL - Diretor de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 3.185 de 08 de agosto de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 17 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.209 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.209 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCEDIMENTO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de abril de 1990; e Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso IV Parágrafo IV; Resolve:

Art.1º) Nomear as seguintes pessoas para integrarem a Comissão de Avaliação do Procedimento Seletivo Simplificado do Edital nº 007/2003;

- JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO;
- MARIA MAURENE MAY;
- ROSANI APARECIDA DA SILVA SCHOLZE
- SIRLEY DRANKA DE SOUZA FREITAS
- 

Art.2º) A Comissão citada no Art.1º deste Decreto, deverá apresentar relatório da respectiva avaliação, para conhecimento e análise do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 17 de setembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 17/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.208 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.208 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.781 de 17 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.600,00 (cem mil e seiscentos reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

13.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
13.13 -	Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 9.000,00
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 50.000,00
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 4.000,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 10.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 27.600,00
TOTAL		R\$ 100.600,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

13.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
13.13 -	Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1504.2.001 -	Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319004.00 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 18.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 82.600,00
TOTAL		R\$ 100.600,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 17/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.207 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003

DECRETO Nº 3.207 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO  
DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.780 de 17 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras		
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos		
017.512.1801.2.030 -	Coleta de Lixo Urbano e Limpeza Público		
300000.00 -	Despesas Correntes		
330000.00 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00 -	Aplicações Diretas		
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 8.500,00	

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do orçamento vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 17/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.206 de 17 de Setembro de 2003**

DECRETO Nº 3.206 DE 17 DE SETEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.778 de 17 de setembro de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.500,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.900,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 700,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.800,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.1.002 -	Construção, Ampliação e Reforma	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 5.000,00
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319016.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 5.000,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 30.000,00
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	

449052.00 -	Equipamento e Material Permanente	R\$ 4.600,00
TOTAL		R\$ 60.500,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
17 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em, 17/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.205 DE 15 DE SETEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.205 DE 15 DE SETEMBRO 2003.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL A ÁREA DE TERRA E BENFEITORIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no Decreto Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a alteração prevista na Lei Federal nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978, considerando de interesse público;

#### **DECRETA:**

Art.1º)Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial a área de terra medindo de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), e benfeitorias "Antiga Serraria", localizada na localidade de Salto, neste município, de propriedade Sr. PEDRO BRÜSKI, conforme levantamento planimétrico em anexo, do imóvel descrito na Escritura Pública de Compra e Venda, Registrada no Livro nº 54, Folha n.º 199 do Cartório de Registro de Civil de Campo Alegre-SC e Registrada sob n.º 998, folha 201 do livro 3 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC".

Art.2º) O imóvel com 300,00m² (trezentos metros quadrados), e benfeitorias "Antiga Serraria" está inserido na área de 195.548 m² da Escritura Pública de Compra e Venda descrita no artigo anterior, fazendo frente de 11,09 metros lineares, com a Rodovia Municipal n.º 080, sendo que as demais confrontações com a área remanescente mencionada.

Art.3º) A área e as benfeitorias descrita no artigo anterior destinar-se-ão à Preservação do Patrimônio Histórico do Município, proporcionando mais um atrativo turístico à localidade do Salto, já conhecida pelas suas belezas naturais.

Art.4º) A expropriante, no exercício das prerrogativas que lhe são asseguradas por este Decreto, alegando urgência, poderá proceder, para efeito na prévia imissão na posse, de conformidade com o Artigo 15 do Decreto Lei Nº 3.365, de 21 de junho de 1.941, com as alterações da Lei Nº 2.786, de 21 de maio de 1.956.

Art.5º) As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias do Orçamento Vigente.

Art.6º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
15 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em: 15/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS



**RESOLUÇÃO Nº 002 DE 15 DE SETEMBRO DE 2003.**

A Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, instituída pela Portaria Municipal nº 1.945 de 25 de outubro de 2001, no uso de suas atribuições;

**RESOLVE:**

Art. 1º) Fica aprovada a avaliação, para fins de desapropriação amigável ou judicial a área de terra medindo de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), e benfeitorias "Antiga Serraria", no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) localizada na localidade de Salto, neste município, de propriedade Sr. PEDRO BRÜSKI, conforme levantamento planimétrico em anexo, do imóvel descrito na Escritura Pública de Compra e Venda, Registrada no Livro nº 54, Folha n.º 199 do Cartório de Registro de Civil de Campo Alegre-SC e Registrada sob n.º 998, folha 201 do livro 3 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC".

Art.2º)O imóvel com 300,00m² (trezentos metros quadrados), e benfeitorias "Antiga Serraria" está inserido na área de 195.548 m² da Escritura Pública de Compra e Venda descrita no artigo anterior, fazendo frente de 11,09 metros lineares, com a Rodovia Municipal n.º 080, sendo que as demais confrontações com a área remanescente mencionada.

Art.3º)O critério utilizado para a definição do valor constante do artigo primeiro, foi o de valorização real do imóvel, ao preço de mercado, através de consultas e comparações com imobiliárias da região.

Art.4º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre "SC", 15 de setembro de 2003

JOSÉ LUIS SILVA	ROSE MARI CUBAS
JEFFERSON JEAN DUVOISIN	

**DECRETO Nº 3.203 DE 11 DE SETEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.203 DE 11 DE SETEMBRO DE 2003.

CONSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 006/2003 PARA SUPERVISIONAR A SELEÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PSF.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 300 Inciso VI da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Constituir a Comissão Organizadora e Avaliativa do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 006/2003, integrada pelos seguintes membros:

Cristiane Dias, matrícula nº 000426;  
Flávia Nunes Patrício, matrícula nº 000430;  
Rosani Aparecida da Silva Scholze, matrícula nº 000211;  
Jefferson Jean Duvoisin, matrícula nº 337;  
Eliane Pessoa Machado Collet, matrícula nº 954196;  
Marlene de Fátima Pessoa Machado Foitte, matrícula nº 366;

Para, sob a Presidência do Primeiro, supervisionar, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, a Seleção de Agentes Comunitários de Saúde - objeto do Edital de Processo Seletivo Simplificado Edital nº 006/2003 desta Prefeitura Municipal, destinado ao preenchimento de vagas, para atender o Programa Saúde da Família - PSF.

Art.2º) Os membros ora designados, deverão coordenar a referida comissão, devendo supervisionar e fiscalizar o processo de avaliação e correção das provas dos candidatos do citado Processo Seletivo, bem como emitir parecer final acerca do mesmo.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 11 de setembro de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/09/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.202 DE 10 DE SETEMBRO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.202 DE 10 DE SETEMBRO DE 2003.

REGULAMENTA O ARTIGO 3º DA LEI MUNICIPAL 2.677 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2002.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 2.677 de 20 de novembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Os bens móveis e imóveis pertencentes a extinta Fundação Municipal de Desporto e Cultura, constantes do anexo único, parte integrante deste Decreto, serão incorporados ao Patrimônio Público Municipal, e passarão a integrar a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a primeiro de janeiro de 2003.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:10/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO  
(DECRETO MUNICIPAL Nº 3.202 DE 11 DE SETEMBRO DE 2003)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
4733	PRÉDIO GINSÁSIO ESPORTES	1.044,00
2019	EQUIPAMENTOS	23.079,63
2010	LIVROS	6.444,47
2009	MOBILIÁRIO	5.445,00
2007	UNTENSÍLIOS	3.279,00

CAMPO ALEGRE "SC", 11 DE SETEMBRO DE 2003.  
LILIAN TEREZINHA BARTSCH  
Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 3.201 de 10 de Setembro de 2003**

DECRETO Nº 3.201 DE 10 DE SETEMBRO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº2.777 de 10 de setembro de 2003; Decreta:

Art. 1º)Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	

330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.500,00

Art. 2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
027.812.1412.2.015 -	Manutenção das Atividades Desportivas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 3.500,00

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
10 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 10/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.200 de 08 de Setembro de 2003**

DECRETO Nº 3.200 DE 08 DE SETEMBRO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear o Sr. JOMAS GENILSON KOBUS ao cargo público de Agente Operacional III - Auxiliar de Mecânico, Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 3 Subnível 31 referência A, no valor de R\$ 443,35 (quatrocentos e quarenta e três reais trinta e cinco centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sr. JOMAS GENILSON KOBUS em 2º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
08 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 08/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.199 DE 04 DE SETEMBRO DE 2003**

DECRETO Nº 3.199 DE 04 DE SETEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srª. FLÁVIA NUNES PATRICIO ao cargo público de Enfermeiro, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 6 Subnível 61 referência A, no valor de R\$ 1.325,64 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. FLÁVIA NUNES PATRICIO em 6º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

04 de setembro de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 04/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.198 DE 25 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.198 DE 25 DE AGOSTO DE 2003.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 26 de 22 de agosto de 2003, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,

25 de agosto de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 25/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.197 DE 21 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.199 DE 04 DE SETEMBRO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srª. FLÁVIA NUNES PATRICIO ao cargo público de Enfermeiro, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 6 Subnível 61 referência A, no valor de R\$ 1.325,64 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. FLÁVIA NUNES PATRICIO em 6º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
04 de setembro de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 04/09/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.196 DE 21 DE AGOSTO DE 20036**

DECRETO Nº 3.196 DE 21 DE AGOSTO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Poder Executivo Municipal fica autorizado a Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), e criar os seguintes Elementos de Despesa:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.452.1801.2.026 -	Conservação de Logradouros Públicos	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicação Direta	
449052.00 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.000,00

Art.2º) Para fazer face à despesa mencionada no artigo anterior será por Anulação Parcial do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
017.511.1801.2.028 -	Conservação de Estradas Vicinais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicação Direta	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 2.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 21/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.195 DE 21 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.195 DE 21 DE AGOSTO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, EM ESPECIAL A Lei Municipal nº 2.773 de 21 de agosto de 2003; Resolve|:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
017.511.1801.2.028 -	Conservação das Estradas Vicinais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.02 -	Serviço de Transporte e Frota	
017.511.1801.2.028 -	Conservação das Estradas Vicinais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 21/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.194 DE 21 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.194 DE 21 DE AGOSTO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.772 de 21 de agosto de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	



015.452.1801.2.025 -	Gestão Administrativa da Secretaria de Obras	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 21/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.193 DE 19 DE AGOSTO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.193 DE 19 DE AGOSTO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, conforme estabelece em seu Artigo 20; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srª. LOURDES DOROTÉIA DZIEDZIC AUGUSTIN ao cargo público de Professor, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 014/2003, é o de Nível P1 Subnível 11 referência A, no valor de R\$ 541,07 (quinhentos e quarenta e um reais, sete centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. LOURDES DOROTÉIA DZIEDZIC AUGUSTIN em 10º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.192 DE 14 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.192 DE 14 DE AGOSTO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.767 de 14 de agosto de 2003; Resolve:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), a fim de

suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras	
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.512.1801.2.030 -	Coleta de Lixo Urbano e Limpeza Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 21.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

90.00 -	Reserva de Contingência	
90.99 -	Reserva de Contingência	
99.999.9999.2.999 -	Reserva de Contingência	
900000.00 -	Reserva de Contingência	
990000.00 -	Reserva de Contingência	
999000.00 -	Reserva de Contingência	
999999.99 -	Reserva de Contingência	R\$ 21.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de agosto de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 14/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.191 DE 14 DE AGOSTO DE 2003

DECRETO Nº 3.191 DE 14 DE AGOSTO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.766 de 14 de agosto de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 135.919,00 (cento e trinta e cinco mil novecentos e dezenove reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 4.000,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 8.400,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 5.900,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	

300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 8.633,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 1.200,00
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 7.786,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.140,00
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
012.361.1408.2.010 -	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 48.000,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 24.000,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 5.150,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
012.365.1403.2.012 -	Manutenção das Atividades das Creches	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 500,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
012.365.1404.2.013 -	Manutenção das Atividades do Pré-Escolar	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1.210,00
06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	
06.01 -	Serviço de Assistência a Saúde	
010.301.1504.2.018 -	Manutenção da Saúde Municipal	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	R\$ 7.000,00
TOTAL		R\$ 135.919,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 14/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.189 DE 14 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.189 DE 14 DE AGOSTO DE 2003.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 4º da Lei Municipal nº 2.763 de 14 de agosto de 2003; Resolve:

Art.1º) Nomear membros do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda do Município de Campo Alegre/SC, que fica assim constituído:

**I - ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:**

\* Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

Titular: VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

Suplente: VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER

\* Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Titular: GILSON OMAR BRUNNQUELL

Suplente: DENÍLSON De SOUZA BANDEIRA

**II - REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES:**

\* Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São Bento do Sul e Região;

Titular: LAÉRCIO FRANCISCO FILHO

Suplente: SIRLEY DRANKA de SOUZA FREITAS

\* Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre:

Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ

Suplente: AMBRÓZIO KMIECICK

**III - REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADORES:**

\* Representante da ACIACA - Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Campo Alegre:

Titular: RONEI MILCHEVSKY

Suplente: VALDIR RICHERT

\* Representante do Sindicato Patronal do Mobilário de São Bento do Sul/SC:

Titular: IVO SANDI

Suplente: REINALDO BAECHTOLD FILHO

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as demais disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.546 de 21 de setembro de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

14 de agosto de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 14/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.190 DE 14 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.190 DE 14 DE AGOSTO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.765 de 14 de agosto de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 58.609,19 (cinquenta e oito mil, seiscentos e nove reais e dezenove centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
004.122.1202.2.002 -	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 14.800,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 4.330,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 3.530,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 8.485,19
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 13.860,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339039.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339032.00 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 10.000,00
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339036.00 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.604,00
	Total	R\$ 58.609,19

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
004.122.1301.2.003 -	Ticket Alimentação para Servidores	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339046.00 -	Auxílio Alimentação	R\$ 8.400,00
004.123.1301.2.004 -	Manutenção das Atividades Administrativas	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	

339033.00 -	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 3.260,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
004.123.1301.2.006 -	Manutenção das Atividades de Finanças	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319009.00 -	Salário-Família	R\$ 1.000,00
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339033.00 -	Passagens e Despesas com Locomoção	R\$ 300,00
028.843.0000.2005 -	Amortização da Dívida Pública	
300000.00 -	Despesas Correntes	
320000.00 -	Juros e Encargos da Dívida	
329000.00 -	Aplicações Diretas	
329022.00 -	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	R\$ 7.185,19
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação	
012.361.1407.2.009 -	Manutenção do Apoio a Educação	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319001.00 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 13.450,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339014.00 -	Diárias - Civil	R\$ 410,00
05.04 -	Divisão de Cultura e Desporto	
013.392.1410.2.014 -	Manutenção das Atividades Culturais	
300000.00 -	Despesas Correntes	
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00 -	Aplicações Diretas	
339030.00 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2.023 -	Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 -	Despesas Correntes	
310000.00 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00 -	Aplicações Diretas	
319011.00 -	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 11.000,00
319013.00 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.600,00
330000.00 -	Outras Despesas Correntes	
335000.00 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
335041.00 -	Contribuições	R\$ 8.400,00
07.03 -	Serviço de Comércio, Indústria e Turismo	
023.695.1603.2.024 -	Incentivos ao Turismo	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 1.604,00
	Total	R\$ 58.609,19

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
14 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 14/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 3.188 DE 11 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.188 DE 11 DE AGOSTO DE 2003

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS  
DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.548 de 20 de setembro de 2001, em seu Artigo 11; Resolve:

Art.1º) Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representantes da área governamental e não governamental, Titulares e Suplentes:

**REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:**

1 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Titular: JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO

Suplente: SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS

2 - Divisão de Bem Estar Social:

Titular: VERÔNICA GORNIACK SCHROEDER

Suplente: VIVIANE MARTA BERLATTO DE MIRANDA

3. Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Titular: ROSANA EMÍLIA GREIPEL

Suplente: ZURITA MARIA PACHECO HAAS

4. Secretaria Municipal de Administração

Titular: LILIAN TEREZINHA BARTSCH

Suplente: MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ

5. Câmara Municipal de Vereadores

Titular: AMILCAR JOSÉ REINHARDT

Suplente: ALVINO CORDEIRO DA CRUZ

6. Rede Estadual de Educação:

Titular: ZOÉ CATARINA GREIN WELTER

Suplente: ISOLDE RITA WELTER

7 . Polícia Militar:

Titular: SÉRGIO JOSÉ ZACZESKI

Suplente: VILMAR EVANGELISTA

8 . Polícia Civil:

Titular: UBIRATAM MAFRA PINTO

Suplente: LUIS CARLOS COTHOVICKY

**REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

1. Associação Comunitária de Fragosos:

Titular: MARIA IRIS C. FROEHNER

Suplente: CLAUDINE IARA S. ENDLER

2. Associação Comunitária de Bateias de Baixo

Titular: EGON HEIDEN

Suplente: ARTHUR HEIDEN

3. FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre

Titular: SANDRA PEREIRA DANA

Suplente: MARIA LUIZA BRUNELLO

4. Representante das Igrejas Cristãs:

Titular: MÁRIO ANGELO PFUETZENREUTER

Suplente: LUZIA R. ROEPCK

5. Rotary Club de Campo Alegre:

Titular: LUIS UBIRAJARA BORGES VIEIRA

Suplente: JURANDIR DE FRANÇA

6. Lions Club de Campo Alegre:

Titular: ALICE B. GROSSKOPF

Suplente: ELIZABETH KESTERING

7. Associação de Moradores de Bairros:

Titular: JOSÉ BAGNHUCK

Suplente: JOSÉ RAMOS

8 . APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

Titular: NÁDIA TEREZINHA BASTOS

Suplente: ROSELI FUEKNER

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.761 de 24 de outubro de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
11 de agosto de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 11/08/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.187 de 11 de Agosto de 2003**

DECRETO Nº 3.187 DE 11 DE AGOSTO DE 2003.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 19 de 06 de agosto de 2003, que faz parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
11 de agosto de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 11/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.186 DE 11 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.186 DE 11 DE AGOSTO DE 2003

DISPÕE SOBRE QUADRO DE VAGAS ESTAGIÁRIOS

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo nº 14 da Lei Complementar nº 013 de 06 de março de 2003; Resolve:

DECRETAR:

Art.1º) O quadro de vagas de Estagiários fica estabelecido em número máximo de 18 (dezoito vagas) distribuídas conforme discriminação abaixo, nos seguintes órgãos da administração direta municipal:

I - GABINETE DO PREFEITO: 02 vagas: sendo 01 vaga ensino superior e 01 vaga ensino médio;

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO: 03 vagas: 01 vaga ensino superior para cessão ao Fórum da Justiça da Comarca, 02 vagas ensino médio, sendo 01 vaga para o Correio do Distrito de Fragosos e 01 vaga para o Correio do Distrito de Bateias de Baixo.

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS: 03 vagas: sendo 01 vaga ensino médio para o Incra, 02 vagas ensino superior, 01 vaga para o Serviço de Tributação e Fiscalização e 01 vaga para o Serviço de Contabilidade.

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO: 05 vagas: sendo 01 vaga ensino médio para a Diretoria de Cultura e Desporto; 02 vagas ensino superior e 02 vagas ensino médio para o Serviço do Ensino Fundamental e Apoio Administrativo da Educação.

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: 02 vagas ensino médio para o Serviço de Comércio, Indústria e Turismo.

VI - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL: 02 vagas sendo uma para o ensino médio e uma para o ensino superior.

VII - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS: 01 vaga ensino superior.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de Agosto de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma de Lei Municipal nº 2.416 em 11/08/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 3.185 DE 08 DE AGOSTO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.185 DE 08 DE AGOSTO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARA O RECEBIMENTO E EXAME DE BENS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS OU CONTRATADOS PELA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o art. 73 e seus incisos, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Resolve:

Art. 1º - Nomear a Comissão para o recebimento e exame dos bens, objetos, obras e serviços adquiridos e contratados através de processos licitatório e compras em geral realizados neste Município.

Art. 2º - A Comissão será composta dos seguintes membros:

\* ROSANA EMÍLIA GREIPEL - Chefe do Serviço Assistência à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

\* JARBAS JORGE CATONI - Chefe do Serviço Transporte e Frota da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; quando se tratar de serviços e compras de: peças; óleo; lubrificantes; combustível; pneus; objetos e demais materiais relacionados com a frota de máquinas e veículos de toda a Administração Municipal e inclusive os Fundos Municipais.

\* PAULO ROBERTO RODRIGUES - Secretário Municipal de Planejamento Transporte e Obras; quando se tratar de serviços; compra dos demais materiais; objetos para respectiva Secretaria.

\* LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ - Chefe do Serviço de Suprimentos da Secretaria Municipal de Administração;

\* SILVIA PASDA UHLIG - Chefe do Serviço Merenda e Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto; quando se tratar de serviços e compras de: materiais e objetos para respectiva Secretaria.

\* ODENILSON CONTRAT EHLKE - Diretor de Cultura e Desporto, quando se tratar de serviços e compras de: materiais e objetos relacionados à Divisão de Cultura e Desporto.

\* GILSON OMAR BRUNNQUELL - Diretor de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 3.003 de 08 de janeiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 08 de agosto de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/08/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.184 de 05 de Agosto de 2003**

DECRETO Nº 3.184 DE 05 DE AGOSTO DE 2003

CONCEDE PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO  
DE PONTO DE TAXI

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.762 de 05 de agosto de 2003; Resolve:

Art. 1º) Conceder ao Sr. Sirdio Neumann, CPF nº 294.451.679-53, residente na localidade de Fragosos, neste Município, o ponto de táxi, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.675 de 03 de fevereiro de 1993, localizado na Rua Generoso Fragoso, 950.

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de agosto de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/08/03

AURIENE ROEPKE

Chefe de Gabinete Interino

### **DECRETO Nº 3.183 DE 05 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.183 DE 05 DE AGOSTO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.761 de 05 de agosto de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras	
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras	
015.451.1801.1.005 -	Pavimentação de Vias Urbanas	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 200.000,00
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos	
017.511.1801.1.007 -	Rede Hidráulica para o Interior	
400000.00 -	Despesas de Capital	
440000.00 -	Investimentos	
449000.00 -	Aplicações Diretas	
449051.00 -	Obras e Instalações	R\$ 17.000,00
Total		R\$ 217.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma de Lei Municipal nº 2.416 em 05/08/03

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

### **DECRETO Nº 3.182 E 01 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.182 E 01 DE AGOSTO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar temporariamente o Senhor ROBSON RICHARD DUVOISIN, para exercer o cargo de Professor P1 - 11A, lotado na Secretaria Municipal de Educação - Divisão do Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 01 (zero um) mês, percebendo a remuneração de R\$ 270,53 (duzentos e setenta reais e cinquenta e três centavos).

Parágrafo Único - A contratação de que trata o presente Decreto, dá-se em virtude da titular CARLA LUCIANE FUCKNER matrícula nº 00083 encontrar-se em gozo de licença prêmio.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 28 julho de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 01 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 01/08/2003.

AURIENE ROEPKE  
Chefe do Gabinete Interino

### **DECRETO Nº 3.181 DE 01 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.181 DE 01 DE AGOSTO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srª. SIRLONE DE SOUZA ao cargo público de Técnico de Enfermagem, Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 5, Subnível 51, referência A, no valor de R\$ 662,81 (seiscentos e sessenta e dois reais e oitenta e um centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. SIRLONE DE SOUZA em 4º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/08/2003

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

### **DECRETO Nº 3.180 DE 01 DE AGOSTO DE 2003**

DECRETO Nº 3.180 DE 01 DE AGOSTO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, conforme estabelece em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear a Srª. BERNADETE TERESINHA SCHUTA ao cargo público de Professor, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 014 de 27 de maio de 2003, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 014/2003, é o de Nível P1, Subnível 11, referência A, no valor de R\$ 541,07 (quinhentos e quarenta e um reais e sete centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. BERNADETE TEREZINHA SCHUTA em 9º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de agosto de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/08/2003

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

### **DECRETO Nº 3.179 DE 28 DE JULHO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.179 DE 28 DE JULHO DE 2003

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO USO DO POSTO  
DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS "EGON LARSEN",  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo nº 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) O uso do Posto de Informações Turísticas "EGON LARSEN", terá normas estabelecidas através de Regulamentação, parte integrante deste Decreto anexo.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma de Lei Municipal nº 2.416 em: 28/07/2003



AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

## POSTO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS "EGON LARSEN"

### REGULAMENTO

#### CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Art. 1º) O espaço da sala de recepção do Posto de Informações Turísticas "Egon Larsen" é destinado à informações turísticas e à divulgação de eventos regionais, bem como à divulgação de atividades comerciais, profissionais, industriais, artesanais e artísticas dos Campo Alegrenses.

Art. 2º) Caberá ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico administrar e autorizar o uso do espaço previsto no artigo 1º deste Decreto, em conformidade com as disposições deste regulamento.

Art. 3º) A autorização para o uso de espaço será concedida mediante um requerimento do interessado, apresentado por escrito com as seguintes informações:

I - Nome completo, nacionalidade, profissão/finalidade, endereço e telefone para contato;

II - CPF ou CNPJ;

III - Espécie de produto que pretende expor, dentre as descritas e admitidas neste Decreto;

IV - Declaração de que está ciente de que a Prefeitura Municipal de Campo Alegre ou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e seus servidores ou subordinados não possuem responsabilidade sobre os produtos divulgados no espaço, não respondendo pela perda ou deterioração decorrente de furto, roubo, sinistro ou força maior e não respondendo também pela qualidade do produto, perante o solicitante ou perante terceiros.

Art. 4º) O solicitante se responsabiliza por quaisquer danos que por seus atos cause às instalações do Posto de Informações Turísticas "Egon Larsen".

#### CAPÍTULO II - Da Divulgação de Atividades Comerciais, Profissionais e Industriais

Art. 5º) O uso do espaço descrito no artigo 1º deste Decreto para fins de divulgação de atividades comerciais, profissionais e industriais de Campo Alegrenses será realizado apenas para a distribuição de cartões de visitas e folders, que poderão ficar expostos e serem distribuídos enquanto estiver aberto o estabelecimento comercial, e desde que possua regularidade para com o fisco municipal.

#### CAPÍTULO III - Da Divulgação de Atividades Artesanais e Artísticas

Art. 6º) O uso do espaço descrito no artigo 1º deste Decreto para fins de divulgação de atividades artesanais e artísticas de pessoas físicas ou jurídicas, associações, fundações, clubes, entidades filantrópicas e outras, sendo Campo Alegrenses, será realizado mediante:

I - A exposição e distribuição de cartões de visitas;

II - A exposição de produtos artesanais e artísticos, que:

a) não poderão conter preço;

b) não poderão ser comercializados no espaço do Posto de Informações Turísticas.

§ 1º) Não poderão ser expostos na sala de recepção do Posto de Informações, por pessoas físicas ou jurídicas que já estejam usufruindo desta oportunidade nas demais salas do Posto de Informações Turísticas "Egon Larsen" através da Associação Mãos do Campo ou de outra que venha a possuir a concessão das salas de exposição e vendas de produtos.

§ 2º) O prazo de exposição de produtos será decidido e agendado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, estará vinculado a demanda dos requerimentos de exposição, seguirá a ordem cronológica dos pedidos e será no máximo de 15 (quinze) dias podendo ser renovado quando houver um único interessado em expor;

§ 3º) O solicitante poderá apresentar novo pedido de exposição somente após atendido o seu último pedido.

#### CAPÍTULO IV - Da Divulgação de Eventos

Art. 7º) O uso do espaço descrito no artigo 1º deste Decreto para fins de divulgação de eventos poderá ser realizado através da exposição de cartazes, folders e panfletos de eventos regionais, desde que aprovados pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Campo Alegre.

Campo Alegre/SC, 28 de julho de 2003

EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CAMPO ALEGRE/SC

\_\_\_\_\_, (nome), abaixo qualificado, apresentando os requisitos do artigo 3º do Decreto Municipal nº 3.179 de 28 de julho de 2003, venho requerer a exposição de produtos na sala de recepção do Posto de Informações Turísticas "Egon Larsen", para o que DECLARO estar ciente de que a Prefeitura Municipal de Campo Alegre ou a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e seus servidores ou subordinados não possuem responsabilidade sobre os produtos divulgados no espaço,

não respondendo pela perda ou deterioração decorrente de furto, roubo, sinistro ou força maior e não respondendo também pela qualidade do produto, perante o solicitante ou perante terceiros.

Declaro-me responsável por atos meus que venham a danificar as instalações do Posto de Informações Turísticas "Egon Larsen".

Assim, solicito o deferimento do pedido e a definição do prazo em que poderei usufruí-lo em conformidade com o §1º do artigo 6º do referido Decreto.

NOME:

NACIONALIDADE:

PROFISSÃO/FINALIDADE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CPF/CNPJ:

PRODUTO QUE PRETENDE EXPOR:

SE CARTÕES, FOLDERS OU PANFLETOS PRETENDE DISTRIBUIR:

Campo Alegre/SC, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do Solicitante

### **Decreto Nº 3.178 de 28 de Julho de 2003**

DECRETO Nº 3.178 DE 28 DE JULHO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO

PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º. Inciso I, e Lei Municipal nº 2.700 de 18 de dezembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 569,20 (quinhentos e sessenta e nove reais e vinte centavos), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação.

012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio a Educação.

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 569,20

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação.

012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio a Educação

300000.00 - Despesas Correntes

310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00 - Aplicações Diretas

319001.00 - Aposentadorias e Reformas ..... R\$ 569,20

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

28 de julho de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 28/07/2003

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

**Decreto Nº 3.177 de 28 de Julho de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.177 DE 28 DE JULHO DE 2003.

NOMEIA O CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL DO  
IPRECAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 2.537/2001, que criou e instituiu o IPRECAL, em especial os Artigos 71, 72 em seus Parágrafos I, III e VI e 74 Parágrafos I, II e IV; RESOLVE:

Art.1º) Nomear os seguintes servidores efetivos como membros titulares e suplentes, do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, por força do processo eleitoral ocorrido em 11 de julho de 2003:

CONSELHO ADMINISTRATIVO	Nº MATRÍCULA	CONSELHO FISCAL	Nº MATRÍCULA
TITULARES:		TITULARES:	
Marilda Schadeck	000140	Rosana Emília Greipel	000146
Jefferson Jean Duvoisin	337	Maurene Tereza Cubas	000056
Maria Angélica Foitte	000086		
SUPLENTES:		SUPLENTES:	
Pedro Fagundes dos Santos Junior	000237	Sandro Bueno Franco	274
Mariluci dos Santos N. Buchmann	000077	Sandro José Cardoso de Meira	334
Luiz Carlos Chotovsky	000040		

Parágrafo Único - Os servidores nomeados como membros suplentes estão dispostos em ordem decrescente de maior votação, devendo ser respeitada esta disposição para futuras nomeações em caso de afastamento ou interrupção do mandato de qualquer dos membros titulares.

Art.2º) Indicar e nomear os seguinte servidores efetivos como membros titulares e suplentes, do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal:

CONSELHO ADMINISTRATIVO	Nº MATRÍCULA	CONSELHO FISCAL	Nº MATRÍCULA
TITULARES:		TITULAR:	
Rose Mari Cubas	000067	Lucimara Prestes de Souza Idalêncio	000078
Zurita Maria Pacheco Hass	282		
SUPLENTES:		SUPLENTE:	
João de Paula Munhoz	000030	Altevir Francisco Cothovski	000375
Silmara Malinovski Wollner	000268		

Art.3º) O exercício do cargo de membro dos Conselhos Administrativo e Fiscal não contemplará nenhum tipo de remuneração.

Art.4º) As atribuições e competências dos membros dos Conselhos estão dispostas na Lei de criação e Instituição do IPRECAL e seu funcionamento e plano de trabalho será devidamente homologado através do Regimento Interno de cada um dos respectivos Conselhos.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º) Revoga as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2.756 de 15 de outubro de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de julho de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/07/2003

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 3.176 DE 24 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.176 DE 24 DE JULHO DE 2003

ALTERA DISPOSIÇÕES DE VALORES DO DECRETO

MUNICIPAL Nº 3.125 DE 22 DE MAIO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, e Artigo 71 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições de valores do Artigo 1º do Decreto nº 3.125 de 22 de maio de 2003, excluindo a bolsa estudo da servidora JANICE FUCKNER, por motivo de exoneração, passando a vigorar conforme os valores abaixo descritos:

NOME	TOTAL ANUAL
Erna Luiza Pacheco Iensen	1.481,40
Margarida do Rocio dos Santos	1.111,05
Silvanira Telma Hruschka	1.111,05
Mirian L Friedrich	1.111,05
Lucemar Schmanský Pasda	1.481,40
Sirlei Maria Kujasky	1.481,40
Nelci I. Detroz.	1.111,05
Lindamir da L dos S. Drefhal.	1.111,05
Marli Olinda C. da Cruz	1.111,05
Maira J. P. de Miranda	1.481,40
TOTAL .....	12.591,90

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 24 de julho de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 24/07/2003.

AURIENE ROEPKE

Chefe de Gabinete Interino

**Decreto Nº 3.175 de 23 de Julho de 2003**

DECRETO Nº 3.175 DE 23 DE JULHO DE 2003

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE

DE LICITAÇÕES QUE MENCIONA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso VII e XIII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do inciso XVI do artigo 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 3º do Decreto nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001; DECRETA:

Art.1º) Nomeia: MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE, ocupante do cargo de Diretora Executiva do IPRECAL, LUCILAINE MOKFA SCHWARZ, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Suprimentos, LILIAN TEREZINHA BARTSCH, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo, para, sob a presidência da primeira e secretaria da segunda, comporem a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, com mandato para o exercício de 2003, com assessoria jurídica do Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Parágrafo Único - Nomeia: ROSANA EMÍLIA GREIPEL, ocupante do cargo de Chefe de Assistência à Saúde, SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Ensino Infantil, ROSE MARI CUBAS, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização, membros suplentes da Comissão Permanente Licitatória referida neste artigo.

Art.2º) São atribuições da Comissão Permanente de Licitações as constantes do artigo 3º do Decreto nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.019 de 03 de fevereiro de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de julho de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/07/2003

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

### **Decreto Nº 3174 de 18 de Julho de 2003**

DECRETO Nº 3174 DE 18 DE JULHO DE 2003  
INSTITUI REGIME ESPECIAL DE COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE  
SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS, PARA CONTRIBUINTES  
QUE SE ENQUADRAM NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE DECRETO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e amparado no art. 149 da Lei nº 2.293, de 26 de dezembro de 1997 - Código Tributário do Município de Campo Alegre,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído regime especial de cobrança do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS para os contribuintes do imposto que se enquadrarem em qualquer uma das situações previstas nos incisos deste artigo:

- I - quando se tratar de estabelecimento de funcionamento provisório ou sujeito a flutuações sazonais;
- II - na hipótese de se tratar de prestadores de serviços de precária organização;
- III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir documentos fiscais, ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias previstas na legislação vigente;
- IV - quando se tratar de contribuinte ou grupo de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou de atividades aconselhar, a critério exclusivo da autoridade competente, tratamento fiscal específico;
- V - quando o contribuinte reiteradamente violar o disposto na legislação tributária.

Art. 2º Nas hipóteses previstas nos incisos I a V do art. 1º, a base de cálculo do ISS será fixada por estimativa dos preços dos serviços, nos termos do art. 149 da Lei nº 2.293 de 26/12/1997, e levará em consideração:

- I - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
- II - o preço corrente dos serviços;
- III - o local onde se estabelece o contribuinte;
- IV - o valor total das despesas aplicado na atividade.
- V - outros elementos e informações concernentes à atividade explorada, passíveis de determinar a base de cálculo do imposto.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso IV, deste artigo, o valor da receita estimada não será inferior ao valor total das despesas realizadas no período correspondente, tais como:

- I - matérias-primas, combustíveis produtos e outros materiais consumidos no período;
- II - folha de salários pagos ou creditados durante o período, adicionada dos encargos sociais, vale transportes, honorários de diretores, contadores e retiradas dos sócios;
- III - aluguel de bens imóveis, móveis e equipamentos;
- IV - pagamento de financiamentos bancário realizados para aquisição de bens destinados às atividades do contribuinte (amortização de capital e juros);
- V - manutenção de bens imóveis, máquinas e equipamentos;
- VI - condomínio, fornecimentos de água, energia elétrica, telefone;
- VII - despesas com impostos, taxas, contribuições, seguros e publicidade;
- VII - serviços gráficos, fotocópias, digitação de documentos, desenvolvimento de sistemas de computação e assemelhados e outros.

Art. 3º Quando a estimativa da receita levar em consideração a hipótese do inciso IV do art. 1º, será computada a média mensal das despesas realizadas pelo estabelecimento nos três últimos meses anteriores ao período de referência;

Parágrafo único. A despesa média mensal realizada será acrescida de um percentual não inferior a 10% (dez por cento) e nem superior a 50% (cinquenta por cento), a título de lucro presumido.

Art. 4º O Contribuinte que se recusar a fornecer os elementos hábeis ao processo de estimativa fiscal ou outros documentos que permitam a aferição da base de cálculo do imposto, se sujeitará ao pagamento do imposto tendo por base a receita arbitrada.

Parágrafo único. O lançamento feito por arbitramento sujeitará o contribuinte às penalidades previstas na legislação tributária municipal.

Art. 5º O contribuinte que discordar da base de cálculo do imposto estimada na forma deste Decreto, deverá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta dias) contados da data da ciência do procedimento fiscal, fornecendo os elementos que justifiquem a revisão do cálculo da receita estimada.

Art. 6º No final de cada período considerado na estimativa cabe ao contribuinte, independente de qualquer ação fiscal, apurar a receita efetivamente auferida no período.

§ 1º Havendo diferença em favor da fazenda municipal, cabe ao contribuinte calcular o imposto devido, e após compensar os recolhimentos efetuados, recolher a diferença apurada no prazo de 30 (trinta) dias sem multa, juros ou correção monetária.

§ 2º Na hipótese de a diferença apurada favorecer o contribuinte, o imposto pago a maior será utilizado como crédito para compensação em período futuro, hipótese em que deverá ser apresentado requerimento à autoridade fazendária, acompanhado dos comprovantes devidos.

Art. 7º No interesse da fazenda municipal, fica assegurado ao fisco o direito de, a qualquer momento, rever ou suspender o regime de estimativa no qual foi enquadrado o contribuinte.

Art. 8º O imposto calculado sob o regime de estimativa da receita, na forma deste Decreto, deverá ser pago mensalmente até dia 15 do mês imediatamente posterior ao de referência.

Parágrafo único. O não pagamento até a data fixada no caput deste artigo sujeitará o contribuinte às penalidades de multa, juros e correção monetária prevista na legislação tributária do Município.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
18 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em 18/07/2003

AURIE NE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

### **DECRETO Nº 3.173 DE 16 DE JULHO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.173 DE 16 DE JULHO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial na Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srª. CRISTIANE DIAS ao cargo público de Enfermeiro, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 6 Subnível 61 referência A, no valor de R\$ 1.325,64 (um mil trezentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. CRISTIANE DIAS em 1º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 16/07/2003

AURIE NE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino



**DECRETO Nº 3.172 DE 14 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.172 DE 14 DE JULHO DE 2003.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 de 14 de julho de 2003, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
14 de julho de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 14/07/2003

AURIENE ROEPKE

Chefe de Gabinete Interino

**Decreto Nº 3.171 de 11 de Julho de 2003**

DECRETO Nº 3.171 DE 11 DE JULHO DE 2003.

DECRETA ESTADO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, EM RAZÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE COLETA DE LIXO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o serviço de coleta, transporte, transbordo, separação e transformação de resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos, prestado pela Administração Pública Municipal, através de terceiros, possui caráter essencial;

Considerando a rescisão do Contrato n.º 23/2000, firmado com a empresa CS Ambiental Ltda.;

Considerando que a ausência do mencionado serviço até o deslinde final de licitação na modalidade Concorrência Pública a ser lançada, poderá gerar graves transtornos de ordem pública, especialmente os ligados à saúde e saneamento básico, podendo, inclusive, ocasionar prejuízo e comprometer a segurança das pessoas;

Considerando que o Município não possui condições de tomar para si a prestação direta destes serviços, face ao número reduzido de servidores públicos e inexistência de equipamentos adequados, DECRETA:

Art.1º) Fica decretado ESTADO DE EMERGÊNCIA no Município de Campo Alegre-SC, nas áreas anteriormente atendidas pelos serviços objeto do Contrato n.º 23/2000, rescindido em 11 de julho de 2003, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
11 de julho de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 11/07/2003.

AURIENE ROEPKE

Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 3.170 DE 07 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.170 DE 07 DE JULHO 2003.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 013 de 06 de março de 2003, conforme estabelece seu Art. 9º; Resolve:

Art.1º) Admitir para fins de estágio o estudante CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY, regularmente matriculada na 3º série do Curso de Direito na Universidade da Região de Joinville - Univille.

Art. 2º) O estudante será lotado na Secretaria Municipal de Administração com carga horária de 06 (zero seis) horas diárias, percebendo o valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) mensais á título Bolsa estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 013/2003, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no artigo anterior.

Art.3º) O estágio terá a duração de 12 meses, iniciando a partir de 07 de julho de 2003, com término em 07 de julho de 2004.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº Municipal 2.416 em 07/07/2003

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 3.169 DE 07 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.169 DE 07 DE JULHO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.700 de 18 de dezembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para reforçar a seguinte Dotação do mesmo Orçamento:

1300 - Fundo Municipal de Saúde  
1313 - Fundo Municipal de Saúde  
010.301.1504.2001 - Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde  
300000.00 - Despesas Correntes  
310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00 - Aplicações Diretas  
319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 2.000,00

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

1300 - Fundo Municipal de Saúde  
1313 - Fundo Municipal de Saúde  
010.301.1504.2001 - Manutenção das Atividades Voltadas à Saúde  
300000.00 - Despesas Correntes  
310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00 - Aplicações Diretas  
319004.00 - Contratação por Tempo Determinado ..... R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de julho de 2003, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 07/07/2003

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

### **DECRETO Nº 3.168 DE 07 DE JULHO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.168 DE 07 DE JULHO DE 2003.  
DESIGNA MEMBROS DO PROCESSO ELEITORAL  
DO IPRECAL 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com base no Artigo 71 inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Em face do processo eleitoral para escolha dos membros que comporão o Conselho Administrativo e Fiscal do IPRECAL e de acordo com as determinações contidas no Regimento Eleitoral, DESIGNAR os seguintes servidores efetivos para a função de Presidentes, e Mesários, da urna estabelecida na sede do Instituto e para as duas urnas itinerantes:

URNA DA SEDE DO INSTITUTO - IPRECAL.

MARIA DE LOURDES PISKE - Presidente

CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE - Mesária

URNA ITINERANTE DISTRITO BATEIAS DE BAIXO

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO - Presidente

SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS - Mesária

URNA ITINERANTE DISTRITO DE FRAGOSOS

MARLI DE SOUZA - Presidente

ANTONIO CARLOS LONGO - Mesário

Art.2º) Designar para o exercício da função de fiscais eleitorais, que zelando pelo perfeito andamento das eleições e a régia aplicação do Regimento Eleitoral, os seguintes servidores:

- \* MANUEL VIEIRA PISKE - Matrícula 285.2-1
- \* JOSÉ EURIDES CORDEIRO DA CRUZ - Matrícula 96.5
- \* CLAUDIO ANDRADE - Matrícula 746.3

Art.3º) Este Decreto deverá ser afixado em todos os locais de grande circulação de servidores, em especial na sede do Instituto e da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.4º) O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
07 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/07/2003

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

**DECRETO Nº 3.167 DE 07 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.167 DE 07 DE JULHO DE 2003

CONVOCA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE  
SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Decreta:

Art.1º) Fica convocada a Conferência Municipal de Saúde, a realizar-se nos dias 15 e 16 de agosto de 2003, sob os auspícios da Secretaria Municipal de Saúde E Bem Estar Social.

Art.2º) O Tema Central da Conferência será "SAÚDE: UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO - A SAÚDE QUE TEMOS, O SUS QUE QUEREMOS".

Art.3º) A Conferência será presidida pela Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social, e na sua ausência ou impedimento eventual, pelo substituto.

Art.4º) Será expedido, mediante Portaria, Regimento Especial dispondo sobre a organização e funcionamento da Conferência Municipal de Saúde, a ser elaborado pela comissão para esse fim designada pela Secretária Municipal de Saúde.

Art.5º) As despesas com a realização da Conferência Municipal de Saúde, correrão por conta dos Recursos Orçamentários Próprios da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
em 07 de julho de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSOA  
Secretária de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 07/07/2003.

AURIENE ROEPKE  
Chefe de Gabinete Interino

**Decreto Nº 3.166 de 03 de Julho de 2003**

DECRETO Nº 3.166 DE 03 DE JULHO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.759 de 03 de julho de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação.

012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio a Educação.

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serviços de Terc. Pessoa Física ..... R\$ 1.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação.

012.361.1407.20009 - Manutenção do Apoio a Educação

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Direta

449052.00 - Equipamento e Material Permanente .....R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.165 DE 03 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.165 DE 03 DE JULHO DE 2003  
ABRE CRÉDITO ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.758 de 03 de julho de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.880,00 (Dois mil oitocentos e oitenta reais), e criar o seguinte Elemento de Despesa:

0800 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

0803 - Serviço de Obras e Serviços Públicos.

017.512.1703.1006 - Implantação do Aterro Sanitário.

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serviços de Terc. - Pessoa Física ...R\$ 2.880,00

Art.2º) Para fazer face à despesa mencionada no artigo anterior deste Decreto serão utilizados recursos por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.164 DE 03 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.164 DE 03 DE JULHO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.757 de 03 de julho de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 794,03 (setecentos e noventa e quatro reais, três centavos), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0504 - Divisão de Cultura e Desporto

027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas

400000.00 - Despesas de Capital

440000.00 - Investimentos

449000.00 - Aplicações Diretas

449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 794,03

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento

Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.  
0504 - Divisão de Cultura e Desporto  
027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas  
300000.00 - Despesas Correntes  
310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00 - Aplicações Direta  
339011.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas ..... R\$ 794,03

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.163 DE 03 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.163 DE 03 DE JULHO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.756 de 03 de Julho de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 8.193,00 (Oito mil, cento e noventa e três reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto  
0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação  
012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio a Educação  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Direta  
339036.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Física ..... R\$ 2.622,00  
0502 - Serviço de Ensino Fundamental  
012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica ..... R\$ 1.867,00  
012.365.1403.2012 - Manutenção das Atividades das Creches  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.000,00  
012.365.1404.2013 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 704,00  
400000.00 - Despesas de Capital  
440000.00 - Investimentos  
449000.00 - Aplicações Diretas  
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 2.000,00  
Total ..... R\$ 8.193,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:



0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.  
0502 - Serviço de Ensino Fundamental  
021.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
300000.00 - Despesas Correntes  
310000.00 - Outras Despesas Correntes  
319000.00 - Aplicações Diretas  
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil..R\$ 2.619,00  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339014.00 - Diárias Pessoal Civil ..... R\$ 870,00  
0503 - Serviços de Educação  
012.365.1403.2012 - Manutenção das Atividades das Creches  
400000.00 - Despesas de Capital  
440000.00 - Investimentos  
449000.00 - Aplicações Diretas  
449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 1.000,00  
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 1.000,00  
012.365.1404.2013 - Manutenção das Atividades do Pré Escolar  
300000.00 - Despesas Correntes  
310000.00 - Outras Despesas Correntes  
319000.00 - Aplicações Diretas  
319016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil..R\$ 2.704,00  
Total ..... R\$ 8.193,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
03 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.162 DE 03 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.162 DE 03 DE JULHO DE 2003

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.518 de 15 de maio de 2001 em seu Artigo 4º Parágrafo Primeiro; Resolve:

Art.1º) Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima, por indicação das seguintes entidades:

1. Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social.  
Viviane Marta Berlatto de Miranda  
Verônica Gorniack Schroeder.

2. Representantes do Conselho Municipal de Educação  
José Carlos Nenevê Cordeiro  
Maria Maurene Ottvagen May

3. Representante do Conselho Tutelar  
Magali Engel  
Juliana Klamann Moraes

4. Representantes da Pastoral da Criança  
Marisa Veng  
Elfrida Schulze

5 - Conselho Municipal de Trabalho e Emprego

Maria Eliane Friedrich  
Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
03 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 03/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.161 DE 01 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.161 DE 01 DE JULHO DE 2003.

INSTITUI COMISSÃO ORGANIZADORA DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e com base no Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Resolve;

Art.1º) Instituir a Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Saúde, para no prazo de 30 (trinta) dias, elaborar propostas de organização da mencionada conferência do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Saúde terá como atribuição promover as articulações necessárias com a Câmara Municipal de Vereadores, representantes das Entidades Sindicais dos Trabalhadores e Empregadores, Órgãos de Classes dos Profissionais de Saúde, Partidos Políticos, Instituições Públicas e Privadas envolvidas com área de Saúde, Entidades Representantes da Sociedade Civil e Conselho Municipal de Saúde; visando:

- a) Constituição da Comissão Organizadora;
  - b) Temário e data da realização da II Conferência Municipal de Saúde;
  - c) Estabelecimento dos critérios de representação dos participantes;
- Estrutura Organizacional da II Conferência Municipal de Saúde.

Art.3º) A Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Saúde, será composta pelos seguintes membros, sob a Coordenação da Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Membros: Entidades:

Eliana Pessôa Machado Collet. Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.  
Rosana Emília Greipel. Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.  
Ivonei Bittencourt. Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.  
Zurita Maria Pacheco Haas. Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.  
Lécio Pércles Virmond. Conselho Municipal de Saúde.  
Irª. Lídia Pagliari. Conselho Municipal de Saúde.  
José Odorico Gomes Munhoz. Conselho Municipal de Saúde.  
Roland Ristow Junior. 13ª Regional de Saúde.  
José Luis Silva. Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.4º) A Comissão Organizadora da II Conferência Municipal de Saúde, disporá do apoio técnico administrativo dos órgãos integrantes da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, bem como de outras organizações Estaduais, Nacionais vinculadas ao Setor de Saúde.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 01/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.160 de 01 de Julho de 2003**

DECRETO Nº 3.160 DE 01 DE JULHO DE 2003.

CEDE VEICULOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e com base no Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, Resolve;

Art.1º) Ficam cedidos ao Fundo Municipal de Saúde os veículos de propriedade do Município de Campo Alegre/SC, abaixo discriminados:

KOMBI - WOLKSWAGEN, CHASSI - 9BWZZZ231TP012868, ANO FABRICAÇÃO 1996, PLACAS LXR-3544, FROTA Nº 48.

KADET - IPANEMA/AMBULÂNCIA, CHASSI - 9BGKA35BWWB415275, ANO FABRICAÇÃO 1998, PLACAS LZU-8003, FROTA Nº 50.

FORD - COURIER AMBULÂNCIA, CHASSI - 9BFNSZPPA2B929970, ANO FABRICAÇÃO 2001, PLACAS MCJ-9521, FROTA Nº56.

Art.2º) As despesas de manutenção em geral, inclusive os gastos com combustível dos veículos mencionados no Artigo anterior deste Decreto, deverão ser contabilizadas nas dotações específicas do Orçamento Anual do Fundo Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2003.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 01/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.159 DE 01 DE JULHO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.159 DE 01 DE JULHO DE 2003.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO DAS ARAUCÁRIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 46, inciso II da Municipal Nº 2001 de 13 de dezembro de 1994; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o loteamento DAS ARAUCÁRIAS, localizado na Rua Ernesto Afonso Scheide, s/nº Bairro Belo Horizonte neste Município. Conforme Certidão emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras e Memorial Descritivo, parte integrante deste Decreto anexo.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
01 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 01/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.158 DE 01 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.158 DE 01 DE JULHO DE 2003

NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.149, alterada pela Lei Municipal nº 2.178, em seu Artigo 3º; Resolve:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, representantes Governamentais e Não Governamentais.

**REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL**

1. Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Titular: Rosana Emília Greipel

Suplente: Eliana Pessoa Machado Collet

2. Departamento de Bem Estar Social

Titular: Viviane Marta Berlatto de Miranda

Suplente: Verônica Gorniack Schroeder

3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Titular: Marli de Fátima Z. Dreveck.

Suplente: Sirley Dranka de Souza Freitas

4. Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack

Suplente: Auriene Roepke

5. Departamento Municipal de Cultura e Desporto

Titular: Odenilson Contrat Ehlke

Suplente: Lidiane Tascheck

6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Titular: Gilson Omar Brunnquell

Suplente: Denílson de Souza Bandeira

7. Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

Titular: Paulo Roberto Rodrigues

Suplente: Laércio Telles

**REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

1. Associação de Moradores

Titular: Simone Chaves

Suplente: Roseli Baptista

2. Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO

Titular: Sandra Maria Pereira Dana

Suplente: Ivanir Narloch Larson

3. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Ir<sup>a</sup>. Lídia Pagliari

Suplente: Roseli Fuckner

4. Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Lebon Régis - APP

Titular: Sônia Walter

Suplente: Izolde Rita Welter

5. Lions Club e Rotary Club - Clubes de Serviços

Titular: Alice Bayerl Grosskopf

Suplente: Jurandyr de França

6. Clube de Idosos

Titular: Marli Cubas

Suplente: Maria Piske

7. Rádio Cidade Comunitária  
Titular: Carlos Alberto Floriano  
Suplente: Marcos Roberto Scholze

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social será exercida pelos seguintes membros:

Presidente: Viviane Marta Berlatto de Miranda  
Vice-Presidente Verônica Gorniack Schroeder  
Primeira Secretária: Sirley Dranka de Souza Freitas  
Segunda Secretária: Rosana Emília Greipel  
Tesoureira: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack  
Gestora: Eliana Pessoa Machado Collet

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3.131 de 28 de maio de 2003.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
01 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 01/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.157 DE 01 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.157 DE 01 DE JULHO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srª. MARÍLIA SCHEFFER ao cargo público de Instrutor de Música, Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 4 Subnível 41 referência A, no valor de R\$ 2,55 (dois reais, cinquenta e cinco centavos) por hora aula, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, 04 (zero quatro) horas de repouso semanal remunerado.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. MARÍLIA SCHEFFER em 7º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 01/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.156 DE 01 DE JULHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.156 DE 01 DE JULHO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srª. ROSECLÉIA BRUSKE JUNG ao cargo público de Técnico Nível Médio (Técnico de Enfermagem), Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 5 Subnível 51 referência A, no valor de R\$ 662,82 (seiscentos e sessenta e dois reais, oitenta e dois centavos) mensais, estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 314 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. ROSECLÉIA BRUSKE JUNG em 3º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
01 de julho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 01/07/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.155 de 30 de Junho de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.155 DE 30 DE JUNHO 2003.

DECLARA IMPRESTÁVEIS BENS MÓVEIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 98, Inciso II da Lei Orgânica Municipal e considerando o relatório final da Comissão Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis de Campo Alegre, designada pelo Decreto nº 2.927 de 25 de setembro de 2002; Resolve:

DECRETAR:

Art.1º) Ficam declarados imprestáveis ao Serviço Público Municipal os Bens Móveis mencionados no Anexo Único, conforme ata da Comissão Provisória de seleção destinação e doação de bens públicos imprestáveis ao serviço público municipal, Resolução nº 01 de 09 de Junho de 2003 a qual Declara Imprestáveis os Bens Móveis que Menciona, avaliados em R\$ 9,00 (nove reais) documentos que fazem parte integrante deste Decreto.

Art.2º) A Secretaria Municipal de Administração formalizará os atos necessários nos respectivos registros patrimoniais.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei nº 2.416/1999 em 30/06/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**ANEXO ÚNICO**  
**RELAÇÃO DE MATERIAIS DEPARTAMENTO DE CULTURA E DESPORTO PARA BAIXA.**

22630	LIVRO FARMACOPEIA BRASILEIRA	R\$ 0,20	110,00
22631	LIVRO GRANDE FAR.BRASILEIRA 2 VOLUME	R\$ 0,20	100,00
22759	COLEÇÃO DE HISTORINHAS ANIMADAS 24 VOLUMES	R\$ 0,10	288,00
22760	COLEÇÃO ARTESANATO PARA CRIANÇA 4 VOLUMES	R\$ 0,10	16,00
22761	LIVRO TÉCNICO PEDAGÓGICO	R\$ 0,10	10,00
22763	LIVRO PARA MAGISTÉRIO	R\$ 0,10	5,00
22766	DICIONARIO DELTA	R\$ 0,10	49,50
22778	COLEÇÃO LIVRO ECO 8 VOLUMES	R\$ 0,20	24,00
22779	COLEÇÃO DE LIVROS SAPECA 6 VOLUMES	R\$ 0,20	30,00
22781	COLEÇÃO DISNEY COM 6 VOLUMES	R\$ 0,10	12,00
22782	LIVRO PARA O MAGISTÉRIO	R\$ 0,10	8,00
22785	COLECAO PARAISO DA CRIANÇA 16 VOLUMES	R\$ 0,20	80,00
22786	COLEÇÃO GEORAMA COM 6 VOLUMES	R\$ 0,10	12,00
22789	COLEÇÃO ESCOTEIRO MIRIM COM 8 VOLUMES	R\$ 0,20	24,00
22793	COLEÇÃO PRIMEIRA ENCICLOPEDIA COM 8 VOLUMES	R\$ 0,20	20,00
22794	COLEÇÃO TESOURO DISNEY COM 8 VOLUMES	R\$ 0,10	24,00
22797	NOVA ENC.DE PESQUISAS ATUAIS COM 3 VOLUMES	R\$ 0,10	15,00
22799	COLEÇÃO BELEZA E JUVENTUDE COM 3 VOLUMES	R\$ 0,10	15,00
22804	COLEÇÃO MUNDO PARA TODOS COM 8 VOLUMES	R\$ 0,10	18,00
22809	COLEÇÃO TECNICA PEDAGOGICA NA ESCOLA 5 VOLUMES	R\$ 0,10	15,00
22810	LIVRO PARA O MAGISTÉRIO	R\$0,10	10,00
22812	COLEÇÃO ANTOLOGIA DA LITERAT. INF. 4 VOLUMES	R\$0,10	12,00
22831	COLEÇÃO PSICOLOGIA 5 VOLUMES	R\$0,10	15,00
22832	ENCICLOPEDIA INFANTIL GAMMA 3 VOLUMES	R\$0,10	15,00
22834	COLEÇÃO CIENCIAS CONTÁBEIS 4 VOLUMES	R\$0,10	12,00
22837	LIVRO ROMANCE CHICO XX	R\$0,10	3,00
22838	LIVRO ROMANCE CHICO XX	R\$0,10	3,00
22839	LIVRO ROMANCE CHICO XX	R\$0,10	3,00
22840	LIVRO ROMANCE CHICO XX	R\$0,10	3,00
22842	COLEÇÃO PARAISO DA CRIANÇA 8 VOLUMES	R\$0,20	24,00
22844	ENCICLOPEDIA DIDATICA DE PESQUISA 5 VOLUMES	R\$0,10	15,00
22867	COLEÇÃO RELER COM 132 VOLUMES	R\$0,40	396,00
22869	BIBLIOTECA BASICA BRASILEIRA COM 10 VOLUMES	R\$0,10	30,00
22874	GEO ATLAS	R\$0,20	10,00
22875	BRASIL NOVO ATLAS HIST. E GEOGRAFIA ATUAL	R\$0,20	15,00
22876	BRASIL NOVO ATLAS HIST. E GEOGRAFIA ATUAL	R\$0,20	15,00
22877	BRASIL NOVO ATLAS HIST. E GEOGRAFIA ATUAL	R\$0,20	15,00
22880	DESCOBRIR E CONHECER 4 VOLUMES	R\$0,20	12,00
22883	MUNICIPIO CATARINENSE 4 VOLUMES	R\$0,10	12,00
22890	ENSINO RENOVADO DE BIOLOGIA 4 VOLUMES	R\$0,20	12,00
22891	GALERIA DE HOMENS E MULHERES CEL. 4 VOLUMES	R\$0,20	48,00
22904	COLEÇÃO MUNDO ATUAL COM 6 VOLUMES	R\$0,10	5,00
22925	VISORAMA ENC. DE PESQUISAS 3 VOLUMES	R\$0,20	6,00
22927	O MUNDO EM QUE VIVEMOS 5 VOLUMES	R\$0,20	50,00
22946	BIBLIT. DA LINGUA PORTUGUESA 7 VOLUMES	R\$0,20	14,00
22947	COLEÇÃO LET 'S VISIT 21 VOLUMES	R\$0,20	42,00
22948	COLEÇÃO NOVOA GEOGRAFIA DO BRASIL 3 VOLUMES	R\$0,20	9,00
22981	LIVRO DE OURO	R\$0,10	3,00
22985	SECRETARIA UNIVERSAL	R\$0,10	3,00
22987	DIREITO DO COMPUTADOR	R\$0,10	3,00
22988	COLEÇÃO INFORMATICA 2 VOLUMES	R\$0,10	6,00

22996	NOVA ENCICLOPEDIA ESCOLAR 3 VOLUMES	R\$0,10	9,00
23000	PEQUENO DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA	R\$0,10	30,00
23006	NOVO DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA	R\$0,10	20,00
23007	NOVO DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA	R\$0,10	20,00
23008	DICCIONARIO DINAMICO	R\$0,10	10,00
23009	DICCIONARIO DINAMICO	R\$0,10	10,00
23017	MANUAL DO ESTUDANTE	R\$ 0,10	5,00
23018	COLEÇÃO INGLES DO ESTUDANTE 6 VOLUMES	R\$0,10	18,00
23022	MINI DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA EST.	R\$0,10	3,00
23023	MINI DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA EST.	R\$0,10	3,00
23024	MINI DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA EST.	R\$0,10	3,00
23039	COLEÇÃO CABEÇA E UM MUNDO 9 VOLUMES	R\$0,20	18,00
23046	LIVRO VENDAVAL DA SAÚDE	R\$0,10	14,00
23048	LIVRO RASTOS, RESTOS E RASTOS	R\$0,20	14,00

TOTAL ..... R\$ 9,00

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 3.154 de 27 de Junho de 2003**

DECRETO Nº 3.154 DE 27 DE JUNHO DE 2003.

CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere o art.71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, considerando o DECRETO FEDERAL de 22 de maio de 2003, a PORTARIA MINISTERIAL 170 de 26 de maio de 2003 e o DECRETO ESTADUAL Nº 351, de 13 de JUNHO de 2003.

DECRETA:

Art.1º Fica convocada a 1ª Conferência Municipal da Cidade de CAMPO ALEGRE/SC, a se realizar nos dias 21 e 22 de julho de 2003, no Espaço Cultural - Sirley Mª. Neumann Johanson, sito á Av. Dr. Getúlio Vargas, 620 Centro - Campo Alegre/SC, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º A 1ª Conferência Municipal da Cidade de Campo Alegre/SC, desenvolverá seus trabalhos a partir do lema "Cidade para Todos" e sob o tema "Construindo uma Política Democrática e Integrada para as Cidades".

Art.3º A 1ª Conferência Municipal da Cidade de Campo Alegre/SC será presidida pelo Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras e, na sua ausência ou impedimento eventual, pela Secretária Municipal de Administração.

Art.4º O Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras expedirá, mediante portaria, o regimento da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Campo Alegre/SC.

Parágrafo Único: O Regimento disporá sobre a organização e funcionamento da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Campo Alegre/SC, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados.

Art.5º Caberá à 1ª Conferência Municipal da Cidade de Campo Alegre/SC propor a criação do Conselho Municipal da Cidade de Campo Alegre/SC, opinar sobre sua estrutura e composição.

Art.6º As despesas com a realização da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Campo Alegre/SC correrão por conta dos recursos orçamentários próprios da Prefeitura Municipal.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 27 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 27/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.153 DE 27 DE JUNHO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.153 DE 27 DE JUNHO DE 2003.

APROVA LOTEAMENTO DENOMINADO JARDIM RESIDENCIAL PRISCILA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 46, inciso II da Municipal Nº 2001 de 13 de dezembro de 1994; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o loteamento JARDIM RESIDENCIAL PRISCILA, localizado no Distrito de Fragosos neste Município. Conforme Certidão emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras e Memorial Descritivo, parte integrante deste Decreto anexo.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
27 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 27/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.152 DE 23 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.152 DE 23 DE JUNHO DE 2003.

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução de nº 01 de 18 de junho de 2003, que faz parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
23 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.151 DE 23 DE JUNHO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.151 DE 23 DE JUNHO DE 2003.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO  
DE ELEIÇÃO DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que com base no Artigo 71 inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Designar os seguintes membros para comporem a Comissão para a Eleição do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Campo Alegre - IPRECAL.

- \* LILIAN TEREZINHA BARTSCH
- \* ROSE MARI CUBAS
- \* MARIA MAURENE O. MAY

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.150 DE 16 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.150 DE 16 DE JUNHO 2003.  
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº013 de 06 de março de 2003, conforme estabelece seu Art. 9º; Resolve:

Art.1º) Admitir para fins de estágio o estudante EDERSON IDALENCIO, regularmente matriculado no Curso ENSINO MEDIO - Regular no Colégio "Nova Era" cursando o 1ª Semestre.

Art.2º) O estudante será lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com carga horária de 08 (zero oito) horas diárias, percebendo o valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais á título Bolsa Estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 013/2003, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no artigo anterior.

Art.3º) O estágio terá a duração de 12 meses, iniciando a partir de 16 de junho de 2003, com término em 16 de junho de 2004.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº Municipal 2.416 em 16/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.149 DE 16 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.149 DE 16 DE JUNHO DE 2003  
INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art. 1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 20 de junho (sexta-feira), voltando com expediente normal no dia 23 de junho de 2003 (segunda- feira).

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 16 de junho de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal.

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 16/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA.

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.148 DE 13 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.148 DE 13 DE JUNHO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear o Sr. Dr. ERWIN FRANZ GATTRINGER FILHO ao cargo público de Médico: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 6 Subnível 61 referência A, no valor de R\$ 2.651,27 (Dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais, vinte e sete centavos) mensais, estabelecido nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 314 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sr. Dr. ERWIN FRANZ GATTRINGER FILHO em 1º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

13 de junho de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.147 DE 13 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.147 DE 13 DE JUNHO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 2.753 de 13 de junho de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 12.260,70 (doze mil, duzentos e sessenta reais e setenta centavos), para reforçar a seguinte Dotação do mesmo Orçamento:

1500 - Fundo Municipal de Assistência Social

1515 - Fundo Municipal de Assistência Social

008.244.1604.2001 - Manutenção das Atividades Sociais

300000.00 - Despesas Correntes  
310000.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
319000.00 - Aplicações Diretas  
319013.00 - Obrigações Patronais ..... R\$ 280,00  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339014.00 - Diárias - Civil ..... R\$ 100,00  
339032.00 - Material Consumo Distribuição Gratuita...R\$10.305,70  
339036.00 - Outros Serv. Terceiros Pessoa Física ..... R\$ 1.575,00  
Total ..... R\$12.260,70

Art.2º) Para Cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária:

1500 - Fundo Municipal de Assistência Social  
1515 - Fundo Municipal de Assistência Social  
08.244.1604.2001 - Manutenção das Atividades Sociais  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 1.000,00  
339039.00 - Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídicas ..... R\$ 4.950,70  
400000.00 - Despesas de Capital  
440000.00 - Investimentos  
  
449000.00 - Aplicações Diretas  
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 6.310,00  
Total ..... R\$12.260,70

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.146 DE 13 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.146 DE 13 DE JUNHO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.751 de 13 de junho de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 16.300,00 (Dezesseis mil, trezentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.  
0502 - Serviço de Ensino Fundamental  
012.361.1408.2010 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00  
05.03 - Serviço de Educação Infantil  
012.365.1404.2013 - Manutenção das Atividades do Pré-Escolar  
400000.00 - Despesas de Capital  
440000.00 - Investimentos  
449000.00 - Aplicações Diretas  
449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$11.300,00  
TOTAL ..... R\$16.300,00



Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.  
Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.145 DE 13 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.145 DE 13 DE JUNHO DE 2003

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E CRIAR ELEMENTOS DE DESPESA

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.750 de 13 de junho de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Especial no valor de R\$ 2.304,70 (Dois mil trezentos e quatro reais, setenta centavos), e criar os seguintes Elementos de Despesa:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0504 - Divisão de Cultura e Desporto.

013.392.1410.2014 - Manutenção das Atividades Culturais.

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339031.00 - Premiações Culturais, Artísticos, Científicas,

Desportivas e Outros .....R\$ 400,00

027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas.

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339031.00 - Premiações Culturais, Artísticos, Científicas, Desportivas e Outros .....R\$1.904,70

Art.2º) Para fazer face à despesa mencionada no artigo anterior será por Anulação Parcial do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0504 - Divisão de Cultura e Desporto.

013.392.1410.2014 - Manutenção das Atividades Culturais.

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita ..... R\$1.600,00

027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas.

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339032.00 - Material de Distribuição Gratuita ..... R\$ 704,70

Total ..... R\$2.304,70

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.144 DE 13 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.144 DE 13 DE JUNHO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.749 de 13 de junho de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 38.150,00 (trinta e oito mil, cento e cinquenta reais), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0101 - Câmara de Vereadores	
0101 - Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 - Despesas Correntes	
330000.00 - Outras Despesas Correntes	
339000.00 - Aplicações Diretas	
339046.00 - Auxílio Alimentação .....	R\$ 9,50
339093.00 - Indenizações e Restituições .....	R\$ 4.916,11
400000.00 - Despesas de Capital	
440000.00 - Investimentos	
449000.00 - Aplicações Diretas	
449051.00 - Obras e Instalações .....	R\$30.224,39
0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
0702 - Divisão Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2023 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
300000.00 - Despesas Correntes	
330000.00 - Outras Despesas Correntes	
339000.00 - Aplicações Diretas	
339030.00 - Material de Consumo .....	R\$ 3.000,00
<b>Total .....</b>	<b>R\$38.150,00</b>

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0101 - Câmara de Vereadores	
0101 - Câmara de Vereadores	
001.031.1101.2001 - Manutenção das Atividades Legislativas	
300000.00 - Despesas Correntes	
330000.00 - Outras Despesas Correntes	
339000.00 - Aplicações Diretas	
339009.00 - Salário Família .....	R\$ 450,00
339016.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil..	R\$ 1.000,00
339014.00 - Diárias - Civil .....	R\$ 4.000,00
339030.00 - Material de Consumo .....	R\$ 4.200,00
339036.00 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física..	R\$ 2.000,00
400000.00 - Despesas de Capital	
440000.00 - Investimentos	
449000.00 - Aplicações Diretas	
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente .....	R\$23.500,00
0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
0702 - Divisão Desenvolvimento Econômico	
020.606.1701.2023 - Gestão Administrativa Desenvolvimento Econômico	
400000.00 - Despesas de Capital	
440000.00 - Investimentos	
449000.00 - Aplicações Diretas	
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente .....	R\$ 3.000,00
<b>Total .....</b>	<b>R\$38.150,00</b>

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
13 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 13/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.143 DE 06 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.143 DE 06 DE JUNHO DE 2003

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.747 de 05 de junho de 2003; Resolve:

Art.1º) Fica concedido o direito real de uso de parte do lote nº 6A do Distrito Industrial do Município de Campo Alegre, à Rodovia SC 301, medindo 3.000,00m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos contados a partir da presente data, à empresa "INCOMFINGER INDUSTRIAL E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA".

Art.2º) Após o término do prazo constante do Artigo 1º, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre/SC, outorgar a doação do imóvel, através de Lei específica, à empresa por justificado interesse público, ou, prorrogar a concessão de direito real de uso, conforme o caso.

Art.3º) Os documentos apresentados pelo Concessionário, ficarão arquivados na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
06 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em 06/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.142 DE 06 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.142 DE 06 DE JUNHO DE 2003.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 de 06 de junho de 2003, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
06 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 06/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.141 DE 06 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.141 DE 06 DE JUNHO DE 2003.

CONCEDE APOSENTADORIA E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no Art. 20 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art.1º) Fica aposentada por idade, conforme o Artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a servidora MARIA AUGUSTA RIBEIRO DO AMARAL, matrícula nº 000045, ocupante do cargo de Agente Operacional I, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art.2º) Autoriza o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional de 43% (quarenta e três por cento) sobre a remuneração de contribuição, atualmente fixada em R\$ 436,68 (quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo o valor do benefício de aposentadoria em R\$ 187,77 (cento e oitenta e sete reais, setenta e sete centavos), a ser custeado pelo Tesouro Municipal.

Art.3º) A Remuneração mencionada no Artigo anterior deste Decreto compõem-se da Remuneração do Nível 1 Sub-Nível 12 referência A equivalente á R\$ 383,61 ( trezentos e oitenta e três reais, sessenta e um centavos), acrescido de R\$ 53,07 (Cinquenta e três reais, sete centavos) á Título de Agregação a Remuneração conforme estabelece a Lei Complementar Municipal nº 006 em seu Artigo 165.

Parágrafo Único: Deverá ser observada a diretriz emanada do Artigo 37 Parágrafo III da Constituição Federal de 1988, não se pagando benefício inferior ao Salário Mínimo. Nesta data o valor de proventos será de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), equivalente ao salário mínimo vigente.

Art.4º) Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, nos termos do artigo 90, inciso V da Lei Complementar Municipal n.º 006, de 19 de setembro de 2002.

Art.5º) A presente Aposentadoria dá-se em observância aos preceitos legais apontados no Parecer Jurídico, exarado no Processo de Aposentadoria nº 089/2001.

Art. 6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

06 de junho de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 06/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.140 DE 06 DE JUNHO DE 2003**

DECRETO Nº 3.140 DE 06 DE JUNHO DE 2003.

CONCEDE APOSENTADORIA E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no Art. 20 da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art.1º) Fica aposentada por tempo de contribuição, conforme o Artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, a servidora MARIA DA GRAÇA DRANCKA, matrícula n.º 000097, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º) Autoriza o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, de 100% (cem por cento) sobre a remuneração de contribuição, atualmente fixada em R\$ 436,68 (quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos), a ser custeado pelo Tesouro Municipal.

Art.3º) A Remuneração mencionada no Artigo anterior deste Decreto compõem-se da Remuneração do Nível 1 Sub-Nível 12 referência A equivalente á R\$ 383,61 ( trezentos e oitenta e três reais, sessenta e um centavos), acrescido de R\$ 53,07 (cinquenta e três reais, sete centavos) a Título de Agregação a Remuneração conforme estabelece a Lei Complementar Municipal nº 006 em seu Artigo 165.

Art. 4º) Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no artigo 90, inciso V da Lei Complementar n.º 006, de 19 de setembro de 2002.

Art.5º) A presente Aposentadoria dá-se em observância aos preceitos legais apontados no Parecer Jurídico, exarado no Processo de Aposentadoria nº228/2002.

Art. 6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

06 de junho de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSOA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 06/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.139 DE 02 DE JUNHO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.139 DE 02 DE JUNHO DE 2003

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 014/2003 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Nomear o Servidor Público Municipal o Sr. JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO, para exercer a função de Confiança; Chefe do Serviço de Apoio à Educação, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto dos Profissionais da Educação do Município de Campo Alegre/SC, percebendo o valor pecuniário de R\$ 573,70 (quinhentos e setenta e três reais, setenta centavos) mensal, na Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a partir desta data.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 02/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.138 de 02 de Junho de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.138 DE 02 DE JUNHO DE 2003

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 014/2003 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal a Srª. SILVIA PASDA UHLIG, para exercer a função de Confiança; Chefe do Serviço de Merenda e Transporte Escolar, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto dos Profissionais da Educação do Município de Campo Alegre/SC, percebendo o valor pecuniário de R\$ 573,70 (quinhentos e setenta e três reais, setenta centavos) mensal, na Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a partir desta data.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 02/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.137 de 02 de Junho de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.137 DE 02 DE JUNHO DE 2003

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 014/2003 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal a Srª. SIRLEY DRANCKA DE SOUZA FREITAS, para exercer a função de Confiança; Chefe do Serviço de Ensino Infantil, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto dos Profissionais da Educação do Município de Campo Alegre/SC, percebendo o valor pecuniário de R\$ 573,70 (quinhentos e setenta e três reais, setenta centavos) mensal, na Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a partir desta data.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 02/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.136 DE 02 DE JUNHO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.136 DE 02 DE JUNHO DE 2003.

REGULAMENTA O SORTEIO DE PRÊMIOS NO PROGRAMA "NOTA EM DIA", PARA O ANO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em cumprimento aos Artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 2.735 de 05 de maio de 2003;

DECRETA:

Art.1º) Através de sorteio público organizado pela Unidade Conveniada à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, desta Prefeitura, deverão ser disponibilizados para cada produtor sorteado, os seguintes produtos:

- I - 15 (quinze) toneladas de calcário à granel, do 1º ao 5º sorteado;
- II - 01 (uma) saca de sementes de milho, do 6º ao 15º sorteado;

Parágrafo único - O calcário deverá ser retirado diretamente na sede da empresa mineradora, mediante apresentação de autorização fornecida pela unidade conveniada, enquanto as sementes de milho deverão ser disponibilizadas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Os sorteios públicos deverão ser realizados no escritório da Unidade Conveniada à Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, com sede nesta Prefeitura Municipal, até a 2ª quinzena do mês de junho do corrente ano, em data e horário conveniente à administração pública, que deverá divulgá-los, ampla e previamente aos produtores rurais do Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 02/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.135 DE 02 DE JUNHO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.135 DE 02 DE JUNHO DE 2003

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 71, inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 014/2003 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Nomear a Servidora Pública Municipal a Srª. MARIA MAURENE O. MAY, para exercer a função de Confiança; Chefe do Serviço de Ensino Fundamental, para exercer as atribuições definidas no Anexo IV, do Estatuto dos Profissionais da Educação do Município de Campo Alegre/SC, percebendo o valor pecuniário de R\$ 573,70 (quinhentos e setenta e três reais, setenta centavos) mensal, na Função Gratificada: FG-1, constante no Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 014 de 27 de maio de 2003, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto a partir desta data.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
02 de junho de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 02/06/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.134 de 28 de Maio de 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.134 DE 28 DE MAIO DE 2003.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM A DIRETORIA DO FUNDO  
MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - FMAMA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.378 de 25 de novembro de 1998, em seu Artigo 5º; Decreta:

Art.1º) Nomear para integrarem a Diretoria do Fundo Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - FMAMA, os membros indicados como adiante segue:

- Presidente: RENATO BAHR;
- Vice-Presidente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA;
- Tesoureiro: AURIENE ROEPKE;
- Membros: WILTON BUENO FARIAS;  
RUFINO TELMA.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas todas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.669 de 16 de abril de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.133 DE 28 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.133 DE 28 DE MAIO DE 2003.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM O CONSELHO  
MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.377 de 25 de novembro de 1998, em seu Parágrafo Primeiro, Artigo 5º; Decreta:

Art.1º) Nomear para integrarem o Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, os membros titulares e suplentes, indicados pelos órgãos e entidades que o compõem como adiante segue:

1 - Prefeito Municipal - Sr. RENATO BAHR

2 - Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico  
Titular: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA.  
Suplente: GILSON OMAR BRUNNQUELL

3 - Secretária Municipal de Saúde e Bem Estar Social  
Titular: SANDRO BUENO FRANCO  
Suplente: ELIANA P. M. COLLET

4 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto  
Titular: MARLI DE FÁTIMA Z. DREVECK  
Suplente: JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO

5 - Secretária Municipal de Finanças:  
Titular: AURIENE ROEPKE  
Suplente: ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK

6 - Representante do Sindicato Rural:  
Titular: WOLFRAN BAHR  
Suplente: NOIRTON SCHROEDER

7 - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:  
Titular: JOSÉ ODORICO MUNHOZ  
Suplente: LUIZ TADEU MUNHOZ

8 - Representante do Cooperativa dos Produtores de Erva Mate:  
Titular: HILDEBERTO BAHR  
Suplente: ALTAMIRO MUNHOZ

9 - Representante da Associação Mãos do Campo:  
Titular: OTTO SCHUMACHER  
Suplente: REINALDA STEFANES

10 - Representante da ACIACA - Associação Comercial e Industrial de C.A:  
Titular: REINALDO BAECHTOLD  
Suplente: LUIZ TADEU MUNHOZ

11- Núcleo dos Ovinocultores:  
Titular: WOLFRAM BAHR  
Suplente: ADOLAR BAHR

12 - Representante da EPAGRI - Empresa de Pesq. Agrop. e Extensão Rural de SC:  
Titular: TARCISIO TRAPP  
Suplente: ARACY RUPPEL.

13 - Representante dos Jovens Rurais:  
Titular: HERMES SCHÖGL

Suplente: GENÉSIO NOGUEIRA

14 - Representantes dos Agricultores:

- Hildonir Kolbech
- Otávio Stominski
- Heinz Bahr
- Mário Kotovicz
- Geraldo Scholze
- Carlos Scholze
- Célio Fuckner
- Osni Rudnick
- Angela Munhoz
- Rosemar Pauli
- Rosane Katzmann
- Marli Bahr
- Álvaro Drancka
- Leonides Hoff
- Maurício Derenievicz
- Landivo Biabock

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será exercida pelos seguintes membros:

- Presidente: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA
- Vice-Presidente: DONALDO DE SOUZA FREITAS
- 1º Secretário: PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
- 2º Secretário: ARACY RUPPEL
- 1º Tesoureiro: LUIZ TADEU MUNHOZ
- 2º Tesoureiro: BRAÚLIO PRUCHNESKY

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.668 de 16 de abril de 2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em, 28 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 28/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.132 DE 28 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.132 DE 28 DE MAIO DE 2003.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Homologar as Resoluções do Conselho Municipal de Saúde, Resolução de nº 01, 02, 03 e 04 de 28 de maio de 2003, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 28/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.131 DE 28 DE MAIO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.131 DE 28 DE MAIO DE 2003

NOMEIA CONSELHEIROS E RESPECTIVOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 2.149, alterada pela Lei Municipal nº 2.178, em seu Artigo 3º; Decreta:

Art.1º) Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, representantes Governamentais e Não Governamentais.

**REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL**

1. Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Titular: Rosana Emília Greipel

Suplente: Eliana Pessoa Machado Collet

2. Departamento de Bem Estar Social

Titular: Viviane Marta Berlatto de Miranda

Suplente: Verônica Gorniack Schroeder

3. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Titular: Marli de Fátima Z. Dreveck.

Suplente: Sirley Drancka de Souza Freitas

4. Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Titular: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack

Suplente: Lucilaine Mókfa Schwarz

5. Departamento Municipal de Cultura e Desporto

Titular: Odenilson Contrat Ehlke

Suplente: Maria Angélica Foitte

6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Titular: Gilson Omar Brunnquell

Suplente: Pedro Fagundes dos Santos Júnior

7. Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras

Titular: Paulo Roberto Rodrigues

Suplente: Laércio Telles

**REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:**

1. Associação de Moradores

Titular: Simone Chaves

Suplente: Roseli Baptista

2. Fundação Educacional de Campo Alegre - FECAMPO

Titular: Sandra Maria Pereira Dana

Suplente: Ivanir Narloch Larson

3. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Titular: Ir<sup>a</sup>. Lídia Pagliari

Suplente: Roseli Fuckner

4. Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Lebon Régis - APP

Titular: Sônia Walter

Suplente: Izolde Rita Welter

5. Lions Club e Rotary Club - Clubes de Serviços

Titular: Alice Bayerl Grosskopf

Suplente: Jurandyr de França

6. Clube de Idosos

Titular: Marli Cubas

Suplente: Maria Piske

7. Rádio Cidade Comunitária

Titular: Carlos Alberto Floriano

Suplente: Marcos Roberto Scholze

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social será exercida pelos seguintes membros:

Presidente: Viviane Marta Berlatto de Miranda  
Vice-Presidente Verônica Gorniack Schroeder  
Primeira Secretária: Sirley Drancka de Souza Freitas  
Segunda Secretária: Rosana Emília Greipel  
Tesoureira: Adriana Aparecida Pykocz Ruzsack  
Gestora: Eliana Pessoa Machado Collet

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.861 de 30 de abril de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
28 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 28/05/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.130 DE 27 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.130 DE 27 DE MAIO DE 2003  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.744 de 27 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Finanças  
0401 - Administração Financeira  
004.123.1301.2006 - Manutenção das Atividades de Finanças  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339092.00 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 18.000,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

9000 - Reserva de Contingência  
9099 - Reserva de Contingência  
99.99.999.2999 - Recursos para Suplementações  
9000.00 - Reserva de Contingência  
9900.00 - Reserva de Contingência  
9990.00 - Reserva de Contingência ..... R\$ 18.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
27 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 27/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.128 DE 23 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.128 DE 23 DE MAIO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.741 de 23 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.966,35 (dois mil, novecentos e sessenta e seis reais, trinta e cinco centavos), a fim de suplementar as seguintes dotações do Orçamento Vigente:

0700 - Desenvolvimento Econômico  
0703 - Serviço de Comércio, Indústria e Turismo.  
023.695.1603.2024 - Incentivos ao Turismo  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339032.00 - Material de Distribuição Gratuita ..... R\$ 600,00  
339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.366,35  
Total ..... R\$ 2.966,35

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico  
0701 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente  
018.541.1701.2021 - Manutenção do Horto Municipal  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Direta  
319036.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Física ..... R\$ 200,00  
339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica ..... R\$ 300,00  
400000.00 - Despesas de Capital  
440000.00 - Investimentos  
  
449000.00 - Aplicações Diretas  
449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 1.066,35  
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 1.400,00  
Total ..... R\$ 2.966,35

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
23 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 23/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.127 DE 22 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.127 DE 22 DE MAIO DE 2003

CONCEDE COMPLEMENTO BOLSA DE ESTUDO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Resolve:

(Art.1º) Conceder complemento Bolsa de Estudo a Servidora Pública Municipal, na proporção de 20 % (vinte por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 110,00 (cento e dez reais).



NOME	TOTAL ANUAL
Solange R. dos Passos Siqueira	264,00
TOTAL	264,00

(Art.2º) O pagamento do complemento da Bolsa será mensal e creditado na Conta Bancária da Servidora Beneficiada, sendo 08 (zero oito) parcelas no valor de R\$ 33,00 (trinta e três reais) cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que a beneficiada continua freqüentando o curso.

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 22 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 22/05/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.126 DE 22 DE MAIO DE 2003

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.126 DE 22 DE MAIO DE 2003  
CONCEDE BOLSAS DE ESTUDO A  
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Resolve:

Art.1º) Conceder Bolsas de Estudo a seguinte Servidora Pública Municipal, na proporção de 30 % (trinta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 246,90 (duzentos e quarenta e seis reais noventa centavos).

NOME	TOTAL ANUAL
Marli Terezinha de Souza	666,63
TOTAL	666,63

Art.2º) O pagamento das Bolsas será mensal e creditado na Conta Bancária do Servidor Beneficiado, no valor de R\$74,07 cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que o beneficiado continua freqüentando o curso.

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 22 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 22/05/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.125 DE 22 DE MAIO DE 2003

DECRETO Nº 3.125 DE 22 DE MAIO DE 2003  
ALTERA DISPOSIÇÕES DE VALORES DO ARTIGO 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.037 DE 12 DE MARÇO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, e Artigo 71 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Alterar as disposições de valores do Artigo 1º do Decreto nº 3.037 de 12 de março de 2003, passando a vigorar conforme os valores abaixo descritos:

NOME	TOTAL ANUAL
Erna Luiza Pacheco Iensen	1.481,40
Margarida do Rocio dos Santos	1.111,05
Silvanira Telma Hruschka	1.111,05
Mirian L Friedrich	1.111,05
Lucemar Schmanskys Pasda	1.481,40
Sirlei Maria Kujasky	1.481,40
Nelci I. Detroz.	1.111,05
Lindamir da L dos S. Drefhal.	1.111,05
Marli Olinda C. da Cruz	1.111,05
Maira J. P. de Miranda	1.481,40
Janice Fuckner	1.111,05
TOTAL .....	13.702,95

Art. 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 22 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 22/05/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 3.124 DE 22 DE MAIO DE 2003

DECRETO Nº 3.124 DE 22 DE MAIO DE 2003

CONCEDE BOLSAS DE ESTUDO AOS

SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e conforme o disposto no Artigo 141 da Lei Municipal nº 2.594 de 21 de dezembro de 2001, Resolve:

Art.1º) Conceder Bolsas de Estudo aos seguintes Servidores Públicos Municipais, na proporção de 50 % (cinquenta por cento) do valor da mensalidade que é de R\$ 246,90 (duzentos e quarenta e seis reais e noventa centavos).

NOME	TOTAL ANUAL
Erna Luiza Pacheco Iensen	1.481,40
Margarida do Rocio dos Santos	1.481,40
Silvanira Telma Hruschka	1.481,40
Mirian L Friedrich	1.481,40
Lucemar Schmanskys Pasda	1.481,40
Sirlei Maria Kujasky	1.481,40
Nelci I. Detroz.	1.481,40
Lindamir da L dos S. Drefhal.	1.481,40
Marli Olinda C. da Cruz	1.481,40
Maira J. P. de Miranda	1.481,40
Janice Fuckner	1.481,40
TOTAL .....	16.295,40

Art. 2º) O pagamento das Bolsas será mensal e creditado na Conta Bancária do Servidor Beneficiado, no valor de R\$ 123,45 cada parcela, contra a apresentação de documentação que comprove que o beneficiado continua freqüentando o curso.

Art. 3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 22 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em 22/05/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.123 DE 22 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.123 DE 22 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.410 de 10 de junho de 1999, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srª. CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE ao cargo público de Auxiliar de Odontologia Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 2 Subnível 21 referência A, no valor de R\$ 385,53 (trezentos e oitenta e cinco reais, cinquenta e três centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. CILENE APARECIDA GOMES DOS SANTOS KNOEPKE em 3º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
22 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 22/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.122 DE 22 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.122 DE 22 DE MAIO 2003.

CRIA COMISSÃO PROVISÓRIA DE SELEÇÃO, DESTINAÇÃO E DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS IMPRESTÁVEIS AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Designar os (as) senhores (as) MARLI DE FÁTIMA Z. DREVEK - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, MARIA MAURENE OTOVAGEN MAY - Chefe do Serviço do Ensino Fundamental, JOSÉ CARLOS CORDEIRO NENEVÊ - Chefe do Serviço de Apoio Administrativo à Educação, SIRLEI DRANKA DE SOUZA FREITAS - Chefe do Serviço da Educação Infantil, SILVIA PASDA UHLIG Chefe do Serviço de Controle Escolar Merenda e Manutenção das Escolas - ODENÍLSON CONTRAT EHLKE - Diretor Municipal de Cultura e Desporto e LILIAN TEREZINHA BARTSCH - Chefe do Serviço de Patrimônio, Segurança, Protocolo e Arquivo para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Provisória de Seleção, Destinação e Doação de Bens Móveis Imprestáveis ao Serviço Público Municipal.

Art.2º) Os servidores ora designados, deverão selecionar e coordenar a doação dos livros, periódicos, revistas e outros materiais impressos registrados no patrimônio municipal, arquivados na biblioteca pública, que considerarem impréstáveis ao serviço público municipal, .

Art.3º) Cabe ainda à Comissão, avaliar e providenciar a eliminação dos bens impréstáveis, que deverão ser arrolados em Decreto Municipal.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de março de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

AURIANE ROEPKE  
Secretária Municipal de Finanças

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 21/03/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.121 DE 20 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.121 DE 20 DE MAIO 2003.  
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº013 de 06 de março de 2003, conforme estabelece seu Art. 9º; Resolve:

Art.1º) Admitir para fins de estágio a estudante TEREZINHA APARECIDA FRANCO, regularmente matriculada no 4º Ano do Curso de Pedagogia Ensino Superior - da Universidade da Região de Joinville - Univille.

Cursando o R\$240,00(duzentos e quarenta reais) mensais á título Bolsa Estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 013/2003, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no artigo anterior.

Art. 2º) A estudante será lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na Creche Alegre Infância, com carga horária de 04 (zero quatro) horas diárias, percebendo o valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais á título Bolsa estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 013/2003, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no artigo anterior.

Art.3º) O estágio terá a duração de 12 meses, iniciando a partir de 20 de maio de 2003, com término em 20 de maio de 2004.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
20 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº Municipal 2.416 em 20/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.120 DE 19 DE MAIO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO  
DECRETO Nº 3.120 DE 19 DE MAIO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.410 de 10 de junho de 1999, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear o Sr. ACÁCIO ANDERSON DROSCZAKA ao cargo público de Fiscal (Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente), Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal n.º 006/2002, é o de Nível 5 Subnível 51 referência A, no valor de R\$ 662,82 (seiscentos e sessenta e dois reais, oitenta e dois centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sr. ACÁCIO ANDERSON DROSCZAKA em 1º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 19/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.119 DE 19 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.119 DE 19 DE MAIO 2003.

CRIA A COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTABELECE SUAS ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no artigo 251 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro; Resolve:

Art.1º) Criar a Comissão Temporária para Apuração de Responsabilidade Civil dos Servidores Públicos Municipais: ALMÍCAR JOSÉ REINHARDT, matriculada n.º 000257 nas infrações de trânsito constante do Processo Administrativo n.º 204/2003, JOSÉ BAGNHUCK, matriculada n.º 000026, nas infrações de trânsito constante do Processo Administrativo n.º 205/2003, IVONEI FRIEDRICH, matrícula n.º 338, nas infrações de trânsito constante do Processo Administrativo n.º 206/2003 e OSMAR ALBONI MARIANO, matrícula n.º 000264, nas infrações de trânsito constante do Processo Administrativo n.º 207/2003.

Art.2º) Ficam nomeados os (as) servidores senhores (as) MARLENE DE FÁTIMA PESSOA MACHADO FOITTE - Diretora Executiva do IPRE-CAL, JOSÉ LUIS SILVA, Chefe de Gabinete do Prefeito e ROSANA EMÍLIA GREIPEL - Chefe de Assistência à Saúde para, sob presidência da primeira, e secretariado desta última, comporem a Comissão Temporária para Apuração de Responsabilidade Civil de Servidores Públicos Municipais.

Art.3º) Os servidores ora designados, deverão observar as disposições da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, especialmente dos artigos 209 a 273 e demais dispositivos legais cabíveis à espécie, para apurar a responsabilidade civil dos servidores mencionados.

Art. 4º) A presente Comissão será extinta com o implemento dos seus trabalhos.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 19/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.118 de 19 de Maio de 2003**

DECRETO Nº 3.118 DE 19 DE MAIO 2003.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº013 de 06 de março de 2003, conforme estabelece seu Art. 9º; Resolve:

Art.1º) Admitir para fins de estágio a estudante MARIA APARECIDA CUBAS, regularmente matriculada no Curso ENSINO MEDIO -Regular na Escola de Educação Básica "Lebon Régis" cursando a 5ª Fase.

Art.2º) A estudante será lotada na Secretaria Municipal de Administração, com carga horária de 08 (zero oito) horas diárias, percebendo o valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais á título Bolsa Estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 013/2003, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no artigo anterior.

Art.3º) O estágio terá a duração de 12 meses, iniciando a partir de 15 de maio de 2003, com término em 15 de maio de 2004.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
19 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº Municipal 2.416 em 19/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.117 DE 19 DE MAIO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.117 DE 19 DE MAIO DE 2003.

REVOGA O DECRETO Nº 3.025 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto nº 3.025 de 10 de fevereiro de 2003, em virtude da readaptação da Servidora MARIA ANGÉLICA FOITTE, matrícula nº 000086, nos termos da Portaria nº 2.990.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de fevereiro de 2003.

Art. 3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 19 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.116 DE 16 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.116 DE 16 DE MAIO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, Artigo 7º, Inciso I, e Lei Municipal nº 2.700 de 18 de dezembro de 2002, Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0504 - Divisão de Cultura e Desporto

013.392.1410.2014 - Manutenção das Atividades Culturais

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339036.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Física ..... R\$ 200,00

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

0504 - Divisão de Cultura e Desporto

013.392.1410.2014 - Manutenção das Atividades Culturais

300000.00 - Despesas Correntes

330000.00 - Outras Despesas Correntes

339000.00 - Aplicações Diretas

339039.00 - Outros Serv. de Terc. - Pessoa Jurídica ..... R\$ 200,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal



ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 16/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.115 DE 16 DE MAIO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.115 DE 16 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar temporariamente a Srtª. ALINE CRISTIANE FRIEDRICH, para exercer o cargo de Professor 1A, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Divisão do Ensino Fundamental, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 16 de maio de 2003 a 15 de novembro de 2003.

Parágrafo Único - A contratação de que trata o presente Decreto, dá-se em virtude da titular MARIA ANGÉLICA FOITTE matrícula 000086 ter sido readaptada na função de professora de Artes do Ensino Fundamental pela Portaria nº 2.990 de 03 de fevereiro de 2003.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 16 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/05/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.114 DE 16 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.114 DE 16 DE MAIO DE 2003

FIXA VALORES SIMBÓLICOS DE BENS MÓVEIS RECEBIDOS EM DOAÇÃO, PARA EFEITOS CONTÁBEIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial O Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, Resolve:

Art.1º) Fixar valores simbólicos aos seguintes Bens Móveis, recebidos em doação pela Lei Municipal nº 2.738 de 16 de maio de 2003:

Art.2º) As obras recebidas em doação e incorporadas ao Patrimônio Público Municipal sob os números 23281, 23282, 23283, 23284, receberão cada qual o valor de R\$ 40,00 (quarenta reais).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
16 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 16/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.113 DE 12 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.113 DE 12 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300, Inciso X; Resolve:

Art.1º) Contratar temporariamente a Senhora CINTHIA MARIA HORNICH, para exercer o cargo de Auxiliar de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Divisão de Ensino Infantil - Pedacinho do Céu, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 05 de maio de 2003 a 05 de novembro de 2003.

Parágrafo Único - A contratação de que trata o presente Decreto, dá-se em virtude da exoneração á pedido do servidor efetivo Srª. CARLA LUCIANE GARAY FIGUEIREDO, matrícula 362 em data de 05 de março de 2003.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de maio de 2003.

Art. 3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 05 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 12/05/2003.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.112 DE 12 DE MAIO DE 2003**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 3.112 DE 12 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Municipal nº 2.410 de 10 de junho de 1999, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Sra. TATIANE SCHROEDER ao cargo público de Professora Nível 1 Referência A, Categoria Funcional: Atividades de Nível Médio, constante nos anexos II e III da Lei Municipal nº 2.410 de 10 de junho de 1999 provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades previstas no Estatuto do Magistério Público Municipal, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Municipal n.º 2.410, é o de Nível 1 Referência A, no valor de R\$ 541,07 (quinhentos e quarenta e um reais, sete centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sra. TATIANE SCHROEDER em 8º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

12 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.111 DE 12 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.111 DE 12 DE MAIO DE 2003.

REVOGA O DECRETO Nº 3.097 DE 05 DE MAIO DE 2003.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei em especial ao Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art.1º) Revogar todas as disposições do Decreto 3.097 de 05 de maio de 2003, em virtude da desistência da vaga de Instrutor de Música pela Srª. MARIA LUISA MORILLER.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em,  
12 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 12/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.110 DE 12 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.110 DE 12 DE MAIO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO  
PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.737 de 12 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º) Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.033,65 (Quatro mil e trinta e três reais, sessenta e cinco centavos), a fim de suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.  
0703 - Serviço de Comércio, Indústria e Turismo.  
023.695.1603.2024 - Incentivos ao Turismo  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Direta  
339036.00 - Outros Serv. De Terceiros Pessoa Física....R\$ 1.920,00  
339039.00 - Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica ..... R\$ 2.113,65  
Total ..... R\$ 4.033,65

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

0700 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.  
0701 - Serviços de Agropecuária e Meio Ambiente  
018.541.1701.2021 - Manutenção do Horto Municipal  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Direta  
339030.00 - Material de Consumo .....R\$ 2.000,00  
400000.00 - Despesas de Capital  
440000.00 - Investimentos  
449000.00 - Aplicações Diretas  
449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 1.433,65

0703 - Serviço de Comércio, Indústria e Turismo  
023.695.1603.2024 - Incentivos ao Turismo  
400000.00 - Despesas de Capital  
440000.00 - Investimentos  
449000.00 - Aplicações Diretas  
449052.00 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 600,00

TOTAL ..... R\$4.033,65

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 12/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.109 DE 12 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.109 DE 12 DE MAIO DE 2003

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 2.736 de 12 de maio de 2003; Resolve:

Art.1º)Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 24.608,71(Vinte e quatro mil, seiscentos e oito mil reais setenta e um centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

0400 - Secretaria Municipal de Finanças  
0401 - Administração Financeira  
004.123.1301.2006 - Manutenção das Atividades de Finanças  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339036.00 - Outros Serv. De Terc. Pessoa Física ..... R\$ 3.600,00  
0500 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.  
0501 - Serviço de Apoio Administrativo a Educação  
012.361.1407.2009 - Manutenção do Apoio a Educação.  
300000.00 - Despesas Correntes  
330000.00 - Outras Despesas Correntes  
339000.00 - Aplicações Diretas  
339030.00 - Material de Consumo ..... R\$ 5.000,00  
339036.00 - Outros Serv. De Terc. Pessoa Física ..... R\$ 4.680,00  
05.04 - Divisão de Cultura e Desporto  
027.812.1412.2015 - Manutenção das Atividades Desportivas  
400000.00 - Despesas de Capital  
440000.00 - Investimentos  
449000.00 - Aplicações Diretas  
449051.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 4.100,00  
0800 - Secretaria Municipal de Planejamento Transporte e Obras  
0801 - Serviço de Planejamento e Obras  
015.452.1801.2025 - Gestão Administrativa da Secretaria de Obras  
300000.00 - Despesas Correntes  
310000.00 - Outras Despesas Correntes  
319000.00 - Aplicações Diretas  
319003.00 - Pensões ..... R\$ 7.228,71  
TOTAL ..... R\$24.608,71

Art.2º) O Crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
12 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 12/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.108 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3108 DE 05 DE MAIO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 91; Resolve:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, o Servidor - DARCILO RIBEIRO, matrícula nº 000419, declarando vacância do cargo de Agente Operacional III (Auxiliar de Mecânico), com carga horária de 40 horas mês, a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 05 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/05/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.107 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.107 DE 05 DE MAIO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 92; Resolve:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, a Servidora - ADRIANA TASCHECK SCHREINER, matrícula nº 000401, declarando vacância do cargo de Professor, com carga horária de 40 horas mês, a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 05 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416, em 05/05/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.106 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.106 DE 05 DE MAIO 2003.  
DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº013 de 06 de março de 2003, conforme estabelece seu Art. 9º; Resolve:

Art.1º) Admitir para fins de estágio a estudante ANA JANAINA RUDNICK, regularmente matriculada no Curso ENSINO MEDIO -Regular na Escola de Educação Básica "Lebon Régis" cursando a 1ª Fase.

Art.2º) A estudante será lotada na Secretaria Municipal de Administração, com carga horária de 08 (zero oito) horas diárias, percebendo o valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais á título Bolsa Estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 013/2003, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no artigo anterior.

Art.3º) O estágio terá a duração de 12 meses, iniciando a partir de 30 de abril de 2003, com término em 23 de abril de 2004.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30 de abril de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.104 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.104 DE 05 DE MAIO DE 2003.  
REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2.732 DE 25 DE  
ABRIL DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.732 de 25 de abril de 2003; Resolve:

Art.1º) Para fins de concessão do benefício, o produtor Rural deverá comprovar o que estabelece o Artigo 1º, Parágrafos Primeiro e Segundo, inciso I, II e III, Artigo 2º e Art.3º da Lei Municipal nº 2.732 de 25 de abril de 2003.

Art.2º) Além, do Cadastro já estabelecido em Lei e citado no Artigo 1º deste Decreto, para direito ao recebimento do Programa Municipal de Mudanças de Batata Salsa, os interessados deverão ainda, apresentar os seguintes documentos:

- \* Bloco de Notas de Produtor Rural Ativo, (com no mínimo uma nota fiscal emitida nos últimos dezoito meses);
- \* Carteira de Identidade e CPF;
- \* Que a principal fonte de Renda Familiar tenha origem na atividade rural;

Art.3º) Caberá a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, através da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, coordenar e desenvolver todas as atividades de concessão do Programa Municipal de Mudanças de Batata Salsa, emitindo parecer referente às solicitações, para após emitir o deferimento ou indeferimento.

Art.4º) O período das inscrições será a partir do dia 20 ao dia 30 de junho de cada ano, e a entrega será efetuada a partir da segunda quinzena do mês de julho de cada ano.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto nº 2.884 de 18 de junho de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 05 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 3.105 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.105 DE 05 DE MAIO 2003.

DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº013 de 06 de março de 2003, conforme estabelece seu Art. 9º; Resolve:

Art.1º) Admitir para fins de estágio a estudante DORALICE SESTREN ARBIGAUS, regularmente matriculada no Curso ENSINO SUPERIOR -Modalidade a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC, cursando a 4ª Fase.

Art.2º) A estudante será lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 08 (zero oito) horas diárias, percebendo o valor de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) mensais á título Bolsa Estágio, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 013/2003, desempenhando atividades correlatas ao curso mencionado no artigo anterior.

Art.3º) O estágio terá a duração de 12 meses, iniciando a partir de 23 de abril de 2003, com término em 23 de abril de 2004.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de abril de 2003, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.103 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.103 DE 05 DE MAIO DE 2003.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 2.733 DE 25 DE ABRIL DE 2003, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.733 de 25 de abril de 2003; Resolve:

Art.1º) Para fins de concessão do benefício, o produtor Rural deverá comprovar o que estabelece o Artigo 1º, Parágrafos Primeiro e Segundo, incisos I, II e III, Artigo 2º e Art.3º da Lei Municipal nº 2.733 de 25 de abril de 2003.

Art.2º) Além, do Cadastro já estabelecido em Lei e citado no Artigo 1º deste Decreto, para direito ao recebimento do Programa Municipal de Semente de Milho, os interessados deverão ainda, apresentar os seguintes documentos:

- Bloco de Nota Fiscal de Produtor Rural Ativo, (com no mínimo uma nota fiscal emitida nos últimos dezoito meses);
- Carteira de Identidade e CPF;
- Que a principal fonte de Renda Familiar tenha origem na atividade rural;

Art.3º) Caberá a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, através da Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, coordenar e desenvolver todas as atividades de concessão do Programa Municipal de Semente de Milho, emitindo parecer referente às solicitações, para após emitir o deferimento ou indeferimento.

Art. 4º) O período das inscrições será a partir do dia 20 ao dia 30 de junho de cada ano, e a entrega será efetuada a partir da segunda quinzena do mês de julho de cada ano.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.885 de 18 de junho de 2002.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 05 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.102 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.102 DE 05 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear o Sr. DARCILO RIBEIRO ao cargo público de Agente Operacional III (Auxiliar de Mecânico), Categoria Funcional: Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 3, Subnível 31, referência A, no valor de R\$ 443,36 (quatrocentos e quarenta e seis reais, trinta e seis centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. DARCILO RIBEIRO em 1º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei nº 2.416/1999 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.101 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.101 DE 05 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear o Sr. LAÉRCIO TELLES ao cargo público de Engenheiro Civil, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 6, Subnível 61, referência A, no valor de R\$ 1.325,64 (um mil, trezentos e vinte e cinco reais, sessenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. LAÉRCIO TELLES em 2º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de maio de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.100 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.100 DE 05 DE MAIO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear o Sr. MARCELO DE OLIVEIRA CESA ao cargo público de Odontólogo, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 6, Subnível 61, referência A, no valor de R\$ 1.325,64 (um mil, trezentos e vinte e cinco reais, sessenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. MARCELO DE OLIVEIRA CESA em 1º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.099 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.099 DE 05 DE MAIO DE 2003.  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Srª. LAIS MARION STEFFEN ao cargo público de Fonoaudiólogo, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 6, Subnível 61, referência A, no valor de R\$ 1.325,64 (um mil, trezentos e vinte e cinco reais, sessenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. LAIS MARION STEFFEN em 1º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
05 de maio de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.098 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.098 DE 05 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear o Sr. ELVIS ALEXSANDRO VIER ao cargo público de Instrutor de Música, Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 4, Subnível 41, referência A, no valor de R\$ 2,55 (dois reais, cinquenta e cinco centavos) por hora aula, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, 04 (zero quatro) horas de repouso semanal remunerado.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação do Sr. ELVIS ALEXSANDRO VIER em 6º lugar no concurso público nº 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

05 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.097 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.097 DE 05 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Sra. MARIA LUISA NORILLER ao cargo público de Instrutor de Música, Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 4, Subnível 41, referência A, no valor de R\$ 2,55 (dois reais, cinquenta e cinco centavos) por hora aula, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, 04 zero quatro) horas de repouso semanal remunerado.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sra. MARIA LUISA NORILLER em 4º lugar no concurso público nº 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

05 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.096 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.096 DE 05 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Sra. LIDIANE TASCHECK ao cargo público de Instrutor de Música, Categoria Funcional: Atividades de Nível Intermediário, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 4, Subnível 41, referência A, no valor de R\$ 2,55 (dois reais, cinquenta e cinco centavos) por hora aula, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, 04 (zero quatro) horas de repouso semanal remunerado.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sra. LIDIANE TASCHECK em 2º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

05 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.095 DE 05 DE MAIO DE 2003**

DECRETO Nº 3.095 DE 05 DE MAIO DE 2003.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, conforme estabelece em seu Artigo 29; Resolve:

Art.1º) Nomear a Sra. CINTHIA CHRISTOFFEL ao cargo público de Nutricionista, Categoria Funcional: Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal n.º 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art 2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar n.º 006/2002, é o de Nível 6, Subnível 61, referência A, no valor de R\$ 1.325,64 (um mil, trezentos e vinte e cinco reais, sessenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Sra. CINTHIA CHRISTOFFEL em 1º lugar no concurso público n.º 001/2003, homologado pelo Decreto nº 3.055 em data de 17 de março de 2003.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

05 de maio de 2003.

RENATO BAHR

Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 05/05/2003

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 3.094 de 30 de Abril de 2003**

DECRETO Nº 3.094 DE 30 DE ABRIL DE 2003.

DISPÕE SOBRE REORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que com base no Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Designar os Servidores Municipais abaixo relacionados para analisar a documentação que deverá permanecer no Arquivo Geral desta Prefeitura Municipal:

- José Luis Silva
- Lilian Terezinha Bartsch
- Maria Cristina Marciniack Munhoz
- Maria Eliane Friedrich
- Rose Mari Cubas
- Silmara Malinovski Wollner
- Gilson Omar Brunnquell

Art.2º) Os servidores acima mencionados terão a responsabilidade de selecionar e analisar a documentação de sua respectiva área, que permanecerá devidamente arquivada nas instalações do Arquivo Geral do Município.

Art.3º) A documentação analisada que tiver prazo de validade para efeitos de guarda, conforme estabelece os anexos da Lei Municipal nº 2.498 de 13 de dezembro de 2000, deverá permanecer arquivada no Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.4º) A documentação restante será reorganizada, pelo Serviço de Protocolo e Arquivo desta Prefeitura Municipal, sendo que as que tiverem valor Histórico serão destinadas a compor o acervo do Arquivo Histórico do Município, a ser criado futuramente.

Parágrafo único: A documentação com prazo de validade expirado, bem como aquelas sem valor Histórico, serão eliminadas da melhor forma possível, após exame por parte dos servidores descritos no artigo 1º deste Decreto.

Art.5º) O prazo para reorganizar o Arquivo Geral desta Prefeitura Municipal, será a partir de 1º de junho de 2003 até 30 de junho de 2004.

Art.6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
30 de abril de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 30/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 3.093 DE 29 DE ABRIL DE 2003**

DECRETO Nº 3.093 DE 29 DE ABRIL DE 2003

INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art. 1º) Institui PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, Departamento e suas respectivas Divisões, no dia 02 de maio (sexta-feira), voltando com expediente normal no dia 05 de maio de 2003 (segunda- feira).

Art. 2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC" em 29 de abril de 2003.  
RENATO BAHR  
Prefeito Municipal.

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração



Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 29/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA.  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **DECRETO Nº 3.092 DE 29 DE ABRIL DE 2003**

DECRETO Nº 3.092 DE 29 DE ABRIL 2003.

NOMEIA FISCAL AD HOC DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base no 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Nomear fiscal ad hoc dos serviços de transporte escolar, a senhora ROSE MARI CUBAS - Chefe do Serviço de Tributação e Fiscalização.

Art.2º) Em cumprimento ao presente Decreto, deverá ser fiscalizada a execução dos serviços pactuados através do Contrato n.º 28/2003, devendo a fiscal emitir notificação por escrito das irregularidades porventura constatadas.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, possuindo validade apenas sobre o referido contrato.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
28 de abril de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 29/04/2003.

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Decreto Nº 3.091 de 24 de Abril de 2003**

DECRETO Nº 3.091 DE 24 DE ABRIL DE 2003.

CONCEDE APOSENTADORIA E DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e atendendo ao contido no Art. 20 da Lei Orgânica Municipal, e DECRETA:

Art.1º) Fica aposentada compulsoriamente, nos termos do artigo 40, inciso II da Constituição da República Federativa do Brasil (com redação anterior à Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998) e nos termos do artigo 50, inciso II da Lei Municipal n.º 1.388, de 30 de novembro de 1990, a servidora LUIZA RUDNICK, matrícula n.º 350, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, lotada na Secretaria de Administração e Finanças, com proventos proporcionais, a partir de 12 de janeiro de 1996.

Art. 2º) Autoriza o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, de 70% (setenta por cento) sobre a remuneração de contribuição, atualmente fixada em R\$685,18 (seiscentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos), perfazendo o valor do benefício de aposentadoria em R\$ 479,62 (quatrocentos e setenta e nove reais, sessenta e dois centavos), a ser custeado pelo Tesouro Municipal.

Art.3º) A Remuneração mencionada no Artigo anterior deste Decreto compõem-se da Remuneração do Nível 3 Sub-Nível 33 referência A equivalente á R\$ 632,11 ( Seiscentos e trinta e dois reais, onze centavos), acrescido de R\$ 53,07 (Cinquenta e três reais, sete centavos) á Título de Agregação a Remuneração conforme estabelece a Lei Complementar Municipal nº 006 em seu Artigo 165.

Art. 4º) Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no artigo 35, inciso II da Lei Municipal n.º 1.388, de 30 de novembro de 1990 e nos termos do artigo 90, inciso V da Lei Complementar n.º 006, de 19 de setembro de 2002.

Art.5º) A presente Aposentadoria dá-se em observância aos preceitos legais apontados no Parecer Jurídico, exarado no Processo de Aposentadoria nº093/2002.

Art. 6º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
24 de abril de 2003.

RENATO BAHR  
Prefeito Municipal

ELEONORA BAHR PESSÔA  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em 24/04/2003

JOSÉ LUIS SILVA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 8.611 de 14 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 8.611 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde	
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde	
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde	
300000.00.124 -	Despesas Correntes	
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.124 -	Aplicações Diretas	
339030.00.124 -	Material de Consumo	R\$ 4.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.02 -	Manutenção das Atividades Básicas de Saúde			
10.301.0059.2.115 -	Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde			
300000.00.124 -	Despesas Correntes			
330000.00.124 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.124 -	Aplicações Diretas			
339039.00.124 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 4.500,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de Setembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
14 de Outubro de 2014.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 14/10/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campos Novos

## PREFEITURA

### Relatório Final Sindicância Nº 06/2014

Excelentíssimo Senhor  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 1.196/2014 de 09/07/2014 e pela Portaria nº 1.282/2014 de 01/08/2014, com incumbência de apurar eventuais ofensas físicas e/ou verbais entre as servidoras INÊS VARELA DA LUZ e MARIA LUIZA DE SOUZA em horário de expediente, apresenta seu Relatório Final, nos termos seguintes:

#### 1. Da Instauração e da Conduta Atribuída:

Pela Portaria nº 1.282/2014, datada de 01 de agosto de 2014, foi instaurado a Presente Sindicância. Instalou-se a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na cidade de Campos Novos-SC, passando a constituir a sede da Comissão para apurar os fatos relacionados na Portaria Instauradora, acima citada (fl. 05).

Os trabalhos transcorreram com normalidade, porém a comissão precisou solicitar através do Ofício CPAD 07 (fl. 127), a prorrogação do prazo para entrega do Relatório Final por mais 30 (trinta) dias, tendo em vista que ainda não havia logrado produzir todos os elementos comprobatórios imprescindíveis a instrução do processo, o que foi deferido pelo Sr. Prefeito.

A Comissão iniciou os trabalhos tipificando as infrações disciplinares que supostamente foram cometidas pelas servidoras, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, conforme relatado na Ata 01 de Reunião (fl. 07).

#### 2. Da Citação e da Defesa

Foram citadas regularmente as servidoras (fls. 09 a 12) a respeito da presente Sindicância destacando quais as infrações supostamente cometidas. Na mesma oportunidade restaram intimadas para apresentarem defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis. As servidoras solicitaram então cópia integral dos autos da Sindicância, o que lhes foi fornecido.

Das defesas acostadas nos autos, cumpre fazer os seguintes comentários:

I) A servidora Inês Varela da Luz apresentou defesa administrativa (fls. 13 a 25), através de seus advogado, Dr. Marcelo Ratti, onde alega: (a) que não está sendo oportunizado o contraditório e a ampla defesa a servidora; (b) que não se pode adotar decisões baseado em meras suposições; (c) que etapas foram suprimidas e observa a nulidade do procedimento; (d) que falta a tipificação legal e que a citação é nula, alegando que a peticionante sequer sabe do que se defender pois em momento algum foi tipificada as penalidades administrativas supostamente cometidas e desta forma não há como expedir uma defesa de mérito; (e) que sejam anuladas as advertências assinadas pela acusada Inês Varela da Luz, as quais teria sido a acusada coagida a assinar. Por fim o defensor faz seus requerimentos e arrola uma testemunha.

II) A servidora Maria Luiza de Souza, através de seu procurador, Dr. Mayck Wilhan Fagundes, OAB/SC 20.914, apresentou defesa administrativa (fls. 28 a 33) onde alega: (a) que a peticionante sequer sabe do que se defender pois em momento algum houve

tipificação das penalidades administrativas supostamente cometidas e desta maneira não há como expedir uma defesa de mérito; (b) que a citação seja refeita pois a considera nula; (c) que a peticionante define-se como dedicada, cumpridora fiel de suas atribuições. Por fim o defensor faz seus requerimentos e arrola uma testemunha.

#### 3. Análise das Provas e Delimitação das Condutas:

Acreditando que as informações até aqui levantadas sejam suficientes para esclarecimento dos fatos, e inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passa-se a concluir, com as razões que abaixo seguem.

Após a citação, os procuradores das servidoras acusadas apresentaram as defesas prévias dentro do prazo estipulado, e as mesmas foram anexadas aos autos do processo. As defesas administrativas foram analisadas conforme consta na Ata de Reunião 03 (fl. 37), e a comissão deferiu todos os pedidos de oitivas de testemunhas solicitadas, tendo sido arroladas pela comissão ainda outras duas testemunhas.

Na mesma reunião acima referida, decidiu-se intimar as testemunhas arroladas pelos procuradores e as testemunhas arroladas pela própria comissão. As servidoras acusadas e seus procuradores foram intimados acerca das datas das oitivas e comparecem nos dias e horários marcados. Todos os quatro servidores intimados foram ouvidos, na presença das acusadas e seus respectivos procuradores.

Após a oitiva das testemunhas a comissão, em comum acordo com os procuradores das acusadas, decidiu ouvir as declarações das mesmas, tendo em vista que tanto a comissão quanto os procuradores entenderam não ser necessário a oitiva de novas testemunhas para o esclarecimento dos fatos.

Após a oitiva das acusadas, questionando-se aos procuradores se desejavam fazer as alegações finais na referida sindicância, ambos declararam que desejavam realizá-las remissivamente, ou seja, reportando-se às defesas já apresentadas e às provas produzidas no decurso do feito.

Pelo que consta nos autos, em detida análise dos documentos anexados, da análise da defesa apresentada, em observância das verificações realizadas pela Comissão, dos depoimentos dos testemunhos, das declarações das acusadas, relatamos e emitimos parecer no seguinte sentido:

3.1. O processo tramitou regularmente e não há nulidades a serem sanadas;

3.2. Também não restam pontos da defesa a serem respondidos, já que todas as alegações foram sanadas ou atendidas durante o andamento do feito. Também parece que inexistem atos ou fases processuais a serem anuladas, isto porque, as servidoras tiveram amplo acesso a todo o processo, puderam contraditar todas as testemunhas ouvidas e, não há constatação de que algum prejuízo processual lhes tenha sobrado.

Além disso, foi efetivamente respeitada a ampla defesa e o contraditório, já que tanto as servidoras como também seus procuradores puderam acompanhar o desenvolvimento regular do processo, manifestando-se livremente sempre que desejado.

3.3. Quanto à apuração de eventuais ofensas físicas e/ou verbais entre as servidoras acusadas, extrai-se do depoimento das testemunhas:

a) o Sr. Luizinho Savaris, Assistente de Gabinete da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo relatou que os fatos ocorreram perto do fim do expediente na Secretaria; que havia diversos outros servidores no local; que quando soube do fato, procurou intervir para evitar eventuais agressões entre as servidoras; que não sabe de outras discussões envolvendo as servidoras acusadas;

que nunca ouviu reclamação das servidoras;

b) O Sr. Nelson Rodrigues de Souza, Diretor de Almoxarifado e Estoque da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, declarou que no dia da ocorrência dos fatos, estava na sala em que exerce suas funções quando percebeu a aglomeração de servidores e por isso foi até o local verificar o que estava acontecendo; que as servidoras acusadas estavam proferindo ofensas verbais entre elas; que após a discussão ser interrompida ele retornou a sua sala; que então as servidoras voltaram a discutir; que as servidoras quase entraram em vias de fato; que não sabe o motivo que levou as servidoras a discutirem; que não sabe de outras faltas disciplinares envolvendo as acusadas; que as servidoras são bastante competentes em relação as atividades funcionais que exercem junto à Secretaria;

c) o Sr. Edson Martins, pedreiro da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, declarou que presenciou discussão verbal entre as servidoras acusadas; que quando estavam na fila para registro do horário de saída no relógio eletrônico de controle de frequência, a servidora acusada Maria Luiza sorriu e a servidora acusada Inês se exaltou, momento em que passaram a proferir ofensas verbais recíprocas; que as servidoras foram contidas por ele e pelo Sr. Nelson Rodrigues de Souza; que não sabe o motivo da discussão; que ouviu dizer que alguém disse um "nome" que a servidora Inês não gostou; que ao ouvir o "nome" proferido por outro servidor, a servidora Maria sorriu, atitude que irritou a servidora Inês; que em função disso começaram a discutir; que em outro dia presenciou as servidoras discutindo; que inclusive o Sr. Prefeito estava no local e chamou a atenção das servidoras; que tem convivência diária com as servidoras; que não sabe de outras faltas disciplinares em que estas tenham se envolvido;

d) O Sr. Vilmar Matos, motorista da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, declarou que estavam na fila para registro do horário de saída no relógio eletrônico de controle de frequência; que presenciou uma discussão verbal entre as servidoras; que as discussões iniciaram-se em razão de um apelido imputado à servidora Inês; que durante as discussões houve alguns empurrões entre as servidoras; que no momento em que iniciaram as discussões o depoente chamou os responsáveis pelo setor; que acredita que algum dos responsáveis pelo setor deveria estar no local para evitar discussões; que não sabe se as servidoras discutiram novamente em outro dia; que não percebeu se alguma das servidoras proferiu palavras ofensivas; que no dia em que os fatos ocorreram o Sr. Prefeito foi até a Secretaria; que não sabe de outras faltas disciplinares envolvendo as servidoras; que o fato ocorrido envolvendo as servidoras é corriqueiro na Secretaria; que não houve exposição, tampouco prejuízo para a imagem da administração pública municipal, já que é comum esse tipo de problema no setor;

e) Do depoimento das servidoras acusadas é possível extrair-se apenas, para fins de registro, que cada qual não se considera responsável pelo evento e que os fatos não ultrapassaram às ocasiões noticiadas não havendo mais sequer contacto entre as envolvidas, uma vez que ambas estão trabalhando em diferentes setores. De qualquer forma, obviamente a Comissão não poderá se apegar a qualquer dos depoimentos das servidoras, uma vez que sabidamente estes são parciais e até valorizam em demasia a situação ocorrida.

3.4. Sendo assim, da detida análise das provas produzidas a comissão pôde observar e constatar:

- a) que, de fato, houve animosidade entre as servidoras acusadas;
- b) que a discussão se deu devido a um apelido dado à servidora acusada Inês Varela da Luz;
- c) que as acusadas proferiram palavras ofensivas durante a discussão diante de diversos outros servidores;
- d) que independente de quem tenha iniciado a discussão, as

acusadas deveriam ter respeitado o que determina o Estatuto dos Servidores que proíbe este tipo de comportamento;

e) que as acusadas não possuem nenhuma falta disciplinar anterior;

f) que as servidoras exercem com dedicação as suas funções.

#### 4. Conclusão:

Bem se vê que se tratou de conduta isolada das acusadas, não tendo sido relatados outros episódios envolvendo as servidoras. Além disso, nenhuma delas restou lesionada com gravidade, fato que poderia ensejar outros procedimentos além deste que tramita na esfera administrativa.

Também é preciso destacar que quase todos os servidores ouvidos mencionaram ser até comum algum atrito entre os funcionários vinculados à Secretaria de Obras, dada à grande circulação diária de pessoas naquele espaço.

Ademais se registra que as servidoras acusadas não desfrutaram de outras agravantes dignas de nota, até porque, ao que se sabe, a problemática já está sanada, pois as servidoras trabalham, conforme já se ressaltou, em lugares distintos.

O próprio Estatuto do Servidor, autoriza a flexibilização da pena, se o fato assim não ultrapassar o limite do tolerável (art. 136 do Estatuto do Servidor).

Entretanto, por evidente, a situação não poderá ser simplesmente ignorada pois, conforme já ponderado, houve efetiva transgressão ao Estatuto funcional.

Sopesando todas estas considerações, a comissão acredita que a penalidade mais adequada seria a aplicação de uma advertência escrita, em desfavor de ambas as servidoras, tal qual permite o art. 137 da Lei Complementar nº 03/2000, a saber: "a advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do artigo 123 incisos I a IX, XIX e XX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave" (grifado)". Destaque-se que ocorrência de nova transgressão, por menor que seja, já demandará diretamente a penalidade de suspensão, pois a reincidência de faltas assim o recomenda. De tal fato deverão ser plenamente advertidas as servidoras.

Conste-se igualmente que a penalidade, se acatada, deverá ficar vinculada à ficha funcional das servidoras pelo prazo de 5 (cinco) anos, quando então o registro deverá ser cancelado (art. 139).

Registre-se, por fim, que o processo administrativo foi integralmente respeitado, ultrapassando as fases meramente investigativas sendo, portanto, desnecessário novo procedimento.

É, nosso parecer, cujo Relatório submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

Campos Novos (SC), 26 de setembro de 2014.

VIVIANE CRISTINA JUNHO  
Presidente

ANA ELIZA MARA MARCON SONIA APARECIDA TRUCOLO  
Secretária Membro



**Relatório Final do Processo Administrativo Nº 05/2014**

Excelentíssimo Senhor  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, constituída pela Portaria nº 1.196/2014 de 09/07/2014 e pela Portaria nº 1.270/2014 de 29/07/2014, com incumbência de apurar possíveis atos de violação dos deveres funcionais por parte da servidora MARISTELA CARMINATTI no exercício das suas atribuições, apresenta seu Relatório Final, nos termos seguintes:

**1. Da Instauração e da Conduta Atribuída:**

Pela Portaria nº 1.270/2014, datada de 29 de julho de 2014, foi instaurado o Presente Processo Administrativo. Instalou-se a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, Centro, na cidade de Campos Novos-SC, passando a constituir a sede da Comissão para apurar os fatos relacionados na Portaria Instauradora, acima citada (fl. 05).

Os trabalhos transcorreram com normalidade, sendo que, a Comissão iniciou os trabalhos analisando: os documentos encaminhados pelo Ilustríssimo Promotor Dr. Arthur Koerich Inácio, conforme ofício nº 0189/2014/01PJ/CNO/01.2014.00009980-5, onde constam declarações feitas por consumidor ao Procon; ofício com esclarecimentos encaminhado pelo coordenador do Procon na época e; informações protocoladas pela secretária do juizado especial cível e criminal, Srª. Rita Iara Cunha. A comissão juntou esses documentos aos autos do processo e decidiu tipificar as infrações disciplinares que supostamente foram cometidas pela servidora.

**2. Da Citação e da Defesa**

Foi citada regularmente a servidora (fls. 37 e 38) a respeito do presente Processo Administrativo destacando quais as infrações supostamente cometidas. Na mesma oportunidade restou intimada a para apresentar defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis. A servidora solicitou então cópia integral dos autos do Processo Administrativo, o que lhe foi fornecido. Através de sua procuradora, Drª Zeli Terezinha Dariva, OAB/SC 9.869, restou apresentada defesa administrativa (fls. 40 a 46).

Salvo melhor juízo, a defesa administrativa apresentada, resume-se nas seguintes considerações: (a) que até o momento não havia que se apontar qualquer inobservância as normas legais para o procedimento; (b) que diferente do que é apontado no ofício pelo representante ministerial, não houve problemas no atendimento à população prestado pelo Procon desta comarca, aos menos no que tange a servidora Maristela; (c) que na situação envolvendo o Sr. Edson Nilsson Kunen, a servidora Maristela não efetuou os registros de problemas relacionados à demora em fila de atendimento porque não sabia como proceder, uma vez que até então nunca havia registrado problemas desta natureza; (d) que por esta razão, a servidora optou por deixar que o advogado do Procon resolvesse ou encaminhasse a situação; (e) que o advogado do Procon possuía jornada específica de trabalho, com horário determinado de início e fim e que não havia avisado as servidoras que estaria ausente naquela data; (f) que a servidora apenas aguardava o advogado para que este efetuasse o atendimento e realizasse os encaminhamentos que entendesse adequados; (g) que, devido ao fato do advogado do Procon não ter comparecido ao trabalho naquela tarde, após contato com a secretária executiva da Amplasc, a servidora acabou por efetuar o registro de acordo com o que se verifica na carta de investigação preliminar datada de 30/05/2014; (h) que mesmo tendo o Sr. Edson Kunen solicitado, a servidora não ligou para o advogado do Procon, pois o horário de atendimento deste foi estabelecido por ele mesmo e, se ele não poderia

atender naquele dia, deveria ao menos ter comunicado; (i) que a própria executiva da Amplasc tinha conhecimento de que o advogado do Procon não cumpria o horário estabelecido; (j) que as desavenças havidas entre o coordenador do Procon e a servidora Maristela, deram ensejo para as omissões de informações sobre compromissos externos daquele; (k) que se trata de problema isolado em que a população na prática não foi atingida; (l) que a servidora trabalhou no Procon por mais de dez anos; (m) que já trabalhou sob a coordenação de outros advogados, sem nunca ter enfrentado nenhuma divergência ou conflito no atendimento; (n) que o relacionamento da acusada com o Sr. Bruno Rech (advogado coordenador do Procon na época da ocorrência dos fatos) sempre foi difícil; (o) que os desajustes começaram a partir do momento em que atendimento particulares de advocacia começaram a ocorrer dentro do Procon, com a utilização de material de expediente, equipamentos e a própria estrutura do órgão; (p) que este fato motivou toda a onda desavenças entre a acusada e o advogado do Procon; (q) que não ocorreu atendimento deficitário prestado pela acusada; (r) que a servidora sempre atuou com zelo, dedicação e desprendimento a todos aqueles que se dirigiram ao órgão de proteção ao consumidor local, buscando soluções e dando os encaminhamentos necessários; (s) que quanto ao relatório apresentado pela secretária do Juizado Especial da comarca, este apenas revela dificuldades em algumas ocorrências, especialmente quando se refere a contratos bancários que demandam realização de cálculo por contador; (t) que como referido profissional não faz parte da equipe técnica do Procon, a servidora Maristela não teria como analisar termos de contrato e os juros cobrados; (u) que por estes motivos, os contratos bancários devem ser analisados fora da esfera do Procon; (v) que durante três anos, a acusada atuou sozinha junto ao Procon, sem a presença de um coordenador; (w) que desta forma havia necessidade de se socorrer ao Ministério Público e ao próprio Juizado Especial Cível para auxiliar nos encaminhamentos; (x) que o desprendimento de Maristela no cumprimento das atribuições da função do cargo que exercia já mereceu destaque da Câmara de Vereadores de Campos Novos, o que foi reconhecido através da Moção nº 15/2012; (y) que a acusada sempre observou as atribuições do cargo, cumprindo integralmente com seus deveres; (z) que não há provas, sequer indícios, que indiquem que a servidora infringiu o Art. 125, XV, do Estatuto, pois em momento algum foi desidiosa; (aa) que segundo o dicionário jurídico a desídia fortuita ou ocasional não constitui motivo de despedida do empregado ou trabalhador; (bb) que a desídia habitual equivale a negligência contumaz, reveladora de sucessivos e injustos desleixos; (cc) que pelas definições, observa-se que a servidora não se enquadra nesta falta disciplinar, pois em momento algum deixou de atender com urbanidade, presteza e esmero os consumidores que se dirigiram até o Procon; (dd) por fim requereu a oitiva de sete testemunhas e que, com base no que foi explanado, seja absolvida sumariamente a investigada, por não restar comprovada qualquer conduta contrária aos seus deveres de servidora, devendo ser o presente Processo Administrativo arquivado.

**3. Análise das Provas e Delimitação das Condutas:**

Acreditando que as informações até aqui levantadas sejam suficientes para esclarecimento dos fatos, e inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passa-se a concluir, com as razões que abaixo seguem.

Após a citação, a procuradora da servidora apresentou a defesa prévia dentro do prazo estipulado, e a mesma foi anexada aos autos do processo. A defesa administrativa foi analisada conforme consta na Ata de Reunião 02 (fl. 39), e a comissão deferiu todos os pedidos de oitivas de testemunhas solicitadas, tendo sido arrolado ainda outra testemunha.

Decidiu-se intimar as testemunhas arroladas pela procuradora, além da testemunha arrolada pela própria comissão. A servidora

e sua procuradora foram intimadas acerca das datas das oitivas e comparecem nos dias e horários marcados (fls. 51 e 52). Todas as oito pessoas intimadas foram ouvidas. Durante a oitiva do Sr. Bruno Constantino Rech, a servidora optou por não estar presente por não sentir-se confortável. Após a oitiva das testemunhas a comissão reuniu-se conforme Ata de Reunião 03 (fl. 84), e decidiu ainda intimar a servidora para prestar declarações a respeito dos fatos referidos no curso do processo (fls. 86 e 87).

Após a oitiva da acusada, a comissão encerrou os trabalhos de instrução do presente processo, e decidiu intimar a procuradora representante da servidora para que, no prazo de dez dias úteis, apresentasse suas alegações finais (fl.94). No prazo legal, as alegações finais foram apresentadas e analisadas por esta comissão. Pelo que consta nos autos, em detida análise dos documentos anexados, da análise da defesa apresentada, em observância das verificações realizadas pela Comissão, dos depoimentos dos testemunhos, das declarações do acusado, relatamos e emitimos parecer no seguinte sentido:

3.1. O processo tramitou regularmente e não há nulidades a serem sanadas;

3.2. Também não restam pontos da defesa a serem respondidos, já que todas as alegações foram sanadas ou atendidas durante o andamento do feito. Também parece que inexistem atos ou fases processuais a serem anuladas, isto porque, a servidora teve amplo acesso a todo o processo, pôde contraditar todas as testemunhas ouvidas e, não há constatação de que algum prejuízo processual lhe tenha sobrado.

Além disso, foi efetivamente respeitada a ampla defesa e o contraditório, já que tanto a servidora como também sua procuradora puderam acompanhar o desenvolvimento regular do processo, manifestando-se livremente sempre que desejado.

3.3. Quanto à apuração dos possíveis atos de violação dos deveres funcionais por parte da acusada, pode-se constatar pela análise dos depoimentos das testemunhas que:

a) O advogado Bruno Rech, coordenador do Procon na época da ocorrência dos fatos ora investigados, afirma que muitos dos serviços do órgão poderiam ser realizados pela servidora, de ofício; que quando não pode comparecer ao Procon, avisou a servidora Liana Rambo de que estaria ausente, pois ministraria uma palestra em um colégio; que soube que o Sr. Edson Kunen demonstrou-se insatisfeito com o atendimento prestado pelas servidoras do órgão; que a situação do Sr. Edson poderia ter sido resolvida de ofício pelas próprias servidoras do Procon; que quando chegou ao Procon foi que soube do problema ocorrido com o Sr. Kunen e então foi até a Amplasc; que somente ausentava-se quando tinha que ministrar palestras em entidades educacionais e que ministrou quatro palestras durante o período que trabalhou junto ao Procon; que a acusada não entrou em contato com ele na data que foi procurado pelo Sr. Kunen, porque não possuíam um bom relacionamento; que nunca presenciou mal atendimento por parte da acusada; que outros consumidores procuraram o coordenador, inclusive fora da sede do órgão para reclamar do atendimento prestado pela acusada; que nos últimos meses que esteve exercendo atividades junto ao órgão a acusada deixou de fazer o agendamento de consumidores que procuravam atendimento no Procon; que passou a ser rude e áspera com o coordenador; que a acusada procurou diversas vezes a Amplasc para falar mal do coordenador; que a acusada imputou inclusive condutas criminosas ao coordenador; que a acusada se negava a atender consumidores alegando que a solução dos problemas não eram atribuições do Procon; que eram casos possíveis de solucionar por meio da emissão de um ofício em nome do órgão.

b) A Srª Leila Denise Alberti realizou durante seis meses suas atividades na mesma sala em que a acusada prestava serviços para

o Procon; disse que acompanhava os atendimentos prestados pela acusada e que na época a acusada trabalhava sozinha; disse que as atividades realizadas pela acusada eram "estressantes" e que admira a acusada pois ela cumpria rigorosamente o horário, utilizava tom de voz adequado para atender aos consumidores, procurava orientar a todos, mas que em algumas situações não podia resolver os problemas informados porque estes exigiam a intervenção de um profissional advogado; disse que nunca presenciou a acusada atendendo mal algum consumidor.

c) A Srª. Ayula Dadalt Sutil declarou que na condição de consumidora utilizou os serviços do Procon; que foi atendida pela servidora de maneira prestativa e satisfatória; que ouviu a acusada atendendo outros consumidores e que ela atendia a todos de maneira igual; que o atendimento prestado pela servidora nunca foi grosseiro, sempre foi técnico; que precisou dos serviços do Procon por diversas vezes e a investigada sempre resolveu os problemas que teve.

d) A Srª. Rosângela Isabel Susin Simon declarou que na condição de consumidora utilizou os serviços do Procon; que quando precisou dos serviços do Procon a servidora prestou os serviços de maneira satisfatória, sendo correta e simpática, e em nenhum momento foi grosseira com a depoente ou com outros consumidores que aguardavam o atendimento; que na primeira vez que esteve no Procon, a acusada estava atendendo sozinha; que na segunda vez que precisou do órgão, já havia outra pessoa trabalhando juntamente com a servidora;

e) O Sr. Edson Nilsson Kunen relatou que na condição de consumidor procurou os serviços do Procon; que esteve no Procon às treze horas e conversou com a acusada relatando que gostaria de registrar uma ocorrência; que a acusada afirmou que o depoente deveria ser atendido pelo advogado do Procon que chegaria somente às treze horas e trinta minutos; que retornou ao Procon no horário mencionado pela acusada e aguardou até às treze horas e quarenta e dois minutos, momento em que pediu a acusada para que ligasse para o advogado; que a acusada disse que o advogado poderia estar em audiência, o que justificaria o atraso; que a acusada disse que o advogado era funcionário da Amplasc e desta forma o depoente foi até a Amplasc; que na Amplasc, a pessoa que o atendeu entrou em contato com a acusada e pediu para que ela o atendesse; que retornou ao Procon às quatorze horas, quando então foi atendido pela acusada; que após o último retorno do depoente ao Procon, foi atendido satisfatoriamente; que procurou o Ministério Público por estar indignado com o fato de o órgão não contar com a presença de um advogado; que não ficou satisfeito com o primeiro atendimento prestado pela acusada; que gostaria que a acusada tivesse entrado em contato com o advogado quando ele solicitou; que acredita que a acusada poderia estar tentando prejudicar o advogado em razão de problemas internos.

f) A Srª. Grazielli Kemer declarou que trabalhou com a acusada e que não presenciou a acusada atendendo algum consumidor de maneira grosseira ou desrespeitosa; que a acusada possuía um relacionamento amistoso com os demais funcionários do órgão.

g) A Srª. Andreia Fernandes de Lima declarou que trabalhou com a acusada e que o atendimento prestado pela acusada era satisfatório e eficiente; que a acusada atendia a todos de maneira igual; que o relacionamento com os demais servidores do órgão foi sempre amistoso.

h) O Sr. Eduardo Martins Antunes declarou que trabalhou junto com a acusada por aproximadamente 4 ou 5 anos; que era o coordenador do órgão e a acusada o auxiliava; que a acusada realizava os atendimentos, resolvia os problemas narrados pelos consumidores e fazia os encaminhamentos que tinha condições de fazer; que quando a acusada não tinha condições de resolver o problema



trazido pelo consumidor, ela marcava uma audiência junto com o coordenador; que a prática era um acordo entre o depoente e a acusada; que o relacionamento com a acusada era amistoso e se estendia aos demais funcionários do Procon; que em algumas oportunidades acompanhava os atendimentos prestados pela acusada e que os atendimentos eram eficientes e satisfatórios; que a maioria dos problemas eram solucionados pela própria acusada, sem a necessidade de intervenção do depoente.

3.4. Pelo exposto a Comissão pôde concluir que, de fato, a servidora procurava atender a todos de forma igualitária, com foco na resolução dos problemas narrados pelos consumidores. Não há evidências de contumácia em atendimentos deficitários, pois os relatos desfavoráveis feitos no processo dão conta de questões de somenos importância, ao menos naquilo que se refere à qualidade (ou falta dela) durante os contatos com o público.

O método empregado no atendimento parte da característica individual de cada servidor, e relatos isolados não podem se prestar, na opinião desta comissão, para desqualificar o serviço do PROCON que, segundo o conhecimento empírico, sempre funcionou a contento em sua esfera de atuação.

Tanto isso é verdade que não há como passar despercebido o fato da servidora acusada ter recebido, no ano de 2012, destaque da Câmara de Vereadores, consistente em uma moção de parabenizarão pelo trabalho desenvolvido no encaminhamento das reclamações (fl. 47).

O que preocupa, entretanto, é que exatamente um fato isolado serviu, sim, para pôr em descrédito o referido órgão, não pela eficiência do serviço buscado, mas pelos desentendimentos pessoais entre os funcionários daquela organização.

Observa-se que a situação tomou proporção tamanha que, pela simples falta de harmonia no ambiente de trabalho, foi necessário que consumidores buscassem outros organismos, como o Ministério Público e o Juizado Especial, que se viram obrigados, inclusive, a reportar as ocorrências ao Poder Executivo.

Destaque-se que o depoente Edson Nilsson Kunen, em sua narrativa, relatou que ficou insatisfeito com o atendimento, não em razão do tratamento empregado, mas sim pela negativa da servidora em simplesmente efetuar uma ligação ao advogado coordenador do Procon.

Ademais, pensa-se que se a reclamação restou realizada após a interferência Secretária Executiva da Amplasc, isto demonstra que o atendimento poderia ter sido realizado logo no primeiro contato, sem a necessidade de aguardar o comparecimento do coordenador do Procon.

A verdade é que o relacionamento ruim entre os funcionários não deveria nunca ter transparecido ao público, nem tão pouco poderia ter sido determinante para deixar-se de atender um cidadão que compareceu ao organismo.

E não se poderá negar a existência desta situação, pois tanto a servidora como também o advogado relataram/comunicaram, não só no decurso do processo, que os desentendimentos eram frequentes e que não havia sequer diálogo acerca do trabalho a ser realizado.

Enquanto condição pessoal dos envolvidos, isto não diz respeito a quem quer que seja. Contudo, no momento em que esta problemática passa a prejudicar o atendimento e colocar em risco a eficácia do serviço público, isso passa a ser reprovável.

Desta forma, a comissão entende que era exigível da servidora acusada uma conduta diversa quando do atendimento ao Sr. Edson Nilsson Kunen, já que é dever do servidor atender com presteza e não deixar o consumidor à espera. O correto seria que a servidora tivesse efetuado a ligação solicitada pelo Sr. Edson Nilsson Kunen ao coordenador do Procon, para procurar saber se o coordenador viria naquela tarde ou se estava em algum compromisso. Esta simples atitude teria evitado todo o transtorno ocorrido neste dia. Em resumo, embora a servidora acusada não tivesse um bom relacionamento com o coordenador Bruno Rech, os consumidores não poderiam ser prejudicados por problemas internos.

#### 4. Conclusão:

A alínea "a" do inc. V, art. 124 do Estatuto do Servidor (LC 03/2000), estabelece que é dever do servidor "atender com presteza ao público em geral prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo". A Comissão acredita ter restado efetivamente violado o dispositivo acima mencionado pois, consoante já se destacou, era exigível conduta diversa.

Destaque-se, contudo, que se trata de conduta isolada, sem agravantes ou atenuantes dignas de nota, até porque, ao que se sabe, a problemática já está sanada, pois nem a servidora e mesmo o advogado estão mais atuando frente ao PROCON local. Além do mais, a gravidade da situação que ensejou este procedimento não ultrapassa o limite do tolerável (art. 136 do Estatuto do Servidor). Diante destas considerações, não havendo justificativa para uma penalidade mais grave, recomenda-se a aplicação de advertência escrita (art. 137), que deverá ficar vinculada à ficha funcional da servidora pelo prazo de 5 (cinco) anos, quando então o registro deverá ser cancelado (art. 139). Registre-se, ainda, que o processo administrativo foi integralmente respeitado, ultrapassando as fases meramente investigativas sendo, portanto, desnecessário novo procedimento.

Por fim, ressaltamos a necessidade do encaminhamento de cópia do presente ao Ministério Público, conforme solicitado no ofício nº. 0189/2014/01PJ/CNO/01.2014.00009980-5.

É, nosso parecer, cujo Relatório submetemos a elevada consideração de Vossa Excelência.

Campos Novos (SC), 22 de setembro de 2014.

VIVIANE CRISTINA JUNHO  
Presidente

ANA ELIZA MARA MARCON SONIA APARECIDA TRUCOLO  
Secretária Membro

### **DECRETO Nº. 7.135/14 DE 13/10//2014 APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 7.135/2014 DE 13/10/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 449.794;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII - XVIII da Lei Orgânica do município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Denise Ottonelli, inscrita no CPF sob nº 639.142.209-53 e Mariza Elizete Ottonelli, inscrita no CPF sob nº 430.704.349-91, com a área de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 29.229.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo primeiro possui as seguintes confrontações:

Norte: com Antonio Bennoni Debastiani em 31,00 metros;

Sul: com Edson Roberto Conrado de Matos e Maria Janete Dresh de Villa em 31,00 metros

Leste: com 25,8065m com Maio José Moraes e Antonio Bennoni Debastiani;

Oeste: com a Rua João Cordeiro dos Santos

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto, dá origem a 2 (duas) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 400,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Antonio Bennoni Debastiani em 31,00metros;

Sul: com o lote 02 em 31,00 metros;

Leste: com Mario José Moraes e Antonio Bennoni Debastiani em 12,9032 metros;

Oeste: com a Rua João Cordeiro dos Santos em 12,9032.

Lote 02 com a área superficial de 400,00 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com o lote 01 em 31,00 metros;

Sul: com Edson Roberto Conrado de Matos e Maria Janete Dresh de Villa em 31,00 metros;

Leste: com Mario José Moraes em 12,9032 metros;

Oeste: com a Rua João Cordeiro dos Santos em 12,9032.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 3º deste decreto.

Art. 5º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,13 de outubro de 2014

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 7.136/14 de 13/10/2014 Estabelece Horário Especial de Funcionamento das Repartições Públicas Municipais.**

DECRETO Nº 7.136/2014 DE 13/10/2014

ESTABELECE HORARIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

NELSON CRUZ, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido a partir de 20 de outubro de 2014, o seguinte horário de funcionamento na sede da Prefeitura Municipal de Campos Novos, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Esporte e Lazer:

Expediente interno:

Das 13h às 19h

Expediente externo:

Das 13h e 30min às 18h e 30min

Art. 2º. Fica estabelecido a partir de 20 de outubro de 2014, o

seguinte horário de funcionamento na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo e na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

- Das 7h às 13h

Art. 3º. Fica estabelecido a partir de 20 de outubro de 2014, o seguinte horário de funcionamento na Unidade Básica de Saúde (PAM) do município:

- Das 7h às 18h (sem intervalo ao meio-dia)

Art. 4º. O horário de funcionamento das demais Secretarias e repartições públicas (Fundações e Autarquia) permanece inalterado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor a partir de 20 de outubro de 2014, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,13 de outubro de 2014.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Extratos Contratos Setembro 2014 - Prefeitura**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 1/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA**CNPJ:** 05.140.822/0001-91**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2012**Número do Processo:** 8/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 332/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação da Secretaria de Planejamento, o município resolve suprimir o valor de R\$ 47.909,88 (quarenta e sete mil, novecentos e nove reais e oitenta e oito centavos), do contrato original nº 124/2012, conforme planilha de reprogramação em anexo, para realizar obras de infraestrutura incluindo pavimentação com pedra basalto, drenagem pluvial, sinalização e passeios, no Loteamento Faedo, conforme anexos. Projeto PAC II - Urbanização

**Data da Assinatura:** 02/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/09/2014**Vigência:** 02/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 47.909,88**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 64/2013**Número do Processo:** 168/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 333/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 452/2013, até 30 de outubro de 2014, para execução de obra de drenagem pluvial e pavimentação das Ruas Coronel Farrapo, Caetano Carlos, Nereu Ramos e Coronel Lucidoro, conforme projeto básico.

**Data da Assinatura:** 02/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/09/2014**Vigência:** 02/09/2014 a 30/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 17/2014**Número do Processo:** 109/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 334/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 220/2014, até 30 de outubro de 2014, para execução de serviços complementares na Creche do Bairro Santo Antônio, incluindo revestimentos, arborização, calçadas e reforma da caixa d'água existente, conforme projeto básico.

**Data da Assinatura:** 02/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/09/2014**Vigência:** 02/09/2014 a 30/10/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 14/2014**Número do Processo:** 91/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 335/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 207/2014, até 30 de novembro de 2014, para executar a retirada de janelas de ferro e execução de tijolo vazado e tijolo aparente no ginásio de esportes Gentil Camargo Costa, conforme especificações do projeto básico..

**Data da Assinatura:** 02/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/09/2014**Vigência:** 02/09/2014 a 30/11/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 49/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 336/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 196/2013, até 30 de novembro de 2014, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização nas ruas João Maria Becker, Santo Amaro Da Imperatriz e João Fernandes Gonçalves, conforme projeto básico. Programa PAC II - Urbanização Contrato Nº 352.288-09/2011-Ministério das Cidades.

**Data da Assinatura:** 02/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/09/2014**Vigência:** 02/09/2014 a 30/11/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2013**Número do Processo:** 96/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 337/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 289/2013, até 30 de novembro de 2014, para execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização horizontal e vertical e passeios em paver nas ruas: Frei Rogério, Elizio José Biolchi, Pedro Carlos Stefanos, Germano Foppa e recapeamento na rua Rodolfo Matos, conforme especificações do projeto básico.

**Data da Assinatura:** 02/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/09/2014**Vigência:** 02/09/2014 a 30/11/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 338/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESCOLA PATO DONALD NO DISTRITO DE DAL PAI, A PARTIR DO REFÚGIO PRÓXIMO A FAZENDA DE RICARDO BECKER ATÉ O SILO DO ZÉ LIMA (ALUNA CIBELLI CARPES MOREIRA), PERCORRENDO 19,2 KM DIÁRIOS COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 09 LUGARES.

**Data da Assinatura:** 03/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/09/2014**Vigência:** 03/09/2014 a 22/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 50,50**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** MECANICA DAVID LTDA**CNPJ:** 82.802.919/0001-63**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 26/2014**Número do Processo:** 141/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 339/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONserto DO MOTOR CUMMINS N855C DO TRATOR KOMATSU D65E DA SECRETARIA DE OBRAS.

**Data da Assinatura:** 05/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/09/2014**Vigência:** 05/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 35.376,67**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PADILHA TRANSPORTES ESCOLARES LTDA ME**CNPJ:** 11.846.616/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2014**Número do Processo:** 51/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 341/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Fica suprimido 21,4 Km, passando de 175,4 Km para 154 Km. Este aditivo se deu devido a saída de alunos da linha 4, com o seguinte percurso: Fazenda Canaã, Fazenda Araucária 2, residência Sr. Davi Manfrot, fazenda Modelo, Posto Costanera, Pito Aceso, Fazenda Italo Boff, Fazenda São Sebastião até a Escola Paulo Blasi, Caic e Escola Henrique Rupp, com veículo de no mínimo 53 lugares, período matutino.

**Data da Assinatura:** 09/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/09/2014**Vigência:** 09/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 25/2014**Número do Processo:** 51/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 342/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Fica suprimido 6 Km, passando de 109,6 Km para 103,6 Km. Este aditivo se deu devido a saída de alunos da linha 2, com o seguinte percurso: do trevo do reassentamento Nova Machadinho, trevo Monte Carlo, Sr. Picoli, BR 470 até trevo da Vargem, Sr. Chico Camargo, para as escolas Gasparino, Henrique Rupp Junior, Paulo Blasi e Caic, período matutino, com veículo de no mínimo 32 lugares.

**Data da Assinatura:** 09/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/09/2014**Vigência:** 09/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LUIZ MOREIRA - ME**CNPJ:** 81.372.369/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 340/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Fica acrescido 7,8 Km, passando de 115 Km para 122,8 Km. Este aditivo se deu devido a entrada de alunos na linha 37, que percorre a escola Corredeira com percurso Fazenda Santo Antonio, Fazenda Manfroí e Fazenda Postinho e também a Fazenda Manfroí, no período matutino e vespertino com veículo de no mínimo 09 lugares.

**Data da Assinatura:** 09/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/09/2014**Vigência:** 09/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 67/2014**Número do Processo:** 142/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 344/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Transporte Escolar, dos alunos da comunidade de São Simão Panho, São Francisco, residência Sr. Pestana, Assentamento Enercan, Sr. Ezidro Manfroí para o Caic Professora Nair da Silva Gris, EEB Henrique Rupp, EEB Paulo Blasi e Apae no período matutino, percorrendo 107 km diários com veículo de no mínimo 39 lugares, ressalvando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspond

**Data da Assinatura:** 15/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/09/2014**Vigência:** 15/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 17.992,05**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 67/2014**Número do Processo:** 142/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 345/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Transporte Escolar, dos alunos do Espinilho, Serraria Weiss, para EMEF Novos Campos, EEB Henrique Rupp Junior, Caic Profª Nair da Silva Gris, EEB Paulo Blasi, no período vespertino, com veículo de no mínimo 15 lugares percorrendo 72,5 km diários, ressaltando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.

**Data da Assinatura:** 15/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/09/2014**Vigência:** 15/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 17.992,05**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** JOAO DIOGENES FAGUNDES - ME.**CNPJ:** 00.975.244/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 346/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** TRANSPORTE ESCOLAR, PARA DISTRITO DO IBICUI, FAZENDA TRIUNFO, FAZENDA PALMEIRA, FAZENDA AGUAPÉ, USINA, VILA LIBINO, VILA SECA, VILA GAZARRA PARA AS ESCOLAS CEBOLINHA E EEB JOSE FARIA NETO, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 09 LUGARES, percorrendo 91 Km, ressaltando-se o direito da contratante apresentar mudanças no número de alunos, quilometragem e itinerário, podendo acarretar reduções ou acréscimo no volume dos serviços e correspondente alterações de valor.

**Data da Assinatura:** 17/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/09/2014**Vigência:** 17/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA**CNPJ:** 04.489.202/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 44/2014**Número do Processo:** 92/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 347/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** O município mediante solicitação, resolve aditar 50 unidades na quantidade do item nº 2 (camiseta algodão adulto) sendo 15 unid. Tam. P, 15 unid. Tam. M, 15 unid. Tam. G e 05 unid. Tam. XG, do contrato original nº 201/14, pertencente ao Processo Licitatório nº 92/2014 - Pregão nº 44/2014, que teve como objeto aquisição de camisetas serigrafadas para utilização nos trabalhos realizados pelo COMAD - Conselho Municipal Antidrogas. O valor unitário deste item é de R\$ 22,95 (vinte e dois reais, noven

**Data da Assinatura:** 17/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/09/2014**Vigência:** 17/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:** 04.09 12.367.0039 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.147,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** CLARO S.A.**CNPJ:** 40.432.544/0001-47**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 68/2014**Número do Processo:** 143/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 348/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia móvel pessoal para atender a Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias do Município de Campos Novos, conforme especificações no termo de referência, integrante do edital do Pregão 68/2014.

**Data da Assinatura:** 17/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 17/09/2014**Vigência:** 17/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.106,50**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** HARMONIZE INDUSTRIA DE COMERCIO TEXTIL LTDA**CNPJ:** 04.489.202/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 70/2014**Número do Processo:** 145/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 349/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PERSONALIZADAS PARA USO NA SEMANA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme especificações do edital.**Data da Assinatura:** 22/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/09/2014**Vigência:** 22/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.594,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 67/2014**Número do Processo:** 142/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 350/2014**Fundamento Legal:****Objeto:** Aditivo de 14 Km, passando de 107 km para 121 Km. Este aditivo se deu devido a entrada do aluno Edson Dolir Hetzer, aumentando a quilometragem na linha 1, que percorre a comunidade de São Simão Panho, São Francisco, residência Sr. Pestana, Assentamento Enercan, Sr. Ezidro Manfroi para o Caic Professora Nair da Silva Gris, EEB Henrique Rupp, EEB Paulo Blasi e Apae, no período matutino.**Data da Assinatura:** 22/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/09/2014**Vigência:** 22/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,95**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 03.377.072/0001-40**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 21/2014**Número do Processo:** 152/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 351/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DE OBRA CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº08/2012, DEVIDO A RESCISÃO DE CONTRATO Nº124/2012 DA EMPRESA CONSTRUTORA JOSÉ REINALDO LTDA, CONFORME LEI 8.666/93, ARTIGO 24, INCISO XI.

**Data da Assinatura:** 26/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/09/2014**Vigência:** 26/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 190.668,17**Forma de Pagamento:** MEDIANTE LAUDO E NF**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2011**Número do Processo:** 210/2011**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 353/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 37/2012, até 30 de dezembro de 2014, para execução de pavimentação asfáltica, tráfego leve drenagem pluvial e obras complementares, em ruas do Bairro Nossa Senhora Aparecida, do município de Campos Novos. Termo de Compromisso Nº 352.558-78/2010 - Projeto do PAC II - Financiamento Programa Pró-Transporte.

**Data da Assinatura:** 29/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/09/2014**Vigência:** 29/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 11/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74  
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323  
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Setembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ROBERTO MIGUEL - ME**CNPJ:** 15.862.954/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 6/2014**Número do Processo:** 63/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 352/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 152/2014, de 12 de julho de 2014 até 30 de dezembro de 2014, para conclusão da obra de reforma ou reconstrução de unidades habitacionais no Bairro Nossa Senhora Aparecida, conforme especificações do projeto básico.  
**Recursos:** Orçamento Geral da União - Termo de Compromisso nº 352.288-09/2011-PAC II/Urbanização.

**Data da Assinatura:** 29/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/09/2014**Vigência:** 29/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 24/2014**Número do Processo:** 131/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 354/2014**Fundamento Legal:**

**Objeto:** Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 294/2014, de 11 de outubro até 30 de novembro de 2014, para executar obra de pavimentação asfáltica em chão natural, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares na Avenida Caetano Belincanta Neto, conforme projeto básico.

**Data da Assinatura:** 29/09/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/09/2014**Vigência:** 29/09/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

# Canoinhas

## PREFEITURA

### Publicação do Resultado Final do Pregão Presencial Nº FMS 17/2014

#### ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dependência: MUNICIPIO DE CANOINHAS - LICITACOES - (SC)

Licitação: (Ano: 2014/ MUNICIPIO DE CANOINHAS / Nº Processo: FMS 32/2014)

Às 10:08:25 horas do dia 05/09/2014 no endereço RUA FELIPE SCHMIDT 10, bairro CENTRO, da cidade de CANOINHAS - SC, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). PAULO CESAR SAFANELLI, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: FMS 32/2014 - 2014/17/2014 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS MÉDICOS HOSPITALARES, ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS, DESTINADOS A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.827,68
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.560,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 4.800,00
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 2.400,00

Lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 1.160,00
05/09/2014 08:28:57:915	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 800,00

Lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 07:57:06:252	DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP	R\$ 8.400,00

04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 9.720,00
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 8.400,00
02/09/2014 17:15:26:871	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 8.400,00
04/09/2014 13:27:33:312	MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	R\$ 8.400,00
04/09/2014 15:03:38:687	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 8.400,00
04/09/2014 15:10:26:765	ALTASMIDIAS COMERCIAL LTDA. EPP	R\$ 8.400,00
04/09/2014 18:02:34:521	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 8.400,00
05/09/2014 08:25:48:574	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME	R\$ 8.400,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 12.000,00
04/09/2014 16:24:22:434	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 12.753,60
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 8.400,00
05/09/2014 08:58:38:580	SPJ COMERCIAL LTDA ME	R\$ 10.000,00
05/09/2014 08:28:57:915	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 8.400,00
03/09/2014 18:26:16:568	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 8.400,00
03/09/2014 16:36:32:675	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 84.000,00
02/09/2014 14:58:12:902	RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME	R\$ 8.400,00

Lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:26:17:065	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 39.000,00
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 1.800,00
05/09/2014 08:10:25:242	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 2.400,00
02/09/2014 17:15:26:871	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 4.000,00
05/09/2014 08:25:48:574	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME	R\$ 2.400,00
04/09/2014 16:24:22:434	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 3.498,00
04/09/2014 16:13:22:552	COMERCIAL USUAL LTDA - EPP	R\$ 3.000,00
05/09/2014 08:28:57:915	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 2.400,00

Lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 10.162,02
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 11.880,00
04/09/2014 18:02:34:521	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 8.700,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 8.700,00
04/09/2014 16:49:46:302	SALVARE VITE LTDA EPP	R\$ 39.000,00

04/09/2014 14:38:25:674	MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT	R\$ 8.700,00
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 8.700,00
03/09/2014 14:48:42:575	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 17.400,00

Lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.023,59
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 2.580,00
04/09/2014 18:05:44:692	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 2.020,00
03/09/2014 18:26:52:755	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 2.023,00

Lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 10.014,72
04/09/2014 15:10:24:629	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 20.000,00

Lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.533,14
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.800,00
04/09/2014 15:10:24:629	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 2.400,00
04/09/2014 13:36:05:422	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 3.000,00

Lote (9) - CRONÔMETRO DIGITAL, RELÓGIO DIGITAL E LUPA 8X DE BANCADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$870,00 SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DO CRONOMETRO, R\$100,00 O VALOR UNITÁRIO DO RELÓGIO DIGITAL E R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DA LUPA 8X DE BANCADA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Não foram apresentadas propostas para este lote da licitação

Lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V.

PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 08:01:24:138	DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP	R\$ 7.000,00
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 6.700,00
02/09/2014 16:53:11:107	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 12.000,00
05/09/2014 08:32:50:826	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 6.245,00

Lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
02/09/2014 17:16:06:624	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 3.500,00
04/09/2014 13:29:08:707	MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	R\$ 1.200,00
04/09/2014 15:11:53:447	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 1.200,00
03/09/2014 18:27:54:324	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 1.200,00
03/09/2014 16:48:44:223	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 12.000,00

Lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 07:44:48:492	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.600,00
05/09/2014 08:40:32:506	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 3.600,00

Lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:33:50:797	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 48.000,00
05/09/2014 07:44:48:492	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 10.460,00
05/09/2014 08:10:40:778	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 50.000,00
02/09/2014 17:16:06:624	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 9.460,00

04/09/2014 16:59:38:893	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP	R\$ 9.460,00
05/09/2014 08:40:32:506	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 9.460,00
04/09/2014 16:58:45:038	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME	R\$ 9.460,00

Lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
03/09/2014 18:27:54:324	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 10.300,00

Lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:36:22:015	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 4.475,70
04/09/2014 10:38:53:929	MENTOR COMERCIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 6.500,00
03/09/2014 10:04:37:836	ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME	R\$ 5.390,00
04/09/2014 16:51:49:258	SALVARE VITE LTDA EPP	R\$ 7.000,00
04/09/2014 09:39:25:999	ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA ME	R\$ 5.400,00
04/09/2014 16:24:58:835	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 4.531,20
05/09/2014 08:23:43:355	PLASMEDIC - COM DE MATERIAIS P USO MEDICO E LABORA	R\$ 5.400,00
05/09/2014 08:41:16:297	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 5.400,00
03/09/2014 14:55:09:566	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 4.546,00
03/09/2014 18:27:54:324	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 5.400,00

Lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 17:37:52:668	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 515,16
05/09/2014 07:46:51:999	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 930,00
04/09/2014 13:39:19:780	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 930,00
04/09/2014 14:42:25:583	MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT	R\$ 930,00
04/09/2014 16:25:58:968	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 800,00



05/09/2014 08:42:22:722	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 930,00
03/09/2014 14:53:49:568	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 490,00
03/09/2014 18:29:01:604	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 930,00
03/09/2014 16:50:02:297	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 9.300,00

Lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
05/09/2014 08:10:56:201	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 20.000,00
05/09/2014 08:51:39:758	SPJ COMERCIAL LTDA ME	R\$ 4.500,00
03/09/2014 16:50:02:297	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 39.999,60

Lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
04/09/2014 16:25:58:968	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 1.648,56
05/09/2014 08:42:22:722	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 630,00
03/09/2014 18:29:01:604	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 630,00
02/09/2014 15:04:34:510	RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME	R\$ 630,00

Lote (19) - MAQUINA LAVADORA ROUPAS HORIZONTAL CAPACIDADE 16KG E SECADORA DE ROUPAS INDUSTRIAL A VAPOR CAPACIDADE 16KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$31.000,00, SENDO R\$15.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA MAQUINA DE LAVAR ROUPAS E R\$16.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA SECADORA DE ROUPAS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Não foram apresentadas propostas para este lote da licitação

Lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
-----------	------------	----------

05/09/2014 07:46:51:999	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 9.000,00
-------------------------	---------------------------	--------------

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 2.400,00
04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.827,68
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.560,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 4.800,00

Lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 08:28:57:915	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 800,00
05/09/2014 10:13:31:723	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 1.020,00

Lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:31:03:283	MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	R\$ 6.000,00
05/09/2014 10:30:50:053	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 6.098,00
05/09/2014 10:30:41:547	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 6.531,60
05/09/2014 10:29:34:418	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 6.532,24
05/09/2014 10:27:43:371	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME	R\$ 6.879,00
05/09/2014 10:32:34:700	ALTASMIDIAS COMERCIAL LTDA. EPP	R\$ 7.649,99
05/09/2014 10:27:23:401	RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME	R\$ 7.650,00
05/09/2014 10:31:41:647	DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP	R\$ 7.987,97
05/09/2014 10:27:13:603	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 7.999,99
05/09/2014 10:26:58:809	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 8.080,00
05/09/2014 10:29:53:692	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 8.299,00
05/09/2014 10:15:42:701	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 8.395,00
05/09/2014 08:40:26:597	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 8.400,00

04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 9.720,00
05/09/2014 08:58:38:580	SPJ COMERCIAL LTDA ME	R\$ 10.000,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 12.000,00
04/09/2014 16:24:22:434	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 12.753,60

Lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:35:12:109	COMERCIAL USUAL LTDA - EPP	R\$ 1.570,00
05/09/2014 10:33:02:890	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 1.600,00
05/09/2014 10:29:56:083	COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME	R\$ 1.671,00
05/09/2014 10:26:48:867	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 1.720,00
05/09/2014 10:41:50:206	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 2.356,00
05/09/2014 10:40:48:195	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 2.357,00
05/09/2014 08:10:25:242	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 2.400,00
04/09/2014 16:24:22:434	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 3.498,00

Lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:34:07:371	MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT	R\$ 8.200,00
05/09/2014 10:34:42:201	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 8.210,00
05/09/2014 10:33:53:684	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 8.299,00
04/09/2014 13:31:15:432	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 8.700,00
04/09/2014 17:34:06:672	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 10.162,02
05/09/2014 07:39:06:667	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 11.880,00
03/09/2014 14:48:42:575	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 17.400,00
05/09/2014 10:17:38:358	SALVARE VITE LTDA EPP	R\$ 30.000,00

Lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:37:12:776	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 1.999,00
05/09/2014 10:36:51:995	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.000,00
05/09/2014 10:36:37:670	ANA MARIA PIRES BELEM	R\$ 2.004,00
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 2.580,00

Lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:30:31:733	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 10.014,71
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 10.014,72

Lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
04/09/2014 15:10:24:629	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 2.400,00
05/09/2014 10:40:43:781	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 2.532,00
04/09/2014 17:35:30:638	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 2.533,14
05/09/2014 07:42:47:498	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.800,00

Lote (9) - CRONÔMETRO DIGITAL, RELÓGIO DIGITAL E LUPA 8X DE BANCADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$870,00 SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DO CRONOMETRO, R\$100,00 O VALOR UNITÁRIO DO RELÓGIO DIGITAL E R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DA LUPA 8X DE BANCADA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Não foram localizadas lances para este lote.

Lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:30:16:736	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 6.240,00
05/09/2014 10:26:57:553	DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP	R\$ 6.244,98
05/09/2014 10:17:58:734	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 6.349,00
05/09/2014 10:16:05:893	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 6.350,00

Lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:59:50:633	FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 992,99
05/09/2014 10:59:49:844	MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS	R\$ 993,00
05/09/2014 10:56:30:407	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 1.080,00
05/09/2014 10:56:39:251	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 1.102,96
02/09/2014 17:16:06:624	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 3.500,00

Lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 10:55:48:172	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 3.540,00
05/09/2014 10:55:18:309	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 3.558,00

Lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:11:49:752	BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME	R\$ 7.830,00
05/09/2014 11:11:27:899	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	R\$ 7.860,00
05/09/2014 11:09:58:037	DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP	R\$ 7.981,00
05/09/2014 10:56:18:938	VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP	R\$ 8.530,00
05/09/2014 10:57:39:533	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 10.399,00
05/09/2014 10:57:15:179	SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA	R\$ 10.440,00
05/09/2014 07:44:48:492	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 10.460,00

Lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
03/09/2014 18:27:54:324	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 10.300,00

Lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E

INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:15:43:535	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 2.989,99
05/09/2014 11:07:37:808	PLASMEDIC - COM DE MATERIAIS P USO MEDICO E LABORA	R\$ 2.990,00
05/09/2014 11:06:01:819	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 3.285,12
04/09/2014 17:36:22:015	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 4.475,70
03/09/2014 14:55:09:566	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 4.546,00
03/09/2014 10:04:37:836	ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME	R\$ 5.390,00
04/09/2014 09:39:25:999	ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA ME	R\$ 5.400,00
05/09/2014 08:41:16:297	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 5.400,00
05/09/2014 10:47:44:126	SALVARE VITE LTDA EPP	R\$ 6.499,00
04/09/2014 10:38:53:929	MENTOR COMERCIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 6.500,00

Lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:10:39:420	MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT	R\$ 394,97
05/09/2014 11:10:18:155	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 394,98
05/09/2014 11:00:44:081	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 431,00
03/09/2014 14:53:49:568	QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E	R\$ 490,00
05/09/2014 11:02:01:335	CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP	R\$ 514,00
04/09/2014 17:37:52:668	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	R\$ 515,16
04/09/2014 16:25:58:968	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 800,00
05/09/2014 08:42:22:722	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 930,00
05/09/2014 10:47:06:884	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 993,62

Lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A



LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:25:01:094	AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 3.900,00
05/09/2014 11:25:00:552	PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP	R\$ 3.947,00
05/09/2014 11:19:26:336	SPJ COMERCIAL LTDA ME	R\$ 4.295,00

Lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 11:31:10:186	RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME	R\$ 272,99
05/09/2014 11:30:21:935	CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME	R\$ 273,00
05/09/2014 08:42:22:722	EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA	R\$ 630,00
04/09/2014 16:25:58:968	CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA	R\$ 1.648,56

Lote (19) - MAQUINA LAVADORA ROUPAS HORIZONTAL CAPACIDADE 16KG E SECADORA DE ROUPAS INDUSTRIAL A VAPOR CAPACIDADE 16KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$31.000,00, SENDO R\$15.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA MAQUINA DE LAVAR ROUPAS E R\$16.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA SECADORA DE ROUPAS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Não foram localizadas lances para este lote.

Lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
05/09/2014 07:46:51:999	ALCI N. BECKER E CIA LTDA	R\$ 9.000,00

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto à compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 05/09/2014, às 10:45:53 horas, no lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL

ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:20:37 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:20:37 horas, no lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 11:29:10 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 11:29:10 horas, no lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 11:29:10 horas, no lote (1) - ARMÁRIO VITRINE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa EFETIVE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA com o valor R\$ 2.400,00.

No dia 05/09/2014, às 10:36:06 horas, no lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:45:27 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:45:27 horas, no lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia

01/10/2014, às 11:31:11 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 11:31:11 horas, no lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 11:31:11 horas, no lote (2) - ARQUIVO DE AÇO PARA PASTAS SUSPENSAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$800,00, SENDO R\$400,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME com o valor R\$ 800,00.

No dia 05/09/2014, às 10:34:24 horas, no lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:50:08 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:50:08 horas, no lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 11:33:56 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 11:33:56 horas, no lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 11:33:56 horas, no lote (3) - BALDE/LIXEIRA COM PEDAL. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.400,00, SENDO R\$140,00 O VALOR

UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS com o valor R\$ 6.000,00.

No dia 05/09/2014, às 10:52:53 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:19:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:19:36 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 19/09/2014, às 14:43:10 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:43:10 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 19/09/2014, às 14:44:13 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:44:13 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENQUADRAMENTO DE PREÇO NO PROPOSTA. No dia 01/10/2014, às 11:52:40 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 11:52:40 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE

DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 11:52:40 horas, no lote (4) - BEBEDOURO REFRIGERADO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa COMERCIAL USUAL LTDA - EPP com o valor R\$ 1.569,99.

No dia 05/09/2014, às 10:42:35 horas, no lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:59:03 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:59:03 horas, no lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENQUADRAMENTO DE PREÇO NA PROPOSTA. No dia 01/10/2014, às 14:11:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:11:36 horas, no lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:11:36 horas, no lote (5) - CAMA HOSPITALAR TIPO FAWLER MECÂNICA . PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$8.700,00, SENDO R\$1.450,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT com o valor R\$ 8.199,96.

No dia 05/09/2014, às 10:41:49 horas, no lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:32:50 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:32:50 horas, no lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:20:15 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:20:15 horas, no lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:20:15 horas, no lote (6) - CARRO DE EMERGÊNCIA PEDIÁTRICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.023,59. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME com o valor R\$ 1.999,00.

No dia 05/09/2014, às 10:35:24 horas, no lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:14:20 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:14:20 horas, no lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: O coordenador -



PAULO CESAR SAFANELLI - desclassificou o fornecedor: FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. No dia 19/09/2014, às 14:38:27 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:38:27 horas, no lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: cancelado. O motivo da alteração foi o seguinte: VALOR ACIMA DO ESTIPULADO EM EDITAL.

No dia 05/09/2014, às 10:44:03 horas, no lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:13:30 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:13:30 horas, no lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: FORNECEDOR ATENDE TODAS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:23:36 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:23:36 horas, no lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:23:36 horas, no lote (8) - CARRO PARA TRANSPORTE DE ROUPAS LIMPAS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA com o valor R\$ 2.400,00.

No lote (9) - CRONÔMETRO DIGITAL, RELÓGIO DIGITAL E LUPA 8X DE BANCADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$870,00 SENDO R\$70,00 O VALOR UNITÁRIO DO CRONOMETRO, R\$100,00 O VALOR UNITÁRIO DO RELÓGIO DIGITAL E R\$300,00 O VALOR UNITÁRIO DA LUPA 8X DE BANCADA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - não foram encontradas propostas.

No dia 05/09/2014, às 10:31:27 horas, no lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:49:00 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:49:00 horas, no lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENEGOCIAÇÃO COM O FORNECEDOR, PREÇO ESTIPULADO CONFORME EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:29:21 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:29:21 horas, no lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:29:21 horas, no lote (10) - FORNO DE MICROONDAS 30 LITROS E REFRIGERADOR/GELADEIRA 220V. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.300,00, SENDO R\$500,00 O VALOR UNITÁRIO DO FORNO MICROONDAS E R\$1.200,00 O VALOR UNITÁRIO DO REFRIGERADOR. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME com o valor R\$ 5.300,00.

No dia 05/09/2014, às 11:07:33 horas, no lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:16:06 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:16:06 horas, no lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:32:57 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:32:57 horas, no lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUE INTENÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:32:57 horas, no lote (11) - PALETE. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$1.200,00, SENDO R\$150,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA com o valor R\$ 992,99.

No dia 05/09/2014, às 10:57:28 horas, no lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:23:02 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:23:02 horas, no lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS

AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:42:03 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:42:03 horas, no lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:42:03 horas, no lote (12) - PRATELEIRA AÇO REFORÇADA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.600,00, SENDO R\$180,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa ALCI N. BECKER E CIA LTDA com o valor R\$ 3.540,00.

No dia 05/09/2014, às 11:14:35 horas, no lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:22:21 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:22:21 horas, no lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:54:43 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:54:43 horas, no lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO

AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:54:43 horas, no lote (13) - AR CONDICIONADO split 9.000 BTUS, CORTINA DE AR E AR CONDICIONADO split 18.000,00. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.460,00, SENDO R\$1.440,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, R\$900,00 O VALOR UNITÁRIO DA CORTINA DE AR E R\$1.900,00 O VALOR UNITÁRIO DO AR CONDICIONADO 18.000 BTUS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME com o valor R\$ 7.830,00.

No dia 05/09/2014, às 11:05:51 horas, no lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:34:30 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:34:30 horas, no lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 14:58:13 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 14:58:13 horas, no lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 14:58:13 horas, no lote (14) - CONJUNTO DE VÁLVULAS, FLUXOMETROS, ASPIRADORES, MÁSCARAS, FRASCOS E PISTOLAS DE AR, PARA REDE DE OXIGÊNIO, AR COMPRIMIDO, VÁCUO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$10.300,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DOS ITENS LICITADOS. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME com o valor R\$ 10.300,00.

No dia 05/09/2014, às 11:17:00 horas, no lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:36:52 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:36:52 horas, no lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 15:03:06 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:03:06 horas, no lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:03:06 horas, no lote (15) - AUTOCLAVE ESTERILADORA E/SECADORA DE MATERIAIS E INSTRUMENTAIS HOSPITALARES CAPACIDADE 42LITROS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$5.400,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME com o valor R\$ 2.989,99.

No dia 05/09/2014, às 11:13:03 horas, no lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE



MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 15:00:27 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 15:00:27 horas, no lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENQUADRAMENTO DE PREÇO CONFORME PROPOSTA. No dia 01/10/2014, às 15:06:22 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:06:22 horas, no lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:06:22 horas, no lote (16) - CADEIRA DE BANHO CAPACIDADE MÍNIMA 130 KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$930,00, SENDO R\$465,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT com o valor R\$ 394,96.

No dia 05/09/2014, às 11:27:44 horas, no lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:31:38 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:31:38 horas, no lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA

INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 01/10/2014, às 15:09:52 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:09:52 horas, no lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO PARA INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:09:52 horas, no lote (17) - SUPORTE PARA PAPEL TOLHA INTERFOLHA, DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E ALCOOL GEL E DISPENSER PARA PAPEL HIGIÊNICO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$3.999,96, SENDO R\$22,00 O VALOR UNITÁRIO DO SUPORTE PARA PAPEL TOALHA, R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO DO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO E R\$27,9995 O VALOR UNITÁRIO PARA DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA com o valor R\$ 3.900,00.

No dia 05/09/2014, às 11:36:01 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:27:49 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:27:49 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E

TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 19/09/2014, às 14:39:46 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:39:46 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. No dia 19/09/2014, às 14:42:10 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 19/09/2014, às 14:42:10 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME ESTIPULADO EM EDITAL. RENQUADRAMENTO DE PREÇO NA PROPOSTA. No dia 01/10/2014, às 15:11:59 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 01/10/2014, às 15:11:59 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOR RECURSO.

No dia 01/10/2014, às 15:11:59 horas, no lote (18) - COLAR CERVICAL M;G;GG E TESOURA PONTA ROMBA. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$630,00, SENDO R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DO COLAR CERVICAL E R\$35,00 O VALOR UNITÁRIO DA TESOURA PONTA ROMBA. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - pelo critério

de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME com o valor R\$ 272,97.

No lote (19) - MAQUINA LAVADORA ROUPAS HORIZONTAL CAPACIDADE 16KG E SECADORA DE ROUPAS INDUSTRIAL A VAPOR CAPACIDADE 16KG. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$31.000,00, SENDO R\$15.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA MAQUINA DE LAVAR ROUPAS E R\$16.000,00 O VALOR UNITÁRIO DA SECADORA DE ROUPAS. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - não foram encontradas propostas.

No dia 05/09/2014, às 11:25:17 horas, no lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 19/09/2014, às 14:53:44 horas, a situação do lote foi finalizada.

No lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. - nenhum fornecedor foi declarado vencedor.

No dia 19/09/2014, às 14:14:19 horas, o Pregoeiro da licitação - PAULO CESAR SAFANELLI - desclassificou o fornecedor - FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, no lote (7) - CARRO PARA TRANSPORTE DE MEDICAMENTO. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$2.400,00, SENDO R\$600,00 O VALOR UNITÁRIO DE CADA ITEM. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. O motivo da desclassificação foi: FORNECEDOR COM O PREÇO ACIMA DO ESTIPULADO EM EDITAL.

No dia 19/09/2014, às 14:53:44 horas, o Pregoeiro da licitação - PAULO CESAR SAFANELLI - desclassificou o fornecedor - ALCI N. BECKER E CIA LTDA, no lote (20) - BERÇO AQUECIDO TIPO UNIDADE DE CUIDADOS INTENSIVOS. PREÇO TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É R\$9.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA E MODELO DO ITEM LICITADO. O motivo da desclassificação foi: FORNECEDOR PEDIU A DESCLASSIFICAÇÃO DO LOTE.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.

**PAULO CESAR SAFANELLI**

Pregoeiro da disputa

**DIOGO CARLOS SEIDEL**

Autoridade Competente

**FRANCIELE TISCHLER**

Membro Equipe Apoio

**Proponentes:**

14.676.091/0001-94 AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
07.052.779/0001-38 ALCI N. BECKER E CIA LTDA  
09.313.600/0001-84 ALTASMIDIAS COMERCIAL LTDA. EPP  
00.802.002/0001-02 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
04.360.651/0001-43 ANA MARIA PIRES BELEM  
09.053.748/0001-27 BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME  
16.677.803/0001-15 BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA - ME  
10.983.327/0001-84 CENTRO OESTE HOSPITALAR LTDA - EPP  
13.738.015/0001-01 CIRURGICA DINIZ COMERC DE ARTIGOS DE LAB E HOSPITA  
07.626.776/0001-60 CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA - ME  
14.050.075/0001-91 COMERCIAL USUAL LTDA - EPP  
10.942.831/0001-36 COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI ME  
00.478.911/0001-29 DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA - EPP  
92.823.764/0001-03 DIRCEU LONGO & CIA LTDA.-EPP  
11.101.480/0001-01 EFETIVE PRODUTOS MEDICO- HOSPITALARES LTDA  
09.058.708/0001-78 FRATELLI COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
13.341.535/0001-78 MEDPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE CADEIRA DE RODAS LT  
06.168.370/0001-19 MENTOR COMERCIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP  
09.208.840/0001-19 MLJ - COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS  
79.291.878/0001-83 ODONTO BLU COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME  
07.918.483/0001-57 PLAMAX EQUIPAMENTOS LTDA EPP  
09.200.303/0001-22 PLASMEDIC - COM DE MATERIAIS P USO MEDICO E LABORA  
10.763.524/0001-98 QUALYMEDIC - COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA E  
20.490.904/0001-50 RIO DISTRIBUIDORA LTDA. - ME  
02.605.669/0001-32 ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA ME  
11.174.045/0001-07 SALVARE VITE LTDA EPP  
03.874.953/0001-77 SIERDOVSKI & SIERDOVSKI LTDA  
14.547.833/0001-81 SPJ COMERCIAL LTDA ME  
08.335.448/0001-78 VIA LUMEN'S AUDIO VIDEO E INFORMATICA LTDA - EPP

**Publicação da Homologação da Tomada de Preços Nº PMC 18/2014**

TOMADA DE PREÇO Nº 18/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 165/14

HOMOLOGAÇÃO: 14/10/14

CONTRATADO: J.LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A CONSTRUÇÃO DE MURO, QUADRA DE ESPORTES E PLAY GROUND NA ESCOLA MUNICIPAL DE BONETES, NESTA CIDADE DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 61.068,88 (sessenta e um mil e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos)

DATA: 14/10/14 - WILSON PEREIRA - Prefeito E.e..

**Publicação do Comunicado Transferência Licitações do Dia 27.10.2014**

COMUNICADO

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público, que em virtude do Ponto Facultativo no dia 27/10/2014 (DECRETO MUNICIPAL N. 258/2014), o protocolo e abertura da documentação e propostas das licitações agendadas para o dia 27/10/2014 foram transferidas para o dia 28/10/2014, à hora já estabelecida.

Wilson Pereira  
Prefeito e.e.

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 10/2014**

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 13/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 10/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 28/10/2014, às 11h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, 20 UNIDADES DE COLCHA 160X250 CM E 04 COLCHÕES 78X188 D33, DESTINADOS AO CREAS, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 28/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Wilson Pereira  
Prefeito e.e.

**Republicação do Edital de Pregão Presencial Nº 115/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 171/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 115/2014

REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/10/2014,

às 10h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DO C.E.I CECILIA MEIRELES, NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 30/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Wilson Pereira  
Prefeito e.e.

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMAS 08/2014**

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 11/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 08/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 29/10/2014, às 10h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 76 (SETENTA E SEIS) CAIXAS PLÁSTICAS VAZADAS, 19 (DEZENOVE) ESTRADOS DE PLÁSTICO E 11.000 (ONZE MIL) SACOLAS PLÁSTICAS RECICLADAS DESTINADOS AO CRAS, CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA E PETI. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 29/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Wilson Pereira  
Prefeito e.e.

**Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº FMAS 09/2014**

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 12/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 09/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/10/2014, às 11h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 300 CAMISETAS EM MALHA, NA COR BRANCA, DESTINADAS AO CREAS. Recebimento de propostas até as 11h00min do dia 30/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Wilson Pereira  
Prefeito e.e.

**Publicação da Ata Deserta do Pregão Presencial Nº 05/2014**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2014, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2014, QUE TEM POR AQUISIÇÃO DE DIVERSOS ELETRODOMÉSTICOS, 20 UNIDADES DE COLCHA 160X250 CM E 04 COLCHÕES 78X188 D33, DESTINADOS AO CREAS, LAR DO IDOSO E CASA DE PASSAGEM SANTA CLARA.

Ao 28 (vinte e oito) dia, do mês de outubro do ano de 2014, às 09h05min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo César Safanelli,



Marciano Fernandes Correa, nomeados pela Portaria nº 603/2014, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se que nenhuma empresa resolveu participar do certame, caracterizando licitação deserta. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela

Comissão de Licitação.

Paulo César Safanelli  
Presidente

Marciano Fernandes Correa  
Membro

## **PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO ELETRÔNICO FMS 23/2014**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dependência: MUNICIPIO DE CANOINHAS - LICITAÇÕES - (SC)

Licitação: (Ano: 2014/ MUNICIPIO DE CANOINHAS / Nº Processo: FMS 38/2014)

Às 10:04:01 horas do dia 07/10/2014 no endereço RUA FELIPE SCHMIDT 10, bairro CENTRO, da cidade de CANOINHAS - SC, reuniram-se o Pregoeiro da disputa Sr(a). PAULO CESAR SAFANELLI, e a respectiva Equipe de Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do Pregão Nº Processo: FMS

38/2014 - 2014/23/2014 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS, 04 (QUATRO) PORTAS, 05 (CINCO) PASSAGEIROS E 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, NOVOS, ZERO KILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
01/10/2014 11:02:58:426	VERITA VEICULOS LTDA	R\$ 34.000,00
03/10/2014 15:39:42:025	MALLON & CIA LTDA	R\$ 34.000,00
03/10/2014 08:52:52:197	UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	R\$ 34.000,00
06/10/2014 17:36:13:913	VEBRASIL CONCESSIONARIA EIRELI - EPP	R\$ 45.000,00

Lote (2) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO.

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
01/10/2014 11:02:58:426	VERITA VEICULOS LTDA	R\$ 34.000,00
03/10/2014 15:39:42:025	MALLON & CIA LTDA	R\$ 34.000,00
03/10/2014 08:52:52:197	UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	R\$ 34.000,00

06/10/2014 17:36:13:913	VEBRASIL CONCESSIONARIA EIRELI - EPP	R\$ 45.000,00
----------------------------	--------------------------------------	---------------

Lote (3) - 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE

14.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA, MODELO E VERSÃO DO ITEM.

Data-Hora Fornecedor Proposta

06/10/2014 11:16:42:307 DURALINE INFORMATICA LTDA ME R\$ 14.000,00

03/10/2014 11:31:21:184 COLOMBO MOTOS S/A R\$ 20.000,00

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
07/10/2014 10:43:43:206	VERITA VEICULOS LTDA	R\$ 31.100,00
07/10/2014 10:43:27:710	UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	R\$ 31.739,00
07/10/2014 10:41:34:833	MALLON & CIA LTDA	R\$ 31.790,00
06/10/2014 17:36:13:913	VEBRASIL CONCESSIONARIA EIRELI - EPP	R\$ 45.000,00

Lote (2) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO.

Data-Hora	Fornecedor	Lance
07/10/2014 10:43:48:379	VERITA VEICULOS LTDA	R\$ 31.100,00
07/10/2014 10:43:46:983	UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA	R\$ 31.739,00
07/10/2014 10:39:42:618	MALLON & CIA LTDA	R\$ 31.900,00
06/10/2014 17:36:13:913	VEBRASIL CONCESSIONARIA EIRELI - EPP	R\$ 45.000,00

Lote (3) - 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE 14.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA, MODELO E VERSÃO DO ITEM.

Data-Hora Fornecedor Lance

07/10/2014 11:09:17:128 DURALINE INFORMATICA LTDA ME R\$ 10.990,00

07/10/2014 10:46:11:283 COLOMBO MOTOS S/A R\$ 11.000,00

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao

objeto bem como quanto à compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 07/10/2014, às 11:13:50 horas, no lote (1) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 13/10/2014, às 17:13:41 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 13/10/2014, às 17:13:41 horas, no lote (1) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O ITEM DO FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 14/10/2014, às 17:14:57 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 14/10/2014, às 17:14:57 horas, no lote (1) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 14/10/2014, às 17:14:57 horas, no lote (1) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa VERITA VEICULOS LTDA com o valor R\$ 31.100,00. QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 13/10/2014, às 17:13:58 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 13/10/2014, às 17:13:58 horas, no lote (2) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O ITEM DO FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 14/10/2014, às 17:15:33 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 14/10/2014, às 17:15:33 horas, no lote (2) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL

ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 14/10/2014, às 17:15:33 horas, no lote (2) - UM VEÍCULO VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES CAPACIDADE PARA 05 (CINCO) PASSAGEIROS. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE R\$34.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR A MARCA, MODELO E VERSÃO. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa VERITA VEICULOS LTDA com o valor R\$ 31.100,00.

No dia 07/10/2014, às 11:14:00 horas, no lote (3) - 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE 14.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA, MODELO E VERSÃO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 13/10/2014, às 17:14:19 horas, a situação do lote foi finalizada. ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE 14.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA, MODELO E VERSÃO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O ITEM DO FORNECEDOR ATENDE TODAS AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 14/10/2014, às 17:15:45 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 14/10/2014, às 17:15:45 horas, no lote (3) - 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE 14.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA, MODELO E VERSÃO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. No dia 14/10/2014, às 17:16:41 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 14/10/2014, às 17:16:41 horas, no lote (3) - 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE 14.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA, MODELO E VERSÃO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: O FORNECEDOR ATENDE AS ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAL. No dia 14/10/2014, às 17:16:48 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 14/10/2014, às 17:16:48 horas, no lote (3) - 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE 14.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA, MODELO E VERSÃO DO ITEM. - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

No dia 14/10/2014, às 17:16:48 horas, no lote (3) - 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE 14.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA, MODELO E VERSÃO DO ITEM. - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação à empresa DURALINE INFORMATICA LTDA ME com o valor R\$ 10.990,00.

Diante do registro de intenção do representante DANIEL FRANCISCO CORDEIRO ARRUDA da empresa COLOMBO MOTOS S/A no lote (3) - 02 (DUAS) MOTOCICLETAS 125 CC, ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO IGUAL OU SUPERIOR A 2014. O VALOR TOTAL ADMITIDO PARA ESTE LOTE É DE 14.000,00. AO CADASTRAR A PROPOSTA NO SITE A LICITANTE DEVERÁ INFORMAR MARCA, MODELO E VERSÃO DO ITEM., em interpor recurso o Pregoeiro da disputa abriu prazo legal para apresentação formal das razões e contra razões do recurso.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.

PAULO CESAR SAFANELLI  
Pregoeiro da disputa

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Autoridade Competente

FRANCIELE TISCHLER  
Membro Equipe Apoio

**Proponentes:**

11.569.686/0001-52 COLOMBO MOTOS S/A  
05.690.638/0001-15 DURALINE INFORMATICA LTDA ME  
83.189.605/0001-08 MALLON & CIA LTDA  
03.047.652/0002-50 UVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA  
09.340.232/0001-63 VEBRASIL CONCESSIONARIA EIRELI - EPP  
83.528.232/0001-44 VERITA VEICULOS LTDA

## Capinzal

### PREFEITURA

#### Portarias Setembro/2014

PORTARIA Nº 686, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 02 de setembro a 30 de dezembro de 2014, conforme atestado médico, à servidora Estefania Fenski Fraron, matrícula nº 328375/02, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de setembro de 2014

Capinzal, SC, em 03 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 687, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratar de Interesses Particulares, conforme requerimento protocolado sob o nº 3196/2014, ao servidor Lucinei Marques, matrícula nº 331090/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Leve, nível 199, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 04 e 05 de setembro de 2014

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 04 de setembro de 2014

Capinzal - SC, em 04 de setembro de 2014.  
ANDEVIR ISGANZELA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 688, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 01 de setembro a 29 de dezembro de 2014, conforme atestado médico,

à servidora Tailane Esganzela, matrícula nº 333697/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2014

Capinzal, SC, em 01 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 689, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 3207/2014, Erica Vanessa de Lima, matrícula nº 410017/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 08 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 690, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014  
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3230/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida progressão por cursos de capacitação à servidora Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, matrícula nº 121452/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 261, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 261, referência H, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 08 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 691, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratar de Interesses Particulares, conforme requerimento protocolado sob o nº 3227/2014, ao servidor Lucinei Marques, matrícula nº 331090/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Leve, nível 199, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 08 de setembro de 2014 a 07 de setembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 08 de setembro de 2014

Capinzal - SC, em 08 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 692, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Fica contratada, pelo período de 10 de setembro a 19 de dezembro de 2014, Marina Durigon, matrícula nº 398721/02, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, para atuar nas Creches Municipais Primeiros Passos e Crescendo Juntos, como Volante.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de setembro de 2014

Capinzal - SC, em 10 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 693, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 18 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, pelo período de 10 de setembro a 11 de dezembro de 2014, em vinte (20) horas semanais, da servidora Diana Cassia Constantini, matrícula nº 407454/01, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em substituição a titular Sandra Fachin, que se exonerou.



Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 10 de setembro a 11 de dezembro de 2014.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 10 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 10 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 694, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada Samanta Antunes da Costa, matrícula nº 333166/04, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 15 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 695, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, conforme requerimento protocolado sob o nº 3342/2014, Cristiani Aparecida Rossetti, matrícula nº 180599/03, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 17 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 696, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no

uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 3394/2014, Luciana Mendes Rapozo, matrícula nº 330930/07, ocupante do cargo de Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 697, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerado, conforme requerimento protocolado sob o nº 3393/2014, Alex Estival Datsch, matrícula nº 407458/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 19 de setembro de 2014  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 698, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014

Promove servidores do quadro efetivo de Servidores do Magistério Público Municipal

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei Complementar nº 045/2000 e no artigo 10 da Lei Complementar nº 168/2014, resolve:

Art. 1º Fica concedida promoção aos seguintes servidores:

Matrícula	Nome	Classe e referência	Classe e referência após promoção
304840/01	Adenir Jane Borsoi	Classe 8, referência C	Classe 8, referência D
304891/01	Adriana Antunes da Costa Perin	Classe 8, referência D	Classe 8, referência E
304972/01	Adriana Surdi Martinelli	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
321281/01	Adriana Toaldo Leal dos Santos	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A

326178/01	Alessandra Aparecida Teixeira Cantelli	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
307157/01	Cássia Maris Wilbert Souza	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
327239/01	Christine Marly Kappes	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
307319/01	Cimara Moreira Baú	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
307700/01	Cristiane Dambróz	Classe 8, referência B	Classe 8, referência C
307785/01	Dalva Maria Helt Marques	Classe 7, referência B	Classe 7, referência C
308021/01	Delci Macagnan da Costa	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
309087/01	Eliane Maria Helt	Classe 8, referência C	Classe 8, referência D
309117/01	Eliane Rosa Garcia	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
309168/01	Elisângela Frizzo Clen	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
309320/01	Eloá Salete Toaldo Giumbelli	Classe 8, referência D	Classe 8, referência E
117480/03	Fabiane Zambão	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
322768/01	Fátima Faccin	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
310204/01	Geneci de Lima	Classe 8, referência A	Classe 9, referência B
310344/01	Giseli da Graça Matos	Classe 8, referência C	Classe 8, referência D
310450/01	Helena Dupont Leder	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
310743/01	Iliane Aparecida dos Santos	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
311502/01	Izolete dos Santos Riqueti	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
312169/01	Joclei Aparecida Poggere	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
312240/01	Jonathan Savi	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
312533/01	Jovania Rech	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
312568/01	Juçara Maria Crippa Belotto	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
312770/01	Jussara Biazotto	Classe 7, referência B	Classe 7, referência C
313157/01	Léia Ster Pelegrini	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
313327/01	Liamar Terezinha Galio Masson	Classe 8, referência B	Classe 8, referência C
313343/01	Lilian Aparecida Dorini Stirmer	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
323829/01	Lucélia Alves Dalposso	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
313700/01	Luciana Milesqui Wilbert	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
313734/01	Luciane Albina Viceli Thomazoni	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
314218/01	Mafalda Franke	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
304298/02	Marcelo Schwaizer	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
314447/01	Márcia Manfredini	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
324116/01	Márcia Regina Melloto	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C

141844/01	Márcio Antônio da Silva	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
314862/01	Maria de Fátima de Oliveira Ribeiro	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
314919/01	Maria de Lurdes da Costa	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
314986/01	Maria Elianete de Camargo Masson	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
315010/01	Maria Eliete de Camargo	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
315745/01	Marli Dametto Morosini	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
315966/01	Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
316059/01	Merci Surdi	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
316199/01	Mirian Surdi Gubert	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
316229/01	Monica Salete Gotardo Rosseti	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
316709/01	Nilza Maria Marcon Muraro	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
316792/01	Noemi Frühauf Reck	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
316822/01	Noemi Terezinha Antunes da Luz Tonini	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
317241/05	Otávia Maria Surdi	Classe 8, referência A	Classe 8, referência B
317608/01	Rafaela Daros	Classe 8, referência C	Classe 8, referência D
304310/05	Romi Vilarino Lira	Classe 7, referência B	Classe 7, referência C
317934/03	Rômulo Garcia	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
324990/01	Rosângela Vitória Rossete Scheurmann	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
318256/01	Rosemary Aparecida da Silva	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
318345/01	Rosilene de Souza Haus	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
318434/01	Saionara Cristina Masson	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
318558/01	Salete Savaris de Araújo	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
318620/01	Sandra Maria Demin	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
318701/01	Sayonara Pellizaro Cremonini	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
318949/01	Sérgio Rodrigues dos Santos	Classe 7, referência C	Classe 7, referência D
319341/01	Sirlei Marli Gerhardt Rosa	Classe 8, referência B	Classe 8, referência C
319490/01	Sonia Aparecida Lamb	Classe 8, referência D	Classe 8, referência E
319627/01	Suzana Andrade Alves	Classe 8, referência E	Classe 9, referência A
325325/01	Taise Maria Campioni Rostirola	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
319902/01	Terezinha Aparecida Toaldo Giumbelli	Classe 9, referência A	Classe 9, referência B
320340/01	Valquiria Maria da Silva Moresco	Classe 9, referência C	Classe 9, referência D
320528/01	Vera Amália Bazzi	Classe 9, referência B	Classe 9, referência C
320617/01	Veranice Maria Lovatel	Classe 9, referência D	Classe 9, referência E



320870/01	Vivanda Tereza Bortoli	Classe 7, referência E	Classe 8, referência A
320897/01	Vivian Mafisa Golin	Classe 8, referência D	Classe 8, referência E
320951/01	Viviane Cristina Siteniewski	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E
325791/01	Wanessa Moraes Trzcinski	Classe 7, referência D	Classe 7, referência E

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de setembro de 2014, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2014.

Capinzal - SC, em 22 de setembro de 2014  
**ANDEVIR ISGANZELLA**  
 Prefeito Municipal

Registrada e Publicada.

**ORLANDO THOLL**  
 Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 699, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014**  
 Concede Licença Prêmio a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 83 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 3305/2014, à servidora Rafaela Daros, matrícula nº 317608/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência D, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 11 de julho de 2001 a 10 de julho de 2006, pelo período de 22 de setembro a 21 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 22 de setembro de 2014  
**ANDEVIR ISGANZELLA**  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**ORLANDO THOLL**  
 Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 700, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014**

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 3349/2014, Tailana Bazzo, matrícula nº 333689/04, ocupante do cargo de Professor Enfermeiro, nível 377, referência A, conforme o anexo I, da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 22 de setembro de 2014  
**ANDEVIR ISGANZELLA**  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**ORLANDO THOLL**  
 Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 701, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014**  
 Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 22 de setembro de 2014 a 19 de janeiro de 2015, conforme atestado médico, à servidora Ivanice Wirth Zastrow, matrícula nº 329479/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 22 de setembro de 2014

Capinzal, SC, em 22 de setembro de 2014  
**ANDEVIR ISGANZELLA**  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**ORLANDO THOLL**  
 Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 702, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014**  
 Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratar de Interesses Particulares, conforme requerimento protocolado sob o nº 3414/2014, ao servidor Francisco Dirceu de Araujo, matrícula nº 310058/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Planejamento e Projetos, nível CC - 4, conforme o anexo III-A da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 24 de setembro a 03 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de setembro de 2014

Capinzal - SC, em 24 de setembro de 2014  
**ANDEVIR ISGANZELLA**  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

**ORLANDO THOLL**  
 Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 703, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014**  
 Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para tratar de Interesses Particulares, conforme requerimento protocolado sob o nº 3413/2014, ao servidor Ademir Crul, matrícula nº 222976/01, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Controle e

Manutenção, nível CC - 4, conforme o anexo III-A da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 24 de setembro a 03 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de setembro de 2014

Capinzal - SC, em 24 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 704, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença por motivo de casamento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na alínea "a", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme Certidão de Casamento Matrícula nº 104935 01 55 2014 2 00022 134 0004194 97, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de seu casamento, pelo período de 19 a 26 de setembro a 2014, à servidora Fábila Laís Cesa, matrícula nº 187291/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor Nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, na Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 19 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 24 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 705, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

.

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Certidão de Casamento, Matrícula nº 104935 01 55 2014 2 00022 134 0004194 97, do Registro Civil das Pessoas Naturais, resolve:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Fabia Laís Cesa, matrícula nº 187291/01/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, Nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais na Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 2º A servidora passa a assinar Fabia Laís Cesa Amaral.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 19 de setembro de 2014

Capinzal - SC, em 24 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 706, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

Concede Licença Paternidade a servidor, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto no artigo 92 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Paternidade, pelo período de 24 a 28 de setembro de 2014, ao servidor Robson Bevilaqua, matrícula nº 410013/01 ocupante do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais no Transporte coletivo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 24 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 707, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

Concede licença por motivo de casamento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na alínea "a", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme Certidão de Casamento Matrícula nº 104935 01 55 2014 2 00022 132 0004192 90, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de seu casamento, pelo período de 12 a 20 de setembro a 2014, à servidora Jaqueline Isganzella, matrícula nº 311847/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 12 de setembro de 2014.

Capinzal - SC, em 24 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº 708, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014

Altera nome de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Certidão de Casamento, Matrícula nº 104935 01 55 2014 2 00022 132 0004192 90, do Registro Civil das Pessoas Naturais, resolve:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Jaqueline Isganzella, matrícula nº 311847/02, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing

Art. 2º A servidora passa a assinar Jaqueline Isganzela Gaideczka.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de setembro de 2014

Capinzal - SC, em 24 de setembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

## Catanduvás

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 2.020, de 13 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 2.020, de 13 de outubro de 2014.

"CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE OBRAS REALIZADAS NA RUA OTILIA BITTENCOURT HARO, DECORRENTES DO TERMO DE ACORDO PARA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM REGIME DE MUTIRÃO DE 08/04/2010, E DESIGNA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás (SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal), art. 2º, § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010 e Lei Complementar nº 64, de 6 de maio de 2010

DECRETA:

Art. 1º Classifica os imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria na Rua Otília Bittencourt Haro, no trecho entre Rua Santa Catarina e SC 454 Paz no Bairro Cidade Jardim - Catanduvás:

Ordem	Quadra	Lote	Cadastro nº	Proprietário	Testada (m)
1º	148	488	465-0	José Lins e ou Natalício	15,00
2º	148	489 B	2273-0	Cleomar Antunes Pereira	10,15
3º	148	489 A	464-0	Celestino Alves de Siqueira	09,85
4º	142	471	531-0	José Leocir da Rosa	15,00
5º	143	449 B	513-0	Ivanês da Aparecida Campos Fogaça	15,00
6º	144	445 A	503-0	Antonio Siqueira (Espólio) e ou Josenir F. Siqueira	15,00
7º	145	433	485-0	Dirlei Antunes Pereira	15,00
8º	145	429 A	482-0	Olivo Natal Corroski - Espólio	13,00
TOTAL		108,00			

Parágrafo único. Nos termos do art. 2º, § 3º da Lei nº 2.248, de 12 de março de 2010, estão sujeitos a Cobrança de Melhoria os proprietários Lindeiros que não aderiram ao regime de mutirão conforme Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 08/04/2010.

Art. 2º A presente classificação decorre do Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 08/04/2010, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Designa Comissão de Avaliação para efetuar apuração do valor da Contribuição de Melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009,

formada pelos seguintes membros:

I -Carlos Augusto Czech - Responsável do Setor de Tributos da Prefeitura;

II -Caroline Joana Lenieski Johan - Controle Interno

III -Ivan Cláudio Sacchet - Mercado Imobiliário

IV -Francielle Dias dos Santos - Setor de Tributos

V -Rosa Maria dos Santos Brito - Setor de Tributos

VI -Sandra Maria Dilda Bucco - Setor de Habitação

Art. 4º Compete à Comissão proceder a vistoria das obras, documentos do Termo de Acordo para pavimentação de vias públicas em regime de mutirão de 08/04/2010 e emitir no prazo de cinco (5) dias, Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º

Catanduvas/SC, 13 de outubro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Secretario de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

## Caxambu do Sul

### PREFEITURA

#### Lei 1.328/2014

LEI Nº 1.328/2014

“INSTITUI OS MESES OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL, A SER COMEMORADO ANUALMENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituído no Município de Caxambu do Sul/SC, os meses denominados “Outubro Rosa”, destinado à conscientização, orientação e combate ao câncer de mama, e “Novembro Azul”, dedicado à orientação, conscientização, combate e prevenção do câncer de próstata e a saúde do homem.

Art. 2.º Os meses “Outubro Rosa” e “Novembro Azul” passarão a integrar o calendário oficial de eventos do Município e realizar-se-ão anualmente nos referidos meses.

Art. 3.º Durante os meses ora instituídos o Poder Público Municipal divulgará estes eventos através de panfletos, laços e iluminação cor-de-rosa e azul em estabelecimentos públicos e nos pontos de maior circulação de pessoas na cidade, e fomentará os trabalhos que visem desenvolver atividades, oferecer palestras e divulgar os problemas à população, no sentido de ajudar a detectar e enfrentar o Câncer de Mama e de Próstata.

Parágrafo Único - Poderão ser firmadas parcerias com entidades privadas para realização de eventos nos meses a que se refere a presente Lei.

Art. 4.º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias para cada exercício financeiro, suplementadas se necessário.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 14 de Outubro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

#### Decreto 144/2014

DECRETO N. 144/2014

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Inciso XXV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º . Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Senhorita JULINHA MUCELINI, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG sob n. 4.971.795-2 e inscrito no CPF/MF sob n. 054.524.409-92, ocupante do cargo de TELEFONISTA, lotada junto à Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento, do Município de Caxambu do Sul.

Art. 2º . Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Revogam-se às disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 13 de Outubro de 2014

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº 397 de 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 397/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, Por Tempo de Serviço, ao Servidor Publico, ADELICIO DA SILVA, matriculado sob nº 2334/05, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamento - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
14 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

#### **PORTARIA Nº 398 DE 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 398/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível III para o Nível IV, Por Tempo de Serviço, ao Servidor Publico, ADILCIO SEBOLD, matriculado sob nº 2479/02, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamento - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível IV, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
14 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício



**PORTARIA Nº 399 DE 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 399/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível III, Por Tempo de Serviço, a Servidora Publica, CHARLIANE MICHELS, matriculada sob nº 2142/08, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
14 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 400 DE 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 400/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível III, Por Tempo de Serviço, ao Servidor Publico, ERALDO LUIS MONTEIRO, matriculado sob nº 2497/01, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
14 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 401 DE 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 401/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, Por Tempo de Serviço, a Servidora Publica, CRISLEI SEBOLD, matriculada sob nº 2418/08, ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
14 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 402 DE 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 402/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, Por Tempo de Serviço, ao Servidor Publico, FABIO FRANZ, matriculado sob nº 2331/04, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível VI, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
14 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício



**PORTARIA Nº 403 DE 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 403/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível IV para o Nível V, Por Tempo de Serviço, a Servidora Publica, IZOLINE BATISTA CORREA, matriculada sob nº 1727/01, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
14 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 404 DE 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 404/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível II para o Nível III, Por Tempo de Serviço, ao Servidor Publico, JOÃO ALOIR FRANÇA DE OLIVEIRA, matriculado sob nº 2403/03, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º O servidor passará a receber o vencimento correspondente ao Nível III, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
14 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 405 DE 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 405/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais conferidas pelo art.50, VII, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº. 050/2009 e de acordo com o art. 18, inciso I, da Lei Complementar 007 de 23.12.99, com redação da Lei Complementar nº049 de 09.12.10,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder progressão funcional do Nível V para o Nível VI, Por Tempo de Serviço, a Servidora Publica, LUCIANI PAUL KERSCHBAUM, matriculada sob nº 2423/02, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, em exercício na Secretaria Municipal da Assistência Social.

Art. 2º A servidora passará a receber o vencimento correspondente ao Nível V, do anexo IV da Lei Complementar 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais, a partir de 01.10.2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,  
14 de outubro de 2014.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em exercício

**DECRETO Nº 092, DE 14.10.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 092, DE 14.10.2014

Anula e suplementa dotação orçamentária e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º,I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
06 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
119 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2014 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes  
01 - Divisão de Ensino  
12 - Educação  
06 - Educação para Todos  
361 - Ensino Fundamental  
110 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação  
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
2014 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar .....  
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,  
14 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 28 de outubro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor no Centro de Multiuso Sebastião Rode, localizado na Rua Bernardo Henrique Hillenshein, Centro, Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 15 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

#### **EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 29 de outubro de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo no Município de Chapadão do Lageado/SC, para a contratação de pessoal em caráter temporário, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 15 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2014 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 80/2014

Nº. do Contrato Administrativo: 80/2014.  
Vigência: 13/10/2014 à 31/12/2014  
Processo Licitatório nº 79/2014  
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.  
Contratado/Credenciado: RT Tratores Comércio de Peças e Serviços Ltda  
Valor/Remuneração: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais);  
Objeto: O Contrato tem por objeto a aquisição de peças para conserto da Carregadeira Fiat Allis 1500B, utilizada pela Secretaria de Obras, Transportes e Serviços urbanos do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada
1	BOMBA HIDRAULICA	Un	1,00

DATA DA ASSINATURA: 13 de outubro de 2014.  
ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em exercício

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### Lei N. 1.225

LEI N. 1.225, de 09 de outubro de 2014.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER IMÓVEL EM DOAÇÃO O IMÓVEL DE MATRÍCULA 21.463 DE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do sul. Faço Saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a receber em doação um imóvel urbano, com área de 13.612,08m<sup>2</sup> (treze mil, seiscentos e doze metros e oito centímetros quadrados), situado neste Município, devidamente registrado no Cartório de Registros de Imóveis de Urussanga sob a Matrícula nº 21.463 do Livro 2, de propriedade da Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, deste município.

Parágrafo único. O imóvel a que se refere o caput encontra-se localizada em área urbana, conforme matrícula integrante da presente Lei.

Art. 2º O Município de Cocal do Sul obriga-se a:

I - Responder, após formalização da presente doação, perante os Poderes Públicos por todos os tributos incidentes sobre o imóvel e por qualquer outra obrigação que possa ou venha sobre ele incidir;

II - Satisfazer todas as despesas decorrentes da presente doação, inclusive as de registro da competente escritura pública de doação.

Art. 3º O descumprimento dos preceitos contidos no art. 2º desta Lei ocasionará a rescisão da presente doação, retornando o imóvel ao Patrimônio do doador com todas as benfeitorias nele construídas, ainda que necessárias, sem direito de retenção e independentemente de qualquer pagamento ou indenização de qualquer título.

Art. 4º As partes no prazo de 60 (sessenta) dias, deverão formalizar escritura pública de doação com as condições descritas na presente lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de outubro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### Lei N. 1.226

LEI Nº 1.226, de 09 de outubro de 2014.

CRIA O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ÁREAS PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal provou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criado o Programa de Regularização Fundiária para as áreas públicas ocupadas irregularmente para fins habitacionais.

#### CAPÍTULO I - DAS ÁREAS PÚBLICAS

Art. 2º É objetivo do Programa garantir a titulação do bem imóvel, das áreas públicas ocupadas até 31/12/2008, às pessoas de baixa renda e a recuperação urbano-ambiental, motivando o desenvolvimento sócio-econômico e o conseqüente resgate da cidadania obedecendo aos seguintes critérios:

- a) estar no imóvel público, ininterruptamente e sem oposição, desde 31/12/2008;
- b) ocupar área de até 250m<sup>2</sup>;
- c) se área de preservação permanente, a ocupação deverá ter sido efetivada até 31/12/2007, sendo necessário, ainda, que o assentamento esteja inserido em área urbana consolidada, assim comprovada por estudo técnico a ser apresentado pelos órgãos competentes que compõem a estrutura administrativa municipal, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas na Lei 11.977/2009;
- d) estar utilizando o imóvel para fins de moradia;
- e) não ser proprietário de outro bem imóvel urbano ou rural.

§ 1º Será permitida a regularização de áreas superiores a 250,00 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), com 20% (vinte por cento) de acréscimo no valor do metro quadrado.

§ 2º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

Art. 3º Para regularização das áreas públicas, fica facultada ao interessado a possibilidade do uso dos seguintes instrumentos jurídicos:

- I - Contrato de Compra Venda, para pagamento à vista ou parcelado na forma do art. 19;
- II - Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, de forma onerosa, com posterior aquisição da propriedade;
- III - Concessão de Uso Especial - CUE, para uso do bem público, de forma gratuita.

Parágrafo único. Fica à critério do interessado, a escolha do instrumento jurídico mais adequado a sua realidade, sendo possível a alteração para outra modalidade.

Art. 4º Em caso de compra e venda, será conferido ao Poder Público Municipal o direito de preempção do imóvel, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 5º Fica facultado ao Poder Público a compra e venda ou a autorização de uso àquele que, até a data de publicação desta Lei, possui como seu, desde 31/12/2008, ininterruptamente e sem oposição, imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para fins comerciais.

§ 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 2º A autorização de uso deverá respeitar o zoneamento determinado no Plano Diretor.

Art. 6º As áreas incluídas no Programa de Regularização Fundiária serão priorizadas conforme a disposição da comunidade envolvida em participar.

Art. 7º O Programa desenvolverá as seguintes ações:

- I - preenchimento do Cadastro Social Único, para avaliação sócio-econômica familiar;
- II - elaboração do Projeto Urbanístico pelo Poder Executivo, visando melhoramentos na habitabilidade, acessibilidade e saneamento da área ocupada;
- III - avaliação das características da ocupação, visando estabelecer os instrumentos jurídicos e urbanísticos adequados à regularização fundiária;
- IV - elaboração de projeto de participação comunitária, educação sanitária e ambiental;
- V - acompanhamento técnico para o desenvolvimento social da comunidade envolvida no programa;
- VI - aprovação do Projeto nos órgãos competentes da municipalidade, seguindo os trâmites previstos em Lei.
- VII - inscrição no Cadastro Fiscal Tributário do Município.

Parágrafo único. Os recursos oriundos do pagamento dos contratos de Concessão de Direito Real de Uso e Compra e Venda do bem público serão depositados na conta bancária do Fundo Municipal de Habitação do Município de Cocal do Sul, instituído pela Lei nº. 867, de 18 de dezembro de 2007, e altera pela Lei nº. 884, de 03 de abril de 2008, e lastrearão a Política Municipal de Habitação e o presente Programa de Regularização Fundiária.

Art. 8º Na implementação deste Programa serão observadas as seguintes diretrizes:

- I - apoio à auto-organização e a participação da comunidade;
- II - garantia de permanência dos moradores, excepcionando-se os reassentamentos nas situações de risco às pessoas, à saúde, ao meio ambiente e para permitir acessos e instalações de outros equipamentos públicos necessários, devendo os moradores atingidos ser antecipadamente informados através de apresentação, na íntegra, do Plano Urbanístico da respectiva área;
- III - prioridade para realocação das famílias removidas dentro da mesma região;
- IV - permitir o desenvolvimento de atividade econômica artesanal familiar, conjuntamente com uso residencial, em havendo compatibilidade, objetivando a geração de emprego e renda;
- V - integração à cidade formal, respeitando as características físico-culturais das ocupações.

Art. 9º O programa de Regularização Fundiária utilizará como referência o Cadastro de Imóveis existente no Setor de Tributação do Município de Cocal do Sul, para os efeitos de estabelecer:

- I - a existência de núcleo irregular;
- II - a existência de posse individualizada ensejadora da regularização fundiária;
- III - as dimensões e características da posse.

Art. 10. Não será permitida, a partir do levantamento topográfico cadastral, a execução de qualquer obra que traga prejuízo para a salubridade das edificações, para os acessos internos ao núcleo ou vias urbanas existentes.

§ 1º. Durante o processo de regularização fundiária ficam vedadas quaisquer construções, excetuando-se riscos emergentes eventualmente existentes, a serem analisados em cada caso pela municipalidade.

§ 2º. A desobediência do §1.º deste artigo implicará na não-regularização da titulação.

§ 3º. Feita a notificação, desta caberá defesa a ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência da mesma pelo notificado.

Art. 11. Cada entidade familiar terá somente um imóvel regularizado, caso o adquirente ou seus dependentes não possuam nenhum outro imóvel ou nunca tenham recebido bem através do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, e/ou do Município de Cocal do Sul e/ou Programas Habitacionais nos âmbitos Estadual ou Federal.

Art. 12. A titulação do imóvel será conferida aos que tenham ocupado com ânimo de dono.

§ 1º. Havendo dissenso sobre o titular do imóvel objeto de regularização serão os interessados orientados a valer-se do Poder Judiciário, condicionando-se a regularização a essa decisão.

§ 2º. No caso de sociedade conjugal de fato, a titulação do imóvel será concedida preferencialmente à mulher.

Art. 13. O Programa de Regularização Fundiária será coordenado pela Secretaria de Ação Social e da Família e pelo Departamento de Habitação e terá a participação de todas as unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul e afins, em atividades específicas.

Art. 14. O Programa de Regularização Fundiária contará obrigatoriamente com a participação da comunidade estruturada, através de comissão de moradores e outras entidades que efetivamente represente os interesses da comunidade no assunto, com representantes do poder público municipal, bem como do Conselho Municipal de Habitação.

Art. 15. Caso seja necessário, na área objeto de Regularização Fundiária será decretada uma Zona Especial de Interesse Social - ZEIS, estabelecendo critérios de urbanização específica.

Art. 16. Em cada área de intervenção será permitida a utilização de recursos do Fundo Municipal de Habitação para obras emergenciais nas habitações que apresentarem avançado estado de deterioração de seus elementos construtivos, ocasionando risco imediato à estabilidade, verificada a incapacidade econômica de seus moradores, mediante plano de investimentos e previsão orçamentária definida em lei.

§ 1º. Poderão também ser utilizados recursos do Fundo Municipal de Habitação para a construção de instalações sanitárias padrão nas habitações desprovidas de tal melhoria.

§ 2º. O risco emergente será constatado mediante laudo técnico que indicará as ações necessárias, emitido por profissional da Secretaria Municipal de Obras Viárias, Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos.

§ 3º. A reposição dos custos das melhorias será formalizada através de contrato, levando-se em conta os critérios sociais.

Art. 17. O não cumprimento das normas do Programa implicará na exclusão do adquirente de futuros programas habitacionais desenvolvidos pela municipalidade.

Art. 18. O valor do metro quadrado dos imóveis incluídos nas áreas do Programa de Regularização Fundiária será o mesmo da Planta Genérica de Valores de IPTU do Município, considerando que tal



planta leva em conta as condições da área in natura, infraestrutura e localização.

Parágrafo único. Será criada Comissão Multitécnica de servidores do Município, composta por no mínimo um assistente social, um advogado, um técnico do Departamento de Patrimônio, um técnico da Equipe Técnica Topográfica do Município e um técnico do Departamento de Habitação, que analisarão os casos de municípios comprovadamente em situação de vulnerabilidade social, para os quais a comissão poderá reduzir o valor do metro quadrado do imóvel até o limite de 10% (dez por cento) do valor constante na Planta Genérica de Valores.

Art. 19. O pagamento do imóvel será efetuado da seguinte forma:

I - Através de contrato de compra e venda, com pagamento à vista ou parcelamento de no máximo 6 meses, em parcelas fixas;

II - Através de contrato de Concessão de Direito Real de Uso, com concessão de até 15 anos, obedecendo aos seguintes critérios:

- a) ocupação de até 5 anos, CDRU de 15 anos;
- b) ocupação de 5 anos a 10 anos, CDRU de, no mínimo, 10 anos;
- c) ocupação de 10 anos a 15 anos, CDRU de, no mínimo, 8 anos;
- d) ocupação com mais de 15 anos, CDRU de, no mínimo, 5 anos.

Art. 20. O pagamento da CDRU deverá obedecer aos seguintes critérios:

- a) o valor da parcela mensal não poderá ultrapassar a 20% (vinte por cento) da renda mensal do adquirente;
- b) o valor da parcela será reajustado de forma anual pelo mesmo índice de reajuste aplicado a caderneta de poupança;
- c) no caso de atraso no pagamento da parcela, serão cobrados os mesmos acréscimos legais de mora incidentes sobre a caderneta de poupança, mais os juros constitucionais.

Parágrafo único. No caso de inadimplência por mais de 3 meses, sem justo motivo, será rescindido o contrato, sem qualquer indenização das benfeitorias realizadas sobre o imóvel, exceto em caso de alta relevância.

Art. 21. Será extinta a concessão, independente da modalidade, no caso de:

- I - O concessionário dar destinação diversa da moradia ao imóvel;
- II - Se adquirir a propriedade ou a concessão de outro imóvel urbano ou rural;
- III - O concessionário alugar, emprestar, doar, vender, ceder, transferir ou alienar o imóvel;
- IV - O concessionário vir a falecer e seus herdeiros:

- a) não procederem com o arrolamento num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do falecimento;
- b) deixarem de responder com as obrigações do contrato.

Art. 22. As despesas decorrentes do Programa de Regularização Fundiária serão custeadas pelo Fundo Municipal de Habitação, nas dotações orçamentárias próprias e pela captação de recursos junto a terceiros.

Art. 23. Ficam isentos do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI os negócios jurídicos oriundos do presente programa.

Art. 24. O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei por Decreto, nas disposições que couber.

Art. 25. Os casos omissos serão resolvidos via processo administrativo pela Secretaria de Ação Social e da Família, com parecer

jurídico prévio.

Art. 26. Aplica-se ainda, no que couber, as disposições contidas na Lei 11.977/2009.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### **Lei Complementar N. 54**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 54, de 09 de outubro de 2014.  
ALTERA O § 2º. DO ARTIGO 73, DA LEI Nº. 303, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1997 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E REVOGA A LEI COMPLEMENTAR N. 24, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009 E A LEI COMPLEMENTAR N. 47, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O parágrafo 2º. do artigo 73., da Lei nº. 303, de 23 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 73. ....

§ 2º. A licença de funcionamento não poderá ser concedida por período superior ao exercício vigente, devendo a respectiva taxa ser renovada anualmente, incidindo a título de valores cobrados sobre esta as atividades descritas no CNAE - Cadastro Nacional de Atividades Econômicas - cujos valores constam no Anexo II, e no caso de Profissionais Autônomos os valores vinculam-se ao Sub Anexo I, do Anexo II da presente Lei, e deverão estar devidamente aprovados pela Fazenda Municipal, destacando-se que em relação aos alvarás expedidos com data anterior à publicação da presente, igualmente incidirá a cobrança da taxa de renovação, obedecendo, contudo, aos percentuais dispostos na tabela de progressão de valores, em anexo, que é parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º Revogam-se a Lei Complementar n. 24, de 23 de dezembro de 2009 e a Lei Complementar n. 47, de 05 de dezembro de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

Anexo da Lei Complementar nº. 54, de 09 de outubro de 2014

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA A	
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO PARA PROFISSIONAIS AUTONOMOS	
SUB ANEXO I - DO ANEXO II	
CATEGORIA DE PROFISSIONAL AUTONOMO	VALOR UFRM
HABILITADOS DE NIVEL SUPERIOR	43,92
HABILITADOS DE NIVEL MEDIO	32,94
OTROS PROFISSIONAIS NÃO HABILITADOS	21,99

Anexo da Lei Complementar nº. 54, de 09 de outubro de 2014 - TABELA PROGRESSIVA PARA COBRANÇA DO ALVARÁ ANUAL							
FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS							
ANO DE ABER-TURA EM-PRESA	% PROGRESSIVO ANUAL APLICADO SOBRE O CNAE DE ABER-TURA VIGENTE A PARTIR DE 2014						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2013	0	0	20	40	60	80	100
2012	0	20	40	60	80	100	
2011	20	40	60	80	100		
2010	40	60	80	100			
2009	60	80	100				
2008	80	100					
2007	100						

**LEI N. 1.210**

LEI Nº. 1.210, de 27 de agosto de 2014.

AUTORIZA A PREMIAÇÃO AOS VENCEDORES DA "2ª OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE COCAL DO SUL", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a premiar os alunos vencedores da "2ª Olimpíada de Matemática das Escolas Municipais de Cocal do Sul", com 04(quatro) Tablets, sendo dois para os alunos vencedores dos Níveis 1 e 2 da Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol, e os outros dois para os alunos vencedores dos Níveis 1 e 2 da Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei, conforme consta no regulamento em anexo.

Art. 2º O valor da premiação prevista no artigo 1º será no montante de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da seguinte dotação:

Órgão: 07

Unidade: 01

Projeto/Atividade: 2.016 - Serviços Administrativos da Educação

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas

Elemento de Despesa: 63 - Premiação culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de agosto de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm. Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

2ª Olimpíada de Matemática das Escolas Municipais de Cocal do Sul - OMEMCS - 2014

1. Responsabilidade:

A 2ª Olimpíada de Matemática das Escolas Municipais de Cocal do Sul - OMEMCS - 2014 é uma realização da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura com apoio das direções das escolas: Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei e Escola de Ensino Fundamental Demétrio Bettiol e dos professores regentes de Matemática.

2. Características:

A 2ª Olimpíada de Matemática das Escolas Municipais de Cocal do Sul - OMEMCS - 2014 é dirigida aos alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais, que concorrem a prêmios de acordo com a sua classificação nas provas.

3. Objetivos:

3.1. Estimular e promover o estudo da Matemática entre alunos das escolas públicas municipais.

3.2. Contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica na rede municipal.

3.3. Promover a inclusão social por meio da difusão do conhecimento.

3.4. Elevar o índice do IDEB.

4. Divisão em Níveis:

4.1. Os alunos participantes da 2ª Olimpíada de Matemática das Escolas Municipais de Cocal do Sul serão divididos em 2 (dois) níveis, de acordo com o seu grau de escolaridade:

Nível 1 - alunos matriculados em 2014 no 6º ano ou 7º ano do Ensino Fundamental.

Nível 2 - alunos matriculados em 2014 no 8º ano ou 8ª série do Ensino Fundamental.

4.2. Participam das provas da OMEMCS somente os alunos que, na data da realização das provas, estiverem regularmente matriculados nas escolas municipais: EEF Cristo Rei e EEF Demétrio Bettiol. Não poderão participar das provas aqueles que estavam matriculados quando da inscrição da escola, mas que dela se desligaram por transferência ou por quaisquer outros motivos.

4.3. A 2ª Olimpíada de Matemática das Escolas Municipais de Cocal do Sul realizar-se-á em apenas uma etapa com aplicação de prova objetiva (múltipla escolha) a todos os alunos matriculados nas escolas.

5. Inscrição na OMEMCS:

Todos os alunos matriculados serão inscritos pelas escolas.

6. Sobre as Provas:

6.1. A prova da OMEMCS caracteriza-se pela aplicação de prova objetiva com 20 questões de múltipla escolha, diferenciadas por níveis (1 e 2).

6.2. As provas terão duração de 2h15min (duas horas e quinze minutos), serão realizadas nas escolas e aplicadas pelos professores de Matemática da rede municipal com apoio dos demais professores, da Direção e da Coordenação Pedagógica.



6.3. A data de aplicação das provas será no dia 27.08.14 (quarta-feira), com início às 7h40min e término às 9h55min para os alunos que estudam no período matutino e com início às 12h55min e término às 15h10min para os alunos que estudam no período vespertino.

6.4. As provas serão corrigidas pela Equipe de Coordenação.

7. Premiação:

7.1. A OMEMCS premiará com 1 (um) Tablet o aluno com maior pontuação do nível 1 e 1 (um) Tablet ao aluno com maior pontuação do nível 2 da EEF Cristo Rei e premiará também, com 1 (um) Tablet o aluno com maior pontuação do nível 1 e 1 (um) Tablet ao aluno com maior pontuação do nível 2 da EEF Demétrio Bettiol. (4 Tablets).

Terá direito a essa premiação o aluno que obtiver a melhor nota por nível na 2ª OMEMCS.

Critérios de desempate de notas:

1º: Melhor média na nota de Matemática dos dois primeiros bimestres de 2014.

2º: Melhor média das disciplinas dos dois primeiros bimestres de 2014.

3º: Sorteio.

7.2 A OMEMCS premiará os alunos destaque com uma viagem de estudos.

Serão classificados 38 alunos que obtiveram as melhores notas, da seguinte maneira:

a) EEF Demétrio Bettiol classificará 7 alunos do nível 1 e 12 alunos do nível 2.

b) EEF Cristo Rei classificará 7 alunos do nível 1 e 12 alunos do nível 2.

Critérios de desempate de notas:

1º: Melhor média na nota de Matemática dos dois primeiros bimestres de 2014.

2º: Melhor média das disciplinas dos dois primeiros bimestres de 2014.

3º: Sorteio.

O passeio de estudos será realizado no dia 23 outubro de 2014 com o objetivo de participar da XXX Feira Catarinense de Jaraguá do Sul.

7.3. A divulgação dos alunos premiados será feita pela Coordenação Municipal da OMEMCS até o dia 15 de outubro de 2014.

8. Atribuições da Direção da OMEMCS

8.1 A Coordenação Municipal da OMEMCS é formada pelos professores regentes de Matemática, os professores do Clubinho de Matemática e pela Coordenação de Ensino das Séries Finais.

8.2. A Coordenação da OMEMCS terá as seguintes responsabilidades:

a) Planejamento e organização do projeto.

b) Elaboração das provas e dos gabaritos.

c) Aplicação das provas.

d) Correção das provas e indicação das premiações.

e) Divulgação dos resultados.

Coordenação Municipal da OMEMCS

Coordenadora Pedagógica:

Luciane Idêne dos Santos Rosso Leal

Professores regentes de Matemática e do Clubinho de Matemática:

Ana Lúcia Pintro

Diana Morona

Maria Albertina Guizzo

Vilma Mari Bento

ORÇAMENTO TABLET

TABLET SAMSUNG TAB3 7.0 8GB LITE T 110 valor unitário R\$ 600,00 (quantidade 4)

TOTAL R\$ 2.400,00

ANEXOS

Rota de Cocal do Sul para Jaraguá do Sul

### LEI N. 1.211

LEI N. 1.211, de 27 de agosto de 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, no valor de R\$ 108.322,50 (cento e oito mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) para o exercício de 2014, nos projetos/atividade a seguir discriminados:

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Reforma., Transp. e Serviços Públicos

2.040 - Manutenção Convênios SSP

3.3.30.00.00.00.00.0132 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal ..... R\$ 108.322,50.

TOTAL ..... R\$ 108.322,50

Art. 2º A abertura de crédito especial ocorre por conta do superávit financeiro na fonte de recursos ordinários - TCE-00, do exercício de 2013, conforme Art. 7º e 43º, da Lei 4.320/64.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de agosto de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### LEI N. 1.212

LEI N. 1.212, de 27 de agosto de 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu ADEMIR MAGAGNIN. PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito especial suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para

o exercício de 2014, nos projetos/atividade a seguir discriminados:

Órgão: 11 - Secretária de Saúde

2.024 - Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade  
3.3.71.00.00.00.00.0126 - Transferências a Consórcios Públicos  
..... R\$ 60.000,00.

TOTAL ..... R\$ 60.000,00.

Art. 2º Para dar suporte a abertura de crédito de que trata o Art. 1º. é reduzida no mesmo orçamento a seguinte dotação:

Órgão: 11 - Secretária de Saúde

2.024 - Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade  
3.3.90.00.00.00.00.0126 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 60.000,00.

TOTAL ..... R\$ 60.000,00.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 27 de agosto de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### LEI N. 1.213

LEI Nº. 1.213, de 03 de setembro de 2014.

REGULAMENTA A LIBERAÇÃO DA CERTIDÃO DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica estabelecido que, somente será liberada a certidão do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis- ITBI, após a constatação, pelo Setor de Tributos, do pagamento da importância devida pelo contribuinte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de setembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

### LEI N. 1.214

LEI Nº. 1.214, de 03 de setembro de 2014.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Saúde

2.024 - Manutenção dos Programas de Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.0037 - Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00
--	----------------

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte, Cultura

2.014 - Merenda Escolar

3.1.90.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas	R\$ 150.000,00

2.018- Apoio ao Esporte Amador Comunitário

3.3.90.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
--	---------------

2016 - Serviços Administrativos da Educação

3.1.90.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
TOTAL	R\$ 620.000,00

Art. 2º Para dar suporte a suplementação de que trata o Art. 1º. são reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações:

Órgão: 11 - Fundo Municipal de Saúde

2.020 - Manutenção da Rede Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.0037 - Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00
--	----------------

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte e Cultura

2.011 - Manutenção da Educação Básica

3.1.90.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas	R\$ 250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

2.011 - Manutenção da Educação Básica

4.4.90.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
TOTAL	R\$ 620.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej. Fazenda e Finanças Públicas

### Lei N. 1.215

LEI Nº. 1.215, de 03 de setembro de 2014.  
AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte, Cultura  
1.019 - Aquisição de Veículos e Utilitários

4.4.90.00.00.00.00.00.0148 - Aplicações Diretas	R\$ 190.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0123 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, edificações, San., Transp. E Serviços Públicos  
2.041- Manutenção Convênios FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 41.300,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 271.300,00</b>

Parágrafo único. A suplementação de que trata o caput deste artigo, ocorre por conta do:

I - excesso de arrecadação no exercício corrente, na fonte de recursos do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE - Fonte TCE 62 - outras transferências, conforme art. 7º. E 43º. Da Lei n. 4.320/64, (valor de R\$ 190.0000,00);

II - superávit financeiro do exercício de 2013 na fonte de recursos salário educação, fonte TCE 58, conforme art. 7º e 43º., da Lei 4.320/64 (valor de R\$ 40.000,00);

III - superávit financeiro do exercício de 2013, na fonte de recursos ordinários - TCE 00, convênio FUNREBOM, conforme art. 7º e 43º., da Lei 4.320/64 (valor R\$ 41.300,00).

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,  
03 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### LEI N. 1.216

LEI N. 1.216, de 10 de setembro de 2014.

AUTORIZA AUXILIO FINANCEIRO À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, A FIM DE VIABILIZAR O PROGRAMA DE EQUOTERAPIA "UM SÓ RASTRO UMA SÓ ALMA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Cocal do Sul, CNPJ nº. 00.086.376/0001-60, entidade regularmente constituída, sem fins lucrativos, com sede neste Município, destinada à construção do Centro de Equoterapia "UM SÓ RASTRO UMA SÓ ALMA", a ser desenvolvido pela referida entidade.

Art. 2º O programa de Equoterapia "UM SÓ RASTRO UMA SÓ ALMA", de caráter técnico científico e de que trata o artigo anterior, terá por finalidade o atendimento de pessoas Portadoras de Deficiências e necessidades especiais, a serem beneficiadas através dessa metodologia.

Parágrafo único. O auxílio financeiro será repassado mediante Termo de Convênio tendo por objeto a construção do Centro de Equoterapia conforme Projeto e Plano de Trabalho, em anexo.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correm a conta da seguinte dotação:

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto Atividade: 2.033 - Manutenção do Programa de Proteção Especial. 3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transferência á Instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

### Lei N. 1.217

LEI Nº. 1.217, de 10 de setembro de 2014.

AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º É o chefe do Poder Executivo, autorizado a suplementar do orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2.033 - Manutenção do Programa de Proteção Especial

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instituições privadas s/ fins lucrativos ....	R\$ 88.000,00
--	---------------

Órgão: 05 - Secretaria de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas  
2.006 - Manutenção dos Serviços Administrativos

3.1.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
---	---------------

2.007 - Manutenção dos Serviços Contábeis, financeiros e arrecadação

3.1.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
---	---------------

TOTAL	R\$ 188.000,00
-------	----------------

Art. 2º Para dar suporte as suplementações acima, ficam reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 88.000,00
---	---------------

Órgão: 10 - Secretaria de Desenv. Econômico, Meio Ambiente, Turismo e Comunic.  
2.051 - Manutenção Atividades Secret. Des., Econ., Meio Ambiente, Turismo e Comunicações

3.1.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
---	----------------

TOTAL	R\$ 188.000,00
-------	----------------

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,  
10 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

## LEI N. 1.218

LEI N. 1.218, de 18 de setembro de 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ADIANTAMENTOS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, PARA ATENDER A DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN. Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sancionei a presente Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir recursos financeiros em forma de adiantamento, para atender as despesas de pronto pagamento aos servidores públicos municipais.

Art. 2º Poderão ser concedidos adiantamentos somente através de empenhos prévios, nominiais aos responsáveis, utilizando-se como fonte de recursos os elementos de despesas Material de Consumo e Serviços de terceiros.

Parágrafo único. Os valores de adiantamento servirão para atender as pequenas despesas de pronto pagamento, principalmente para atender gastos com viagens a serviço.

Art. 3º Fica estabelecido como limite do valor de adiantamento a quantia equivalente a 1/2 remuneração mensal do servidor.

Art. 4º As prestações de contas dos valores adiantados deverão

ser feitas num prazo máximo de 30 (trinta dias) dias após sua concessão, através de documentos fiscais hábeis, de acordo com a finalidade da despesa ou em caso de não utilização dos recursos, deverá ocorrer a devolução por depósito na conta adiantamentos, com a devida comprovação, acompanhado do extrato bancário.

Parágrafo único. Não poderá ser concedido novo adiantamento, sem a prestação de contas do adiantamento concedido anteriormente ao mesmo servidor.

Art. 5º Os recursos financeiros serão movimentados em conta bancária específica, aberta exclusivamente para a essa finalidade, em nome do Município, e movimentada por ordem bancária ou transferência eletrônica, sendo que na impossibilidade destes, poderão ser emitidos cheques nominiais aos favorecidos dos adiantamentos.

Art. 6º Decreto Municipal, regulamentará a forma de prestação de contas ou na falta deste, o responsável pela verificação da despesa e organização documental.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,  
18 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

## Lei N. 1.219

LEI Nº. 1.219, de 18 de setembro de 2014.

ATUALIZA E CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS FISCAIS E ESTÍMULOS ECONÔMICOS PARA EMPRESAS QUE SE ESTABELEÇAM NO MUNICÍPIO OU NELE AMPLIEM SUAS ATIVIDADES, DISPÕE SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Título I  
Capítulo I  
Das Disposições Preliminares

Art. 1º O Município de Cocal do Sul, poderá conceder, a requerimento da parte interessada e mediante parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, seguido de aprovação legislativa e, quando for o caso, de processo licitatório, incentivos fiscais e estímulos econômicos às empresas que se estabeleçam e iniciem atividades no município, bem como àquelas já existentes que ampliem de forma expressiva suas capacidades de faturamento e/ou de absorção de mão-de-obra, ou ainda, introduzam novas tecnologias na região.

Art. 2º Toda a atividade econômica, bem como sua expansão qualitativa e quantitativa, observará a Legislação Municipal, mormente àquela do Plano Diretor do Município.

Parágrafo único. A defesa, a preservação e a recuperação do meio ambiente, constituem condições indispensáveis a qualquer atividade econômica no Município de Cocal do Sul.

Art. 3º Os estímulos econômicos e os incentivos fiscais de que trata esta lei, observadas as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, poderão constituir-se, isolada ou cumulativamente, de:

I - Incentivos Fiscais, cujo direito pertence somente às empresas



que se estabeleçam no Município e que não possuam os estímulos econômicos elencados no inciso II deste artigo, podendo constituir-se de:

a) Isenção para empresas a serem constituídas juridicamente de até 100% (cem por cento) dos impostos municipais, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, a contar do deferimento.

b) Isenção de taxas e emolumentos incidentes sobre a construção das instalações iniciais até 18 (dezoito) meses, com início do prazo a partir do deferimento.

#### II- Estímulos Econômicos:

a) Execução no todo ou em parte dos serviços de aterro, terraplenagem e infraestrutura necessária à implantação ou ampliação pretendida, inclusive para terrenos de propriedade de particular da empresa dentro do Município;

b) Destinação de áreas de terras pertencentes ao poder público municipal, em locais adequados à instalação de novas empresas ou ampliação das já existentes, mediante o instituto da concessão de direito real de uso;

c) Permuta de áreas em atendimento a solicitações de empresas já existentes, desde que enquadradas nas demais exigências desta lei;

d) Concessão de direito real de uso ou doação de terreno, com ou sem edificações, à empresa existente ou que venha se instalar no Município, a fim de atender as prioridades sócio-econômicas;

e) Concessão de uso de áreas pertencentes ao poder público municipal pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser renovado;

f) Concessão de direito real de uso gratuita ou onerosa de espaço industrial em condomínios, incubadoras empresariais, cooperativas, ou em unidades individuais;

g) Apoio à criação de empresas de Participação Comunitária;

h) Outros incentivos econômicos, quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município, mediante aprovação de dois terços dos membros (titulares e suplentes) do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

§ 1º Sobre os bens cedidos nos termos da presente Lei, não poderá ocorrer, sob qualquer hipótese, ônus ao Erário Municipal a partir da data da cessão;

§ 2º A Concessão do Direito Real de Uso é contrato pelo qual o Município transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito resolúvel para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social ou da coletividade.

§ 3º A outorga da concessão de direito de uso será, em regra, precedida de licitação, na modalidade de concorrência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, sendo, excepcionalmente, dispensada, nos casos de relevante interesse público, mediante autorização legislativa.

§ 4º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE poderá reduzir as exigências estabelecidas nesta lei, quando se tratar de empreendimentos econômicos que venham a se instalar em incubadoras e/ou condomínios empresariais, ou em outras formas associativas de geração de emprego e renda.

§ 5º A Concessão do Direito Real de Uso poderá ser outorgada por até 10 (dez) anos, podendo depois de transcorrido tal lapso temporal, ser doado o imóvel ao cessionário, mediante autorização Legislativa e observado o parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, bem como da Comissão de Avaliação prevista no art. 6º da presente, sem prejuízo da observância dos demais requisitos previstos nesta lei.

§ 6º Poderá a concessão ser prorrogada por igual e sucessivo período de 10 anos.

Art. 4º Em consonância com a Lei Federal nº 8666/93, os imóveis concedidos ou doados terão o ônus da inalienabilidade e impenhorabilidade, o que deverá necessariamente constar de escritura pública.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderá o empreendimento beneficiado, hipotecar ou dar em garantia o terreno recebido em

doação, no caso de operações de crédito ou financiamento junto às instituições bancárias de fomento, para os fins de que trata esta Lei, mediante aprovação por parte de dois terços dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, devendo a cláusula de reversão e demais obrigações serem garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do doador.

Art. 5º Passados os 10 (dez) anos previstos no §5º do artigo 3º desta lei, e tendo a empresa o interesse na aquisição do imóvel, poderá o Município efetuar a venda, mediante avaliação prévia, parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e autorização Legislativa.

a) O valor de venda do imóvel resultará do valor inicial pago na compra pelo Município, corrigido anualmente pelo IGP-M, a partir da data da compra do mesmo. Havendo melhorias realizadas pelo município em infraestrutura (pavimentação, drenagem, esgoto e iluminação pública), estas serão acrescidas e também com as correções anuais, a partir da data de execução das melhorias através do Índice Geral de Preços do Mercado(IGP-M).

b) A importância apurada na avaliação do imóvel poderá ser paga em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, sendo possível a prorrogação mediante aprovação do CMDE até o máximo de 36 (trinta e seis) parcelas corrigidas anualmente pelo IGP-M.

c) A importância arrecadada com a venda dos imóveis será depositada em conta específica, devendo ser revertida para melhoria das áreas industriais e aquisição de terrenos específicos para novas áreas industriais.

d) A destinação dos recursos mencionados no item "c" deverá ter a aprovação de no mínimo dois terços dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

e) As empresas contempladas com a doação de terreno na vigência das Leis nº 590, de 15 de Agosto de 2003 e 1053, de 25 de Maio de 2011, também poderão adquirir o seu terreno através de compra, devendo atender os requisitos previstos nesta Lei.

f) O adquirente deverá comprovar que o investimento feito no empreendimento, entre edificações (através de avaliação de mercado) e maquinários (de notas fiscais de compra), supera em no mínimo três vezes o valor de mercado do imóvel concedido.

Art. 6º A concessão, doação e venda dependerá de prévia inspeção "in loco" de uma Comissão de Avaliação composta por no mínimo 07 (sete) membros titulares do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, que terá a seguinte representação:

I - quatro (04) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo dentre eles, um (01) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Turismo e Comunicações;

II - um (01) representante do Poder Legislativo Municipal;

III - um (01) representante da Associação Empresarial e/ou representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cocal do Sul;

IV - um (01) representante da Associações de Moradores e/ou do Conselho de Desenvolvimento Rural de Cocal do Sul.

Art. 7º O Município de Cocal do Sul e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE), para a concessão de incentivos fiscais e estímulos econômicos previstos nesta lei, levarão em consideração o Requerimento Formal da empresa (Anexo I), devidamente acompanhado do Projeto (Anexo II) e dos documentos do (Anexo III).

§ 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE poderá dispensar o Cronograma de Implantação e as Projeções de Custos e Despesas, estabelecidas no anexo II desta lei, quando se tratar de empresas que venham a se instalar em incubadoras industriais ou condomínios empresariais.

§ 2º Os anexos que integram a presente Lei serão revisados e acrescentados novos, sempre que necessário, a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico do município, sendo instrumentos fundamentais para plena aplicação desta lei.

Art. 8º A empresa que for beneficiada com a concessão ou doação perderá os direitos decorrentes desta Lei, caso, sem motivo justificado:

- I - paralisar por mais de 06 (seis) meses suas atividades;
- II - alterar o ramo da atividade sem autorização prévia;
- III - alienar ou locar, no todo ou em parte, sem a expressa autorização do CMDE e do Poder Executivo;
- IV - atrasar injustificadamente a implantação do projeto;
- V - descumprir as cláusulas, projetos ou prazos;
- VI - for decretada a falência ou instalação de insolvência civil;

§ 1º A entidade beneficiada, com a concessão ou a doação, que não cumprir com a finalidade de presente Lei ou rescindir o contrato, terá os valores restabelecidos por lançamentos de ofício e cobrados com os respectivos acréscimos legais, retroagindo a data da concessão do benefício.

§ 2º Perde os benefícios concedidos pela presente Lei as empresas que deixarem de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto, bem como comprovada má fé na utilização dos benefícios previstos ou que venha a praticar qualquer espécie de ilícito, fraude ou sonegação, responsabilizando-se pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta lei, devidamente corrigidos e acrescidos de juros legais.

§ 3º Cessados os benefícios concedidos por consequência das ações identificadas neste artigo, a empresa será responsabilizada pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos através desta Lei, acrescidos de juros legais e atualizados pelos índices de correção monetária vigente à época, pagos em tantas parcelas mensais e sucessivas quantos foram os meses de benefícios concedidos.

Art. 9º A empresa beneficiada por esta Lei, no caso de sucessão e incorporação não poderá:

I - transferir os privilégios concedidos pelo Poder Público Municipal sem a prévia autorização deste, mesmo que assegurada a continuidade dos propósitos;

II - dar destinação diversa do projeto original, antes de decorridos 05 (cinco) anos do início ou ampliação das atividades e sem a prévia autorização do Poder Público Municipal, mesmo que os novos fins atendam à continuidade dos propósitos iniciais.

§ 1º Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE através de parecer, julgar sobre pedidos justificados de alteração de atividades dos empreendimentos beneficiados, bem como processo de transação de sucessão para terceiros, da empresa beneficiada pela presente lei, antes de decorrido o prazo previsto no inciso II deste Artigo.

§ 2º A transação converter-se-á desde que o sucessor comprometa-se a cumprir as obrigações assumidas pelo antecessor.

Art. 10 Reverterão ao Poder Público Municipal através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, após comprovação e parecer favorável do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE as áreas concedidas ou doadas a título de incentivos econômicos bem como as benfeitorias nelas realizadas que não estão sendo utilizadas conforme as finalidades desta Lei.

§ 1º É facultado ao Poder Público Municipal, o direito de desistir do direito deste Artigo, desde que comprove a inconveniência técnica e julgada onerosa a transação ao erário Municipal.

§ 2º Quando houver interessado em um terreno revertido ao município, com construções e benfeitorias realizadas, poderá ele adquiri-las mediante prévia negociação com o proprietário da empresa, cujo imóvel lhe fora revertido, no entanto, o requerimento deverá ter a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 11 Ficam excluídas do direito aos benefícios desta lei aquelas empresas que:

a) no último decênio, a contar da publicação da presente lei, tenham sido beneficiadas com incentivos econômicos do Município e não tenham atendido aos propósitos que justificaram a concessão

dos mesmos;

b) tenham débitos vencidos perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal;

## Capítulo II

### Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

Art. 12 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE é um órgão consultor da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, criado para planejar, orientar e definir, por intermédio de parecer, sobre a concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais, objetivando o desenvolvimento econômico ou tecnológico do Município.

Art. 13 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE será composto de 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, com a seguinte representação:

I - Cinco (5) representantes do Poder Executivo Municipal:

a) Um (1) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Turismo e Comunicações;

b) Um (1) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul;

c) Um (1) representante do SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto;

d) Um (1) representante da Vigilância Sanitária;

e) Um (1) representante da Secretaria de Obras Viárias, Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos.

II - Um (1) representante do Poder Legislativo Municipal;

III - Um (1) representante da Associação Empresarial de Cocal do Sul;

IV - Um (1) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cocal do Sul;

V - Um (1) representante das Associações de Moradores de Cocal do Sul;

VI - Um (1) representante do Conselho de Desenvolvimento Rural de Cocal do Sul;

VII- Um (1) representante do Corpo de Bombeiros (SAT) de Cocal do Sul.

Parágrafo único. Os representantes mencionados nos incisos I e II serão indicados pelos respectivos poderes, sendo que os demais serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal a partir de indicação apresentada pelos respectivos órgãos ou entidades.

Art. 14 O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocado (por seu presidente, ou um terço de seus membros ou pelo prefeito municipal), ficando a sua organização e rotina de reuniões reguladas por Regimento Interno a ser elaborado pelo CMDE e baixadas por ato do Executivo Municipal.

§ 1º O presidente e secretário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE serão eleitos entre os membros titulares do Conselho.

§ 2º O Conselho, na sua primeira reunião em cada biênio, elegerá o seu Presidente e secretário.

§ 3º O mandato é de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 4º Os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE não perceberão qualquer remuneração, sendo os seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 15 Os membros do Conselho perderão o mandato nas



seguintes hipóteses:

I - faltar, injustificadamente, por 03 (três) vezes consecutivas ou 05 (cinco) vezes alternadas as reuniões, será substituído pelo suplente e no caso do suplente cometer a mesma falta, a entidade representada ficará sem representante pelo período de doze meses;

II - tornar-se incompatível com o exercício do cargo por improbidade ou prática de atos ilícitos;

III - perda de mandato ou cargo na entidade que representa no Conselho.

### Capítulo III

#### Das penalidades e Multas

Art. 16 Comprovada, através de processo administrativo, a má fé na utilização dos benefícios previstos nesta Lei, o Poder Público Municipal exigirá a imediata reposição dos valores correspondentes aos benefícios concedidos, acrescidos de multa compensatória fixada em trinta por cento (30%), sem prejuízos de outras penalidades legais cabíveis.

Art. 17 O valor devido poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor medido pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro índice que vier a substituí-lo.

Art. 18 Os beneficiados por esta lei estarão obrigados a recolher aos cofres públicos do município, em uma única vez, valor equivalente à totalidade dos benefícios recebidos, acrescidos de juros legais, correção monetária e multa de 100% (cem por cento), caso decidam por instalarem outro negócio e/ou por se transferirem para outro município, sem que estejam cumprindo com os propósitos que justificaram a concessão, antes de decorridos 10(dez) anos do início de gozo do benefício.

### Capítulo IV

#### Das Atribuições da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Turismo e Comunicações.

Art. 19 Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Turismo e Comunicações:

I - protocolo dos requerimentos;

II - orientar os empreendedores;

III - análise técnica prévia, mediante reunião documentada e que será realizada juntamente com a Secretaria de Obras Viárias, Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos;

IV - encaminhamento dos processos ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE;

V - trabalhos de Secretaria do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE;

VI - encaminhamento das providências necessárias à concretização dos atos de concessão e/ou doação;

VII - Fiscalizar em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE o cumprimento dos propósitos por parte do beneficiário e a correta aplicação dos benefícios concedidos;

VIII - outras atividades pertinentes ao assunto.

Art. 20 Para avaliação dos projetos encaminhados pelas empresas interessadas, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente Turismo e Comunicações, poderá contratar o assessoramento de técnicos para avaliar e opinar a respeito de projetos complexos e que necessitem de estudos mais detalhados, elaborando um laudo nos quais o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE se baseará para emitir seu parecer.

### Capítulo V

#### Das disposições finais

Art. 21 As empresas e seus sócios, quando integrantes de outra pessoa jurídica que não cumprirem as exigências desta Lei ficarão impedidas de se habilitarem a novos incentivos pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 22 A concessão total ou parcial, e a manutenção dos incentivos e estímulos relacionados no artigo 3o ficam condicionadas ao cumprimento, por parte da empresa beneficiada, dos compromissos assumidos e aceitos, constantes do despacho concessório.

Art. 23 A Empresa beneficiada por esta lei fica obrigada a iniciar a obra num prazo de seis (06) meses e a concluí-la dentro do prazo de dezoito (18) meses, ambos a partir do deferimento do pedido, prorrogáveis a critério do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. Expirado o prazo estipulado no "caput" deste artigo sem que tais providências tenham sido tomadas, o imóvel retornará ao patrimônio municipal, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 24 A Empresa beneficiada por esta Lei, com origem de outro município, obrigatoriamente deverá efetuar as alterações Cadastrais para o Município de Cocal do Sul, no prazo máximo de trinta (30) dias antes do início de operação.

Art. 25 Incumbe aos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, bem como o Poder Legislativo Municipal, a fiscalização da atividade da exploração sobre o cumprimento desta lei, devendo a Empresa informar, no prazo máximo de trinta (30) dias e por escrito, todas as informações solicitadas pelos órgãos interessados.

§ 1º. As empresas beneficiadas por esta lei ficam obrigadas de:

I - manter em boa ordem e guarda o livro de registro de notas fiscais de saídas, bem como escrituras por meio eletrônico, mensalmente as notas fiscais ou faturas e os recibos comprobatórios dos serviços tomados, nos termos do art. 4º da Lei Municipal 1.160, de 14 de agosto de 2013;

II - manter em boa ordem e guarda as 2ªs. Vias das notas fiscais de saídas;

III - fornecer trimestralmente ao setor competente da Prefeitura Municipal, até o 15º dia do mês subsequente, relatório mensal de receitas auferidas;

IV- apresentar e comprovar, anualmente, 30(trinta) dias após o final do exercício, relatórios que comprovem o número de empregados devidamente registrados.

§ 2º. Ao não cumprimento das disposições previstas nos itens I, II, III e IV deste artigo aplicar-se-á a pena de suspensão de alvará de funcionamento, até o dia em que prestar as informações cumuladas com multa de cem (100) Unidades Fiscal de Referência Municipal - UFRM.

Art. 26 Quando esgotados os terrenos para a concessão de direito real de uso ou doação, ficará responsável o Executivo Municipal, num prazo máximo de 02 (dois) anos, pela aquisição de novo terreno para a implantação de uma nova área industrial.

Art. 27 Poderá o Executivo Municipal, com autorização legislativa, comprar, permutar, doar áreas de terras, com ou sem edificação, desapropriar, amigável ou judicialmente, as áreas necessárias à

implantação de indústrias e outros estímulos econômicos, quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município, mediante aprovação por dois terços dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

Art. 28 Compete às empresas beneficiadas o cuidado com a organização externa da empresa, tais quais fachadas e terreno.

Art. 29 Constarão do respectivo documento de concessão ou de doação, cláusulas que cite expressamente as condições e termos desta lei.

Art. 30 Os casos não previstos nesta Lei, serão apreciados pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

Art. 31 As despesas oriundas desta lei, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 32 Compete ao chefe do Poder Executivo regulamentar por decreto a presente lei.

Art. 33 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34 Revogam-se as Leis Municipais no. 590, de 15 de Agosto de 2003, no. 1053, de 25 de Maio de 2011 e no. 1.056, de 08 de junho de 2011, e demais disposições em contrário ressalvado os direitos adquiridos por força dessa legislação revogada.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

(Papel timbrado da empresa ou carimbo do CNPJ.)

ANEXO I  
Modelo de requerimento para concessão real de uso de área de terra no município de Cocal do Sul

Exmo. Sr.

.....  
Prefeito Municipal de Cocal do Sul  
Paço Municipal Jarvis Gaidzinski  
Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519,  
Cep. 88.845-000  
Cocal do Sul - SC

A empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, na Fazenda do Estado de Santa Catarina sob o nº \_\_\_\_\_, e na Fazenda do Município de Cocal do Sul sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na rua: \_\_\_\_\_, bairro: \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, telefone nº \_\_\_\_\_, representada por seu sócios Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, empresário, CPF nº \_\_\_\_\_, vem requerer, com base na Lei municipal nº \_\_\_\_\_, de .... de 2014, o enquadramento no(s) seguintes(s) benefício(s) concedido(s) pela citada lei: a concessão real de uso de uma área de terras medindo, aproximadamente, \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup> (área por extenso), para a implantação (transferência) de sua indústria, bem como a concessão dos estímulos fiscais e/ou econômicos.

Nestes termos,  
Pede deferimento

(Local e Data)

(Assinatura do Requerente)

(Nome por extenso do Requerente)

ANEXO II - Art. 7º Lei 37/2014

INSTRUÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA COM OBJETIVO DE TER CESSÃO DE TERRENO

#### I - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

01. Informar o nome da empresa titular do projeto (constituída ou constituir);
02. Informar o endereço para correspondências, telefones, e-mail e pessoas para contatos;
03. Informar o número do registro no CNPJ, tratando de empresa já constituída;
04. Informar nomes, endereço e participação de cada sócio no capital da empresa;
05. Informar os nomes e atividades de outras empresas integrantes do projeto proposto;

#### II - OBJETIVO DO PROJETO

01. Indicar a ação a ser desenvolvida e o ramo de atividade. (ex: implantação de fábrica de móveis; ampliação do frigorífico; modernização da fábrica de confecção)
02. Informar a capacidade produtiva a ser instalada (por linha de produto);
03. Indicar as metas de produção (do início das operações até a três (3) anos subseqüentes ao início de operação; quando se tratar de empresa já existente, apresentar também dados da produção dos dois (2) anos anteriores.);
04. Apresentar os motivos/justificativas para a realização do projeto;
05. Informar o porte da empresa e área necessária do terreno para o projeto.

#### III - ESTUDO DE MERCADO

01. Definir o mercado pretendido e ou o atual.
02. Apresentar dados abrangentes sobre a oferta e a demanda dos produtos, serviços a serem comercializados;
03. Explanar sobre a estratégia de comercialização a ser adotada;
04. Informar sobre a disponibilidade de matérias-primas e sua localização.

#### IV - INVESTIMENTOS PREVISTOS

01. Detalhar os investimentos a serem realizados;
  02. Justificar os valores desses investimentos com plantas/orçamentos das obras e instalações, e com propostas de fornecimento de equipamentos, móveis, etc;
  03. Apresentar cálculo detalhado da necessidade de capital de giro.
- NOTA: Deverão ser anexados ao projeto cópias das plantas, orçamentos, propostas, etc.,

#### V - TECNOLOGIA E PROCESSO PRODUTIVO

01. Comentar sobre o grau de modernidade dessa tecnologia;
02. Detalhar o processo produtivo a ser empregado, o ciclo de produção e o fluxo por fase da produção.

#### VI - GERAÇÃO DE EMPREGOS

01. Detalhar números de empregos diretos e indiretos serão gerados e em caso de empresa já existente apresentar qual aumento de empregos diretos e indiretos.

#### VII - IMPACTO AMBIENTAL

01. Detalhar as providências previstas no projeto para a proteção ambiental, se necessário;  
02. Informar sobre o processo de licenciamento junto aos órgãos competentes.

#### VIII - PREVISÃO DE FATURAMENTO

01. Projetar o faturamento anual do empreendimento desde o início das operações até a sua estabilização. (projeção mínima de três (3) anos após início de operação)  
02. Indicar o faturamento dos últimos dois anos quando tratar-se de empresa já existente.

#### IX - PROJEÇÕES DOS CUSTOS E DESPESAS

01. Detalhar os custos variáveis e os custos fixos anuais do projeto, por item, apresentando coeficientes de consumo e preços unitários das matérias-primas, materiais secundários e embalagens; quadro detalhado de mão-de-obra; custos tributários; despesas de vendas; despesas administrativas; etc.

#### X - PROJEÇÕES DOS RESULTADOS

01. Projetar os resultados líquidos anuais esperados durante o período de três anos após início de operação.  
02. Apurar a geração de caixa do projeto a partir dos resultados liquidados;  
03. Apresentar junto a essas projeções os valores dos dois últimos anos obtidos quando tratar-se de empresas já existente;  
04. Apurar o ponto de equilíbrio da empresa.

#### XI - FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

01. Especificar as fontes de recurso e respectivos valores pretendidos em caso de financiar os investimentos previstos para o projeto;  
02. Justificar/demonstrar a capacidade do(s) empreendedor(s) para realizar o montante de recursos próprios previstos.

#### XII - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E USO DOS RECURSOS

01. Com base nos investimentos e nas fontes de recursos previstos, apresentar cronograma de implantação e uso dos recursos. (os cronogramas poderão ser mensais, bimestrais ou trimestrais).

#### XIII - GARANTIAS REAIS

01. Listar os bens disponíveis para servir de garantia aos financiamentos  
02. Apresentação de projetos de viabilidade econômica é um pré-requisito para a análise da proposta de CONCESSÃO de terreno.

#### ANEXO III

##### I - DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS

- a - Certidões negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal, INSS e FGTS;
- b - Certidão do Cartório de Protestos de Títulos;
- c - Estatuto Social e/ou Contrato Social;
- d - Balanços anuais dos 02 (dois) últimos exercícios e balancete do mês anterior à solicitação;
- e - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- f - Comprovar, através de documento oficial do Cartório, a não

propriedade de área de terras no município no período anterior há 02 dois anos, em nome da empresa solicitante e proprietários, que pudesse ser utilizado para o empreendimento candidato aos incentivos.

g - Outras informações que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico julgar necessárias à avaliação.

Nota: Ficam dispensados da apresentação dos documentos exigidos no Anexo III os itens "a", "b" e "d" deste artigo as entidades que estarão iniciando suas atividades;

#### LEI N. 1.220

LEI N. 1.220, de 18 de setembro de 2014.

ALTERA E ACRESCENTA PARÁGRAFO AO ART. 5º. DA LEI N. 702, DE 10 DE MARÇO DE 2006, QUE CRIA 37 (TRINTA E SETE) EMPREGOS TEMPORÁRIOS DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º O art. 5º, da Lei n. 702, de 10 de março de 2006, que cria 37 (trinta e sete) empregos temporários de Agente Comunitário de Saúde, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O piso salarial inicial ao cargo de "Agente Comunitário de Saúde", passa a ser de R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais), para jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a Lei Federal n. 12.994/2014.

Parágrafo único. É assegurado a revisão geral anual das remunerações, observando-se a mesma data e índice em que for procedida a revisão geral da remuneração dos servidores do município, conforme o inciso X, do art. 37, da Constituição Federal".

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correm a conta da dotação:

11 - Fundo Municipal de Saúde;

2.022 - Manutenção do PACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0037 - Aplicações Diretas;

3.1.90.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas.

Art. 3º O pagamento do piso salarial será pago retroativo a 1º de julho de 2014.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário, em especial a Lei 1.080, de 03 de novembro de 2011.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de setembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

#### Decreto N. 365.14

DECRETO SAF/Nº. 365/14, de 09 de setembro de 2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL- FUNDAC, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e a Lei nº 892, de 27 de maio de 2008, e CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº

001/2011, de 25 de novembro de 2011, homologado através da Portaria nº 01/2012, de 08 de fevereiro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul - FUNDAC, realizado de acordo com o Edital nº 001/2011, de 25 de novembro de 2011, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital (item 3.1);
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital (item 3.1);
- f) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- g) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- h) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- i) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- j) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.

Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.

Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.

Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,  
09 de setembro de 2014.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**ANEXO ÚNICO**

Fiscal do Meio Ambiente

Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
050	DANIEL FREITAS BRATTI	2º.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado por afixação no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**Decreto N .366.14**

DECRETO SAF/N 366/14, de 10 de setembro de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.217, de 10 de setembro de 2014, resolve,

**DECRETAR**

Art. 1º Fica suplementado no orçamento vigente, as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2.033 - Manutenção do Programa de Proteção Especial

3.3.50.00.00.00.00.00.0080 - Transf. a Instituições privadas s/ fins lucrativos ....	R\$ 88.000,00
--	---------------

Órgão: 05 - Secretaria de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

2.006 - Manutenção dos Serviços Administrativos

3.1.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
---	---------------

2.007 - Manutenção dos Serviços Contábeis, financeiros e arrecadação

3.1.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
---	---------------

TOTAL	R\$ 188.000,00
-------	----------------

Art. 2º Para dar suporte as suplementações acima, ficam reduzidas no mesmo orçamento as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas	R\$ 88.000,00
---	---------------

Órgão: 10 - Secretaria de Desenv. Econômico, Meio Ambiente, Turismo e Comunic.

2.051 - Manutenção Atividades Secret. Des., Econ., Meio Ambiente, Turismo e Comunicações

3.1.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
---	----------------

TOTAL	R\$ 188.000,00
-------	----------------

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.



Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**Decreto N. 368.14**

DECRETO SAF/Nº. 368/14, de 10 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

MAGALLE DE FÁVERI, portadora do CPF nº. 040.466.039-84, Professora, nomeada pelo Decreto SAF/N. 505/13, de 18 de outubro de 2013, a partir de 09 de setembro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**Decreto N. 367.14**

DECRETO SAF/Nº. 367/14, de 10 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**ALTERAR:**

o cargo de LEIDIANE MANGILLI MARCELLO CECCONI, portadora do CPF nº. 032.111.739-51, nomeada pelo Decreto SAF/N. 301/13, de 08 de março de 2013, de Secretária Especial, para ASSESSOR EXECUTIVO, a partir de 01 de setembro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**Decreto N. 369.14**

DECRETO SAF/Nº. 369/14, de 16 de setembro de 2014.

EXONERA SERVIDOR POR ADERIR AO PDV- (Programa de Desligamento Voluntário).

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 265, de 18 de fevereiro de 1997, resolve,

**EXONERAR A PEDIDO:**

ROGÉRIO NAZÁRIO, Gari I, por aderir ao PDV - Programa de Desligamento Voluntário, nomeado por Concurso Público, através do Decreto SAF/Nº. 225/03, de 12 de março de 2003, a partir de 16 de setembro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria de Administração, publicado por afixação, no lugar de costume, data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO N. 370.14**

DECRETO SAF/Nº. 370/14, de 16 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

DILVANIA CATEA FRETTE MACALLOSSI portadora do CPF nº. 006.949.619-65 Professora ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 152/14, de 18 de fevereiro de 2014, a partir de 16 de setembro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**Decreto N. 371.14**

DECRETO SAF/Nº. 371/14, de 16 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**NOMEAR:**

FLAVIA RODRIGUES, portadora do CPF nº. 088.180.089-94, Professora ACT, 30 horas, para atuar na Instituição de Educação Infantil "Os Amigos", por não haver concursados para preencher tal vaga, a partir de 15 de setembro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 16 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### **Decreto N. 372.14**

DECRETO SAF/Nº. 372/14, de 19 de setembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 71, da Lei Complementar nº. 06, de 14 de outubro de 2003, resolve

CONCEDER a

SILVANIR SILVEIRA, Motorista de Ambulância, nomeado pelo Decreto SAF/nº. 239/08, de 13 de março de 2008, Licença sem Vencimentos por 01(um) ano, para tratar de assuntos particulares, a partir de 22 de setembro de 2014.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 19 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### **Decreto N. 373.14**

DECRETO SAF/N. 373/14, de 22 de setembro de 2014.

CRIA A COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO, COM A FINALIDADE DE ORGANIZAR O PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE INTEGRARÃO O CMDI.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de criação e instituição do Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI, resolve,

DECRETAR:

Art 1º. Fica criada a Comissão de Organização do Conselho Municipal de Direito do Idoso, com a finalidade de organizar o 1º processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, bem como adotar as providências necessárias a imediata instalação e funcionamento do referido Conselho.

Art 2º. A Comissão criada por este decreto tem a seguinte composição:

- I. Vidal Souza
- II. Agenor Scarpatto
- III. Selma Feltrin Amboni
- IV. Zuleide Tavares Maximiano
- V. Paula Aparecida Thomaz Zavarise
- VI. Maria de Vila Pagnan
- VII. Claudina Cesca Sartor

Art 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Ação Social e da Família, assessorar a Comissão e propiciar-lhe todo o apoio necessário

ao cumprimento de suas finalidades destinando-lhe servidor para atuar como secretário e providenciando material, meios de transporte, divulgação dos atos e espaços para reuniões e funcionamento.

Art 4º. A Comissão deverá concluir o processo de composição e instalação do CMDI no prazo de 60(sessenta) dias.

Art 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 22 de setembro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### **DECRETO N. 378.14**

DECRETO SAF/N. 378/14, de 01 de outubro de 2014.

AUTORIZA O USO DO e-CNPJ POR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

Considerando que e-CNPJ é a versão eletrônica do CNPJ, que garante a autenticidade e a integridade nas transações eletrônicas de pessoas jurídicas;

Considerando que além de identificar com segurança pessoas jurídicas, o e-CNPJ garante confiabilidade, privacidade, integridade e inviolabilidade em mensagens e em diversos tipos de transações realizadas via Internet e possui validade jurídica para ser utilizado como assinatura de próprio punho;

Considerando a necessidade de automação quanto às demandas tributárias do município, primordialmente no que se refere à geração das CDA's e seu posterior envio à dívida ativa, seja esta extrajudicial ou judicial, fato este realçado pela implantação na integralidade do sistema SAJ no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º Ficam autorizados ao uso da ferramenta denominada e-CNPJ - Certificado Digital, os servidores públicos municipais a seguir nominados:

I - Luiz Goulart, matrícula n. 141, ocupante do cargo de Oficial Administrativo e

II - Érica Fabro Oening, matrícula n. 2197, ocupante do cargo de Assistente Administrativo.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas



**Decreto N. 379.14**

DECRETO SAF/Nº. 379/14, de 01 de outubro de 2014.  
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.183, de 30 de dezembro de 2013, resolve,

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte Lazer e Cultura  
2.013 - Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas	R\$ 135.000,00
---	----------------

**2.011 - Manutenção da Educação Básica**

3.1.90.00.00.00.00.00.0018 - Aplicações Diretas	R\$ 430.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0019 - Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref., Transp., Serv. Públicos  
2.035 - Manutenção da Secret. de Obras, Transp. e Serviços

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 685.000,00</b>

Parágrafo único. Para dar suporte as suplementações acima são reduzidas do mesmo orçamento as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Secretaria de Educação, Esporte Lazer e Cultura  
2.013 - Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0114 - Aplicações Diretas	R\$ 135.000,00
---	----------------

**2.011 - Manutenção da Educação Básica**

3.1.90.00.00.00.00.00.0018(Infantil) - Aplicações Diretas	R\$ 510.000,00
---	----------------

Órgão: 09 - Secretaria de Obras Viárias, Edif., San., Ref., Transp., Serv. Públicos  
2.035 - Manutenção da Secret. de Obras, Transp. e Serviços

4.4.90.00.00.00.00.00.0110 - Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 685.000,00</b>

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de outubro de 2014  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**Decreto N. 380.14**

DECRETO SAF/Nº. 380/14, de 01 de outubro de 2014.  
SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.183, de 30 de dezembro de 2013, resolve,

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica autorizado a suplementar do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Fundo Municipal de Assistência Social  
2.030 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0106 - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
---	---------------

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 15.000,00</b>
--------------	----------------------

Parágrafo único. A suplementação que trata o caput deste artigo, ocorre por excesso ou provável excesso de arrecadação, na fonte de recursos 52 - Outras Transferências de Recursos para o FMAS, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64- Recursos Estaduais.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 01 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**Decreto N. 381.14**

DECRETO SAF/Nº. 381/14, de 03 de outubro de 2014.  
SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, NOMEADOS PELO DECRETO SAF/Nº. SAF/N. 453/13, DE 26 DE AGOSTOS DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

**DECRETAR:**

Art. 1º Ficam substituídos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, área governamental - Representantes da Secretaria de Ação Social e da Família, que passam a ser os seguintes:

- LUCIANA GERONIMO MORAES - titular e  
- RAFAEL UGGIONI COLOMBO - suplente.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 03 de outubro de 2014.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado por afixação, no Mural da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, na data supra.

CLEDIO FACHIN  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

## Concórdia

### PREFEITURA

#### **Edital de Notificação Apae 4ª 2014 Parcela**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PTMC/APAE, no valor de R\$ 5.765,20 (cinco mil e setecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

Concórdia SC, 14 de outubro de 2014.  
Lauri Garbossa  
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PAEFI-SENTINELA 7ª PARCELA PARCIAL**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMAS PFMC/PAEFI, no valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais).

Concórdia SC, 14 de outubro de 2014.  
Lauri Garbossa  
Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

#### **PORTARIA Nº 52/2014, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014-IPRECOM**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON  
PORTARIA Nº 52/2014, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.  
Concede Pensão por Morte em face do falecimento do servidor GILSON DANDOLINI, segurado ativo do IPRECON.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, parágrafos 7º, II, 8º e 18, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, todos com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 79, I e 88-A, II, da Lei Complementar nº 164/1999, este último com redação dada pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Pensão por Morte à senhora DIRLEI FÁTIMA CELLA, dependente presumida do servidor falecido GILSON DANDOLINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico, nível 5-40-GOA1, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, matrícula nº 39209-00, segurado ativo do IPRECON.

Art. 2º A pensão será equivalente à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, assegurado o reajuste na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de setembro de 2014.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 14 de outubro de 2014.

VANESSA DAIANE RIFFEL  
Administradora

#### **Extrato do Termo de Compromisso Nº 107/2014**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 107/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 080.000.919-33, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante RAQUEL ZENAIDE LIMA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 097.470.809-74, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 01.07.2014 a 30.06.2016.

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 108/2014**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 108/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 080.000.919-33, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JONATHAN MICHEL GROSS DE BETIO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 082.586.679-04, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 09.09.2014 a 08.09.2016.

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 109/2014**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 109/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 080.000.919-33, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante TAILAN DE OLIVEIRA VOGT inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.358.819-09, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.09.2014 a 01.09.2016.

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 110/2014**

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 110/2014

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 080.000.919-33, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante BRUNO GUSTAVO HOLDEFER inscrito (a) no CPF-MF sob nº 086.756.909-32, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a R\$ 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 03.09.2014 a 02.09.2016.

#### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 12/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 12/2014

A Secretária Municipal de Educação torna público que ratificou o ato do Senhor Orides Storchio, Diretor Administrativo, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso I, do Artigo 24, homologada em 14 de outubro de 2014, para reforma do forro e telhado, em regime de empreitada por preço máximo unitário (material e mão de obra) por empresa de engenharia e/ou construção civil na Escola EMC Tiradentes, em favor da empresa VANDERLEI DEITOS ME, no valor total de R\$ 4.525,65 (quatro mil, quinhentos e vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

**ERRATA DO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2014-FUMDEMA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

ERRATA DO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 01/2014-FUMDEMA

Na publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade nº 1/2014-FUMDEMA, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 1592, pág. 311, na data de 14 de outubro de 2014, onde lê-se: "...Extrato De Ratificação De Inexigibilidade De Licitação nº 2/2014..."; leia-se: "...Extrato De Inexigibilidade De Licitação nº 1/2014 - FUMDEMA"

LEVI ELOI DOS SANTOS

Diretor Superintendente da FUNDEMA

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2014 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 53/2014

A Secretária Municipal de Administração torna público que ratificou o ato da Senhora Marcela Kuhn Dos Santos Bigaton, que declarou Inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 14 de outubro de 2014, para pagamento de despesas com postagens de notificações de infrações de trânsito, conforme Convênio 2013TN001988 firmado com a Secretaria do Estado de Segurança Pública, no exercício de 2014, a favor da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, no valor total estimado de R\$87.600,00(oitenta e sete mil e seiscentos reais).

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Cordilheira Alta****PREFEITURA****Decreto N. 465/2014**

DECRETO Nº465 /2014, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

**DECRETA**

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. SIDYANE MARIA DEBASTIANI ZAMIANI, ocupante do cargo de Assistente de Serviços de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de outubro de 2014

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Extrato Edital Aviso de Licitação PP 56/2014**

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 086/2014.

Pregão Presencial n. 056/2014.

Tipo: Menor preço por lote.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de livros para manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Secretaria de Administração.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 29/10/2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29/10/2014.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 14 de outubro de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### Publicação Pregão Presencial R.P Nº 48/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital de Pregão Presencial R.P Nº 48/2014  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS  
Tipo: Menor Valor / Item  
Entrega dos envelopes: até as 08:30 hrs do dia 27/10/2014  
Abertura dos envelopes: na sequência às 08:30 hrs do dia 27/10/2014  
O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone: 3347.3400  
  
Coronel Freitas (SC), 15 de Outubro de 2014  
Diovani Pagnocelli  
Prefeito Interino

## Correia Pinto

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato - Processo 59/2014 Pmcp

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 59/2014  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0764/2014  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS NATALINAS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.  
Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Supermercado Senem Ltda  
CNPJ: 81.839.425/0001-90  
Processo Licitatório nº 59/2014 - Pregão Presencial

Item	Quant.	Características	Preço Unitário	Preço Total
1	650	Cesta natalina contendo: 1 cesta decorada com largura 24 cm, altura 32,5 cm, comprimento 39 cm, 1 panetone com frutas, peso liq. 400g, 01 lata de fatia de pêssego em caldas, peso liq. 830g, 01 cx de bombons sortidos 400g, 1 goiabada 300g, 1 refrigerante 2 litros, 1 barra de chocolate ao leite, peso liq. 170g, 01 waffer recheado coberto com chocolate, peso liq. 126g, contém 20 um, 1 mistura para bolo, peso liq. 400g, 1 pct de bala 220g, 1 rolinho de waffer recheado sabor chocolate 50g (22630)	50,20	32.630,00
2	650	Ave tipo natalina (festival), temperada, pesando acima de 3,5 kg (20287)	29,2769	19.030,00

Valor Total: 51.660,00  
Vigência: 22/09/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 15 de outubro de 2014.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 04/2014 FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA  
DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 04/2014 - FMEC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS, PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA. Tipo: Menor preço por ITEM. Entrega dos envelopes: 29.09.2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido



no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 17 de setembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Presidente da Comissão de Licitação

Pregoeiro Municipal

## Corupá

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato 152/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 152/14

Processo de licitação nº 126/14

Modalidade Dispensa de Licitação 056/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Serviços de equipamentos, de acordo com o ofício N. 621-tr/CGEOF/DGI/SE/MI, parcela única dos recursos autorizados pela Portaria nº 176 de 3/7/2014, destinados a execução do objeto pactuado, conforme consta no Processo nº 59050.000875/2014-72, para execução de ações de Restabelecimento de serviços essenciais, devido às enxurradas que ocorreram no mês de Junho no Município, ocasionando Decretação de Situação de Emergência, conforme Decreto Municipal nº 190/2014.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 283.548,00 (Duzentos e oitenta e três mil e quinhentos e quarenta e oito reais).

Data da Assinatura: 29/08/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 153/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: CLUBE DE TRILHEIROS CHAVE 13, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.456.761/0001-06, com sede na Rua Otto Hillbrecht nº 370, Centro, CEP 88278-000, Município de Corupá - Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Permissão não remunerada de uso do espaço físico da antiga Escola Municipal Guilherme Hausse Junior, situada no Bairro Isabel, para a promoção da transparência e da democratização do acesso aos recursos destinados à Política de Esporte, Cultura local, Turismo e Lazer, o presente processo seletivo tem por meta a execução da AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS DE ESPORTE EDUCACIONAL, TURISMO, CULTURA E DE ESPORTE E LAZER, conforme Lei nº 2.104, de 27 de maio de 2013, com fulcro nos termos da legislação e normas vigentes.

VALOR DO CONTRATO: Pela utilização do espaço, não serão admitidos projetos que tragam ônus ao Município.

Data da Assinatura: 01/09/2014

Data da Vigência: 01/09/2024

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO DE CONTRATO 154/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 154/14

Processo de licitação nº 128/14

Modalidade Dispensa de Licitação 057/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: HERRMANN COMERCIO DE MADEIRAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 16.422.951/0001-99, situada na Rua Roberto Seidel, nº 1303, Bairro Seminário, CEP 89278-000, Município de Corupá - Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços emergenciais de Horas Máquinas utilizados no município de Corupá, devido às enxurradas ocorridas no mês de Junho, afetando varias áreas do Município, ocasionando assim Decretação de Situação de Emergência, conforme Decreto nº 190/2014.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 21.120,00 (Vinte e Um Mil e Cento e Vinte Reais).

Data da Assinatura: 11/09/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 155/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 155/14

Processo de licitação nº 129/14

Modalidade Dispensa de Licitação 058/14

COMPRADOR: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

VENDEDORES: ROLANDO MILLNITZ, brasileiro, casado, com Carteira de Identidade nº 237.434 SSP/SC e CPF nº 030.829.899-34 e sua esposa LEONITA MILLNITZ, com Carteira de Identidade nº 2.988.051 SSP/SC e CPF 016.515.439-09, residentes e domiciliados na Rua Padre Gabriel Lux, no município de Corupá, e o Sr. VIGANDO MILLNITZ, carteira de identidade nº 541.840-2 SSP/SC e CPF nº 304.469.029/34 e sua esposa ÁUREA CLAUDETE MILLNITZ com Carteira de Identidade nº 817.065 SSP/SC e CPF nº 015.984.989-67, brasileiros, domiciliados e residentes na Rua Padre Gabriel Lux, em Corupá/SC

OBJETO: Aquisição de área de 340,00m² a ser desapropriada de 01(um) imóvel com área total de 35.000,00m², situado no lado impar da Rua 34 - Padre Gabriel Lux - Fundos, bairro Seminário, perímetro urbano neste Município de Corupá/SC, destinada a abertura de Via Pública.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.986,00 (Cinco mil novecentos e oitenta e seis reais).

Data da Assinatura: 08/09/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 156/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 156/14

Processo de licitação nº 131/14

Modalidade Inexigibilidade de Licitação 010/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: SHARK - MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.224.121/0013-37 e Inscrição Estadual nº 256543143, estabelecida na Rua Doutor Pedro Zimmermann, nº 2244, Bairro Itoupavazinha, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.066-000

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA NEW HOLLAND CONSTRUCTION, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVO DA FROTA MUNICIPAL.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.556,00 (Sete Mil e Quinhentos e Cinquenta e Seis Reais).

Data da Assinatura: 06/09/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 159/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 159/14

Processo de licitação nº 134/14

Modalidade Dispensa de Licitação 062/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: STREET DECOR IMPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.112.382/0001-24, situada na Avenida Edmundo Doubrava nº 313, Galpão B-1 - Distrito Industrial Norte, CEP 89.219-502, Município de Joinville - Estado de Santa Catarina.

OBJETO: contratação de Empresa especializada para aquisição de materiais destinados a iluminação da decoração natalina do Município de Corupá.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.548,75 (Sete Mil e Quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 16/09/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 160/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 160/14

Processo de licitação nº 130/14

Modalidade Dispensa de Licitação 059/14

COMPRADOR: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

VENDEDORES: Sr. CARLOS EDUARDO HERNACKI, brasileiro, com Carteira de Identidade nº 4.340.056 SSP/SC e CPF nº 007.854.559-57 e ADRIANE GISELE HERNACKI, carteira de identidade nº 4.701.404-0 e CPF 065.023.399-99 residentes na Rua Padre Gabriel Lux, em Corupá/SC.

OBJETO: Aquisição de área de 852,00m² a ser desapropriada de 01(um) imóvel com área total de 107.772,30 m² situado no lado ímpar da Rua 34 - Padre Gabriel Lux - Fundos, bairro Seminário, perímetro urbano neste Município de Corupá/SC, destinada a abertura de Via Pública.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), em uma única parcela.

Data da Assinatura: 08/09/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 161/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 161/14

Processo de licitação nº 135/14

Modalidade Dispensa de Licitação 063/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente, com sede à Rua João Pessoa, 134, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual nº 253086027, neste ato representado por seu representante legal, o Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr.

OBJETO: Contratação emergencial de Empresa para Licença do direito de uso de softwares e execução de serviços complementares.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 5.660,16 (Cinco Mil e Seiscentos e Sessenta Reais e Dezesseis centavos).

Data da Assinatura: 22/09/2014

Data da Vigência: 31/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 162/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 162/14

Processo de licitação nº 120/14

Modalidade Pregão Presencial nº 059/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 86.430.576/0001-04 e inscrição Estadual nº 250.024.730, estabelecida na Rod. SC 370 KM 186, nº 351, município de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 43.700,00 (quarenta e três mil e setecentos reais).

Data da Assinatura: 15/09/2014

Data da Vigência: 15/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 163/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 163/14

Processo de licitação nº 124/14

Modalidade Pregão Presencial nº 060/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: TJB COMUNICAÇÃO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.101.952/0001-67 e inscrição Estadual nº 257.030.972, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, CEP 89278-000, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de Serviços de Divulgação de Atos e Fatos Oficiais e Publicidade Administrativa do Poder Executivo Municipal em editora de Jornal com circulação no Município de Corupá-SC, com no mínimo 1000 exemplares, e, assinatura mensal de jornal impresso, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 200,00 (Duzentos Reais) pela publicação de ¼ de página, e, R\$ 200,00 (Duzentos Reais) pela assinatura mensal e entrega de exemplares.

Data da Assinatura: 29/09/2014

Data da Vigência: 29/09/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 165/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 165/14

Processo de licitação nº 115/14

Modalidade TOMADA DE PREÇOS no 012/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.279.711/0001-60, estabelecida na Rod. BR 280 nº 4517 - Boa Vista, CEP 89.460-000, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, de construção de Posto de Saúde, sito à Rua Dr. Nereu Ramos - Bairro Centro (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), abrangendo uma área total de 561,70m<sup>2</sup>, no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo, a obra será realizada com Recursos proveniente do FUNDAM, PAC2 e Recursos Próprios.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 628.503,53 (Seiscentos e vinte e oito mil e quinhentos e três reais e cinqüenta e três centavos).

Data da Assinatura: 02/09/2014

Data da Vigência: 16 (dezesseis) meses

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 164/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 164/14

Processo de licitação nº 122-1/14

Modalidade TOMADA DE PREÇOS no 013/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, de obra de pavimentação e qualificação de vias urbanas, reconstrução de diversos pontos de estradas rurais danificadas e/ou destruídas nas enxurradas de junho/2014 nas localidades de Rio Novo e Guarajuva (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários) no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo, a obra será realizada com Recursos proveniente do SC RURAL.

VALOR DO CONTRATO: R R\$ 710.332,42 (setecentos e dez mil e trezentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos).

Data da Assinatura: 06/10/2014

Data da Vigência: 06/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 166/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 166/14

Processo de licitação nº 102/14

Modalidade Pregão Presencial no 050/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12 e inscrição Estadual nº. 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, Bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: registro de preços para eventuais aquisições parceladas de 16.099 horas máquinas para atendimento das necessidades da Secretaria de Infra Estrutura do Município de Corupá-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.127.860,00 (dois milhões e cento e vinte e sete mil e oitocentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 19/08/2014

Data da Vigência: 19/08/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 779/2014 DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.**

DECRETO Nº 779/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no Artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica de Corupá, e CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao quais adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a laboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e

execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteada, antes e acima de tudo, pelo “princípio da proteção integral à criança e ao adolescente”, deve observar uma “lógica” completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do “garantismo” que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando, inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto “delegar” exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela elaboração do “Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo” (assim como pela execução das medidas nele previstas), pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do “Plano”, quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros “atores” do “Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma “comissão intersetorial” encarregada de elaborar um esboço de “Plano Municipal”; e

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige a definição de uma “Comissão Intersetorial” que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública.

#### DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

- I - Ademilde Pannace, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;
- II - Vivian Marina Dallmann Soares Pereira, representando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- III - Fernando Gean Lunelli, representando o Executivo Municipal;
- IV - Emelly P. Fontana, representando a Secretaria Municipal de Saúde;
- V - Daniela Revelles, representando a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer;
- VI - Felipe Rafaeli Rodrigues, representando o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VII - Reintraud Menestrina, representando o Conselho Tutelar;
- VIII - Clóbio Maurício Francisco, representando a Delegacia de Polícia Civil; e
- IX - Marcio Pauli, representando a PM de Corupá.

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Art. 3º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será

elaborado e entregue ao CMDCA no prazo de 60 dias de vigor do presente Decreto.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersetorial definirá entre seus membros um coordenador, além de definir conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
13 de outubro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL



# Ermo

## PREFEITURA

### Lei Nº 368, de 08 de Outubro de 2014.

LEI Nº 368, de 08 de outubro de 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Instituir o Auxílio Feira Popular (Ticket-Feira) e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a instituir o Auxílio Feira Popular (Ticket-Feira), que será fornecido aos servidores públicos municipais ativos, sem ônus, para ser utilizado na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar através da Feira Popular do Município de Ermo.

§ 1º O Auxílio Feira Popular (Ticket-Feira) destina-se à complementação alimentar dos servidores públicos municipais.

§ 2º O Auxílio Feira Popular (Ticket-Feira) será devido mensalmente, ressalvados os casos previstos nesta Lei e na sua regulamentação.

§ 3º O prazo de concessão do auxílio criado por esta Lei será regulamentado por ato próprio do Prefeito Municipal.

§ 4º Cada Ticket-Feira terá validade de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º O valor mensal do Auxílio Feira Popular será no valor total de R\$ 15,00 (quinze reais) divididos em 05 (cinco) vales de R\$ 3,00 (três) reais cada um.

Parágrafo único. O valor referido no caput deste artigo poderá ser reajustado ou aumentado periodicamente por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Terão direito aos benefícios do Auxílio Feira Popular (Ticket-Feira) os servidores da administração direta do Município e os servidores do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Os casos em que o servidor perderá direito ao Auxílio Feira Popular (Ticket-feira) serão regulamentados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O benefício instituído por esta lei:

- I - tem natureza indenizatória;
- II - não tem natureza salarial ou remuneratória;
- III - não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;
- IV - não é considerado para efeito do pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias;
- V - não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;
- VI - não configura rendimento tributável ao servidor.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Município de Ermo.

Art. 6º A presente Lei poderá ser regulamentada no que necessitar, através de Decreto emanado do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de outubro de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 369, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

LEI Nº 369, de 08 de outubro de 2014.

Institui o Sistema Eletrônico de Gestão, para o Cumprimento das Obrigações Fiscais do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

ALDOIR CADORIN, Prefeito do Município de Ermo faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no Município de Ermo o Sistema Eletrônico de Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, através do Livro Eletrônico.

Art. 2º As pessoas jurídicas de direito público e privado, inclusive da Administração Indireta da União, dos Estados e do Município, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidas ou sediadas no Município de Ermo, ficam obrigadas a adotar o Livro Eletrônico, para processamento de dados de suas declarações, apresentando as informações mensalmente, via Internet, até o dia 10 do mês subsequente, relativas aos serviços contratados e/ou prestados.

§ 1º. Inclui-se nessa obrigação o estabelecimento equiparado a pessoa jurídica.

§ 2º. Poderá sofrer retificação as informações prestadas, a qualquer tempo, desde que não iniciado procedimento fiscal.

Art. 3º A escrituração das notas fiscais eletrônicas será gerada por programa específico, disponibilizado gratuitamente via internet, no endereço eletrônico da Prefeitura do Município de Ermo, [www.ermo.sc.gov.br](http://www.ermo.sc.gov.br).

Art. 4º A apuração do imposto será feita, salvo disposição em contrário, ao final de cada mês, sob a responsabilidade individual do contribuinte ou responsável pelo imposto, mediante registro de suas operações tributáveis, os quais estarão sujeitos a posterior verificação pela autoridade fiscal.

§ 1º. O prestador de serviços deverá escriturar mensalmente por meio eletrônico, disponibilizado via internet, as Notas Fiscais ou Faturas emitidas, com seus respectivos valores, emitindo ao final do processamento o boleto bancário e efetuar o pagamento do imposto devido.

§ 2º. O tomador de serviços deverá escriturar mensalmente por meio eletrônico, disponibilizado via internet, as Notas Fiscais ou Faturas e os Recibos comprobatórios dos serviços tomados, efetuando as retenções de ISSQN exigidas na legislação, emitir, ao final do processamento, o boleto bancário e efetuar o pagamento do imposto devido, quando se revestir da qualidade de substituto ou responsável.

Art. 5º No mês que não prestarem e que não adquirirem serviços, os contribuintes e os tomadores deverão informar obrigatoriamente,

através do programa Livro Eletrônico, a ausência de movimentação econômica, através de declaração "SEM MOVIMENTO".

Art. 6º Em substituição ao Livro de Registro de Serviços previsto na legislação vigente, o Tomador de Serviços, substituto tributário ou não e o Contribuinte emitente de Nota Fiscal de Serviços, ficam obrigados a manter em cada um dos estabelecimentos sujeitos à inscrição, os seguintes livros fiscais de registro das prestações de serviços efetuadas ou contratadas, escriturados eletronicamente através do programa Livro Eletrônico:

I - Livro de Registro de Prestação de Serviços Próprios;

II - Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas, Sujeitos a Retenção ou não.

§ 1º. O Livro Registro de Prestação de Serviços deverá ser escriturado pelos Contribuintes Prestadores de Serviços.

§ 2º. O Livro de Registro de Serviços Tomados de Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas Sujeitos a Retenção ou não, deverá ser escriturado pelos Tomadores contratantes de serviços, com responsabilidade para recolhimento do ISSQN, por Substituição e Retenção Tributária, atribuída pela legislação vigente e também pelos Tomadores de Serviços domiciliados no Município, independentemente dos mesmos não serem sujeitos a retenção.

§ 3º. Findo o exercício fiscal, o contribuinte deverá emitir os livros fiscais em papel, contendo termo de abertura, encerramento, numeração em ordem seqüencial dos livros, paginado, encadernado e assinado pelo contribuinte e pelo contabilista, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias e registrar no órgão municipal competente, e conservá-lo no estabelecimento pelo prazo regulamentar para exibição ao fisco quando solicitado.

Art. 7º Os estabelecimentos de crédito, financiamento, investimento e bancários, dispensados da emissão de notas fiscais de serviços, ficam obrigados ao preenchimento da planilha de taxas e serviços, disponível no programa Livro Eletrônico, declarando a Receita Bruta, detalhando-a por conta analítica, baseada no plano de contas do Banco Central.

§ 1º. Os estabelecimentos mencionados no "caput" deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 2º. Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais de receitas correspondentes.

Art. 8º Todos os demais desobrigados de emissão de Notas Fiscais de Serviços, nos termos da legislação vigente, ficam também obrigados a escriturar a planilha a que se refere o artigo anterior, em relação aos serviços prestados e tomados.

Art. 9º O recolhimento do imposto retido na fonte, previsto na legislação vigente, far-se-á em nome do prestador de serviços, com a indicação do responsável pela retenção, observando-se o prazo regulamentar de pagamento.

Art. 10 Ficam substituídas as guias de recolhimento mensal e os "carnês" de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, pela Guia de Recolhimento do ISSQN, emitida através do programa Livro Eletrônico.

Art. 11 Não será mais concedida a "Autorização de Impressão de

Documento Fiscal - AIDF" da forma prevista em legislação anterior, salvo os de anotação provisória prevista na lei da nota eletrônica.

§ 1º. O prazo para utilização dos documentos fiscais já autorizados e emitidos, inclusive os carnês de cobrança mensal, será de 3 (três) meses a partir da data da promulgação desta lei;

§ 2º. Encerrado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, os documentos fiscais em branco serão inutilizados pela autoridade fiscal competente, mediante termo lavrado no Livro próprio.

§ 5º. Considera-se inidôneo, para todos os efeitos legais, o documento emitido após a data limite de sua utilização, independentemente de formalidade ou atos administrativos da autoridade fiscal competente.

Art. 14 O descumprimento às normas deste regulamento sujeita o infrator, prestador ou tomador de serviços, às seguintes penalidades:

I - deixar de remeter à Secretaria de Administração e Finanças do Município o Livro Eletrônico no prazo determinado, independente do pagamento do imposto, multa de 1 (uma) UFM;

II - Escriturar o Livro Eletrônico com omissões ou dados inverídicos que constituam fraude multa de 10,5 (dez vírgula cinco) UFM.

Art. 15 Ficam concedidos 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação da presente lei, para que os contribuintes e tomadores de serviços façam as adaptações necessárias para o cumprimento da mesma.

Art. 16 Findo o prazo a que se refere o artigo anterior, passará a ser obrigatória a utilização do sistema previsto nesta lei e não será mais aceita a escrituração de Livros de Registro de Serviços até então utilizada e nem a forma de pagamento do imposto devido ou retido até então vigente, passando o recolhimento a ser efetuado apenas na forma prevista neste diploma legal.

Art. 17 O acesso ao preenchimento dos livros previstos no artigo 6º utilizará uma senha que será fornecida ao contribuinte ou ao seu preposto, vinculado ao número do CRC do contabilista responsável.

Art. 18 Os valores expressos nesta Lei serão reajustados anualmente no primeiro dia útil do mês de Janeiro com base no Índice do IGPM - índice Geral de preços do IBGE, ou de indexador oficial que venha a substituí-lo.

Art. 19 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 08 de outubro de 2014.  
ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL  
Secretário de Administração e Finanças



# Forquilha

## PREFEITURA

### Ata do Edital Chamamento Público Nº. 186/PMF/2014

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 186/PMF/2014

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 186/PMF/2014, QUE TEM POR OBJETIVO CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO DE INTERESSADOS COM OBJETIVO DE PRESTAR SERVIÇOS DE LEILOEIRO, PARA ATUAR NAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE LEILÃO OFICIAL, PROMOVIDAS PELO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Às oito horas do dia quatorze do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se o Procurador Geral do Município de Forquilha, Dr. Ander Luiz Warmling, juntamente com a Comissão Permanente de Licitações do Município, para os procedimentos inerentes à 1ª Sessão da Licitação em epígrafe, do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 186/PMF/2014. Estiveram presentes os leiloeiros Daniel Elias Garcia e Anderson Luchtenberg. Procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação para verificação da documentação solicitada para classificação dos leiloeiros. As documentações constantes dos envelopes circularam entre os presentes para análise e rubrica. Nada foi alegado. Foi verificada pela comissão que as documentações das Licitantes cumpriram com as exigências editalícias portanto foram classificadas para a etapa de sorteio. Procedeu-se o sorteio numerando os participantes de 01 à 09, a medida que foi sorteado cada participante, os mesmos foram lançados na tabela abaixo, conforme ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO	LEILOEIRO (A)
1º	Taísa Raquel Pereira Carvalho
2º	Júlio Ramos Luz
3º	Edilson Marcos da Silva
4º	Daniel Elias Garcia
5º	Simone Wenning
6º	Eduardo Abreu Alves Barbosa
7º	Rodolfo da Rosa Schontag
8º	Anderson Luchtenberg
9º	Ulisses Donizete Ramos

A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 14 de outubro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO Presidente da Comissão de Licitação	TAINARA REDIVO Membro da Comissão
MAGALI DA ROSA Membro da Comissão	ANDER LUIZ WARMLING Procurador Geral do Município
ANDERSON LUCHTENBERG	DANIEL ELIAS GARCIA

### EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 97/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 97/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ISAMED MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA ME

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresas para aquisição de material odontológico para a nova Unidade Básica Saúde do bairro Vila Lourdes, Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 5.866,23 (cinco mil oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e três centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2064.3390 (74).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 28/

FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 26 de setembro de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013

PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA que versa sobre a pavimentação da Rua Irma Margarida Martinello - Bairro Clarissas.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO	VALOR
Eduardo Niehues	16576	01.03.023.0071.001	1.226,18
Edvaldo da Rosa	1495	01.03.023.0033.001	1.217,02

Forquilha, 14 de outubro de 2014.

Ademir Brandielle Pedro

Secretário de Administração e Finanças

### Notificação de Lançamento da Contribuição de Melhoria Lei Nº 1.947 de 30/12/2013

#### PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA que versa sobre a pavimentação da Rua Irma Dora Hoepers - Bairro Clarissas.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO	VALOR
Adevino Morro	1501	01.03.023.0187.001	2.994,76
	1500	01.03.023.0145.001	2.524,64
Adilson Peruch Costa	17506	01.03.037.0300.001	4.249,86
	1487	01.03.017.1398.001	15.248,65
Darci Fabris	1372	01.03.033.0196.001	2.982,84
Dorval Rosa	1385	01.03.032.0102.001	3.101,29
Valmir Zanoni	1540	01.03.022.0201.001	3.125,94

Forquilha, 14 de outubro de 2014.

Ademir Brandielle Pedro

Secretário de Administração e Finanças

### Notificação de Lançamento da Contribuição de Melhoria Lei Nº 1.947 de 30/12/2013

#### PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA que versa sobre a pavimentação da Rua Irma Ester Steiner - Bairro Clarissas.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO	VALOR
Adilson Peruch Costa	17515	01.03.037.0118.001	2.250,46
	17509	01.03.037.0040.001	1.187,33
	17506	01.03.037.0300.001	2.031,75
Darci Fabris	1372	01.03.033.0196.001	1.426,06
João Albino Rocha (espolio)	1380	01.03.033.0297.001	847,17
José Roberto Pereira Delfino	17516	01.03.037.0131.001	1.128,27
Reinoldo Tiede	1379	01.03.033.0283.001	1.116,88
Ronaldo Candido	1374	01.03.033.0225.001	1.093,92
Santino Acordi de Faveri	17513	01.03.037.0092.001	1.142,15
Sérgio Gomes de Souza	1377	01.03.033.0269001	1.116,02
Sidnei Fogaça Pirola	18558	01.03.037.0320.001	1.142,15
	1383	01.03.032.0018.001	1.461,62
Veluci Laurindo	1382	01.03.033.0312.001	1.163,93

Forquilha, 14 de outubro de 2014.

Ademir Brandielle Pedro

Secretário de Administração e Finanças

### Extrato do Termo Aditivo FMS Nº 13/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 13/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 105/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, a execução de serviços na construção da unidade de saúde da Vila Lourdes na Rua Hercílio Minatto, Bairro Vila Lourdes, com área de 268,09 m², conforme proposta nº. 10540697000113001 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual

DO VALOR - Fica acrescido o valor de R\$ 14.729,68 (quatorze mil setecentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações, devido a serviços adicionais por necessidade da obra, conforme solicitação.

DO PRAZO - Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução do contrato 105/PMF/2013 de 19/10/2014 para 18/11/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 16/02/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 10 de outubro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### Decreto Nº 0260/2014

DECRETO Nº 0260, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação		
07.01 - Educação Geral		
12.306.0005.2.016 - Alimentação Escolar do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (53)	R\$	60.000,00
12.361.0005.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (67)	R\$	50.000,00
12.364.0007.2.021 - Transporte Escolar do Ensino Superior		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (82)	R\$	100.000,00
12.365.0005.2.013 - Manutenção da Educação Infantil		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0300 (91)	R\$	50.000,00
Total	R\$	260.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721010201 - Cota parte do FPM	R\$	260.000,00
TOTAL	R\$	260.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 14 DE OUTUBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Termo de Convocação Professor Ensino Fundamental Anos Iniciais- 29º

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 005/2010)

Senhor(a): ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATIAS

Linha Arroio da Barra

89580-000- Fraiburgo- SC

CARGO: Professor/Ensino Fundamental- Anos Iniciais

Classificação: 29º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 005/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 111/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 0310/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- 1(uma) foto ¾ recente;
- Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- Cópia do CPF;
- Cópia da Carteira de Identidade;
- Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);
- Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
  - acuidade visual;
  - audiométrico;
  - hemograma;
  - lipidograma;
  - glicemia;

VI - RX Tórax PA e Perfil;  
 VII - fator RH;  
 VIII - sorologia para Lues;  
 IX - parcial de urina;  
 X - uréia;  
 XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;  
 t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;  
 u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");  
 v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC., 14 de Outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATIAS

### **Termo de Convocação Agente de Serviços Gerais- 4ª**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 003/2010)

Senhor(a): SONIA CORDEIRO DE MORAIS

Avenida Micheli Simonetti- São Miguel

89580-000- Fraiburgo-SC

CARGO: Agente de Serviços Gerais

Classificação: 4º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 003/2010, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelo Decreto n. 0308/2010, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- c) Cópia do CPF;
- d) Cópia da Carteira de Identidade;

- e) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- f) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- g) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- h) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- i) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- j) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- k) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- l) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido).
- m) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH (quando exigida);
- n) Carteira de Saúde (quando cargo exigir). Para demais casos, Carteira de Vacina;
- o) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO - Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- p) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- q) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- r) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- s) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável - devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- t) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:

I - acuidade visual;

II - audiométrico;

III - hemograma;

IV - lipidograma;

V - glicemia;

VI - RX Tórax PA e Perfil;

VII - fator RH;

VIII - sorologia para Lues;

IX - parcial de urina;

X - uréia;

XI - ECG de repouso, para candidatos com idade igual ou superior a 35(trinta e cinco) anos;

t.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;

- u) Atestado de Anamnese Clínica e Social - Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Avaliação Sociofuncional através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "t");
- v) Atestado de Saúde Ocupacional - Exame Admissional - Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores "a" a "u");

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "t" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.



Fraiburgo, SC., 08 de Outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

SONIA CORDEIRO DE MORAIS

### **Editais de Intimação - Cartório de Registro de Imóveis de Fraiburgo - processo 4137/2013**

#### **EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Processo Administrativo nº 4137/2013  
Recorrente: CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FRAIBURGO  
Procurador: ADRIANO PELISSARO REZZADORI - OAB/SC 25.556  
Relator: MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Alterando o edital anteriormente publicado, o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE FRAIBURGO de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 4137/2013, não será mais julgado na data do dia 27/10/2014 e sim no dia 03/11/2014 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

### **EDITAL DE INTIMAÇÃO - LIMGER EMPRESA DE LIMPEZAS GERAIS E SERVIÇOS LTDA - PROCESSO 3361/2014**

#### **EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Processo Administrativo nº 3361/2014  
Recorrente: LIMGER EMPRESA DE LIMPEZAS GERAIS E SERVIÇOS LTDA  
Relatora: CLADI ANA FROZZA VESCOVI

Alterando o edital anteriormente publicado, o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa LIMGER EMPRESA DE LIMPEZAS GERAIS E SERVIÇOS LTDA de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3361/2014, não será mais julgado na data do dia 27/10/2014 e sim no dia 03/11/2014 às 09:00 horas. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

### **EDITAL DE INTIMAÇÃO - RICARDO BRUSTOLIN ME - PROCESSO 3128/2014**

#### **EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Processo Administrativo nº 3128/2014  
Recorrente: RICARDO BRUSTOLIN ME  
Relator: ALISSON LUIZ SOLIGO

Alterando o edital anteriormente publicado, o Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes de Fraiburgo, nos termos do que dispõe o artigo 20 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Contribuintes, intima a empresa RICARDO BRUSTOLIN ME de que o recurso interposto da decisão de primeira instância inserta no Processo Administrativo nº 3128/2014, não será mais julgado na data do dia 27/10/2014 e sim no dia 03/11/2014 às 09:00 horas.. A sessão de julgamento ocorrerá no Plenário da Nova Câmara Municipal de Vereadores, situada na Av. Lebon Régis, Bairro São José, na cidade de Fraiburgo (SC).

ELVITO COLDEBELLA  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES DE FRAIBURGO

### **DECRETO Nº 0261/2014**

DECRETO Nº 0261, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2210, de 05 de Dezembro de 2013;

#### **DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI		
14.01 - SANEFRAI		
17.512.0027.1.032 - Obras de Saneamento Básico		
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0989 (13)	R\$	75.000,00
Total	R\$	75.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4221500 - Alienação de Veículos	R\$	75.000,00
TOTAL	R\$	75.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 14 DE OUTUBRO DE 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0262/2014**

DECRETO Nº 0262, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nas seguintes dotações:

14.00 - Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 - SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 - Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0900 (14)	R\$	100.000,00
Total	R\$	100.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 14 DE OUTUBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**RESOLUÇÃO CMS 015**

DELIBERAÇÃO 015/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 14 de outubro de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU o Plano de Ações da Vigilância Sanitária 2014/2015, conforme ATA Nº 011/2014.

Fraiburgo (SC), 14 de outubro de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**RESOLUÇÃO CMS 016**

DELIBERAÇÃO 016/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 14 de outubro de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU a nova composição da COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA, conforme ATA Nº 011/2014, sendo:

Representante da Farmácia Municipal  
Cristiano BeckerRepresentante da Vigilância Sanitária  
Leni Huber WeberRepresentante da área Administrativa  
Leonice FrarãoRepresentante dos Médicos da Estratégia de Saúde da Família  
Wallace Xavier PontesRepresentante dos Médicos do Pronto Atendimento  
Leonardo Hideki MoritaRepresentante dos Médicos Pediatras  
Marcel Calixto MainardesRepresentante dos Médicos Clínicos  
Alessandro Fusatto NetoRepresentante dos Odontólogos  
Franciane GomesRepresentante dos Enfermeiros  
Liceia Rinaldi Ramos

Fraiburgo (SC), 14 de outubro de 2014.

Nilce Pinz

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**Portaria Nº 1920/2014**

PORTARIA N.º 1.920, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de TEREZINHA RIBEIRO DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 629.454.089-53, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**PORTARIA Nº 1921/2014**

PORTARIA Nº 1.921, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora SUZILÉIA CECCHIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 056.507.359-13, nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1922/2014**

PORTARIA N.º 1.922, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de NELCI FATIMA RIBEIRO DE DEUS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 813.703.699-72, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1923/2014**

PORTARIA Nº 1.923, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 02 de janeiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01225/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IRACI CORDEIRO SUBTIL, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob o n.º 898.659.109-00, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de outubro

de 2014 até 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1924/2014**

PORTARIA N.º 1.924, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0025 de 02 de maio de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01224/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a servidora MÁRCIA APARECIDA SCWENTER MACHADO, que encontra-se afastada em Auxílio Doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LANA OLIVEIRA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.375.899-07, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 16 de outubro de 2014 até 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1925/2014**

PORTARIA N.º 1.925, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de DELAIR DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 601.279.539-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 14 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de outubro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 0263/2014**

DECRETO Nº 0263, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), nas seguintes dotações:

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento		
05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento		
04.122.0002.2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento		
3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos 0.3.0200 (315)	R\$	18.000,00
Total	R\$	18.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 14 DE OUTUBRO De 2014.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

# Garopaba

**PREFEITURA****Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 74/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº74/2014  
PMG

Ata nº. 74/2014; Processo nº. 147/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: PLAMAX COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME; SEA & NAUTICA LTDA; SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA; SOS SUL RESGATE COMERCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada de materiais de Combate a Incêndio, busca, Salvamento e Resgate utilizado nas viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba. Valor: R\$ 112.970,20; Data da Assinatura: 15/10/2014.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 75/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº75/2014  
PMG

Ata nº. 75/2014; Processo nº. 150/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: BELLENZIER PNEUS LTDA; LAGB ACESSORIOS E PEÇAS LTDA; MODELO PNEUS LTDA; PNEUFORTE COMERCIO E RECAPAGENS LTDA; RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição parcelada, conforme a necessidade, de pneus para atender os veículos que compõe a frota da Prefeitura Municipal de Garopaba. Valor: R\$ 159.359,80; Data da Assinatura: 15/10/2014.

**DECRETO N.º 148**

DECRETO N.º 148, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 58.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

58.000,00

10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade

58.000,00

3.3.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas

58.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

58.000,00

10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade

58.000,00

3.1.90.0.2.14.000061 - Aplicações Diretas

58.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de outubro de 2014.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## Gaspar

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 6.105, de 06 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 6.105, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

#### DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 60 (sessenta) horas extraordinárias pelo servidor Gilberto Fernandes de Souza e de 60 (sessenta) horas extraordinárias pelo servidor Rogério Agostinho Laurindo, conforme escala, para o atendimento do transporte escolar e das demais atividades Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 15 de outubro a 14 de novembro de 2014.

Parágrafo único. As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 06 de outubro de 2014.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 213/2014**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial Nº 213/2014

OBJETO: Contratação para aquisição, instalação, desinstalação, manutenção e reparos de decoração natalina. ENVELOPES: até às 9h do dia 27/10/2014. ABERTURA: às 9h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 14 de outubro de 2014.  
PATRÍCIA SCHEIDT  
Secretária Mun. de Turismo, Indústria e Comércio

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 70/2014**

RESOLUÇÃO Nº 70/2014

Autoriza a contratação da empresa TV Gaspar Ltda.ME para prestação de serviços de produção de vídeos.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, incisos I e VIII, da Lei Orgânica do Município e art. 31, incisos I e IX, do Regimento Interno,

Considerando o Ofício Presidência nº 173/2014 solicitando a ratificação do processado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2014, instaurado com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como a concessão de autorização para contratação de empresa para prestação de serviços de produção de vídeos de interesse da Edilidade;

Considerando que a Câmara de Vereadores de Gaspar necessita da prestação de serviços profissionais para produção de vídeos a fim de divulgar suas ações à comunidade;

Considerando a regularidade do processado nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2014, instaurado com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Considerando o preço proposto pela empresa TV Gaspar Ltda. ME, CNPJ nº 15.130.504/0001-01: R\$ 199,50 (cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos) por produção de vídeo de trinta segundos; valor total de R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais);

Considerando que a empresa TV Gaspar Ltda. ME se encontra regular com suas obrigações fiscais e trabalhistas, bem como cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal e demais obrigações exigidas;

Considerando a existência de dotação orçamentária e de recursos financeiros;

Considerando os princípios da legalidade, da eficiência e da transparência;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam ratificados todos os atos do Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2014, incluindo a decisão do Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar datada de 13/10/2014.

Art. 2º Fica autorizado o Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar a firmar contrato com a empresa TV Gaspar Ltda. ME, CNPJ nº 15.130.504/0001-01, para prestação de serviços de produção de vídeos de interesse da Edilidade, na forma do Projeto Básico, da Minuta de Contrato e da Proposta de Preço da empresa escolhida como fornecedora, constantes dos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2014.

Art. 3º Os recursos para pagamento da despesa autorizada por esta Resolução correrão por conta da seguinte dotação: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo; Atividade: 2.200012 - Publicidade do Legislativo.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação.

Câmara Municipal de Gaspar (SC), em 14 de outubro de 2014.

Mesa Diretora

Marcelo de Souza Brick

Vereador - Presidente

Andréia Symone Zimmermann Nagel

Vereadora - Vice Presidente

Ciro André Quintino

Vereador - Primeiro Secretário

José Hilário Melato

Vereador - Segundo Secretário

**EXTRATO CONTRATO Nº CM-009/2014.**

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CM-009/2014.

Objeto: Serviços de produção de vídeos institucionais para divulgação das ações da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Origem: Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar .

Procedimento: Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2014.

Fundamentação: Licitação dispensável em razão do valor, com fundamento no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

Contratada: TV Gaspar Ltda., CNPJ nº 15.130.504/0001-01.

Valores: O preço para a execução do objeto do contrato é de R\$ 199,50 (cento e noventa e nove reais e cinquenta centavos) pela produção de vídeo de 30 (trinta) segundos (valor unitário).

Valor Total do Contrato: R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).

Dotação: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo; Atividade: 2.200012 - Publicidade do Legislativo;

Gestor do Contrato: Presidente da Câmara Municipal de Gaspar.

Data de Assinatura: 14 de Outubro de 2014.

Gaspar-SC, 14 de outubro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

## Governador Celso Ramos

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Pregão Presencial 66/2014

##### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 066/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, COM COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, ASSISTÊNCIA 24 HORAS E VIDROS PARA OS VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO OS VEÍCULOS DA SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/10/2014 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 28/10/2014 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 14 de Outubro de 2014.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

## Grão Pará

### PREFEITURA

#### Portaria N 292-Rosinete Alexandre Serafim

PORTARIA N. 292/2014

DE 07 DE OUTUBRO DE 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o Parecer da Comissão Disciplinar instaurada pela Portaria nº 269/2013, alterada pela Portaria nº 182/2014, visando apurar falta funcional cometida pela servidora Rosinete Alexandre Serafim, consistente em possível trato agressivo para com crianças sob seus cuidados, fato acolhido como fundamento da presente Portaria;

#### RESOLVE

Art. 1º. Com fundamento no artigo 91, inciso I, da Lei Municipal nº 989/2000, aplicar penalidade de ADVERTÊNCIA à servidora ROSINETE ALEXANDRE SERAFIM, ocupante do Cargo de Professora, por infringência aos devedores funcionais previstos no artigo 87, inciso I e XI, da Lei Municipal nº 989/2000.

Notifique-se a servidora, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
07 de outubro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em 07 de outubro de 2014.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

#### Ata

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DISCIPLINAR NOMEADA PELA PORTARIA Nº 269/2013, ALTERADA PELA PORTARIA Nº 182/2014. Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão Disciplinar nomeada para apurar falta funcional cometida pela servidora Rosinete Alexandre Serafim, consistente em possível trato agressivo para com crianças sob seus cuidados. Deflagrado o feito, foi a servidora devidamente notificada, tendo apresentado defesa, onde alega, em síntese, que a Portaria não especifica com clareza qual imputação à que a mesma está sujeita. No mérito, em suma, alega que sempre foi respeitosa e cuidadora diligente das crianças sob seus cuidados, e os fatos ocorridos com os menores Arthur e Gustavo, foram necessários em razão do comportamento inadequado das referidas crianças naquele momento, de forma educativa, não tendo em qualquer momento agredido de forma exagerada qualquer criança sob seus cuidados. Juntou declaração de pais de alunos. É o suficiente relatório. A Comissão Disciplinar, analisando o feito, decidiu julgá-lo antecipadamente, tendo em vista entender desnecessária a produção de prova oral. Em análise dos fatos narrados por Josenilda da Aparecida Oliveira (mãe de Arthur) e Patrícia Becker Muller (mãe de Gustavo), resta claro que, em que pese a gravidade do relato quanto ao comportamento da professora Rosinete em relação aos referidos menores, não foi relatado qualquer agressão física em nível de lesão corporal, mas, sim, tratamento de certa forma autoritário e exagerado como educadora infantil, que deve com



certeza ser punido, em razão de ser obrigação de todo servidor público municipal exercer com zelo e dedicação as atribuições de seu cargo, bem como tratar com urbanidade as pessoas (art. 87, inciso I e XI da Lei Municipal nº 989/2000). Não se pode olvidar, porém, que a Comissão Disciplinar tem conhecimento de que em alguns momentos é necessária que a professora exerça sua autoridade como educadora, a fim de coibir travessuras das crianças. Assim, analisando os fatos de acordo com o princípio da razoabilidade e proporcionalidade, que devem orientar os atos punitivos, a Comissão Disciplinar conclui que é razoável e suficiente para o caso a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, prevista no art. 91, inciso I, por infringência aos deveres funcionais do art. 87, I e XI, todos da Lei Municipal nº 989/2000, e remete o feito ao Sr. Prefeito Municipal para sua análise. Nada mais havendo, foi lavrada a presente Ata.

**ROSILDA PERGIN BÖGER**    **MARILEI MORGAN VERONEZI BRATTI**  
Presidente                      Secretária

NEIDE LEAL WEBER PERIN  
Membro

**1º Termo Aditivo ao Contrato N2-2014 (Altermed)**  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 02/2014, DATADO DE 28 DE JANEIRO DE 2014, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DE GRÃO-PARÁ, DA PREFEITURA MUNICIPAL FORMALIZADO PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, COM BASE NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02/2013, ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL N 02/2013, , PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Ao oitavo dia do mês de outubro de 2014, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de COMPRADORA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, empresa estabelecida na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, Rio do Sul/ SC, CEP 89.160-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.802.002/0001-02, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador Senhor pelo Senhor PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 02/2014, considerando a necessidade de alteração quantitativa, para constar as seguintes alterações:

## CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar as quantidades dos itens abaixo especificados:

NORTRIPTILINA; 50MG; CÁPSULA; - marca TEUTO - 2.000 comprimidos passa para 500 comprimidos.

## CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 08 de outubro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA RUSZCZAK  
Procurador da Contratada

## TESTEMUNHAS

**DECRETO DF 67/2014 - ORÇAMENTO**

DECRETO DF N. 067, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

**"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.023	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPLETIVO - MÉDIO		
3.3.90.00. 00. 00. 00.0204	Aplicações Diretas	R\$	672,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0204	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Médio	R\$	672,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
14 de Outubro de 2014.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 14 de Outubro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda



# Guaramirim

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação 100/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 100/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Entrega dos Envelopes: 28/10/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 28/10/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE ATA DE RP Nº75/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 75/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 34/2014
Objeto: Aquisição de materiais gráficos impressos. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º34/2014 - FMS Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA - ME, com sede na Rua Pedro Paulo Streit, s/nº, em Guaramirim, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 78.218.187/0001-91. Valor: R\$ 9.456,70 (nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta centavos). Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 08/10/2015.
Guaramirim-SC, 14 de outubro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE ATA DE RP Nº76/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 76/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 34/2014
Objeto: Aquisição de materiais gráficos impressos. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º34/2014 - FMS Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: J. M. B. ARESTA - ME, com sede na Rua Jacarezinho, nº285, em Matinhos, PR, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 14.579.435/0001-47. Valor: R\$ 4.995,40 (quatro mil novecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos). Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 08/10/2015.
Guaramirim-SC, 14 de outubro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE ATA DE RP Nº77/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 77/2014- FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 34/2014
Objeto: Aquisição de materiais gráficos impressos. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º34/2014 - FMS Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA - ME, com sede na Rua Inácio Schelbauer, nº119, em Mafra, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 17.430.560/0001-89. Valor: R\$ 88,00 (oitenta e oito reais). Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 08/10/2015.
Guaramirim-SC, 14 de outubro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE ATA DE RP Nº95/2014 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 95/2014- PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 93/2014
Objeto: Aquisição de móveis para atender as secretarias e demais órgãos do município na adequação e mobília de suas unidades de atendimento. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº93/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: ALA COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.825.521/0001-55, estabelecida na Rua Antonio Cabral, nº25, município de Itajaí, SC. Valor: R\$ 10.971,00 (dez mil novecentos e setenta e um reais). Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 08/10/2015.
Guaramirim-SC, 14 de outubro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE ATA DE RP Nº96/2014 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 96/2014- PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 93/2014
Objeto: Aquisição de móveis para atender as secretarias e demais órgãos do município na adequação e mobília de suas unidades de atendimento. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº93/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELE - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.698.920/0001-74, estabelecida na Rua Tubarão, nº250, município de Caçador, SC. Valor: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais). Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 08/10/2015.
Guaramirim-SC, 14 de outubro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE ATA DE RP Nº97/2014 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 97/2014- PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 93/2014
Objeto: Aquisição de móveis para atender as secretarias e demais órgãos do município na adequação e mobília de suas unidades de atendimento. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº93/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: ESCOBRINQ LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.395.310/0001-64, estabelecida na Rua Edmundo Koch, nº1527, em Jaraguá do Sul, SC. Valor: R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais). Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 08/10/2015.
Guaramirim-SC, 14 de outubro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE ATA DE RP Nº98/2014 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 98/2014- PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 93/2014
Objeto: Aquisição de móveis para atender as secretarias e demais órgãos do município na adequação e mobília de suas unidades de atendimento. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº93/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: MMOBILE EIRELLE - EPP, com sede na Rua Eduardo Neidert, nº1803, em Rio Negrinho, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.764.033/0001-85. Valor: R\$ 7.455,00 (sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais). Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 08/10/2015.
Guaramirim - SC, 14 de outubro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE ATA DE RP Nº99/2014 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 99/2014- PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 93/2014
Objeto: Aquisição de móveis para atender as secretarias e demais órgãos do município na adequação e mobília de suas unidades de atendimento.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº93/2014 - PMG
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º2.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: NORMÉLIA LOTTERMANN - EPP, inscrita no CNPJ sob o no 20.132.150/0001-66, estabelecida na Rua Planalto, nº2100, em Três de Maio, RS.
Valor: R\$ 17.950,00 (dezessete mi novecentos e cinquenta reais).
Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 08/10/2015.
Guaramirim - SC, 14 de outubro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE ATA DE RP Nº100/2014 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 100/2014- PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 93/2014
Objeto: Aquisição de móveis para atender as secretarias e demais órgãos do município na adequação e mobília de suas unidades de atendimento.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº93/2014 - PMG
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º2.042, Município de Guaramirim (SC).
Fornecedor: SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o no 04.563.256/0001-68, estabelecida na Rua Coronel Buchelle, nº646, sala 04, em Tijucas, SC.
Valor: R\$ 13.488,00 (treze mil quatrocentos e oitenta e oito reais).
Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 08/10/2015.
Guaramirim - SC, 14 de outubro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº17/2014 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 EXTRATO DE CONTRATO 17/2014

Processo de Licitação: 31/2014 - FMS  
 Modalidade: Pregão Presencial  
 Objeto: Aquisição de mobiliário para as novas unidades desaúde dos bairros rio branco e avai.  
 Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
 Contratada: 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA

- ME, inscrita no CNPJ sob o no 13.128.438/0001-00, estabelecida na Rua Urussanga, nº1410, município de Joinville, SC.  
 Valor: R\$ 7.940,00 (sete mil novecentos e quarenta reais)  
 Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
 LAURO FRÖHLICH  
 PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº18/2014 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 EXTRATO DE CONTRATO 18/2014

Processo de Licitação: 31/2014 - FMS  
 Modalidade: Pregão Presencial  
 Objeto: Aquisição de mobiliário para as novas unidades desaúde dos bairros rio branco e avai.  
 Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
 Contratada: ALA COMÉRCIO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o no 15.825.521/0001-55, estabelecida na Rua Antonio Cabral, nº25, município de Itajaí, SC.  
 Valor: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)  
 Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
 LAURO FRÖHLICH  
 PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº19/2014 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 EXTRATO DE CONTRATO 19/2014

Processo de Licitação: 31/2014 - FMS  
 Modalidade: Pregão Presencial  
 Objeto: Aquisição de mobiliário para as novas unidades desaúde dos bairros rio branco e avai.  
 Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
 Contratada: DISMACENTER INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELE - EPP, inscrita no CNPJ sob o no 07.698.920/0001-74, estabelecida na Rua Tubarão, nº250, município de Caçador, SC.  
 Valor: R\$ 9.526,00 (nove mil quinhentos e vinte seis reais)  
 Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
 LAURO FRÖHLICH  
 PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº20/2014 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 20/2014

Processo de Licitação: 31/2014 - FMS  
Modalidade: Pregão Presencial  
Objeto: Aquisição de mobiliário para as novas unidades desaúde dos bairros rio branco e avai.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: ESCOBRINQ LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o no 08.395.310/0001-64, estabelecida na Rua Edmundo Koch, nº1527, em Jaraguá do Sul, SC.  
Valor: R\$ 6.030,00 (seis mil e trinta reais)  
Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº21/2014 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 21/2014

Processo de Licitação: 31/2014 - FMS  
Modalidade: Pregão Presencial  
Objeto: Aquisição de mobiliário para as novas unidades desaúde dos bairros rio branco e avai.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: ESCOLAR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o no 02.536.963/0001-30, estabelecida na Avenida Major Abelardo José da Cruz, nº3729, em Maringá, PR.  
Valor: R\$ 5.170,00 (cinco mil cento e setenta reais)  
Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº22/2014 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 22/2014

Processo de Licitação: 31/2014 - FMS  
Modalidade: Pregão Presencial  
Objeto: Aquisição de mobiliário para as novas unidades desaúde dos bairros rio branco e avai.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: NORMÉLIA LOTTERMANN - EPP, inscrita no CNPJ sob o no 20.132.150/0001-66, estabelecida na Rua Planalto, nº2100, em Três de Maio, RS.

Valor: R\$ 11.022,00 (onze mil e vinte e dois reais)  
Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº23/2014 - FM**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 23/2014

Processo de Licitação: 31/2014 - FMS  
Modalidade: Pregão Presencial  
Objeto: Aquisição de mobiliário para as novas unidades desaúde dos bairros rio branco e avai.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o no 04.563.256/0001-68, estabelecida na Rua Coronel Buchelle, nº646, sala 04, em Tijucas, SC.  
Valor: R\$ 9.068,00 (nove mil e sessenta e oito reais)  
Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº54/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 54/2014 - PMG

Processo de Licitação: 082/2014 - PMG  
Modalidade: Pregão Presencial  
Objeto: Aquisição de prancha semi-reboques, caçamba basculante e escavadeira hidráulica para secretaria municipal de infra-estrutura através de recursos do programa BADESC cidades juro zero.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: RODOVIÁRIOS METAL TRUCK LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o no 12.596.900/0001-22, estabelecida na Rua Augusto Laffin, município de Massaranduba, SC.  
Valor: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).  
Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº55/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 55/2014 - PMG

Processo de Licitação: 082/2014 - PMG  
Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Aquisição de prancha semi-reboques, caçamba basculante e escavadeira hidráulica para secretaria municipal de infra-estrutura através de recursos do programa BADESC cidades juro zero.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: MANTOMAC COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.879.318/0001-44, estabelecida na Rua Alwin Rutzen, nº101, município de Blumenau, SC.  
Valor: R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais)  
Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº56/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 56/2014 - PMG

Processo de Licitação: 082/2014 - PMG  
Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Aquisição de prancha semi-reboques, caçamba basculante e escavadeira hidráulica para secretaria municipal de infra-estrutura através de recursos do programa BADESC cidades juro zero.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: VLC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.882.870/0001-34, estabelecida na Rua Marechal Deodoro, nº186, município de Lages, SC.  
Valor: R\$ 110.400,00 (cento e dez mil e quatrocentos reais)  
Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO Nº57/2014 - PMG**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO 56/2014 - PMG

Processo de Licitação: 095/2014 - PMG  
Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica e operacional em reorganização de procedimento administrativos, cadastrais e legais, ligadas à área de atendimento ao público do município de guaramirim, para promover uma reformulação completa no fluxograma de serviços ofertados ao cidadão, mais precisamente naqueles prestados na

área administrativa, inclusive com ajustes nas rotinas de trabalho do sistema de gestão municipal.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.398.197/0001-24, estabelecida na Rua Beija Flor, nº1002, município de Bombinhas, SC.

Valor: de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), correspondente ao objeto total descrito e caracterizado na cláusula primeira do presente instrumento, sendo o valor das 12 (doze) parcelas de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 09/10/2014 Vigência: 09/10/2014 até 31/12/2014.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº. 380/2014**

DECRETO Nº. 380/2014.

Altera Horário de Expediente das Repartições Públicas Municipais.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O horário de expediente das Repartições Públicas Municipais, Autarquias e Fundações mantidas pelo Poder Público Municipal, a partir de 20 de outubro de 2014, de segunda a sexta, passará a ser das 08h00min às 14h00min.

Parágrafo único. Na Secretaria de Infraestrutura o horário será ininterruptamente das 07h00min às 13h00min.

Art. 2º. Ficam ressalvadas as necessidades urgentes e inadiáveis de cada Secretaria Municipal, bem como a manutenção dos serviços essenciais à população.

Art. 3º. Para efeitos de cálculo de horas extras, somente serão computadas a partir da 8ª (oitava) hora de trabalho do dia e, após devidamente observado o intervalo de 1 (uma) hora de almoço.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto nº. 379/2014.

Guaramirim/SC, 14 de outubro de 2014.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças



**RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA DO RP Nº101/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM  
EDITAL PREGÃO Nº 101/2014  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
TIPO: MENOR PREÇO

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO EDITAL N. 101/2014 - PMG

A Prefeitura Municipal de Guaramirim, através de seu Prefeito Municipal Lauro Frohlich, torna público para o conhecimento dos interessados no pregão presencial registro de preços nº 101/2014, que está promovendo alterações no edital, em virtude das alterações ocorridas em diversos itens da proposta. O edital com as alterações já se encontra disponível no site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br), ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, fone (47) 3373-0247.

Sendo assim, tendo em vista as alterações modificarem as formulações das propostas, esta administração pública comunica que altera a data para entrega e abertura dos envelopes, conforme segue: DATA, HORA e LOCAL: até às 09h 00 min do dia 30 de outubro de 2014, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

GUARAMIRIM (SC), 14/10/2014  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**Guarujá do Sul****PREFEITURA****Decretos Administrativos Nºs  
0158\_159\_160\_161\_172\_173\_2014**

Decreto Administrativo nº0158/2014.

Nomeia membros representantes do Órgão Superior, que constitui a estrutura organizacional do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN do Município de Guarujá do Sul, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no Inciso VII do Artigo 63, Seção II, Capítulo II da Lei Orgânica do município promulgada em 05 de abril de 1990 e a alínea a) do artigo 3º, Seção III, Capítulo I da Lei Municipal nº 1.507/2001 de 16 de julho de 2001:

**DECRETA:**

Art. 1º - Nomear os membros representantes para formação do Órgão Superior que constitui a estrutura organizacional do Órgão Executivo de Trânsito deste município, simplesmente denominado de DEMUTRAN, conforme abaixo relacionamos:

**Órgão Superior:**

I - representante da Secretaria Municipal da Administração  
Claudio Inacio Weschenfelder

II - representante da Câmara Municipal de Vereadores:  
Lauro Silvestre Massmann

III - representante da Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN  
João Alceu Schmidt

IV - representante do Batalhão de Polícia Militar de Guarujá do Sul  
Leonel de Mattos

V - representante do Setor Rodoviário de Guarujá do Sul  
Vanderlei Domingos Bianchini

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 03 de outubro de 2014 - 63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretária de Administração e Fazenda

**DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 0159/2014**

Nomeia membros para composição do Órgão Executor, que constitui a estrutura organizacional do Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN do município de Guarujá do Sul, e dá outras providências.

José Carlos Foiatto, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas



no Inciso VII do Artigo 63, Seção II, Capítulo II da Lei Orgânica do município promulgada em 05 de abril de 1990 e a alínea b) do artigo 3º, Seção III, Capítulo I da Lei Municipal nº 1.507/2001 de 16 de julho de 2001:

**DECRETA:**

Art. 1º - Nomear os membros para formação do Órgão Executor-que constitui a estrutura organizacional do Órgão Executivo de Trânsito deste município, simplesmente denominado de DEMU-TRAN, conforme abaixo relacionamos:

**Órgão Executor**

I - diretor administrativo  
Lauro Silvestre Massmann

II - diretor técnico  
Mariel Perin

III - secretário  
Sabrina Dillmann Rodrigues

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 03 de outubro de 2014 - 63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto administrativo nº 0160/2014

Nomeia Membros titulares e suplentes indicados pelos órgãos que compõem a Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI- e dá outras providências.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no Inciso VII do Artigo 63, Seção II, Capítulo II da Lei Orgânica do município promulgada em 05 de abril de 1990 e em especial o Artigo 10, Seção III, Capítulo II da Lei Municipal nº 1.507/2001 de 16 de julho de 2001:

**D e c r e t a :**

Art. 1º - Nomear os membros titulares e suplentes indicados pelos órgão que compõem a Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI , conforme abaixo nominamos:

I - representantes do Poder Executivo  
Lauro Silvestre Massmann- titular  
Sabrina Dillmann Rodrigues - suplente

II - representantes da Polícia Militar  
Leonel de Mattos - Titular  
Valmir Priamo - Suplente

III - representantes da Polícia civil  
João Alceu Schmidt - titular  
Lucimar Lauxen- suplente

IV - representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes

coletivos cargas  
doExtremo-Oeste de Santa Catarina  
Neri Luiz Welter- titular  
Aleonir José Paludo - suplente

V -representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB  
Gabriel Geahl de Campos-.titular  
Leidi Daiane Amann- suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em  
03 de outubro de 2014 - 63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner  
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Administrativo nº 0161/2014.

Nomeia Comissão Organizadora para a realização do Evento "EXPO GUARUJÁ 2015".

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Inciso VII do Artigo 63, Seção II, Capítulo II da Lei Orgânica do município promulgada em 05 de abril de 1990

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados(as): Rosa Isabel Montagner, Adelise de Oliveira, Ademir Mantovani, Claudete Terezinha Rockenbach, Carla Cristina Solda, Antônio Sebastião Bortolini, Henrieli Rafael Schu, Cláudio Junior Weschenfelder, Cláudio Inácio Weschenfelder, Giseli Vendrusculo, Daniel Jacomet, e para juntos, exercerem as funções de membros da Comissão incumbidas a Organizar a "EXPO GUARUJÁ 2015" a ser realizada no Exercício de 2015.

Parágrafo único. As atribuições de Presidente ficam delegadas a cargo do primeiro membro nomeado.

Art. 2º. A Comissão incumbida de Organizar os Festejos e Programação poderá requer recursos humanos e financeiros, materiais e equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão oneradas do itens cabíveis dos orçamentos municipal vigentes.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 01 de outubro de 2014.  
63º ano de Fundação e 52º ano de Instalação.

Cumpra-se. Publique-se. Registre-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 0173/2014

Nomeia membros para composição do DO CONSELHO MUNICIPAL

DO IDOSO - CMI -, e dá outras providências.

José Carlos Foiatto, , Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no Inciso VII do Artigo 63, Seção II, Capítulo II da Lei Orgânica do município promulgada em 05 de abril de 1990 e em especial o Art. 10, Seção I, Capítulo II, da Lei Municipal 2.335/2014 de 27 de fevereiro de 2014:

DE C R E T A :

Art. 1º - Nomear os membros para formação Conselho Municipal do Idoso de Guarujá do Sul (CMI), órgão colegiado permanente do sistema descentralizado e participativo da Política Municipal do Idoso de Guarujá do Sul, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado ao órgão responsável pela execução da Política Municipal de Assistência Social do município, composto por 10 membros efetivos constituído de forma paritária entre Poder Público Municipal e Sociedade Civil, com mandato de quatro anos, facultada a recondução por uma vez por igual período, abaixo relacionados;

I - Membros do Poder Público:

02 (um) representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social;

Cândida Tanara Sprandel - efetiva

Adelise de Oliveira- suplente

Juliana de Lara Ribeiro - efetivo

MaurianeFrançozi - suplente

1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação; Cultura e Esportes;

-Soeli Terezinha de Barros - efetiva

- Claudete Teresinha Rockenbach - suplente

1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

- Raquel Sguario - efetiva

- Vera Lurdes Segat - suplente

1 (um) representante da Secretaria Municipal da Administração;

- Rosa Isabel Montagner - titular

- Claudio InacioWeschenfelder - suplente

II - 05 (cinco) representantes de entidades não governamentais e/ou usuários.

2(dois) representantes dos Grupos de Idosos:

- NilmaDalpias- titular

- OdacirPerin- suplente

- HildegarLazarotto - titular

- OniraFanton - suplente

1(um) representante das Igrejas:

- Vitalina Stein - titular

- Cleusa Odete Stürmer Valcarengi - suplente

1 (um) representante da Associação Beneficente Hospitalar Guarujá:

- Neusa Vitancourt- titular

- LucimarBizzotto - suplente

1 (um) representante da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais:

- Caroline Caramori - titular

- Karine Lunkes - suplente

Art. 2º. As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, nem geram qualquer vínculo empregatício com a municipalidade, por ser considerado como de relevante serviço público.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em

14 de outubro de 2014 - 63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Administrativo nº172/2014.

Adota Turno Único na Jornada de Trabalho, e contém outras providências.

José Carlos Foiatto,Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, de acordo com o Inciso VII, Art. 63, Seção II da Lei Orgânica do Município promulgada em 05 de abril de 1990, e Art. 222 da Lei Municipal n.º 1.048/91 de 11 de dezembro de 1991 (Estatuto Unificado dos Servidores Públicos Civis do Município):

D E C R E T A:

Art. 1ºAdota Turno Único, de 06h diárias ininterruptas, sendo das 07h00às 13h00, de segundas as sextas-feiras, a partir da data de 20 de outubro de 2014, para os Servidores com jornada de Trabalho de 8 horas diárias, pertencentes ao:

-Gabinete do Prefeito Municipal;

-Secretaria Municipal de Administração e Fazenda,

-Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; e

-Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 2ºO presente Decreto não se estende às atividades desenvolvidas pelas:

- Secretaria Municipal de Saúde;

-Secretaria Municipal de Assistência Social;e ,

-Conselho Tutelar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 20 de outubro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 14 de outubro de 2014 - 63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária de Administração e Fazenda

**Portaria Nº 0211\_2014**

PORTARIA Nº 0211/2014

PRORROGA PORTARIA N 0188/2014 DE 16/09 QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. José Carlos Foiatto, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial o Paragrafo único do Art.180, e o Art. 185 da Lei Municipal 1.048/91 de 11/12/1991(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) :

**R E S O L V E:**

Art.1º. Prorroga por mais 15(quinze) dias,o prazo para conclusão do Processo Disciplinar instaurado através da Portaria Executiva nº 0188/2014 datado em 16/09/2014, findando o mesmo na data de 30 de outubro do presente exercício.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 14 de outubro de2014.

63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal.

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****Portaria Nº 1138/2014**

PORTARIA Nº 1138/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR, a Senhora ELIANE APARECIDA LIRA (Matr. 4029), a contar de 14 de outubro de 2014, aprovada e classificada em 113º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Outubro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

### Lei Nº. 1.815, de 15 de Outubro de 2014.

LEI Nº. 1.815, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$29.450,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO - 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE - 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. - 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00.00.00	135	1.000	Subvenções Sociais	29.450,00
Total Suplementação				R\$ 29.450,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º desta Lei serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO - 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE - 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. - 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
4.6.90.71.00.00.00.00	152	1.000	Principal da Dívida Contratual Resgatado	29.450,00
Total Suplementação				R\$ 29.450,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 15 de outubro de 2014  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

### Decreto Nº. 094, de 15 de Outubro de 2014.

DECRETO Nº. 094, DE 15 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, em especial a autorização contida na Lei 1.815, de 15 de outubro de 2014, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, DECRETO:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, exercício 2014, na importância de R\$29.450,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), com a seguinte classificação:

ÓRGÃO - 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE - 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. - 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00.00.00	135	1.000	Subvenções Sociais	29.450,00
Total Suplementação				R\$ 29.450,00

Art. 2º Para atendimento da abertura de crédito disposta no art. 1º deste Decreto serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO - 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE - 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. - 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação-Elemento	Cód.resu-mido	Recurso	Descrição	Valor
4.6.90.71.00.00.00.00	152	1.000	Principal da Dívida Contratual Resgatado	29.450,00
Total Suplementação				R\$ 29.450,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2014.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 15 de outubro de 2014.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### Portaria PMI/DGP Nº 465/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 465, de 14 de outubro de 2014.  
Dispõe sobre a admissão de Professores, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, os abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 08/2013, para exercerem os cargos/funções, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Camila Luciana dos Santos	Professora I - 20h	074.047.979-26	24/09/2014
Jadna Pereira Moraes Gonçalves	Professora I - 20h	036.819.699-22	24/09/2014
Viviane Cyrillo Custódio	Professora II - 20h	052.400.929-58	26/09/2014
Lorena Moraes Miguel	Professora I - 20h	088.248.829-51	01/10/2014
Olívia Monteiro Vitório	Professora II - 20h	066.470.019-56	01/10/2014
Paula Pereira Totti	Professora I - 20h	076.007.229-92	02/10/2014
Pedra da Rosa	Professora I - 20h	041.719.739-02	02/10/2014
Márcia Lúcia Maciel	Professora I - 30h	060.090.879-88	07/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 14 de outubro de 2014.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Gestão de Pessoas

(Interino)

### Extrato: PMI Seduc 2014/232 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/232 A00

Contratada: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ROÇA GRANDE

C.N.P.J:10.981.399/0001-92

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PADRE ITAMAR LUIZ DA COSTA.

Valor: R\$ 504.100,00

Fundamento: Processo nº. 118/2014 Tomada de Preço 03/2014

Imbituba, 09 de outubro de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Empreiteira de Mão de Obra Roça Grande

Representante Legal

Contratada



**Indaial****PREFEITURA****Lei Nº 5056**

. LEI Nº 5056

. de 06 de outubro de 2014

Denomina "CRAS Zilda Arns" o Centro de Referência de Assistência Social, no bairro Tapajós.

(Autoria: vereador Hamilton Cunha).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Denomina "CRAS Zilda Arns", o Centro de Referência de Assistência Social, localizado na rua Leoberto Leal, nº 191, no bairro Tapajós, neste município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 06 de outubro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 06 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**Lei Nº 5057**

LEI Nº 5057

de 06 de outubro de 2014

Declara de Utilidade Pública Municipal/ Clube de Modelismo Senta a Pua. (Autoria: vereador Anderson Luz dos Santos).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, com base na Lei Municipal 3.855/09, alterada pela Lei Municipal 4.003/09, o CLUBE DE MODELISMO SENTA A PUA, inscrito no CNPJ sob o nº 19.078.225/0001-99, com sede na Rua Belo Horizonte, nº 36, bairro Tapajós, município de Indaial.

Art. 2º - Ao Clube de Modelismo Senta a Pua, fica assegurado todas as vantagens, prerrogativas e isenções constantes da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 06 de outubro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 06 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5058**

. LEI Nº 5058

. de 06 de outubro de 2014

Dispõe sobre as Medidas e Dimensões da Rua Raul Knopp

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam oficializadas as medidas e dimensões da Rua Raul Knopp, bairro Warnow, denominada pela Lei 1291/83, com início na Rua Arnold Ebert e término em terras de Werner Alexandre Tkotz, conforme segue:

- Extensão : 140,00 metros
- Gabarito Total : 12,00metros
- Gabarito Pista : 8,00metros
- Passeio : 2,00 metros de cada lado

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 06 de outubro de 2014.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 06 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 5059**

. LEI Nº 5059

. de 06 de outubro de 2014

Regulamenta remuneração Agente de Controle de Endemias

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A remuneração dos Agentes de Controle de Endemias passa a ser regulamentada pela presente Lei e compreende a gratificação de produtividade, ao servidor que atingir a meta, fixada em até R\$ 300,00 (trezentos reais), conforme tabela abaixo:

Percentual/Meta	Valor
90%	R\$ 100,00
100%	R\$ 200,00
Acima/maior que 110%	R\$ 300,00

Art. 2º - O direito ao recebimento da gratificação de que trata o artigo 1º desta Lei dependerá do cumprimento das seguintes condições:

I.Planejar, organizar e participar das atividades educativas no mês (como reuniões de conselho local de saúde, reuniões educativas, grupos, oficinas, entre outros)

II.Assiduidade/Frequência:

Cumprimento, sem faltas ou atrasos, de 08 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as ausências legais, mediante atestado médico pessoal aceito juntamente com a respectiva receita médica;

III.Produtividade:

Manutenção do cadastro atualizado de todas as famílias acompanhadas no mês;



IV.Visita do Agente do Controle de Endemias :  
Execução de armadilhas e pontos estratégicos, execução de visitas nas armadilhas e pontos estratégicos, no mínimo de 90% (noventa por cento) da quantidade existente do seu território.

Parágrafo Único - O pagamento de produtividade levará em conta a produtividade e assiduidade/frequência apuradas no mês anterior ao de referência.

Art. 3º - Cada equipe de agentes de controle de endemias terá um supervisor a quem caberá a verificação do cumprimento das condições estabelecidas no artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 06 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 06 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### Lei Nº 5060

. LEI Nº 5060

. de 09 de outubro de 2014

Autoriza cessão de material e serviços de máquinas e equipamentos a empresa Destak Construtora e Incorporadora Ltda EPP

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.  
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município autorizado ceder material e efetuar serviços de máquinas junto ao imóvel de propriedade da empresa DESTAK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o Nº 10.620.283/0001-28.

Parágrafo Único - Os serviços previstos serão executados junto ao imóvel localizado a Rodovia BR 470, Km 69, bairro Carijós. - Indaial/SC.

Art. 2º - Os serviços e materiais de que trata o caput deste artigo serão executados de acordo com cronograma e disponibilidade de equipamentos da Secretaria de Obras, abrangendo:

- até 15 (quinze) cargas de macadame
- serviços de até 10 (dez) horas de máquina retroescavadeira e carregadeira.

Art.3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art.4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 09 de outubro de 2014.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 09 de outubro de 2014)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## Ipumirim

### PREFEITURA

#### Processo de Licitação Nº 67/2014,Pregão Presencial Nº 37/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 14:00:00 horas do dia 29/10/2014, e abertura prevista para às 14:00:00 do dia 29/10/2014. Objeto da licitação: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinados ao Departamento de Obras e demais Órgãos da Administração Pública. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 14/10/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2014,PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 29/10/2014, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 29/10/2014. Objeto da licitação: contratação de empresa para prestação de serviço e aquisição de material para montagem de estruturas e decorações, destinadas a abertura das Festividades Natalina, conforme especificações e modelo anexo ao edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 14/10/2014

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### Portaria N.º 478/2014

PORTARIA N.º 478/2014.

"DISPENSA A PEDIDO SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

Art 1º - Dispensar a pedido a servidora ROSILDA DA APARECIDA CAMARGO DOS SANTOS, das atividades de Auxiliar de Serviços Gerais (44h/sem), para as quais foi contratada em data de 18/08/2014, através da Portaria n.º 396/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 012/2014

Edital de Convocação N.º 012/2014

Concurso Público Municipal n.º. 001/2014

No uso de suas atribuições o senhor JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis - SC, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionados, APROVADOS (as) no Concurso Público Municipal n.º 001/2014 a comparecer no Departamento de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Paraná, n.º 200, Centro, Irineópolis- SC, no horário das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 15h00min, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos do Item 21 do edital 001/2014, para investidura em cargo público.

Nome	Cargo
Daiane Pavarin	Agente Comunitário de Saúde- São Pascoal

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 21.1.7, do Edital 001/2014, os (as) candidatos (as) deverão iniciar o seu processo somente após a entrega, junto ao Departamento de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues no Departamento de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo estipulado no item 21.4, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

Irineópolis- SC, 13 de outubro de 2014

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### Decreto N.º 2.685/2014

Decreto nº 2.685/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, autorizado pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme artigo 13. DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação seguinte:

02 - PODER EXECUTIVO		
10 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL		
3.3.90.00.00.00.00.01.100	Aplicações Diretas (125)	R\$ 2.000,00

T O T A L R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao Crédito citado acima serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

02 - PODER EXECUTIVO		
10 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL		
3.1.90.00.00.00.00.01.100	Aplicações Diretas (124)	R\$ 2.000,00

T O T A L R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 09 de outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 2686/2014

Decreto nº 2686/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.758 de 05 de dezembro de 2013, conforme art.10. DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 12.504,71 (Doze mil quinhentos e quatro reais e setenta e um centavos), conforme discriminação seguinte:

4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IRINEÓPOLIS		
05 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.042 - Manutenção do Programa de Atenção Integral a Família - Paif		
3.3.90.00.00.00.00.00.0224 (31)	Aplicações Diretas	R\$ 12.504,71
T O T A L R\$ 12.504,71		

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 224 - Recursos Transferências do Estado - Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis,  
em 14 de outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 183, de 08 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº 183, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade Concorrência para Concessão de Uso nº 141/2014, de 09/09/2014 do Município de Itapiranga SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

#### **D e c r e t a:**

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores EGON HAAS, THIAGO RHODEN, ADRIANO KARAL e ARTEMIO ANTONIO SCALON para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade Concorrência para Concessão de Uso nº 141/2014, de 09/09/2014, do Município de Itapiranga, às 09h00min do dia 10/10/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 182, de 08 de outubro de 2014, publicado no DOM/SC, Edição nº 1590, de 10 de outubro de 2014, página 495.

Itapiranga - SC, 08 de outubro de 2014.

Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler  
Secretario Municipal de Administração.

#### **DECRETO Nº 184, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 184, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.887, de 17 de dezembro de 2013:

#### **Decreta:**

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, exercício de 2014, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 104 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), 120 - Recursos dos Impostos para Educação R\$ 10.000,00 ( dez mil reais):

04.01 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
04.123.0018.2013 - Manutenção da Secretaria da Fazenda  
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diversas  
R\$ 15.000,00

06.01 - Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029 - Manut. da Sec. e das Ativ. da Educação de Ensino Fundamental  
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diversas  
R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 10 de outubro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
Secretário Municipal de Administração.

### **Decreto N. 185, de 13 de Outubro de 2014**

DECRETO N. 185, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Anula o Processo Licitatório n. 25/2014 do Fundo Municipal de Saúde, na modalidade de Pregão Eletrônico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o artigo 49 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Súmula 473 do STF;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório n. 25/2014 do Fundo Municipal de Saúde, na modalidade de Pregão Eletrônico, por razão de interesse da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 13 de outubro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler  
Secretario Municipal de Administração.

### **Decreto N. 186, de 13 de Outubro de 2014.**

DECRETO N. 186, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Anula o Processo Licitatório n. 27/2014 do Fundo Municipal de Saúde, na modalidade de Pregão Eletrônico e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V, do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o artigo 49 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e Súmula 473 do STF;

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulado o Processo Licitatório n. 27/2014 do Fundo Municipal de Saúde, na modalidade de Pregão Eletrônico, por razão de interesse da Administração Pública Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 13 de outubro de 2014.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler  
Secretario Municipal de Administração.

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.931, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014**

LEI MUNICIPAL Nº 2.931, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2014:

03.01 - Secret. Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos  
04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração  
33.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 7.560,00

03.02 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Saneamento  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 85.000,00

03.03 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo  
15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 22.248,30

04.01 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
04.123.0018.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda  
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 60.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental  
31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 21.363,80  
Total: 196.172,10

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

03.01 - Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos



04.122.0163.1036 - Humanização de Centros Comunitários  
 33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.000,00

03.02- Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos - Saneamento  
 17.512.0079.1007 - Aquisição de Veículos, Equip. e Mat. Perm. - Setor Saneamento  
 44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

17.512.0079.2010 - Manutenção das Atividades do Setor Saneamento  
 33.50.00.00.00.00.0104 - Transf. Instituições Priv. Sem fins Lucrativos ..R\$ 3.246,90

03.03- Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos - Urbanismo  
 15.451.0076.1005 - Aquisição de Veículos e Equipamento e Material Permanente  
 44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.501,40  
 44.90.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 7.560,00

04.122.0076.1015 - Construção do Anel Viário  
 44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 250,00

04.01- Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
 28.843.0128.8001 - Amort. da Dívida Contratada, Juros e Encargos da Dív. Pública  
 32.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 12.000,00  
 46.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 80.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Ensino Fundamental  
 12.361.0066.2003 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Ensino Fundamental  
 33.90.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 658,32

06.02 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Educação Infantil  
 12.365.0070.2030 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Educação Infantil  
 33.90.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.705,48

06.03 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Outras Fontes  
 13.392.0073.1014 - Construção do Centro da Cultura  
 44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 250,00

12.364.0142.2048 - Manutenção do Ensino Superior  
 33.50.00.00.00.00.0104 - Transf. Instituições Priv. Sem fins Lucrativos..R\$ 5.000,00

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes  
 26.782.0151.1028 - Construção de Abrigos da Passageiros  
 44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 Total: 196.172,10

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 14 de outubro de 2014.  
 Milton Simon  
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
 Secretário Municipal de Administração.

## LEI MUNICIPAL Nº 2.932, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

LEI MUNICIPAL Nº 2.932, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.  
 Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2014:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2014:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde  
 10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde  
 31.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 29.000,00  
 31.90.00.00.00.00.0119 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00  
 31.90.00.00.00.00.0167 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 33.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 107.497,72  
 Total: 196.497,72

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde  
 10.301.0133.1018 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente  
 44.90.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 29.000,00  
 44.90.00.00.00.00.0167 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde  
 33.50.00.00.00.00.0104 - Trans. Instit. Priv. s/Fins Lucr .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 33.90.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 33.90.00.00.00.00.0119 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00  
 33.90.00.00.00.00.0126 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 33.90.00.00.00.00.0129 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 8.000,00  
 33.90.00.00.00.00.0166 - Aplicações Diretas .....

..... R\$ 20.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0603 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 59.497,72  
 Total: 196.497,72

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 14 de outubro de 2014  
 Milton Simon  
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
 Secretário Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 187, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 187, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Designa Comissão Especial para análise da documentação e julgamento das propostas referente o Processo de Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 145/2014, de 24/09/2014 do Município de Itapiranga SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

#### Decreta:

Art. 1º Ficam com o presente Decreto designados os senhores THIAGO RHODEN, ADRIANO KARAL e OSMAR PAULO MUELLER para, sob a presidência do primeiro designado, compor a Comissão Especial de Análise e Julgamento na realização da abertura e apreciação do conteúdo dos envelopes "documentação"; bem como efetuar a abertura, apreciação e julgamento do conteúdo dos envelopes "proposta" referente Processo de Licitação na modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 145/2014, de 24/09/2014, do Município de Itapiranga, às 14h00min do dia 14/10/2014, conforme Edital.

Parágrafo único. As designações constantes no "caput" do presente artigo não contam ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço relevante prestado ao Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 14 de outubro de 2014.  
 Milton Simon  
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sergio Luis Kessler  
 Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO NO 188, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO No 188, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.931, de 14 de outubro de 2014;

#### Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2014:

03.01 - Secret. Munic. Administração, Obras e Serv. Urbanos  
 04.122.0010.2004 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Administração  
 33.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 7.560,00

03.02 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Saneamento  
 31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 85.000,00

03.03 - Secretaria Municipal, Adm. Obras, Serv. Urb. - Urbanismo  
 15.452.0076.2009 - Manutenção das Atividades do Setor de Urbanismo  
 31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 22.248,30

04.01 - Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
 04.123.0018.2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda  
 33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 60.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Ensino Fundamental  
 12.361.0066.2029 - Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação Ensino Fundamental  
 31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 21.363,80  
 Total: 196.172,10

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

03.01 - Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos  
 04.122.0163.1036 - Humanização de Centros Comunitários  
 33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.000,00

03.02- Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos - Saneamento  
 17.512.0079.1007 - Aquisição de Veículos, Equip. e Mat. Perm. - Setor Saneamento  
 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00

17.512.0079.2010 - Manutenção das Atividades do Setor Saneamento  
 33.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. Instituições Priv. Sem fins Lucrativos ..R\$ 3.246,90

03.03- Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serv. Urbanos - Urbanismo



15.451.0076.1005 - Aquisição de Veículos e Equipamento e Material Permanente  
 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.501,40  
 44.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 7.560,00

04.122.0076.1015 - Construção do Anel Viário  
 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 250,00

04.01- Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
 28.843.0128.8001 - Amort. da Dívida Contratada, Juros e Encargos da Dív. Pública  
 32.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 12.000,00  
 46.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 80.000,00

06.01 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Ensino Fundamental  
 12.361.0066.2003 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Ensino Fundamental  
 33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 658,32

06.02 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Educação Infantil  
 12.365.0070.2030 - Uniforme Escolar e Agasalhos - Educação Infantil  
 33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.705,48

06.03 - Secretaria Munic. Educ. Cult. e Desporto - Outras Fontes  
 13.392.0073.1014 - Construção do Centro da Cultura  
 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 250,00

12.364.0142.2048 - Manutenção do Ensino Superior  
 33.50.00.00.00.00.00.0104 - Transf. Instituições Priv. Sem fins Lucrativos..R\$ 5.000,00

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes  
 26.782.0151.1028 - Construção de Abrigos da Passageiros  
 44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 Total: 196.172,10

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 14 de outubro de 2014.  
 Milton Simon  
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
 Secretário Municipal de Administração.

## DECRETO Nº 189, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

DECRETO Nº 189, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Abre crédito adicional no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.932, de 14 de outubro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2014:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito adicional no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2014:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde  
 10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde  
 31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 29.000,00  
 31.90.00.00.00.00.00.0119 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00  
 31.90.00.00.00.00.00.0167 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 107.497,72

Total: 196.497,72

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde  
 10.301.0133.1018 - Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente  
 44.90.00.00.00.00.00.0113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 29.000,00  
 44.90.00.00.00.00.00.0167 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00

10.301.0133.2026 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde  
 33.50.00.00.00.00.00.0104 - Trans. Instit. Priv. s/Fins Lucr .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 5.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0119 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 50.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0126 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0129 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 8.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0166 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 33.90.00.00.00.00.00.0603 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 59.497,72  
 Total: 196.497,72

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 14 de outubro de 2014  
 Milton Simon  
 Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Sérgio Luís Kessler  
 Secretário Municipal de Administração.

# Itapoá

## PREFEITURA

### Secretaria de Saúde: Termo de Convocação Nº 001/2014 Edital de Credenciamento - Edital Nº 039/2014 Fisioterapeuta

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2014  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO - EDITAL Nº 039/2014  
FISIOTERAPEUTA

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata MONICA FAHL RODRIGUES para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet site do TRE);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Duas foto recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Registro no CREFITO/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet);
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Itapoá-SC, 14 de outubro de 2014.  
Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde

### DESPACHO DE JULGAMENTO E REMESSA DE PROCESSO-PREGÃO Nº66/2014

#### DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: PREGÃO Nº 66/2014 - PROCESSO Nº 119/2014- OBJETO - Aquisição de restaurador de pavimentos (tapa-buraco), para manutenção das vias pavimentadas do nosso município, conforme especificações do anexo V do edital.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR,  
Prefeito Municipal

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere a impugnação apresentada pela Empresa: PAVIXISTO IND. E COM. DE REPARO PARA PAVIMENTO ASFÁLTICO LTDA, com sede a Rua Ulisses Faria, nº1820, Bairro: Industrial na cidade de São Mateus do Sul Estado do Paraná, conforme folhas nº 123 á 126.

Outrossim, a decisão do pedido encontra-se detalhada na análise e resposta no Parecer Jurídico nº 159/2014 sob folhas nº 140 à 143, bem assim que considerado improcedente as razões apresentadas pela Empresa: PAVIXISTO IND. E COM. DE REPARO PARA PAVIMENTO ASFÁLTICO LTDA, portanto nesta concepção fica improvido a impugnação impetrada.

Itapoá, 14 de outubro de 2014.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
PREGOEIRA OFICIAL

#### DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: PREGÃO Nº 66/2014 - PROCESSO Nº 119/2014- OBJETO - Aquisição de restaurador de pavimentos (tapa-buraco), para manutenção das vias pavimentadas do nosso município, conforme especificações do anexo V do edital.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas no Parecer Jurídico nº 159/2014 sob folhas nº 140 a 143, como se minhas fossem e as considerando integradas a este, julgo IMPROVIDO a impugnação apresentada pela empresa: PAVIXISTO IND. E COM. DE REPARO PARA PAVIMENTO ASFÁLTICO LTDA, com sede a Rua Ulisses Faria, nº1820, Bairro: Industrial na cidade de São Mateus do Sul Estado do Paraná, conforme folhas nº 123 á 126, para que sejam tomadas as medidas cabíveis para o andamento do interesse público.

Itapoá, 14 de outubro de 2014.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

# Ituporanga

## PREFEITURA

### Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº. 8566 000905/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO  
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8566 000905/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AGY9434 8566023503 74550 20/09/2014  
 AHH3744 8566023130 74630 24/08/2014  
 AJR5751 8566023429 60503 18/09/2014  
 AMV3129 8566023331 60503 11/09/2014  
 AMV3129 8566023461 74550 20/09/2014  
 BOA1479 8566023514 74550 14/09/2014  
 BPL7289 8566023324 74550 09/09/2014  
 CMO4198 8566023343 60503 08/09/2014  
 ILG5710 8566023319 74630 08/09/2014  
 ILG5710 8566023323 74550 08/09/2014  
 LWX2685 8566023437 74550 14/09/2014  
 LWY9239 8566023477 60503 18/09/2014  
 LXC7132 8566023067 74550 23/08/2014  
 LXC7132 8566023094 57200 19/08/2014  
 LXC7132 8566023101 57200 22/08/2014  
 LXE6906 8566023320 74630 08/09/2014  
 LXL8937 8566023355 74550 13/09/2014  
 LYI6531 8566023082 74550 23/08/2014  
 LZF9307 8566023315 60503 13/09/2014  
 MAA7955 8566023057 74550 21/08/2014  
 MAS8324 8566023400 74550 08/09/2014  
 MAZ8659 8566023363 74550 13/09/2014  
 MBM3392 8566022893 60503 10/08/2014  
 MBS7709 8566023336 74550 12/09/2014  
 MCH8601 8566023447 74550 17/09/2014  
 MCR2315 8566023328 74550 11/09/2014  
 MCR2315 8566023451 74550 18/09/2014  
 MDB1566 8566023395 74550 07/09/2014  
 MEF6303 8566023408 74550 13/09/2014  
 MEL7101 8566023359 74550 13/09/2014  
 MFK6528 8566023277 74550 03/09/2014  
 MFP6930 8566023469 60503 18/09/2014  
 MGC0290 8566023055 74550 18/08/2014  
 MGL4512 8566023001 74550 19/08/2014

MGZ7292 8566023362 74550 13/09/2014  
 MHB2755 8566023293 74550 01/09/2014  
 MHE7416 8566023389 57200 08/09/2014  
 MHG0895 8566023471 60503 19/09/2014  
 MHS8558 8566023305 74550 09/09/2014  
 MHW7266 8566023401 74550 08/09/2014  
 MJX9341 8566023079 74550 23/08/2014  
 MLE2723 8566022597 74550 20/07/2014  
 MLW4108 8566023318 74550 08/09/2014  
 MMM5493 8566023264 74550 05/09/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 \* I

6050 3 208

7455 0 218 \* I

7463 0 218 \* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.

SERGIO FERNANDES

DIRETOR DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000906/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE  
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8566 000906/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

ABN6767 8566021454 60503 23/05/2014 191.53  
 AFS4743 8566022108 74630 28/06/2014 127.69  
 ALA7351 8566022594 74550 24/07/2014 85.12  
 ANU2669 8566022095 60503 24/06/2014 191.53  
 AQO7624 8566022394 74550 16/07/2014 85.12  
 ASL0496 8566022472 74550 18/07/2014 85.12  
 EEG9723 8566022550 74550 26/07/2014 85.12  
 EEY1018 8566021920 60503 19/06/2014 191.53  
 JVR4174 8566021968 74550 16/06/2014 85.12

KNX7313 8566022272 60503 10/07/2014 191.53  
 KNX7313 8566022401 74550 17/07/2014 85.12  
 KUI8411 8566022200 60503 04/07/2014 191.53  
 LWS5853 8566021508 57200 21/05/2014 127.69  
 LWS5853 8566021509 57200 22/05/2014 127.69  
 LWS5853 8566021510 57200 22/05/2014 127.69  
 LXP1399 8566021345 74550 14/05/2014 85.12  
 LXS4964 8566021369 74550 11/05/2014 85.12  
 LXT6499 8566021858 74550 09/06/2014 85.12  
 LXW0114 8566021462 74550 18/05/2014 85.12  
 LYI1772 8566021680 60503 01/06/2014 191.53  
 LYN8085 8566021348 60503 17/05/2014 191.53  
 LYY6082 8566021514 74550 20/05/2014 85.12  
 LYY8637 8566022591 74550 22/07/2014 85.12  
 LZF4160 8566022453 57200 13/07/2014 127.69  
 LZN4187 8566021512 57200 24/05/2014 127.69  
 LZS2994 8566021210 74550 10/05/2014 85.12  
 MAG4958 8566021986 74550 21/06/2014 85.12  
 MAS2318 8566022197 60503 30/06/2014 191.53  
 MAT5360 8566021458 60503 21/05/2014 191.53  
 MAW1169 8566021835 74550 12/06/2014 85.12  
 MBF1674 8566020541 60503 01/04/2014 191.53  
 MBF1674 8566021035 60503 28/04/2014 191.53  
 MBW3258 8566021853 57200 10/06/2014 127.69  
 MBX5005 8566021102 74550 27/04/2014 85.12  
 MBX5005 8566021317 74630 14/05/2014 127.69  
 MBX5005 8566021319 74630 15/05/2014 127.69  
 MBZ7256 8566022105 74550 23/06/2014 85.12  
 MCF6867 8566022477 74550 19/07/2014 85.12  
 MCX4037 8566021459 74550 21/05/2014 85.12  
 MDL2895 8566022342 74710 06/07/2014 574.61  
 MDY7534 8566022380 60503 19/07/2014 191.53  
 MEA7669 8566022433 74550 14/07/2014 85.12  
 MEC7805 8566020984 74550 25/04/2014 85.12  
 MEE0104 8566021489 74550 23/05/2014 85.12  
 MEU8848 8566022223 74630 05/07/2014 127.69  
 MEY2377 8566022563 74550 26/07/2014 85.12  
 MFV5651 8566022014 74550 14/06/2014 85.12  
 MGM1245 8566022654 74550 30/07/2014 85.12  
 MGM7439 8566022332 57200 06/07/2014 127.69  
 MHB2755 8566021692 74550 02/06/2014 85.12  
 MHL1976 8566017062 74630 13/09/2013 127.69  
 MHL8967 8566022286 60503 11/07/2014 191.53  
 MHP9380 8566022194 60503 05/07/2014 191.53  
 MHV7837 8566021376 57200 12/05/2014 127.69  
 MHY0045 8566022173 60503 03/07/2014 191.53  
 MHY6210 8566022274 60503 12/07/2014 191.53  
 MHY6210 8566022379 74550 19/07/2014 85.12  
 MIH5833 8566022262 74550 07/07/2014 85.12  
 MIS8721 8566021469 74550 18/05/2014 85.12  
 MIY7610 8566022284 74550 09/07/2014 85.12  
 MJB9380 8566022474 74630 18/07/2014 127.69  
 MJN1752 8566022389 74550 14/07/2014 85.12  
 MJO4930 8566021670 74550 07/06/2014 85.12  
 MJO4930 8566021813 74550 13/06/2014 85.12  
 MJY0799 8566022436 74550 17/07/2014 85.12  
 MKQ9429 8566021907 74550 15/06/2014 85.12  
 MKY2416 8566022132 57200 24/06/2014 127.69  
 MKY2416 8566022138 74550 24/06/2014 85.12  
 MMH5215 8566022213 74550 30/06/2014 85.12  
 MMH5215 8566022235 57200 30/06/2014 127.69  
 NLD3339 8566021797 74550 08/06/2014 85.12  
 OTD7191 8566022420 60503 17/07/2014 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 \* I  
 6050 3 208  
 7455 0 218 \* I  
 7463 0 218 \* II

7471 0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-  
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-  
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA  
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282  
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E  
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-  
 SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-  
 MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-  
 CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
 SERGIO FERNANDES  
 DIRETOR DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000907/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
 DETRAN - DEINFRA  
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO  
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
 N.8566 000907/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO  
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-  
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA  
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-  
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)  
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-  
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-  
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-  
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO  
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-  
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR  
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8  
 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

ADB2418 8566023387 57200 07/09/2014  
 ADB2418 8566023391 57200 09/09/2014  
 ADB2418 8566023392 57200 11/09/2014  
 ADB2418 8566023433 60503 20/09/2014  
 ADB2418 8566023513 57200 20/09/2014  
 AEZ0072 8566023071 74550 18/08/2014  
 AFF6163 8566023110 57200 24/08/2014  
 AFF6163 8566023111 57200 24/08/2014  
 AFF6163 8566023466 60503 14/09/2014  
 AHD6575 8566023178 60503 26/08/2014  
 AJD1975 8566023021 74550 20/08/2014  
 APN0275 8566023202 74550 26/08/2014  
 APV3675 8566023199 74550 30/08/2014  
 APV3675 8566023208 74550 27/08/2014  
 BVS5518 8566023162 74550 27/08/2014  
 CTI7349 8566023040 60503 23/08/2014  
 DAS6545 8566023423 74630 17/09/2014  
 DDY2168 8566023411 60503 14/09/2014  
 DEX5635 8566023425 74550 17/09/2014  
 DEX5635 8566023426 60503 17/09/2014  
 DEX5635 8566023448 74550 17/09/2014



DEX5683 8566023098 57200 20/08/2014  
 DHW2718 8566023438 60503 14/09/2014  
 DOD1361 8566023011 74630 24/08/2014  
 IBY0306 8566023117 74550 19/08/2014  
 KLC1672 8566023214 57200 25/08/2014  
 KYC0181 8566023018 60503 20/08/2014  
 LXD6505 8566023044 60503 19/08/2014  
 LXF7327 8566023113 74550 23/08/2014  
 LYO5430 8566023218 57200 28/08/2014  
 LYO5430 8566023220 57200 29/08/2014  
 LYZ4218 8566023458 60503 20/09/2014  
 LZD3060 8566023091 74550 24/08/2014  
 LZF6158 8566023007 74550 23/08/2014  
 LZF6158 8566023034 74550 24/08/2014  
 LZF6158 8566023142 60503 27/08/2014  
 MAL7928 8566023204 74550 28/08/2014  
 MAX3772 8566023506 74550 18/09/2014  
 MAZ7219 8566023017 60503 19/08/2014  
 MBB3991 8566023459 74550 20/09/2014  
 MBM9898 8566023023 74550 20/08/2014  
 MBQ4094 8566023501 74550 19/09/2014  
 MBZ3166 8566023190 74550 31/08/2014  
 MCS8017 8566023207 74550 31/08/2014  
 MCW0870 8566023420 74550 17/09/2014  
 MCW3962 8566023140 74550 27/08/2014  
 MDD6077 8566023076 74550 21/08/2014  
 MDL3596 8566023234 74550 27/08/2014  
 MDY5878 8566023179 74550 28/08/2014  
 MDY7534 8566023419 60503 16/09/2014  
 MEE0104 8566023222 57200 30/08/2014  
 MEL7101 8566023478 74550 14/09/2014  
 MEM0281 8566023061 74550 23/08/2014  
 MFG0657 8566023523 74630 16/09/2014  
 MFT0285 8566022998 60503 18/08/2014  
 MFX5105 8566023498 74550 14/09/2014  
 MGG5078 8566023042 74550 18/08/2014  
 MGR6612 8566023364 74550 07/09/2014  
 MGS2016 8566023119 74550 19/08/2014  
 MHF6639 8566023516 74550 14/09/2014  
 MHT0288 8566023125 74550 23/08/2014  
 MHU1892 8566023062 74550 24/08/2014  
 MHV2249 8566023352 60503 09/09/2014  
 MHZ1883 8566023123 74550 23/08/2014  
 MIC5631 8566023138 74550 26/08/2014  
 MIS6775 8566023521 74550 16/09/2014  
 MIV0347 8566023246 74550 30/08/2014  
 MJB9496 8566023325 74550 09/09/2014  
 MJC2905 8566023431 60503 19/09/2014  
 MJC7225 8566023188 74550 28/08/2014  
 MJQ9956 8566023205 74550 28/08/2014  
 MKW8392 8566023186 74550 31/08/2014  
 MLM5034 8566023187 74550 26/08/2014  
 MUX1917 8566023410 74550 14/09/2014  
 MZF8278 8566023522 74550 16/09/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 \* I  
 6050 3 208  
 7455 0 218 \* I  
 7463 0 218 \* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA

REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
 SERGIO FERNANDES  
 DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000908/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
 DETRAN - DEINFRA  
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8566 000908/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa  
 -----

ADB2418 8566022584 57200 25/07/2014 127.69  
 AJR1403 8566022409 60503 13/07/2014 191.53  
 AXQ5052 8566021507 57200 20/05/2014 127.69  
 CEJ0733 8566021866 74550 12/06/2014 85.12  
 CNX5380 8566021810 74630 11/06/2014 127.69  
 DIZ7788 8566022534 60503 25/07/2014 191.53  
 GSV6513 8566022467 74550 13/07/2014 85.12  
 HOJ4025 8566021837 74550 09/06/2014 85.12  
 ING4612 8566022210 74630 03/07/2014 127.69  
 KEF1745 8566017472 74630 30/09/2013 127.69  
 KEF1745 8566017529 74550 30/09/2013 85.12  
 LWR1291 8566022084 74550 28/06/2014 85.12  
 LXG3277 8566022566 74550 23/07/2014 85.12  
 LXP6712 8566021729 74550 07/06/2014 85.12  
 LXP6712 8566021830 74630 13/06/2014 127.69  
 LXP9349 8566022207 60503 05/07/2014 191.53  
 LYN4172 8566021652 74550 06/06/2014 85.12  
 LYW4208 8566022244 74550 29/06/2014 85.12  
 LYW4208 8566022449 74630 13/07/2014 127.69  
 LYW4208 8566022451 74630 18/07/2014 127.69  
 LYW4208 8566022464 74630 13/07/2014 127.69  
 LYW4208 8566022573 74710 20/07/2014 574.61  
 LZP5151 8566021285 60503 11/05/2014 191.53  
 LZX6954 8566021528 74550 25/05/2014 85.12  
 MAL5713 8566022580 57200 22/07/2014 127.69  
 MAX7474 8566022211 74550 04/07/2014 85.12  
 MBJ0788 8566021351 74550 12/05/2014 85.12  
 MBJ0788 8566021377 57200 12/05/2014 127.69  
 MBJ0788 8566021996 57200 16/06/2014 127.69  
 MBP7022 8566022481 74550 19/07/2014 85.12  
 MCD4641 8566022921 74550 12/08/2014 85.12  
 MDA8061 8566022596 74550 20/07/2014 85.12  
 MDR9988 8566022419 60503 16/07/2014 191.53  
 MDX4887 8566021315 74550 13/05/2014 85.12  
 MEK4263 8566022484 74550 24/07/2014 85.12

MEM0281 8566022473 74550 18/07/2014 85.12  
 MEZ8772 8566021354 74550 12/05/2014 85.12  
 MFO8148 8566022249 74630 01/07/2014 127.69  
 MGG9649 8566022066 74550 22/06/2014 85.12  
 MGN4106 8566022375 60503 17/07/2014 191.53  
 MGW7286 8566022615 74550 26/07/2014 85.12  
 MGY1622 8566021554 74550 31/05/2014 85.12  
 MHE6988 8566022278 74550 06/07/2014 85.12  
 MHO8055 8566022578 57200 20/07/2014 127.69  
 MHW3949 8566022031 74550 19/06/2014 85.12  
 MHY6210 8566022509 74550 26/07/2014 85.12  
 MIA8848 8566021236 74550 10/05/2014 85.12  
 MID2636 8566022438 74550 18/07/2014 85.12  
 MIF1236 8566022581 57200 23/07/2014 127.69  
 MIO9208 8566021645 74550 03/06/2014 85.12  
 MIZ1325 8566022187 60503 02/07/2014 191.53  
 MJN1752 8566022528 74550 26/07/2014 85.12 MJO8391  
 8566022324 74550 11/07/2014 85.12  
 MJV6288 8566022387 74550 14/07/2014 85.12  
 MKB1763 8566022362 56732 13/07/2014 85.12  
 MKJ6966 8566022530 60503 26/07/2014 191.53  
 MKQ3966 8566022557 74550 25/07/2014 85.12  
 MKV0002 8566022606 74550 23/07/2014 85.12  
 MLT7303 8566022801 74550 03/08/2014 85.12

## Infr. Desd. Enquadramento:

5673 2 183  
 5720 0 186 \* I  
 6050 3 208  
 7455 0 218 \* I  
 7463 0 218 \* II  
 7471 0 218 \* III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
 SERGIO FERNANDES  
 DIRETOR DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001395/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
 DETRAN - DEINFRA  
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO  
 PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO  
 N.8092 001395/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA

SA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

## Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

LZR3113 55166890E 50100 25/08/2014  
 LZR3113 55166891E 51180 25/08/2014  
 LZW6074 54438149E 65480 12/09/2014  
 MLQ7912 55166904E 50100 31/08/2014  
 MLQ7912 55166905E 50610 31/08/2014

## Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 \* I  
 5061 0 163 c/c 162 \* I  
 5118 0 164 c/c 162 \* I  
 6548 0 229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
 EDSON ANTUNES JACQUES  
 DELEGADO REGIONAL 20. DRP

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001396/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
 DETRAN - DEINFRA  
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO  
 PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO  
 N.8092 001396/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



-----  
Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao  
-----

LZR3113 55166892E 52152 25/08/2014  
MMF4151 55166928E 57380 16/09/2014  
-----

Infr. Desd. Enquadramento:

5215 2 170  
5738 0 186 \* II  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-  
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-  
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA  
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282  
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E  
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-  
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-  
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA  
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO  
DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
SERGIO FERNANDES  
DIRETOR DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001397/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE  
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8092 001397/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO  
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-  
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA  
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-  
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)  
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-  
RA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR  
RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.  
285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa  
-----

CPQ0033 55166503E 66290 07/04/2014 127.69  
ILR5127 55166581E 69200 28/05/2014 127.69  
JNC9251 55166697E 69200 16/06/2014 127.69  
LWR9338 55166594E 69200 04/06/2014 127.69  
LXR3873 55166582E 69200 28/05/2014 127.69  
LYT1616 55166839E 50100 20/07/2014 574.61  
LYT1616 55166840E 51180 20/07/2014 574.61  
LYX9310 55166496E 65992 05/07/2014 191.53  
LYZ1053 55166465E 69120 31/05/2014 53.20  
LZI8589 55166434E 65992 01/05/2014 191.53  
LZJ6616 55166276E 51691 28/06/2014 1915.38  
LZJ6616 55166277E 50292 28/06/2014 957.69  
LZT5369 55166374E 65992 06/07/2014 191.53  
LZT5369 55166733E 69120 06/07/2014 53.20  
MAF0541 55166805E 65992 17/07/2014 191.53  
MAF0541 55166806E 50100 17/07/2014 574.61

MAF0541 55166809E 51691 17/07/2014 1915.38  
MBU7833 55166652E 50100 04/07/2014 574.61  
MBW0879 55166413E 65992 01/05/2014 191.53  
MCB4181 55166737E 65992 18/07/2014 191.53  
MCC3362 55166599E 69200 06/06/2014 127.69  
MCL6127 54438143E 51691 01/06/2014 1915.38  
MCL8026 55166591E 69200 03/06/2014 127.69  
MEG9040 55166717E 69200 25/06/2014 127.69  
MEX7532 55166835E 65992 19/07/2014 191.53  
MEX7532 55166836E 69120 19/07/2014 53.20  
MKC5104 55166497E 65992 06/07/2014 191.53  
MKC5104 55166498E 50100 06/07/2014 574.61  
MKC5104 55166499E 51180 06/07/2014 574.61  
-----

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 \* I  
5029 2 162 \* II  
5118 0 164 c/c 162 \* I  
5169 1 165  
6599 2 230 \* V  
6629 0 230 \* VIII  
6912 0 232  
6920 0 233  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-  
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-  
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA  
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282  
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E  
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-  
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-  
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-  
CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001398/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE  
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8092 001398/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO  
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-  
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA  
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-  
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)  
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-  
RA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR  
RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.  
285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa  
-----

LYZ1053 55166461E 60502 31/05/2014 191.53  
LZI8589 55166433E 54282 01/05/2014 191.53  
MAF0541 55166807E 60681 17/07/2014 127.69

MDB1546 54437699E 54521 01/06/2014 127.69  
 MEX7532 55166833E 70561 19/07/2014 191.53  
 MEX7532 55166834E 58350 19/07/2014 127.69  
 MFN7421 54437700E 54521 01/06/2014 127.69  
 MIP4560 55165967E 55415 04/06/2014 53.20  
 MJ13076 54437696E 54521 01/06/2014 127.69  
 MJN0360 55165971E 57463 05/07/2014 85.12  
 MKP1048 55165972E 55415 07/07/2014 53.20

-----  
 Infr. Desd. Enquadramento:

5428 2 181 \* V  
 5452 1 181 \* VIII  
 5541 5 181 \* XVII  
 5746 3 187 \* I  
 5835 0 195  
 6050 2 208  
 6068 1 209  
 7056 1 244 \* III  
 -----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-  
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-  
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA  
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282  
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E  
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-  
 SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-  
 MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-  
 CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.

SERGIO FERNANDES  
 DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO  
 COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.  
 8092 001399/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
 DETRAN - DEINFRA  
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO  
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
 N.8092 001399/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO  
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-  
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA  
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-  
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)  
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-  
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-  
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-  
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO  
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-  
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR  
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8  
 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao  
 -----

CTI7349 55166391E 51691 07/09/2014  
 LZM6223 55166387E 65992 02/09/2014  
 MAW5534 55166865E 65992 21/09/2014  
 MAW5534 55166866E 50100 21/09/2014

MBM6765 55166660E 50100 19/09/2014  
 MBW2478 55166388E 50100 05/09/2014  
 MCK8765 55166389E 50100 06/09/2014  
 MDK1986 55166981E 64080 26/09/2014

-----  
 Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 \* I  
 5169 1 165  
 6408 0 221  
 6599 2 230 \* V  
 -----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-  
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-  
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA  
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282  
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E  
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-  
 TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-  
 DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA  
 REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO  
 DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES  
 DELEGADO REGIONAL 20. DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO  
 COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.  
 8092 001400/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
 DETRAN - DEINFRA  
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO  
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
 N.8092 001400/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO  
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-  
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA  
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-  
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)  
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-  
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-  
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-  
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO  
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-  
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR  
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8  
 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao  
 -----

DDJ2884 55166861E 55414 03/09/2014  
 MIS1012 55166951E 54525 29/08/2014

-----  
 Infr. Desd. Enquadramento:

5452 5 181 \* VIII  
 5541 4 181 \* XVII  
 -----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-  
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-  
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA

IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
SERGIO FERNANDES  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.  
8092 001401/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE  
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8092 001401/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa  
-----

MFI2093 55166445E 50100 27/07/2014 574.61  
MFI2093 55166446E 51180 27/07/2014 574.61  
MFI2093 55166447E 65992 27/07/2014 191.53  
-----

Infr. Desd. Enquadramento:  
5010 0 162 \* I  
5118 0 164 c/c 162 \* I  
6599 2 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO  
COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº.  
8092 001402/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE  
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO  
N.8092 001402/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa  
-----

MCO8742 55166831E 51851 16/07/2014 127.69  
MFI2093 55166448E 70302 27/07/2014 191.53  
-----

Infr. Desd. Enquadramento:  
5185 1 167  
7030 2 244 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014.  
SERGIO FERNANDES  
DIRETOR DE TRANSITO

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Extrato de Alteração PL 72/2014/PMJ - PP 52/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE ALTERAÇÃO Nº 1  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2014/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2014/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital do Pregão Presencial Nº 52/2014/PMJ, cujo extrato foi publicado no DOM em 29/09/2014, tendo por objeto a "contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central, para operar os serviços de centralização, processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura de Joaçaba, Fundos e Fundação, com a outorga de permissão para uso de espaço público para instalação de máquina de autoatendimento."

1) O item 12.3 do edital passa a vigorar com a seguinte redação:

"12.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93";

2) O item 7.3 da minuta do contrato (Anexo III) passa a vigorar com a seguinte redação:

"7.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93".

3) As demais disposições do edital permanecem inalteradas, inclusive a data e horário de credenciamento e entrega dos envelopes e processamento do Pregão.

O edital alterado, na íntegra, encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br) a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 14 de outubro de 2014.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA  
IRIA FLÂMIA RODRIGUEZ TORRICO  
Secretária

### Extrato PL 27/2014/FMS - PP 21/2014/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014/FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014/FMS

Objeto: Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 03/11/2014, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 03/11/2014, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 13 de outubro de 2014.  
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE  
MARCOS WEISS  
Secretário

### PORTARIA Nº 3262

PORTARIA Nº 3.262 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014  
"RETIFICAR PORTARIA N.º 3.261/2014".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 3.261/2014 na qual NOMEIA MARCOS WEISS, Secretario Municipal de Saúde, nível CC-1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Onde lê-se: JOAÇABA (SC), em 13 de outubro de 2013, Leia-se: JOAÇABA (SC), em 13 de outubro de 2014.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de outubro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de outubro de 2014  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

**Decreto Nº 4.649 de 14 de Outubro de 2014.**

DECRETO Nº 4.649 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.015 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0

Valor: R\$ 15.400,00

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 1.011 AQUISIÇÃO VEÍCULOS - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.088.0

Valor: R\$ 800,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 14 de outubro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito



**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº560 - 794/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 794/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANL2910	8560025330	7455/0	05/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
IBM6169	8560024848	7455/0	10/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEL4584	8560025184	7455/0	01/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEM9575	8560024981	7463/0	12/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MEQ6249	8560024653	7455/0	29/10/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFB3903	8560025260	7455/0	03/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFI8964	8560025183	7455/0	29/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFN3727	8560025198	7455/0	27/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGF3757	8560024914	7455/0	10/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIP3078	8560025004	7455/0	12/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 795/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 795/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN0920	8560025889	7455/0	18/01/2014	218 * I
AKZ0697	8560026237	7455/0	02/02/2014	218 * I
ALD5505	8560025654	7455/0	23/12/2013	218 * I
AQS9754	8560026247	7463/0	28/01/2014	218 * II
ARA8010	8560025409	7455/0	16/12/2013	218 * I
ARG3609	8560026073	7455/0	23/01/2014	218 * I
AST0559	8560025461	7455/0	14/12/2013	218 * I
BAD8989	8560025545	7455/0	21/12/2013	218 * I
ICB4140	8560025976	7455/0	21/01/2014	218 * I
INI4643	8560025281	7455/0	09/12/2013	218 * I
LOA8018	8560025489	7463/0	22/12/2013	218 * II
LXP1439	8560026127	7455/0	01/02/2014	218 * I
LXW1693	8560025484	7455/0	22/12/2013	218 * I
LXX7578	8560025518	7463/0	21/12/2013	218 * II
LZX0142	8560025496	7455/0	21/12/2013	218 * I
MAL6546	8560025501	7455/0	18/12/2013	218 * I
MBR4539	8560025983	7455/0	23/01/2014	218 * I
MCH9382	8560025993	7463/0	26/01/2014	218 * II
MCX9589	8560026212	7455/0	31/01/2014	218 * I
MDF1850	8560026104	7455/0	30/01/2014	218 * I
MDM4918	8560026128	7463/0	02/02/2014	218 * II
MDP2345	8560026052	7455/0	25/01/2014	218 * I
MEE7684	8560025577	7455/0	21/12/2013	218 * I
MEO2995	8560026184	7455/0	30/01/2014	218 * I
MEQ8746	8560026108	7455/0	30/01/2014	218 * I
MEV3679	8560025528	7455/0	19/12/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEW9189	8560025561	7455/0	19/12/2013	218 * I
MEW9189	8560026178	7455/0	01/02/2014	218 * I
MFH6477	8560025457	7455/0	10/12/2013	218 * I
MFM3161	8560025526	7455/0	21/12/2013	218 * I
MGM2287	8560025482	7455/0	21/12/2013	218 * I
MGY5375	8560025601	7455/0	23/12/2013	218 * I
MIA6805	8560026125	7455/0	01/02/2014	218 * I
MIC1898	8560025912	7455/0	20/01/2014	218 * I
MIE1687	8560026171	7455/0	29/01/2014	218 * I
MIV6360	8560025497	7455/0	22/12/2013	218 * I
MIY0690	8560026180	7455/0	28/01/2014	218 * I
MJC7226	8560026186	7455/0	31/01/2014	218 * I
MJC7226	8560026206	7455/0	01/02/2014	218 * I
MJM5268	8560026214	7455/0	31/01/2014	218 * I
MJY6156	8560026152	7455/0	31/01/2014	218 * I
MJZ8427	8560025544	7455/0	20/12/2013	218 * I
MKR4207	8560026182	7455/0	30/01/2014	218 * I
MKT5656	8560025535	7455/0	17/12/2013	218 * I
MKX1930	8560025529	7455/0	21/12/2013	218 * I
MLN0689	8560025671	7455/0	24/12/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 796/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 796/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AST0559	8560025006	7455/0	12/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
CRN9341	8560025070	7455/0	25/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
KCT0649	8560024946	7455/0	17/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWZ7273	8560025000	7455/0	16/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXV1431	8560025002	7455/0	18/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZS7569	8560025098	7455/0	23/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCH2647	8560024826	7455/0	08/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDR2645	8560024999	7455/0	14/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFL1459	8560024929	7463/0	15/11/2013	R\$ 127,69	218 * II
MIN4168	8560025042	7455/0	12/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJH9424	8560024990	7455/0	13/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKV6604	8560025018	7455/0	14/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLK7066	8560025237	7455/0	02/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRÂNSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 797/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 797/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFJ1386	8560026376	7455/0	07/02/2014	218 * I
EFY0973	8560025532	7455/0	19/12/2013	218 * I
LWS2131	8560025723	7455/0	31/12/2013	218 * I
LZY6464	8560025638	7455/0	25/12/2013	218 * I
MCC3858	8560025639	7455/0	25/12/2013	218 * I
MDC8994	8560026390	7455/0	05/02/2014	218 * I
MDK3878	8560025664	7455/0	25/12/2013	218 * I
MEC4741	8560026120	7455/0	01/02/2014	218 * I
MFE5410	8560026393	7455/0	07/02/2014	218 * I
MFN3727	8560026337	7455/0	07/02/2014	218 * I
MFW9838	8560026395	7455/0	07/02/2014	218 * I
MGX1029	8560026135	7455/0	02/02/2014	218 * I
MHU8664	8560025666	7455/0	26/12/2013	218 * I
MIK4969	8560026094	7455/0	28/01/2014	218 * I
MIN1923	8560025637	7455/0	25/12/2013	218 * I
MIQ9025	8560026331	7455/0	10/02/2014	218 * I
MIR5156	8560026314	7455/0	08/02/2014	218 * I
MJR7223	8560026419	7471/0	09/02/2014	218 * III
MKW9153	8560025755	7455/0	02/01/2014	218 * I
MLD0536	8560026416	7455/0	04/02/2014	218 * I
MLQ1435	8560026346	7455/0	04/02/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 798/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 798/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZA3518	8560025062	7455/0	20/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MPY0341	8560025443	7455/0	11/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 799/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 799/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABX0205	8560026277	7455/0	07/02/2014	218 * I
ADR2848	8560026551	7455/0	16/02/2014	218 * I
AKW9210	8560026400	7455/0	09/02/2014	218 * I
AOF4988	8560026404	7455/0	09/02/2014	218 * I
ASK7452	8560025995	7455/0	26/01/2014	218 * I
AXB8131	8560025597	7463/0	29/12/2013	218 * II
AXB8131	8560025608	7455/0	26/12/2013	218 * I
CKJ9784	8560025808	7463/0	11/01/2014	218 * II
DBN8814	8560026219	7455/0	03/02/2014	218 * I
GYC1126	8560026139	7455/0	03/02/2014	218 * I
ILY9376	8560026211	7463/0	30/01/2014	218 * II
LXC1182	8560026494	7455/0	11/02/2014	218 * I
LXN4852	8560025689	7455/0	28/12/2013	218 * I
LXW3682	8560025796	7455/0	10/01/2014	218 * I
LYA7200	8560026064	7455/0	26/01/2014	218 * I
LZF9741	8560025945	7455/0	20/01/2014	218 * I
LZV9360	8560026472	7463/0	12/02/2014	218 * II
MAB8212	8560025662	7471/0	25/12/2013	218 * III
MAX5775	8560025986	7455/0	24/01/2014	218 * I
MAZ8699	8560026305	7463/0	10/02/2014	218 * II
MBO2794	8560026378	7455/0	07/02/2014	218 * I
MBO2794	8560026379	7455/0	07/02/2014	218 * I
MBO5387	8560026582	7455/0	12/02/2014	218 * I
MBR3072	8560026303	7455/0	10/02/2014	218 * I
MBR3072	8560026353	7455/0	10/02/2014	218 * I
MCC2229	8560025613	7455/0	29/12/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCF3727	8560026518	7455/0	15/02/2014	218 * I
MCR0464	8560025558	7455/0	22/12/2013	218 * I
MDR7471	8560026356	7455/0	08/02/2014	218 * I
MDU3583	8560026570	7471/0	15/02/2014	218 * III
MDU3583	8560026576	7455/0	15/02/2014	218 * I
MDU3583	8560026578	7471/0	15/02/2014	218 * III
MDU3583	8560026584	7463/0	15/02/2014	218 * II
MEC4432	8560026284	7463/0	08/02/2014	218 * II
MEJ3389	8560026265	7455/0	05/02/2014	218 * I
MEK8015	8560025789	7455/0	07/01/2014	218 * I
MEO8439	8560025770	7455/0	05/01/2014	218 * I
MEP1613	8560025629	7455/0	23/12/2013	218 * I
MFG2395	8560026069	7455/0	26/01/2014	218 * I
MFG9232	8560026545	7471/0	15/02/2014	218 * III
MFV6676	8560026552	7455/0	17/02/2014	218 * I
MFW9747	8560026577	7455/0	13/02/2014	218 * I
MGA8169	8560026554	7455/0	17/02/2014	218 * I
MGE3139	8560026157	7455/0	02/02/2014	218 * I
MGT1142	8560026046	7471/0	23/01/2014	218 * III
MGU0427	8560026531	7455/0	12/02/2014	218 * I
MGU9888	8560025741	7455/0	30/12/2013	218 * I
MGX8497	8560025628	7455/0	29/12/2013	218 * I
MHC4553	8560025521	7455/0	17/12/2013	218 * I
MHQ1864	8560025857	7455/0	13/01/2014	218 * I
MHQ9884	8560026528	7471/0	11/02/2014	218 * III
MHQ9884	8560026538	7471/0	14/02/2014	218 * III
MHX6965	8560025982	7455/0	23/01/2014	218 * I
MIM2938	8560026375	7463/0	07/02/2014	218 * II
MJC1902	8560025581	7455/0	24/12/2013	218 * I
MKJ5954	8560025693	7455/0	31/12/2013	218 * I
MKP9932	8560025714	7455/0	03/01/2014	218 * I
MKT5656	8560025839	7455/0	07/01/2014	218 * I
MKV9462	8560025843	7455/0	10/01/2014	218 * I
MKW9153	8560025852	7455/0	08/01/2014	218 * I
MLK2164	8560025970	7455/0	18/01/2014	218 * I
MLN0387	8560026492	7455/0	16/02/2014	218 * I
MMI2461	8560026289	7463/0	09/02/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
NEP5253	8560025748	7455/0	04/01/2014	218 * I
OAX6868	8560025705	7455/0	06/01/2014	218 * I
ONV0461	8560026288	7463/0	09/02/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 800/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 800/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HPE1664	8560025391	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 801/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 801/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF8177	8560026063	7455/0	26/01/2014	218 * I
ADR9163	8560026071	7455/0	21/01/2014	218 * I
AMA3318	8560026283	7455/0	08/02/2014	218 * I
CJV6418	8560025730	7455/0	06/01/2014	218 * I
DQQ5872	8560025988	7455/0	24/01/2014	218 * I
LXU6040	8560025783	7455/0	06/01/2014	218 * I
LYK9041	8560025722	7455/0	31/12/2013	218 * I
LYN5854	8560026089	7463/0	27/01/2014	218 * II
LZM4461	8560026434	7463/0	12/02/2014	218 * II
MBW8438	8560026009	7455/0	21/01/2014	218 * I
MCO9224	8560025801	7455/0	13/01/2014	218 * I
MDA9672	8560025649	7455/0	29/12/2013	218 * I
MEH2861	8560025820	7455/0	10/01/2014	218 * I
MEN9196	8560026005	7455/0	24/01/2014	218 * I
MEO8439	8560025967	7455/0	20/01/2014	218 * I
MEO8439	8560026030	7455/0	21/01/2014	218 * I
MEO8439	8560026070	7455/0	26/01/2014	218 * I
MEO8439	8560026074	7455/0	24/01/2014	218 * I
MEO8439	8560026077	7455/0	21/01/2014	218 * I
MEO8439	8560026078	7463/0	22/01/2014	218 * II
MEO8439	8560026079	7455/0	23/01/2014	218 * I
MEO8439	8560026080	7463/0	24/01/2014	218 * II
MEO8439	8560026082	7463/0	26/01/2014	218 * II
MEO8439	8560026085	7455/0	26/01/2014	218 * I
MES7994	8560026558	7463/0	13/02/2014	218 * II
MEY6081	8560025866	7455/0	12/01/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGO2807	8560026014	7471/0	25/01/2014	218 * III
MGR2386	8560025940	7455/0	19/01/2014	218 * I
MGZ2882	8560025916	7455/0	17/01/2014	218 * I
MIA8514	8560026559	7455/0	14/02/2014	218 * I
MJG1430	8560026445	7455/0	14/02/2014	218 * I
MJP9678	8560025833	7455/0	10/01/2014	218 * I
MKN9448	8560025952	7455/0	19/01/2014	218 * I
MKW7897	8560026006	7455/0	27/01/2014	218 * I
MLS8380	8560025830	7455/0	09/01/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 802/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 802/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCA2657	8560025475	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCE6647	8560025474	7455/0	19/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFG1738	8560025235	7455/0	30/11/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 803/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 803/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJP3678	8560026648	7455/0	19/02/2014	218 * I
AJQ9894	8560026960	7455/0	03/03/2014	218 * I
AKA0988	8560026703	7455/0	21/02/2014	218 * I
AKC7567	8560026953	7455/0	03/03/2014	218 * I
AKW9210	8560026533	7455/0	12/02/2014	218 * I
AMD2015	8560026124	7455/0	01/02/2014	218 * I
AMP6565	8560026181	7455/0	30/01/2014	218 * I
AOD4367	8560026429	7455/0	12/02/2014	218 * I
CLG7438	8560026166	7455/0	30/01/2014	218 * I
CMN9648	8560026116	7455/0	01/02/2014	218 * I
DJB5784	8560025700	7455/0	04/01/2014	218 * I
IDR2802	8560025745	7455/0	04/01/2014	218 * I
IHK1274	8560026238	7455/0	03/02/2014	218 * I
IKV8103	8560026032	7455/0	25/01/2014	218 * I
ILQ6880	8560026681	7463/0	18/02/2014	218 * II
ILQ6880	8560026690	7455/0	20/02/2014	218 * I
ISR3016	8560025488	7463/0	22/12/2013	218 * II
JNR1236	8560026024	7455/0	27/01/2014	218 * I
LXA2801	8560026940	7455/0	01/03/2014	218 * I
LXH3367	8560026460	7455/0	16/02/2014	218 * I
LXI7206	8560026699	7455/0	21/02/2014	218 * I
LXR7816	8560026398	7455/0	08/02/2014	218 * I
LXU4355	8560026736	7463/0	25/02/2014	218 * II
LXV6479	8560026912	7455/0	25/02/2014	218 * I
LYH2067	8560026949	7463/0	02/03/2014	218 * II
LYN3882	8560026915	7455/0	25/02/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYR8813	8560025990	7463/0	25/01/2014	218 * II
LZR1941	8560026845	7455/0	02/03/2014	218 * I
MAL6546	8560026234	7455/0	31/01/2014	218 * I
MAT5348	8560026408	7455/0	07/02/2014	218 * I
MAV9663	8560025992	7455/0	25/01/2014	218 * I
MAX8750	8560026638	7455/0	24/02/2014	218 * I
MAX9613	8560026692	7463/0	21/02/2014	218 * II
MBO8881	8560026956	7463/0	03/03/2014	218 * II
MBV0676	8560026843	7455/0	28/02/2014	218 * I
MCB0248	8560026695	7455/0	18/02/2014	218 * I
MCD2249	8560026397	7455/0	08/02/2014	218 * I
MCG8384	8560026111	7471/0	31/01/2014	218 * III
MCH6588	8560026655	7455/0	20/02/2014	218 * I
MCO7806	8560026676	7455/0	21/02/2014	218 * I
MCT7984	8560026193	7455/0	30/01/2014	218 * I
MCZ9697	8560026650	7455/0	22/02/2014	218 * I
MDC8994	8560026926	7455/0	27/02/2014	218 * I
MDC8994	8560026932	7463/0	28/02/2014	218 * II
MDP4291	8560026627	7455/0	18/02/2014	218 * I
MDU3583	8560026595	7463/0	19/02/2014	218 * II
MDU3583	8560026705	7463/0	22/02/2014	218 * II
MDU3583	8560026710	7471/0	22/02/2014	218 * III
MDU3583	8560026713	7463/0	22/02/2014	218 * II
MDU3583	8560026714	7455/0	22/02/2014	218 * I
MDU3583	8560026720	7471/0	22/02/2014	218 * III
MDU3583	8560026721	7471/0	22/02/2014	218 * III
MDU3583	8560026726	7463/0	22/02/2014	218 * II
MDU3583	8560026788	7471/0	02/03/2014	218 * III
MDX8296	8560026278	7455/0	07/02/2014	218 * I
MDZ5942	8560026217	7471/0	02/02/2014	218 * III
MDZ5942	8560026384	7463/0	09/02/2014	218 * II
MEO4195	8560026542	7455/0	14/02/2014	218 * I
MEO8439	8560025958	7455/0	15/01/2014	218 * I
MEO8439	8560026179	7455/0	28/01/2014	218 * I
MEO8439	8560026194	7463/0	31/01/2014	218 * II
MEO8439	8560026228	7463/0	31/01/2014	218 * II
MEO8439	8560026229	7471/0	02/02/2014	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEO8439	8560026339	7455/0	05/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026341	7463/0	06/02/2014	218 * II
MEO8439	8560026347	7455/0	05/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026349	7455/0	06/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026407	7455/0	10/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026409	7455/0	07/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026412	7463/0	06/02/2014	218 * II
MEO8439	8560026413	7463/0	10/02/2014	218 * II
MEO8439	8560026414	7455/0	10/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026415	7455/0	06/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026418	7455/0	07/02/2014	218 * I
MEX8316	8560026602	7455/0	21/02/2014	218 * I
MFA2241	8560026642	7455/0	23/02/2014	218 * I
MFK0631	8560026371	7463/0	06/02/2014	218 * II
MFK0631	8560026377	7463/0	07/02/2014	218 * II
MGF7043	8560026280	7455/0	08/02/2014	218 * I
MGI5675	8560026875	7455/0	27/02/2014	218 * I
MGL3831	8560026685	7463/0	19/02/2014	218 * II
MGM4708	8560026625	7455/0	24/02/2014	218 * I
MGN5481	8560026946	7463/0	01/03/2014	218 * II
MGs7712	8560026923	7455/0	26/02/2014	218 * I
MGT1142	8560026689	7455/0	20/02/2014	218 * I
MGT1142	8560026880	7471/0	01/03/2014	218 * III
MGV6120	8560026750	7463/0	27/02/2014	218 * II
MGZ4218	8560026372	7455/0	06/02/2014	218 * I
MHF4753	8560026369	7463/0	05/02/2014	218 * II
MHV4258	8560026174	7455/0	31/01/2014	218 * I
MHY8346	8560026261	7463/0	04/02/2014	218 * II
MIB0492	8560026704	7455/0	22/02/2014	218 * I
MIC8012	8560026827	7455/0	01/03/2014	218 * I
MIO4581	8560025824	7455/0	11/01/2014	218 * I
MIO7567	8560026955	7463/0	03/03/2014	218 * II
MIP9125	8560026961	7455/0	03/03/2014	218 * I
MIQ5349	8560026573	7455/0	15/02/2014	218 * I
MJB1773	8560026599	7455/0	20/02/2014	218 * I
MJE1807	8560026767	7455/0	28/02/2014	218 * I
MJG2265	8560026118	7463/0	01/02/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJM3686	8560026209	7455/0	29/01/2014	218 * I
MJS1710	8560026756	7463/0	28/02/2014	218 * II
MJX1344	8560026200	7455/0	30/01/2014	218 * I
MJZ1736	8560026596	7455/0	20/02/2014	218 * I
MKD0868	8560026629	7455/0	18/02/2014	218 * I
MKE4087	8560026752	7455/0	27/02/2014	218 * I
MKJ7174	8560026669	7455/0	22/02/2014	218 * I
MKN0238	8560026154	7463/0	02/02/2014	218 * II
MKP2977	8560026768	7455/0	28/02/2014	218 * I
MKQ1098	8560026343	7455/0	10/02/2014	218 * I
MKZ8103	8560026521	7455/0	14/02/2014	218 * I
MLD6438	8560026312	7455/0	08/02/2014	218 * I
MLF4452	8560026230	7455/0	03/02/2014	218 * I
MLJ4061	8560026319	7455/0	10/02/2014	218 * I
MLU1648	8560026232	7455/0	29/01/2014	218 * I
MLU2815	8560026173	7455/0	31/01/2014	218 * I
MLU2826	8560026086	7455/0	22/01/2014	218 * I
MLV1034	8560026589	7455/0	18/02/2014	218 * I
MMK8193	8560026590	7455/0	18/02/2014	218 * I
NBY1726	8560026160	7463/0	02/02/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 804/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 804/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CRN9341	8560025380	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
DXV6770	8560024406	7455/0	29/09/2013	R\$ 85,12	218 * I
LZW3652	8560025280	7455/0	08/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MDV7157	8560025620	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MLF3721	8560025841	7455/0	07/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI1587	8560025582	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 805/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 805/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGZ1621	8560026834	7455/0	03/03/2014	218 * I
AMX1668	8560027040	7455/0	05/03/2014	218 * I
AMX1668	8560027145	7455/0	07/03/2014	218 * I
ANV0659	8560026588	7455/0	18/02/2014	218 * I
APB3799	8560026425	7455/0	11/02/2014	218 * I
CFF5475	8560026463	7455/0	16/02/2014	218 * I
DBN8814	8560026867	7455/0	28/02/2014	218 * I
DFH8748	8560027121	7455/0	06/03/2014	218 * I
DFH8748	8560027131	7463/0	06/03/2014	218 * II
DIH0818	8560026640	7455/0	18/02/2014	218 * I
ETK4280	8560026796	7463/0	02/03/2014	218 * II
HDB3173	8560027118	7455/0	05/03/2014	218 * I
IKN9345	8560026735	7455/0	25/02/2014	218 * I
INL1728	8560027066	7455/0	04/03/2014	218 * I
ITA3969	8560026816	7463/0	28/02/2014	218 * II
JYG3647	8560025578	7455/0	23/12/2013	218 * I
LXD0073	8560026766	7455/0	28/02/2014	218 * I
LXR7010	8560026516	7455/0	14/02/2014	218 * I
LXR7010	8560026524	7463/0	11/02/2014	218 * II
LXV6479	8560027112	7455/0	05/03/2014	218 * I
LYR8398	8560027185	7463/0	09/03/2014	218 * II
LZE8702	8560026742	7455/0	26/02/2014	218 * I
LZW8849	8560027163	7455/0	08/03/2014	218 * I
MAA3251	8560026571	7455/0	15/02/2014	218 * I
MAM4562	8560027136	7463/0	06/03/2014	218 * II
MAM8935	8560026934	7471/0	28/02/2014	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBL4975	8560027019	7455/0	07/03/2014	218 * I
MBN5689	8560027014	7455/0	10/03/2014	218 * I
MCL4669	8560027095	7455/0	07/03/2014	218 * I
MDB0942	8560026997	7455/0	08/03/2014	218 * I
MDC8994	8560027141	7463/0	07/03/2014	218 * II
MDC8994	8560027155	7455/0	07/03/2014	218 * I
MDC8994	8560027196	7463/0	10/03/2014	218 * II
MDG6606	8560025799	7463/0	11/01/2014	218 * II
MDU3583	8560027079	7455/0	04/03/2014	218 * I
MEO8439	8560026503	7455/0	11/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026504	7463/0	12/02/2014	218 * II
MEO8439	8560026569	7471/0	11/02/2014	218 * III
MEO8439	8560026575	7455/0	13/02/2014	218 * I
MER1028	8560027113	7463/0	05/03/2014	218 * II
MER1028	8560027146	7463/0	07/03/2014	218 * II
MFA0462	8560027053	7455/0	09/03/2014	218 * I
MFY2172	8560026360	7455/0	04/02/2014	218 * I
MGE8356	8560026866	7455/0	26/02/2014	218 * I
MGJ4826	8560026778	7455/0	01/03/2014	218 * I
MGL5416	8560027128	7455/0	06/03/2014	218 * I
MGL5416	8560027130	7455/0	06/03/2014	218 * I
MGL5416	8560027144	7455/0	07/03/2014	218 * I
MGN5481	8560027149	7471/0	07/03/2014	218 * III
MGU7255	8560027191	7455/0	10/03/2014	218 * I
MGV4552	8560027032	7455/0	05/03/2014	218 * I
MGV4552	8560027035	7455/0	08/03/2014	218 * I
MGW7263	8560027068	7455/0	06/03/2014	218 * I
MGX5913	8560026998	7455/0	08/03/2014	218 * I
MHI0135	8560026462	7455/0	16/02/2014	218 * I
MHL1190	8560026476	7455/0	14/02/2014	218 * I
MHW7134	8560027119	7455/0	06/03/2014	218 * I
MIE2439	8560026293	7455/0	09/02/2014	218 * I
MIP1937	8560026739	7463/0	25/02/2014	218 * II
MIS2511	8560026810	7455/0	03/03/2014	218 * I
MIY0484	8560026792	7471/0	02/03/2014	218 * III
MJM9268	8560026813	7455/0	26/02/2014	218 * I
MJW2056	8560026333	7463/0	04/02/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKO1912	8560026323	7455/0	06/02/2014	218 * I
MKO1912	8560026335	7455/0	06/02/2014	218 * I
MKO7115	8560027099	7463/0	04/03/2014	218 * II
MKO7115	8560027129	7455/0	06/03/2014	218 * I
MLN3505	8560026433	7455/0	12/02/2014	218 * I
MMA5773	8560027152	7455/0	07/03/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 806/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 806/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CKY6666	8560025956	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
HER8297	8560025760	7455/0	05/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 807/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 807/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANW4311	8560027055	7455/0	09/03/2014	218 * I
AXZ3022	8560026974	7463/0	04/03/2014	218 * II
CBI2083	8560026442	7455/0	13/02/2014	218 * I
CZI4334	8560027010	7463/0	09/03/2014	218 * II
IJX3367	8560026754	7455/0	27/02/2014	218 * I
LYI5721	8560026438	7455/0	13/02/2014	218 * I
MAJ7557	8560027018	7455/0	06/03/2014	218 * I
MAL6546	8560026488	7455/0	15/02/2014	218 * I
MBK4058	8560027080	7455/0	05/03/2014	218 * I
MBQ3687	8560027034	7455/0	08/03/2014	218 * I
MCR4492	8560027028	7455/0	09/03/2014	218 * I
MDY6032	8560026441	7455/0	13/02/2014	218 * I
MES8897	8560026509	7455/0	13/02/2014	218 * I
MFG7672	8560027008	7463/0	09/03/2014	218 * II
MGA8555	8560026794	7455/0	02/03/2014	218 * I
MHX6358	8560027007	7455/0	09/03/2014	218 * I
MIW2113	8560026580	7455/0	17/02/2014	218 * I
MJL1018	8560027057	7455/0	08/03/2014	218 * I
MJL4059	8560026474	7455/0	13/02/2014	218 * I
MJR0484	8560026287	7455/0	08/02/2014	218 * I
MJW1422	8560027188	7463/0	10/03/2014	218 * II
MJZ5508	8560026478	7455/0	15/02/2014	218 * I
MKT9210	8560026465	7455/0	16/02/2014	218 * I
MLI7507	8560026574	7455/0	16/02/2014	218 * I
MLJ5448	8560025906	7463/0	17/01/2014	218 * II
MLS6981	8560026682	7463/0	18/02/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMJ2033	8560026158	7463/0	02/02/2014	218 * II
MMK6023	8560026448	7455/0	15/02/2014	218 * I
MMK6023	8560026522	7455/0	15/02/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 808/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 808/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOP0087	8560025454	7455/0	15/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
DJN1285	8560025585	7463/0	26/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
EAG1800	8560026001	7463/0	21/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
LCP8149	8560025357	7455/0	10/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCG4942	8560025896	7455/0	19/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG2484	8560026068	7455/0	24/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO0439	8560025150	7455/0	19/11/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHL1080	8560025543	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIG9391	8560025554	7463/0	20/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MJD6032	8560025569	7455/0	22/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKI8185	8560025396	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MMJ7433	8560025392	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
NJM5801	8560025791	7463/0	09/01/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRÂNSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 809/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 809/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABG7841	8560026458	7455/0	16/02/2014	218 * I
AFA2571	8560027310	7463/0	15/03/2014	218 * II
AFX5579	8560027241	7455/0	16/03/2014	218 * I
AHH6302	8560027427	7455/0	20/03/2014	218 * I
AJK5437	8560027070	7455/0	07/03/2014	218 * I
AMJ4766	8560027228	7455/0	15/03/2014	218 * I
AQN4990	8560026844	7455/0	01/03/2014	218 * I
AQS9754	8560027326	7455/0	14/03/2014	218 * I
AWB8707	8560026751	7463/0	27/02/2014	218 * II
BAM2828	8560027230	7455/0	15/03/2014	218 * I
BCR1127	8560026687	7455/0	19/02/2014	218 * I
BHP5108	8560027403	7463/0	21/03/2014	218 * II
BMP6600	8560027229	7455/0	15/03/2014	218 * I
BNK1003	8560026982	7455/0	06/03/2014	218 * I
BOX1958	8560027457	7455/0	18/03/2014	218 * I
CIH4238	8560026633	7455/0	21/02/2014	218 * I
CKP3264	8560027059	7455/0	06/03/2014	218 * I
CLK2179	8560026937	7463/0	28/02/2014	218 * II
DFH8748	8560027417	7463/0	22/03/2014	218 * II
DLP0831	8560026980	7463/0	06/03/2014	218 * II
DUP2673	8560026971	7455/0	04/03/2014	218 * I
ENM3923	8560027250	7455/0	16/03/2014	218 * I
GSG7101	8560027388	7455/0	21/03/2014	218 * I
HHR6596	8560027348	7471/0	12/03/2014	218 * III
IDK6537	8560027306	7455/0	15/03/2014	218 * I
INL2900	8560026988	7471/0	07/03/2014	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
I0B8179	8560027382	7455/0	20/03/2014	218 * I
IU09726	8560026156	7455/0	02/02/2014	218 * I
K0M3002	8560027431	7455/0	22/03/2014	218 * I
LXE2825	8560026831	7455/0	02/03/2014	218 * I
LXG6664	8560027394	7455/0	23/03/2014	218 * I
LXL4176	8560027450	7455/0	21/03/2014	218 * I
LXS8770	8560027309	7463/0	13/03/2014	218 * II
LXV5957	8560027058	7455/0	08/03/2014	218 * I
LYL3869	8560027284	7455/0	17/03/2014	218 * I
LYR1881	8560026543	7455/0	15/02/2014	218 * I
LYR1881	8560026693	7455/0	21/02/2014	218 * I
LZA0938	8560027222	7455/0	14/03/2014	218 * I
LZG3077	8560027312	7455/0	15/03/2014	218 * I
LZQ9118	8560027376	7455/0	19/03/2014	218 * I
LZX2224	8560026411	7455/0	09/02/2014	218 * I
MAA9786	8560027321	7455/0	14/03/2014	218 * I
MAC0365	8560026939	7455/0	01/03/2014	218 * I
MAH4802	8560027075	7455/0	06/03/2014	218 * I
MAL6546	8560027409	7455/0	22/03/2014	218 * I
MAM4562	8560027346	7455/0	11/03/2014	218 * I
MAR6662	8560027362	7455/0	12/03/2014	218 * I
MAZ9189	8560027216	7455/0	13/03/2014	218 * I
MBH4618	8560027360	7463/0	12/03/2014	218 * II
MBN3521	8560026920	7455/0	26/02/2014	218 * I
MBS5240	8560026499	7463/0	15/02/2014	218 * II
MBZ6472	8560027027	7455/0	09/03/2014	218 * I
MCF3727	8560027261	7455/0	14/03/2014	218 * I
MCL4574	8560027395	7455/0	23/03/2014	218 * I
MCQ0076	8560027104	7463/0	04/03/2014	218 * II
MCY3716	8560026656	7455/0	21/02/2014	218 * I
MCY8125	8560026652	7455/0	19/02/2014	218 * I
MCY8125	8560027288	7455/0	14/03/2014	218 * I
MDG1433	8560027215	7455/0	13/03/2014	218 * I
MDI9906	8560026684	7455/0	18/02/2014	218 * I
MDJ6440	8560027237	7455/0	15/03/2014	218 * I
MDR3165	8560027390	7455/0	21/03/2014	218 * I
MDU0822	8560025996	7455/0	26/01/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDW8588	8560027271	7455/0	17/03/2014	218 * I
MDX3343	8560027379	7455/0	20/03/2014	218 * I
MDY1865	8560026848	7455/0	03/03/2014	218 * I
MDZ3067	8560026924	7455/0	26/02/2014	218 * I
MEC4087	8560026922	7455/0	26/02/2014	218 * I
MEH3171	8560026976	7455/0	04/03/2014	218 * I
MEJ0678	8560027384	7455/0	21/03/2014	218 * I
MEN0339	8560027317	7463/0	11/03/2014	218 * II
MEO8439	8560026654	7455/0	20/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026657	7463/0	21/02/2014	218 * II
MEO8439	8560026661	7455/0	18/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026663	7463/0	21/02/2014	218 * II
MEO8439	8560026706	7455/0	18/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026708	7455/0	20/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026709	7455/0	21/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026711	7455/0	19/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026719	7463/0	21/02/2014	218 * II
MEO8439	8560026725	7455/0	21/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026837	7455/0	27/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026842	7455/0	28/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026849	7455/0	03/03/2014	218 * I
MEO8439	8560026854	7455/0	26/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026887	7455/0	25/02/2014	218 * I
MEO8439	8560026891	7463/0	03/03/2014	218 * II
MEO8439	8560026898	7463/0	28/02/2014	218 * II
MEO8439	8560026903	7455/0	03/03/2014	218 * I
MEV4311	8560027349	7455/0	12/03/2014	218 * I
MEY6095	8560027285	7455/0	12/03/2014	218 * I
MFA1335	8560027280	7455/0	16/03/2014	218 * I
MFB3574	8560026908	7455/0	25/02/2014	218 * I
MFD1172	8560026604	7463/0	21/02/2014	218 * II
MFJ7349	8560027341	7471/0	11/03/2014	218 * III
MFK7403	8560026482	7455/0	13/02/2014	218 * I
MFR8259	8560027226	7455/0	14/03/2014	218 * I
MFT2725	8560027467	7455/0	20/03/2014	218 * I
MFT2725	8560027478	7455/0	20/03/2014	218 * I
MFT4498	8560025885	7463/0	17/01/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFT8395	8560025899	7455/0	20/01/2014	218 * I
MFV6376	8560026855	7455/0	26/02/2014	218 * I
MFW6169	8560026836	7463/0	27/02/2014	218 * II
MGH8428	8560027370	7455/0	18/03/2014	218 * I
MGK7924	8560027451	7455/0	21/03/2014	218 * I
MGL1156	8560027114	7455/0	05/03/2014	218 * I
MGU7255	8560027340	7455/0	11/03/2014	218 * I
MGV6236	8560027443	7455/0	23/03/2014	218 * I
MHA6517	8560025677	7455/0	26/12/2013	218 * I
MHC0989	8560026886	7455/0	03/03/2014	218 * I
MHC6825	8560027269	7455/0	16/03/2014	218 * I
MHE6388	8560027458	7455/0	21/03/2014	218 * I
MHK0560	8560027412	7455/0	19/03/2014	218 * I
MHK2358	8560027252	7455/0	17/03/2014	218 * I
MHL1567	8560027432	7455/0	19/03/2014	218 * I
MHM1621	8560027292	7455/0	17/03/2014	218 * I
MHO6023	8560027351	7455/0	12/03/2014	218 * I
MHU3863	8560027038	7463/0	09/03/2014	218 * II
MHU3863	8560027274	7455/0	13/03/2014	218 * I
MHW6530	8560026672	7455/0	18/02/2014	218 * I
MHX8451	8560027434	7455/0	19/03/2014	218 * I
MIB1804	8560027254	7463/0	11/03/2014	218 * II
MID6360	8560026707	7455/0	19/02/2014	218 * I
MID6953	8560026801	7455/0	03/03/2014	218 * I
MIF8580	8560027440	7463/0	23/03/2014	218 * II
MIG0314	8560027323	7455/0	12/03/2014	218 * I
MII2729	8560026911	7455/0	25/02/2014	218 * I
MIK8351	8560027265	7455/0	16/03/2014	218 * I
MIS6327	8560027456	7455/0	24/03/2014	218 * I
MIS7937	8560026635	7455/0	22/02/2014	218 * I
MJC6331	8560027304	7455/0	15/03/2014	218 * I
MJI6356	8560026822	7455/0	26/02/2014	218 * I
MJJ9259	8560027411	7455/0	23/03/2014	218 * I
MJM8390	8560027172	7455/0	08/03/2014	218 * I
MJO8506	8560027480	7455/0	22/03/2014	218 * I
MJT1694	8560027177	7455/0	09/03/2014	218 * I
MJW7392	8560027067	7455/0	06/03/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJX3669	8560026819	7455/0	03/03/2014	218 * I
MJY2933	8560027273	7455/0	11/03/2014	218 * I
MJY9547	8560026991	7463/0	08/03/2014	218 * II
MJZ1552	8560027017	7455/0	10/03/2014	218 * I
MKJ1995	8560027208	7455/0	12/03/2014	218 * I
MKJ4996	8560027016	7455/0	10/03/2014	218 * I
MKL6643	8560027331	7463/0	17/03/2014	218 * II
MKL9089	8560027421	7455/0	23/03/2014	218 * I
MKM8560	8560026636	7455/0	22/02/2014	218 * I
MKN9448	8560026870	7455/0	25/02/2014	218 * I
MKV1175	8560026594	7455/0	19/02/2014	218 * I
MKV1175	8560026630	7455/0	19/02/2014	218 * I
MKW5793	8560027275	7455/0	13/03/2014	218 * I
MLB3936	8560027381	7455/0	20/03/2014	218 * I
MLC6745	8560027407	7455/0	19/03/2014	218 * I
MLD0829	8560027291	7455/0	16/03/2014	218 * I
MLD8501	8560027419	7455/0	23/03/2014	218 * I
MLF7188	8560027233	7455/0	15/03/2014	218 * I
MLH4975	8560027406	7463/0	23/03/2014	218 * II
MLH4975	8560027469	7455/0	23/03/2014	218 * I
MLH4975	8560027482	7455/0	23/03/2014	218 * I
MLI6776	8560027133	7455/0	06/03/2014	218 * I
MLM1832	8560027225	7455/0	14/03/2014	218 * I
MLM5627	8560027327	7455/0	14/03/2014	218 * I
MLO5842	8560027445	7455/0	20/03/2014	218 * I
MLV8261	8560027464	7455/0	22/03/2014	218 * I
MLW5638	8560026617	7455/0	23/02/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 810/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 810/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AER4773	8560025771	7471/0	01/01/2014	R\$ 574,61	218 * III
ALC8803	8560026041	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASB0772	8560025652	7455/0	26/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
BEE0183	8560025761	7455/0	30/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
CLF9327	8560025682	7463/0	24/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
EHQ6577	8560026235	7463/0	01/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
HCS8560	8560025547	7463/0	21/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
IFR6606	8560025901	7455/0	15/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWV2594	8560026191	7463/0	03/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXZ0325	8560025663	7455/0	25/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYR1881	8560026218	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAU7205	8560026242	7463/0	01/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAU8186	8560025870	7455/0	08/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAV9663	8560025583	7455/0	24/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBA3935	8560026249	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBE0864	8560026072	7455/0	22/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH7116	8560026097	7455/0	29/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBK3592	8560025907	7455/0	18/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN3521	8560025781	7455/0	05/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT3846	8560026264	7463/0	05/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBV6460	8560026115	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBW7940	8560026143	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCX2841	8560026327	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF4447	8560026177	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF4447	8560026198	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDL5169	8560025872	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDY7133	8560025715	7455/0	03/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER3420	8560026295	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFJ0706	8560026067	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFZ9588	8560025555	7455/0	21/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGJ0252	8560026294	7455/0	09/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK1725	8560026332	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM7394	8560025562	7455/0	20/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHN4751	8560026344	7463/0	10/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHS7675	8560023313	7455/0	04/06/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHW2823	8560026351	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MXH1660	8560026282	7463/0	08/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIH2068	8560026330	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM6450	8560025753	7455/0	31/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIQ5802	8560026126	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC9046	8560025863	7455/0	10/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJF1019	8560026266	7455/0	05/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJY2759	8560026153	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ6838	8560026226	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC4121	8560026175	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF4885	8560026043	7455/0	27/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKI8185	8560025621	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKJ0496	8560025831	7455/0	11/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO9541	8560026167	7455/0	31/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB6901	8560025864	7455/0	12/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 811/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 811/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMV8013	8560027246	7455/0	16/03/2014	218 * I
ANM1020	8560026765	7463/0	28/02/2014	218 * II
AOS8172	8560026734	7463/0	25/02/2014	218 * II
AOY5270	8560026896	7455/0	01/03/2014	218 * I
AWO5963	8560026003	7455/0	23/01/2014	218 * I
AXI4767	8560027002	7455/0	09/03/2014	218 * I
BRF3200	8560027243	7463/0	16/03/2014	218 * II
BRF3200	8560027283	7455/0	16/03/2014	218 * I
CVC0316	8560027211	7455/0	13/03/2014	218 * I
EFT0238	8560027232	7455/0	15/03/2014	218 * I
IOC7330	8560027223	7455/0	14/03/2014	218 * I
ITM7373	8560027260	7455/0	14/03/2014	218 * I
MEW2617	8560027022	7463/0	09/03/2014	218 * II
MFM4914	8560027386	7455/0	21/03/2014	218 * I
MGS7815	8560027426	7455/0	19/03/2014	218 * I
MKE1766	8560026892	7463/0	27/02/2014	218 * II
MKM2310	8560027087	7455/0	07/03/2014	218 * I
OCI1177	8560026255	7455/0	04/02/2014	218 * I
OCI1177	8560026263	7455/0	05/02/2014	218 * I
OEN3518	8560027000	7463/0	09/03/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 812/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 812/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOO1577	8560026256	7455/0	04/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOZ1956	8560025778	7455/0	03/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASP1042	8560025793	7455/0	09/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATJ7113	8560026359	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
CZK1947	8560026491	7471/0	16/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
JYO7542	8560026493	7455/0	17/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
KJC5322	8560026122	7463/0	01/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
KJC5322	8560026243	7455/0	01/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBR4509	8560026501	7471/0	16/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MGC3934	8560026565	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO0753	8560026519	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRÂNSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 813/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 813/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQN6150	8560027583	7455/0	29/03/2014	218 * I
AVD1502	8560027600	7463/0	05/04/2014	218 * II
BUK2470	8560026979	7455/0	05/03/2014	218 * I
GWQ9030	8560027210	7455/0	12/03/2014	218 * I
HDJ1692	8560027006	7471/0	09/03/2014	218 * III
IDI4745	8560027011	7455/0	09/03/2014	218 * I
JUM8704	8560027622	7455/0	06/04/2014	218 * I
LXI0503	8560027164	7455/0	08/03/2014	218 * I
LXI7206	8560027526	7455/0	27/03/2014	218 * I
LXJ7098	8560027640	7455/0	07/04/2014	218 * I
LXJ8889	8560027123	7463/0	06/03/2014	218 * II
LXV6479	8560027584	7463/0	31/03/2014	218 * II
MAO9310	8560027281	7455/0	16/03/2014	218 * I
MAP3696	8560027001	7455/0	09/03/2014	218 * I
MAV1228	8560027550	7455/0	27/03/2014	218 * I
MBD0858	8560027071	7455/0	07/03/2014	218 * I
MBD5788	8560027235	7455/0	15/03/2014	218 * I
MBU3157	8560027577	7455/0	26/03/2014	218 * I
MCL4669	8560027689	7463/0	06/04/2014	218 * II
MCX4504	8560027209	7455/0	12/03/2014	218 * I
MDG3904	8560027101	7455/0	04/03/2014	218 * I
MDG3904	8560027134	7455/0	06/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027048	7455/0	07/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027081	7463/0	05/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027082	7463/0	07/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027085	7463/0	05/03/2014	218 * II



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEO8439	8560027088	7463/0	08/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027090	7463/0	05/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027093	7455/0	08/03/2014	218 * I
MET8146	8560027621	7455/0	06/04/2014	218 * I
MEV0160	8560027562	7463/0	28/03/2014	218 * II
MEV0160	8560027573	7455/0	28/03/2014	218 * I
MEZ1405	8560027021	7463/0	09/03/2014	218 * II
MFE9882	8560027507	7463/0	25/03/2014	218 * II
MFN3727	8560027671	7455/0	06/04/2014	218 * I
MGD8689	8560027576	7455/0	26/03/2014	218 * I
MGF4777	8560027257	7455/0	13/03/2014	218 * I
MGG5563	8560027674	7455/0	07/04/2014	218 * I
MGL3831	8560027535	7471/0	27/03/2014	218 * III
MGT0644	8560027681	7463/0	04/04/2014	218 * II
MHD4159	8560027258	7463/0	13/03/2014	218 * II
MIB4341	8560027680	7455/0	07/04/2014	218 * I
MIX1813	8560027049	7455/0	07/03/2014	218 * I
MJF7605	8560027659	7471/0	02/04/2014	218 * III
MJK1007	8560027643	7455/0	02/04/2014	218 * I
MJT9291	8560027668	7455/0	03/04/2014	218 * I
MKC6607	8560026999	7463/0	09/03/2014	218 * II
MKC7251	8560027332	7455/0	15/03/2014	218 * I
MKJ8554	8560027175	7455/0	09/03/2014	218 * I
MKQ9541	8560027517	7455/0	28/03/2014	218 * I
MKR2484	8560027083	7455/0	09/03/2014	218 * I
MKR2484	8560027160	7455/0	08/03/2014	218 * I
MKV0092	8560027511	7455/0	27/03/2014	218 * I
MLD5260	8560027195	7463/0	10/03/2014	218 * II
MLJ4061	8560027076	7455/0	07/03/2014	218 * I
MLR7112	8560027555	7455/0	29/03/2014	218 * I
MMA2895	8560027197	7455/0	10/03/2014	218 * I
MMB1734	8560027683	7455/0	05/04/2014	218 * I
NMA6410	8560027540	7455/0	29/03/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 814/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 814/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOG8021	8560026385	7471/0	09/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
EFP8534	8560026352	7455/0	10/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
GGJ0009	8560026564	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
IKQ1721	8560026221	7463/0	29/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
INV0914	8560026449	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBC5326	8560026231	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO2794	8560026526	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT0070	8560026424	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDA4667	8560026544	7471/0	15/02/2014	R\$ 574,61	218 * III
MET5451	8560026470	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ2074	8560026484	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW9111	8560026136	7455/0	02/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX0582	8560026432	7463/0	12/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJB9654	8560026146	7463/0	28/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJK6233	8560026537	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV9866	8560026446	7455/0	14/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 815/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 815/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACT6151	8560027936	7455/0	18/04/2014	218 * I
AHN4042	8560027721	7463/0	14/04/2014	218 * II
AJB6032	8560027909	7455/0	17/04/2014	218 * I
AJZ8295	8560027836	7463/0	20/04/2014	218 * II
ALS0545	8560027922	7455/0	18/04/2014	218 * I
ALS0545	8560028022	7455/0	20/04/2014	218 * I
ALS0545	8560028026	7471/0	20/04/2014	218 * III
ALS0545	8560028039	7463/0	20/04/2014	218 * II
AMX1668	8560027783	7455/0	09/04/2014	218 * I
ANV4681	8560027918	7463/0	18/04/2014	218 * II
ANV4681	8560028083	7455/0	21/04/2014	218 * I
AOD4367	8560027593	7471/0	03/04/2014	218 * III
AOD4367	8560027644	7455/0	03/04/2014	218 * I
AOY9653	8560028166	7455/0	22/04/2014	218 * I
COJ5280	8560028229	7455/0	23/04/2014	218 * I
CSP8887	8560028136	7455/0	22/04/2014	218 * I
DFL0103	8560027472	7455/0	23/03/2014	218 * I
FHL4691	8560028106	7455/0	15/04/2014	218 * I
IDA2673	8560027442	7455/0	22/03/2014	218 * I
IHI3596	8560028113	7455/0	17/04/2014	218 * I
IKL8840	8560027609	7455/0	03/04/2014	218 * I
IKP6027	8560027896	7455/0	17/04/2014	218 * I
ITC1800	8560027735	7455/0	13/04/2014	218 * I
JNH0668	8560028004	7463/0	19/04/2014	218 * II
KXR0999	8560027819	7455/0	18/04/2014	218 * I
LXI7206	8560027979	7455/0	19/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXK7370	8560027977	7463/0	19/04/2014	218 * II
LXT6437	8560027913	7455/0	17/04/2014	218 * I
LYB6255	8560027475	7455/0	23/03/2014	218 * I
LYP1490	8560027705	7455/0	13/04/2014	218 * I
LYT2133	8560027894	7455/0	17/04/2014	218 * I
LZE2648	8560027982	7455/0	19/04/2014	218 * I
LZH2683	8560028174	7455/0	22/04/2014	218 * I
LZI2308	8560027590	7455/0	02/04/2014	218 * I
MAJ5552	8560028223	7471/0	23/04/2014	218 * III
MAK0621	8560027454	7455/0	22/03/2014	218 * I
MBE2282	8560027872	7455/0	16/04/2014	218 * I
MBZ6356	8560027904	7455/0	17/04/2014	218 * I
MCJ2625	8560027691	7463/0	09/04/2014	218 * II
MCS5278	8560027844	7455/0	17/04/2014	218 * I
MCV9104	8560027692	7463/0	10/04/2014	218 * II
MCV9104	8560027696	7455/0	11/04/2014	218 * I
MCV9104	8560027708	7471/0	14/04/2014	218 * III
MCV9104	8560027743	7455/0	08/04/2014	218 * I
MDA9672	8560027267	7455/0	11/03/2014	218 * I
MDE4169	8560028058	7455/0	21/04/2014	218 * I
MDG5514	8560027766	7455/0	09/04/2014	218 * I
MDG7052	8560027754	7455/0	11/04/2014	218 * I
MDN2524	8560027980	7455/0	19/04/2014	218 * I
MDN7740	8560027452	7463/0	22/03/2014	218 * II
MDQ1843	8560027826	7455/0	18/04/2014	218 * I
MEO8439	8560027248	7471/0	16/03/2014	218 * III
MEO8439	8560027286	7455/0	12/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027290	7455/0	14/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027293	7455/0	17/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027324	7463/0	13/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027328	7455/0	17/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027329	7463/0	14/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027330	7463/0	15/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027333	7455/0	15/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027336	7463/0	15/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027425	7455/0	19/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027430	7463/0	21/03/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEO8439	8560027433	7455/0	19/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027435	7463/0	20/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027437	7463/0	21/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027466	7463/0	20/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027470	7455/0	24/03/2014	218 * I
MEQ8746	8560027944	7455/0	18/04/2014	218 * I
MEQ8746	8560027950	7455/0	18/04/2014	218 * I
MEQ8746	8560027985	7463/0	19/04/2014	218 * II
MEQ8746	8560028001	7455/0	19/04/2014	218 * I
MEV3679	8560027748	7455/0	11/04/2014	218 * I
MFP6866	8560027428	7455/0	21/03/2014	218 * I
MGE2762	8560027628	7455/0	06/04/2014	218 * I
MGI7751	8560027635	7455/0	01/04/2014	218 * I
MGT4698	8560027866	7455/0	16/04/2014	218 * I
MGU9888	8560027755	7455/0	11/04/2014	218 * I
MGV5062	8560027772	7455/0	14/04/2014	218 * I
MGW9810	8560027829	7455/0	21/04/2014	218 * I
MHJ7612	8560028216	7455/0	23/04/2014	218 * I
MHK3232	8560027845	7455/0	18/04/2014	218 * I
MHK3232	8560027852	7455/0	18/04/2014	218 * I
MHK8685	8560027024	7455/0	10/03/2014	218 * I
MHO4666	8560027875	7455/0	16/04/2014	218 * I
MHQ0310	8560027498	7463/0	28/03/2014	218 * II
MHU3863	8560027516	7463/0	28/03/2014	218 * II
MIJ0584	8560028043	7471/0	20/04/2014	218 * III
MIJ3639	8560027702	7471/0	13/04/2014	218 * III
MIL9859	8560027553	7463/0	28/03/2014	218 * II
MIV5673	8560028084	7455/0	21/04/2014	218 * I
MJE9884	8560027481	7455/0	22/03/2014	218 * I
MJF3318	8560027915	7455/0	17/04/2014	218 * I
MJK2296	8560027722	7455/0	14/04/2014	218 * I
MKK1386	8560028227	7455/0	23/04/2014	218 * I
MKK1485	8560028047	7455/0	21/04/2014	218 * I
MLB5898	8560028279	7455/0	24/04/2014	218 * I
MLF4452	8560027344	7471/0	11/03/2014	218 * III
MLL1595	8560027471	7455/0	22/03/2014	218 * I
MLU8836	8560027770	7455/0	13/04/2014	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLX3875	8560027817	7471/0	17/04/2014	218 * III
MMM2812	8560027389	7455/0	21/03/2014	218 * I
MWB9328	8560028177	7455/0	24/04/2014	218 * I
NEW7045	8560027825	7455/0	17/04/2014	218 * I
NPL7275	8560027365	7455/0	15/03/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 816/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 816/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ART7729	8560026826	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CSP8887	8560026910	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
IEY6358	8560025918	7455/0	18/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
IUM9801	8560026480	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYB1895	8560026453	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBK8977	8560026274	7463/0	07/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCW3143	8560026806	7463/0	03/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDR6664	8560026138	7455/0	03/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGY9868	8560026913	7455/0	25/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY6760	8560026527	7455/0	11/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ3778	8560026618	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS4960	8560026546	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 817/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 817/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFG3296	8560027552	7455/0	27/03/2014	218 * I
AJN1152	8560027992	7463/0	19/04/2014	218 * II
AMT2106	8560027960	7471/0	18/04/2014	218 * III
ARK5389	8560027687	7455/0	04/04/2014	218 * I
AUM9211	8560027704	7471/0	13/04/2014	218 * III
DIZ1024	8560027420	7455/0	23/03/2014	218 * I
EBB8977	8560027617	7471/0	06/04/2014	218 * III
IAZ3834	8560027808	7455/0	15/04/2014	218 * I
IHA6992	8560027611	7455/0	04/04/2014	218 * I
ILF4232	8560028243	7455/0	26/04/2014	218 * I
LWZ5496	8560028130	7455/0	26/04/2014	218 * I
LXM3492	8560028128	7455/0	24/04/2014	218 * I
LXM4604	8560027882	7455/0	17/04/2014	218 * I
MAA6044	8560027988	7455/0	19/04/2014	218 * I
MBY7356	8560027940	7455/0	18/04/2014	218 * I
MBY7356	8560028030	7463/0	20/04/2014	218 * II
MBY7356	8560028060	7455/0	21/04/2014	218 * I
MCH2100	8560028147	7455/0	24/04/2014	218 * I
MCV9104	8560027793	7463/0	16/04/2014	218 * II
MCV9104	8560027794	7471/0	16/04/2014	218 * III
MCV9104	8560027795	7471/0	17/04/2014	218 * III
MCV9104	8560027814	7463/0	16/04/2014	218 * II
MCV9104	8560027816	7455/0	17/04/2014	218 * I
MCV9104	8560028123	7455/0	22/04/2014	218 * I
MCV9104	8560028124	7463/0	22/04/2014	218 * II
MCV9104	8560028129	7463/0	24/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCV9104	8560028133	7463/0	22/04/2014	218 * II
MCV9104	8560028138	7463/0	24/04/2014	218 * II
MCV9104	8560028155	7455/0	25/04/2014	218 * I
MCV9104	8560028163	7471/0	25/04/2014	218 * III
MCV9104	8560028183	7455/0	25/04/2014	218 * I
MDM4554	8560027883	7455/0	17/04/2014	218 * I
MDS1908	8560028171	7455/0	26/04/2014	218 * I
MED8805	8560028247	7455/0	22/04/2014	218 * I
MEO8439	8560027527	7455/0	28/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027564	7463/0	30/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027567	7455/0	28/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027568	7455/0	28/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027569	7455/0	28/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027571	7463/0	30/03/2014	218 * II
MEO8439	8560027574	7455/0	28/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027582	7455/0	28/03/2014	218 * I
MGA3042	8560028144	7455/0	26/04/2014	218 * I
MGO3798	8560028064	7471/0	21/04/2014	218 * III
MGO3798	8560028203	7463/0	22/04/2014	218 * II
MGQ5989	8560028265	7455/0	25/04/2014	218 * I
MGs7815	8560027895	7471/0	17/04/2014	218 * III
MGT1142	8560027534	7455/0	27/03/2014	218 * I
MHK8685	8560027413	7455/0	20/03/2014	218 * I
MHU5148	8560027522	7455/0	27/03/2014	218 * I
MIF3558	8560027570	7455/0	30/03/2014	218 * I
MJW9953	8560028154	7455/0	25/04/2014	218 * I
MJZ6170	8560027949	7455/0	18/04/2014	218 * I
MKS6029	8560027860	7455/0	16/04/2014	218 * I
MLJ9822	8560027886	7455/0	17/04/2014	218 * I
MLM5386	8560027876	7455/0	17/04/2014	218 * I
MLY4453	8560028142	7455/0	25/04/2014	218 * I
MMD8271	8560028038	7463/0	20/04/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 818/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 818/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BMA1945	8560027092	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
COG6534	8560026435	7455/0	12/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
GSY5959	8560026486	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
HKO5818	8560026579	7455/0	15/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
IFY7260	8560027061	7455/0	07/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
JOR9117	8560027111	7463/0	05/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYQ7467	8560027031	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC1407	8560026466	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ4428	8560027173	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR0596	8560027012	7455/0	09/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX3177	8560027020	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRÂNSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 819/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 819/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALB7182	8560027602	7455/0	06/04/2014	218 * I
BMS9674	8560027654	7463/0	04/04/2014	218 * II
FIS2272	8560027524	7455/0	29/03/2014	218 * I
GXW3616	8560028196	7463/0	22/04/2014	218 * II
ISK4700	8560028093	7455/0	18/04/2014	218 * I
KHJ5093	8560027542	7455/0	31/03/2014	218 * I
LXK3030	8560027620	7455/0	05/04/2014	218 * I
LZQ9230	8560027587	7455/0	01/04/2014	218 * I
MAJ9770	8560027623	7455/0	06/04/2014	218 * I
MAN8905	8560027493	7455/0	27/03/2014	218 * I
MDC1726	8560027528	7455/0	27/03/2014	218 * I
MEO8439	8560027634	7455/0	01/04/2014	218 * I
MEO8439	8560027637	7463/0	03/04/2014	218 * II
MEO8439	8560027638	7455/0	04/04/2014	218 * I
MEO8439	8560027641	7455/0	07/04/2014	218 * I
MEO8439	8560027667	7455/0	01/04/2014	218 * I
MEO8439	8560027669	7455/0	05/04/2014	218 * I
MEO8439	8560027672	7463/0	07/04/2014	218 * II
MEZ3072	8560027547	7455/0	25/03/2014	218 * I
MFV5523	8560027589	7463/0	02/04/2014	218 * II
MGJ2604	8560027538	7455/0	29/03/2014	218 * I
MGU4484	8560027489	7455/0	26/03/2014	218 * I
MHJ2074	8560028178	7455/0	25/04/2014	218 * I
MIB0416	8560027740	7463/0	12/04/2014	218 * II
MIN1332	8560027606	7455/0	01/04/2014	218 * I
MKC7251	8560027626	7455/0	05/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKC7251	8560027677	7455/0	01/04/2014	218 * I
MKE7728	8560027585	7455/0	01/04/2014	218 * I
MKN2592	8560027532	7455/0	31/03/2014	218 * I
MLK5294	8560027856	7455/0	17/04/2014	218 * I
MLM6533	8560028092	7463/0	17/04/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 820/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 820/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAQ8829	8560027366	7455/0	16/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCJ7100	8560027218	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE5410	8560027316	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKL4621	8560027313	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 821/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 821/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA7517	8560028393	7455/0	04/05/2014	218 * I
AHG9876	8560028379	7455/0	03/05/2014	218 * I
AIE5040	8560028459	7455/0	05/05/2014	218 * I
AIX9328	8560028491	7463/0	09/05/2014	218 * II
AJD7885	8560027624	7455/0	01/04/2014	218 * I
AJD7885	8560027663	7471/0	06/04/2014	218 * III
AMX1668	8560028302	7455/0	02/05/2014	218 * I
AMX1668	8560028304	7455/0	02/05/2014	218 * I
APF8372	8560028289	7455/0	02/05/2014	218 * I
ATT0967	8560028444	7455/0	06/05/2014	218 * I
AUA9115	8560027486	7455/0	25/03/2014	218 * I
AUY8918	8560027459	7455/0	22/03/2014	218 * I
BCE7777	8560028403	7455/0	10/05/2014	218 * I
CGO9086	8560027765	7455/0	09/04/2014	218 * I
EBX6550	8560028357	7455/0	01/05/2014	218 * I
EBX6550	8560028373	7455/0	01/05/2014	218 * I
EJO0002	8560028429	7455/0	05/05/2014	218 * I
EZT4180	8560028513	7455/0	07/05/2014	218 * I
IAT1023	8560028076	7455/0	21/04/2014	218 * I
IBE4485	8560028122	7455/0	22/04/2014	218 * I
JUM8704	8560028338	7455/0	27/04/2014	218 * I
KAD5368	8560028318	7455/0	29/04/2014	218 * I
LWV7295	8560028406	7455/0	04/05/2014	218 * I
LXJ3505	8560028280	7455/0	24/04/2014	218 * I
LYC2497	8560027741	7455/0	13/04/2014	218 * I
LYH7311	8560028518	7455/0	10/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYU7123	8560027747	7455/0	08/04/2014	218 * I
LZJ7095	8560027931	7455/0	18/04/2014	218 * I
LZS2715	8560027778	7455/0	08/04/2014	218 * I
MAL6546	8560027728	7455/0	10/04/2014	218 * I
MAL6546	8560027731	7455/0	12/04/2014	218 * I
MAL6546	8560027739	7455/0	10/04/2014	218 * I
MAV1201	8560028413	7455/0	10/05/2014	218 * I
MAW2542	8560028479	7455/0	10/05/2014	218 * I
MBC3594	8560027715	7455/0	10/04/2014	218 * I
MBF2084	8560028395	7463/0	04/05/2014	218 * II
MBW8114	8560028489	7455/0	08/05/2014	218 * I
MCI6825	8560027729	7455/0	10/04/2014	218 * I
MCS2202	8560028016	7471/0	20/04/2014	218 * III
MCV9104	8560028285	7455/0	28/04/2014	218 * I
MCV9104	8560028291	7455/0	02/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028293	7463/0	03/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028294	7463/0	03/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028332	7463/0	29/04/2014	218 * II
MCV9104	8560028333	7463/0	29/04/2014	218 * II
MCV9104	8560028343	7455/0	29/04/2014	218 * I
MCV9104	8560028344	7455/0	29/04/2014	218 * I
MCV9104	8560028346	7463/0	02/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028397	7455/0	05/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028398	7463/0	07/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028402	7455/0	09/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028411	7463/0	09/05/2014	218 * II
MDA9672	8560027625	7455/0	05/04/2014	218 * I
MDD2407	8560027899	7455/0	17/04/2014	218 * I
MDD2407	8560027930	7455/0	18/04/2014	218 * I
MDD2407	8560027972	7455/0	19/04/2014	218 * I
MDR2348	8560028049	7455/0	21/04/2014	218 * I
MEO8439	8560027742	7455/0	08/04/2014	218 * I
MEO8439	8560027774	7463/0	13/04/2014	218 * II
MEO8439	8560027777	7455/0	13/04/2014	218 * I
MFG7159	8560028471	7455/0	08/05/2014	218 * I
MGA2037	8560028512	7455/0	06/05/2014	218 * I
MGB4432	8560028364	7455/0	03/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGC0518	8560028269	7455/0	22/04/2014	218 * I
MGF4777	8560028072	7463/0	21/04/2014	218 * II
MGP5656	8560027706	7455/0	13/04/2014	218 * I
MGQ2177	8560028435	7455/0	07/05/2014	218 * I
MGR0097	8560028377	7455/0	02/05/2014	218 * I
MGW9959	8560027685	7455/0	01/04/2014	218 * I
MGZ8304	8560028369	7455/0	28/04/2014	218 * I
MHE9249	8560028469	7455/0	08/05/2014	218 * I
MHI0012	8560028488	7455/0	08/05/2014	218 * I
MHI0432	8560028323	7455/0	01/05/2014	218 * I
MHK8685	8560027784	7455/0	11/04/2014	218 * I
MHM5764	8560028481	7455/0	11/05/2014	218 * I
MHN9577	8560028324	7455/0	03/05/2014	218 * I
MHN9913	8560027897	7455/0	17/04/2014	218 * I
MHS2068	8560028508	7455/0	07/05/2014	218 * I
MHU3863	8560028169	7455/0	24/04/2014	218 * I
MHU4249	8560028327	7455/0	28/04/2014	218 * I
MIV4136	8560027684	7455/0	01/04/2014	218 * I
MJF5607	8560027763	7455/0	08/04/2014	218 * I
MJF6961	8560028345	7455/0	01/05/2014	218 * I
MJP0487	8560027878	7455/0	17/04/2014	218 * I
MJP0487	8560027923	7455/0	18/04/2014	218 * I
MJR6409	8560028020	7455/0	20/04/2014	218 * I
MJW9953	8560028372	7455/0	01/05/2014	218 * I
MKJ4724	8560027712	7455/0	09/04/2014	218 * I
MKP0462	8560028134	7455/0	22/04/2014	218 * I
MLJ3428	8560027586	7463/0	01/04/2014	218 * II
MMA4179	8560028351	7455/0	28/04/2014	218 * I
MMA6633	8560027761	7463/0	14/04/2014	218 * II
MMJ6242	8560028408	7455/0	06/05/2014	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 822/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 822/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANZ5128	8560026641	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOS0659	8560026873	7455/0	27/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASU0943	8560026814	7463/0	26/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
CCK9901	8560027368	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
HBG5625	8560027239	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
KMF4289	8560026624	7463/0	24/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXV5957	8560026847	7463/0	03/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYI3988	8560026620	7455/0	24/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV0676	8560027429	7455/0	21/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFK0738	8560026770	7471/0	01/03/2014	R\$ 574,61	218 * III
MGA8669	8560026598	7455/0	20/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV4937	8560026861	7455/0	28/02/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 823/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 823/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAF2586	8560028546	7455/0	16/05/2014	218 * I
AFA3167	8560028307	7455/0	03/05/2014	218 * I
AGJ9200	8560028605	7455/0	18/05/2014	218 * I
AGV6137	8560027874	7455/0	16/04/2014	218 * I
AHV4959	8560027632	7455/0	06/04/2014	218 * I
AJQ2546	8560028616	7455/0	13/05/2014	218 * I
AKH3460	8560027902	7455/0	17/04/2014	218 * I
ANY3115	8560028578	7455/0	15/05/2014	218 * I
AOJ1559	8560028263	7455/0	22/04/2014	218 * I
ARK0880	8560028066	7463/0	21/04/2014	218 * II
BOX1958	8560028654	7455/0	18/05/2014	218 * I
CLG7438	8560027807	7455/0	15/04/2014	218 * I
CTP1505	8560028120	7455/0	21/04/2014	218 * I
GTG2227	8560028317	7455/0	29/04/2014	218 * I
ICT8307	8560027890	7463/0	17/04/2014	218 * II
IHZ4723	8560027601	7463/0	06/04/2014	218 * II
IJT1995	8560027695	7455/0	11/04/2014	218 * I
IQX9426	8560028541	7455/0	18/05/2014	218 * I
LWW8885	8560028617	7455/0	14/05/2014	218 * I
LXZ2770	8560027976	7455/0	19/04/2014	218 * I
LYE6421	8560027971	7455/0	19/04/2014	218 * I
LYH7311	8560028540	7455/0	18/05/2014	218 * I
LYS7775	8560028632	7463/0	18/05/2014	218 * II
LZT9638	8560027792	7455/0	16/04/2014	218 * I
LZU2099	8560027917	7455/0	18/04/2014	218 * I
LZU2099	8560027947	7455/0	18/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZU5874	8560027730	7463/0	12/04/2014	218 * II
MAE7706	8560027880	7455/0	17/04/2014	218 * I
MAL6546	8560027823	7455/0	16/04/2014	218 * I
MAR3930	8560027955	7455/0	18/04/2014	218 * I
MAV2458	8560028185	7471/0	22/04/2014	218 * III
MBJ5699	8560028278	7455/0	23/04/2014	218 * I
MBK6833	8560027965	7463/0	19/04/2014	218 * II
MBP7494	8560028112	7455/0	16/04/2014	218 * I
MBQ3316	8560028622	7455/0	16/05/2014	218 * I
MCR4896	8560028090	7455/0	17/04/2014	218 * I
MCS1237	8560027920	7455/0	18/04/2014	218 * I
MCS1237	8560028074	7455/0	21/04/2014	218 * I
MCT0414	8560028625	7455/0	17/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028530	7463/0	15/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028532	7463/0	16/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028544	7455/0	14/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028547	7463/0	16/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028566	7455/0	14/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028588	7463/0	13/05/2014	218 * II
MCZ0922	8560028255	7455/0	25/04/2014	218 * I
MDD2905	8560028599	7455/0	15/05/2014	218 * I
MDD2905	8560028618	7455/0	15/05/2014	218 * I
MDG5617	8560028159	7455/0	24/04/2014	218 * I
MDJ0379	8560028527	7455/0	13/05/2014	218 * I
MDK2700	8560028245	7455/0	26/04/2014	218 * I
MDO2399	8560027934	7455/0	18/04/2014	218 * I
MDZ0684	8560027990	7455/0	19/04/2014	218 * I
MED4641	8560028591	7455/0	12/05/2014	218 * I
MED4867	8560028139	7455/0	24/04/2014	218 * I
MEM3827	8560027694	7455/0	11/04/2014	218 * I
MEO8439	8560028107	7455/0	17/04/2014	218 * I
MEO8439	8560028162	7455/0	25/04/2014	218 * I
MEO8439	8560028168	7455/0	23/04/2014	218 * I
MEO8439	8560028264	7463/0	22/04/2014	218 * II
MEO8439	8560028266	7455/0	25/04/2014	218 * I
MEO8439	8560028271	7455/0	24/04/2014	218 * I
MEP4010	8560028589	7455/0	17/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEU0383	8560028252	7455/0	23/04/2014	218 * I
MF18072	8560027978	7471/0	19/04/2014	218 * III
MF18072	8560028186	7455/0	22/04/2014	218 * I
MFO5018	8560028125	7455/0	23/04/2014	218 * I
MFW8597	8560028627	7455/0	17/05/2014	218 * I
MGB4432	8560028603	7455/0	16/05/2014	218 * I
MGH1984	8560028077	7463/0	21/04/2014	218 * II
MGK7016	8560027891	7455/0	17/04/2014	218 * I
MGL6737	8560028228	7455/0	23/04/2014	218 * I
MGN9660	8560028592	7455/0	12/05/2014	218 * I
MGO2550	8560028574	7463/0	16/05/2014	218 * II
MGS6900	8560028215	7455/0	23/04/2014	218 * I
MGX5913	8560027813	7455/0	16/04/2014	218 * I
MGX8497	8560027838	7455/0	20/04/2014	218 * I
MHD6888	8560027911	7455/0	17/04/2014	218 * I
MHD6888	8560027912	7471/0	17/04/2014	218 * III
MHJ8779	8560028567	7455/0	15/05/2014	218 * I
MHV9437	8560028564	7455/0	12/05/2014	218 * I
MIC8012	8560028611	7455/0	12/05/2014	218 * I
MIN3925	8560028549	7455/0	17/05/2014	218 * I
MIQ7627	8560028621	7455/0	16/05/2014	218 * I
MJA9647	8560027954	7463/0	18/04/2014	218 * II
MJC8945	8560027956	7455/0	18/04/2014	218 * I
MJI0330	8560028210	7455/0	22/04/2014	218 * I
MJK2178	8560027919	7463/0	18/04/2014	218 * II
MJO6973	8560028230	7463/0	23/04/2014	218 * II
MJQ4995	8560028267	7455/0	22/04/2014	218 * I
MJZ6358	8560027841	7455/0	21/04/2014	218 * I
MKD8451	8560028027	7455/0	20/04/2014	218 * I
MKI1706	8560028554	7455/0	13/05/2014	218 * I
MKI6592	8560027999	7455/0	19/04/2014	218 * I
MKK1485	8560028601	7455/0	16/05/2014	218 * I
MKM2654	8560027830	7455/0	21/04/2014	218 * I
MKM8560	8560028273	7455/0	23/04/2014	218 * I
MKR4196	8560028176	7455/0	23/04/2014	218 * I
MKR9527	8560028537	7463/0	17/05/2014	218 * II
MKT9982	8560027981	7455/0	19/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLF1904	8560028538	7455/0	17/05/2014	218 * I
MLF7892	8560027986	7455/0	19/04/2014	218 * I
MLG4245	8560028035	7455/0	20/04/2014	218 * I
MLR7112	8560028634	7471/0	18/05/2014	218 * III
MLV5499	8560028212	7455/0	22/04/2014	218 * I
MLV8902	8560028005	7455/0	19/04/2014	218 * I
MLV8902	8560028209	7455/0	22/04/2014	218 * I
MMA6633	8560028118	7455/0	19/04/2014	218 * I
MMC3872	8560027851	7463/0	18/04/2014	218 * II
MMC4122	8560028561	7455/0	17/05/2014	218 * I
NWP3105	8560027884	7463/0	17/04/2014	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 824/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 824/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MET3590	8560026785	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEV4311	8560027109	7455/0	05/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGH4654	8560026945	7455/0	01/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGP6900	8560027167	7455/0	08/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJS7090	8560026800	7463/0	03/03/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 825/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 825/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGZ1821	8560028536	7463/0	17/05/2014	218 * II
AJD7885	8560027842	7455/0	21/04/2014	218 * I
AVT1452	8560028727	7455/0	23/05/2014	218 * I
AVT1452	8560028744	7455/0	24/05/2014	218 * I
AYD3097	8560028640	7455/0	12/05/2014	218 * I
CFB5923	8560028131	7455/0	26/04/2014	218 * I
DIG3936	8560028098	7455/0	19/04/2014	218 * I
HOK1546	8560028238	7455/0	25/04/2014	218 * I
IIX3238	8560027997	7455/0	19/04/2014	218 * I
ITC2219	8560028108	7455/0	18/04/2014	218 * I
MAN8905	8560028233	7455/0	23/04/2014	218 * I
MAN8905	8560028251	7455/0	23/04/2014	218 * I
MCO7231	8560028630	7455/0	17/05/2014	218 * I
MFG7159	8560028717	7455/0	19/05/2014	218 * I
MFG7159	8560028726	7463/0	23/05/2014	218 * II
MFN6637	8560027824	7455/0	17/04/2014	218 * I
MFS7468	8560028257	7455/0	25/04/2014	218 * I
MGP7800	8560028712	7455/0	22/05/2014	218 * I
MGX4314	8560028688	7455/0	19/05/2014	218 * I
MHE3730	8560028670	7455/0	19/05/2014	218 * I
MHZ6870	8560028741	7455/0	19/05/2014	218 * I
MJU6753	8560027843	7455/0	21/04/2014	218 * I
MKS7148	8560028007	7455/0	19/04/2014	218 * I
MLJ9070	8560028682	7455/0	23/05/2014	218 * I
MMH0863	8560028172	7455/0	26/04/2014	218 * I
OIL0057	8560028182	7455/0	26/04/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 826/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 826/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKN0083	8560027069	7455/0	06/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
CJY3757	8560027097	7463/0	04/03/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCV9104	8560027588	7471/0	02/04/2014	R\$ 574,61	218 * III
MCV9104	8560027592	7463/0	03/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCV9104	8560027594	7455/0	03/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCV9104	8560027613	7455/0	04/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
OIL0057	8560027627	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 827/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 827/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGY8237	8560028516	7455/0	09/05/2014	218 * I
AMX1668	8560028807	7455/0	30/05/2014	218 * I
AUM4040	8560028383	7455/0	03/05/2014	218 * I
CZX8274	8560028691	7455/0	24/05/2014	218 * I
FEP9581	8560028678	7455/0	20/05/2014	218 * I
HCS8560	8560028505	7455/0	10/05/2014	218 * I
IJK3311	8560028858	7455/0	30/05/2014	218 * I
LXE5665	8560028436	7455/0	09/05/2014	218 * I
LXK8827	8560028296	7455/0	27/04/2014	218 * I
LYB0657	8560028519	7455/0	04/05/2014	218 * I
LZM0432	8560028480	7455/0	10/05/2014	218 * I
LZN8340	8560028656	7455/0	19/05/2014	218 * I
LZP6728	8560028514	7455/0	10/05/2014	218 * I
LZY8590	8560028286	7463/0	28/04/2014	218 * II
MAA6044	8560028728	7455/0	23/05/2014	218 * I
MAI8881	8560028500	7455/0	10/05/2014	218 * I
MAO7242	8560028341	7455/0	03/05/2014	218 * I
MBO5617	8560028363	7455/0	03/05/2014	218 * I
MBP7340	8560028494	7463/0	11/05/2014	218 * II
MCF9061	8560028474	7455/0	09/05/2014	218 * I
MCK0992	8560028856	7455/0	31/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028658	7455/0	19/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028664	7463/0	23/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028667	7455/0	24/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028674	7455/0	20/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028677	7463/0	20/05/2014	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCV9104	8560028681	7463/0	21/05/2014	218 * II
MCX1593	8560028292	7455/0	02/05/2014	218 * I
MDC8994	8560028849	7455/0	01/06/2014	218 * I
MDJ0379	8560028783	7455/0	30/05/2014	218 * I
MEO8439	8560028328	7463/0	28/04/2014	218 * II
MEO8439	8560028330	7455/0	29/04/2014	218 * I
MEO8439	8560028384	7455/0	28/04/2014	218 * I
MEO8439	8560028386	7455/0	02/05/2014	218 * I
MEO8439	8560028439	7455/0	09/05/2014	218 * I
MEO8439	8560028496	7455/0	05/05/2014	218 * I
MEO8439	8560028497	7463/0	06/05/2014	218 * II
MEO8439	8560028507	7463/0	06/05/2014	218 * II
MFB7140	8560028838	7455/0	31/05/2014	218 * I
MFH7123	8560027850	7455/0	16/04/2014	218 * I
MGC0518	8560028350	7455/0	27/04/2014	218 * I
MGE9483	8560028829	7455/0	28/05/2014	218 * I
MGQ5412	8560028354	7455/0	29/04/2014	218 * I
MHO0876	8560028711	7455/0	20/05/2014	218 * I
MHO1110	8560028700	7455/0	22/05/2014	218 * I
MJI4722	8560028840	7455/0	01/06/2014	218 * I
MJO8288	8560028772	7455/0	01/06/2014	218 * I
MJW3740	8560028483	7455/0	05/05/2014	218 * I
MJY3200	8560028693	7463/0	20/05/2014	218 * II
MKG8565	8560028825	7455/0	26/05/2014	218 * I
MKY4023	8560028417	7455/0	04/05/2014	218 * I
MLA0268	8560028848	7455/0	26/05/2014	218 * I
MLQ3573	8560028817	7455/0	30/05/2014	218 * I
MLU7176	8560028790	7463/0	29/05/2014	218 * II
MLV8902	8560028419	7455/0	04/05/2014	218 * I
MMA6633	8560028382	7455/0	27/04/2014	218 * I
MMJ7381	8560028671	7455/0	19/05/2014	218 * I
MML4251	8560028842	7455/0	28/05/2014	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 828/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 828/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFL9293	8560027448	7455/0	18/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
AOC1442	8560027756	7455/0	12/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
IMK0616	8560025802	7455/0	13/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO6781	8560027767	7455/0	10/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR4539	8560027231	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI8266	8560027234	7455/0	15/03/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 829/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 829/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJH6087	8560028916	7455/0	02/06/2014	218 * I
AJW9366	8560028894	7455/0	04/06/2014	218 * I
AMK3239	8560028529	7455/0	14/05/2014	218 * I
AMX1668	8560028920	7471/0	04/06/2014	218 * III
BAL8887	8560028780	7455/0	28/05/2014	218 * I
BBX6006	8560028926	7455/0	04/06/2014	218 * I
BVU5768	8560028116	7455/0	16/04/2014	218 * I
CZK9637	8560028781	7455/0	29/05/2014	218 * I
CZX8274	8560028824	7455/0	26/05/2014	218 * I
ERY5888	8560028827	7455/0	27/05/2014	218 * I
HSA8812	8560028777	7455/0	26/05/2014	218 * I
IHQ5213	8560028375	7463/0	01/05/2014	218 * II
KDZ5829	8560028769	7455/0	31/05/2014	218 * I
LXK3355	8560028299	7455/0	30/04/2014	218 * I
LZZ7655	8560028521	7455/0	08/05/2014	218 * I
MAN8905	8560028334	7455/0	30/04/2014	218 * I
MAN8905	8560028425	7455/0	09/05/2014	218 * I
MAQ5689	8560028907	7455/0	04/06/2014	218 * I
MBR3072	8560028584	7455/0	17/05/2014	218 * I
MCB6340	8560028431	7455/0	08/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028752	7463/0	27/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028755	7471/0	28/05/2014	218 * III
MCV9104	8560028757	7463/0	29/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028766	7463/0	30/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028767	7463/0	30/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028787	7471/0	30/05/2014	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCV9104	8560028801	7455/0	27/05/2014	218 * I
MCV9104	8560028802	7463/0	27/05/2014	218 * II
MCV9104	8560028820	7455/0	01/06/2014	218 * I
MCW0819	8560028888	7455/0	06/06/2014	218 * I
MDN0489	8560028765	7455/0	30/05/2014	218 * I
MDS8771	8560028635	7455/0	12/05/2014	218 * I
MEG8805	8560028893	7455/0	04/06/2014	218 * I
MEM7247	8560028486	7455/0	07/05/2014	218 * I
MEQ4541	8560028600	7455/0	16/05/2014	218 * I
MFA6942	8560028606	7455/0	18/05/2014	218 * I
MFG7159	8560028931	7455/0	03/06/2014	218 * I
MFH8139	8560028910	7455/0	06/06/2014	218 * I
MFV8909	8560028821	7455/0	01/06/2014	218 * I
MGF8708	8560028868	7463/0	04/06/2014	218 * II
MGF8708	8560028881	7455/0	04/06/2014	218 * I
MGJ2241	8560028652	7455/0	17/05/2014	218 * I
MGT5222	8560028110	7455/0	17/04/2014	218 * I
MHD0098	8560028399	7455/0	08/05/2014	218 * I
MHO8520	8560028930	7455/0	02/06/2014	218 * I
MHS2068	8560028905	7455/0	07/06/2014	218 * I
MHY3674	8560028506	7455/0	11/05/2014	218 * I
MIX0266	8560028862	7455/0	03/06/2014	218 * I
MJM3686	8560028542	7463/0	12/05/2014	218 * II
MJP5586	8560028325	7463/0	03/05/2014	218 * II
MKM6066	8560028901	7455/0	07/06/2014	218 * I
MKR6405	8560028580	7455/0	17/05/2014	218 * I
MKY0255	8560028941	7455/0	08/06/2014	218 * I
MKY6336	8560028528	7455/0	13/05/2014	218 * I
MKZ6022	8560028911	7455/0	02/06/2014	218 * I
MLC1745	8560028633	7455/0	18/05/2014	218 * I
MLJ4061	8560028629	7463/0	17/05/2014	218 * II
MLT1179	8560028095	7455/0	18/04/2014	218 * I
MLT7848	8560028556	7455/0	15/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 830/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 830/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKG8541	8560027575	7455/0	25/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYF5311	8560028006	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYT5393	8560027549	7455/0	26/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO0695	8560027204	7455/0	11/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT0652	8560028226	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH8907	8560027974	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH8907	8560028034	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCY3993	8560027867	7463/0	16/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDJ0379	8560028250	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT1712	8560028221	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT9291	8560027853	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC6583	8560027827	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT5388	8560027877	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT5388	8560028232	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY4023	8560027921	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY4023	8560027924	7463/0	18/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKY4023	8560027927	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY4023	8560027928	7463/0	18/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKY4023	8560027935	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY4023	8560027941	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY4023	8560028045	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY4023	8560028214	7463/0	23/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKY4023	8560028219	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD3443	8560028088	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLR6768	8560028218	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MML4251	8560028274	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 831/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 831/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMX1668	8560028999	7455/0	13/06/2014	218 * I
AOF2406	8560028631	7463/0	18/05/2014	218 * II
AOM3067	8560028943	7455/0	07/06/2014	218 * I
APZ2730	8560028708	7455/0	19/05/2014	218 * I
BVU5768	8560028651	7455/0	15/05/2014	218 * I
IHG5835	8560028925	7455/0	04/06/2014	218 * I
IKY7487	8560028685	7455/0	23/05/2014	218 * I
JTN1806	8560029019	7455/0	15/06/2014	218 * I
LYH7311	8560028949	7455/0	04/06/2014	218 * I
LYU7619	8560028539	7455/0	17/05/2014	218 * I
LZL6478	8560028960	7455/0	15/06/2014	218 * I
MBU8646	8560029045	7455/0	09/06/2014	218 * I
MCM3256	8560028983	7455/0	10/06/2014	218 * I
MCN6420	8560028981	7463/0	09/06/2014	218 * II
MCV9104	8560028864	7455/0	03/06/2014	218 * I
MCV9104	8560028869	7455/0	05/06/2014	218 * I
MCV9104	8560028870	7463/0	06/06/2014	218 * II
MCV9104	8560028884	7455/0	05/06/2014	218 * I
MCV9104	8560028902	7463/0	03/06/2014	218 * II
MDV3909	8560029044	7455/0	10/06/2014	218 * I
MDX1244	8560028994	7455/0	11/06/2014	218 * I
MEO8439	8560028636	7455/0	13/05/2014	218 * I
MEO8439	8560028641	7455/0	12/05/2014	218 * I
MEO8439	8560028646	7463/0	13/05/2014	218 * II
MEO8439	8560028648	7463/0	13/05/2014	218 * II
MGC0518	8560028742	7471/0	20/05/2014	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGQ7987	8560028921	7455/0	04/06/2014	218 * I
MGV4552	8560029043	7455/0	13/06/2014	218 * I
MHH3802	8560028887	7455/0	06/06/2014	218 * I
MHI6036	8560028745	7455/0	25/05/2014	218 * I
MHX1638	8560028582	7463/0	18/05/2014	218 * II
MHY0129	8560029027	7455/0	11/06/2014	218 * I
MIC1022	8560028558	7455/0	16/05/2014	218 * I
MIE1559	8560028880	7455/0	04/06/2014	218 * I
MIM1270	8560029001	7455/0	10/06/2014	218 * I
MJQ8029	8560028543	7455/0	14/05/2014	218 * I
MLC7057	8560028555	7455/0	15/05/2014	218 * I
MLD8555	8560029009	7455/0	09/06/2014	218 * I
MMB2954	8560028927	7455/0	05/06/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 832/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 832/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGA2333	8560027658	7455/0	02/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
KKR9448	8560027764	7455/0	08/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN9460	8560027657	7455/0	07/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFQ7292	8560027938	7463/0	18/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGJ0679	8560027610	7455/0	03/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIY9891	8560027650	7455/0	05/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKX9858	8560028262	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 833/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 833/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK0011	8560029066	7455/0	21/06/2014	218 * I
ABW1296	8560028808	7455/0	28/05/2014	218 * I
AFL0685	8560029059	7455/0	17/06/2014	218 * I
AGJ0061	8560028730	7455/0	24/05/2014	218 * I
AMX1668	8560029141	7455/0	20/06/2014	218 * I
AYD3097	8560028982	7455/0	09/06/2014	218 * I
DPG5667	8560027855	7455/0	18/04/2014	218 * I
IVE0778	8560028523	7455/0	10/05/2014	218 * I
LXE3467	8560028839	7455/0	31/05/2014	218 * I
LXV5957	8560028669	7455/0	25/05/2014	218 * I
LXZ4138	8560028976	7455/0	09/06/2014	218 * I
LYB0657	8560028733	7455/0	24/05/2014	218 * I
LYW7375	8560029128	7455/0	22/06/2014	218 * I
MCV9104	8560028953	7455/0	09/06/2014	218 * I
MCV9104	8560028954	7463/0	10/06/2014	218 * II
MCV9104	8560028955	7463/0	11/06/2014	218 * II
MCV9104	8560028956	7455/0	12/06/2014	218 * I
MCV9104	8560028968	7463/0	10/06/2014	218 * II
MCV9104	8560028969	7463/0	11/06/2014	218 * II
MCV9104	8560028986	7455/0	12/06/2014	218 * I
MCV9104	8560029004	7455/0	13/06/2014	218 * I
MDC1091	8560028729	7455/0	24/05/2014	218 * I
MDZ7891	8560029102	7455/0	20/06/2014	218 * I
MEU1395	8560029111	7455/0	17/06/2014	218 * I
MEY8879	8560029114	7463/0	21/06/2014	218 * II
MFF8910	8560029080	7455/0	20/06/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFH0553	8560028789	7455/0	31/05/2014	218 * I
MFH2610	8560029106	7455/0	18/06/2014	218 * I
MGF6287	8560028724	7455/0	22/05/2014	218 * I
MGH8428	8560029063	7455/0	19/06/2014	218 * I
MGK8453	8560028657	7455/0	19/05/2014	218 * I
MGY1399	8560029144	7455/0	21/06/2014	218 * I
MHK5395	8560029154	7455/0	22/06/2014	218 * I
MHL1150	8560029120	7455/0	17/06/2014	218 * I
MHR3459	8560028704	7455/0	23/05/2014	218 * I
MJG9159	8560029013	7455/0	12/06/2014	218 * I
MJM3686	8560028679	7463/0	20/05/2014	218 * II
MJW9953	8560028959	7455/0	14/06/2014	218 * I
MKT8408	8560028965	7455/0	09/06/2014	218 * I
MLI8781	8560029133	7455/0	16/06/2014	218 * I
MLJ4061	8560028828	7455/0	27/05/2014	218 * I
MLT2023	8560028692	7455/0	19/05/2014	218 * I
MLU8638	8560029105	7455/0	17/06/2014	218 * I
MLY0415	8560029093	7455/0	21/06/2014	218 * I
NEV7260	8560028725	7455/0	22/05/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 834/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 834/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALX8068	8560027762	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
DOL4167	8560028306	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH2957	8560028305	7455/0	03/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS7306	8560027744	7455/0	12/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU2127	8560027718	7455/0	13/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO9736	8560028365	7455/0	27/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ4975	8560027780	7455/0	09/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD9339	8560028342	7455/0	01/05/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 835/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 835/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADR8579	8560029162	7455/0	26/06/2014	218 * I
AMD2015	8560028819	7455/0	31/05/2014	218 * I
AMX1668	8560029196	7463/0	28/06/2014	218 * II
AMX1668	8560029201	7455/0	23/06/2014	218 * I
ASA9342	8560028645	7455/0	18/05/2014	218 * I
LXV9499	8560029223	7455/0	26/06/2014	218 * I
LYN3882	8560029173	7455/0	28/06/2014	218 * I
LZE4668	8560028758	7455/0	29/05/2014	218 * I
LZG7265	8560029241	7471/0	24/06/2014	218 * III
LZO2463	8560029069	7455/0	22/06/2014	218 * I
LZX1886	8560028818	7455/0	30/05/2014	218 * I
LZX8052	8560029238	7455/0	30/06/2014	218 * I
MAI2551	8560029209	7455/0	28/06/2014	218 * I
MBU3157	8560029135	7455/0	17/06/2014	218 * I
MCV9104	8560028958	7463/0	13/06/2014	218 * II
MCV9104	8560029079	7463/0	20/06/2014	218 * II
MCV9104	8560029161	7463/0	23/06/2014	218 * II
MDC8994	8560029240	7463/0	23/06/2014	218 * II
MDJ4812	8560029202	7455/0	23/06/2014	218 * I
MGK1442	8560029170	7455/0	25/06/2014	218 * I
MHK4457	8560028458	7455/0	05/05/2014	218 * I
MHV9437	8560029227	7455/0	27/06/2014	218 * I
MIO3258	8560029064	7455/0	19/06/2014	218 * I
MIX1083	8560029178	7455/0	28/06/2014	218 * I
MJC7226	8560029210	7455/0	28/06/2014	218 * I
MJW1422	8560028764	7455/0	30/05/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKA2633	8560028776	7455/0	01/06/2014	218 * I
MLG1294	8560028762	7455/0	30/05/2014	218 * I
MLQ3573	8560029206	7455/0	26/06/2014	218 * I
MLS4001	8560029239	7463/0	23/06/2014	218 * II
MLU8836	8560028795	7455/0	01/06/2014	218 * I
MLZ0544	8560028903	7455/0	03/06/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 836/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 836/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAU0352	8560028596	7455/0	15/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGC5078	8560028103	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCJ3766	8560028239	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF6525	8560028055	7463/0	21/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFJ1527	8560027832	7455/0	15/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU0061	8560027987	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD5632	8560027958	7463/0	18/04/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLE6454	8560027859	7455/0	15/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLF8190	8560028033	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLJ1057	8560028100	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX8764	8560027771	7455/0	14/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
NHD4598	8560027984	7455/0	19/04/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 837/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 560 837/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKV7912	8560028890	7455/0	07/06/2014	218 * I
AKV7912	8560028946	7455/0	07/06/2014	218 * I
ATE6932	8560029042	7455/0	15/06/2014	218 * I
CYM6722	8560028879	7455/0	04/06/2014	218 * I
INX9421	8560028908	7455/0	05/06/2014	218 * I
LYP2895	8560028944	7455/0	08/06/2014	218 * I
MAL4246	8560028945	7455/0	03/06/2014	218 * I
MGF4777	8560029037	7455/0	15/06/2014	218 * I
MHO8559	8560029049	7455/0	11/06/2014	218 * I
MIQ2343	8560028867	7455/0	04/06/2014	218 * I
MJL9063	8560029024	7455/0	10/06/2014	218 * I
MKL3859	8560028891	7455/0	08/06/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº560 - 838/2014**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 560 838/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIM5553	8560028170	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJN2408	8560028237	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ICS5050	8560028102	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXY7428	8560028167	7455/0	23/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO2794	8560027905	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV0224	8560028378	7455/0	02/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDD0649	8560028149	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDD7118	8560028152	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGY2638	8560028281	7455/0	26/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHZ3228	8560027959	7455/0	18/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJQ4995	8560028276	7455/0	25/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ8356	8560028015	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ8356	8560028017	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ8356	8560028018	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ8356	8560028081	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKB2924	8560027837	7455/0	20/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI2460	8560027908	7455/0	17/04/2014	R\$ 85,12	218 * I
ODQ1239	8560027803	7455/0	21/04/2014	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE SETEMBRO DE 2014

HAMILTON WOLF JUNIOR

AUTORIDADE DE TRANSITO

**SIMAE****Pregão Presencial PP 0043/2014 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

TÍTULO: Registro de Preços

LICITAÇÃO Nº 0061/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2014

PROTOCOLO JHL 2845/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0043/2014 - Licitação 0061/2014, TIPO MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO MENSAL DE TÍQUETE ALIMENTAÇÃO EM DOCUMENTO IMPRESSO OU CARTÃO MAGNÉTICO.

Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 28/10/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 28/10/2014 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 15/10/2014 a 28/10/2014.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 15 de Outubro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

**HOMOLOGAÇÃO PP39/2014 SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 54/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 54/2014 <b>Data do Processo:</b> 09/09/2014
	Folha: 1/5

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 54/2014  
 b ) Licitação Nr.: 39/2014-PR  
 c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
 d ) Data Homologação: 14/10/2014  
 e ) Data da Adjudicação: 14/10/2014 Sequência: 0  
 f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E MECÂNICOS PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE PARA O EXERCÍCIO 2014.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

**BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7946)**

1	ABRAÇADEIRA TIPO "D" COM CHAVETA, com as seguintes características: "Tamanho 3/4"; "Material Aço Galvanizado. - Marca: THELMAR	UN	50,00	0,0000	0,70	35,00
2	ABRAÇADEIRA TIPO "D" COM CHAVETA, com as seguintes características: "Tamanho 1"; "Material Aço Galvanizado. - Marca: THELMAR	PÇ	100,00	0,0000	0,77	77,00
3	ARRUELA DE ALUMÍNIO PARA ELETRODUTO 3/4" - Marca: INCA	UN	20,00	0,0000	0,25	5,00
5	BUCHA DE ALUMÍNIO PARA ELETRODUTO 3/4" - Marca: INCA	UN	20,00	0,0000	0,39	7,80
8	CAIXA DE ATERRAMENTO REDONDA, DIÂMETRO 300 X COMPRIMENTO 400, FABRICADA EM PVC PRETO	PÇ	6,00	0,0000	14,83	88,98
9	CAIXA DE PASSAGEM 120X120X75 CAIXA DE PASSAGEM OU CAIXA MULTI-USO de sobrepor, fabricada em PVC, na cor bege, medindo 120x120x75 mm. - Marca: CEMAR	PÇ	5,00	0,0000	14,50	72,50
11	CONDULETE UNIVERSAL 3/4", com as seguintes características: "Contendo 5 saídas com rosca BSP 3/4"; "Fabricado a partir de liga de alumínio; "Fornecido com tampa cega fabricada do mesmo material do condutete; Deve acompanhar o produto 4 tampas para fechamento das saídas caso não utilizado. - Marca: TRAMONTINA	PÇ	50,00	0,0000	4,80	240,00
18	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIFASICO CONFORME NORMA NEMA; CORRENTE 40 AMPERES; CURVA DE DISPARO C; TENSÃO 380 V; PARA CARGAS INDUTIVAS. - Marca: PIAL	PÇ	5,00	0,0000	48,24	241,20
19	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIFASICO, PADRÃO NEMA, com as seguintes características: "Corrente 50 Ampères; "Curva de disparo C; "Tensão 380 V; Para cargas indutivas. - Marca: PIAL	UN	3,00	0,0000	50,22	150,66
20	DUTO CORRUGADO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PEAD COM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: COR PRETA COR PRETA; SEÇÃO CIRCULAR 1.1/2 (40MM); CORRUGAÇÃO HELICOIDAL; EXCELENTE RÁDIO DE CURVATURA; IMPERMEÁVEL; DESTINADO A PROTEÇÃO DE CABOS SUBTERRÂNEOS DE ENERGIA; GUIA DE AÇO GALVANIZADO E REVESTIDO EM PVC OU BARBANTE DE ALGODÃO. - Marca: WETZL	M	200,00	0,0000	3,07	614,00
22	FITA ISOLANTE, com as seguintes características: "Fabricada em PVC Auto-extinguível e resina a base de borracha; "Comprimento 20 metros; "Largura 19 mm; "Espessura igual ou superior a 0,15 mm; "Classe de temperatura 90° C; CADA ROLO DE FITA DEVE VIR EMBALADO EM UMA CAIXA PLÁSTICA. - Marca: 3M	RL	50,00	0,0000	5,98	299,00

Joaçaba, 14 de Outubro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 54/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 54/2014 <b>Data do Processo:</b> 09/09/2014
	Folha: 2/5

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7046)

23	INTERRUPTOR/PROGRAMADOR HORÁRIO DIGITAL, com as seguintes características: *Alimentação 220VCA via bornes; *Contatos NA/C/NF via bornes; *Possibilidade de no mínimo 10 programas liga/desliga; *Fixação em trilho DIN; *Com reserva de horário. - Marca: EXATRON	PÇ	5,00	0,0000	85,00	425,00
36	TERMINAL PRÉ ISOLADO TUBULAR TIPO ILHÔS 4.0 mm², fabricado em cobre com camada de estanho. Isolação na cor Cinza. Conforme DIN 46228 - Marca: INTELLI	UN	1.000,00	0,0000	0,12	120,00
40	BROCA SDS PLUS, 06 mm, 04 saídas para pó. O corpo da broca deve ser fabricado em aço cromo vanadium temperado com 04 saídas para pó, a ponta é de metal duro fixado ao corpo por meio de brasagem prevenindo a soldura quando atinge vergalhões de aço. *Diâmetro: 06 mm *Comprimento total: 160 *Comprimento útil: > 90 mm - Marca: IRWIN	UN	2,00	0,0000	8,52	17,04
41	BROCA SDS PLUS, 08 mm, 04 saídas para pó. O corpo da broca deve ser fabricado em aço cromo vanadium temperado com 04 saídas para pó, a ponta é de metal duro fixado ao corpo por meio de brasagem prevenindo a soldura quando atinge vergalhões de aço. *Diâmetro: 08 mm *Comprimento total: 210 *Comprimento útil: > 150 mm - Marca: IRWIN	UN	2,00	0,0000	12,97	25,94
42	BROCA SDS PLUS, 10 mm, 04 saídas para pó. O corpo da broca deve ser fabricado em aço cromo vanadium temperado com 04 saídas para pó, a ponta é de metal duro fixado ao corpo por meio de brasagem prevenindo a soldura quando atinge vergalhões de aço. *Diâmetro: 10 mm *Comprimento total: 210 Comprimento útil: > 140 mm - Marca: IRWIN	UN	2,00	0,0000	14,40	28,80
43	BROCA SDS PLUS, 10 mm, 04 saídas para pó. O corpo da broca deve ser fabricado em aço cromo vanadium temperado com 04 saídas para pó, a ponta é de metal duro fixado ao corpo por meio de brasagem prevenindo a soldura quando atinge vergalhões de aço. *Diâmetro: 10 mm *Comprimento total: 310 *Comprimento útil: > 230 mm - Marca: IRWIN	UN	1,00	0,0000	26,50	26,50
44	PARAFUSO DE FENDA AUTO-ATARRAXANTE, (rosca soberba) *Cabeça panela; *Medidas - 3,8 mm x 32 mm Fabricados em aço carbono cementado com acabamento zincado. PARAFUSO DE FENDA AUTO-ATARRAXANTE, (rosca soberba) *Cabeça panela; *Medidas - 3,5 mm x 25 mm Fabricados em aço carbono cementado com acabamento zincado	UN	200,00	0,0000	0,07	14,00
48	PARAFUSO DE FENDA AUTO-ATARRAXANTE, (rosca soberba) *Cabeça panela; *Medidas - 5,5 mm x 60 mm Fabricados em aço carbono cementado com acabamento zincado.	UN	200,00	0,0000	0,06	12,00
51	PORCA SEXTAVADA 3/16", Fabricada em aço carbono galvanizado	UN	100,00	0,0000	0,02	2,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>2.502,42</b>

#### INOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME (8185)

4	ARRUELA DE ALUMÍNIO PARA ELETRODUTO 1" - Marca: WETZEL	UN	50,00	0,0000	0,46	23,00
6	BUCHA DE ALUMÍNIO PARA ELETRODUTO 1" - Marca: WETZEL	PÇ	50,00	0,0000	0,59	29,50
10	CONDULETE UNIVERSAL 1", com as seguintes características: *Contendo 5 saídas com rosca BSP 1"; *Fabricado a partir de liga de alumínio; *Fornecido com tampa cega fabricada do mesmo material do condutele; Deve acompanhar o produto 4 tampas para fechamento das saídas caso não utilizado. - Marca: WETZEL	PÇ	50,00	0,0000	8,79	439,50
12	CONTATOR AUXILIAR 06 A com as seguintes características: *Alimentação da bobina de 220 Vca; *Frequência 60 Hz *Corrente nominal de 06 ampères em AC3; *2 contatos NA + 2 Contatos NF Tensão nominal 220 V. - Marca: ABB	UN	5,00	0,0000	130,00	650,00

Joaçaba, 14 de Outubro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> 54/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 54/2014 <b>Data do Processo:</b> 09/09/2014
	Folha: 3/5

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### NOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME (8185)

13	CONTROLE DE NÍVEL TIPO BOIA, com as seguintes características: "Livre de mercúrio; "Contatos NA/C/NF; "Corrente e tensão do contato: 15A - 250 Vca; "Grau de proteção: IP X8; "Proteção contra choques elétricos: classe II; "Cabo flexível emborrachado. - Marca: MARGIRIUS	PÇ	20,00	0,0000	23,79	475,80
15	CURVA PVC RÍGIDO 1" 90°, com as seguintes características: "Com rosca nas duas extremidades no padrão BSP 1" conforme ISO 07-1; "Curvatura de 90°; "Antichama, classe A conforme NBR 15465. - Marca: MASTER PLASTICOS	PÇ	30,00	0,0000	0,94	28,20
16	CURVA PVC RÍGIDO 3/4" 90°, com as seguintes características: "Com rosca nas duas extremidades no padrão BSP 3/4" conforme ISO 07-1; "Curvatura de 90°; "Antichama, classe A conforme NBR 15465. - Marca: MASTER PLASTICOS	PÇ	20,00	0,0000	0,69	13,80
21	ELETRODUTO PVC RÍGIDO 1", com as seguintes características: "Com rosca nas duas extremidades no padrão BSP 1" conforme ISO 07-1; "Comprimento 3 metros em peça única sem emenda; "Antichama, classe A conforme NBR 15465. - Marca: MASTER PLASTICOS	PÇ	30,00	0,0000	7,89	236,70
25	LUVA PVC RÍGIDO 1", com as seguintes características: "Com rosca interna contínua no padrão BSP 1" conforme ISO 07-1; "Antichama, classe A conforme NBR 15465. - Marca: MASTER PLASTICOS	PÇ	100,00	0,0000	0,73	73,00
26	LUVA PVC RÍGIDO 3/4", com as seguintes características: "Com rosca interna contínua no padrão BSP 3/4" conforme ISO 07-1; "Antichama, classe A conforme NBR 15465. - Marca: MASTER PLASTICOS	PÇ	100,00	0,0000	0,59	59,00
27	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOFÁSICO, DIN, com as seguintes características: "Corrente 10 Ampères; "Curva de disparo C; "Tensão 220 V; "Para cargas indutivas. - Marca: ABB	UN	5,00	0,0000	6,35	31,75
28	MINI DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO MONOFÁSICO, DIN, com as seguintes características: "Corrente 20 Ampères; "Curva de disparo C; "Tensão 220 V; "Para cargas indutivas - Marca: ABB	UN	5,00	0,0000	6,52	32,60
29	REATOR ELETRÔNICO 2 x 20 Watts "Tensão de alimentação 220 Volts; "Fluxo luminoso maior ou igual a 0,90; "Fator de potência: maior ou igual a 0,97; "Distorção de harmônicas menor ou igual a 20%; "Partida instantânea ou rápida; "Frequência: 50/60 Hz. Certificadas pelo IMETRO, ABNT, PROCEL Modelo de referencia = Intral Poup - AFP - Marca: INTRAL	PÇ	10,00	0,0000	17,55	175,50
30	REATOR ELETRÔNICO 2 x 40 Watts "Tensão de alimentação 220 Volts; "Fator de fluxo luminoso maior ou igual a 0,90; "Fator de potência: maior ou igual a 0,97; "Distorção de harmônicas menor ou igual a 20%; "Partida instantânea ou rápida; "Frequência: 50/60 Hz. "Medidas máximas - A 42,5 L = 67 C= 226 Certificadas pelo IMETRO, ABNT, PROCEL Modelo de referencia = Intral Poup - AFP - Marca: INTRAL	PÇ	30,00	0,0000	19,78	593,40
31	RELE TEMPORIZADOR 0 A 120 S: - REGULAGEM DE TEMPO 0 A 120 SEGUNDOS; - TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO - 220 V; - UM CONTATO NA/C/NF - 5 AMPERES; - INSTALAÇÃO EM TRILHO DIM; - RETARDO NA ENERGIZAÇÃO. - Marca: ALTRONIC	PÇ	10,00	0,0000	63,90	639,00
34	TERMINAL PRÉ ISOLADO TUBULAR TIPO ILHÓS 1.5 mm², fabricado em cobre com camada de estanho. Isolação na cor preta. Conforme DIN 46228 - Marca: KS	UN	1.000,00	0,0000	0,08	80,00
35	TERMINAL PRÉ ISOLADO TUBULAR TIPO ILHÓS 2.5 mm², fabricado em cobre com camada de estanho. Isolação na cor Azul. Conforme DIN 46228 - Marca: KS	UN	1.000,00	0,0000	0,11	110,00

Joaçaba, 14 de Outubro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> 54/2014 <b>Processo de Licitação:</b> 54/2014 <b>Data do Processo:</b> 09/09/2014
	Folha: 4/5

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### NOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME (8185)

37	TERMINAL PRÉ ISOLADO TUBULAR TIPO ILHÓS 6.0 mm², fabricado em cobre com camada de estanho. Isolação na cor Amarela. Conforme DIN 46228 - Marca: KS	UN	1.000,00	0,0000	0,34	340,00
----	--	----	----------	--------	------	--------

**Total do Fornecedor: 4.030,75**

#### TORK COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA (7887)

7	BUCHA DE FIXAÇÃO FABRICADA EM NYLON 08 X 40 MM - Marca: VONDER	PÇ	500,00	0,0000	0,10	50,00
14	CURVA PVC RÍGIDO 1" 180°, com as seguintes características: "Com rosca nas duas extremidades no padrão BSP 1" conforme ISO 07-1; "Curvatura de 180°; "Antichama, classe A conforme NBR 15465. - Marca: MAXIDUTOS	UN	10,00	0,0000	1,50	15,00
17	DESINGRIPANTE AEROSSOL, com as seguintes características: "Lubrificante; "Desingripante; "Proteção de superfícies metálicas; "Frasco com 300 ml. - Marca: MUNDIAL PRIME	FR	50,00	0,0000	4,10	205,00
32	SILICONE BRANCO, FORNECIDO EM BISNAGA, com as seguintes características: "Bisnaga de 300 ml ou 280 gramas; "Antifungos; "Aplicável em materiais lisos ou porosos. - Marca: SOLUFIX	BI	10,00	0,0000	10,19	101,90
33	SILICONE INCOLOR, FORNECIDO EM BISNAGA, com as seguintes características: "Bisnaga de 300 ml ou 280 gramas; "Antifungos; "Aplicável em materiais lisos ou porosos. - Marca: SOLUFIX	BI	10,00	0,0000	8,50	85,00
38	ADESIVO PARA JUNTA DE MOTORES, com as seguintes características: "Base de borracha sintética; "Bisnaga com 85 ml; "Resistente às pressões e temperaturas elevadas. - Marca: MUNDIAL PRIME	BI	30,00	0,0000	2,85	85,50
39	BARRA ROSCADA 1/2" x1000mm Galvanizada com rosca continua em toda a sua extensão. - Marca: VONDER	UN	10,00	0,0000	8,00	80,00
45	PARAFUSO DE FENDA AUTO-ATARRAXANTE, (rosca soberba) "Cabeça panela; "Medidas - 3,5 mm x 40 mm Fabricados em aço carbono cementado com acabamento zincado. - Marca: CHIPBOARD	UN	200,00	0,0000	0,05	10,00
46	PARAFUSO DE FENDA AUTO-ATARRAXANTE, (rosca soberba) "Cabeça panela; "Medidas - 4,8 mm x 38 mm Fabricados em aço carbono cementado com acabamento zincado. - Marca: CHIPBOARD	UN	200,00	0,0000	0,06	12,00
47	PARAFUSO DE FENDA AUTO-ATARRAXANTE, (rosca soberba) "Cabeça panela; "Medidas - 4,5 mm x 50 mm Fabricados em aço carbono cementado com acabamento zincado.	UN	200,00	0,0000	0,04	8,00
49	PARAFUSO DE FENDA AUTO-ATARRAXANTE, (rosca soberba) "Cabeça panela; "Medidas - 5,5 mm x 50 mm Fabricados em aço carbono cementado com acabamento zincado.	UN	200,00	0,0000	0,09	18,00
50	PORCA SEXTAVADA 1/2", Fabricada em aço carbono galvanizado	UN	100,00	0,0000	0,23	23,00
52	ROLAMENTO 6204 2Z/C3 - Marca: NSK	PÇ	10,00	0,0000	12,65	126,50
53	ROLAMENTO 6206 2Z/C3 - Marca: NSK	PÇ	4,00	0,0000	19,45	77,80
54	ROLAMENTO Nº 6314, com as seguintes características: "Vedação ZZ "Folga C3 "Capacidade de carga mínima - C0r: 68.000 N "Velocidade Limite mínima: 4.500 RPM Rolamento de uso industrial/Primeira linha - Modelo de referencia - Rolamentos SKF e NSK - Marca: NSK	PÇ	3,00	0,0000	285,00	855,00
55	ROLAMENTO Nº6404, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: VEDAÇÃO ZZ; FOLGA NORMAL; CAPACIDADE DE CARGA MINIMA - C0r 30.000N; VELOCIDADE LIMITE MINIMA: 15.000 RPM; ROLAMENTO DE USO INDUSTRIAL; PRIMEIRA LINHA. MODELO DE REFERENCIA: ROLAMENTOS SKF E NSK - Marca: NSK	PÇ	1,00	0,0000	147,00	147,00

**Total do Fornecedor: 1.899,70**

**Total Geral: 8.432,87**

Joaçaba, 14 de Outubro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 39/2014 - PR</b>
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 54/2014 Processo de Licitação: 54/2014 Data do Processo: 09/09/2014
	Folha: 5/5

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18) Saldo: 336.676,20

Joaçaba, 14 de Outubro de 2014.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Lauro Muller****PREFEITURA****Decreto Nº 134/2014**

DECRETO Nº 134/2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.784/2013, de 11 de Dezembro de 2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 3.522,39 (Três Mil Quinhentos e Vinte e Dois Reais e Trinta e Nove Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.033 - Apoio ao Produtor Rural

DOTAÇÃO 120

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 7.500,00

Total: R\$ 7.500,00 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

08.01 - SECRETARIA MUNI. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

08.01 - Fundo Municipal de Agricultura

2.033 - Apoio ao Produtor Rural

DOTAÇÃO 178

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 7.500,00

Total: R\$ 7.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE OUTUBRO DE 2014.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

EDUARDO GONZAGA BETT

Sec. Adm., Fin. e Planej.

**Tomada de Preço Nº111/2014 - Pmlm Fracasado**

TOMADA DE PREÇO Nº111/2014 - PMLM FRACASADO

PROCESSO Nº110/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para continuação da execução das Obras de Construção de uma creche de 564,50 m² no bairro barro branco no Município de Lauro Muller/SC., de acordo com o Convênio com o TERMO DE COMPROMISSO PAC20032/ PRO-INFANCIA PAC , mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Face a apresentação de proposta superior a valor máximo estimado, restou o presente certame FRACASSADO

Lauro Muller, 16 de outubro de 2014.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### Despacho de Abertura de Processo Administrativo Decorrente de Licitação

Processo de Licitação Nº 06/2013

Tomada de Preços Nº 01/2013

Contrato Administrativo Nº 18/2013

Interessado(a): Construcórdia Construções Ltda

DESPACHO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE-CORRENTE DE LICITAÇÃO

Considerando o parecer jurídico nº 13/2014, fls. 118/121, que opina pela deflagração do processo administrativo decorrente de licitação em relação a problemas na estrutura da cobertura do Núcleo de Educação Otaviano Nicolao.

Considerando que as obras de reforma do referido prédio foram realizadas neste ano pela empresa Construcórdia Construções Ltda - EPP, oriundas de processo de licitação acima em epígrafe.

Considerando o disposto no edital e contrato do referido certame, espacialmente às obrigações da empresa contratada no que tange a garantia dada a obra.

Considerando as demais disposições da Lei 8.666/93, no que tange a aplicação de sanções, art. 87 e ss. da Lei 8.666/93.

Considerando a necessidade de averiguação dos problemas e da responsabilidade da empresa contratada,

Determino:

1) A abertura de processo administrativo a ser processado e autuado nos próprios autos do processo de licitação acima epigrafado, com a finalidade de apuração dos fatos que ensejaram possível infração às disposições do edital, cláusula(s) contratual(ais), com a possível aplicação de sanções administrativas estipuladas na Lei 8.666/93, mormente quanto a garantia da obra, com a finalidade de averiguar a responsabilidade da empresa contratada no que se refere aos problemas na estrutura da cobertura do prédio do Núcleo Ottaviano Nicolao, conforme laudo preliminar, fls. 115/117, com fins de obrigá-la na reparação ou executá-la as suas expensas, se for o caso.

2) Nos termos do parecer jurídico, fls. 118/121, desde já designo o dia 06/11/2014, às 9h00min para a realização da perícia técnica no Núcleo de Educação Ottaviano Nicolao, sito a rua Olímpio Bissolotti, neste município, a ser realizado pela Engenheira Civil deste Município, Sra. Edna Cristina Kappke, podendo a empresa contratada acompanhar os trabalhos, devendo o laudo: a) elencar os problemas apresentados na estrutura da cobertura; b) descrever se esses problemas possuem relação com a reforma do prédio oriundos do processo de licitação nº 06/2013, T.P. 01/2013; c) informar se os materiais e técnicas empregados na reforma, quanto a cobertura do prédio, obedeceram ao projeto e ao orçamento constante do processo de licitação; d) indicar no laudo quais as soluções possíveis; e) realizar tabela orçamentária dos produtos e serviços a serem realizados para correção do problema; f) conclusões.

3) Determino a intimação da empresa para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação, querendo, indicar assistente técnico e apresentar quesitos (art. 421, parágrafo único, I e II do CPC).

4) Realizada a vistoria, determino o prazo de 5 (cinco) dias para elaboração e entrega do laudo pela Engenheira.

5) Havendo assistente técnico, determino que seja dado vista a empresa para oferecer parecer técnico em 10 (dez) dias (parágrafo único do art. 433 do CPC).

6) Encerrados os trabalhos, deve o processado ser notificado para apresentar resposta em 5 (cinco) dias úteis (§ 2º do art. 87 da Lei 8.666/93), especificando as provas que pretenda produzir,

contado do recebimento da notificação, cientificando que os autos estão à disposição para consulta e extração de cópias, se achar necessário, junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

Remeta-se cópia deste despacho à empresa referida, com cópia do parecer jurídico, fls. 118/121.

Publique-se.

Lindóia do Sul/SC, 13 de outubro de 2014.

Salete Benelli

Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Registrado e publicado.

Em 13/10/2014

# Luzerna

## PREFEITURA

### Lei 1264

LEI Nº 1264 de 14 de outubro de 2014.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, para pagamento da folha dos Conselheiros Tutelares, criando a Modalidade de Aplicação, Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído a atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
0700 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL  
0701 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL  
Atividade: 0701.08.243.022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar.  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte de Recursos - 300 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2014.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### LEI 1265

LEI Nº 1265 de 14 de outubro de 2014.

"AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Atividade - 23.691.0100.2049 - Apoio a Feiras e Exposições  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.500,00

TOTAL ANULADO R\$ 6.500,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação na dotação atribuída a Atividade

abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Atividade - 22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.500,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2014.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

### LEI 1266

LEI Nº 1266 de 14 de outubro de 2014.

"ALTERA O INCISO I DO ART. 1º DA LEI Nº 1251 de 05 de agosto de 2014 QUE "CRIA O SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - SIMASE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DO PLANO INDIVIDUALIZADO DE ATENDIMENTO - PIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica alterado o inciso I do art. 1º da Lei nº 1251 de 05 de agosto de 2014, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º - ...

I - atender o adolescente do Município de Luzerna que tenha cometido ato infracional, encaminhado pela Vara da Infância e Juventude desta Comarca, para cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto nas modalidades de Prestação de Serviços à Comunidade e/ou de Liberdade Assistida nos moldes estabelecidos no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/12), no Plano Estadual de Medidas Socioeducativas assim como no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90);

Art.2º - Fica alterado o PLANO INDIVIDUALIZADO DE ATENDIMENTO - PIA, conforme anexo.

Art.3º- Os demais artigos da Lei nº 1251 de 05 de agosto de 2014, permanecem inalterados.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2014.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

PLANO INDIVIDUALIZADO DE ATENDIMENTO - PIA  
LIBERDADE ASSISTIDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS

1. Dados de identificação do (a) adolescente:

Nome completo: .....

Data de Nascimento: / / Idade (anos e meses): .....  
☐ Real ☐ Estimada Local de Nascimento: .....  
 Gênero: ☐ Feminino ☐ Masculino Estado Civil: .....  
 Filhos: ☐ Sim ☐ Não Se SIM, quantos: .....

## 2. Sobre o Ato infracional:

Data de início do cumprimento da medida: / /  
 Medida Socioeducativa atual: ☐ Liberdade Assistida  
☐ Prestação de Serviços Comunitários  
 Reincidência: ☐ Sim ☐ Não ☐ Informação indisponível  
 Guia de Execução de Medida Socioeducativa nº ..... Autos nº .....  
 Processos pendentes: ☐ Sim ☐ Não Se SIM, nº dos Autos: .....  
 Progressão de medida: ☐ Sim ☐ Não  
 Se SIM, nome e telefone do técnico de referência anterior: .....  
 Unificação de medidas: ☐ Sim ☐ Não Se SIM, nº dos Autos: .....

Assessoramento Jurídico:	( ) Defensor Público ( ) Defensor Particular
Assistência Social: Técnica responsável - Assistente Social JOVIANE COLOMBELLI	
Equipe de Atendimento socioeducativo:	
Responsáveis/educadores em Unidades de PSC:	
O que motivou o adolescente a praticar o ato infracional?	
Qual a reflexão do adolescente frente às consequências do ato infracional?	

## 3. Documentação:

- ☐ Certidão de Nascimento  
☐ Carteira de Vacinação  
☐ Carteira de Identidade, RG nº  
☐ CPF nº  
☐ Título de Eleitor nº  
☐ Carteira de Trabalho e Previdência Social nº  
☐ Carteira do SUS .....  
☐ Outro documento  
☐ Não possui documentos  
☐ Orientações e encaminhamento ao órgão oficial para providenciar

4. Situação Escolar:	
Grau de Escolaridade:	
Está estudando:	( ) SIM ( ) NÃO - ano que abandonou: - última instituição que frequentou:
Pretende retornar:	( ) SIM ( ) NÃO
Encaminhamentos/Escola:	
Meta:	
Atestado de Matrícula.	Início: ____ / ____ / ____

## 5. Composição Familiar, Escolarização, Trabalho e Renda:

Constituição Familiar Atual: ( ) Nuclear; ( ) Nuclear-ampliada; ( ) Ampliada;  
 ( ) Monoparental; ( ) Recompota; ( ) Mosaico; ( ) Unipessoal; ( ) Homoafetiva ( ) Orfandade

Nome:	Parentesco:	Idade:	Escolaridade:	Profissão e Local de trabalho	Renda mensal:

\*Nuclear: casal e filhos desta relação conjugal  
 \*Nuclear-ampliada: pais e filhos + outros familiares que não filhos (avós, tios, sobrinhos, primos...)  
 \*Ampliada: reside com outros familiares que não são seus pais (avós, tios, irmãos casados...)  
 \*Monoparental: apenas um genitor: mãe ou pai + filhos (geralmente solteiros, separados/divorciados, viúvos)  
 \*Recompota: um genitor + filhos (de ambos, podendo ser das relações anteriores) + padrasto ou madrasta  
 \*Mosaico: indivíduos que residem juntos sem necessariamente terem vínculos parentais (amigos + familiares + companheiros...)  
 \*Unipessoal: apenas um indivíduo  
 \*Homoafetiva: casal do mesmo sexo, sem filhos.  
 A família recebe algum benefício do governo? ( ) Sim ( ) Não  
 Quais benefícios recebem? .....

## 6. Situação Habitacional:

Condição da moradia:	( ) Própria ( ) Alugada - valor mensal: R\$ ( ) Cedida ( ) Financiada - valor mensal: R\$
Nº de Cômodos:	( ) Quartos; ( ) Cozinha; ( ) Sala; ( ) Banheiro; ( ) Lavação; ( ) Garagem; ( ) Outros

## 7. Profissionalização:

Está trabalhando:	( ) SIM ( ) NÃO Local: Salário: Horário:
Registro em Carteira	( ) SIM ( ) NÃO
Experiências anteriores:	
Já participou de cursos profissionalizantes:	( ) SIM ( ) NÃO Quais: Quando:
Gostaria de participar:	( ) SIM ( ) NÃO Qual: Encaminhamentos:

## 8. Lazer, Cultura e Esportes:

Participa de alguma atividade cultural:	( ) SIM ( ) NÃO Qual:
Gostaria de participar:	( ) SIM ( ) NÃO Qual:
Participa de atividade desportiva:	( ) SIM ( ) NÃO Qual:
Gostaria de participar:	( ) SIM ( ) NÃO Qual:
O que faz nas horas livres (lazer):	

## 9. Aspectos de Saúde:

Apresenta problema de saúde:	( ) SIM ( ) NÃO Qual:
Já fez ou faz tratamento psicológico/psiquiátrico:	( ) SIM ( ) NÃO Quando: Por quanto tempo:
Cigarros:	( ) SIM ( ) NÃO Desde quando: Frequência: Quantidade:
Bebidas alcoólicas:	( ) SIM ( ) NÃO Desde quando: Frequência: Quantidade:
Outras drogas:	( ) SIM ( ) NÃO Qual: Desde quando: Frequência: Quantidade:
Já foi internado para tratamento/desintoxicação:	( ) SIM ( ) NÃO Quando: Onde: Período: Encaminhamento:
Utiliza algum medicamento:	( ) SIM ( ) NÃO Qual:
Doenças na família:	( ) SIM ( ) NÃO Quem: Qual:

## 10. Respeito aos horários estabelecidos pela família:

Chega tarde da noite em casa:	( ) SIM ( ) NÃO
-------------------------------	-----------------

Compromisso:	
Quanto tempo passa na rua:	( ) Maior parte do dia ( ) Meio período ( ) Raramente ( ) Nunca

11. Em relação ao Adolescente:	
Têm planos/projetos para o futuro?	( ) SIM ( ) NÃO Quais:
O que tem feito para alcançar os objetivos?	
A família corresponde a este interesse?	( ) SIM ( ) NÃO De que forma:
O adolescente recebe algum tipo de influência negativa?	( ) SIM ( ) NÃO Quais Por parte de quem:

12. Outros Registros:

13. Metas acordadas entre o adolescente, sua família e a equipe técnica/ área:			
Demandas:	Ações:	Quem executa:	Prazos:
1. Situação Documental			
2. Situação Processual			
3. Saúde			
4. Educação			
5. Profissionalização			
6. Arte, Cultura, Esporte e Lazer			
7. Fortalecimento da Convivência Familiar e Comunitária			
8. Participação Política			
9. Espiritualidade			
10. Atividades Externas			

Constará em anexo a este Plano Individual de Atendimento o Resultado da Avaliação Interdisciplinar da equipe do serviço de Medidas Socioeducativas.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS JUNTO À FAMÍLIA

- Construir vínculos de confiança entre a equipe de atendimento socioeducativo, a família e o adolescente;
- Estabelecer com a família uma relação de ajuda mútua em torno das necessidades do adolescente e da família;
- Informar, orientar e apoiar a família na busca de serviços públicos e/ou privados, que possam suprir suas necessidades, promovendo a autonomia e o resgate de seus direitos;
- Obter um diagnóstico psicossocial da família, a partir de sua história, para que as intervenções durante o período de cumprimento da medida socioeducativa contribuam positivamente para o desenvolvimento do adolescente e para a dinâmica familiar.

Luzerna, \_\_\_\_\_

Adolescente

Responsável

Equipe de Atendimento Socioeducativo

14. Avaliação Interdisciplinar

Luzerna(SC), .... de .....de 20....

Equipe de Atendimento Socioeducativo

## LEI 1267

LEI Nº 1267 de 14 de outubro de 2014.

"HOMOLOGA ACORDO JUDICIAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica HOMOLOGADO o acordo judicial celebrado na AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS nº 0500082-63.2013.8.24.0037 (037.13.500082-0) que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Joaçaba(SC), movida por CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A contra o MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º - O acordo judicial consiste no pagamento, por parte do Município de Luzerna, do valor total de R\$ 1.299,76 (hum mil, duzentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos).

Parágrafo Único - Cada parte arcará com o pagamento das despesas de honorários advocatícios de seus patronos, ficando o Município isento das custas finais.

Art.3º- Realizado o pagamento em sua totalidade, o feito será extinto.

Art.4º- As despesas provenientes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO 1901

DECRETO Nº 1901 de 14 de outubro de 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1264 de 14 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, para pagamento da folha dos Conselheiros Tutelares, criando a Modalidade de Aplicação, Fonte e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

0700 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL

0701 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL

Atividade: 0701.08.243.022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar.

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte de Recursos - 300 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal



**DECRETO 1902**

DECRETO Nº 1902 de 14 de outubro de 2014.

**"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".**

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1265 de 14 de outubro de 2014,

**DECRETA:**

Art.1º- Fica anulada parcialmente a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Atividade - 23.691.0100.2049 - Apoio a Feiras e Exposições  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 6.500,00

TOTAL ANULADO R\$ 6.500,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a dotação atribuída à Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
Atividade - 22.661.0100.2051 - Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna  
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes  
Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.500,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de outubro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEIÇÃO CONSELHO LOCAL DE SAÚDE**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DO ESF SÃO FRANCISCO PARA BIÊNIO 2014/2016

Art. 1º- A Coordenação da Atenção Básica e Estratégias de Saúde da Família do Município de Luzerna e a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhes foram conferidas, comunicam a toda a comunidade pertencente ao ESF São Francisco, que será realizada a eleição para a escolha dos representantes dos usuários no Conselho Local de Saúde do ESF São Francisco.

**DA PARTICIPAÇÃO NO PLEITO ELEITORAL**

Art. 2º- Poderão votar e serem votados os moradores da área de abrangência da Unidade de Saúde da Família São Francisco, maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, mediante comprovante de moradia.

**DOS CANDIDATOS**

Art. 3º- Os candidatos aptos a serem votados, conforme inscrições previamente realizadas através dos preceitos instituídos pelo Edital 001 de setembro de 2014 são:

- 1- ARLETE HOFELDER SILVA
- 2- DANIELLE KARINE DE LIMA
- 3- ELVIRA HOFFELDER
- 4- ELENIR NECKEL ZAMBONI
- 5- ELIANE XAVIER DUARTE
- 6- GESSICA MORAES DORNALDS
- 7- INES SCHROEDER SCHNEIDER
- 8- IRENE DENARDI
- 9- IRMARGART JUNG
- 10- LORENI APARECIDA MOREIRA DA SILVA
- 11- MATHEUS LUIS GEUSTER
- 12- ODETE MARIA MANENTTI GRANDO

**DO PROCESSO DE ELEIÇÃO**

Art. 4º- Os recursos para a Coordenação da Atenção Básica e Estratégias de Saúde da Família e Conselho Municipal de Saúde, deverão ser interpostas no dia da eleição e analisados e julgados até o fim da eleição.

Parágrafo Único - Os votos de candidatos excluídos não serão computados, e somente poderão ser votados nos candidatos que estiverem presentes.

Art.5º - A eleição ocorrerá no dia 13 de novembro de 2014, com início às 14horas, na Sede do Bairro São Francisco, situado na Rua da Glória.

**DO RESULTADO**

Art.6º- Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral, fará a apuração dos votos e logo após a Coordenação da Atenção Básica e o Prefeito Municipal proclamará a posse dos usuários eleitos juntamente com os representantes indicados da Estratégia de Saúde São Francisco.

Art.7º- Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Alessandra Daros Nunes

Coordenadora da Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família

Joviane Colombelli

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ELEIÇÃO CONSELHO LOCAL DE SAÚDE**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DO ESF VILA ALEMANHA PARA BIÊNIO 2014/2016

Art. 1º- A Coordenação da Atenção Básica e Estratégias de Saúde da Família do Município de Luzerna e a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhes foram conferidas, comunicam a toda a comunidade pertencente ao ESF Vila Alemanha, que será realizada a eleição para a escolha dos representantes dos usuários no Conselho Local de Saúde do ESF Vila Alemanha.

**DA PARTICIPAÇÃO NO PLEITO ELEITORAL**

Art. 2º- Poderão votar e serem votados os moradores da área de abrangência da Unidade de Saúde da Família Vila Alemanha, maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, mediante comprovante de moradia.



**DOS CANDITADOS**

Art. 3º- Os candidatos aptos a serem votados, conforme inscrições previamente realizadas através dos preceitos instituídos pelo Edital 001 de setembro de 2014 são:

- 1- BRUNO RISTAU
- 2- CLAUDETE PAULA HACK
- 3- ELOISA MORETTO
- 4- ENÓRIO LUIZ SIMON
- 5- IRMA SCHMITZ
- 6- MARLENE HOFFMANN
- 7- MARISA DEBUS CERON

**DO PROCESSO DE ELEIÇÃO**

Art. 4º- Os recursos para a Coordenadoria da Atenção Básica e Estratégias de Saúde da Família e Conselho Municipal de Saúde, deverão ser interpostas no dia da eleição e analisados e julgados até o fim da eleição.

Parágrafo Único - Os votos de candidatos excluídos não serão computados, e somente poderão ser votados nos candidatos que estiverem presentes.

Art.5º - A eleição ocorrerá no dia 12 de novembro de 2014, com início às 14horas, no Centro de Múltiplo Uso, anexo a Prefeitura Municipal.

**DO RESULTADO**

Art.6º- Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral, fará a apuração dos votos e logo após a Coordenação da Atenção Básica e o Prefeito Municipal proclamará a posse dos usuários eleitos juntamente com os representantes indicados da Estratégia de Saúde Vila Alemanha.

Art.7º- Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Alessandra Daros Nunes  
Coordenadora da Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família

Joviane Colombelli  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**RECEITAS FEDERAIS DO DIA 13/10/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 13/10/2014

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		9.138,25
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	9.138,25
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.138,25
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	5.482,95
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.655,30

Luzerna, 14/10/2014

\_\_\_\_\_  
ANGELO BRANDALISE JUNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

\_\_\_\_\_  
MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA  
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 003/14**

RESOLUÇÃO Nº 003/2014, de 14 de outubro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DA PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA Nº 001/14 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN, dentro de suas atribuições descritas no artigo 41, parágrafo 2º, alínea "h" do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO:**

Art.1º- Fica criada a COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DA PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA Nº 001/14.

Art.2º- A Comissão de Assuntos Especiais, na forma do art. 89 do Regimento Interno, será composta pelos 05 (cinco) vereadores abaixo relacionados, indicados pelo Presidente da Câmara, em comum acordo com as lideranças partidárias, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária:

1. Lenir Costa Beber - Presidente
2. Ezair Terezinha Hoffmann - Relatora
3. Cleusa Dalla Lana - Membro
4. Sirlei S. Recalcatti - Membro
5. Jonas Dinei Rodrigues Moraes - Membro

Art.3º- A Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por mais 05 (cinco), nos termos do art. 149, § 1º do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Luzerna, para análise da proposta de emenda à Lei Orgânica do Município nº 001/14, emitindo Parecer sobre a matéria, que será protocolado na Secretaria da Câmara, para sua leitura em Plenário na primeira sessão subsequente.

Art.4º- As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.5º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 14 de outubro de 2014.

MAURI JOSÉ SCHLINDWEIN

Presidente da Câmara de Vereadores de Luzerna/SC

**Mafra****PREFEITURA****Extrato de Termo de Cessão de Uso Nº. 014/2014**

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. 014/2014. PARTICIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Mafra. OBJETO: Cessão do veículo marca VOLVO, modelo VM, tipo 330 CV, 6x4, combustível Diesel S-10, ano/modelo 2012/2012, cor vermelha, chassi nº. 93KK0S1D2CE134764, placa MMK-4135. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Mafra, 23 de setembro de 2014. SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Roberto Agenor Scholze, pelo Município.

**Errata Edital de Notificação Preliminar Nº 001/2014/Nfse**

Prefeitura do Município de Mafra  
Estado de Santa Catarina  
Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
Departamento de Fiscalização Tributária

**ERRATA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR Nº 001/2014/NFSe**

A Prefeitura do Município de Mafra, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento - Departamento de Fiscalização Tributária, torna público a ERRATA ao Edital de Notificação Preliminar nº 001/2014/NFSe, que trata das empresas que não realizaram e/ou não finalizaram o cadastramento eletrônico para emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFSe, conforme previsão legal no Decreto Municipal 3739, de 22 de abril de 2014, visando a dispensar as empresas abaixo relacionadas de se inscreverem no cadastro eletrônico:

Razão Social	CMC	CNPJ
14 Brasil Telecom Celular S/A	303206-0	05.423.963.0006-26
14 Brasil Telecom Celular S/A	303207-8	05.423.963.0006-26
14 Brasil Telecom Celular S/A	303208-6	05.423.963.0006-26
Ademir Gelbcke	8834-0	76.614.874.0001-09
Ademir Pereira de Lima ME	4872-0	80.943.996.0001-08
Alcides Santanna Bar ME	4739-2	02.533.161.0001-76
Alexandro Andersen Bar ME	300236-5	07.561.805.0001-53
Antonio Bicheski	15051-7	79.906.590/0001-76
Antonio Marcos Chableski ME	11083-3	73.969.651.0001-68
Argemiro Pauli ME	218-6	95.817.334.0001-69
Aristides Taborda Bar ME	225-9	81.562.399.0001-04
Asildo Peters	251-8	79.914.404.0001-40
Bar do Chico Ltda ME	300024-9	06.276.483.0001-38
Bar e Lanchonete Junqueira Ltda	10663-1	09.748.172.0001-60

Bar e Lanchonete Mar-mitt Ltda	301147-0	09.525.808.0001-67
Bar e Lanchonete Medeiros ME	303693-6	11.623.817.0001-32
Bar e Merceria Antunes Ltda me	10757-3	81.373.490.0001-73
Bar e Merceria Aven-cal Ltda ME	298-4	81.518.938.0001-08
Beatriz Humenhuk ME	3736-2	01.375.181.0001-01
Certo Game Exploração de Atividades Lotéricas Ltda	300723-5	79.391.157.0010-36
Certo Games Exploração de Atividades Lotéricas Ltda	300724-3	79.391.157.0013-89
Certo Games Exploração de Atividades Lotéricas Ltda	300721-9	79.391.157.0009-00
Certo Games Exploração de Atividades Lotéricas Ltda	300722-7	79.391.157.0011-17
Cileda Terezinha Blum	2571-2	81.017.451.0001-33
Clementino Lis ME	2743-0	75.341.354.0001-07
Clever Samuel Fuerst	304697-4	16.501.185.0001-58
Dircelino Becker dos Santos	16233-7	04.181.149.0001-75
Elizete Rank Deluca ME	11443-0	00.528.598.0001-98
Eluir de Jesus Pereira	305200-1	19.110.347.0001-15
Franci Elen Vascao de Souza Moreira	304752-0	16.970.307.0001-55
Gerson Simoes de Oliveira	10441-8	82.865.684.0001-59
Hildegart Wojakewicz dos Santos & Cia Ltda	3788-5	01.512.424.0001-06
Ildefonso Moreira Paes ME	2259-4	78.669.462.0001-93
Janecler Henrique de Mello kreppel	305150-1	17.481.443.0001-44
João Sipra	1016-2	85.158.673.0001-27
Jose Oto Zictz Me	3930-6	01.647.954.0001-53
Karine Moro	305159-5	17.420.330.0001-39
Kuss & Kuss Ltda	1136-3	82.746.843.0001-04
Laudir Charane	304858-6	12.016.421.0001-90
Leonildo de Andrade ME	3281-6	00.962.849.0001-46
Luiz Rodrigues da Luz ME	2828-2	00.498.136.0001-73
Margarida Aparecida Rodrigues da Luz Leal ME	304335-5	14.089.461.0001-97
Maria da Luz Ramos ME	1320-0	81.771.842.0001-49
Maria do Carmo Carlins	305042-4	18.230.575.0001-66
Maria Julia Chaves-ME	15549-7	02.976.526.0001-37
Maria Rosani Ferreira	304675-3	16.705.123.0001-68
Maria Rozinha Bau-mann	1370-6	76.859.776.0001-23
Maria Zeni Jungles	305326-1	18.193.101.0001-91
Mariane Furtado	305176-5	18.899.540.0001-14
Marilene Hack ME	10896-0	72.141.062.0001-24
Marlos Sidney Witt & Cia Ltda	3715-0	01.343.816.0001-80

Oczkowski & Cia Ltda	3040640	13.079.815.0001-50
Osni Sprotte ME	15218-8	03.187.495.0001-06
Papelaria Pekin Ltda	469-3	80.078.306.0001-08
Paulo Felipe de Oliveira Buss	304508-0	14.914.379.0001-50
Paulo Renato Simoes de Oliveira ME	305325-3	20.234.014.0001-87
Pedro de Souza Bar ME	1649-7	95.817.516.0001-30
Sebastião Smekatz	16070-9	81.521.072.0001-86
Sergio Barbosa	305289-3	19.873.316.0001-16
Solange Aparecida Adalberto	4497-0	02.345.910.0001-31
Valdir Antonio Dums ME	3637-4	01.280.159.0001-70
Valdovino Oczkowski	2016-8	80.749.690.0001-15
Vivo S.A.	300851-7	02.449.992.0003-26
Vivo S.A-ERB-Mafra Buligão Rep Tx	303637-5	00.244.992.0017-21
Zequiel de Souza ME	10223-7	85.400.158.0001-01

A dispensa destas empresas deve-se ao fato de que exploram atividades não compatíveis com a emissão de nota fiscal eletrônica de serviços, bem como empresas que já providenciaram a baixa no cadastro municipal de contribuintes do Município de Mafra e empresas que já providenciaram a inscrição no cadastro eletrônico.

Mafra-SC, 15 de outubro de 2014.  
Beatriz Veronica Grossl Gonçalves  
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

## DECRETO Nº. 3789

DECRETO Nº. 3789

Data: 08 de Outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, art. 68 item XVII da Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando o disposto no Decreto n. 3747 de 28 de maio de 2014;

Considerando a iminente necessidade de contenção de gastos;

## DECRETA

Art. 1º - Fica determinada a redução de 30% (trinta por cento) do número atual de bolsas de estágio concedidas pela Prefeitura do Município, no período compreendido entre 01 de Outubro de 2014 a 05 de Janeiro de 2015.

Parágrafo Único: Excetuam-se as bolsas de estágios oriundas de convênios firmados entre a Administração Municipal e demais entidades públicas e/ou privadas.

Art. 2º. - Até o dia 05 de Janeiro de 2015, fica vedada a compra e os pedidos para aquisição de bens móveis, excetuando-se apenas aqueles que consistirem em fator básico para a manutenção dos

serviços essenciais prestados pela Administração Pública Municipal.

Art. 3º. - Fica vedada, até o dia 05 de Janeiro de 2015, a conversão de 1/3 (um terço) das férias em pecúlia, pagamento de licença-prêmio, realização e pagamento de horas-extras, diárias, despesas com cursos, treinamentos e afins, além da concessão de gratificação, excetuando as que forem de excepcional interesse público, devidamente justificada.

Art. 4º. - Fica vedada, até o dia 05 de Janeiro de 2015, todos os pedidos para abertura de novos Processos Licitatórios que não forem de excepcional interesse público e autorizados diretamente pelo Chefe do Poder Executivo, excetuando os que forem provenientes de convênios.

Art. 5º. - Fica determinado que os Ordenadores de Despesas de todos os Órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo deverão ajustar suas contas visando o equilíbrio entre despesas e receitas públicas, conforme Decreto n. 3747 de 28 de maio de 2014.

Art. 6º. - Os Secretários Municipais, dirigentes e demais servidores a quem cabe a gestão de cada unidade orçamentária, são responsáveis pelo cumprimento do estabelecido neste decreto.

Art. 7º. - Ao Órgão de Controle Interno da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo incumbe zelar pela fiscalização do disposto neste decreto.

Art. 8º. - Poderá a Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento, juntamente com a Secretaria Municipal de Administração, expedir as instruções complementares necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 9º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 08 de Outubro de 2014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO  
Secretário Municipal de Administração

## DECRETO Nº. 3790

DECRETO Nº. 3790

Data: 08.10.2014.

ESTABELECE HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

Considerando a necessidade permanente de adoção de medidas que resultem na redução de despesas através da economia de recursos públicos;

Considerando a necessidade de atingir o equilíbrio financeiro entre a receita arrecadada e a despesa realizada até o final do exercício de 2014;

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de expediente interno e externo nas repartições públicas municipais, de segunda-feira à sexta-feira, a partir de 20 de Outubro de 2014, exceto os serviços

essenciais, inerentes a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação:

Das: 8:00 às 14:00 horas

Art. 2º - Os servidores cujo horário de trabalho seja das 8:00 as 12:00 hs, das 13:30 as 17:00 hs, não farão jus a horas extras, devido ao seu caráter essencial.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 08 de Outubro de 2014.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO  
Secretário Municipal de Administração

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 10.601.745/0001-60

BJCG COM DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

Nota Fiscal nº. 5975 R\$ 477,73

Nota Fiscal nº. 6218 R\$ 2.196,27

Nota Fiscal nº. 6225 R\$ 1.075,89

Nota Fiscal nº. 6093 R\$ 2.497,90

Nota Fiscal nº. 6187 R\$ 1.406,88

Nota Fiscal nº. 6176 R\$ 1.919,52

Nota Fiscal nº. 6158 R\$ 2.372,55

Nota Fiscal nº. 6205 R\$ 695,32

Nota Fiscal nº. 6206 R\$ 585,78

Nota Fiscal nº. 6133 R\$ 2.401,71

Nota Fiscal nº. 6145 R\$ 1.107,94

Nota Fiscal nº. 6084 R\$ 927,87

Nota Fiscal nº. 6066 R\$ 2.282,39

Nota Fiscal nº. 6034 R\$ 2.904,96

Valor Total: R\$ 22.852,71

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas das Secretarias de obras e Desenvolvimento Urbano e dos veículos de transporte escolar da Secretaria de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 15 de outubro de 2014  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES  
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 951/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 951/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALQ6234	54708863E	6920/0	15/10/2013	233
APJ0955	54709282E	5380/0	02/11/2013	181 * I
AQB8515	54709098E	5541/3	02/11/2013	181 * XVII
BEJ1009	54709270E	5380/0	29/10/2013	181 * I
COR1632	54464498E	5010/0	26/10/2013	162 * I
DRI0131	54709740E	6408/0	04/11/2013	221
DRI0131	54709741E	6670/0	04/11/2013	230 * XIII
JQH1842	54709119E	5010/0	15/10/2013	162 * I
JQH1842	54709122E	5010/0	15/10/2013	162 * I
LWX4049	54709303E	6599/2	18/10/2013	230 * V
LYV4253	54464346E	6920/0	04/10/2013	233
LZA0916	54709507E	6599/2	24/10/2013	230 * V
LZP9211	54708907E	6599/2	15/10/2013	230 * V
MAI5561	54709076E	5274/1	13/10/2013	175
MAI5561	54709079E	5185/1	13/10/2013	167
MAI5561	54709080E	5215/2	13/10/2013	170
MBP2470	54709756E	5770/3	10/10/2013	189
MDG9927	54709294E	5541/6	06/11/2013	181 * XVII
MDJ2426	54709561E	5487/0	16/10/2013	181 * XI
MDX4651	54709563E	6610/2	17/10/2013	230 * VII
MDX4651	54709564E	6670/0	17/10/2013	230 * XIII
MEC3357	54709121E	5185/1	15/10/2013	167
MEI5896	54453456D	6599/2	01/11/2013	230 * V
MEX8331	54709082E	6920/0	17/10/2013	233
MFV7009	54708771E	6920/0	15/10/2013	233
MGM8164	54709272E	6599/2	31/10/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGM8164	54709273E	5029/2	31/10/2013	162 * II
MLO4034	54709522E	5185/1	31/10/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO



**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 952/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 952/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGA6687	54709653E	6912/0	21/09/2013	R\$ 53,20	232
ALE6960	54709209E	6661/0	13/07/2013	R\$ 127,69	230 * XII
ALE6960	54709210E	6637/2	13/07/2013	R\$ 127,69	230 * IX
ALE6960	54709211E	6726/1	13/07/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
CBU5081	54464230E	5010/0	27/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
CBU5081	54464599E	6599/2	27/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
CBU5081	54464600E	5738/0	27/09/2013	R\$ 191,53	186 * II
DZI6270	54464077E	7366/2	03/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DZI6270	54464078E	5878/0	03/08/2013	R\$ 85,12	199
DZI6270	54464080E	6122/0	03/08/2013	R\$ 191,53	214 * I
IRM8314	54709892E	5541/5	30/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXB7177	54709059E	5428/4	10/09/2013	R\$ 191,53	181 * V
MAY4484	54465187E	7366/2	28/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGQ1832	55983448C	5169/1	11/05/2013	R\$ 1.915,38	165
MGS4645	55688778D	6920/0	07/12/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 953/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 953/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABT3445	54709026E	6920/0	24/10/2013	233
AFO3860	54465145E	5010/0	17/10/2013	162 * I
AFO3860	54465147E	6580/0	17/10/2013	230 * IV
AFO3860	54465148E	6610/1	17/10/2013	230 * VII
AFV9506	54709136E	6599/2	08/11/2013	230 * V
AFV9506	54709137E	6912/0	08/11/2013	232
AIN6847	54708857E	6920/0	09/10/2013	233
ALP6827	54709406E	6556/1	18/10/2013	230 * I
ALP6827	54709407E	6912/0	18/10/2013	232
AOZ0777	54708766E	5541/5	11/10/2013	181 * XVII
BEJ1009	54709526E	5380/0	07/11/2013	181 * I
BEJ1940	54452999D	5851/1	07/11/2013	197
CAB5077	54465213E	5487/0	11/11/2013	181 * XI
JWP6727	54708654E	6556/5	09/11/2013	230 * I
KNI4506	54452997D	5932/0	06/11/2013	203 * II
KNX1631	54709289E	6599/2	02/11/2013	230 * V
LYL1884	54709684E	5541/5	07/10/2013	181 * XVII
MBA4954	54708705E	5835/0	22/10/2013	195
MBG5985	54708915E	6920/0	21/10/2013	233
MCI2244	54708860E	6556/5	09/10/2013	230 * I
MDH0231	54709132E	6599/2	27/10/2013	230 * V
MDV2774	54709161E	5541/5	21/10/2013	181 * XVII
MFN7563	54452526D	6599/2	15/10/2013	230 * V
MFN7563	54452527D	5207/0	15/10/2013	169
MFN7563	54452528D	6726/1	15/10/2013	230 * XVIII
MJM3782	54465149E	5045/0	17/10/2013	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJM3782	54465150E	6599/2	17/10/2013	230 * V
MJT2276	54709280E	5541/3	02/11/2013	181 * XVII
MKG2578	54464494E	5452/2	20/10/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 954/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 954/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIW2278	54709157E	5738/0	04/09/2013	R\$ 191,53	186 * II
AJU2244	54709841E	6920/0	06/09/2013	R\$ 127,69	233
MFN9070	54709106E	5010/0	29/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFN9070	54709107E	6599/2	29/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFN9070	54709108E	5835/0	29/09/2013	R\$ 127,69	195
MFN9070	54709109E	5169/1	29/09/2013	R\$ 1.915,38	165
OPV7883	54709658E	5541/6	23/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 955/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 955/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAL2997	54709092E	5010/0	30/10/2013	162 * I
AAL2997	54709093E	6599/2	30/10/2013	230 * V
AAL2997	54709094E	5061/0	30/10/2013	163 c/c 162 * I
AFA2400	54709254E	5541/6	23/10/2013	181 * XVII
AFL8981	54709738E	6610/2	25/10/2013	230 * VII
AJN9696	54708877E	6920/0	21/10/2013	233
ANL0624	54465459E	7366/2	08/11/2013	252 * VI
AOF3417	54709251E	6920/0	23/10/2013	233
AQB3620	54709088E	6912/0	24/10/2013	232
LYE2307	54453455D	6599/2	18/10/2013	230 * V
LYY4565	54709302E	5525/0	19/10/2013	181 * XV
MDF9393	54709030E	6599/2	29/10/2013	230 * V
MEB7595	54709091E	6050/1	29/10/2013	208
MEI1203	54709456E	7234/0	10/11/2013	250 * I * a
MEI1203	54709457E	5991/0	10/11/2013	206 * I
MGH8403	54709506E	6122/0	23/10/2013	214 * I
MHZ7387	54709717E	6599/2	18/10/2013	230 * V
MMI3434	54709252E	5436/0	23/10/2013	181 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 956/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 956/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAD4169	54708987E	6920/0	13/09/2013	R\$ 127,69	233
ACS0822	55689508D	6599/2	05/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
AJD8771	55689439D	5380/0	12/09/2013	R\$ 85,12	181 * I
ALH0494	54708990E	6599/2	13/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
ANL9810	54709227E	6920/0	17/07/2013	R\$ 127,69	233
IDZ6414	54709865E	5185/1	08/08/2013	R\$ 127,69	167
IFM3862	54709237E	6920/0	23/07/2013	R\$ 127,69	233
LXT2195	54464991E	6920/0	30/07/2013	R\$ 127,69	233
MFN1138	54709960E	6408/0	09/08/2013	R\$ 85,12	221
MHN3982	54709232E	6920/0	17/07/2013	R\$ 127,69	233
MHO0023	54465421E	5045/0	12/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIA2185	54464493E	7366/2	08/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO



**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 957/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 957/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAK9487	54709419E	6599/2	28/10/2013	230 * V
AAP3759	54708898E	6920/0	12/11/2013	233
ACB2989	54465462E	5185/1	16/11/2013	167
AGL2474	54708556E	5045/0	14/11/2013	162 * V
AJG8079	54709431E	5460/0	05/11/2013	181 * IX
AMX3305	54709100E	6599/2	11/11/2013	230 * V
AOW7889	54709283E	5525/0	02/11/2013	181 * XV
ASL5937	54464754E	5185/1	03/11/2013	167
ASR3734	54709724E	6599/2	22/10/2013	230 * V
ASR3734	54709725E	5010/0	22/10/2013	162 * I
ASR3734	54709726E	6556/1	22/10/2013	230 * I
ATU9891	54709034E	6920/0	01/11/2013	233
AWA0020	54709134E	5541/6	04/11/2013	181 * XVII
BRH9889	54709455E	6769/2	05/11/2013	230 * XXII
LWT6023	54709743E	6599/2	17/11/2013	230 * V
LWT6023	54709744E	6912/0	17/11/2013	232
LXK2851	54709423E	6920/0	30/10/2013	233
LXT3068	54708560E	6599/2	16/11/2013	230 * V
LYK7216	54709517E	5010/0	31/10/2013	162 * I
LYK7216	54709518E	6599/2	31/10/2013	230 * V
LYK7216	54709519E	6726/1	31/10/2013	230 * XVIII
MAA5732	54708561E	6599/2	16/11/2013	230 * V
MAA5732	55689827D	6920/0	20/11/2013	233
MAB6734	54709138E	6556/5	16/11/2013	230 * I
MBX5994	54709762E	6920/0	14/11/2013	233
MCF9777	55689666D	6920/0	14/11/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFS7175	54708507E	6041/2	22/11/2013	207
MGQ2067	54709452E	5010/0	02/11/2013	162 * I
MGQ2067	54709453E	5169/1	02/11/2013	165
MHN7322	54708555E	5193/0	14/11/2013	168
MIK2558	54708558E	6599/2	14/11/2013	230 * V
MIP0388	55689825D	7366/2	17/11/2013	252 * VI
MIV1686	54708892E	5380/0	02/11/2013	181 * I
MIX0545	54709144E	6599/2	16/11/2013	230 * V
MIX0545	54709145E	5010/0	16/11/2013	162 * I
MIX0545	54709146E	5061/0	16/11/2013	163 c/c 162 * I
MIZ0062	54709095E	5738/0	02/11/2013	186 * II
MIZ0062	54709096E	5185/1	02/11/2013	167
MJV3111	54709046E	5037/1	20/11/2013	162 * III
MKA9176	54709462E	5185/1	16/11/2013	167
MKV9918	54708923E	6912/0	18/11/2013	232
MLS2164	54709292E	5541/5	06/11/2013	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 958/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 958/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKQ6163	54709902E	5169/1	17/09/2013	R\$ 1.915,38	165
LZY6595	54709851E	5185/2	27/07/2013	R\$ 127,69	167
MAW1125	54709204E	5118/0	11/07/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBT4422	54464350E	6912/0	16/10/2013	R\$ 53,20	232
MJZ9539	54464956E	5118/0	09/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MML8963	54465163E	5541/5	15/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 959/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 959/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACB5300	54708720E	5452/2	24/11/2013	181 * VIII
ADG6137	54708928E	6599/2	28/11/2013	230 * V
ADG6137	54708929E	6912/0	28/11/2013	232
ADG6137	54708930E	5010/0	28/11/2013	162 * I
AGL0012	54709746E	5010/0	23/11/2013	162 * I
AGL0012	54709747E	6599/2	23/11/2013	230 * V
AGL0012	54709748E	6726/1	23/11/2013	230 * XVIII
ANA5549	54708716E	5878/0	24/11/2013	199
ANA5549	54708717E	6122/0	24/11/2013	214 * I
ANR7272	54708708E	5347/0	09/11/2013	178
ATQ0188	54708890E	5380/0	02/11/2013	181 * I
AXE7669	54708580E	5436/0	26/11/2013	181 * VI
BPD5888	54708577E	6920/0	26/11/2013	233
BQK9240	54709036E	6920/0	05/11/2013	233
DJC9673	54709749E	6599/2	23/11/2013	230 * V
IUF2756	54709583E	5428/4	21/11/2013	181 * V
LXV9083	54709090E	5541/3	02/11/2013	181 * XVII
LYF1676	54709439E	6599/2	23/11/2013	230 * V
LYF1676	54709440E	5010/0	23/11/2013	162 * I
LYF1676	54709441E	6637/2	23/11/2013	230 * IX
LZO8505	54464760E	5185/1	28/11/2013	167
LZW2052	54708718E	5010/0	24/11/2013	162 * I
MAR7146	54709745E	6599/2	19/11/2013	230 * V
MBZ5539	54708505E	5541/5	21/11/2013	181 * XVII
MFQ5994	54708707E	6726/1	01/11/2013	230 * XVIII
MFQ5994	54709572E	7366/2	01/11/2013	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFQ5994	54709573E	5185/1	01/11/2013	167
MIR0256	54708578E	6920/0	26/11/2013	233
MJQ0569	54464759E	5185/1	28/11/2013	167
MKO2784	54709427E	7366/2	01/11/2013	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 960/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 960/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOU1485	54465275E	5010/0	22/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
AOU1485	54465276E	6599/2	22/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
CEK0864	54465138E	6041/1	09/10/2013	R\$ 127,69	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

LUZIA MARIA SEIDEL

AUTORIDADE DE TRANSITO

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 961/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 074 961/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACA1624	55688656D	6599/2	02/12/2013	230 * V
AEE5634	54709586E	6599/2	29/11/2013	230 * V
AEE5634	54709587E	5010/0	29/11/2013	162 * I
AEE5634	54709588E	5118/0	29/11/2013	164 c/c 162 * I
AGF9767	54708592E	6599/2	04/12/2013	230 * V
AJA4047	54708589E	6920/0	02/12/2013	233
AKN0113	54708724E	6050/1	27/11/2013	208
AMN1063	54708585E	6920/0	28/11/2013	233
AQN8033	54708883E	6637/2	25/10/2013	230 * IX
AQY5227	54708932E	6610/2	01/12/2013	230 * VII
ATM2161	54465370E	6599/2	29/11/2013	230 * V
ATM2161	54465371E	5010/0	29/11/2013	162 * I
DBW4328	54465372E	6599/2	01/12/2013	230 * V
LYW6304	54708895E	6920/0	06/11/2013	233
MBJ7064	55688666D	6920/0	04/12/2013	233
MBN2779	54708593E	6599/2	04/12/2013	230 * V
MCY1831	54465216E	5045/0	28/11/2013	162 * V
MHW7750	54464904E	5541/5	02/12/2013	181 * XVII
MHW7750	54464905E	6637/2	02/12/2013	230 * IX



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

**INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 962/2013**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 074 962/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGM6262	54709729E	6599/2	24/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
AKH6258	54452518D	5010/0	30/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
AKH6258	54452519D	6599/2	30/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
AKH6258	54452520D	5835/0	30/08/2013	R\$ 127,69	195
AKH6258	54452521D	6726/1	30/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
AKH6258	54452522D	5215/2	30/08/2013	R\$ 191,53	170
APV3031	54709680E	5380/0	05/10/2013	R\$ 85,12	181 * I
IFN6342	54709732E	5010/0	25/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZI3171	54708878E	6599/2	23/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZI3171	54708879E	6912/0	23/10/2013	R\$ 53,20	232
MLC8723	55689514D	6920/0	25/10/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 13 DE OUTUBRO DE 2014

RAFAELLO ROSS

DELEGADO DE POLÍCIA - 9 DRP

# Maravilha

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.797/2014

LEI Nº 3.797, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

Altera a Lei Municipal nº 3.778, de 15 de julho de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Altera o parágrafo único, do art. 1º da Lei Municipal nº 3.778/2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

Parágrafo único. O repasse de que trata o presente artigo será realizado em parcelas, de acordo com a previsão dos gastos com a organização da feira.

Art. 2º Altera o art. 2º, da Lei Municipal nº 3.778/2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O valor do repasse tem como objetivo custear as despesas dos eventos com a Feira Comercial e Industrial de Maravilha - FECIMAR, a ser realizada no mês de setembro de 2015.

Art. 3º Os demais dispositivos da referida Lei permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de outubro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei Nº 3.798/2014

LEI Nº 3.798, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar imóvel adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a escriturar, para o mutuário, imóvel de propriedade do Município de Maravilha, adquirido e quitado através do Fundo Municipal de Habitação.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º é o matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob a matrícula a seguir relacionada, com o respectivo mutuário proprietário:

- IDALÉCIO DE MELLO

Lote urbano nº (26-I), da quadra nº (70), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com área de 280,00 m² (duzentos e oitenta metros quadrados), objeto da Matrícula nº

12.001.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de outubro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Lei Nº 3.799/2014

LEI Nº 3.799, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

Dispõe sobre repasse de recursos financeiros à Comissão Central Organizadora - CCO e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) à Comissão Central Organizadora - CCO do Município de Maravilha/SC.

Parágrafo único. O repasse de que trata o presente artigo será realizado em parcela única no mês de outubro de 2014.

Art. 2º O valor do repasse tem como objetivo custear as despesas com a realização da Semana da Criança, Dia do Professor e Merendeira.

Art. 3º A CCO deverá prestar contas dos recursos concedidos, conforme o Art. 43, § 4º, e demais disposições da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

Art. 4º Fica a beneficiária proibida de repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado.

Art. 5º A não comprovação da aplicação dos recursos recebidos e/ou caso a prestação de contas não for aprovada pelo órgão fiscalizador, a Entidade deverá obrigatoriamente efetuar a devolução dos recursos e dos rendimentos da aplicação ao Município de Maravilha/SC.

Art. 6º Os recursos orçamentários para a execução do objeto do art. 1º correrão por conta da Rubrica Orçamentária nº 12.365.0007.2.012 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de outubro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

# Meleiro

## PREFEITURA

### Portaria Nº 415/2014

PORTARIA n.º 415/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora MARIA LUIZA ZANELATTO Córneo, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 13/10/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 14 de Outubro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### EXTRATO CONTRATUAL N º 034/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 034/2014

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

Contratado: HOSPCLIN COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANTER ATIVIDADES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 21.057,94

Vigência: Início: 10/10/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 10 de outubro de 2014.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 114/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 114/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CECRI METALURGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de Serviço de mão de obra na reforma do ginásio de esportes de Saporanga.

Valor: R\$ 3.000,00

Vigência: Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 16 de setembro de 2014.

### Extrato Contratual Nº 115/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 115/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI.

Objeto: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

Valor: R\$ 33.304,00

Vigência: Início: 23/09/2014 Término: 22/05/2015.

Data da assinatura: 23 de setembro de 2014.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 116/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 116/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA - COONAFOR.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2014 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

Valor: R\$ 11.026,00

Vigência: Início: 29/09/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 29 de setembro de 2014.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 117/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 117/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: AGNALDO SILVEIRA GENEROSO

Objeto: O presente contrato tem como objeto a Fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2014 no Município de Meleiro/SC, conforme Lei nº. 11.947/2009 de 16/06/2009 e Resolução do FNDE nº. 26/2013 de 17/06/2013.

Valor: R\$ 10.510,00

Vigência: Início: 29/09/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 29 de setembro de 2014.

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 118/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 118/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEM

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO E

ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS DO MUNICÍPIO QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL VUNERÁVEL, POR ENCAMINHAMENTO DE DECISÕES DO PODER JUDICIÁRIO.

Valor: R\$ 11.730,00

Vigência: Início: 30/09/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 30 de setembro de 2014.

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 119/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 119/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: CELITO CARLESSI & CIA LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 18.293,80

Vigência: Início: 02/10/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 02 de outubro de 2014.

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 120/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 120/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: ATEKY INFORMÁTICA LTDA EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS (Brinquedos - Playground e Cama Elástica) PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESCADINHA DO TEMPO.

Valor: R\$ 6.668,95

Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 09 de outubro de 2014.

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 121/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 121/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EDUCATIVOS (Brinquedos - Playground e Cama Elástica) PARA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESCADINHA DO TEMPO.

Valor: R\$ 2.447,50

Vigência: Início: 09/10/2014 Término: 31/12/2014.

Data da assinatura: 09 de outubro de 2014.

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Distrato 01/2014 Daruma

DISTRATO ADMINISTRATIVO - nº 01/2014

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, com sede na Rodovia SC 452, Km 24, nº 1551, esquina com a Rua Vilma Gomes, na cidade de Monte Carlo/SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Marcos Nei Correa Siqueira, inscrito no CPF sob o nº 850.169.429-00, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.170.289/0001-25, estabelecida na Avenida Independência, nº 3500, Taubaté/SP, CEP 12.032-000, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. Mario Luiz Campo Grande de Jesus Mendes, inscrito no CPF sob o nº 606.895.877-91, na forma de seu estatuto social, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM as PARTES acima qualificadas, nos termos do art. 79, II, da Lei nº 8.666/93, desfazer o Contrato Administrativo nº 24/2013 firmado em 09 de julho de 2013, cujo objeto consistia na "contratação de solução integrada interativa de computador e projeção, denominada Computador Interativo e Solução de Lousa Digital", conforme segue abaixo:

1. Referido contrato administrativo fica resiliado, de comum acordo, a partir desta data.

2. Em razão do presente distrato, as partes dão reciprocamente plena, geral e rasa quitação, declarando nada dever uma a outra, a qualquer título que seja referente a este contrato e quaisquer ajustes anteriores.

Assim, por estarem justas e contratadas, assinam o presente distrato em 2 (duas) vias, de igual teor, em presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 14 de outubro de 2014.

Município de Monte Carlo Marcos Nei Correa Siqueira	Daruma Telec. e Inf. Ltda. Mario Luiz Campo Grande de Jesus Mendes
--	--

#### TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Registro de Preço FMS 044/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO FMS 044/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMISETAS SERIGRAFIADAS PARA AÇÕES E CAMPANHAS DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, conforme anexo. Data: 27/10/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari  
Secretário de Finanças.

#### REGISTRO DE PREÇO 093/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de REGISTRO DE PREÇO 093/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PARA TODA A PREFEITURA, conforme anexo. Data: 29/10/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari  
Secretário de Finanças.

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Ata Abertura Envelope Complementar Tomada de Preço 123/2014 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
ATA ABERTURA ENVELOPE COMPLEMENTAR  
TOMADA DE PREÇO 123/2014 PMN

O Presidente e a Comissão de Licitação informam que mesmo sendo aberto o prazo previsto na Lei 8666/93 para entrega de documentação complementar, a licitante Artefatos de Cimento Santa Terezinha Não apresentou os documentos pendentes (atestado de capacidade técnica e acervo técnico), desta forma a mesma foi inabilitada e a licitação fracassada.

FICAM DESDE JÁ INTIMADOS OS INTERESSADOS DO PRESENTE, MOMENTO EM QUE SE ENCERRA A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

Douglas Lemos.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
Navegantes 14/10/2014

#### IV Ata Pregão Presencial 35/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
ATA PREGÃO PRESENCIAL 35/2014 FMS

REINICIADA A SESSÃO AS 16:10 H CONFORME AGENDADO/PUBLICADO ANTERIORMENTE, PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA LICITANTE scheid e castro distrib. De produtos farmacêutico ltda, necessária a abertura, pois, na época da primeira sessão esta não foi aberta pois não havia ganho nenhum item, com a reprovação de amostras de outras licitantes se fez necessária a abertura da habilitação. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAZE O PREGOEIRO E A EQUIPE ABRIU O ENVELOPE E CONSTATOU QUE A LICITANTE ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL, MOMENTO QUE ENCERRA A SESSÃO.

MESMO COM A PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO NÃO COMPARECERAM LICITANTES INTERESSADOS NA SESSÃO..  
FICAM DESDE JÁ INTIMADOS DOS ATOS ACIMA.

ASS.PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.  
NAVEGANTES 13 DE OUTUBRO DE 2014

#### Ata de Aprovação E Chamamento 6 º Colocada Nº 13/2014 F.m.a. S.

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 F.M.A. S. "ITEM 10"

A EMPRESA FOOT COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA FOI REPROVADO, POIS A MESMA NÃO APRESENTOU AMOSTRA.

CHAMAMENTO 6 º COLOCADO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO 13/2014 F.M.A.S

O Pregoeiro e a equipe de apoio torna publica a convocação dos licitantes para apresentação das amostra conforme segue, uma vez que as primeiras não atenderam com a especificação do edital ou não apresentaram a amostra.

ITEM	LICITANTE 6º COLOCADO CONVOCADO P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
------	---



10	COMERCIAL ROPAGI LTDA ME
----	--------------------------

A licitante anunciada deverão apresentar a amostras no prazo estabelecido no edital, no departamento de compras e licitações. Prazo contado a partir da publicação deste.

Navegantes 14 de outubro de 2014.  
Pregoeiro e equipe de apoio.

### **Ata de Julgamento de Recurso Referente Pregão Presencial Nº 185/2014 PMN**

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2014 PMN

Aos 13 dias de outubro de 2014, às 17:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 918 de 19/02/2014, com intuito de analisar e julgar o recurso ao Edital do Pregão Presencial nº 185/2014, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS DEVIDAMENTE MONTADOS E INSTALADOS PARA O PEC (PRAÇA DO ESPORTE E DA CULTURA) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC CONFORME CONTRATO CELEBRADO Nº 0363523-89 CELEBRADO COM A CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ITENS FRACASSADOS NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014. Protocolado pela empresa REI DOS REIS COM. ATACADISTA DE EQUIP. DE INFORMATICA LTDA EPP. - CNPJ: 13729372/0001-03.

#### **PRELIMINARMENTE**

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente.

Em síntese, manifesta-se a empresa REI DOS REIS COM. ATACADISTA DE EQUIP. DE INF.LTDA EPP através de recurso datado de 08/10/2014 arguindo a reconsideração da decisão da pregoeira substituta e equipe de apoio que a inabilitou em 23/09/2014.

Em síntese a alegação/defesa faz menção ao Atestado de Capacidade Técnica apresentado na primeira sessão (23/09/2014) que era compatível com o objeto licitado, e que é de conhecimento de todos que equipamentos AUDIOVISUAIS engloba vários itens, dentre eles, projetores, televisores, caixas de som, urdimento, rotunda, cortinas de plateia entre outros, finaliza mencionando sua desclassificação quanto ao atestado complementar apresentado na segunda sessão entretanto apenas salientou que deu maiores informações no que diz respeito aos locais onde foram prestados serviços.

Pede classificação no item 1 do referido certame, e que caso contrário, suba à autoridade superior.

#### **DECISÃO**

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento conforme segue:

A argumentação da recorrente não merece acolhimento, pois o atestado de capacidade técnica solicitado no edital item 5.5.1 não foi apresentado em conformidade, senão vejamos;

5.5.1 Apresentação de atestado de capacidade técnica emitida por órgão de direito público ou privado compatível em característica com o objeto da presente licitação

O atestado apresentado pela recorrente na primeira sessão - objeto do presente recurso - cita que a empresa Rei dos Reis Com. Atacadista de Equip. de Informática Ltda ME apenas forneceu a Secretaria da Saúde de Joinville: 01 Trena a Laser, 02 TV LCD, 02 Caixa de Som, 04 Batedeiras, itens totalmente diferentes dos licitados:

Item 01 - URDIMENTO COM 10 TUBOS DE FERRO GALVANIZADO DIÂMETRO 2" COMPRIMENTO DE 8.00M, FIXADOS DE METRO

EM METRO NA LAJE, À 0.20M ABAIXO DO FORRO ACÚSTICO, NOS SENTIDO TRANSVERSAL DA SALA, ENTREA CABINE E A ROTUNDA (PANO DE FUNDO). ESPAÇAMENTO ENTRE OS TUBOS DE 1.00M

Desta forma fica evidente que o atestado é incompatível e, além disto, não cita a instalação dos equipamentos essenciais para a compatibilidade do objeto licitado.

Em tempo, o atestado apresentado na segunda sessão - conforme dispositivo legal art.48 §3º 8666/93- também foi incorreto, pois mencionava serviços terceirizado, vetado pela administração.

- Recurso Indeferido

- Publique-se

É a decisão. Navegantes, 13 de outubro de 2014.  
DOUGLAS LEMOS  
Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORREA  
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:  
JOSEZITE DOS SANTOS  
CARLA CLAUDINO  
FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

Em respeito ao artigo 109 §4º Lei 8.666/93

Ratificando:

BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



# Nova Trento

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.550/2014

LEI Nº 2.550/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INCLUIR NO SALDO DEVEDOR DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.471/2012 O VALOR CORRESPONDENTE AO DÉFICIT ATUARIAL DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2014, ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 2.471/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao saldo devedor do Plano de Amortização instituído nos termos da Lei municipal nº 2.471/2012, o valor correspondente ao déficit atuarial da Avaliação Atuarial 2014, que totaliza R\$ 5.680.324,33 (cinco milhões seiscentos e oitenta mil trezentos e vinte e quatro reais e trinta e três centavos) posicionado em 31/12/2013, devendo ser atualizado para 31/12/2014.

§1º O valor do déficit atuarial contido no caput deste artigo será atualizado, no período de diferimento, compreendido entre 31/12/2013 a 31/12/2014, pelos mesmos índices e taxa de juros previstos na Lei municipal nº 2.471/2012.

§2º A primeira parcela que será paga considerando a inclusão do valor indicado no caput deste artigo será no mês de julho de 2014, com vencimento até o dia 10/08/2014.

§3º O valor de cada parcela será calculado nos termos do §1º do art. 4º da Lei municipal nº 2.471/2012.

Art. 2º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo único. Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do IPREVENT.

Fls. 02 - LEI Nº 2.550/2014

Art. 3º Em consequência da atual situação financeiro-orçamentária do Município de Nova Trento, restam pré-determinados os valores das prestações a serem pagas nos anos de 2015 a 2020, sem quaisquer prejuízos da evolução do saldo devedor no aludido período, conforme determinado pela Lei nº 2.471/2012, de acordo com o cronograma que segue:

JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015: R\$ 15.000,00;  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016: R\$ 18.000,00;  
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017: R\$ 22.000,00;  
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018: R\$ 26.000,00;  
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019: R\$ 31.000,00; e  
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020: R\$ 37.000,00.

Art. 4º Se os critérios do Plano de Amortização previsto nesta Lei resultar em desequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio

do IPREVENT, estes deverão ser objeto de repactuação com base em parecer atuarial.

Art. 5º Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art. 6º Fica alterado na Lei nº 2.471/2012 o Anexo Único, que dispõe sobre a evolução de todo o período do respectivo Plano de Amortização.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 13 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

### CONTRATO 112/2014

CONTRATO Nº 112/2014

Compra Direta - Contratante: Prefeitura de Nova Trento, localizada na Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma/SC. Objeto do Contrato: Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento de Software como Serviço do aplicativo FLY SAÚDE, com usuários ativos, em ambiente Web, conforme funcionalidades descritas no Anexo I. O valor total de R\$ 3.000,00 (Três mil reais). Vigência: a partir de 01/10/2014 até 28/02/2015.

Nova Trento, 14 de outubro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### CONTRATO 113/2014

CONTRATO Nº 113/2014

Origem: Processo Licitatório Nº 104/2014. Modalidade: Carta Convite nº 001/2014. Homologação: 06/10/2014. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: DJP CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA ME., com sede à Rua Nossa Senhora das Dores, 1586, Sala 01, Villa Santana, Santo Amaro da Imperatriz-SC, CNPJ Nº 17.847.183/0001-88. Objeto do Contrato: Contratação de empresa, sob o regime de empreitada global, para executar a demolição de edificação existente em terreno localizado na Rua Luiz Busnardo, s/nº, de acordo com determinação judicial, exarada nos Autos nº 062.09.001646-9, assim como a destinação final de todo o entulho oriundo da demolição da área, devidamente autorizada pelos órgãos ambientais. O valor total é de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais). Prazo de execução: 30 (trinta) dias. Vigência: 31/12/2014.

Nova Trento, 06 de outubro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO DE DATAS DO PROCESSO SELETIVO Nº 09/29014**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DE DATAS RELATIVO AO PROCESSO SELETIVO Nº 09/2014

Faço pública, para conhecimento dos interessados, que dado ao Segundo Turno das Eleições para Presidente da República ocorrer no dia 26 de outubro de 2014 e que o local da aplicação da prova objetiva é local de votação, tornou-se necessário alterar o dia da aplicação da prova objetiva, divulgação da classificação parcial, recurso da classificação parcial, divulgação da classificação final e homologação, relativos ao Processo Seletivo nº 09/2014. Por tal razão, se publica o presente edital.

Art. 1º O cronograma de datas do Processo Seletivo nº 09/2014, passam a vigorar com as seguintes datas:

Datas	Etapas
09/11/2014	Aplicação da Prova Objetiva
11/11/2014	Divulgação da Classificação Parcial
12 e 13/11/2014	Recurso da Classificação Parcial
14/11/2014	Divulgação da Classificação Final e Homologação

Art. 2º Permanecem inalterados os demais termos dos editais relativos aos Processos Seletivos nº 09/2014.

Art. 3º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 13 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

## Plano de Amortização Iprevent - Lei Nº 2.550/2014

## PLANO DE AMORTIZAÇÃO IPREVENT - AVALIAÇÃO ATUARIAL 2012

ANEXO ÚNICO - Lei nº 2.550, de 13 de outubro de 2014

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD) - Parcelas crescentes

Saldo Devedor Inicial (08/2011 - com correção monetária até 12/2012)	R\$ 3.854.835,02
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 5.680.324,33
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD)							
Parcela	Data	INPC	Prestação Paga	Prestação Calculada	Juros Mês	Correção Mês	Saldo Devedor
1	1/1/2013	0,92%	R\$ 9.178,18	R\$ 9.178,18	R\$ 18.718,93	R\$ 35.552,26	R\$ 3.899.928,02
2	1/2/2013	0,52%	R\$ 9.307,70	R\$ 9.307,70	R\$ 18.937,79	R\$ 20.329,70	R\$ 3.929.887,81
3	1/3/2013	0,60%	R\$ 9.401,65	R\$ 9.401,65	R\$ 19.083,16	R\$ 23.637,42	R\$ 3.963.206,75
4	1/4/2013	0,59%	R\$ 9.504,09	R\$ 9.504,09	R\$ 19.244,85	R\$ 23.440,39	R\$ 3.996.387,89
5	1/5/2013	0,35%	R\$ 9.606,70	R\$ 9.606,70	R\$ 19.405,86	R\$ 14.021,65	R\$ 4.020.208,71
6	1/6/2013	0,28%	R\$ 9.687,25	R\$ 9.687,25	R\$ 19.521,42	R\$ 11.284,12	R\$ 4.041.326,99
7	1/7/2013	0,00%	R\$ 9.761,66	R\$ 9.761,66	R\$ 19.623,85	R\$ -	R\$ 4.051.189,18
8	1/8/2013	0,16%	R\$ 9.809,17	R\$ 9.809,17	R\$ 19.671,62	R\$ 6.497,68	R\$ 4.067.549,31
9	1/9/2013	0,27%	R\$ 9.872,69	R\$ 9.872,69	R\$ 19.750,95	R\$ 11.009,05	R\$ 4.088.436,62
10	1/10/2013	0,61%	R\$ 9.947,53	R\$ 9.947,53	R\$ 19.852,25	R\$ 24.999,88	R\$ 4.123.341,22
11	1/11/2013	0,54%	R\$ 10.056,93	R\$ 10.056,93	R\$ 20.021,62	R\$ 22.319,85	R\$ 4.155.625,76
12	1/12/2013	0,72%	R\$ 10.160,45	R\$ 10.160,45	R\$ 20.178,26	R\$ 29.992,63	R\$ 4.195.636,20
13	1/1/2014	0,63%	R\$ 10.283,42	R\$ 10.283,42	R\$ 20.372,42	R\$ 26.496,07	R\$ 4.232.221,26
14	1/2/2014	0,64%	R\$ 10.398,58	R\$ 10.398,58	R\$ 20.549,94	R\$ 27.151,18	R\$ 4.269.523,81
15	1/3/2014	0,82%	R\$ 10.516,07	R\$ 10.516,07	R\$ 20.730,94	R\$ 35.093,86	R\$ 4.314.832,53
16	1/4/2014	0,78%	R\$ 10.653,91	R\$ 10.653,91	R\$ 20.950,81	R\$ 33.736,01	R\$ 4.358.865,44
17	1/5/2014	0,60%	R\$ 10.789,27	R\$ 10.789,27	R\$ 21.164,48	R\$ 26.215,44	R\$ 4.395.456,09
18	1/6/2014	0,26%	R\$ 10.906,84	R\$ 10.906,84	R\$ 21.342,02	R\$ 11.455,32	R\$ 4.417.346,59
19	1/7/2014			R\$ 10.988,42	R\$ 21.448,17	R\$ -	R\$ 4.427.806,33
20	1/8/2014			R\$ 11.041,91	R\$ 21.498,82	R\$ -	R\$ 4.438.263,25
21	1/9/2014			R\$ 11.095,66	R\$ 21.549,46	R\$ -	R\$ 4.448.717,05
22	1/10/2014			R\$ 11.149,67	R\$ 21.600,08	R\$ -	R\$ 4.459.167,47
23	1/11/2014			R\$ 11.203,94	R\$ 21.650,69	R\$ -	R\$ 4.469.614,22
24	1/12/2014			R\$ 11.258,47	R\$ 21.701,27	R\$ -	R\$ 4.480.061,66
25	1/1/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 27.091,23	R\$ 52.146,69	R\$ -	R\$ 4.532.273,65
26	1/2/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 27.253,86	R\$ 52.327,50	R\$ -	R\$ 4.584.601,16
27	1/3/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 27.417,77	R\$ 52.509,19	R\$ -	R\$ 4.637.110,35
28	1/4/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 27.582,98	R\$ 52.691,77	R\$ -	R\$ 4.690.802,12
29	1/5/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 27.749,50	R\$ 52.875,24	R\$ -	R\$ 4.745.677,36
30	1/6/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 27.917,33	R\$ 53.059,60	R\$ -	R\$ 4.801.736,96
31	1/7/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 28.086,51	R\$ 53.244,86	R\$ -	R\$ 4.859.981,81
32	1/8/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 28.257,02	R\$ 53.431,01	R\$ -	R\$ 4.919.412,83
33	1/9/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 28.428,90	R\$ 53.618,08	R\$ -	R\$ 4.980.030,91
34	1/10/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 28.602,15	R\$ 53.806,05	R\$ -	R\$ 5.041.836,96
35	1/11/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 28.776,78	R\$ 53.994,94	R\$ -	R\$ 5.104.831,91
36	1/12/2015		R\$ 15.000,00	R\$ 28.952,81	R\$ 54.184,75	R\$ -	R\$ 5.169.066,66
37	1/1/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 29.130,25	R\$ 54.360,89	R\$ -	R\$ 5.234.427,55
38	1/2/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 29.301,25	R\$ 54.537,87	R\$ -	R\$ 5.300.965,42
39	1/3/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 29.473,60	R\$ 54.715,72	R\$ -	R\$ 5.368.681,14
40	1/4/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 29.647,33	R\$ 54.894,44	R\$ -	R\$ 5.437.575,58
41	1/5/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 29.822,44	R\$ 55.074,03	R\$ -	R\$ 5.507.649,61
42	1/6/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 29.998,94	R\$ 55.254,49	R\$ -	R\$ 5.578.904,10
43	1/7/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 30.176,86	R\$ 55.435,82	R\$ -	R\$ 5.651.339,92
44	1/8/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 30.356,21	R\$ 55.618,04	R\$ -	R\$ 5.724.957,96
45	1/9/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 30.536,99	R\$ 55.801,15	R\$ -	R\$ 5.800.759,11
46	1/10/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 30.719,22	R\$ 55.985,15	R\$ -	R\$ 5.877.744,26
47	1/11/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 30.902,93	R\$ 56.170,05	R\$ -	R\$ 5.955.914,31
48	1/12/2016		R\$ 18.000,00	R\$ 31.088,11	R\$ 56.355,84	R\$ -	R\$ 6.035.269,15
49	1/1/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 31.274,79	R\$ 56.523,07	R\$ -	R\$ 6.115.792,22
50	1/2/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 31.452,14	R\$ 56.691,11	R\$ -	R\$ 6.197.483,33
51	1/3/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 31.630,90	R\$ 56.859,97	R\$ -	R\$ 6.280.333,30
52	1/4/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 31.811,10	R\$ 57.029,65	R\$ -	R\$ 6.364.352,96
53	1/5/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 31.992,73	R\$ 57.200,16	R\$ -	R\$ 6.450.553,12
54	1/6/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 32.175,82	R\$ 57.371,50	R\$ -	R\$ 6.538.924,62
55	1/7/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 32.360,37	R\$ 57.543,67	R\$ -	R\$ 6.629.468,29
56	1/8/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 32.546,41	R\$ 57.716,69	R\$ -	R\$ 6.722.184,98
57	1/9/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 32.733,95	R\$ 57.890,54	R\$ -	R\$ 6.817.075,52
58	1/10/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 32.922,99	R\$ 58.065,24	R\$ -	R\$ 6.914.240,76
59	1/11/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 33.113,57	R\$ 58.240,79	R\$ -	R\$ 7.013.681,55
60	1/12/2017		R\$ 22.000,00	R\$ 33.305,69	R\$ 58.417,19	R\$ -	R\$ 7.115.498,74
61	1/1/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 33.499,36	R\$ 58.574,98	R\$ -	R\$ 7.220.073,72
62	1/2/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 33.683,41	R\$ 58.733,54	R\$ -	R\$ 7.327.507,26
63	1/3/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 33.868,93	R\$ 58.892,88	R\$ -	R\$ 7.436.909,14
64	1/4/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 34.055,94	R\$ 59.052,98	R\$ -	R\$ 7.548.382,12
65	1/5/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 34.244,45	R\$ 59.213,87	R\$ -	R\$ 7.661.935,99
66	1/6/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 34.434,47	R\$ 59.375,54	R\$ -	R\$ 7.777.571,53

## PLANO DE AMORTIZAÇÃO IPREVENT - AVALIAÇÃO ATUARIAL 2012

ANEXO ÚNICO - Lei nº 2.550, de 13 de outubro de 2014

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD) - Parcelas crescentes

Saldo Devedor Inicial (08/2011 - com correção monetária até 12/2012)	R\$ 3.854.835,02
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 5.680.324,33
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD)								
Parcela	Data	INPC	Prestação Paga	Prestação Calculada	Juros Mês	Correção Mês	Saldo Devedor	
67	1/7/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 34.626,03	R\$ 59.538,00	R\$ -	R\$	12.291.151,53
68	1/8/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 34.819,13	R\$ 59.701,25	R\$ -	R\$	12.324.852,77
69	1/9/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 35.013,79	R\$ 59.865,29	R\$ -	R\$	12.358.718,06
70	1/10/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 35.210,02	R\$ 60.030,13	R\$ -	R\$	12.392.748,19
71	1/11/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 35.407,85	R\$ 60.195,77	R\$ -	R\$	12.426.943,96
72	1/12/2018		R\$ 26.000,00	R\$ 35.607,29	R\$ 60.362,22	R\$ -	R\$	12.461.306,18
73	1/1/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 35.808,35	R\$ 60.505,14	R\$ -	R\$	12.490.811,33
74	1/2/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 35.996,57	R\$ 60.646,76	R\$ -	R\$	12.520.460,09
75	1/3/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 36.186,30	R\$ 60.793,08	R\$ -	R\$	12.550.253,17
76	1/4/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 36.377,55	R\$ 60.938,10	R\$ -	R\$	12.580.191,26
77	1/5/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 36.570,32	R\$ 61.083,82	R\$ -	R\$	12.610.275,09
78	1/6/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 36.764,65	R\$ 61.230,26	R\$ -	R\$	12.640.505,35
79	1/7/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 36.960,54	R\$ 61.377,40	R\$ -	R\$	12.670.882,75
80	1/8/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 37.158,01	R\$ 61.525,27	R\$ -	R\$	12.701.408,02
81	1/9/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 37.357,08	R\$ 61.673,85	R\$ -	R\$	12.732.081,87
82	1/10/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 37.557,76	R\$ 61.823,16	R\$ -	R\$	12.762.905,03
83	1/11/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 37.760,07	R\$ 61.973,19	R\$ -	R\$	12.793.878,22
84	1/12/2019		R\$ 31.000,00	R\$ 37.964,03	R\$ 62.123,96	R\$ -	R\$	12.825.002,18
85	1/1/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 38.169,65	R\$ 62.246,25	R\$ -	R\$	12.850.248,42
86	1/2/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 38.358,95	R\$ 62.369,13	R\$ -	R\$	12.875.617,56
87	1/3/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 38.549,75	R\$ 62.492,62	R\$ -	R\$	12.901.110,18
88	1/4/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 38.742,07	R\$ 62.616,71	R\$ -	R\$	12.926.726,88
89	1/5/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 38.935,92	R\$ 62.741,40	R\$ -	R\$	12.952.468,28
90	1/6/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 39.131,32	R\$ 62.866,69	R\$ -	R\$	12.978.334,98
91	1/7/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 39.328,29	R\$ 62.992,60	R\$ -	R\$	13.004.327,58
92	1/8/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 39.526,83	R\$ 63.119,12	R\$ -	R\$	13.030.446,70
93	1/9/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 39.726,97	R\$ 63.246,26	R\$ -	R\$	13.056.692,96
94	1/10/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 39.928,72	R\$ 63.374,01	R\$ -	R\$	13.083.066,97
95	1/11/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 40.132,11	R\$ 63.502,39	R\$ -	R\$	13.109.569,36
96	1/12/2020		R\$ 37.000,00	R\$ 40.337,14	R\$ 63.631,39	R\$ -	R\$	13.136.200,76
97	1/1/2021			R\$ 40.543,83	R\$ 63.743,77	R\$ -	R\$	13.159.400,70
98	1/2/2021			R\$ 40.741,18	R\$ 63.855,74	R\$ -	R\$	13.182.515,26
99	1/3/2021			R\$ 40.939,49	R\$ 63.967,28	R\$ -	R\$	13.205.543,06
100	1/4/2021			R\$ 41.138,76	R\$ 64.078,40	R\$ -	R\$	13.228.482,70
101	1/5/2021			R\$ 41.339,01	R\$ 64.189,09	R\$ -	R\$	13.251.332,78
102	1/6/2021			R\$ 41.540,23	R\$ 64.299,33	R\$ -	R\$	13.274.091,88
103	1/7/2021			R\$ 41.742,43	R\$ 64.409,13	R\$ -	R\$	13.296.758,58
104	1/8/2021			R\$ 41.945,61	R\$ 64.518,47	R\$ -	R\$	13.319.331,45
105	1/9/2021			R\$ 42.149,78	R\$ 64.627,35	R\$ -	R\$	13.341.809,02
106	1/10/2021			R\$ 42.354,95	R\$ 64.735,77	R\$ -	R\$	13.364.189,83
107	1/11/2021			R\$ 42.561,11	R\$ 64.843,70	R\$ -	R\$	13.386.472,42
108	1/12/2021			R\$ 42.768,28	R\$ 64.951,15	R\$ -	R\$	13.408.655,29
109	1/1/2022			R\$ 42.976,46	R\$ 65.058,12	R\$ -	R\$	13.430.736,95
110	1/2/2022			R\$ 43.185,65	R\$ 65.164,58	R\$ -	R\$	13.452.715,88
111	1/3/2022			R\$ 43.395,86	R\$ 65.270,54	R\$ -	R\$	13.474.590,57
112	1/4/2022			R\$ 43.607,09	R\$ 65.375,99	R\$ -	R\$	13.496.359,47
113	1/5/2022			R\$ 43.819,35	R\$ 65.480,92	R\$ -	R\$	13.518.021,04
114	1/6/2022			R\$ 44.032,64	R\$ 65.585,32	R\$ -	R\$	13.539.573,72
115	1/7/2022			R\$ 44.246,97	R\$ 65.689,19	R\$ -	R\$	13.561.015,93
116	1/8/2022			R\$ 44.462,35	R\$ 65.792,51	R\$ -	R\$	13.582.346,09
117	1/9/2022			R\$ 44.678,77	R\$ 65.895,28	R\$ -	R\$	13.603.562,60
118	1/10/2022			R\$ 44.896,25	R\$ 65.997,49	R\$ -	R\$	13.624.663,85
119	1/11/2022			R\$ 45.114,78	R\$ 66.099,14	R\$ -	R\$	13.645.648,21
120	1/12/2022			R\$ 45.334,38	R\$ 66.200,22	R\$ -	R\$	13.666.514,05
121	1/1/2023			R\$ 45.555,05	R\$ 66.300,71	R\$ -	R\$	13.687.259,71
122	1/2/2023			R\$ 45.776,79	R\$ 66.400,61	R\$ -	R\$	13.707.883,53
123	1/3/2023			R\$ 45.999,61	R\$ 66.499,91	R\$ -	R\$	13.728.383,83
124	1/4/2023			R\$ 46.223,51	R\$ 66.598,61	R\$ -	R\$	13.748.758,92
125	1/5/2023			R\$ 46.448,51	R\$ 66.696,69	R\$ -	R\$	13.769.007,10
126	1/6/2023			R\$ 46.674,60	R\$ 66.794,15	R\$ -	R\$	13.789.126,65
127	1/7/2023			R\$ 46.901,79	R\$ 66.890,97	R\$ -	R\$	13.809.115,83
128	1/8/2023			R\$ 47.130,09	R\$ 66.987,16	R\$ -	R\$	13.828.972,90
129	1/9/2023			R\$ 47.359,50	R\$ 67.082,70	R\$ -	R\$	13.848.696,11
130	1/10/2023			R\$ 47.590,02	R\$ 67.177,58	R\$ -	R\$	13.868.283,67
131	1/11/2023			R\$ 47.821,67	R\$ 67.271,80	R\$ -	R\$	13.887.733,80
132	1/12/2023			R\$ 48.054,44	R\$ 67.365,34	R\$ -	R\$	13.907.044,69

# **PLANO DE AMORTIZAÇÃO IPREVENT - AVALIAÇÃO ATUARIAL 2012**

ANEXO ÚNICO - Lei nº 2.550, de 13 de outubro de 2014

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD) - Parcelas crescentes

Saldo Devedor Inicial (08/2011 - com correção monetária até 12/2012)	R\$ 3.854.835,02
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 5.680.324,33
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD)							
Parcela	Data	INPC	Prestação Paga	Prestação Calculada	Juros Mês	Correção Mês	Saldo Devedor
133	1/1/2024			R\$ 48.288,35	R\$ 67.458,20	R\$ -	R\$ 13.926.214,54
134	1/2/2024			R\$ 48.523,40	R\$ 67.550,36	R\$ -	R\$ 13.945.241,51
135	1/3/2024			R\$ 48.759,59	R\$ 67.641,83	R\$ -	R\$ 13.964.123,75
136	1/4/2024			R\$ 48.996,93	R\$ 67.732,58	R\$ -	R\$ 13.982.859,41
137	1/5/2024			R\$ 49.235,42	R\$ 67.822,62	R\$ -	R\$ 14.001.446,61
138	1/6/2024			R\$ 49.475,08	R\$ 67.911,93	R\$ -	R\$ 14.019.883,46
139	1/7/2024			R\$ 49.715,90	R\$ 68.000,50	R\$ -	R\$ 14.038.168,06
140	1/8/2024			R\$ 49.957,89	R\$ 68.088,32	R\$ -	R\$ 14.056.298,48
141	1/9/2024			R\$ 50.201,07	R\$ 68.175,39	R\$ -	R\$ 14.074.272,81
142	1/10/2024			R\$ 50.445,42	R\$ 68.261,69	R\$ -	R\$ 14.092.089,07
143	1/11/2024			R\$ 50.690,97	R\$ 68.347,22	R\$ -	R\$ 14.109.745,32
144	1/12/2024			R\$ 50.937,71	R\$ 68.431,96	R\$ -	R\$ 14.127.239,57
145	1/1/2025			R\$ 51.185,65	R\$ 68.515,90	R\$ -	R\$ 14.144.569,82
146	1/2/2025			R\$ 51.434,80	R\$ 68.599,05	R\$ -	R\$ 14.161.734,07
147	1/3/2025			R\$ 51.685,16	R\$ 68.681,38	R\$ -	R\$ 14.178.730,29
148	1/4/2025			R\$ 51.936,74	R\$ 68.762,88	R\$ -	R\$ 14.195.556,43
149	1/5/2025			R\$ 52.189,55	R\$ 68.843,55	R\$ -	R\$ 14.212.210,43
150	1/6/2025			R\$ 52.443,58	R\$ 68.923,38	R\$ -	R\$ 14.228.690,23
151	1/7/2025			R\$ 52.698,85	R\$ 69.002,35	R\$ -	R\$ 14.244.993,74
152	1/8/2025			R\$ 52.955,37	R\$ 69.080,46	R\$ -	R\$ 14.261.118,83
153	1/9/2025			R\$ 53.213,13	R\$ 69.157,70	R\$ -	R\$ 14.277.063,40
154	1/10/2025			R\$ 53.472,15	R\$ 69.234,05	R\$ -	R\$ 14.292.825,31
155	1/11/2025			R\$ 53.732,43	R\$ 69.309,50	R\$ -	R\$ 14.308.402,38
156	1/12/2025			R\$ 53.993,97	R\$ 69.384,05	R\$ -	R\$ 14.323.792,47
157	1/1/2026			R\$ 54.256,79	R\$ 69.457,69	R\$ -	R\$ 14.338.993,36
158	1/2/2026			R\$ 54.520,89	R\$ 69.530,39	R\$ -	R\$ 14.354.002,87
159	1/3/2026			R\$ 54.786,27	R\$ 69.602,16	R\$ -	R\$ 14.368.818,76
160	1/4/2026			R\$ 55.052,95	R\$ 69.672,98	R\$ -	R\$ 14.383.438,79
161	1/5/2026			R\$ 55.320,92	R\$ 69.742,84	R\$ -	R\$ 14.397.860,71
162	1/6/2026			R\$ 55.590,20	R\$ 69.811,73	R\$ -	R\$ 14.412.082,24
163	1/7/2026			R\$ 55.860,78	R\$ 69.879,63	R\$ -	R\$ 14.426.101,09
164	1/8/2026			R\$ 56.132,69	R\$ 69.946,55	R\$ -	R\$ 14.439.914,95
165	1/9/2026			R\$ 56.405,92	R\$ 70.012,46	R\$ -	R\$ 14.453.521,49
166	1/10/2026			R\$ 56.680,48	R\$ 70.077,35	R\$ -	R\$ 14.466.918,37
167	1/11/2026			R\$ 56.956,37	R\$ 70.141,22	R\$ -	R\$ 14.480.103,21
168	1/12/2026			R\$ 57.233,61	R\$ 70.204,05	R\$ -	R\$ 14.493.073,65
169	1/1/2027			R\$ 57.512,20	R\$ 70.265,83	R\$ -	R\$ 14.505.827,28
170	1/2/2027			R\$ 57.792,14	R\$ 70.326,54	R\$ -	R\$ 14.518.361,68
171	1/3/2027			R\$ 58.073,45	R\$ 70.386,18	R\$ -	R\$ 14.530.674,42
172	1/4/2027			R\$ 58.356,12	R\$ 70.444,74	R\$ -	R\$ 14.542.763,04
173	1/5/2027			R\$ 58.640,17	R\$ 70.502,20	R\$ -	R\$ 14.554.625,06
174	1/6/2027			R\$ 58.925,61	R\$ 70.558,55	R\$ -	R\$ 14.566.258,01
175	1/7/2027			R\$ 59.212,43	R\$ 70.613,78	R\$ -	R\$ 14.577.659,35
176	1/8/2027			R\$ 59.500,65	R\$ 70.667,87	R\$ -	R\$ 14.588.826,57
177	1/9/2027			R\$ 59.790,27	R\$ 70.720,82	R\$ -	R\$ 14.599.757,12
178	1/10/2027			R\$ 60.081,31	R\$ 70.772,61	R\$ -	R\$ 14.610.448,42
179	1/11/2027			R\$ 60.373,75	R\$ 70.823,22	R\$ -	R\$ 14.620.897,89
180	1/12/2027			R\$ 60.667,63	R\$ 70.872,66	R\$ -	R\$ 14.631.102,92
181	1/1/2028			R\$ 60.962,93	R\$ 70.920,89	R\$ -	R\$ 14.641.060,89
182	1/2/2028			R\$ 61.259,67	R\$ 70.967,92	R\$ -	R\$ 14.650.769,14
183	1/3/2028			R\$ 61.557,85	R\$ 71.013,72	R\$ -	R\$ 14.660.225,01
184	1/4/2028			R\$ 61.857,49	R\$ 71.058,29	R\$ -	R\$ 14.669.425,81
185	1/5/2028			R\$ 62.158,58	R\$ 71.101,61	R\$ -	R\$ 14.678.368,84
186	1/6/2028			R\$ 62.461,14	R\$ 71.143,67	R\$ -	R\$ 14.687.051,36
187	1/7/2028			R\$ 62.765,18	R\$ 71.184,45	R\$ -	R\$ 14.695.470,64
188	1/8/2028			R\$ 63.070,69	R\$ 71.223,95	R\$ -	R\$ 14.703.623,90
189	1/9/2028			R\$ 63.377,69	R\$ 71.262,14	R\$ -	R\$ 14.711.508,35
190	1/10/2028			R\$ 63.686,18	R\$ 71.299,02	R\$ -	R\$ 14.719.121,18
191	1/11/2028			R\$ 63.996,18	R\$ 71.334,56	R\$ -	R\$ 14.726.459,56
192	1/12/2028			R\$ 64.307,68	R\$ 71.368,77	R\$ -	R\$ 14.733.520,64
193	1/1/2029			R\$ 64.620,70	R\$ 71.401,61	R\$ -	R\$ 14.740.301,55
194	1/2/2029			R\$ 64.935,25	R\$ 71.433,09	R\$ -	R\$ 14.746.799,39
195	1/3/2029			R\$ 65.251,32	R\$ 71.463,18	R\$ -	R\$ 14.753.011,24
196	1/4/2029			R\$ 65.568,94	R\$ 71.491,87	R\$ -	R\$ 14.758.934,17
197	1/5/2029			R\$ 65.888,10	R\$ 71.519,14	R\$ -	R\$ 14.764.565,22
198	1/6/2029			R\$ 66.208,81	R\$ 71.544,99	R\$ -	R\$ 14.769.901,40



## PLANO DE AMORTIZAÇÃO IPREVENT - AVALIAÇÃO ATUARIAL 2012

ANEXO ÚNICO - Lei nº 2.550, de 13 de outubro de 2014

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD) - Parcelas crescentes

Saldo Devedor Inicial (08/2011 - com correção monetária até 12/2012)	R\$ 3.854.835,02
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 5.680.324,33
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD)							
Parcela	Data	INPC	Prestação Paga	Prestação Calculada	Juros Mês	Correção Mês	Saldo Devedor
199	1/7/2029			R\$ 66.531,09	R\$ 71.569,40	R\$ -	R\$ 14.774.939,71
200	1/8/2029			R\$ 66.854,93	R\$ 71.592,35	R\$ -	R\$ 14.779.677,12
201	1/9/2029			R\$ 67.180,35	R\$ 71.613,82	R\$ -	R\$ 14.784.110,60
202	1/10/2029			R\$ 67.507,35	R\$ 71.633,81	R\$ -	R\$ 14.788.237,05
203	1/11/2029			R\$ 67.835,95	R\$ 71.652,30	R\$ -	R\$ 14.792.053,40
204	1/12/2029			R\$ 68.166,14	R\$ 71.669,27	R\$ -	R\$ 14.795.556,52
205	1/1/2030			R\$ 68.497,95	R\$ 71.684,70	R\$ -	R\$ 14.798.743,28
206	1/2/2030			R\$ 68.831,36	R\$ 71.698,59	R\$ -	R\$ 14.801.610,50
207	1/3/2030			R\$ 69.166,40	R\$ 71.710,92	R\$ -	R\$ 14.804.155,01
208	1/4/2030			R\$ 69.503,08	R\$ 71.721,66	R\$ -	R\$ 14.806.373,60
209	1/5/2030			R\$ 69.841,38	R\$ 71.730,82	R\$ -	R\$ 14.808.263,03
210	1/6/2030			R\$ 70.181,34	R\$ 71.738,36	R\$ -	R\$ 14.809.820,05
211	1/7/2030			R\$ 70.522,95	R\$ 71.744,27	R\$ -	R\$ 14.811.041,37
212	1/8/2030			R\$ 70.866,23	R\$ 71.748,55	R\$ -	R\$ 14.811.923,69
213	1/9/2030			R\$ 71.211,17	R\$ 71.751,16	R\$ -	R\$ 14.812.463,68
214	1/10/2030			R\$ 71.557,80	R\$ 71.752,10	R\$ -	R\$ 14.812.657,99
215	1/11/2030			R\$ 71.906,11	R\$ 71.751,36	R\$ -	R\$ 14.812.503,24
216	1/12/2030			R\$ 72.256,11	R\$ 71.748,90	R\$ -	R\$ 14.811.996,03
217	1/1/2031			R\$ 72.607,82	R\$ 71.744,72	R\$ -	R\$ 14.811.132,92
218	1/2/2031			R\$ 72.961,25	R\$ 71.738,80	R\$ -	R\$ 14.809.910,47
219	1/3/2031			R\$ 73.316,39	R\$ 71.731,12	R\$ -	R\$ 14.808.325,20
220	1/4/2031			R\$ 73.673,26	R\$ 71.721,66	R\$ -	R\$ 14.806.373,60
221	1/5/2031			R\$ 74.031,87	R\$ 71.710,42	R\$ -	R\$ 14.804.052,15
222	1/6/2031			R\$ 74.392,22	R\$ 71.697,36	R\$ -	R\$ 14.801.357,30
223	1/7/2031			R\$ 74.754,33	R\$ 71.682,48	R\$ -	R\$ 14.798.285,45
224	1/8/2031			R\$ 75.118,20	R\$ 71.665,76	R\$ -	R\$ 14.794.833,01
225	1/9/2031			R\$ 75.483,84	R\$ 71.647,18	R\$ -	R\$ 14.790.996,35
226	1/10/2031			R\$ 75.851,26	R\$ 71.626,71	R\$ -	R\$ 14.786.771,80
227	1/11/2031			R\$ 76.220,47	R\$ 71.604,35	R\$ -	R\$ 14.782.155,67
228	1/12/2031			R\$ 76.591,48	R\$ 71.580,08	R\$ -	R\$ 14.777.144,27
229	1/1/2032			R\$ 76.964,29	R\$ 71.553,87	R\$ -	R\$ 14.771.733,85
230	1/2/2032			R\$ 77.338,92	R\$ 71.525,71	R\$ -	R\$ 14.765.920,64
231	1/3/2032			R\$ 77.715,37	R\$ 71.495,58	R\$ -	R\$ 14.759.700,85
232	1/4/2032			R\$ 78.093,66	R\$ 71.463,47	R\$ -	R\$ 14.753.070,66
233	1/5/2032			R\$ 78.473,78	R\$ 71.429,34	R\$ -	R\$ 14.746.026,22
234	1/6/2032			R\$ 78.855,76	R\$ 71.393,19	R\$ -	R\$ 14.738.563,66
235	1/7/2032			R\$ 79.239,59	R\$ 71.355,00	R\$ -	R\$ 14.730.679,07
236	1/8/2032			R\$ 79.625,29	R\$ 71.314,75	R\$ -	R\$ 14.722.368,52
237	1/9/2032			R\$ 80.012,87	R\$ 71.272,41	R\$ -	R\$ 14.713.628,06
238	1/10/2032			R\$ 80.402,34	R\$ 71.227,97	R\$ -	R\$ 14.704.453,68
239	1/11/2032			R\$ 80.793,70	R\$ 71.181,40	R\$ -	R\$ 14.694.841,39
240	1/12/2032			R\$ 81.186,97	R\$ 71.132,70	R\$ -	R\$ 14.684.787,12
241	1/1/2033			R\$ 81.582,15	R\$ 71.081,84	R\$ -	R\$ 14.674.286,81
242	1/2/2033			R\$ 81.979,26	R\$ 71.028,79	R\$ -	R\$ 14.663.336,35
243	1/3/2033			R\$ 82.378,29	R\$ 70.973,55	R\$ -	R\$ 14.651.931,60
244	1/4/2033			R\$ 82.779,27	R\$ 70.916,09	R\$ -	R\$ 14.640.068,41
245	1/5/2033			R\$ 83.182,21	R\$ 70.856,38	R\$ -	R\$ 14.627.742,59
246	1/6/2033			R\$ 83.587,10	R\$ 70.794,41	R\$ -	R\$ 14.614.949,90
247	1/7/2033			R\$ 83.993,96	R\$ 70.730,16	R\$ -	R\$ 14.601.686,10
248	1/8/2033			R\$ 84.402,81	R\$ 70.663,61	R\$ -	R\$ 14.587.946,90
249	1/9/2033			R\$ 84.813,64	R\$ 70.594,73	R\$ -	R\$ 14.573.727,99
250	1/10/2033			R\$ 85.226,48	R\$ 70.523,51	R\$ -	R\$ 14.559.025,02
251	1/11/2033			R\$ 85.641,32	R\$ 70.449,93	R\$ -	R\$ 14.543.833,63
252	1/12/2033			R\$ 86.058,19	R\$ 70.373,95	R\$ -	R\$ 14.528.149,39
253	1/1/2034			R\$ 86.477,08	R\$ 70.295,57	R\$ -	R\$ 14.511.967,88
254	1/2/2034			R\$ 86.898,01	R\$ 70.214,76	R\$ -	R\$ 14.495.284,63
255	1/3/2034			R\$ 87.320,99	R\$ 70.131,49	R\$ -	R\$ 14.478.095,13
256	1/4/2034			R\$ 87.746,03	R\$ 70.045,75	R\$ -	R\$ 14.460.394,85
257	1/5/2034			R\$ 88.173,14	R\$ 69.957,52	R\$ -	R\$ 14.442.179,22
258	1/6/2034			R\$ 88.602,33	R\$ 69.866,76	R\$ -	R\$ 14.423.443,66
259	1/7/2034			R\$ 89.033,60	R\$ 69.773,47	R\$ -	R\$ 14.404.183,52
260	1/8/2034			R\$ 89.466,98	R\$ 69.677,61	R\$ -	R\$ 14.384.394,15
261	1/9/2034			R\$ 89.902,46	R\$ 69.579,16	R\$ -	R\$ 14.364.070,85
262	1/10/2034			R\$ 90.340,07	R\$ 69.478,11	R\$ -	R\$ 14.343.208,89
263	1/11/2034			R\$ 90.779,80	R\$ 69.374,42	R\$ -	R\$ 14.321.803,50
264	1/12/2034			R\$ 91.221,68	R\$ 69.268,08	R\$ -	R\$ 14.299.849,90

# **PLANO DE AMORTIZAÇÃO IPREVENT - AVALIAÇÃO ATUARIAL 2012**

ANEXO ÚNICO - Lei nº 2.550, de 13 de outubro de 2014

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD) - Parcelas crescentes

Saldo Devedor Inicial (08/2011 - com correção monetária até 12/2012)	R\$ 3.854.835,02
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 5.680.324,33
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD)							
Parcela	Data	INPC	Prestação Paga	Prestação Calculada	Juros Mês	Correção Mês	Saldo Devedor
265	1/1/2035			R\$ 91.665,70	R\$ 69.159,06	R\$ -	R\$ 14.277.343,25
266	1/2/2035			R\$ 92.111,89	R\$ 69.047,33	R\$ -	R\$ 14.254.278,69
267	1/3/2035			R\$ 92.560,25	R\$ 68.932,88	R\$ -	R\$ 14.230.651,32
268	1/4/2035			R\$ 93.010,79	R\$ 68.815,68	R\$ -	R\$ 14.206.456,21
269	1/5/2035			R\$ 93.463,53	R\$ 68.695,71	R\$ -	R\$ 14.181.688,38
270	1/6/2035			R\$ 93.918,47	R\$ 68.572,93	R\$ -	R\$ 14.156.342,85
271	1/7/2035			R\$ 94.375,62	R\$ 68.447,34	R\$ -	R\$ 14.130.414,57
272	1/8/2035			R\$ 94.835,00	R\$ 68.318,89	R\$ -	R\$ 14.103.898,46
273	1/9/2035			R\$ 95.296,61	R\$ 68.187,58	R\$ -	R\$ 14.076.789,43
274	1/10/2035			R\$ 95.760,47	R\$ 68.053,37	R\$ -	R\$ 14.049.082,32
275	1/11/2035			R\$ 96.226,59	R\$ 67.916,23	R\$ -	R\$ 14.020.771,96
276	1/12/2035			R\$ 96.694,98	R\$ 67.776,15	R\$ -	R\$ 13.991.853,13
277	1/1/2036			R\$ 97.165,65	R\$ 67.633,09	R\$ -	R\$ 13.962.320,58
278	1/2/2036			R\$ 97.638,61	R\$ 67.487,04	R\$ -	R\$ 13.932.169,02
279	1/3/2036			R\$ 98.113,87	R\$ 67.337,96	R\$ -	R\$ 13.901.393,11
280	1/4/2036			R\$ 98.591,44	R\$ 67.185,84	R\$ -	R\$ 13.869.987,51
281	1/5/2036			R\$ 99.071,34	R\$ 67.030,63	R\$ -	R\$ 13.837.946,80
282	1/6/2036			R\$ 99.553,57	R\$ 66.872,32	R\$ -	R\$ 13.805.265,55
283	1/7/2036			R\$ 100.038,16	R\$ 66.710,89	R\$ -	R\$ 13.771.938,28
284	1/8/2036			R\$ 100.525,10	R\$ 66.546,29	R\$ -	R\$ 13.737.959,48
285	1/9/2036			R\$ 101.014,41	R\$ 66.378,52	R\$ -	R\$ 13.703.323,59
286	1/10/2036			R\$ 101.506,10	R\$ 66.207,53	R\$ -	R\$ 13.668.025,02
287	1/11/2036			R\$ 102.000,19	R\$ 66.033,31	R\$ -	R\$ 13.632.058,15
288	1/12/2036			R\$ 102.496,68	R\$ 65.855,82	R\$ -	R\$ 13.595.417,29
289	1/1/2037			R\$ 102.995,59	R\$ 65.675,04	R\$ -	R\$ 13.558.096,75
290	1/2/2037			R\$ 103.496,92	R\$ 65.490,95	R\$ -	R\$ 13.520.090,78
291	1/3/2037			R\$ 104.000,70	R\$ 65.303,50	R\$ -	R\$ 13.481.393,58
292	1/4/2037			R\$ 104.506,93	R\$ 65.112,67	R\$ -	R\$ 13.441.999,32
293	1/5/2037			R\$ 105.015,62	R\$ 64.918,44	R\$ -	R\$ 13.401.902,14
294	1/6/2037			R\$ 105.526,79	R\$ 64.720,78	R\$ -	R\$ 13.361.096,13
295	1/7/2037			R\$ 106.040,45	R\$ 64.519,65	R\$ -	R\$ 13.319.575,34
296	1/8/2037			R\$ 106.556,60	R\$ 64.315,04	R\$ -	R\$ 13.277.333,78
297	1/9/2037			R\$ 107.075,27	R\$ 64.106,90	R\$ -	R\$ 13.234.365,40
298	1/10/2037			R\$ 107.596,47	R\$ 63.895,21	R\$ -	R\$ 13.190.664,15
299	1/11/2037			R\$ 108.120,20	R\$ 63.679,94	R\$ -	R\$ 13.146.223,90
300	1/12/2037			R\$ 108.646,48	R\$ 63.461,07	R\$ -	R\$ 13.101.038,48
301	1/1/2038			R\$ 109.175,32	R\$ 63.238,55	R\$ -	R\$ 13.055.101,71
302	1/2/2038			R\$ 109.706,74	R\$ 63.012,36	R\$ -	R\$ 13.008.407,34
303	1/3/2038			R\$ 110.240,74	R\$ 62.782,48	R\$ -	R\$ 12.960.949,08
304	1/4/2038			R\$ 110.777,34	R\$ 62.548,86	R\$ -	R\$ 12.912.720,60
305	1/5/2038			R\$ 111.316,56	R\$ 62.311,48	R\$ -	R\$ 12.863.715,52
306	1/6/2038			R\$ 111.858,40	R\$ 62.070,31	R\$ -	R\$ 12.813.927,44
307	1/7/2038			R\$ 112.402,87	R\$ 61.825,31	R\$ -	R\$ 12.763.349,88
308	1/8/2038			R\$ 112.950,00	R\$ 61.576,46	R\$ -	R\$ 12.711.976,34
309	1/9/2038			R\$ 113.499,79	R\$ 61.323,72	R\$ -	R\$ 12.659.800,27
310	1/10/2038			R\$ 114.052,25	R\$ 61.067,06	R\$ -	R\$ 12.606.815,08
311	1/11/2038			R\$ 114.607,41	R\$ 60.806,45	R\$ -	R\$ 12.553.014,12
312	1/12/2038			R\$ 115.165,27	R\$ 60.541,86	R\$ -	R\$ 12.498.390,71
313	1/1/2039			R\$ 115.725,84	R\$ 60.273,25	R\$ -	R\$ 12.442.938,12
314	1/2/2039			R\$ 116.289,14	R\$ 60.000,59	R\$ -	R\$ 12.386.649,57
315	1/3/2039			R\$ 116.855,18	R\$ 59.723,84	R\$ -	R\$ 12.329.518,23
316	1/4/2039			R\$ 117.423,98	R\$ 59.442,99	R\$ -	R\$ 12.271.537,23
317	1/5/2039			R\$ 117.995,55	R\$ 59.157,98	R\$ -	R\$ 12.212.699,66
318	1/6/2039			R\$ 118.569,90	R\$ 58.868,79	R\$ -	R\$ 12.152.998,55
319	1/7/2039			R\$ 119.147,04	R\$ 58.575,38	R\$ -	R\$ 12.092.426,88
320	1/8/2039			R\$ 119.727,00	R\$ 58.277,72	R\$ -	R\$ 12.030.977,61
321	1/9/2039			R\$ 120.309,78	R\$ 57.975,78	R\$ -	R\$ 11.968.643,61
322	1/10/2039			R\$ 120.895,39	R\$ 57.669,51	R\$ -	R\$ 11.905.417,73
323	1/11/2039			R\$ 121.483,85	R\$ 57.358,89	R\$ -	R\$ 11.841.292,77
324	1/12/2039			R\$ 122.075,18	R\$ 57.043,88	R\$ -	R\$ 11.776.261,47
325	1/1/2040			R\$ 122.669,39	R\$ 56.724,45	R\$ -	R\$ 11.710.316,53
326	1/2/2040			R\$ 123.266,49	R\$ 56.400,55	R\$ -	R\$ 11.643.450,59
327	1/3/2040			R\$ 123.866,50	R\$ 56.072,16	R\$ -	R\$ 11.575.656,26
328	1/4/2040			R\$ 124.469,42	R\$ 55.739,23	R\$ -	R\$ 11.506.926,06
329	1/5/2040			R\$ 125.075,28	R\$ 55.401,73	R\$ -	R\$ 11.437.252,52
330	1/6/2040			R\$ 125.684,09	R\$ 55.059,63	R\$ -	R\$ 11.366.628,05



# **PLANO DE AMORTIZAÇÃO IPREVENT - AVALIAÇÃO ATUARIAL 2012**

ANEXO ÚNICO - Lei nº 2.550, de 13 de outubro de 2014

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD) - Parcelas crescentes

Saldo Devedor Inicial (08/2011 - com correção monetária até 12/2012)	R\$ 3.854.835,02
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 5.680.324,33
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD)							
Parcela	Data	INPC	Prestação Paga	Prestação Calculada	Juros Mês	Correção Mês	Saldo Devedor
331	1/7/2040			R\$ 126.295,87	R\$ 54.712,89	R\$ -	R\$ 11.295.045,07
332	1/8/2040			R\$ 126.910,62	R\$ 54.361,46	R\$ -	R\$ 11.222.495,91
333	1/9/2040			R\$ 127.528,36	R\$ 54.005,32	R\$ -	R\$ 11.148.972,86
334	1/10/2040			R\$ 128.149,11	R\$ 53.644,42	R\$ -	R\$ 11.074.468,17
335	1/11/2040			R\$ 128.772,89	R\$ 53.278,73	R\$ -	R\$ 10.998.974,01
336	1/12/2040			R\$ 129.399,69	R\$ 52.908,20	R\$ -	R\$ 10.922.482,52
337	1/1/2041			R\$ 130.029,55	R\$ 52.532,81	R\$ -	R\$ 10.844.985,77
338	1/2/2041			R\$ 130.662,48	R\$ 52.152,51	R\$ -	R\$ 10.766.475,80
339	1/3/2041			R\$ 131.298,49	R\$ 51.767,26	R\$ -	R\$ 10.686.944,58
340	1/4/2041			R\$ 131.937,59	R\$ 51.377,03	R\$ -	R\$ 10.606.384,02
341	1/5/2041			R\$ 132.579,80	R\$ 50.981,77	R\$ -	R\$ 10.524.786,00
342	1/6/2041			R\$ 133.225,14	R\$ 50.581,45	R\$ -	R\$ 10.442.142,30
343	1/7/2041			R\$ 133.873,62	R\$ 50.176,02	R\$ -	R\$ 10.358.444,70
344	1/8/2041			R\$ 134.525,26	R\$ 49.765,44	R\$ -	R\$ 10.273.684,89
345	1/9/2041			R\$ 135.180,06	R\$ 49.349,68	R\$ -	R\$ 10.187.854,51
346	1/10/2041			R\$ 135.838,06	R\$ 48.928,70	R\$ -	R\$ 10.100.945,15
347	1/11/2041			R\$ 136.499,26	R\$ 48.502,44	R\$ -	R\$ 10.012.948,34
348	1/12/2041			R\$ 137.163,68	R\$ 48.070,88	R\$ -	R\$ 9.923.855,54
349	1/1/2042			R\$ 137.831,33	R\$ 47.633,97	R\$ -	R\$ 9.833.658,18
350	1/2/2042			R\$ 138.502,23	R\$ 47.191,66	R\$ -	R\$ 9.742.347,62
351	1/3/2042			R\$ 139.176,39	R\$ 46.743,92	R\$ -	R\$ 9.649.915,14
352	1/4/2042			R\$ 139.853,84	R\$ 46.290,70	R\$ -	R\$ 9.556.352,01
353	1/5/2042			R\$ 140.534,59	R\$ 45.831,97	R\$ -	R\$ 9.461.649,39
354	1/6/2042			R\$ 141.218,65	R\$ 45.367,67	R\$ -	R\$ 9.365.798,41
355	1/7/2042			R\$ 141.906,04	R\$ 44.897,76	R\$ -	R\$ 9.268.790,13
356	1/8/2042			R\$ 142.596,77	R\$ 44.422,21	R\$ -	R\$ 9.170.615,57
357	1/9/2042			R\$ 143.290,87	R\$ 43.940,96	R\$ -	R\$ 9.071.265,66
358	1/10/2042			R\$ 143.988,34	R\$ 43.453,97	R\$ -	R\$ 8.970.731,29
359	1/11/2042			R\$ 144.689,21	R\$ 42.961,21	R\$ -	R\$ 8.869.003,28
360	1/12/2042			R\$ 145.393,50	R\$ 42.462,61	R\$ -	R\$ 8.766.072,40
361	1/1/2043			R\$ 146.101,21	R\$ 41.958,15	R\$ -	R\$ 8.661.929,34
362	1/2/2043			R\$ 146.812,36	R\$ 41.447,76	R\$ -	R\$ 8.556.564,74
363	1/3/2043			R\$ 147.526,98	R\$ 40.931,42	R\$ -	R\$ 8.449.969,17
364	1/4/2043			R\$ 148.245,07	R\$ 40.409,06	R\$ -	R\$ 8.342.133,16
365	1/5/2043			R\$ 148.966,66	R\$ 39.880,65	R\$ -	R\$ 8.233.047,15
366	1/6/2043			R\$ 149.691,77	R\$ 39.346,14	R\$ -	R\$ 8.122.701,53
367	1/7/2043			R\$ 150.420,40	R\$ 38.805,48	R\$ -	R\$ 8.011.086,61
368	1/8/2043			R\$ 151.152,58	R\$ 38.258,63	R\$ -	R\$ 7.898.192,66
369	1/9/2043			R\$ 151.888,32	R\$ 37.705,53	R\$ -	R\$ 7.784.009,87
370	1/10/2043			R\$ 152.627,64	R\$ 37.146,14	R\$ -	R\$ 7.668.528,36
371	1/11/2043			R\$ 153.370,57	R\$ 36.580,41	R\$ -	R\$ 7.551.738,20
372	1/12/2043			R\$ 154.117,11	R\$ 36.008,29	R\$ -	R\$ 7.433.629,39
373	1/1/2044			R\$ 154.867,28	R\$ 35.429,74	R\$ -	R\$ 7.314.191,86
374	1/2/2044			R\$ 155.621,10	R\$ 34.844,71	R\$ -	R\$ 7.193.415,46
375	1/3/2044			R\$ 156.378,60	R\$ 34.253,13	R\$ -	R\$ 7.071.289,99
376	1/4/2044			R\$ 157.139,78	R\$ 33.654,98	R\$ -	R\$ 6.947.805,19
377	1/5/2044			R\$ 157.904,66	R\$ 33.050,18	R\$ -	R\$ 6.822.950,71
378	1/6/2044			R\$ 158.673,27	R\$ 32.438,71	R\$ -	R\$ 6.696.716,15
379	1/7/2044			R\$ 159.445,62	R\$ 31.820,49	R\$ -	R\$ 6.569.091,02
380	1/8/2044			R\$ 160.221,73	R\$ 31.195,50	R\$ -	R\$ 6.440.064,78
381	1/9/2044			R\$ 161.001,62	R\$ 30.563,66	R\$ -	R\$ 6.309.626,82
382	1/10/2044			R\$ 161.785,30	R\$ 29.924,93	R\$ -	R\$ 6.177.766,45
383	1/11/2044			R\$ 162.572,80	R\$ 29.279,26	R\$ -	R\$ 6.044.472,90
384	1/12/2044			R\$ 163.364,13	R\$ 28.626,59	R\$ -	R\$ 5.909.735,37
385	1/1/2045			R\$ 164.159,32	R\$ 27.966,88	R\$ -	R\$ 5.773.542,93
386	1/2/2045			R\$ 164.958,37	R\$ 27.300,07	R\$ -	R\$ 5.635.884,63
387	1/3/2045			R\$ 165.761,31	R\$ 26.626,10	R\$ -	R\$ 5.496.749,42
388	1/4/2045			R\$ 166.568,16	R\$ 25.944,93	R\$ -	R\$ 5.356.126,18
389	1/5/2045			R\$ 167.378,94	R\$ 25.256,49	R\$ -	R\$ 5.214.003,73
390	1/6/2045			R\$ 168.193,67	R\$ 24.560,74	R\$ -	R\$ 5.070.370,80
391	1/7/2045			R\$ 169.012,36	R\$ 23.857,61	R\$ -	R\$ 4.925.216,05
392	1/8/2045			R\$ 169.835,04	R\$ 23.147,06	R\$ -	R\$ 4.778.528,07
393	1/9/2045			R\$ 170.661,72	R\$ 22.429,02	R\$ -	R\$ 4.630.295,37
394	1/10/2045			R\$ 171.492,42	R\$ 21.703,45	R\$ -	R\$ 4.480.506,40
395	1/11/2045			R\$ 172.327,17	R\$ 20.970,28	R\$ -	R\$ 4.329.149,51
396	1/12/2045			R\$ 173.165,98	R\$ 20.229,46	R\$ -	R\$ 4.176.212,99

## PLANO DE AMORTIZAÇÃO IPREVENT - AVALIAÇÃO ATUARIAL 2012

ANEXO ÚNICO - Lei nº 2.550, de 13 de outubro de 2014

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD) - Parcelas crescentes

Saldo Devedor Inicial (08/2011 - com correção monetária até 12/2012)	R\$ 3.854.835,02
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 5.680.324,33
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema de Correção do Saldo Devedor (SCSD)							
Parcela	Data	INPC	Prestação Paga	Prestação Calculada	Juros Mês	Correção Mês	Saldo Devedor
397	1/1/2046			R\$ 174.008,87	R\$ 19.480,93	R\$ -	R\$ 4.021.685,05
398	1/2/2046			R\$ 174.855,87	R\$ 18.724,64	R\$ -	R\$ 3.865.553,81
399	1/3/2046			R\$ 175.706,99	R\$ 17.960,52	R\$ -	R\$ 3.707.807,34
400	1/4/2046			R\$ 176.562,25	R\$ 17.188,51	R\$ -	R\$ 3.548.433,60
401	1/5/2046			R\$ 177.421,68	R\$ 16.408,57	R\$ -	R\$ 3.387.420,49
402	1/6/2046			R\$ 178.285,29	R\$ 15.620,63	R\$ -	R\$ 3.224.755,83
403	1/7/2046			R\$ 179.153,10	R\$ 14.824,63	R\$ -	R\$ 3.060.427,35
404	1/8/2046			R\$ 180.025,14	R\$ 14.020,50	R\$ -	R\$ 2.894.422,72
405	1/9/2046			R\$ 180.901,42	R\$ 13.208,20	R\$ -	R\$ 2.726.729,50
406	1/10/2046			R\$ 181.781,97	R\$ 12.387,66	R\$ -	R\$ 2.557.335,19
407	1/11/2046			R\$ 182.666,80	R\$ 11.558,82	R\$ -	R\$ 2.386.227,21
408	1/12/2046			R\$ 183.555,94	R\$ 10.721,61	R\$ -	R\$ 2.213.392,89
409	1/1/2047			R\$ 184.449,41	R\$ 9.875,98	R\$ -	R\$ 2.038.819,46
410	1/2/2047			R\$ 185.347,22	R\$ 9.021,87	R\$ -	R\$ 1.862.494,11
411	1/3/2047			R\$ 186.249,41	R\$ 8.159,21	R\$ -	R\$ 1.684.403,90
412	1/4/2047			R\$ 187.155,99	R\$ 7.287,93	R\$ -	R\$ 1.504.535,85
413	1/5/2047			R\$ 188.066,98	R\$ 6.407,98	R\$ -	R\$ 1.322.876,84
414	1/6/2047			R\$ 188.982,41	R\$ 5.519,29	R\$ -	R\$ 1.139.413,73
415	1/7/2047			R\$ 189.902,29	R\$ 4.621,79	R\$ -	R\$ 954.133,23
416	1/8/2047			R\$ 190.826,65	R\$ 3.715,43	R\$ -	R\$ 767.022,02
417	1/9/2047			R\$ 191.755,50	R\$ 2.800,14	R\$ -	R\$ 578.066,65
418	1/10/2047			R\$ 192.688,88	R\$ 1.875,85	R\$ -	R\$ 387.253,61
419	1/11/2047			R\$ 193.626,81	R\$ 942,49	R\$ -	R\$ 194.569,30
420	1/12/2047			R\$ 195.516,37	R\$ 947,08	R\$ -	R\$ -
Saldo Devedor Final							R\$ -

# Ouro

## PREFEITURA

### Decreto 229

DECRETO Nº 229, DE 24 DE SETEMBRO DE 2014.

Nomeia o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Ouro e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e a Lei nº 2.385 de 1º de julho de 2014. DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de Ouro:

#### I - Representantes das Instituições Governamentais

##### a) Representantes da Secretaria de Assistência Social

Lainir Durigon

Tatiane Biarzi

##### b) Representante da Secretaria de Educação e Cultura e Desporto

Marcia Perotoni

##### c) Representante da Secretaria Municipal de Administração

Luci de Camargo Frighetto

##### d) Representante da Secretaria de Municipal de Saúde

Briana Bazzo

#### II - Representantes da Sociedade Civil

##### a) Representantes dos Usuários de Assistência Social

Ezequiel Inácio de Jesus

Silvana Madalena Moraes Ramos

##### b) Representantes de Entidades e Organizações da Assistência Social

Assunta Nora

##### c) Representantes de Entidades de Trabalhadores

Elena Casagrande (APROSSMOSC)

Sirlei Cassuba (SINCAP)

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em até 10 (dez) dias, a contar da publicação deste Decreto, e o mandato encerrará em 10 de abril de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 183, de 24 de março de 2014.

Ouro - SC, 24 de setembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Hermes Felis Pissolo

Sec. Municipal Interino de Administração e Fazenda.

### DECRETO 230

DECRETO Nº 230, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 2.369, de 13 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 328.500,00 (trezentos e vinte e oito mil e quinhentos reais), no orçamento vigente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, nas seguintes programações orçamentárias:

#### 13. SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

##### 1301. SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

04.122.0165.2091. Manutenção Administrativa dos Sistemas de Água e Esgoto

3.3.90.33.00.0.3.0000. Passagens e Despesas com Locomoção	R\$	1.000,00
---	-----	----------

17.512.0165.2092. Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto

3.3.90.33.00.0.3.0000. Passagens e Despesas com Locomoção	R\$	1.000,00
---	-----	----------

17.512.0165.1086. Construção e Ampliação de Bens Imóveis de Natureza Industrial

4.4.90.51.00.0.3.0000. Obras e Instalações	R\$	115.000,00
--	-----	------------

17.512.0165.1092. Aquisição e substituição de Painéis de Comando

4.4.90.52.00.0.3.0000. Equipamentos e Material Permanente	R\$	207.000,00
---	-----	------------

28.122.0165.2094. Contribuição ao PASEP

3.3.90.47.00.0.3.0000. Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	4.500,00
TOTAL GERAL	R\$	328.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 328.500,00 (trezentos e vinte e oito mil e quinhentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 25 de setembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Hermes Felis Pissolo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**Decreto 231**

DECRETO Nº 231, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de outubro de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de agosto de 2014, de -0,27% (vinte e sete centésimos por cento negativos),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2,7969 (dois inteiros e sete mil e novecentos e sessenta e nove dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de outubro de 2014.

Ouro-SC, 25 de setembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Hermes Felis Pissolo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**Decreto 232**

DECRETO Nº 232, DE 30 DE SETEMBRO DE 2014.

Regulamenta o Transporte Coletivo de Passageiros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e especialmente, pelas disposições da Lei Complementar nº 31 de 10 de setembro de 2014;

-+\*-

**DECRETA:**

Art. 1º O transporte de passageiros será realizado de segunda à sexta-feira, com veículos e motoristas do Município, de forma regular, nos seguintes horários e roteiros:

§ 1º As saídas no início da manhã ocorrerão no Centro às 06hs 30min, passando pelo Bairro Vilson Pedro Kleinubing, por volta das 06hs 45min, passando pelo centro, por volta das 06hs 55min, passando no Bairro Parque e Jardim Ouro, por volta das 07hs 10min e, retorno até o centro.

§ 2º As saídas no final da manhã ocorrerão do Centro, às 11hs 30min, passando pelo Bairro Vilson Pedro Kleinubing, por volta das 11hs 40min, passando no centro, por volta das 11hs 50min, até o Bairro Parque e Jardim Ouro.

§ 3º As saídas no início da tarde ocorrerão do Bairro Parque e Jardim Ouro, às 12hs 50min, passando pelo centro, por volta das 13hs 00min, passando no Bairro Vilson Pedro Kleinubing, por volta das 13hs 10min e, retorno até o centro.

§ 4º As saídas no final da tarde ocorrerão do Centro, às 18hs 00min, passando pelo Bairro Vilson Pedro Kleinubing, por volta das

18hs 10min, passando no centro às 18hs 20min, passando pelo Bairro Parque e Jardim Ouro, por volta das 18hs 30min e, retorno até o centro;

§ 3º Nos sábados, domingos e feriados não haverá transporte.

Art. 2º O valor do preço público do transporte será único, no valor de R\$ 1,00 (um real), para qualquer local ou distância prevista no art. 1º deste Decreto, podendo ser reajustado conforme disposição do art. 5º da Lei Complementar nº 31 de 10 de setembro de 2014.

Art. 3º As dispensas e descontos serão aplicados conforme disposição do art. 4º e respectivos parágrafos da Lei Complementar nº 31 de 10 de setembro de 2014.

Art. 4º. O transporte de pessoas para a participação em competições representando o Município ou para fins de treinamento, cursos e outros eventos importantes será feito de forma gratuita, desde que não haja prejuízo aos horários e roteiros estabelecidos no art. 1º deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro - SC, 30 de setembro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Hermes Felis Pissolo

Sec. Municipal Interino de Administração e Fazenda.

**Decreto 234**

DECRETO Nº 234, DE 02 DE OUTUBRO 2014.

Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Ouro, no dia 27 de Outubro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 27 de Outubro do corrente ano, em todas as repartições públicas do Município de Ouro em comemoração alusiva ao dia do Servidor Público.

Art. 2º Não haverá ponto facultativo nas atividades relacionadas à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, havendo aulas normais em todos os estabelecimentos de ensino municipal, tendo em vista a obediência ao calendário previamente estipulado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
02 de outubro de 2014.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 235**

DECRETO Nº 235, DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

Declara Situação Anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município afetada por alagamentos (COBRADE - 1.2.3.0.0).

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, pelo art. 17 do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de Fevereiro de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

Considerando que:

- a ocorrência alagamentos, provocada por chuvas intensas, ocorrida nos dias 29 e 30 de setembro de 2014, atingindo todo o Município de Ouro, fez com que o Rio do Peixe ultrapassasse o seu leito normal, vindo a atingir várias propriedades rurais e respectivos acessos no Interior;

- como consequências deste desastre resultaram a ocorrência de danos humanos, materiais e ambientais e ainda prejuízos sociais e econômicos constantes do Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;

- em conformidade com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de Situação de Emergência;

- concorreram como critérios agravantes da situação de anormalidade: o padrão de evolução do desastre e o grau de vulnerabilidade do cenário e da comunidade local;

- o parecer da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil -COMPDEC, relatando a ocorrência deste desastre, é favorável à declaração da Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º Fica Reconhecida a situação de Anormal e Declarada a Situação de Emergência, em virtude do desastre e codificado como por alagamentos - 1.2.3.0.0 - COBRADE, conforme IN/MI Nº01/2012.

Parágrafo único. Esta situação de Emergência é válida apenas para as áreas do Município afetadas pelos desastre contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto .

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, adaptado à situação real e presente, a fim de promover medidas de socorro, assistência à população vitimada e a reabilitação/reconstrução do cenário do desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria executiva da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades

administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo até completar no máximo o período de 180 (cento e oitenta) dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
03 de outubro de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 236**

DECRETO Nº 236, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ouro.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 6º da Lei nº 2.287, de 23 de maio de 2011;

Considerando que a Sra. Tatiane Biarzi, membro suplente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social, nomeada pelo Decreto nº 118 de 21 de junho de 2013, solicitou afastamento do Conselho;



Considerando que as Senhoras Sirlei Guimarães e Salete Rossini, Representantes dos Adolescentes ou Jovens participantes dos Programas Sociais do Município, faltaram por três reuniões consecutivas, sem justificativas, descumprindo o art. 5º, inciso I da Lei nº 2.287, de 23 de maio de 2011;

Considerando que a Senhora Fernanda dos Santos Danileski, Representantes representante da APP da EM Felisberto Vilarino Dutra, faltou por três reuniões consecutivas, sem justificativas, descumprindo o art. 5º, inciso I da Lei nº 2.287, de 23 de maio de 2011;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Ouro, em substituição aos nomes acima citados.

**I - Representantes do Poder Executivo Municipal:**

a) Lainir Durigon - representante da Sec. Mun. de Assistência Social;  
[...]

**II - Representantes de Entidades não governamentais:**  
[...]

d) Andréa Masson Dambrós - representante da APP da EM Felisberto Vilarino Dutra;

**III - Representantes de adolescentes ou jovens participantes dos Programas Sociais do Município:**

a) Evania Pilatti;

b) Claudiane Tonial Maziero.

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em até cinco dias, a contar da publicação deste Decreto, e o mandato encerrará em 30 de junho de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
13 de outubro de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araújo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 237**

DECRETO Nº 237/2014, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

Nomeia o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.643, de 17 de agosto de 2000, e no art. 18 da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Alimentação Escolar - COMAE do Município de Ouro:

**I - representantes do Poder Executivo:**

a) Andrea Simone Reck - membro titular;  
b) Edite Masson - membro suplente;

**II - representantes dos Professores:**

a) Wilzieline Franco Sobral Da Costa - membro titular;  
b) Juliane Bassoto Kwiatkowski - membro titular;  
c) Iliana Coeli - membro suplente;  
d) Cristiane Do Amaral - membro suplente;

**III - representantes de Pais de Alunos:**

a) Mavis Terezinha Reck Borssoi - membro titular;  
b) Rosa Aparecida Beltrame Penso - membro titular;  
c) Jocemara Mascarello Sanguanini - membro suplente;  
d) Fabio Schlindwein - membro suplente;

**IV - representantes da Sociedade Civil:**

a) Inês Aparecida Chaves De Almeida Toigo - membro titular;  
b) Tuane Aline Morosini - membro titular;  
c) Edineia Gubert - membro suplente;  
d) Paulo Roberto Poyer - membro suplente.

Art. 2º A posse dos membros do Conselho deverá ocorrer em até cinco dias, a contar da publicação deste Decreto, e o mandato encerrará em 21 de outubro de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
10 de outubro de 2014.  
Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 238**

DECRETO Nº 238, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

Declara luto oficial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º É declarado luto oficial em todo o território do Município de Ouro, por três dias, a partir desta data, em sinal de pesar pelo falecimento do Sr. ADEMIR PEDRO BELOTTO, Diretor da Rádio Capinzal e Jornal A Semana.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
13 de outubro de 2014.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.  
Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**Palhoça****PREFEITURA****Extrato Dispensa de Licitação Nº 203/2014**

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 203/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADA: FEPESE FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO ECONÔMICAS

OBJETO: contratação para prestação de serviços de planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda, a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados para realização de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Palhoça - Secretaria de Educação, para contratação de Professores Admitidos por Caráter Temporário (ACT), e contratação de Agente de Serviços Gerais e Merendeiras, admitidos por Caráter Temporário, conforme preconiza as Leis nºs 3.683/2012 e 3.335/2010, para suprir as necessidades do calendário escolar do exercício de 2015.

Nº CADIDATOS

CUSTO TOTAL

ATÉ 1000

R\$ 124.950,00

DE 1001 A 1500

R\$ 136.500,00

DE 1501 A 2000

R\$ 148.050,00

DE 2001 A 2500

R\$ 160.650,00

DE 2501 A 3000

R\$ 172.200,00

DE 3001 A 3500

R\$ 183.750,00

De 3501 A 4000

R\$ 195.300,00

ACIMA DE 4000\*

R\$ 335.000,00+R\$ 60,00 POR CANDIDATO

\*R\$ 195.300,00

+ R\$ 50,00 POR CANDIDATO

\*Mais R\$ 50,00 por inscrição

2 - Os preços das taxas de inscrições: R\$ 70,00 (setenta reais) para os cargos de nível superior, e R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de nível fundamental, com as isenções previstas em lei.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"143" - 13.01.2.021.3.3.90.39.48.

FUNDAMENTO: Art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



DATA: 13/10/2014

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

## EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 252/2014

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 252/2014

PARTES: O MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA FEPESE FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de planejamento, elaboração, divulgação, execução, realização das provas e ainda, a participação conjunta na elaboração do edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados para realização de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Palhoça - Secretaria de Educação, para contratação de Professores Admitidos por Caráter Temporário (ACT), e contratação de Agente de Serviços Gerais e Merendeiras, por Caráter Temporário, conforme preconiza as Leis nºs 3.683/2012 e 3.335/2010, para suprir as necessidades do calendário escolar do exercício de 2015.

VALOR: acordo com o número de candidatos, conforme parâmetro contido na tabela abaixo:

Nº CADIDATOS	
CUSTO TOTAL	
ATÉ 1000	
R\$ 124.950,00	
DE 1001 A 1500	
R\$ 136.500,00	
DE 1501 A 2000	
R\$ 148.050,00	
DE 2001 A 2500	
R\$ 160.650,00	
DE 2501 A 3000	
R\$ 172.200,00	
DE 3001 A 3500	
R\$ 183.750,00	
De 3501 A 4000	
R\$ 195.300,00	
ACIMA DE 4000*	
R\$ 335.000,00+R\$ 60,00 POR CANDIDATO	
*R\$ 195.300,00	
+ R\$ 50,00 POR CANDIDATO	
*Mais R\$ 50,00 por inscrição	

2.2 - Os preços das taxas de inscrições: R\$ 70,00 (setenta reais) para os cargos de nível superior, e R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de nível fundamental, com as isenções previstas em lei.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "143" - 13.01.2.021.3.3.90.39.48

VIGÊNCIA DO CONTRATO: Este contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, perdurando sua vigência até 30/06/2015, podendo ser prorrogado se houver interesse do município

DATA: 13/10/2014

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

## EXTRATO TERMO ADITIVO N. 173/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 173/2014 - (PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 173/2014).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E O SENHOR THIMOTHEO POETA FILHO.

OBJETO: Conforme Termo de Audiência referente ao Autos nº 082.02.001141-7, Ação de Separação Litigiosa transformada em Consensual, fica alterada a qualificação das partes Locador, estabelecida no contrato de locação nº 007/2014, passando a fazer parte como Locador a Senhora Hany Jaqueline da Silva, além do Sr. Timótheo Poeta Filho, o qual já era parte do presente contrato.

Fica estabelecido que o presente contrato tem como objeto a locação de um imóvel em alvenaria, com área total de 2.129,29 m2, sendo 1.000m2 composta de 10 (dez) salas, 02 (dois) banheiros no primeiro pavimento e 01 (um) pátio não coberto com área de 200m2, localizado na Rua Wilmar Probst, nº 43 - Centro - Palhoça - SC, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis do município de Palhoça, matrícula nºs 10.597 e 11.925

DATA: 28/07/2014.

DANIEL BROERING HARGER  
Secretário Municipal de Administração e Gestão

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária Municipal de Educação

## RESOLUÇÃO 060 CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 060/ 2014

Dispõe sobre a inscrição da Associação Anjos Voluntários.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2014, às 14 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 522/96, de 29 de agosto de 1996:

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º do Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito

de entidade de assistência social;  
Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;  
Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;  
Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.  
Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

**RESOLVE:**

Art. 1º Inscrever a entidade Associação Anjos Voluntários com sede a Rua Santos Girardi nº. 35 - Caminho Novo - Palhoça.

Art. 2º A entidade denominada Associação Anjos Voluntários está inscrita sob nº 024/2014 para execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como concessão de benefícios.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI  
PRESIDENTE DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 061 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 061/ 2014

Dispõe a aprovação da Lei dos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2014, às 14 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 522/96, de 29 de agosto de 1996:

Considerando o Conselho Municipal de Assistência Social é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a política de assistência social em âmbito municipal;

Considerando que as ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social -SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Considerando regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e outros benefícios eventuais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a Lei que define e regula os Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social de Palhoça;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 062 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 062/ 2014

Dispõe a aprovação da Lei do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2014, às 14 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 522/96, de 29 de agosto de 1996:

Considerando o Conselho Municipal de Assistência Social é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil;

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a política de assistência social em âmbito municipal;

Considerando que as ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social -SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social sugere a alteração dos artigos descritos abaixo:

a) Art. 4º - verificar a necessidade de incluir na redação as resoluções do CMAS;

b) Art. 6º - sugere-se a inclusão da letra D- Fórum dos conselhos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social; e letra E- Fórum municipal dos trabalhadores do SUAS;

c) Art. 10º - sugere-se a substituição do §2º ficando desta forma: Cada conselho executará suas atribuições conforme legislação específica de criação;

d) Art. 11º - sugere-se a elaboração do artigo desta forma:

Cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social prover:

I - Secretarias Executivas;

II - Secretária executiva exclusiva para cada conselho e demais profissionais para o seu funcionamento;

III - Espaço físico exclusivo para o funcionamento dos conselhos;

IV - Infraestrutura e recursos necessários para o funcionamento dos respectivos conselhos.

e) Art. 12º - Sugere-se acrescentar item V com a seguinte redação: Prestar informações aos conselhos quando solicitadas, ou quando se fizer necessária;

f) Art. 27º - Sugere-se acrescentar ao final do texto: Conforme artigo 26;

g) Art. 29º, § 1º - Sugere-se acrescentar ao final do texto: Conforme artigo 26;

h) Verificar a informação em vários artigos que menciona a resolução nº. 17/2011 do CMAS.

Art. 2º Aprovar a Lei que institui o Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 063 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 063/ 2014

Dispõe sobre a partilha dos recursos proveniente do Fundo nacional de Assistência Social/ piso de Transição de Média Complexidade.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2014, às 14 horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a partilha dos recursos proveniente do Fundo Nacional de Assistência Social/ piso de Transição de Média Complexidade;

Art. 2º Estão aptas ao recebimento dos recursos as entidades: Associação de Pais dos Amigos do Excepcionais - APAE com sede no Município de Palhoça e Associação Catarinense para Integração dos Cegos - ACIC com sede no Município de Florianópolis;

Art. 3º O recurso repassado compreenderá o valor de R\$: 27.942,58 (vinte e sete mil novecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e oito centavos, divididos conforme art. 5º e art. 6º desta resolução;

Art. 4º A divisão se justifica pelo número de atendimentos realizados pelas entidades acima mencionadas;

Art. 5º Será repassado para APAE o valor de R\$: 19.559,81 (dezenove mil quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e um centavos) correspondente a setenta por cento do valor real;

Art. 6º Será repassado para a ACIC o valor de R\$: 8.382,77 (oito mil trezentos e oitenta e dois reais e setenta e sete centavos) correspondente a trinta por cento do valor real;

Art. 7º A aplicação do recuso é destinado apenas para manutenção e custeio da entidade, permitindo a aplicação de 60% em folha de pagamento.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 064 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 064 / 2014

Revoga da resolução 059/2013 que Nomeia a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2014, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes conselheiros para compor a Diretoria do Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - Presidente - Rafael Arns Stobbe
- II - Vice-Presidente - Roberto de Souza Chenk
- III - 1º Secretário - Jaqueline Severino Amaral
- IV - 2º Secretário - Carin Fabiana Becker

Art. 2º Conforme Capítulo IV, Sessão II, Art. 24º do Regimento Interno a Mesa Diretora eleita terá mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução no mesmo cargo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

**RESOLUÇÃO N º 065 CMAS**

RESOLUÇÃO Nº. 065/2014.

Revoga a Resolução 056/2013 que Institui as Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social, estabelece diretrizes para o seu funcionamento, nomeia os membros para a gestão 2013-2015 e da outras providências.

Art. 1º. A Comissão de Normas, Regulamentos e Inscrições tem por finalidade oferecer subsídios na regulação de ações da gestão do Sistema Único de Assistência social - SUAS, na perspectiva da defesa de direitos que visa a garantir o pleno acesso as aquisições no conjunto das provisões socioassistenciais.

I) A Comissão de Normas da Assistência Social tem as seguintes competências:

- a) Formular e atualizar as Leis que dispões sobre a Política de Assistência Social em consonância com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;
- b) Acompanhar e controlar as inscrições de entidades ou organizações de assistência social, mantendo cadastro atualizado, com o objetivo de intervir em defesa dos seus direitos;
- c) Proceder á regulamentação da concessão e valor dos benefícios eventuais, na forma determinada pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;
- d) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;
- e) Elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- f) Normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, complementando as decisões do Conselho Nacional de Assistência Social e Conselho Estadual de Assistência Social;
- g) Publicar as decisões que digam respeito às orientações sobre a

Política de Assistência Social;

- h) Estabelecer meios de denúncias e procedimentos aplicáveis às denúncias recebidas no Conselho Municipal de Assistência Social;
- i) Realizar estudos e desenvolver ações para auxiliar o CMAS na normatização de suas competências;
- j) Acompanhar os atos normativos afetos à assistência social e ao CNAS, propondo alterações para adequação das normas internas à legislação atual;
- k) Acompanhar a tramitação de projetos de lei e demais normativas referentes à assistência social;
- l) Elaborar minutas de resoluções para normatizar as ações da assistência social de competência da Comissão de Normas da Assistência Social;
- m) Acompanhar publicações no Diário Oficial da União, no que se refere aos assuntos de interesse do CMAS;

II) São membros da Comissão de Normas, regulamentos e Inscrições:

- Roberto Souza Chenk
- Mirian de Lourdes Fonseca
- Rose Meri da Silva
- Evelyne Junckes Jacques
- Ana Cristina Faber

Art. 2º A Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social tem por finalidade oferecer subsídios ao acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução físico-financeira dos recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, gastos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, na perspectiva do controle social e a garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

I) A Comissão de Orçamento e Financiamento da Assistência Social tem as seguintes competências:

- a) Apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social;
- b) Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social.
- c) Aprovar critérios da transferência de recursos para as entidades de assistência social;
- d) Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados.
- e) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.
- f) Apreciar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, tanto os recursos próprios, do município, quanto os recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC e estabelecer estratégias de articulação junto a Secretaria de Finanças e ao Poder Legislativo, no sentido de manter ou ampliar a proposta orçamentária;
- g) Avaliar e fiscalizar a execução físico-financeira dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-PBF, destinando ao menos 3% para o controle social, o qual deve fazer um plano de aplicação das prioridades do Conselho Municipal;
- h) Avaliar e fiscalizar a execução físico-financeira dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD SUAS, destinando ao menos 3% para o controle social, o qual deve fazer um plano de aplicação das prioridades do Conselho Municipal;
- i) Apreciar o Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social e apreciar os Relatórios de Execução Orçamentária, mensalmente;
- j) Apreciar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual de Execução Físico-Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência

Social;

- k) Acionar, quando necessário, o Ministério Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais.
- l) Apreciar o Relatório Anual de Gestão;

II) São membros da Comissão de Financiamento e Orçamento:

- Gerusa Colombo de Oliveira
- Roberto Souza Chenk
- Angela Maria Wagner
- Marcelo Pereira de Castilhos
- Maria Herbenia Gonçalves Almeida

Art. 3º A Comissão de Política da Assistência Social tem por finalidade oferecer subsídios no acompanhamento e monitoramento da execução, da Política de Assistência Social, na perspectiva da garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

I) A Comissão de Política da Assistência Social tem as seguintes competências:

- a) Aprovar a Política e o Plano Municipal de Assistência Social, observados os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- b) Cumprir e fazer cumprir a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.
- c) Avaliar o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como seus ganhos sociais;
- d) Acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social.
- e) Estimular e incentivar a atualização permanente dos servidores das instituições governamentais e não governamentais envolvidos na prestação de serviços de assistência social.
- f) Discussão intersetorial de políticas públicas, em articulação com o MDS, conselhos setoriais e os conselhos de defesa de direitos;
- g) Elaborar materiais técnicos que visem subsidiar o CMAS em suas atribuições;
- h) Publicar as decisões que digam respeito às orientações sobre a Política de Assistência Social.
- i) Apreciar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, realizadas em âmbito estadual e, outras normativas da área, devendo contribuir em diferentes estágios de sua formulação;
- j) Apreciar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Plurianual e Anual de Assistência Social e suas adequações, por meio do monitoramento semestral e da avaliação e revisão anual;
- k) Apreciar o Relatório Anual de Gestão - execução física;
- l) Apreciar, sempre em que houver, o monitoramento por parte do estado dos serviços socioassistenciais e equipamentos sociais, para superação do não alcance de metas de pactuação nacional e de indicadores de gestão e não observância das normativas do Sistema Único de Assistência social - SUAS, quando couber;
- m) Avaliar e fiscalizar os Serviços Socioassistenciais prestados pelos Órgãos Governamentais e não Governamentais, especialmente as condições de acesso da população a esses serviços e, indicar as medidas pertinentes à correção de exclusões constatadas;
- n) Apreciar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual Físico Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS;
- o) Levantar dados e informações que subsidiem a Comissão de Política da Assistência Social no acompanhamento da efetivação do SUAS;

II) São membros da Comissão de Políticas:

- Zilmar Lenita Gervasi



- Rafael Arns Stobbe
- Heldinar Martins
- Mirian de Lourdes Fonseca
- Divanir Candido Veloso Fagundes

Art. 4º A Comissão de Divulgação e Comunicação da Assistência Social tem por finalidade oferecer subsídios para a publicação das deliberações, informativos das atividades e divulgar as ações realizadas pelo CMAS.

I) A Comissão de Divulgação e Comunicação da Assistência Social tem as seguintes competências:

- a) Propor a criação de instrumentos para a divulgação, interna e externa, das políticas de assistência social;
- b) Propor a edição de publicações periódicas, de natureza técnica ou de divulgação de atividades do setor;
- c) Elaborar anualmente, um informativo das atividades do Conselho e das entidades assistenciais registradas no Conselho Municipal de Assistência Social;
- d) Opinar sobre as matérias relativas à Comunicação Social, de interesse do Conselho e das entidades assistenciais.
- e) Promover a divulgação adequada e permanente das atividades do CMAS;
- f) Utilizar os canais de comunicação do Município para divulgar amplamente as ações e políticas públicas que o Conselho formular.

II) São membros da Comissão de Divulgação e Comunicação:

- Débora Nunes Barbosa
- Ana Cristina Faber
- Rogério Enoch Rech
- Neulci Terezinha Gonçalves
- Carin Fabiana Gisela Becker

Art. 5º As Comissões Temáticas se reunirão por convocação do (a) Presidente do CMAS/SC, mensalmente ou extraordinariamente, quando necessário.

Art. 6º As Comissões Temáticas compõe-se de no mínimo 04 (quatro) membros, preferencialmente com representação paritária, eleitos pela Plenária do CMAS/SC, dentre eles 1 (um) deverá exercer a função de Coordenador e 1 (um) de Secretário, devendo registrar em livro próprio todos os pareceres da comissão em relação a matérias estudadas;

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZILMAR LENITA GERVASI  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

## RESOLUÇÃO N º 066 CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 066/2014

Revoga a Resolução nº 060/2013 que Institui e Regulamenta a Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 08 de outubro de 2014, às 14 horas, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

RESOLVE:

Art. 1º Institui e Regulamenta a Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e nomear os membros.

Art. 2º A Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil têm por finalidade oferecer subsídios no acompanhamento e monitoramento da execução do Programa Bolsa Família, na perspectiva da garantia dos objetivos de proteção social, vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

I) A Comissão de Acompanhamento a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tem as seguintes competências:

- a) Monitorar e acompanhar a Gestão Municipal do Programa Bolsa Família no cumprimento do Art. 2º da Portaria/MDS/nº 256, de 19 de março de 2010;
- b) Acompanhar a Coordenação e Comitê Gestor do Programa Bolsa Família no cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- c) Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social como Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família no cumprimento do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
- d) Acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras Políticas Públicas Sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- e) Acompanhar a oferta por parte do Governo Municipal dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;
- f) Apreciar o Plano de Aplicação dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família- IGD PBF;
- g) Apreciar o Relatório Anual de Gestão do Programa Bolsa Família;
- h) Apreciar, emitir parecer e acompanhar o Plano de Ação e o Demonstrativo Sintético Anual Físico Financeiro, referente aos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, por meio do Índice de Gestão Descentralizada Municipal para o Programa Bolsa Família;
- i) Acompanhar a listagem dos beneficiários, principalmente se as estimativas do município estão sendo atendidas;
- j) Criar canal de denúncias, acompanhá-las e apurá-las junto com a coordenação do Programa Bolsa Família;
- k) Acompanhar os indicadores referentes ao trabalho infantil no município;
- l) Fiscalizar e acompanhar se o fluxo de identificação e atendimento ao trabalho infantil estão ocorrendo no município, integrando os atendimentos da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- m) Divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;
- n) Acionar, por meio do CMAS/SC, quando necessário, o Ministério

Público, como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

II- São membros da Comissão de Acompanhamento ao Programa Bolsa Família - PBF e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI:

- a) Débora Nunes Barbosa
- b) Irene Hoepers Zanela
- c) Roberto de Souza Chenk
- d) Luciana Maria da Silva
- e) Nanci Cecília de Oliveira Veras

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ZILMAR LENITA GERVASI  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PALHOÇA SC

### **DECRETO Nº 1.715, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014**

DECRETO Nº 1.715, DE 09 DE OUTUBRO DE 2014.  
PONTO FACULTATIVO. Dia do Servidor Público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo, dia 28 de outubro (terça-feira) do ano em curso, em decorrência da comemoração ao Dia do Servidor Público.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no caput do artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Educação deliberar quanto a aplicabilidade deste Decreto, devendo observar a necessidade do cumprimento do calendário escolar municipal para as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 09 de outubro de 2014.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal.

## Papanduva

### PREFEITURA

#### **Contrato Nº 096/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 096/2014, Referente à Tomada de Preços Para Obras e Serviços de Engenharia nº 111/2014. Objeto: Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS, com área de 398,00m<sup>2</sup> no centro do Município de Papanduva, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme projetos arquitetônicos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma financeiro. Contratada: CONSTRUTORA SAN REMOS LTDA - ME, totalizando o montante de R\$ 399.000,00 (trezentos e noventa e nove mil reais). Vigência: A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura da Ordem de Serviço e término previsto para 240 (duzentos e quarenta) dias após a emissão da mesma.

Papanduva/SC, 09 de outubro de 2014  
Marli dos Santos da Cunha Ramos  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Passos Maia****PREFEITURA****Extrato Contrato 0091/2014**

EXTRATO CONTRATO n.0091/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0053/2014

PREGÃO PRESENCIAL n. 0033/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: EDER LUIZ GUIOTTO

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para prestar serviços de arbitragem para jogos do campeonato municipal de futsal edição 2014.

Valor: Pelos serviços de arbitragem prestados , a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 7.790,00 (sete mil setecentos e noventa reais).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura vigorando até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia, SC, 14 de outubro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

**Peritiba****PREFEITURA****Errata Aviso de Licitação 70/2014 - PP 36/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial 36/2014, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Processo de Licitação 70/2014.

Objeto: Aquisição de um veículo sedan para o uso do executivo municipal em viagens dentro e fora do perímetro do Município de Peritiba. Data da Entrega dos envelopes e abertura: até as 08:30min do dia 29/10/2014. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em Exercício

**Aviso de Licitação 71/2014 - PP 37/2014**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial 37/2014, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Processo de Licitação 71/2014.

Objeto: Contratação de seguro para os veículos e máquinas que compõem a frota do Município. Data da Entrega dos envelopes e abertura: até as 09:45min do dia 29/10/2014. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em Exercício



## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### **Altera Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2014**

ALTERA EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, torna público a alteração efetuada no EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2014, visando a admissão de professores em caráter temporário, no item 2.2:

2.2 Para validação da pré-inscrição o candidato deverá apresentar cópias de documentos e certificados na Secretaria da Educação situada na Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, das 7:45 às 11:45, e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias 03 e 04 de novembro de 2014.

Demais itens permanecem inalterados.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,  
14 de outubro de 2014.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

## Porto União

### PREFEITURA

#### **Edital de Convocação Nº 096/2014**

Edital de convocação 096/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 14/09/2014 a 20/10/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

#### **AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 02**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
DANILO DOS SANTOS	22º		

Porto União (SC), 13 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 550/2014

DECRETO Nº 550, de 08 de outubro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 174.000,00 (Cento e setenta e quatro mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 - Construção/Ampliação/Aquisição Equipam. Escolares		
MODALIDADE	4490 - 104 - Aplicações Diretas	04	26.000,00
PROJETO	1003 - Construção de Centros de Educação Infantil		
MODALIDADE	4490 - 104 - Aplicações Diretas	31	40.000,00
ATIVIDADE	2009 - Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3390 - 108 - Aplicações Diretas	40	66.000,00
ATIVIDADE	2014 - Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3390 - 108 - Aplicações Diretas	22	42.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		174.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 - Construção/Ampliação/Aquisição Equipam. Escolares		
MODALIDADE	4490 - 108 - Aplicações Diretas	05	20.000,00
PROJETO	1003 - Construção de Centros de Educação Infantil		
MODALIDADE	4490 - 108 - Aplicações Diretas	32	30.000,00

ATIVIDADE	2009 - Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	4490 - 108 - Aplicações Diretas	41	9.900,00
ATIVIDADE	2010 - Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3350 - 104 - Transferências a Instituições Privadas	12	28.000,00
ATIVIDADE	2014 - Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	4490 - 108 - Aplicações Diretas	24	18.200,00
MODALIDADE	4490 - 104 - Aplicações Diretas	23	12.000,00
ATIVIDADE	2078 - Manutenção EJA		
MODALIDADE	3191 - 108 - Aplicações Diretas-Operações Intra-orçamentárias	43	20.000,00
MODALIDADE	3390 - 104 - Aplicações Diretas	45	7.000,00
MODALIDADE	4490 - 104 - Aplicações Diretas	46	19.000,00
MODALIDADE	4490 - 108 - Aplicações Diretas	47	9.900,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		174.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de outubro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Extrato de Contrato Aditivo 163/2014

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 163/2014 - Prefeitura

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 111/2011 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato originário de 29/09/2014 á 29/09/2015.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 29 de setembro de 2014.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### Lei Nº 2576

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina  
LEI Nº 2.576/2014 de 14/10/2014.

Institui e regulamenta a jornada de trabalho com dois intervalos diários no âmbito do funcionalismo publico de Pouso Redondo/SC e dá outras providencias.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei institui e regulamenta a jornada de trabalho com dois intervalos na jornada diárias exclusivamente para os servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, atuantes dentro do âmbito do Serviço de Transporte de Aluno da Rede de Ensino.

Art. 2º - A jornada diária de trabalho dos motoristas lotados na Secretaria de Educação e Cultura e responsáveis pelo transporte de alunos da rede de ensino fica ajustada na seguinte forma:

- 1º) Entrada: 5:00 horas - Saída: 7:30 horas  
Intervalo 7:30 horas até as 11:00 horas
- 2º) Entrada: 11:00 horas - Saída: 13:30 horas  
Intervalo: 13:30 horas até as 16:00 horas
- 3º) Entrada: 16:00 horas - Saída 19:00 horas

§ 1º - A tolerância para registro de ponto será sempre de 10 (dez) minutos antes ou 10 (dez) minutos depois do horário determinado.

Art. 3º - O período de trabalho noturno será remunerado com o respectivo adicional, conforme Lei nº 2.542/2014, de 09/04/2014

Art. 4º - O servidor está obrigado à marcação de ponto, seja eletrônico ou registro manual.

Art. 5º - Cabe à chefias encaminharem ao Setor de Recursos Humanos, impreterivelmente até o dia 23 de cada mês, para o registro em folha de pagamento, a execução e quantidade de horas noturnas ou horas extras realizadas pelos servidores.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de 01 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrario.

Pouso Redondo, 14 de outubro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

### LEI Nº 2577

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
CNPJ 83.102.681/0001-26  
Rua Antonio Carlos Thiesen, 74  
89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

LEI Nº 2.577/2014 de 14/10/2014.

Autoriza o Poder Executivo a custear despesas com o intuito de realizar o Campeonato Municipal de Futsal e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas no valor de até R\$ 6.461,00 (seis mil e quatrocentos e sessenta e um reais), com a finalidade de realizar o Campeonato Municipal de Futsal.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Anual do Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Pouso Redondo, 14 de outubro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

### PORTARIA DE 321 À 360

PORTARIA Nº 321/2014 DE 05/09/2014

Nomeia Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

#### RESOLVE:

Art. 1º — Fica nomeado a partir de 06 de setembro de 2014 CLAUDIR ERBS, brasileiro, portador do CPF: 046.625.029-00, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de VIGIA, nível de vencimento 21, do Grupo Ocupacional 07 Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único: A nomeação de que trata este artigo decorre de aprovação em Concurso Público, baixado pelo edital nº 01/2013.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrario.

Pouso Redondo, 05 de Setembro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 322/2014 DE 08/09/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor RONALDO DANILO PETERS, lotada nesta Prefeitura, no período de 08/09/2014 à 17/09/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 323/2014 DE 08/09/2014

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Conceder Férias ao Servidor PAMELA FARIAS DE SOUZA KOBERSTEIN, lotada nesta Prefeitura, no período de 08/09/2014 à 07/10/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 324/2014 DE 08/09/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora JACIRA CUNHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de serviços gerais, do Grupo Ocupacional 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedido a Servidora JACIRA CUNHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de serviços gerais, do Grupo Ocupacional 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 14/07/2014 e a terminar em 30/10/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 08 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 325/2014 DE 09/09/2014

Concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica designado o Servidor MARCIANO GRAH, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA do Grupo 05, para exercer a função de Chefe dos Motoristas do Fundo Municipal de Saúde do município.

Parágrafo único - Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 50% (cinquenta por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 326/2014 DE 09/09/2014

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora INDIANARA BINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, do Grupo Ocupacional 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedido a Servidora INDIANARA BINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora do Grupo Ocupacional 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 26/08/2014 e a terminar em 11/09/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de Setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal



**PORTARIA Nº 327/2014 DE 09/09/2014**

Concede Licença a Servidora, por motivo de Doença em Pessoa da Família e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c artigo 100, da Lei nº 1.076/91 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Pouso Redondo),

CONSIDERANDO que a Servidora MARISE APARECIDA LOURENÇO, ocupante do cargo de provimento efetivo de coordenador pedagógico, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie, requereu Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família;

CONSIDERANDO que a Servidora acima mencionada, ao requerer a Licença, argumentou que seu cônjuge, Sr. ODEMAR GOULART, que o mesmo necessita de cuidados pós-operatórios - Cirurgia devido a grave fratura vertebral, doença que necessita a sua indispensável assistência pessoal, que não pode ser prestada simultaneamente com o exercício de seu cargo;

CONSIDERANDO que o artigo 100, caput, da Lei nº 1.076/91, Estatuto dos Servidores Públicos de Pouso Redondo, preconiza que o servidor poderá obter licença por motivo de doença em cônjuge, filhos e pais, cujos nomes constem de seu assentamento individual, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de junta médica e acompanhamento social;

CONSIDERANDO que, nos termos do dispositivo acima transcrito, torna-se impossível ao Chefe do Executivo decidir sobre o pedido de Licença;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Conceder licença com início em 12/08/2014 e com término em 11/10/2014, por motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Estudo Social, parecer técnico e atestado médico, à Servidora, efetiva, MARISE APARECIDA LOURENÇO, ocupante do cargo de provimento efetivo de coordenador pedagógico, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislação aplicável à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 09 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal.

**PORTARIA Nº 328/2014 DE 10/09/2014**

Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora GENILDO GERCY DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedido a Servidora GENILDO GERCY DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 01/09/2014 e a terminar em 13/10/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 329/2014 DE 11/09/2014**

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora ODIRLEIA NIEHUES BONESSI, lotada nesta Prefeitura, no período de 11/09/2014 à 10/10/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 330/2014 DE 15/09/2014**

Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora DANIELA DA SILVA, lotada nesta Prefeitura, no período de 15/09/2014 à 14/10/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 331/2014 DE 15/09/2014**

Concede Licença Maternidade e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado

de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida, Licença Maternidade, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 15/09/2014 e com término em 13/03/2015 para MONALIZA DE SOUZA, contratada no cargo de professor.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 15 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 332/2014 DE 17/09/2014  
Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Exonerar a pedido o Servidor FERNANDO DUTRA VIANA, ocupante do cargo efetivo de CIRURGIÃO DENTISTA, do Grupo Ocupacional 05- Fundo Municipal de saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 333/2014 DE 17/09/2014  
Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que a Servidora CHIRLEY ESSER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, do Grupo Ocupacional 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que a Servidora em questão encontra-se enquadrada no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedido a Servidora CIRLEY ESSER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora do Grupo Ocupacional 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de

Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 02/09/2014 e a terminar em 15/10/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de Setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 334/2014 DE 17/09/2014  
Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor EVERALDO ANTONIO CIRINO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de borracheiro, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Municipal de Transporte, e Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;

CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor EVERALDO ANTONIO CIRINO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de borracheiro, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Municipal de Transporte, e Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 15/08/2014 e a terminar em 30/09/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 17 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 335/2014 DE 22/09/2014  
Concede Gratificação e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica designado o Servidor NORBERTO JUST, ocupante do cargo de provimento efetivo de BORRACHEIRO do Grupo 11, para exercer a função de ensinar e acompanhar a função de borracheiro do município.

Parágrafo único - Fica concedida em função da designação, com fundamento na Lei nº 1.193/93, a gratificação de 35% (trinta e cinco por cento), sobre o vencimento base do cargo originário do designado.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de setembro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 336/2014 DE 22/09/2014  
Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor RENI JOSE WERTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Municipal de Transporte, e Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;  
CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu a Servidora o Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor RENI JOSE WERTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de motorista, do Grupo Ocupacional 11 - Secretaria Municipal de Transporte, e Obras e Serviços Gerais, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 27/08/2014 e a terminar em 12/11/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de setembro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 337/2014 DE 22/09/2014  
Designa Servidor para atuar junto ao Conselho Tutelar e da outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado o servidor ADORICO PORTO, nomeada em 26/09/2013, pela Portaria Nº 074/2013 de 26/09/2013, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA MOTONIVELADORA, do Grupo 11, do Plano de Classificação de Cargos e Salários da Administração Direta e Indireta do Município de Pouso Redondo, para exercer a função de motorista e acompanhante uma semana por mês no conselho tutelar.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 22 de setembro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 338/2014 de 23/09/2014

Nomeia membros para compor COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSO PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º — Ficam nomeados TAYSE VENDRAMIN MARCHI, GILMARA CHIROLLI E SOLANGE GOULART DAL PASQUALE, para, sob a Presidência da primeira, compor a Comissão Organizadora do Concurso Público declarado aberto pelo Edital de Concurso Público nº 001/2014 e Processo Seletivo nº 001/2014.

Parágrafo Único - Fica designado o Sr. LUCIO HILLESHEIM, como representante da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, para intermediar assuntos referentes ao concurso entre comissão organizadora e empresa realizadora do concurso.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de setembro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 339/2014 DE 23/09/2014  
Concede Férias a Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

RESOLVE:

Art. 1º — Conceder Férias a Servidora KATIANE LOURENÇO, lotada nesta Prefeitura, no período de 23/09/2014 à 22/10/2014, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de setembro de 2014.  
NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 340/2014 DE 23/09/2014  
Concede Afastamento por Auxílio Doença e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO que o Servidor RUBENS PIERRE DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, do Grupo Ocupacional 07 - Secretaria Municipal de Educação e cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, encontra-se afastado de suas funções em virtude de Auxílio Doença;  
CONSIDERANDO que o Servidor em questão encontra-se enquadrado no Regime Geral da Previdência Social;

CONSIDERANDO que a Previdência Social deferiu ao Servidor o



Benefício do Afastamento por Auxílio Doença, nos termos da Legislação Federal aplicável à espécie;

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedido ao Servidor RUBENS PIERRE DIAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista do Grupo Ocupacional 07 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo, instituído pela Lei Complementar n.º 001/2013 de 15/01/2013, AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA, com início em 24/01/2014 e a terminar em 18/11/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 23 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 341/2014 DE 26/09/2014**

Designa Servidor para a função de Direção, concede Gratificação e dá Outras Providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 1.972/07 de 17/05/2007, Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica designada o Servidor DJEISON FRONZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, para exercer a função gratificada de Direção de Centro Educacional, com fundamento na Lei n.º 1.972/07.

Parágrafo Único - Fica concedido, a partir de 26/09/2014, em função da designação, com fundamento na Lei n.º 1.972/07, a gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre o Nível/Referência MAG II - 1.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 342/2014 DE 26/09/2014**

Exonera Servidor e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Exonerar a pedido a Servidora CARINE DAUFENBACH, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, do Grupo Ocupacional 05- Fundo Municipal de saúde, do Plano de Classificação de Cargos da Administração Direta do Município de Pouso Redondo e demais legislações aplicáveis à espécie. A partir do dia 04/09/2014.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 343/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-5 para MAG III-6, para ADRIANA APARECIDA DE DEUS DA ROCHA, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 344/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-6 para MAG III-7, para ASTRIT CARIN KIEBLER PONTI-ZELLI, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 345/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-6 para MAG III-7, para CARMEN DALMOLIN GARBARI, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 346/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-6 para MAG III-7, para CINTIA COELHO, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 347/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-1 para MAG III-2, para CINTIA COELHO, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 348/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG II-5 para MAG II-6, para CLEUZONIR DE LIZ AMANCIO, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 349/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-9 para MAG III-10, para CRISTIANI AMANCIO, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 350/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-1 para MAG III-2, para DAIANA RAQUEL VENTURI MERIZ, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 351/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-4 para MAG III-5, para DIRCE REGINA MARCHI GARBARI, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 352/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-6 para MAG III-7, para EDNA HOLLER, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 353/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-7 para MAG III-8, para EDNA HOLLER, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 354/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-8 para MAG III-9, para ELISANDRA APARECIDA TRENTINI PAULI, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 355/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-5 para MAG III-6, para ELISANGELA DEMARCH, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 356/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-1 para MAG III-2, para ELISIANE ZANIVAN PETERS, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 357/2014 de 26/09/2014**

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

**RESOLVE:**

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-6 para MAG III-7, para EVELIZE CRISTOFOLINI, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 358/2014 de 26/09/2014

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-1 para MAG III-2, para FABIANA KRUGER DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 359/2014 de 26/09/2014

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-6 para MAG III-7, para FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 360/2014 de 26/09/2014

Concede Progressão Funcional, conforme Lei 1972/07 - Plano de Carreira e Remuneração dos Integrantes do Magistério Público Municipal.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei 1.972/07 de 17/05/2007:

RESOLVE:

Art. 1º — Fica concedida progressão funcional do Nível/Referência MAG III-7 para MAG III-8, para GENOVEVA DOS SANTOS SORA, ocupante do cargo de Professora.

Art. 2º — Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 26 de setembro de 2014.

NAIR GOULART  
Prefeita Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### Pregão Eletrônico 143/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 143/2014

OBJETO: Tem por objeto o presente edital de pregão eletrônico a aquisição de 01 (um) veículo leve tipo furgão, zero km com ano de fabricação da data de entrega, podendo ser modelo do ano seguinte. Corpo de Bombeiros de Rio do Sul.

REGIMENTO: O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 3.246/13 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/2006 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 07h30min. do dia 15/10/2014 às 08h30 min. do dia 29/10/2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h30min. às 09:30 horas do dia 29/10/2014.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min. do dia 29/10/2014.

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado no link - licitações"

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 09 de outubro de 2014

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

#### PORTARIA Nº 1108/2014

PORTARIA Nº. 1102/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 13/10/2014, a servidora municipal MARIA INES AVILLA CARPES, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Apmf



**ANA PAULA DE ARAUJO - 5º TERMO ADITIVO**

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2013 firmado em 10/07/2013, com término previsto para 30/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DE ARAÚJO portador(a) do CPF nº 037.190.429-36, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 274/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 274/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/10/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.”

**Cláusula Segunda - Da ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ANA PAULA DE ARAUJO

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

**Ana Paula Dieckmann - 3º E 4º Termo Aditivo**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DIECKMANN, portador(a) do CPF nº 067.012.599-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 80/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014.”

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA DIECKMANN

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2014, firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA DIECKMANN, portador(a) do CPF nº 067.012.599-79, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 80/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 80/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014.”

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA DIECKMANN  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### ANA PAULA CARDOZO HOEPERS - 3º E 4º TERMOS ADITIVOS

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA CARDOZO HOEPERS, portador(a) do CPF nº 005.042.029-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 193/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração	ANA PAULA CARDOZO HOEPERS Contratado(a)
--	--

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA CARDOZO HOEPERS, portador(a) do CPF nº 005.042.029-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 193/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto  
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Segunda - Da Ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 193/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA CARDOZO HOEPERS  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### ANA PAULA PEREIRA HAASE - 1º, 2º, 3º E 4º TERMOS ADITIVOS

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 11/03/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PEREIRA HASSE portador(a) do CPF nº 008.726.299-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto  
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência  
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 215/2013, iniciando-se a prorrogação em 12/03/2014 e encerrando-se em 28/04/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação  
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11/03/2014.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

ANA PAULA PEREIRA HASSE  
Contratado(a)



## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 28/04/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PEREIRA HASSE portador(a) do CPF nº 008.726.299-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 215/2014, iniciando-se a prorrogação em 29/04/2014 e encerrando-se em 19/09/2014."

## Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28/04/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário de Administração

ANA PAULA PEREIRA HASSE  
Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 28/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PEREIRA HAASE portador(a) do CPF nº 008.726.299-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## "Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 215/2014, iniciando-se a prorrogação em 20/09/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

## Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos

legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/09/2014.

GIVANILDO SILVA ANA PAULA PEREIRA HASSE  
Secretário de Administração Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:.. Nome:..  
CPF:.. CPF:..

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014, firmado em 07/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PEREIRA HAASE, portador(a) do CPF nº 008.726.299-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

## Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

## "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 215/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 19/12/2014."

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA PEREIRA HAASE  
Contratado(a)

## Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**ANA CLAUDIA HILBERT - 3º E 4º TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 246/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CLAUDIA HILBERT, portador(a) do CPF nº 072.345.869-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 246/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 246/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 08/10/2014."

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA CLAUDIA HILBERT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 246/2014, firmado em 28/02/2014, com término previsto para 08/10/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANA CLAUDIA HILBERT, portador(a) do CPF nº 072.345.869-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 246/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 246/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/10/2014 e encerrando-se em 23/12/2014."

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/10/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA CLAUDIA HILBERT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 349/2014**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 349/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) JUDIT MARIA BACH MULLER, portador(a) do CPF nº 652.245.079-87 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Zulnei Petris, s/nº Bairro Budag Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Especial, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Roberto Machado, para atender a programas temporários decorrentes de convênios ou acordos bilaterais. **CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.291,52 (dois mil, duzentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

**Parágrafo único** De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/10/2014 e encerrando-se em 12/11/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único** - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 10 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA	JUDIT MARIA BACH MULLER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 350/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) CLAIR MARIA SCHWARZ MULLER, portador(a) do CPF nº 636.674.529-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Euclides Ataídes da Costa, nº 238 Bairro Bremer Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Anos Iniciais, com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, em substituição a Karla Kar-dauke, que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.100,51 (dois mil cem reais e cinquenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 14/10/2014 e encerrando-se em 13/11/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA	CLAIR MARIA SCHWARZ MULLER
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### RESUMOS DOS CONTRATOS DO MÊS 09/2014

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 169/2014

Pregão Presencial nº 096/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ALTO VALE LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP

Objeto: serviços de limpeza e manutenção dos banheiros químicos localizados junto ao parque Harry Hobus, conforme termo de referência descritos do Termo de Referência descritos no Anexo 05. Valor: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) mensais, totalizando em R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais).

Prazo de Execução: 12 (doze) meses, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 05 de setembro de 2014.

Cariso Sávio Giacomini

Prefeito de Rio do Sul em exercício

### Resumos das Atas de Registro de Preços do Mês 09/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 167/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2014

INTERESSADO: SECRETARIAS DE AGRICULTURA, OBRAS E EDUCAÇÃO

Aos onze (11) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e catorze (2014), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Posto Centro Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 4.258/2014 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de óleo diesel comum para manutenção dos veículos da frota rodoviária das Secretarias de Agricultura, Educação e Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

Fornecedor: 334723 - POSTO CENTRO LTDA						
Item	Descrição	Un.	Marca	Qtde.	R\$ Un.	R\$ Total
1	Oleo diesel.	Lts.	IDAZA	400.000	R\$2,36	R\$944.000,00
Total do Fornecedor:						R\$944.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$944.000,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 02 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

DEONÍSIO BILINSKI

Sócio Gerente

## RESUMOS DOS ADITIVOS DO MÊS 09/2014

5º TERMO ADITIVO Nº 088/2014 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 130/2012, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA DO PROJETO BÁSICO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.

Aos vinte e dois (22) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA., estabelecida na Av. 1º de Maio, 226, Centro, no município de Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.487.606/0001-32, ora denominada CONTRATADA, representado pela sua Gerente, Sr<sup>a</sup>. Glaucia Aparecida Goulart Monteiro, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Carta Convite nº 086 de 02/05/2012, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 130, datado de 07 de maio de 2012, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 92 (noventa e dois) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2014.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

### CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA

Sr<sup>a</sup>. Glaucia Aparecida Goulart Monteiro

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:



Nome:  
CPF:

2º TERMO ADITIVO Nº 089/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 093/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM URBANA NA RUA ÂNGELO TOMIO, BAIRRO JARDIM AMÉRIA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos vinte e três (23) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274, inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 071/2014 e Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 093, datado de 04 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 25.887,50 (vinte e cinco mil e oitocentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 2.319,41 (dois mil e trezentos e dezenove reais e quarenta e um centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME  
Sr. Dalton Borgonovo  
Contratada

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 090/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 097/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM URBANA DA TRAVESSA CONSELHEIRO, BAIRRO TABOÃO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274, inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 066/2014 e Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 097, datado de 09 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 26 de março de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME

Sr. Dalton Borgonovo

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 091/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 096/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM URBANA DA TRAVESSA MÔNAÇO, BAIRRO TABOÃO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274, inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 066/2014 e Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 096, datado de 09 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 26 de março de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e

assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME

Sr. Dalton Borgonovo

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

6º TERMO ADITIVO Nº 092/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 174/2012, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA PONTE PÊNSIL, LIGANDO OS BAIRROS BARRA DA ITROUPAVA/BREHMER EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.

Aos trinta (30) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Metro Cúbico Engenharia Ltda., estabelecida na rua Georg Lucas, 85, bairro Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.973.540/0001-38, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. Eduardo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Tomada de Preços nº 120/2012, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 174, datado de 28 de junho de 2012, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II letra "d" do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Fica acrescido o equilíbrio econômico financeiro ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 97.061,09 (noventa e sete mil e sessenta e um reais e nove centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA- DO REAJUSTE

Fica reajustado o valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, do período de 02/07/2013 à 02/07/2014, tendo valor de R\$ 16.436,25 (dezesesseis mil e quatrocentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstrativo anexa.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá



apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

Metro Cúbico Engenharia Ltda  
Eduardo Aragão Silva  
Contratada

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

#### RESUMO DO CONTRATO 168/2014

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 168/2014

Tomara de Preços nº 116/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Equal Construtora e Incorporadora Ltda

Objeto: execução de drenagem e contenção de encosta na Estrada do Bonfim, Bairro Sumaré em Rio do Sul

Valor: R\$ 117.254,80 (cento e dezessete mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).

Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: dia 30 (trinta) do mês subsequente e em documento próprio da arrecadação municipal

Recurso: Próprios/União

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 04 de setembro de 2014.

Cariso Sávio Giacomini

Prefeito de Rio do Sul em exercício

#### Contrato Administrativo Nº 351/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 351/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO, portador(a) do CPF nº 973.370.489-04, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Pasqualini, nº 64 - Bairro Canta Galo Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) CE Guilherme Butzke.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.546,13 (dois mil quinhentos e quarenta e seis reais e treze centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 14/10/2014 e encerrando-se em 13/11/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 13 de outubro de 2014.

GIVANILDO SILVA	FABIANA GRACIELA BRIDI BALDO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 020/2014**

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO  
ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RE-  
LACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFE-  
RIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOS-  
SIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Renato Neckel	Xxx.358.769-xx	146321
Elisabete Souza Branco	Xxx.709.589-xx	146166
Wally Krieger	Xxx.616.009-xx	146883
Salvia Aparecida Sch- neider	Xxx.184.709-xx	147206
Rodrigo Block	Xxx.758.499-xx	149322 e 149731
Edio Lopes Mouta	Xxx.852.329-xx	146457
Dagoberto Gross	Xxx.297.139-xx	146687
Elio Luiz Demetrio	Xxx.020.399-xx	145521 e 145520
Edna Thiersch	Xxx.303.539-xx	145294
Fabiana Tholl	Xxx. 064.109-xx	148414

Rio do Sul, 14 de Outubro de 2014.

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

RUBENS AUGUSTO S MENSLIN

Secretário Municipal da Fazenda

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### Lei Nº 1.516, de 10 de Outubro de 2014.

LEI Nº 1.516, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições previstas nesta Lei.

Art. 2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da administração e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos que dispõem a administração pública, especialmente nas seguintes hipóteses:

I - Assistência à situação de calamidade pública, urgência e emergência, bem como combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameacem a saúde animal e vegetal, pelo prazo máximo de seis (seis) meses;

II - Atendimento à situação transitória que signifique um aumento excepcional e inesperado na atividade desenvolvida por órgão da Administração Pública Municipal, inclusive da rede de ensino municipal, incapaz de ser executado satisfatoriamente pelos servidores que compõem aquele órgão, por 12 (doze) meses;

III - Vacância de cargos em razão de exoneração ou demissão, falecimento ou aposentadoria, quando não houver concurso público em vigência, por 12 (doze) meses;

IV - Vacância de cargos, quando houver concurso em vigor, no período compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado até a efetiva entrada em exercício;

V - Substituição a servidor efetivo transitoriamente afastado de suas funções, especialmente decorrente de licença saúde, licença maternidade, licença prêmio, licença por motivo de doença em pessoa da família, férias e outros afastamentos de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, pelo prazo que durar o período de afastamento, podendo ser renovado, sucessivamente, pelo período máximo de 24 (vinte e quatro) meses;

VI - Substituição a servidor efetivo afastado para o exercício de mandato eletivo, pelo prazo do mandato;

VII - Execução de projetos, programas, inclusive institucionais, e convênios, celebrados com organismos internacionais ou com órgãos dos governos federal, estaduais ou municipais, mediante justificativa do titular da Secretaria respectiva, nos dois primeiros anos da vigência do ajuste;

VIII - No caso específico de Programas Federais, a possibilidade de contratação por tempo determinado, mediante processo seletivo, somente poderá ocorrer nos dois primeiros anos, sendo necessária, depois deste período, a criação de cargo para provimento por concurso público;

IX - Atuação nas áreas da educação, assistência social e saúde, quando esgotada a lista classificatória do processo seletivo, até a realização de novo processo seletivo que deve ocorrer no prazo máximo de 1 (um) ano ou no mês de janeiro de cada ano, o que primeiro suceder; e

X - Especificamente ao magistério público:

a) Em substituição aos afastamentos legais dos titulares dos cargos efetivos;

b) Em virtude de existência de vaga não ocupada após a realização de concursos públicos;

c) Em decorrência de abertura de novas vagas, por criação ou por dispensa de seu ocupante.

Parágrafo Único - Os prazos definidos nos incisos I a III são prorrogáveis pelo período de até 12 (doze) meses, desde que justificada a permanência da necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 3º. As contratações destinadas a prover as hipóteses dos incisos anteriores serão realizadas mediante processo seletivo de provas ou de provas e títulos, com prazo de inscrição mínimo de 30 (trinta) dias, estando o edital sujeito à ampla divulgação em órgão oficial e em jornal de circulação local e estadual, bem como publicação no sítio municipal na internet, sendo vedado o aproveitamento do contratado em outra atividade.

§ 1º Os critérios do edital do processo seletivo previsto no caput deste artigo serão definidos em edital próprio, obedecidos aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

§ 2º A contratação para atender às necessidades decorrentes de assistência às situações de calamidade pública, emergência ambiental e de emergência em saúde pública, descritas no inciso I do artigo 2º, prescindirá de processo seletivo, devendo ser justificada expressamente.

§ 3º Fica permitida a contratação de candidatos, fora do processo seletivo simplificado, quando esgotada a lista classificatória, ou quando restar frustrada a seleção realizada anteriormente, (por ausência de interessado ou aprovado), devendo ser realizado novo processo seletivo no prazo máximo de 1 (um) ano depois da última seleção.

Art. 4º. As contratações serão formalizadas mediante contrato administrativo, aplicando-se aos contratados, os mesmos deveres, obrigações, proibições e responsabilidades previsto nas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Salto Veloso, tendo como regime de previdência, o Regime Geral de Previdência Social, sendo assegurado ao contratado a sua filiação de acordo com a legislação federal vigente.

Art. 5º. A remuneração do servidor contratado, nos termos desta Lei, serão fixadas de acordo com a tabela de vencimentos do quadro permanente, praticada pela Administração Municipal, para o cargo que está sendo contratado.

§ 1º Tratando-se de contratação em razão de convênios ou execução de programas celebrados pela Administração, os quais instituíam cargos diversos dos existentes na estrutura administrativa, a remuneração obedecerá ao valor fixado em lei própria.

§ 2º A remuneração do contratado para funções do magistério poderá ser feita por hora-trabalhada, no limite das necessidades do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 6º. As contratações somente poderão ser efetivadas com observância de dotação orçamentária específica, devidamente justificadas em processo pelo Secretário da pasta, e mediante prévia autorização do Chefe do Executivo, após a oitiva do Secretário de Administração.

Art. 7º. Aplicam-se ao contratado, nos termos desta Lei, os seguintes direitos:

I - décimo terceiro salário;

II - gozo de férias anuais remuneradas, com pelo menos, um terço além do vencimento normal;

III - adicional de remuneração para atividades insalubres ou perigosas, nos mesmos parâmetros dos servidores efetivos;

IV - salário família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

V - Vale-Alimentação, de acordo com a Lei Municipal nº 1.335/2009;  
VI - adicional noturno, nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Salto Veloso;  
VII - duração do trabalho normal não superior a 08 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais;  
VIII - remuneração do serviço extraordinário superior em cinquenta por cento à do normal, respeitado o limite de até 02 (duas) horas diárias, mediante a devida comprovação, de acordo com as disposições constantes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Salto Veloso.  
IX - Diárias, de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1347/2009.

Art. 8º. O contratado terá direito às seguintes licenças durante o período de contrato:

I - licença à gestante ou à adotante, sem prejuízo do emprego e do vencimento, com duração de 120 (cento e vinte) dias e licença para atender menor adotado, por 3 (três) meses, nos termos Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Salto Veloso;  
II - licença paternidade, de 05 (cinco) dias, a contar do nascimento do filho no decorrer da primeira semana.  
III - 15 (quinze) dias, para tratamento de saúde e/ou por motivo de acidente ocorrido em serviço ou doença ocupacional.  
Parágrafo Único. No caso do disposto no inciso III, não sendo o prazo de 15 (quinze) dias suficiente para o contratado retornar à atividade normal de trabalho, é assegurado à Administração Municipal, a possibilidade de rescisão do contrato, desde que o contratado mantenha-se segurado junto ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 9º. O contrato firmado na forma desta Lei extinguir-se-á pelo término do prazo contratual, não prescindindo de qualquer formalidade, podendo, entretanto, ser rescindido independentemente de aviso prévio:

I - por infração às determinações previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Salto Veloso;  
II - por conveniência da Administração Municipal, devidamente justificada e, ainda, especialmente quando o servidor substituído retornar antes da data prevista, caso em que importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 1/3 (um terço) do que lhe caberia até o final do contrato;  
III - por iniciativa do contratado, caso em que deverá comunicar a Administração com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;  
IV - por abandono do contratado, caracterizado por falta ao serviço por período superior a 15 (quinze) dias corridos ou, 30 (trinta) dias, intercalados;  
V - por insuficiência de desempenho do contratado, devidamente analisado pelo Secretário da área.

§ 1º. Também se aplica aos contratados por força desta lei, o regime disciplinar aplicável aos servidores efetivos do Município.  
§ 2º. O contratado fica obrigado a realizar exame médico demissional, antes da assinatura da rescisão contratual.

Art. 10. O candidato aprovado no processo seletivo simplificado, ao ser chamado, deverá observar os seguintes procedimentos administrativos para efetivação da contratação:

I - realização de Exame Médico Admissional;  
II - apresentação da relação de documentos, abaixo descrita, no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal:  
a) Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;  
b) 01 (uma) foto 3x4;  
c) Cópia de Comprovante de Residência;  
d) Cópias de Cédula de Identidade frente e verso, CPF e Título de Eleitor;  
e) Carteira Nacional de Habilitação na categoria exigida, quando for o caso;  
f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;  
g) Cópia de Certidão de Nascimento ou casamento;  
h) Cópia de Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18

(dezoito) anos;

i) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade, exigido para o cargo e comprovante de inscrição em órgão competente, quando for o caso;  
j) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública processo disciplinar;  
k) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;  
l) Declaração de bens;  
m) Certidão negativa de antecedentes criminais e cíveis, nas esferas Federal e Estadual, no foro de residência;

Art. 11. É vedada a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da administração Direta ou Indireta da União, Estados e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, ressalvadas as acumulações legais.

Art. 12. Os contratos serão numerados em ordem única de forma sequencial a cada ano, sendo cláusulas necessárias as que estabelecem:

I - o objeto;  
II - qualificação do contratado;  
III - cargo;  
IV - jornada de trabalho;  
V - vencimento, reajustado na mesma data e índice dos servidores municipais;  
VI - motivação da contratação;  
VII - local de trabalho;  
VIII - vigência do contrato.

Parágrafo Único. O contrato deverá ser firmado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinadas pelo Sr. Prefeito Municipal e pelo contratado e seu extrato deverá ser publicado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após as assinaturas, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Art. 13. O contratado nos termos desta Lei, não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;  
II - ser nomeado para o exercício de cargo em provimento em comissão ou substituição;  
III - receber, em sua remuneração, valores relativos à progressões, vantagens ou adicionais de caráter pessoal, exclusivas de servidores efetivos.

Art. 14. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 881/97.

Salto Veloso - SC, 10 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças



**Lei Nº 1.517, de 10 de Outubro de 2014.**

LEI Nº 1.517, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 596.600,00 (Quinhentos e Noventa e Seis Mil e Seiscentos Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 4.014 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: 250.000,00

Fonte: 01.02.00000

Red: 9

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.032 - MANUT. DAS ATIVIDADES CULTURAIS

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 80.000,00

Fonte: 01.00.00000

Red: 14

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.007 - MANUT. DO FUNDO M. DE ASSIST. SOCIAL

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 25.000,00

Fonte: 01.00.00000

Red: 66

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.035 - MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 01.00.00000

Red: 104

Órgão: 08 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Projeto/Atividade: 4.052 - AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS

Categoria Econômica: 4 - DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 165.000,00

Fonte: 01.00.00000

Red: 124

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.030 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 26.600,00

Fonte: 01.19.00000

Red: 143

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, ficam parcialmente anuladas as dotações orçamentárias das seguintes programações de despesas:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.046 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ES-PORTIVAS

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 01.00.00000

Red: 23

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 50.000,00

Fonte: 01.01.00000

Red: 38

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.025 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação: 90 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 01.01.00000

Red: 41

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.030 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 8.000,00

Fonte: 01.01.00000

Red: 56

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.030 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTE

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 26.600,00

Fonte: 01.18.00000

Red: 55

Órgão : 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 4.008 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTEN- CIA SOCIAL

Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 72.000,00

Fonte: 01.01.00000

Red: 59

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 3.022 - ABASTECIMENTO DE AGUA

Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 5.000,00

Fonte: 01.01.00000

Red: 74

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 3.040 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS VEICULOS E EQUIP.

Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 20.000,00

Fonte: 01.01.00000

Red: 77

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 3.041 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA RURAL  
 Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 8.000,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 80

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 3.038 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
 Categoria Econômica: 3 - DESPESAS CORRENTES  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 5.500,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 76

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 4.039 - MANUTENÇÃO DA SECo DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE  
 Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 5.000,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 85

ÓRGÃO: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 3.034 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA  
 Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 10.000,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 97

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 3.036 - APOIO AO SISTEMA HABITACIONAL  
 Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 12.000,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 108

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 3.037 - SANEAMENTO BASICO GERAL  
 Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 5.500,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 110

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 3.042 - PROMOÇÃO IND. COM. E SERVIÇOS  
 Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 10.000,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 111

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 3.045 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E VEICULOS  
 Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 21.000,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 113

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 4.044 - MANUT. DA SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO  
 Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DI RETAS  
 Valor: R\$ 228.000,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 116

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 4.044 - MANUT. DA SECRETARIA DE OBRAS EU RBANISMO  
 Categoria Econômica: 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 54.000,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 117

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
 Projeto/Atividade: 4.044 - MANUT. DA SECRETARIA DE OBRAS EU RBANISMO  
 Categoria Econômica: 4 - INVESTIMENTOS  
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS  
 Valor: R\$ 11.000,00  
 Fonte: 01.01.00000  
 Red: 121

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 10 de outubro de 2014.  
 CLAUDEMIR CESCA  
 Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 057/2014, de 13 de Outubro de 2014**

DECRETO nº 057/2014, de 14 de abril de 2014.

Altera a regulamentação da concessão de estágio escolar supervisionado remunerado no âmbito da Administração Pública Municipal que especifica.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a tabela de contribuições mensais para pagamento de bolsa auxílio, para realização de estágio escolar supervisionado remunerado, nos termos da Lei Federal 11.788/2008, passando a ter a seguinte disposição:

Nível de ensino	Jornada de Atividade	Numero de vagas	Valor da Bolsa Auxílio
Ensino Técnico Profissionalizante	04 horas/dia	02	R\$ 500,00
Ensino Superior	04 horas/dia	06	R\$ 600,00
Ensino Técnico Profissionalizante	06 horas/dia	02	R\$ 700,00
Ensino Superior	06 horas/dia	10	R\$ 800,00

Art. 2º. No valor da bolsa auxílio, disposto na tabela do artigo 1º, está incluso auxílio transporte.

Art. 3º. Os estagiários também perceberão vale alimentação, na forma da Lei Municipal nº 1335/2009.

Art. 4º. Na prestação do estágio aplicar-se-á supletivamente, no



que couber a Lei Federal 11.788/2008 e Portaria nº 62/2010, expedida pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 016/2014.

Salto Veloso-SC, 13 de outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

josé carlos oneda

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### **Portaria Nº. 275/2014**

PORTARIA Nº. 275/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 1516/14 de 13 de Outubro de 2014.

Resolve:

Artigo 1º. Admitir a Sra. CAMILA DONADEL para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Atendente de Creche, 40 horas semanais.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Outubro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

## **Santa Terezinha do Progresso**

### **PREFEITURA**

### **Portaria Nº 134/2014**

PORTARIA Nº 134/2014

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;  
CONSIDERANDO: a eventual falta ou impedimentos de motoristas da administração Pública Municipal, considerando ainda a necessidade de deslocamentos a outras cidades da Região, verifica-se a obrigatoriedade de nomeação de outros servidores na condução de veículos oficiais:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica autorizado o Servidor ELIZEU SASSI, matrícula nº 1163/0, portador da CNH nº 05283624563, categoria "AD", ocupante do cargo de Coordenador de Serviços, vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 14 de Outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

Diretora de Recursos Humanos

Matrícula nº 1268/8

### **Termo de Recisão Amigável Contratual**

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Ernesto Francisco Cardoso, CNPJ n. 11.360.515/0001-19, neste ato representado seu Prefeito Jacob Gilmar Junges, brasileiro, casado, portador do CPF n. 525.785.509-72 e a empresa ABASTECEDORA GRAL LTDA estabelecida na cidade de Chapeco - SC, CNPJ n.05.830.793/0001-90, neste ato representado pelo Sr. VOLMIR COTTERLI, residente e domiciliado em Chapeco, CPF/RG n. 042.999.759-01 0 doravante denominada CONTRATADA de comum acordo, RESOLVEM, rescindir parcialmente o contrato nº 62/2014, encerrando-se o compromisso de execução do serviços abaixo discriminados, tendo sido anulado o empenho prévio. Assim rescinde-se parcialmente a partir da presente data, o contrato referido.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VLR UNITARIO	VLR TOTAL DO ITEM
02	9.500,00	LT	OLEO DIESEL S10	2,41	22.895,00
			Total		22.895,00

Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de outubro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

VOLMIR COTTERLI

Contratada

Testemunhas:

Simone Kopsel

Servidora Pública Municipal

Giselda Deola

Servidora Pública Municipal

**Retificacao Extrato do PL 718/2014**

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N. 718/2014 Tomada de Preço N. 2/2014. O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS: RUA SANTA CATARINA I; RUA SANTA CATARINA II; RUA CURITIBA; RUA SANTA TEREZINHA I; RUA SANTA TEREZINHA II; RUA DOZE DE MAIO I; RUA DOZE DE MAIO II; RUA LICINIO FABRIS I; RUA LICINIO FABRIS II; REFERENTE AO CONVENIO N. 2014TR002888, CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDAM, CONFORME PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS DA AMERIOS (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS) EM APENSO. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 04/11/14, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001, ou no Site: [www.staterezhnaprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezhnaprogresso.sc.gov.br).

Santa Terezinha do Progresso (SC), 07/10/14.

Jacob Gilmar Junges

Prefeito Municipal.

**Santiago do Sul****PREFEITURA****Edital 68/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 93/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 68/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de flores naturais e vasos para revitalização da praça e canteiros do Município.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 27 de outubro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 27 de outubro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 13 de outubro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

**Edital de Chamamento Nº008/2014 Convocação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº008/2014  
CONVOCAÇÃO

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com Art. 72, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos), CONVOCAR o Servidor Público Municipal Sr. DELCI CARLOS SEGATTE, para comparecer no prazo de 05 dias a Secretaria Municipal de Administração, situada a Rua Ângelo Toazza, 600, Centro de Santiago do Sul, em razão do término de sua licença para tratar de interesses particulares, ocorrido no dia 30 de abril de 2014 conforme Decreto Municipal Nº 209/2012 de 30 de abril de 2012.

Salientamos que o não comparecimento no período estabelecido será considerado como desistência do cargo ocupado, situação que acarretará na sua exoneração de ofício, por interesse da Administração.

Santiago do Sul (SC), em 14 de outubro de 2014.

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

**Lei Municipal Nº747/2014 de 13 de Outubro de 2014**

"Altera a data de realização das Olimpíadas dos Agricultores de que trata a Lei Municipal nº 739/2014, de 26 de agosto de 2014, e dá outras providências."

VOLMIR ANTONIO SOTILLE Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a data de realização das Olimpíadas dos Agricultores, de que trata a Lei Municipal Nº 739/2014, de 26 de agosto de 2014, a qual será realizada na data de 18 de outubro de 2014 e que passa ser denominada de "Taça do Agricultor".

Parágrafo único. As despesas de que trata a presente lei serão para custear a realização do evento, bem como a aquisição de camisetas para distribuição aos participantes, além do pagamento da alimentação, premiação e atração cultural (show) por ocasião do evento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 13 de Outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº222/2014, de 01 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 222/2014 - DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal CLAUDECIR TREVISOL, aprovado em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013, de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº001/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir do dia 01 de setembro de 2014 o Servidor CLAUDECIR TREVISOL, para desempenhar as atribuições do Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária de 40 Horas Semanais, no período compreendido entre 01 de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015 percebendo o vencimento constante no Anexo I, Grupo 02, Código 01.01 Nível 16, da Lei Municipal nº490 de 2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.028 Fonte 102

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº223/2014, de 01 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº223/2014 - DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal PATRICIA MARA CHIODELLI para o Cargo em Comissão.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 01 de setembro de 2014, PATRICIA MARA CHIODELLI para o Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, Grupo 6, Código 06.06, Nível CC-1, da Lei Municipal Nº490/2010, de 09 de Março de 2010 e alterações posteriores com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.028 Fonte 102

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº224/2014 de 01 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº224/2014 - DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a Nomeação de CARINE PIVA para o Cargo de Secretária Municipal de Administração e Finanças.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que

Ihe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada CARINE PIVA, para o Cargo em Comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, Grupo 6, Código 06.02, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária com dedicação integral, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº628/2012, de 11 de junho de 2012 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº225/2014 de 01 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº225/2014 - DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal JURACI PIVA para o Cargo em Comissão.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, JURACI PIVA, para o Cargo em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, Grupo 6, Código 06.02, da Lei Municipal Nº490/2010, de 09 de Março de 2010, e alterações posteriores, com Lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, carga horária com dedicação integral, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº628/2012, de 11 de junho de 2012 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº226/2014 de 01 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº226/2014 - DE 01 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Entidade Prefeitura Municipal, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$600,00 (Seiscentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0004 - Administração Geral

Ação: 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral

Atividade: 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.3.00 - Aplicações Diretas R\$600,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças



**Decreto Nº227/2014 de 04 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 227/2014 - DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

"Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vencimento das tarifas de água referente ao mês de agosto de 2014, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 714/2014, de 03 de abril de 2014, que trata do Sistema Municipal de Abastecimento de Água do Município de Santiago do Sul, fixa tarifas e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o sistema informatizado utilizado pelo Município para aferição das informações relativas ao consumo de água apresentou problemas na transmissão das informações colhidas no mês de agosto do corrente ano;

CONSIDERANDO que a empresa que presta assistência técnica ao Município estimou que necessita de pelo menos 10 (dez) dias para regularizar o funcionamento do sistema;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de vencimento das tarifas de água referentes ao mês agosto de 2014 para o 22º dia do mês setembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrada e Publicada em data supra.

Carine Piva

Secretária de Administração e Finanças

**Decreto Nº228/2014 de 04 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº228/2014 - DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Entidade Prefeitura Municipal, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$200,00 (Duzentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes

Função: 13 - Cultura

Sub-Função: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0012 - Resgate e Preservação da Cultura

Ação: 2.024 - Apoio à Eventos Culturais, Tradic. E Gastronômicos

Atividade: 2.024 - Apoio à Eventos Culturais, Tradic. E Gastronômicos

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.00-Aplicações Diretas R\$ 200,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº229/2014 de 04 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº229/2014 - DE 04 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Entidade Prefeitura Municipal, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$400,00 (Quatrocentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.013 - Manut.Atividades Educação, Cultura e Esportes

Atividade: 2.013 - Manut.Atividades Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.3.00 - Aplicações Diretas R\$400,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 04 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº230/2014 de 05 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
DECRETO Nº230/2014 - DE 05 DE SETEMBRO DE 2014.  
Exonera a pedido o Servidor Público Municipal MÁRCIO PACAZZA e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado a pedido, a partir de 05 de setembro de 2014 o Servidor MÁRCIO PACAZZA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 Horas Semanais, percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 02, código 02.06, Nível 26 da lei Municipal Nº490/2010, nomeado através do Decreto nº004/2014 de 03 de janeiro de 2014.

Art. 2º Fica declarada a Vacância do Cargo Público de Motorista, em decorrência da exoneração de cargo efetivo a pedido do servidor, conforme prevê o Inciso I, do Art. 32 e Art. 33 da Lei Complementar nº 009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 05 de setembro de 2014.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº231/2014 de 11 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº231/2014 - DE 11 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º e Art.8º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$1.318,02 (Hum mil, trezentos e dois reais e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0023 - Pró Vias

Ação: 2.053 - Manutenção Atividades Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 - Manut. Atividades - Estradas Vicinais

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.24-Aplicações Diretas R\$1.318,02

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação relativo à Receita de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados, rubrica 1325.01.99.15 fonte de recursos 0.1.24 - Transferência de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social), conforme Convênio Nº.006/SDC/2014 - Processo nº.163/SDC/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio do Fundo Estadual de Defesa Civil, conjuntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Regional de Quilombo-SDR Quilombo e o Município de Santiago do Sul, recursos estes, disponíveis na conta bancária do Município, nº.29.283-4 - Ag.1393-5 - Banco do Brasil S.A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 11 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº232/2014 de 15 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL  
DECRETO Nº232/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.  
Dispõe sobre a substituição de Membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº141/2000, de 25 de agosto de 2000, Lei Municipal nº 487/2010, de 08 de março de 2010,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam substituídos os Membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei Municipal nº141/2000, de 25 de agosto de 2000 e alterações posteriores, cuja composição passará ser a seguinte:





revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº234/2014 de 15 de Setembro de 2014**

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº744/2014, de 15 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de 32.166,34 (Trinta e dois mil, cento e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0023 - PRÓ VIAS

Ação: 2.053 - Manutenção Atividades - Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 - Manutenção Atividades - Estradas Vicinais

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 12.166,34

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0023 - PRÓ VIAS

Ação: 1.040 - Ampliação/Reformas Instalações Sec. Obras e Serv. Públicos

Projeto: 1.040 - Ampliação/Reformas Instalações Sec. Obras e Serv. Públicos

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 20.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR

Ação: 1.050 - Praça da Avenida João Corso

Projeto: 1.050 - Praça da Avenida João Corso

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.3.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 12.166,34

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº235/2014 de 15 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº235/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 - Transporte

Sub-Função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 0023 - Pró Vias

Ação: 2.053 - Manutenção Atividades Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 - Manut. Atividades - Estradas Vicinais

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
R\$60.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes do provável excesso de arrecadação, no corrente exercício, na fonte de recursos 0.1.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº236/2014 de 15 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº236/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013 de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Função: 08 - Assistência Social

Sub-Função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0015 - Gestão da Política de Assistência Social

Ação: 2.038 - Manutenção das Atividades de Assistência Social

Atividade: 2.038 - Manutenção das Atividades de Assistência Social  
Da Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

Da Natureza de Despesa: 3.3.50.00 - D.R. 0.1.00-Transf.a Inst. Privadas s/fins lucrativos ..... R\$ 1.000,00

Para Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº237/2014 de 15 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº237/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0004 - Administração Geral

Ação: 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral

Atividade: 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.3.00 - Aplicações Diretas  
R\$2.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº238/2014 de 15 de Setembro de 2014**

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito do Município de Santiago do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com a Lei Municipal nº 497/2010, de 27 de abril de 2010,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Santiago do Sul, para os próximos dois anos, cuja composição passará a ser a seguinte:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

a) Representantes do Poder Executivo Municipal:

- Carine Piva- Titular

- Joziane Cátia Grolli Paludo - Suplente

b) Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

- Lucélia Rissi - Titular

- Leila Daiana Tardetti Pacazza - Suplente

II - Representante dos professores das escolas públicas:

- Ângela Cristiane Toazza - Titular

- Celita Meneguzzi De Cesaro - Suplente

III - Representante dos diretores das escolas públicas:

- Camila Pereira dos Santos - Titular

- Jandir Franzosi - Suplente

IV - Representante dos servidores técnico-administrativos das

escolas públicas:

- Carmem Maria Rivieira Ghidolin - Titular
- Nelson Sordi - Suplente

V - Representantes dos pais de alunos das escolas públicas:

- Catiane Piva Vanzin - Titular
- Lindones Gentilini - Suplente
- Carlete Gentilini Vanzella - Titular
- Valdecir Antonio Saretto - Suplente

VI - Representantes dos estudantes da educação básica pública:

- Leimar Gentilini - Titular
- Jaison Lunardi - Suplente

- Tenile de Lima - Titular
- Cledení Pacazza - Suplente

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

- Clesiana Comachio - Titular
- Clediane Grolli Marmentini - Suplente

VIII - Representante do Conselho Tutelar:

- Elenice da Rosa Comin - Titular

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº239/2014 de 15 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº239/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a nomeação dos Membros da Equipe Local para elaboração do PAR 2014/2017 do Município de Santiago do Sul e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Decreto Federal n. 6.094, de 24 de abril de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros da Equipe Local para elaboração do PAR 2014/2017 do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, cuja composição será a seguinte:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação:

- Rudinei Toazza

II - Representante de Diretores de Escola:

- Camila Pereira dos Santos

III - Representante dos Professores da Zona Urbana:

- Lucélia Rissi

IV - Representante dos Professores da Zona Rural:

- Celita Meneguzzi De Cesaro

V - Representante dos Coordenadores Escolares:

- Carmem Maria Rivieira Ghidolin

VI - Representante dos Conselhos Escolares:

- Angela Cristiane Toazza

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação:

- Leimar Gentilini

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº239/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

Art. 2º O serviço desta Equipe será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins deste objeto, entre a Prefeitura e os seus componentes, incluindo a não geração de direito ou obrigação social ou trabalhista.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 15 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº240/2014 de 26 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº240/2014 - DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO, PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA LORITA HELENA CAMPANHOLO BORDIGNON.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora LORITA HELENA CAMPANHOLO BORDIGNON, ocupante do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º A 5º ANO, código 07.02, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, sem remuneração, pelo período de 29 de setembro de 2014 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº241/2014 de 26 de Setembro de 2014**

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado pela Lei Municipal Nº745/2014, de 22 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de 17.118,63 (Dezessete mil, cento e dezoito reais e sessenta e três centavos):

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR

Ação: 2.049 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água  
Atividade: 2.049 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 11.118,63

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0004 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Ação: 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Atividade: 2.004 - Manutenção das Atividades da Administração Geral

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 6.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade Orçamentária: 07.01 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 17 - Saneamento

Sub-Função: 511 - Saneamento Básico Rural

Programa: 0024 - ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL

Ação: 2.055 - Manutenção Sistema de Distribuição de Água - Rural  
Atividade: 2.055 - Manutenção Sistema de Distribuição de Água - Rural

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas

R\$ 9.000,00

Órgão: 03.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade Orçamentária: 03.01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função: 28 - Encargos Especiais

Sub-Função: 846 - Amortização da Dívida Fundada Interna

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

Ação: 0.003 - Amortização da Dívida Fundada Interna

Atividade: 0.003 - Amortização da Dívida Fundada Interna

Natureza de Despesa: 3.2.90.00 - D.R. 0.1.00 - Aplicações Diretas  
R\$ 8.118,63

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº242/2014 de 26 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº242/2014 - DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$27.000,00 (Vinte e sete mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0007 - TODA A CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.016 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

Atividade: 2.016 - Transporte Escolar - Ensino Fundamental

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.19-Aplicações Diretas  
R\$ 27.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, são provenientes do provável excesso de arrecadação, no corrente exercício, na fonte de recursos 0.1.19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesa da Educação Básica).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de setembro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.  
VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº243/2014 de 26 de Setembro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº243/2014 - DE 26 DE SETEMBRO DE 2014  
Dispõe sobre a alteração dos membros do Conselho Municipal de Educação - CME e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com a Lei Municipal nº142/2000, de 25 de agosto de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros do Conselho Municipal de Educação - CME do Município de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei Municipal nº142/2000, de 25 de agosto de 2000, cuja composição passará ser a seguinte:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação  
- Rudinei Toazza Conselheira Titular  
- Camila Pereira dos Santos Conselheiro Suplente

II - Representantes de Professores da Rede Municipal de Ensino  
- Lucélia Rissi Conselheira Titular  
- Clesiana Comachio Conselheira Suplente  
- Carmem M. R. Ghidolin Conselheira Titular  
- Clediane Marmentini Conselheira Suplente

III - Representantes de Professores da Rede Estadual de Ensino  
- Jandir Fransozi Conselheira Titular  
- Jozi Magda Grolli de Cesaro Conselheiro Suplente

IV - Representantes da Associação de Pais e Professores - APP  
- Leimar Gentilini Conselheiro Titular  
- Marla C. C. Pedrotti Conselheiro Suplente

V - Pai de aluno Representante da Zona Rural  
- Celita Meneguzzi De Cesaro Conselheiro Titular  
- Ari Trevisol Conselheiro Suplente

Art. 2º Os membros de que trata o presente Decreto, prestarão serviços relevantes, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº243/2014 - DE 26 DE SETEMBRO DE 2014

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº235/2013, de 07 de outubro de 2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina em 26 de setembro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº244/2014 de 01 de Outubro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº244/2014 - DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por ENXURRADAS (COBRADE - 12.200).

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

CONSIDERANDO:

I - Que as chuvas ocorridas no dia 30/09/2014, provocaram enxurradas e alagamentos em estradas do interior do município, conforme FIDE (Formulário de Informações do desastre);

II - Que a precipitação desse grande volume de água em um pequeno intervalo de tempo combinada com a precariedade do sistema municipal de estradas de rodagem do interior, resultou em significativos danos nas estradas, constantes no Formulário FIDE, em anexo;

III - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ENXURRADAS (COBRADE - 12.200, conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.



Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período, até completar um máximo de 180 dias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº245/2014 de 01 de Outubro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº245/2014 - DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte para realizar o transporte de Funcionário Público à Fraiburgo - SC nos dias 06 e 07 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, o veículo PEUGEOT 408 ALLURE BVA Placas Placas MLZ7604, de propriedade do Município, a partir das 13hs 00min do dia 06 de outubro de 2014 às 12hs e 00min do dia 07 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 01 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº246/2014 de 03 de Outubro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 246/2014 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Municipal ANA PAULA GUEDES MATIELLO, aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº001/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a partir de 06 de outubro de 2014 a Servidora ANA PAULA GUEDES MATIELLO, para desempenhar as atribuições do Cargo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO (NÃO HABILITADA), com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária de 20 Horas Semanais, no período compreendido entre 06 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 percebendo vencimento constante no anexo I, grupo 07, código 07.01 da lei Municipal Nº549/2011, de 15 de Abril de 2011 e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente. Projeto Atividade 2.018 - Manutenção da Educação Básica, Fonte 118.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 06 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº247/2014 de 03 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº247/2014 - DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$5.000,00 (Cinco mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0021 - Santiago - Viver Melhor

Ação: 2.050 - Convênio SSP/Polícia Militar e Transito

Atividade: 2.050 - Convênio SSP/Polícia Militar e Transito

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.54-Aplicações Diretas  
R\$ 1.000,00

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.3.54-Aplicações Diretas  
R\$ 1.000,00

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.3.56-Aplicações Diretas  
R\$ 3.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.54 - Convênio Trânsito-PM/SC e 0.3.56 - Convênio Trânsito-Município, disponíveis nas contas bancárias do Banco do Brasil S/A - 105.971-8 e 105.998-X.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 03 de outubro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº248/2014 de 07 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº248/2014 - DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº.703/2013, de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$3.900,00 (Três mil e novecentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 - Secretaria Munic.de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 - Educação

Sub-Função: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 0007 - TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.012 - Programa Alimentação Escolar - Educação Infantil  
Atividade: 2.012 - Programa Alimentação Escolar - Educação Infantil

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 D.R.0.1.60 - Aplicações Diretas  
R\$3.900,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do excesso de arrecadação e do provável excesso a ser verificado no exercício de 2014, na Fonte de Recursos 0.1.60 - Transferências do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 07 de outubro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº249/2014 de 08 de Outubro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº249/2014 - DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera Servidor Público Municipal LEONARDO EMANOEL MENONCIN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## DECRETA:

Art. 1ºFica exonerado a partir desta data o Servidor LEONARDO EMANOEL MENONCIN, ocupante do Cargo de CHEFE DE SECTOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Grupo 6, Código 06.06, Nível CC-1, da Lei Municipal nº490/2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores, nomeado através do Decreto nº079/2013 de 01 de abril de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 08 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº250/2014 de 08 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº250/2014 - DE 08 DE OUTUBRO DE 2014.

Decreta ponto facultativo para todos os Servidores Públicos Municipal e da outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul;

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado PONTO FACULTATIVO para todos os Servidores Públicos Municipal no dia 03 de novembro de 2014, segunda-feira, pela comemoração do Dia do Funcionário Público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 08 de Outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº251/2014 de 10 de Outubro de 2014**

DECRETO Nº251/2014 - DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art. 5º e Inciso II do Art.6º da Lei Municipal Nº703/2013, de 06 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº703/2013 de 06 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 07.01 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Função: 17 - Saneamento

Sub-Função: 511 - Saneamento Básico Rural

Programa: 0024 - Assistência ao Produtor Rural

Ação: 2.055 - Manut.Sistema Distribuição Água Potável - Rural

Atividade: 2.055 - Manut.Sistema Distribuição Água Potável - Rural  
Da Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Para Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R. 0.1.00-Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 10 de outubro de 2014.

Registrada e Publicada em data supra.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Decreto Nº252/2014 de 14 de Outubro de 2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº252/2014 - DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Exonera Servidora Pública Municipal LUZIA APARECIDA DOS SANTOS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e o Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a partir de 14 de outubro de 2014 a Servidora Pública Municipal LUZIA APARECIDA DOS SANTOS, nomeada pelo Decreto Municipal nº212-A/2013 de 12 de Agosto de 2013, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais-ACT, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, carga horária 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no Anexo I, Grupo 02, Código 01.01 Nível 16, da Lei Municipal nº490 de 2010, de 09 de março de 2010 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 14 de outubro de 2014.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Carine Piva

Secretária Municipal de Administração e Finanças

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Errata A Publicação de Extrato do Termo Aditivo Nº 274/2014

ERRATA A PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 274/2014

No Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC nº 1588, de 08 de outubro de 2014, página 670, na publicação do Extrato de Termo Aditivo nº 274/2014, onde se lê "DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 174/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, ..." leia-se "DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 171/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, ...".

Da mesma forma onde se lê "Considerando o objeto do Contrato nº 174/2014, ..." leia-se "Considerando o objeto do Contrato nº 171/2014, ...".

### Aviso de Licitação - Pregão Nº 67/2014 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2014 FMS

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 08h30min do dia 06 de novembro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA EXAMES DE RAIO-X (FILMES, FIXADOR, REVELADOR E SACOS PLÁSTICOS) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao) e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2014.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

MAURO SIQUEIRA RAMOS

Pregoeiro

### Extrato de Termo Aditivo Nº 263/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 263/2014

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 367/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e o Sr. RICARDO ZORZO PAIM, em 16 de OUTUBRO de 2012, conforme Convite nº 344/2012.

Considerando o objeto do Contrato nº 367/2012, que consiste na contratação de profissional para realização de projeto de Licenciamento Ambiental, a fim de obter Licença Ambiental junto ao Órgão Oficial do Estado, FATMA, para abertura de rua sem denominação

em área urbana, contendo inclusive projeto de Supressão de Vegetação Nativa com Inventário Florestal;

Considerando que estão sendo avaliadas alternativas ao traçado original para abertura de rua sem denominação, a serem elaboradas pela Prefeitura, de modo a dirimir conflitos entre os proprietários dos terrenos a serem desapropriados para construção da futura via e a Prefeitura, conforme declaração anexa faz-se necessário prorrogar o referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 06 de setembro de 2014 e com término em 04 de dezembro de 2014.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2014.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, como Secretário de Planejamento e Urbanismo do Município.

RICARDO ZORZO PAIM, como Contratado.

### Extrato de Termo Aditivo Nº 047/2014 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 047/2014

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Oxigênio e Locação de Cilindros de nº 105/2013, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, em 15 de JULHO de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 38/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 105/2013, que consiste na locação de cilindros e compra de oxigênio para Unidades Sanitárias de Saúde e locação de equipamentos para apoio respiratório domiciliar;

Considerando que por se tratar de serviços contínuos e os equipamentos já estão instalados nas residências dos pacientes atendidos, faz-se necessário prorrogar a vigência conforme Cláusula Quarta - da Vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, inciso II da lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de agosto de 2014 e com término em 31 de julho de 2015.

Permanece o valor total do Contrato em R\$ 80.140,00 (oitenta mil cento e quarenta reais), referente ao período prorrogado para pagamento de acordo com o Contrato original.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 28 de julho de 2014.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

### Notificação Processo Administrativo Nº 6593/2014

NOTIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 6593/2014

DETERMINANDO CITAÇÃO (Ref.: Pregão n. 106/2013)

Aportam nesta Secretaria Municipal de Administração, na presente data, notícias de irregularidades para com a Secretaria Municipal de Assistência Social, supostamente cometidas na entrega e recebimento dos itens licitados do certame público numerado em epígrafe, pelo que, através do memorando interno 065/2014 do Processo 6593/2014, fica instaurado o presente processo administrativo para apurar os fatos e tomar as providências cabíveis.

Trata-se de processo licitatório instaurado na modalidade "pregão presencial menor preço por item", que tinha por objeto como



"AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, ÁUDIO, VÍDEO, TEATRO ENTRE OUTROS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES PARA A PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA - PEC, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 0363.525-07/2011 /MINISTÉRIO DA CULTURA/CAIXA", por fim gerou a respectiva Ata nº 106/2013, tendo a empresa Dial Departamentos LTDA, se sagrada vencedora dos itens 45, 46, 55, 60, 77, 78.

Ocorre que, segundo informações prestadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no mês de setembro de 2013 a obra Praça do CEU encontrava-se ainda em construção, que por sua vez, os fornecedores vencedores acabaram entregando diversos equipamentos objetos da licitação naquele momento.

Nesse sentido, relata ainda na fl. 02 do Processo Administrativo nº 6593/2014, sabendo que não havia espaço para guardar as mercadorias na praça, por encontrar-se inacabada, foram deslocados por questão de segurança, os equipamentos, para as dependências do CAFI Serra Alta, onde eram recebidos.

Ainda na fl. 02 do processo acima descrito, informam que nesse "novo" local, ocorria a entrega e armazenamento dos itens, de forma esporádica, e muitas das vezes, acabava por não existir uma pessoa específica para dar o recebimento. Ocorre que muitas das vezes o responsável pelo recebimento não tinha em mãos os empenhos que discriminavam todas as características dos equipamentos e somente era conferido o descritivo da nota fiscal, que por sua vez de boa-fé o responsável pelo recebimento dava baixa na mercadoria entregue.

As informações e declarações recebidas nesta Secretaria, com base na fl. 03 ainda do processo administrativo, dão conta que de acordo com auditoria de técnicos da Controladoria Geral da União, foi constatado que a empresa 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME, teria cometido irregularidades no decorrer do fornecimento de um dos itens:

- Foi constatada divergência na entrega das CADEIRAS, item nº 60 do Processo Licitatório nº 106/2013, tendo em vista que deveriam ter sido entregues cadeiras estofadas, e foram entregues cadeiras plásticas empilháveis. Ocorre que existe variação dos preços entre CADEIRA ESTOFADA (valor de R\$ 77,00) e CADEIRA NORMAL (valor R\$ 53,50) resultando numa diferença de R\$ 23,50 CADA, perfazendo a diferença num total de R\$ 1.457,00. (conforme fls. 03 - Memorando nº 44/2014 de 03/10/.

De se ressaltar, por oportuno, que as informações de que a empresa intimada entregou item diferente da discriminação do edital do Pregão Presencial nº 106/2013, acima citadas foram prestadas pela Secretária de Assistência Social, Sra. Rita Maria Dums, em documentos que acompanham a presente decisão.

Considerando as supostas irregularidades apontadas, deverá a empresa ser cientificada pelo departamento municipal de compras da presente decisão e intimada a apresentar defesa escrita no prazo de 05 dias, acerca dos fatos narrados nos documentos que instruem a presente decisão, que, caso venham a ser confirmados, poderão ensejar na rescisão administrativa da avença, cumulada com a aplicação da(s) penalidade(s) correspondente(s), consoante previsão do Art. 87 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Diante das razões expostas:

a) DETERMINO a intimação da empresa contratada, 3A COMÉRCIO DE MÓVEIS E REFRIGERAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 13.128.438/0001-00, com sede à Rua Anastasio de Oliveira, nº 437, sala 02, Balneário Barra do Sul - SC, para que; no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados

de sua intimação, apresente manifestação escrita acerca dos fatos narrados nesta decisão e na documentação que a instrui (juntar cópia da presente decisão, e disponibilizar em caso de pedido do FORNECEDOR, cópia integral do presente processo), informando acerca das possíveis irregularidades, que consistem em trocas e entrega de item diferente da descrição licitada, sendo ao final possível aplicação das penalidades previstas no Edital do Pregão n. 106/2013 e no Art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93, requerendo o que entender necessário para o pleno exercício do seu direito ao contraditório, e ampla defesa.

Publique-se.  
Intime-se.

São Bento do Sul/SC, 10 de outubro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretária Municipal de Administração

### **Notificação Processo Administrativo Nº 6085/2014** NOTIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 6085/2014 (Ref.: Concorrência Pública n. 191/2012)

Aportam nesta Secretaria Municipal de Administração, na presente data, notícias de INEXECUÇÃO DE OBRA EM GARANTIA, que consiste na não recuperação de piso concregrama, junto ao Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper, que apresentou problemas em prazo inferior de 05 anos da execução, supostamente causado por erro na aplicação do material, obra que foi realizada pela empresa EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, consoante concorrência pública 191/2012, que originou o contrato 231/2012.

A empresa foi notificada através de notificação extrajudicial, em 02 de julho de 2014, dando conta dos problemas apresentados e solicitando a correção, além de diversos outros contatos via e-mail, telefônicos e pessoais.

A recuperação do local foi iniciada, porém até o momento não foi concluída, conforme se observa nas fotos anexadas ao presente processo, o que tem gerado severos desconfortos aos munícipes e servidores que utilizam o Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper, que por mais de 03 meses tem seu direito de ir e vir obstruído, além de severas restrições a acessibilidade de usuários portadores de necessidades especiais.

De se ressaltar, por oportuno, que inobstante notificada, depois de diversos contatos via e-mail, telefônico e direto a empresa não finaliza a obra, conforme se observa claramente no presente processo administrativo.

Diante das razões expostas:

a) DETERMINO a intimação da empresa contratada, EMPAV TERRAPLANAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 10.391.386/0001-63, com sede à Rua Alberto Torres, nº 2001, sala 02, São Bento do Sul - SC, para que; no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados de sua intimação, finalize a obra, em querendo; em prazo de 05 dias apresente manifestação escrita (defesa) acerca dos fatos narrados nesta decisão e na documentação que a instrui (juntar cópia da presente decisão, e disponibilizar em caso de pedido do NOTIFICADO, cópia integral do presente processo), informando acerca das possíveis irregularidades, que consistem na inexecução de obra em garantia, informando que caso não seja finalizada a obra no prazo estipulado, o Município assumirá a obra, buscando posteriormente a cobrança do valor dos serviços e materiais aplicados, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no Edital do Processo licitatório, e no Art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93, e todas as penalidades cíveis cabíveis,

requerendo o que entender necessário para o pleno exercício do seu direito ao contraditório, e ampla defesa.

Publique-se.  
Intime-se.

São Bento do Sul/SC, 10 de outubro de 2014.  
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

---

## **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

### **Aviso de Licitação Nº 72/2014**

Pregão Presencial nº 72/2014  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 72/2014  
MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 28 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de implantação, com fornecimento de materiais, de sistema de limpeza auxiliar com ar comprimido de 04 (quatro) filtros na ETA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 14 de outubro de 2014.  
OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

### **Portaria/SAMAE/SBS Nº 184, de 13 de Outubro de 2014**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 184, de 13 de outubro de 2014.  
" CONCEDE FÉRIAS "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

#### **RESOLVE**

Art.1º- CONCEDER ao servidor LUÍS SÉRGIO FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Técnico, lotado nesta Autarquia, 20(vinte) dias de férias, referente o período aquisitivo 2013/2014.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 06/10/2014 a 25/10/2014.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente

### **Portaria/SAMAE/SBS Nº 185, de 13 de Outubro de 2014**

Portaria/SAMAE/SBS Nº 185, de 13 de outubro de 2014.  
"CONCEDE FÉRIAS"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

#### **RESOLVE**

Art. 1º -CONCEDER ao servidor ELIO BARBOSA DOS SANTOS ocupante do cargo de provimento efetivo de LEITURISTA, lotado nesta Autarquia, 20 (vinte) dias de férias referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2º - As férias, a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão a partir de 13/10/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR TELMA  
Diretor Presidente



**São Domingos****PREFEITURA****Cont. FMS N. 003 Rudiger**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: OUTUBRO/2014

NÚMERO CONTRATO: FMS n. 003 de 08/10/2014

VALOR MENSAL TOTAL CONTRATO: R\$ 141.800,00

INICIO DA VIGÊNCIA: 08/10/2014

LICITAÇÃO: Processo Licitatório FMS n. 030/2014 Modalidade:

Pregão Presencial n. 014/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO FURGÃO, TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA SEMI-UTI PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: RUDIGER CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA

CNPJ n. 79.013.686/0001-05

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2014

**São João do Sul****PREFEITURA****Lei Nº 1.731 de 14 de Outubro de 2014**

LEI Nº 1.731 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

Acrescenta ações na Lei nº 1.680 de 29 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Acrescenta ações na Lei nº 1.680 de 29 de agosto de 2013, conforme seguem:

I - Planilha de Detalhamento de Programas e Ações, Programa nº 0125 - Proteção Social Básica e Especial:

Ação	Produto	Unidade de Medida	Meta	Valor	Fonte
1061 - Construção de Casa Abrigo para Menores	Obra	Unidade	01	200.000,00 10.000,00	Convênio OGM

II - Planilha de Detalhamento de Programas e Ações, Programa nº 0135 - Obras e Transportes:

Ação	Produto	Unidade de Medida	Meta	Valor	Fonte
1062 - Construção e/ou Ampliação de Garagem Municipal	Obra	Unidade	01	300.000,00 5.000,00	Operação de Crédito OGM

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
14 de outubro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

# São José

## PREFEITURA

### Abertura da Tomada de Preços Nº 021/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2014 - Processo nº 265/2014 Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da cobertura de quadras existentes dos CEM's Santa Anna (12,00 x 15,00 mts), Jardim Solemar (10,00 x 15,00 mts) Renascer5 (15,00 x 25,00 mts) e Morar Bem (20,00 x 30,00 mts) pertencentes à Secretaria de Educação do Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 05 de novembro de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 05 de novembro de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Pregão Presencial Nº: 007/2014

AVISO DE NOVA DATA DE REABERTURA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2014  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 30/2014

OBJETO: A licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS OUT SOURCING DE IMPRESSÃO E FOTOCÓPIAS, COM ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS IMPRESSORAS P&B e COLORIDAS A LASER E MULTIFUNCIONAIS P&B A LASER E IMPRESSORA DE ETIQUETAS, NOVOS DE PRIMEIRO USO, COM DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA NO ANEXO I DESTES EDITAL, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO TOTAL DE SUPRIMENTOS, INCLUSIVE PAPEL A4, NA MODALIDADE DE ATENDIMENTO "ON SITE" E INSTALAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, conforme discriminado no anexo I.

Concluída a análise das Impugnações a Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial, as Impugnantes e as empresas que retiraram o instrumento convocatório, da REABERTURA do Pregão Presencial n.º 007/2014.

O edital com as alterações está disponível para acesso no portal eletrônico da Câmara Municipal de São José, e/ou fotocópia obtida na Diretoria de Administração.

Reabre-se o presente edital com data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 28/10/2014 às 8h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 28/10/2014 às 09h00min.

Maiores informações: Setor de Protocolo Geral da Câmara de Vereadores das 13h00min às 19h00min. Fone: (48) 3029-1321.

São José, 14 outubro de 2014.  
VALMOR JOSÉ HEBERLE  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

### Edital de Convocação de Audiência Pública EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Câmara Municipal de São José, atendendo deliberação da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Defesa do Meio Ambiente, torna público a realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº. 077/2014, de origem Governamental, que tem como objeto autorizar o Poder Executivo Municipal a doar áreas de terras de sua propriedade ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal, para construção de Unidades Habitacionais destinadas à população de baixa renda e altera a adequação e o uso de área constante do Anexo I, do Plano Diretor aprovado pela Lei nº. 1.605/85 e alterações. Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo participar da audiência, a realizar-se no dia 28 de outubro de 2014, terça-feira, às 19h00min, no Centro Educacional Municipal Santa Terezinha, Rua Francisco Ignácio do Nascimento s/nº, Bairro Forquilhas - São José/SC.

São José (SC), 14 de outubro de 2014.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São José/SC.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 21 A 30/09/2014

#### ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Betha Sistemas

Exercício de 2014

#### Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 22/09/2014 até 30/09/2014

Espécie	Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>636.731,00</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	233.489,85
4.1.7.2.1.01.00.00.00 Participação na Receita da União	184.694,20
4.1.7.2.1.01.02.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	182.851,16
4.1.7.2.1.01.02.01.00 Cota Parte do FPM 60%	109.710,70
4.1.7.2.1.01.02.02.00 Cota Parte do FPM 25%	45.712,79
4.1.7.2.1.01.02.03.00 Cota Parte do FPM 15%	27.427,67
4.1.7.2.1.01.05.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.843,04
4.1.7.2.1.01.05.01.00 Cota Parte do ITR 60%	1.105,82
4.1.7.2.1.01.05.02.00 Cota Parte do ITR 25%	460,76
4.1.7.2.1.01.05.03.00 Cota Parte do ITR 15%	276,46
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.125,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00 Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	4.125,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	39.288,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	39.288,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00 Transf. Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/9	5.382,65
4.1.7.2.1.36.01.00.00 L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 60%	3.229,59
4.1.7.2.1.36.02.00.00 L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 25%	1.345,66
4.1.7.2.1.36.03.00.00 L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 15%	807,40
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	353.669,50
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	353.669,50
4.1.7.2.4.01.01.00.00 FUNDEB - MAGISTÉRIO	212.201,70
4.1.7.2.4.01.02.00.00 FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	141.467,80
4.1.7.6.1.00.00.00.00 Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	87.587,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União	87.587,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-38.015,35
9.1.7.2.1.01.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	-36.938,82
9.1.7.2.1.01.02.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-36.570,22
9.1.7.2.1.01.05.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-368,60
9.1.7.2.1.36.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-1.076,53
9.1.7.2.1.36.01.00.00 Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-1.076,53

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/10/2014

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 1º A 10/10/2014****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 01/10/2014 até 10/10/2014

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>711.194,69</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	729.093,46
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	435.733,08
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	430.478,06
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	258.286,83
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	107.619,52
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	64.571,71
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5.255,02
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	3.153,01
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	1.313,76
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	788,25
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	168.081,25
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	13.200,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	13.125,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	33.462,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Saude Bucal - SB	9.670,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Saúde da Família - SF	45.390,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00	PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	39.200,00
4.1.7.2.1.33.18.00.00	Ações e Serv Média e Alta Complexidade	13.207,42
4.1.7.2.1.33.19.00.00	Cirurgias Seletivas	826,83
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	119.896,48
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	109.527,69
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	10.368,79
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/9	5.382,65
4.1.7.2.1.36.01.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 60%	3.229,59
4.1.7.2.1.36.02.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 25%	1.345,66
4.1.7.2.1.36.03.00.00	L.C.Nº 87/96 - Desoneração ICMS - 15%	807,40
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	70.324,37
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	70.324,37
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	42.194,62
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	28.129,75
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-88.223,14
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-87.146,61
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-86.095,61
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1.051,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-1.076,53
9.1.7.2.1.36.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - LEI 87/96	-1.076,53

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 14/10/2014

GERALDINO CARDOSO  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO  
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Termo de Posse do Senhor Fabricio Schuch

Termo de Posse do Senhor Fabricio Schuch. Filho de Vilfrido Schuch e Dione Terezinha Junckes Schuch. Vereador eleito no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Roberto Enning, tendo em vista pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reiz, Primeiro Secretário em exercício da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 13 de outubro de 2014.  
Marcelo Stähelin                      Marcos Rodrigo Reiz  
Presidente da Câmara              Primeiro Secretário (e.e)

Fabrizio Schuch  
Empossado

### Portaria N.º 395/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 395/2014  
Concede férias a servidora MICHELE MAIA DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MICHELE MAIA DA SILVA, ocupante do cargo de Secretária de Administração, Finanças e Planejamento, férias por 30 dias que gozará a partir de 13/10/2014 a 30/10/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 157/2013.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de outubro de 2014.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

### Portaria N.º 396/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### PORTARIA n.º 396/2014

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER, pelo período de 05 (cinco) dias, a contar da data de 06/10/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/10/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de outubro de 2014.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

### Portaria N.º 397/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### PORTARIA n.º 397/2014

Concede férias a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANETE MARTINS DA GAMA VEBER, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, férias por 15 dias que gozará a partir de 13/10/2014 a 27/10/2014, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de outubro de 2014.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**Portaria N.º 398/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 398/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA KARINA SCHMITT LOHN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

- KARINA SCHMITT LOHN - PROFESSORA III - LETRA I.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2014.

**Decreto N°155/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°155/2014

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 810/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

02.01.04.122.02-2002- Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito R\$ 5.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

**Decreto N°156/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°156/2014

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº810/2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 7.562,75 (sete mil, quinhentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos) por conta do Excesso de Arrecadação na dotação abaixo identificada:

04.01.12.365.4.2016 - Funcionamento e Manutenção do Educação Infantil R\$ 7.562,75

3.1.91.00.00.00.00.00018 - Aplicações Diretas R\$ 5.838,53

3.1.91.00.00.00.00.00019 - Aplicações Diretas R\$ 1.724,22

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de outubro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

**Errata do Edital 93.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

ERRATA Nº 01 DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 93.2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições

Torna público, para o conhecimento dos interessados que o item 5.1 do Edital de Tomada de Preços nº 93/2014 passa a ter a seguinte redação:

5.1- A execução completa do objeto desta licitação deverá ser entregue num prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do contrato ou ordem de serviço.

A data para entrega dos envelopes de habilitação e proposta com



abertura da sessão passa a ser dia 21/10/2014, às 09:30 horas. Os demais itens do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 93/2014 permanecem inalterados.

Publique-se, registre-se, cumpra-se

Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 08h às 12h, e das 13h às 17h, pelo fone nº48 32770122 R 202 ou pelo email [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br)

São Pedro de Alcântara, 14 de outubro de 2014

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Termo de Posse

Termo de Posse do Senhor Fabricio Schuch. Filho de Vilfrido Schuch e Dione Terezinha Junckes Schuch. Vereador eleito no pleito de 07 de outubro de 2012 que assumiu em substituição do Vereador titular Roberto Enning, tendo em vista pedido de afastamento por 30 (trinta) dias. Tomou Posse no Cargo de Vereador nesta Casa, prestando o seguinte compromisso legal: "Por minha honra e pela Pátria, prometo solenemente, manter, defender, cumprir a Constituição Federal, a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica do Município de São Pedro de Alcântara, observar as Leis e promover o bem geral do Município". E por nada mais constar, eu, Marcos Rodrigo Reiz, Primeiro Secretário em exercício da Câmara de Vereadores lavrei o presente Termo de Posse, que vai assinada pelo senhor Presidente, por mim e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 13 de outubro de 2014.

Marcelo Stähelin

Presidente da Câmara

Marcos Rodrigo Reiz

Primeiro Secretário (e.e)

Fabício Schuch

Empossado

## Schroeder

### PREFEITURA

#### Contrato Nº. 118/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 118/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 77/2014-FMS

Dispensa de Licitação nº. 52/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COTEMAQ-E COMÉRCIO DE BALANÇAS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.327.421/0001-23, estabelecida Rua Ervino Menegotti, nº 1631, Bairro Rau, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.254-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para aferição de balanças das Unidades de Saúde e aquisição e troca de peça para a balança do ESF 0001 da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aferição de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	1	Unidade	95,00	95,00
02	Aferição de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	2	Unidade	95,00	190,00

03	Aferição de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 15 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	1	Unidade	95,00	95,00
04	Aferição de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Balmak, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	2	Unidade	95,00	190,00
05	Aferição de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	4	Unidade	125,00	500,00
06	Aferição de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	5	Unidade	125,00	625,00

07	Aquisição e instalação / troca de régua da balança mecânica Welmy, capacidade máxima 150 Kg. Lote: 123434; Número de Série: 123436	1	Unidade	405,00	405,00
VALOR R\$ TOTAL					2.100,00

Valor do contrato: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Data da Assinatura: 13/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### III Errata Chamada Pública Nº. 01/2014-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### III ERRATA CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2014-FMS

#### PROCESSO Nº. 45/2014-FMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data referente ao Edital de Chamada Pública nº. 01/2014-FMS, para contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC, sendo:

Leia-se:

#### I - DO PREÂMBULO:

1.1. O Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, torna público para conhecimento dos interessados, que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA para entidades Privadas, Filantrópicas ou sem Fins Lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde modalidade ambulatorial - Grupo 03 - Procedimentos Clínicos; Sub Grupo 02 - Fisioterapia da Tabela Unificada do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento fisioterapêutico aos usuários do SUS do município de Schroeder, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde no Município de Schroeder-SC.

1.2. Para recebimento dos envelopes de HABILITAÇÃO, fica determinado a partir do dia 1º de fevereiro de 2015, as 08h, até dia 30 de novembro de 2015, às 17h o qual deverá ser entregue na Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, Setor de Licitações, devidamente protocolado no Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

Schroeder, 14 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **I Errata de Pregão Presencial Registro de Preços Nº. 89/2014Pms**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 89/2014PMS

PROCESSO Nº. 191/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 89/2014-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO contratação de empresa especializada em transporte escolar coletivo para atendimento dos alunos da rede de ensino municipal e estadual, bem como a disposição do pessoal do magistério; horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas as unidades escolares do município de Schroeder, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2.Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 28 de outubro de 2014

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 28 de outubro de 2014 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

#### **ANEXO IX**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 89/2014-PMS  
TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO contratação de empresa especializada em transporte escolar coletivo para atendimento dos alunos da rede de ensino municipal e estadual, bem como a disposição do pessoal do magistério; horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas as unidades escolares do município de Schroeder, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Contratação de empresa especializada em transporte escolar coletivo para atendimento dos alunos da rede de ensino municipal e estadual, bem como a disposição do pessoal do magistério; horário matutino, vespertino e noturno, abrangendo todas as unidades escolares do município de Schroeder. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, no mínimo 9 (nove) veículos ônibus de 45 lugares, diariamente, para o referido transporte. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. É vedado à contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratados para outra empresa, que não seja à citada e homologada em contrato.	168.000	Km	3,50	588.000,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					588.000,00

Schroeder, 14 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº. 16/2014 - FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 16/2014 - FAS

Processo de licitação nº. 16/2014-FAS

Dispensa nº. 09/2014-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VIDRAÇARIA SCHROEDER LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.567.788/0001-76, estabelecida na Rua 7 de setembro nº 40, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: aquisição de mola hidráulica para porta de vidro da entrada principal do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Aquisição de mola hidráulica para porta de vidro da entrada principal do CRAS - Centro de Referência, situado à Rua Paulo Jahn 245, Centro, Schroeder/SC	01	Unidade	455,00	455,00
VALOR R\$ TOTAL					455,00

Valor do contrato: R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 09/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Nº. 18/2014 - FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 18/2014 - FAS

Processo de licitação nº. 19/2014-FAS

Dispensa nº. 11/2014-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COLOR BRINQUEDOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 78.253.671/0001-51 estabelecida na Rua Reinoldo Rau nº 229, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-600.

Objeto: aquisição de brinquedos e jogos para a Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	• Carrinho de bonecas: Carrinho de boneca, com a base de alumínio, as rodas e a alça de poliuretano. O berço com espuma e tecido estampado, removível para higienização. Medidas Mínimas: Altura total: 65 cm Comprimento: 54 cm Largura: 36 cm Faixa Etária: Acima de 3 anos.	2	Unidade	79,90	159,80
02	• Mesa c/ 4 banquinhos - Mesa e banquinhos de madeira nas cores rosa ou azul. Podendo ser os banquinhos temáticos de fazenda: pintinho, galo, porquinho e vaquinha.	2	Unidade	119,00	238,00

03	Bola de futebol de campo. Costurada à máquina. Oito gomos. Câmara butil. Miolo removível. Composição: em PU. Peso aproximado: 441 g. Circunferência: 68 cm. Garantia do fabricante: contra defeito de fabricação.	4	Unidade	26,90	107,60
04	Bola de vôlei. Diâmetro: 65 - 67 cm. Câmara: Butil. Construção: 18 gomos com enchimento interno, costurada. Material: PVC. Miolo: Removível. Peso: 262gr aproximadamente.	3	Unidade	12,99	38,97
05	Barraca desmontável com Túnel de pano estampado (minhocão ou centópeia) para espaços internos e externos, dimensão 1,50m, diâmetro 50cm, peso aproximado de 2kg. Tecido lavável e revestido de arame galvanizado	4	Unidade	149,90	599,60

06	Teclado / Pianinho sonoro para crianças a partir de 01 ano de idade, em plástico, alimentado com 2 ou 3 pilhas AA inclusas, com identificação das notas musicais no teclado, dimensões mínimas: 33X12X-7cm, unissex	2	Unidade	49,90	99,80
07	Guitarra infantil para crianças a partir de 03 anos, em plástico que emite sons e luzes quando pressionado, alimentado por 2 ou 3 pilhas AA inclusas, colorido, unissex.	2	Unidade	39,90	79,80
08	Tambor infantil para criança a partir 03 anos, plástico, unissex, dimensões mínimas: largura 22 cm, altura 8 cm e profundidade 22 cm, colorido.	6	Unidade	19,99	119,94
09	Pandeiro infantil para criança a partir 03 anos, plástico, unissex, dimensões mínimas 40x5x-19cm, colorido, atóxico.	6	Unidade	7,99	47,94

10	Teclado com sons de bichos, plástico, unissex, colorido, atóxico, alimentado com 2 ou 3 pilhas AA inclusas.	4	Unidade	39,90	159,60
11	Blocos quebra cabeça de madeira com o tema Zoológico, com 36 peças formam pequenas cenas de 4 peças- em madeira 380x380	2	Unidade	19,99	39,98
12	Conjunto de carimbos infantis, com base em madeira temas: bichos, frutas, flores, carrinhos	4	Unidade	14,99	59,96
13	Jogo Pinote	2	Unidade	49,90	99,80
14	Jogo Pula Macaco	2	Unidade	39,90	79,80
15	Jogo Puxa Puxa Bata-tinha	2	Unidade	36,90	73,80
16	Jogo Pula Pula Pirata	2	Unidade	54,90	109,80
VALOR R\$ TOTAL					2.114,55

Valor do contrato: R\$ 2.114,55 (dois mil cento e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos)

Data da Assinatura: 14/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Nº. 221/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 221/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 86/2014-PMS

Processo nº. 186/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EMMÉ PRÉ-FABRICADOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 78.841.087/0001-17, estabelecida na Rua Tiradentes, nº. 408, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: aquisição de galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
1	Galerias pré-fabricadas de concreto, tamanho 6,00 m X 3,00 m (interno) X 1,00 m de comprimento. Composto por 02 (duas) partes (duplo "U"). Espessura 20 cm (paredes) e 30 cm (tampa e fundo). Aterro: 0,50 a 2,50 m. Peso 14,95 toneladas o (conjunto). Tráfego CLASSE 30. Entrega local da obra, Município de Schroeder.	25	conjuntos	6.270,00	156.750,00



2	Galerias de concreto armado, tamanho 3,00 m X 1 m X 1 m de comprimento, com 20 cm de espessura, em forma de "U" (unidade). Estas galerias deverão resistir ao tráfego pesado, acima de 30 ton	100	Unid.	800,00	80.000,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					236.750,00

Valor do contrato: R\$ 236.750,00 (duzentos e trinta e seis mil setecentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 14/10/2014 - Vigência: 14/10/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Extrato do Contrato Nº. 222/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 222/2014-PMS  
Dispensa de Licitação nº. 92/2014-PMS  
Processo nº. 200/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada para revisão dos 10.000 km, Fluence DYN 2.0, placa MLO2393, 2013/2014, na cor prata lotado no Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Arruela de vedação	1	Unidade	4,80	4,80
02	Filtro de óleo	1	Unidade	34,00	34,00
03	Filtro habitaculo	1	Unidade	44,50	44,50
04	Óleo 10W40	5	Unidade	30,34	151,70

05	Limpeza sistema injetor	1	Unidade	55,00	55,00
06	descarbonizante	1	Unidade	40,00	40,00
07	Kit revisão	1	Unidade	45,00	45,00
08	Limpador de sistema de freio	1	Unidade	45,00	45,00
09	oxisanitização	0,67	Unidade	150,00	100,50
10	Serviço de revisão	1	Unidade	150,00	150,00
11	Balanceamento das rodas	1	Unidade	44,50	44,50
12	Geometria	1	Unidade	45,00	45,00
TOTAL R\$					760,00

Valor do contrato: R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).

Data da Assinatura: 14/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Termo Aditivo Nº. A16/2014 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A16/2014 - FMS

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO/CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 107/2014 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck; e,

CONTRATADA: FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.018.190/0002-43, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4548, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelo Senhor Jerri Luciano Klabunde, inscrito no CPF sob o nº. 682.831.569-34, portador da Carteira de Identidade no 19-R - 1.989.680-SSP/SC.

Considerando o Termo de Credenciamento - Contrato Administrativo nº. 107/2014 - FMS, celebrado em 05 de setembro de 2014, decorrente da Chamada Pública nº. 01/2014 - FMS, Processo nº. 45/2014 - FMS, para contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 - Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder -SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito.

Considerando a necessidade de se estabelecer novo prazo para continuação dos serviços, objeto do contrato celebrado com a CONTRATADA. E permissivo legal, inserto no artigo 57, II da Lei Federal nº. 8.666/93, e no permissivo contratual, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando o pedido da Secretaria de Saúde e Assistência Social para prorrogação de prazo, 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, conforme pedido da Secretaria de Saúde pela necessidade da continuidade de prestação de serviço com finalidade no

atendimento fisioterapêutico para o ano de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Segunda "da Vigência", no item 2.1, a vigência de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 107/2014-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 14 de outubro de 2014.

CONTRATADA:

FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA  
Jerri Luciano Klabunde  
CPF no 682.831.569-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_  
Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

### Extrato do Contrato Nº. 19/2014 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 19/2014 - FAS  
Processo de licitação nº. 20/2014-FAS  
Dispensa nº. 12/2014-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MEGA BRINQUEDOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.862.023/0001-66, estabelecida na Rua Angelo Schiochet, nº 55, sala 04, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-520.

Objeto: aquisição de brinquedos e jogos para a Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Boneca Neném - feminino Material: Corpo tecido de tnt em polipropileno. Cabeça: vinil. Enchimento: fibras de tnt em polipropileno. Idade recomendada: +3 Olhos Fixos, Desenvolvimento pedagógico, Capacidade auditiva Estimula a criatividade, permite Interação entre crianças e técnicos, Imaginação de fantasia, Sensibilidade tátil, Percepção de Movimentos, Capacidade visual, Socialização, Afetividade Coordenação manual, Aprovada pelo INMETRO, Peso aproximado: 1,25 kg. Peso do produto com embalagem 1,50 kg. Dimensões aproximadas: Dimensões da embalagem (L x A x P): 37 x 63 x 15 cm.	2	Unidade	49,99	99,98

02	Boneca Neném - masculino Material: Corpo tecido de tnt em polipropileno. Cabeça: vinil. Enchimento: fibras de tnt em polipropileno. Idade recomendada: +3 Olhos Fixos, Desenvolvimento pedagógico, Capacidade auditiva Estimula a criatividade, permite Interação entre crianças e técnicos, Imaginação de fantasia, Sensibilidade tátil, Percepção de movimentos, Capacidade visual, Socialização, Afetividade Coordenação manual, Aprovada pelo INMETRO, Peso aproximado: 1,25 kg. Peso do produto com embalagem 1,50 kg. Dimensões aproximadas: Dimensões da embalagem (L x A x P): 37 x 63 x 15 cm.	2	Unidade	49,99	99,98
03	Bola de futebol de salão. Diâmetro: 61 - 64 cm. Câmara: Butil. Construção: 32 gomos costurados à mão. Material: PVC. Miolo: Miolo removível. Peso: 424gr aproximadamente.	2	Unidade	24,99	49,98
04	Bolas de borracha. Composição: borracha natural e borracha sintética (polibutadieno). Diâmetro: 166mm.	10	Unidade	2,99	29,90

05	Chocalho para bebê a partir de 3 meses, plástico, lavável, atóxico, lavável, colorido, unissex.	6	Unidade	7,50	45,00
06	Casinha que abre contendo 32 peças, com diversos ambientes, porta e janelas que abrem. Os bonecos são semi-articulados. Pode ser fechada e transportada. Tamanho aproximado de 70x10x35cm.	1	Unidade	189,90	189,90
07	Bichos de pelúcia diversos (cachorro, sapo, urso...) com pelúcia 100% poliéster e enchimento 100% poliéster, com no mínimo 40 cm de tamanho.	4	Unidade	59,90	239,60
08	Boneca de pelúcia Buba	2	Unidade	49,99	99,98
VALOR R\$ TOTAL					854,32

Valor do contrato: R\$ 854,32 (Oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Data da Assinatura: 14/10/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### Convocação Processo Seletivo Nº. 003/2014-Secel/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CLÉRIA MARIA RUSCHEL OECHSLER, inscrito no CPF sob nº. 003.733.919-27, aprovado em 5º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 22 de outubro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 13 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

### **Convocação Processo Seletivo Nº. 001/2014**

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2014

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr. DAVID EDISON JULIANO SARAGOSA, inscrita no CPF sob nº.014.291.571-86, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2014, para o cargo de AUX. DE EXPEDIENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 22 de outubro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Schroeder (SC), 13 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde e Assistência Social

### **Portaria Nº 5.758/2014, de 13 de Outubro de 2014**

PORTARIA Nº5.758/2014, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014  
NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS - CMPC DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº.2.028/2014, de 15 de julho de 2014:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC de Schroeder, a saber:

#### **I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:**

- a) Representante do Setor de Cultura: Neiva Lúcia Plantikow - Titular
- b) Representante do Setor da Música: Carlos Roberto Eggert Junior - Titular
- c) Representante da Secretaria da Educação: Hildo Artur Hatschbach - Titular
- d) Representante do Setor de Turismo: Ivanio Dalton Laube - Titular
- e) Representante do Setor dos Professores: Geziane Machado - Suplente
- f) Representante do Setor de Esportes: Tiago Roque Grzybowski - Suplente
- g) Representante da Biblioteca Pública Municipal: Josceane Maria Zanella Ramalho - Suplente
- h) Representante do Setor de Assistência Social: Aneli Arlete de Souza - Suplente

#### **II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:**

- a) Representante das Sociedades de Caça e Tiro e Bolão: Eleanor Klabunde - Titular

- b) Representante do Schroederland Volkstanzgruppe: Dinea Gisela Kostetzer Bruch - Titular
- c) Representante dos Músicos da Banda Municipal: Douglas Schünke - Titular
- d) Representante dos Grupos de Teatro e Artistas Independentes: Fábio Klement - Titular
- e) Representante da IECLB - Igreja da Paz: Eduardo Alexandre Rekowsky - Suplente
- f) Representante do Círculo Italiano de Schroeder: César Luis Tomaselli - Suplente
- g) Representante do Círculo Italiano de Schroeder: Marilei Lenzi Tomaselli - Suplente
- h) Representante da Entidade Amiga Solidária: Magali Bier - Suplente

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 13 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **Portaria Nº 5.759/2014, de 13 de Outubro de 2014**

PORTARIA No 5.759/2014, de 13 de outubro de 2014

REESTRUTURA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER - CAE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,  
RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a composição do Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Schroeder - CAE, a saber:

#### **I. Representantes do Poder Executivo**

- ☐ Rosania Hackbarth - Titular
- ☐ Maria Joana Bellarmino - Suplente

#### **II. Representantes dentre Entidades de Docentes, Discentes ou Trabalhadores na Área da Educação:**

- ☐ Kleberson Wendt - Titular
- ☐ Lidiane Silveira - Suplente
- ☐ Ilvane Wudtke - Titular
- ☐ Luciana Santos Schneider - Suplente

#### **III. Representantes de Pais de Alunos:**

- ☐ Evandro Cristiano de Souza - Titular
- ☐ Jaimir Antônio Marostica - Suplente
- ☐ Leonice Engler Kafer - Titular
- ☐ Cristiani Feustel Hafemann - Suplente

#### **IV. Representantes Indicados por Entidades Cíveis Organizadas:**

- ☐ Odair Barcelos Afonso - Titular
- ☐ Luciano Fraitag - Suplente
- ☐ Roseli Salete Kerber Rieger - Titular
- ☐ Rosane Inês Finger Viergutz - Suplente

Art. 2º Fica revogado o conteúdo da Portaria nº5.756/2014, de 8 de outubro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

#### **Portaria Nº 5.760/2014, de 13 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 5.760/2014, de 13 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina,  
no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2012 - ESF/NASF;

Considerando o Decreto nº. 2.462/2012, de 11/06/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Janice Beatriz Sturmer Veit, para exercer o cargo de Nutricionista, percebendo o nível salarial nº 010 - ESF, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2012 - ESF/NASF, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

#### **Portaria Nº 5.761/2014, de 13 de Outubro de 2014.**

PORTARIA Nº 5.761/2014, de 13 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina,  
no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2012 - ESF/NASF;

Considerando o Decreto nº. 2.462/2012, de 11/06/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Thiago de Azevedo Subtil, para exercer o cargo de Farmacêutico, percebendo o nível salarial nº 010 - ESF, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2012 - ESF/NASF, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 13 de outubro de 2014.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde e Assistência Social

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

#### **Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 92/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 92/2014-PMS

PROCESSO Nº. 201/2014-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de desgaste (lâminas, dentes, pino, trava, parafusos, porcas, facas de aço) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 31 de outubro de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 31 de outubro de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.



A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 15 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 93/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 93/2014-PMS

PROCESSO Nº. 202/2014-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de construção para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de outubro de 2014 às 14h.  
Abertura do Processo: 30 de outubro de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 15 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 94/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail:[licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 94/2014-PMS

PROCESSO Nº. 203/2014-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de

propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de consumo para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saúde e Assistência Social; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 31 de outubro de 2014 às 14h.  
Abertura do Processo: 31 de outubro de 2014 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 15 de outubro de 2014.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal



**Dispensa 11/2014-FAS**

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09  RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b>  <b>Nr.: 11/2014 - DL</b></p> <p><b>Processo Nr.: 19/2014</b>  <b>Data: 13/10/2014</b></p>
Folha: 1/2	

<p><b>Fornecedor: COLOR BRINQUEDOS LTDA - ME</b></p> <p>Endereço: R REINOLDO RAU,229 -  Cidade: JARAGUA DO SUL - SC  CNPJ: 78.253.671/0001-51</p>	<p>Código: 7886</p> <p>Inscrição Estadual: 251.057.011</p>
<p><b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de brinquedos e jogos para a Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.</p>	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	o Carrinho de bonecas: Carrinho de boneca, com a base de alumínio, as rodas e a alça de poliuretano. O berço com espuma e tecido estampado, removível para higienização. Medidas Mínimas: Altura total: 65 cm Comprimento: 54 cm Largura : 36 cm Faixa Etária: Acima de 3 anos.	UN	79,90	159,80
2	2,00	o Mesa c/ 4 banquinhos - Mesa e banquinhos de madeira nas cores rosa ou azul. Podendo ser os banquinhos temáticos de fazenda: pintinho, galo, porquinho e vaquinha.	UN	119,00	238,00
3	4,00	Bola de futebol de campo. Costurada à máquina. Oito gomos. Câmara butil. Miolo removível.Composição: em PU. Peso aproximado: 441 g. Circunferência: 68 cm. Garantia do fabricante: contra defeito de fabricação.	UN	26,90	107,60
4	3,00	Bola de vôlei. Diâmetro: 65 - 67 cm. Câmara: Butil. Construção: 18 gomos com enchimento interno, costurada. Material: PVC. Miolo: Removível. Peso: 262gr aproximadamente.	UN	12,99	38,97
5	4,00	Barraca desmontável com Túnel de pano estampado (minhocão ou centopéia) para espaços internos e externos , dimensão 1,50m, diâmetro 50cm, peso aproximado de 2kg. Tecido lavável e revestido de arame galvanizado	UN	149,90	599,60
6	2,00	Teclado /Pianinho sonoro para crianças a partir de 01 ano de idade, em plástico, alimentado com 2 ou 3 pilhas AA inclusas, com identificação das notas musicais no teclado, dimensões mínimas: 33X12X7cm, unissex	UN	49,90	99,80
7	2,00	Guitarra infantil para crianças a partir de 03 anos, em plástico que emite sons e luzes quando pressionado, alimentado por 2 ou 3 pilhas AA inclusas, colorido, unissex.	UN	39,90	79,80
8	6,00	Tambor infantil para criança a partir 03 anos, plástico, unissex, dimensões mínimas: largura 22 cm, altura 8 cm e profundidade 22 cm, colorido	UN	19,99	119,94
9	6,00	Pandeiro infantil para criança a partir 03 anos, plástico, unissex, dimensões mínimas 40x5x19cm, colorido, atóxico.	UN	7,99	47,94
10	4,00	Teclado com sons de bichos, plástico, unissex, colorido, atóxico, alimentado com 2 ou 3 pilhas AA inclusas.	UN	39,99	159,96
11	2,00	Blocos quebra cabeça de madeira com o tema Zoológico, com 36 peças formam pequenas cenas de 4 peças- em madeira 380x380	UN	19,99	39,98
12	4,00	Conjunto de carimbos infantis, com base em madeira temas: bichos, frutas, flores, carrinhos	UN	14,99	59,96
13	2,00	Jogo Pinote	UN	49,90	99,80
14	2,00	Jogo Pula Macaco	UN	39,90	79,80
15	2,00	Jogo Puxa Puxa Batatinha	UN	36,90	73,80
16	2,00	Jogo Pula Pula Pirata	UN	54,90	109,80

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 11/2014 - DL**

Processo Nr.: 19/2014  
Data: 13/10/2014

Folha: 2/2

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

"Foi encaminhado pedido de licitação para aquisição de brinquedos e jogos para Assistência Social, a serem utilizados com crianças/adolescentes inseridos nos Serviços no dia 02/06/14. aberta licitação para dia 24/06/14 e nenhuma empresa veio participar. A licitação foi reagendada para dia 08/07/14 e sem sucesso (conforme documentos em anexo). No dia 10/09/14 a licitação foi novamente encaminhada, contudo, nem todos os itens foram contemplados nesta licitação, somente 5 itens dos 28 itens. Diante ao exposto, esta sendo encaminhado solicitação para aquisição dos itens faltantes através de contrato por dispensa de licitação com as empresas que encaminharam orçamento, sendo, os produtos separados por empresa com menor valor.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 13 de Outubro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

10/10/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Outubro de 2014

**Valor da Despesa:**

2.114,55 (dois mil cento e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos)

**Pagamento.....:**

15 dias após recebimento do documento fiscal

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 86/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 63/2014		Data do Registro: 14/10/2014		Válido até: 14/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Galerias pré-fabricadas de concreto, tamanho 6,00 m X 3,00 m (interno) X 1,00 m de comprimento. Composto por 02 (duas) partes (duplo "U"). Espessura 20 cm (paredes) e 30 cm (tampa e fundo). Alceiro: 0,50 a 2,50 m. Peso 14,95 toneladas o (conjunto). Tráfego CLASSE 30. Entrega local da obra, Município de Schroeder.	UN	EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA (6266)		0	6.270,0000	1
			MARCO TUBOS LTDA (11192)	concrepar	0	6.280,0000	2
2	Galerias de concreto armado, tamanho 3,00 m X 1 m X 1 m de comprimento, com 20 cm de espessura, em forma de "U" (unidade). Estas galerias deverão resistir ao tráfego pesado, acima de 30 ton	UN	EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA (6266)		0	800,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 63/2014		Data do Registro: 14/10/2014		Válido até: 14/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARCO TUBOS LTDA (11192)	concrepar	0	820.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 63/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 63/2014		Data do Registro: 14/10/2014		Válido até: 14/10/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de galerias pré-fabricadas de concreto para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2014  
PROCESSO Nº 186/2014

(6266) - EMME PRÉ-FABRICADOS LTDA  
(11192) - MARCO TUBOS LTDA

Schroeder, 14 de Outubro de 2014.

**Dispensa Nº 92/2014-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 92/2014 - DL**Processo Nr.: 200/2014  
Data: 14/10/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: **LIBERTE VEÍCULOS LTDA.**  
Endereço: RUA PREFEITO WALDEMAR GRUBBA, 1292  
Cidade: Jaraguá do Sul - SC  
CNPJ: 01.796.973/0004-94

Código: 10629

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para revisão dos 10.000 km, Fluence DYN 2.0, placa MLO2393, 2013/2014, na cor prata lotado no Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	arruela de vedação	UN	4,80	4,80
2	1,00	Filtro de óleo	UN	34,00	34,00
3	1,00	Filtro Habitaculo	UN	44,50	44,50
4	5,00	Oleo 10W40	UN	30,34	151,70
5	1,00	limpeza sistema injetor	UN	55,00	55,00
6	1,00	Descarbonizante	UN	40,00	40,00
7	1,00	Kit Revisão	UN	45,00	45,00
8	1,00	limpador de sistema de freio	UN	45,00	45,00
9	0,67	oxisanitização	UN	150,00	100,50
10	1,00	serviço de revisão	UN	150,00	150,00
11	1,00	Balanceamento das rodas	UN	44,50	44,50
12	1,00	Geometria	UN	45,00	45,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

O veículo está na garantia e a primeira Revisão (1 ano ou 10.000 km) deve ser feita na Concessionária, caso contrário perderá a garantia das peças.

Schroeder, 14 de Outubro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 92/2014 - DL**

Processo Nr.: 200/2014  
Data: 14/10/2014

Folha: 2/2

10/10/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Outubro de 2014

---

**Valor da Despesa:** 760,00 (setecentos e sessenta reais)

---

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

---

**Dispensa Nº 52/2014-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 52/2014 - DL**

Processo Nr.: 77/2014  
Data: 13/10/2014

Folha: 1/2

**Fornecedor:** COTEMAQ-E COMERCIO DE BALANCAS LTDA - ME

Código: 12944

Endereço: R ERWINO MENEGOTTI, 1631

Cidade: Jaraguá do Sul - SC

CNPJ: 81.327.421/0001-23

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para aferição de balanças das Unidades de Saúde e aquisição e troca de peça para a balança do ESF 0001 da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Aferição de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	95,00
2	2,00	Aferição de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	190,00
3	1,00	Aferição de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 15 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	95,00
4	2,00	Aferição de balança mecânica infantil, capacidade máxima até 16 Kg, marca Balmak, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	95,00	190,00
5	4,00	Aferição de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Filizola, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	125,00	500,00
6	5,00	Aferição de balança mecânica adulto, capacidade máxima até 150 Kg, marca Welmy, incluir selo do INMETRO, tendo validade de 1 (um) ano a aferição	UN	125,00	625,00
7	1,00	Aquisição e instalação / troca de régua da balança mecânica Welmy, capacidade máxima 150 Kg. Lote: 123434; Número de Série: 123436	UN	405,00	405,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Visto que a aferição se faz necessária para dar exatidão na pesagem dos pacientes, sendo ainda obrigatória perante o INMETRO de aferição das balanças, visto que, se as mesmas não estiverem aferidas podem ser lacradas pelo INMETRO.

Schroeder, 13 de Outubro de 2014

OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 52/2014 - DL**

Processo Nr.: 77/2014  
Data: 13/10/2014

Folha: 2/2

13/10/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 13 de Outubro de 2014

---

**Valor da Despesa:** 2.100,00 (dois mil e cem reais)

---

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

---

**Dispensa Nº 12/2014-FAS**

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09  RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b>  <b>Nr.: 12/2014 - DL</b></p> <p><b>Processo Nr.: 20/2014</b>  <b>Data: 14/10/2014</b></p>
Folha: 1/2	

<p><b>Fornecedor: MEGA BRINQUEDOS LTDA - EPP</b></p> <p>Endereço: RUA ANGELO SCHIOCHET,55  Cidade: Jaraguá do Sul - SC  CNPJ: 04.862.023/0001-66</p>	<p>Código: 10645</p> <p>Inscrição Estadual:</p>
<p><b>Objeto da Compra:</b> aquisição de brinquedos e jogos para a Assistência Social, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC</p>	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Boneca Neném – feminino Material: Corpo tecido de tnt em polipropileno. Cabeça: vinil. Enchimento: fibras de tnt em polipropileno. Idade recomendada: +3 Olhos Fixos, Desenvolvimento pedagógico, Capacidade auditiva Estimula a criatividade, permite Interação entre crianças e técnicos, Imaginação de fantasia, Sensibilidade tátil, Percepção de Movimentos, Capacidade visual, Socialização, Afetividade Coordenação manual, Aprovada pelo INMETRO, Peso aproximado: 1,25 kg. Peso do produto com embalagem 1,50 kg. Dimensões aproximadas: Dimensões da embalagem (L x A x P): 37 x 63 x 15 cm.	UN	49,99	99,98
2	2,00	Boneca Neném – masculino Material: Corpo tecido de tnt em polipropileno. Cabeça: vinil. Enchimento: fibras de tnt em polipropileno. Idade recomendada: +3 Olhos Fixos, Desenvolvimento pedagógico, Capacidade auditiva Estimula a criatividade, permite Interação entre crianças e técnicos, Imaginação de fantasia, Sensibilidade tátil, Percepção de movimentos, Capacidade visual, Socialização, Afetividade Coordenação manual, Aprovada pelo INMETRO, Peso aproximado: 1,25 kg. Peso do produto com embalagem 1,50 kg. Dimensões aproximadas: Dimensões da embalagem (L x A x P): 37 x 63 x 15 cm.	UN	49,99	99,98
3	2,00	Bola de futebol de salão. Diâmetro: 61 - 64 cm. Câmara: Butil. Construção: 32 gomos costurados à mão. Material: PVC. Miolo: Miolo removível. Peso: 424gr aproximadamente.	UN	24,99	49,98
4	10,00	Bolas de borracha. Composição: borracha natural e borracha sintética (polibutadieno). Diâmetro: 166mm.	UN	2,99	29,90
5	6,00	Chocalho para bebê a partir de 3 meses, plástico, lavável, atóxico, lavável, colorido, unissex.	UN	7,50	45,00
6	1,00	Casinha que abre contendo 32 peças, com diversos ambientes, porta e janelas que abrem. Os bonecos são semi-articulados. Pode ser fechada e transportada. Tamanho aproximado de 70x10x35cm.	UN	189,90	189,90
7	4,00	Bichos de pelúcia diversos (cachorro, sapo, urso...) com pelúcia 100% poliéster e enchimento 100% poliéster, com no mínimo 40 cm de tamanho.	UN	59,90	239,60
8	2,00	Boneca de pelúcia Buba	UN	49,99	99,98

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 12/2014 - DL**

Processo Nr.: 20/2014  
Data: 14/10/2014

Folha: 2/2

**JUSTIFICATIVA**

Foi encaminhado pedido de licitação para aquisição de brinquedos e jogos para Assistência Social, a serem utilizados com crianças/adolescentes inseridos nos Serviços no dia 02/06/14. aberta licitação para dia 24/06/14 e nenhuma empresa veio participar. A licitação foi reagendada para dia 08/07/14 e sem sucesso (conforme documentos em anexo). No dia 10/09/14 a licitação foi novamente encaminhada, contudo, nem todos os itens foram contemplados nesta licitação, somente 5 itens dos 28 itens. Diante ao exposto, esta sendo encaminhado solicitação para aquisição dos itens faltantes através de contrato por dispensa de licitação com as empresas que encaminharam orçamento, sendo, os produtos separados por empresa com menor valor.

Schroeder, 14 de Outubro de 2014

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

13/10/2014

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 13 de Outubro de 2014

**Valor da Despesa:** 854,32 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

**Ata Concorrência 02/2014-PMS (Sequência 02)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 2/2014 - CC</b>
<b>CNPJ:</b> 83.102.491/0001-09 <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 163/2014 <b>Data do Processo:</b> 02/09/2014
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de faixas elevadas I e lombadas do tipo II em diversas ruas do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, conforme ANEXO IX - TERMO REFERÊNCIA, deste instrumento convocatório, ao longo de 12 meses.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 138/2014 (Sequência: 2)**

Ao(s) 14 de Outubro de 2014, às 14:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 163/2014, Licitação nº 2/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se conforme ata nº 130/2014, sequência 01 de 06 de outubro de 2014. Não há representantes presentes na sessão. Sendo abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.. Constatou-se vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com valor total de R\$ 152.400,00 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais). Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata as empresas participantes.

**LOTE: 1**

**Participante:** 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	FAIXA ELEVADA I - Execução de lombada em CBUQ (dimensões 10,0m de comprimento, 4,00m de largura e 0,15m de altura e rampas de 0,58m) e pintura da faixa de sinalização horizontal, conforme projeto/memorial descritivo	UN	15,00		0,0000	6.960,00	104.400,00
2	LOMBADA TIPO II - Execução de lombada em CBUQ (dimensões 10,0m de comprimento, 3,70m de largura e 0,10m de altura) e pintura da faixa de sinalização horizontal, conforme projeto/memorial descritivo	UN	15,00		0,0000	3.200,00	48.000,00

**Total do Participante ----->** 152.400,00

**Total Geral ----->** 152.400,00



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 2/2014 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 163/2014 Data do Processo: 02/09/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 14 de Outubro de 2014

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Leonice Engler Kafer	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

## Serra Alta

### PREFEITURA

#### Extrato Pregão Presencial Nº 61/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de TUBOS DE CONCRETO Armado para canalização de águas pluviais, reparo e manutenção de redes, e MEIO FIO para acabamento nas ruas e calçadas, entre outros serviços necessários, conforme a necessidade do Município, atendendo a demanda da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos. Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 28 de Outubro de 2014.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 28 de Outubro de 2014.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 15 de outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

#### Extrato Pregão Presencial Nº 062/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2014

Tipo: Menor Preço por item.

OBJETO: Aquisição de Tintas e outros produtos necessários para a execução da Pintura Externa do Prédio do Centro Administrativo Municipal, objetivando revitalizar a infraestrutura do prédio, protegendo e conservando o imóvel contra os efeitos da ação do tempo e clima que causaram trincas e fissuras no mesmo.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 27 de outubro de 2014.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 27 de outubro de 2014.

O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site do Município [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br) e maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas.

SERRA ALTA, 15 de outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1.732/2014

LEI Nº 1.732, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

Altera a Lei Municipal nº 583 DE 28/12/1990, que Dispõe Sobre o Código Tributário do Município de Timbé do Sul.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - O Art. 370 da Lei 583 de 28 de dezembro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de parágrafo único:

"Art. 370 - A base de cálculo é o custo do serviço, utilizado ou colocado à disposição do contribuinte.

Parágrafo Único - Os lotes enquadrados nos setores I à VII, pagam anualmente o valor correspondente à 04 (quatro) UFM - Unidade Fiscal Monetária."

Art. 2º - Fica revogada a Tabela VII da Lei 583 de 28 de dezembro de 1990.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 14 de Outubro de 2014.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente lei nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretario de Administração e Finanças

#### Lei Nº 1.733/2014

LEI Nº 1.733, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 136.500,00 (cento e trinta e seis mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - Gabinete do Prefeito

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(24) - Aplicações Diretas R\$ 25.500,00

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.012 - Manutenção do Esporte Amador

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(57) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2.029 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(131) - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação

2.013 - Manutenção do Departamento de Promoção Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(67) - Aplicações Diretas R\$ 69.000,00

14.01 - Encargos Especiais  
0.004 - Encargos Gerais do Município  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(47) - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças  
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(9) - Aplicações Diretas R\$ 57.500,00  
04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(135) - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00  
07.01 - Secretaria de Obras e Transportes  
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(37) - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(84) - Aplicações Diretas R\$ 29.000,00  
15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(87) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 14 de outubro de 2014.  
Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Lei nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto 173/2014**

DECRETO Nº 173, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a lei Municipal nº 1.733 de 14/10/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 136.500,00 (cento e trinta e seis mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

02.01 - Gabinete do Prefeito  
2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(24) - Aplicações Diretas R\$ 25.500,00  
04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
2.012 - Manutenção do Esporte Amador  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(57) - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00  
08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2.029 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(131) - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00  
11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.013 - Manutenção do Departamento de Promoção Social  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(67) - Aplicações Diretas R\$ 69.000,00  
14.01 - Encargos Especiais  
0.004 - Encargos Gerais do Município

3.1.90.00.00.00.00.00.0080(47) - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças  
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(9) - Aplicações Diretas R\$ 57.500,00  
04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte  
2.010 - Manutenção do Departamento de Cultura  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(135) - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00  
07.01 - Secretaria de Obras e Transportes  
2.024 - Manutenção da Rede Viária do Município  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(37) - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.019 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(84) - Aplicações Diretas R\$ 29.000,00  
15.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
2.020 - Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080(87) - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 14 de outubro de 2014.  
Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto 174/2014**

DECRETO Nº. 174, DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.699 de 03 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na dotação abaixo discriminada:  
06.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.031 - MAC Ambulatorial e Hospitalar  
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0362(28)- Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes do Provável Excesso de Arrecadação verificado no exercício vigente na Fonte de Recursos 362 - MAC Ambulatorial e Hospitalar, conta corrente 624.026-7; Caixa Econômica Federal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 14 de outubro de 2014.  
ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### Portaria Nº Timboprev-034, de 22 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº TIMBOPREV-034, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014  
Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Maria Zulair Ramos Moser.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e art.50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

#### RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR MARIA ZULAIR RAMOS MOSER, ocupante do cargo de Educador Infantil, Referência Salarial D-31, matrícula nº 14467.3-2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00055/14-3, expedida em 15/08/2014, computando-se 7029 (sete mil e vinte e nove) dias, ou seja, 19 (dezenove) anos, 03 (três) meses e 04 (quatro) dias, conforme Processo TIMBOPREV 035/2014;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

### Portaria Nº Timboprev-035, de 22 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº TIMBOPREV-035, DE 22 DE SETEMBRO DE 2014  
Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Lourival Anacleto.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, e,

#### RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR LOURIVAL ANACLETO, ocupante do cargo de Pintor, Referência Salarial SG-31, matrícula nº 1864.3, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), a Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00054/14-7, expedida em 14/08/2014, computando-se 6726 (seis mil,

setecentos e vinte e seis) dias, ou seja, 18 (dezoito) anos, 05 (cinco) meses e 06 (seis) dias, conforme Processo TIMBOPREV 033/2014;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

### Portaria No Timboprev-036, de 08 de Outubro de 2014

PORTARIA No TIMBOPREV-036, DE 08 DE OUTUBRO DE 2014  
Designa Servidora Pública Municipal para exercício de Função Gratificada, a contar de 1º de outubro do corrente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

#### RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, conforme art.73-A da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterada pela Lei Complementar nº 431, de 05 de julho de 2013, a servidora abaixo relacionada, a contar de 1º de outubro do corrente:

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV			
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Thais Becker	FG-1	50	Coordenação da compensação previdenciária

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de outubro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

### Portaria No 1329, de 03 de Setembro de 2014

PORTARIA No 1329, DE 03 DE SETEMBRO DE 2014  
Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de

15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)				
Cargo: Agente Comunitário de Saúde				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Eliana Aparecida Dalcastagne (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. em Conc.Público / Proc. Seletivo)	04/01/91	075.980.239-48	40h	03/09/2014 a 03/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria No 1330, de 04 de Setembro de 2014**

PORTARIA No 1330, DE 04 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Emilene Monteiro da Cunha Meliorini (Aumento do número de alunos)	20/05/83	045.541.809-80	44h	04/09/2014 a 01/10/2014
Ingo Hackbarth (Aumento do número de alunos)	04/07/51	351.457.819-20	44h	04/09/2014 a 01/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Portaria Nº 1338, de 05 de Setembro de 2014**

PORTARIA Nº 1338, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde).

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013 e nº 3506, de 13 de junho de 2014,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)		
NOME	PORTARIA CONTRATAÇÃO/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ADEMIR LUIZ MANFRINI	1254, de 01.08.2014	03/10/2014
ADRIANA NECKEL SOARES	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ALESSANDRO MONDADORI HOFFMANN	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ALINE BOER	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ALINE VENTZ	1260, de 05.08.2014	03/10/2014



ANA KAROLINA LONGO BOAVENTURA	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ANDERLEI TESSAROLO DEGERING	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ANDIARA GEELE CRISTOFOLINI PRETTI	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ANDREA DRAGER	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ANNA CARINE BELL	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ANNA PAULA BORCHARDT DA PAZ	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
APARECIDA BELARMINO ROEDER	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ARACI KRUGER	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
BRUNA LUIZA FIAMONCINI	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
CACIA RODRIGUES MENGARDA	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
CLEIA CESARINO	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
DARCIO HABOWSKY	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
DAVI DA MAIA	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
DAVI ELIZIO DIAS	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
DIRCE BEIGER CIPRIANO	1294, de 19.08.2014	03/10/2014
DOROTHEA OELKE	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
EDINA VAZ DE FRANCA	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
EGBERTO JOSE DE FREITAS	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ELIANE LANDO E SILVA	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ELIANE MOSER	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ELISIANE GISELA LARGURA SCHROEDER	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ERICA PATRICIA GOMES BARBOSA	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ESTELITA EHMKE SLOMP	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
FABIANA MANARIM BRUNSFELD	1294, de 19.08.2014	03/10/2014
FLAVIA DAYANE SI-MEONI	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
FLAVIA MICHELE BERNARDO ZESCHAU	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
GILBERTO LUIZ GÖERT	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
ILIANE PERES DE LIMA HABOWSKI	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
IVONE CARVALHO DE SIQUEIRA SACT	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JANAINA BIANCHET	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JANDERICK DE SOUZA ALVES	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JESSICA LEITEMPERGHER	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JOICE STOLLMEIER KROENKE	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JORGE SCHLICHTING NETO	1288, de 18.08.2014	03/10/2014

JOSELENE DRAGER WEBER	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JOSETE LUIZA RECK SFREDO	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JOSIANE DAS GRAÇAS DE LIZ PAULO	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JOSIANE SANTOS RAMOS	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JULIEN FREDDY SANTISTEVAN	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JURACI KLUG	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
JURACI TESKE VANDERWEGEN	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
KAIQUE MOSER FERRAZ	1284, de 13.08.2014	03/10/2014
KARIN KOHLER	1284, de 13.08.2014	03/10/2014
KATY CHRISTINE BREMER	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LAUDILA LUCIA VOLTOLINI TEIKOWSKI	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LEA ROSANA SOFKA DOS REIS	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LEILA FATIMA FLORIANI CLAUDINO DOS SANT	1254, de 01.08.2014	03/10/2014
LENA MORGANA GESSNER DA SILVA	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LIDIA NAIZE KORC	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LIZANDRO FRAINER FURLANI	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LUCIA ELENA CROSSA CASALI	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LUCIA ZAPOTOCZNY	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LUCIANA SCHIAVO	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LUCIANO EZEQUIEL GODINHO	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
LURDES NUNES LINHARES	1260, de 05.08.2014	03/10/2014
MAIRA LUCIA CIPRIANI	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
MAIRA PASQUALINI MARIN	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
MAIRA SILVA DE GODOY	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
MARCOS ANTONIO SANCHES	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
MARIA GIROLA FELIPPI	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
MARILENE DE MELLO	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
MELISSA MICHELE PEREIRA E SILVA	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
MERE TERESINHA FAGUNDES WETZEL	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
MERI TEREZINHA RIBEIRO	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
MOACIR DE FREITAS TOLEDO	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
NICOLE LUIZE BREMER	1294, de 19.08.2014	03/10/2014
NORBERT NEUMAYR	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
OLIVIA BRAIT	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
OSMAIR GILSON SACT	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
PAMELA REGINA FLORIANI	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
PATRICIA SLOMP	1262, de 05.08.2014	03/10/2014



PRISCILA LENZI ODEBRECHT	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
QUEREM HAPUQUE GOMES SILVA	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
ROBERTA NELCI PELLIN	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
RODRIGO OLIVEIRA DA SILVA	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
ROSANA DE BAIRROS DE PAULA	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
ROSE MELI STOLF EVARISTO	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
ROSE VARGANAI SOARES	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
ROSELY GESSNER AGUIAR	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
ROSEMERI MORLO STANO	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
SAMIR JORGE CURI AYACHE	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
SANDRA REGINA DE LIMA	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
SARITA LUCIA MACHADO ZUMACH	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
SERGIO LUIS PEREIRA	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
SHIRLEI SCHURT VICENTI	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
SILVANA LONGO ROEPKE	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
SILVANA MARIA LONGO	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
SONGELA DOS SANTOS	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
SONJA STUPP GONCALVES	1294, de 19.08.2014	03/10/2014
TELMO NUNES BASTOS	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
THIAGO PRANGE	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
VANESSA MLY-NASCZYK	1262, de 05.08.2014	03/10/2014
WILMAR SCOZ	1262, de 05.08.2014	03/10/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria No 1339, de 05 de Setembro de 2014

PORTARIA No 1339, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto

nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3320, de 07/11/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE

Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Luciana Julice Tomelin Oberziner (Subst.Graciela I.Uber Gomes, que se encontra em afast. do exerc.do cargo-ocupando cargo em comissão)	18/02/70	687.070.709-00	35h	05/09/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### Portaria No 1311, de 1º de Setembro de 2014

PORTARIA No 1311, DE 1º DE SETEMBRO DE 2014

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013 e nº 3506, de 13/06/2014,

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Bruna Letícia Soares Nasato (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público / Proc.Seletivo)	02/06/94	059.047.489-81	44h	01/09/2014 a 31/12/2014

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
(Fundo Municipal de Saúde)

Cargo: Dentista (GP-65)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Marco Aurélio Sudbrack Desessards (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público / Proc.Seletivo)	29/12/74	900.206.260-53	20h	01/09/2014 a 03/10/2014

## SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Fernando Rosa Tavares (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público / Proc.Seletivo)	11/10/95	095.362.019-09	44h	01/09/2014 a 01/10/2014

## SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
------	------------	-----	-----------------	---------

Adilson José Dallanona (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público / Proc.Seletivo)	15/12/67	735.415.759-72	44h	01/09/2014 a 31/12/2014
---	----------	----------------	-----	-------------------------

## SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educadora Infantil B-18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Adriana Gonçalves de Andrade Baldo (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público / Proc.Seletivo)	11/06/76	015.489.629-29	30h	02/09/2014 a 01/10/2014
Luciane de Freitas Brehmer (Subst.Deyse Aparecida Londres, que se encontra em Lic.Trat.de Saúde)	28/12/83	007.708.169-24	30h	01/09/2014 a 01/10/2014
Pérola da Silva Barbosa Ferreira (Subst Tereza Cristina Longo lenzi, que se encontra em Lic.Trat.de Saúde)	28/12/83	109.429.597-36	30h	01/09/2014 a 01/10/2014

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Edineia Ficanha (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público / Proc.Seletivo)	17/02/85	053.248.439-89	40h	01/09/2014 a 01/10/2014
Solecir Terezi-nha da Silva (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público / Proc.Seletivo)	27/08/94	096.079.709-26	40h	01/09/2014 a 01/10/2014

Viviana Ligia Zimath Hiller (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados no Conc.Público / Proc.Seletivo)	06/02/85	041.697.849-52	40h	01/09/2014 a 01/10/2014
---	----------	----------------	-----	-------------------------

Cargo: Professor C

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jessica Elloa Berri (Subst.Rita J.Tristão, que se encontra em Lic.Maternidade)	26/12/89	075.628.959-96	40h	01/09/2014 a 01/10/2014
Joseane Carla Agostini Tafner (Subst.Ana Claudia Schuster Araújo, que se encontra em Lic.Maternidade)	14/09/75	902.395.399-15	14h	01/09/2014 a 17/12/2014

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Mirian Ferreira Spezzia (Aumento do número de crianças)	06/02/79	004.011.989-01	44h	01/09/2014 a 01/10/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de setembro de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### Ata Habilitação Carta Convite N.º 15 2014 Fct

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA HABILITAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº. 15/2014 - FCT

Às dez horas, do décimo terceiro dia, do mês de outubro de dois mil e catorze, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, para análise dos documentos apresentados referente ao processo licitatório - Convite nº 15/2014 - FCT, zelando assim pelo regular prosseguimento do referido certame. Na Ata expedida em 01/10/14 a Comissão Permanente de Licitação, com fundamento no art. 48, §3º da Lei 8.666/93, oportunizou a empresa participante (LUAN CAVALLERI MEI) o prazo de 08 dias úteis para apresentar os documentos

exigidos nos itens 7.1.2 alíneas "a", "d", "e", "f" e "g"; 7.1.3 alínea "a" e "c"; e 7.1.4 alínea "c" do Edital, o que foi promovido temporariamente (09/10/14). Da análise dos documentos, tendo em vista as exigências do edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos autos à FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ, para análise/avaliação e emissão de parecer, dos documentos de habilitação apresentados pela empresa licitante, em especial o item 7.1.3 - Qualificação Técnica do Edital. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT  
Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Secretária

ALINE BURGER  
Membro

### Aviso Carta Convite N.º 06 2014 FME - Reforma Cobertura Complexo Esportivo

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 06/2014

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) da obra de reforma da cobertura do Complexo Esportivo, localizado na Rua Gustavo Piske, Bairro Pe. Martinho Stein, neste município, em atendimento às necessidades da Fundação Municipal de Esportes (repetição total Carta Convite n.º 05/2014 FME com alteração do Memorial Descritivo). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min horas do dia 23 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 23 de outubro de 2014 as 09h0min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br). VALOR MÁXIMO: R\$ 24.790,10 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa reais e dez centavos).

TIMBO (SC), 14/10/2014  
MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Secretário Municipal da Fundação de Esportes

### Aviso Pregão Presencial N.º 128 2014 PMT - Registro de Preço Para Aquisição de Materiais Elétricos, Hidráulicos, Pintura E Construção

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 128/2014 - PMT

OBJETO: Registro de Preço para aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, pintura e construção destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 28 de outubro de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA: dia 28 de outubro de 2014 às 14h40min. ETAPA DE LANCES: dia 31 de outubro de 2014 às 08h30min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 14/10/2014  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**Aviso Pregão Presencial N.º 131 2014 PMT - Fornecimento de Alimentação**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 131/2014 - PMT

OBJETO: Fornecimento de alimentação tipo refeição livre aos servidores que trabalham em caráter excepcional, nos moldes autorizados pela Lei Municipal n.º 2. 445, de 18 de dezembro de 2009 e para as guarnições em serviços em atendimento às necessidades da Secretaria de Saúde, Fundo Municipal de Trânsito e Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro e Polícia Militar. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 28 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 28 de outubro de 2014 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 14/10/2014  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**Extrato Contrato 2014.151 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/151

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Terraplenagem Azza LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação asfáltica da Rua João Tesch, incluindo o meio fio pré-moldado, de uma área correspondente a 7.449,04m<sup>2</sup>, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo de Inexigibilidade n.º 121/2014 e no edital de Credenciamento n.º 48/2013, diretamente à comunidade pelo regime de mutirão.

VALOR: R\$ 471.598,72 (quatrocentos e setenta e um mil quinhentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos) sendo que o valor de R\$ 356.885,43 (trezentos e cinquenta e seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos) será pago pelos moradores aderentes ao regime de Mutirão e o valor de R\$ 114.713,29 (cento e catorze mil setecentos e treze reais e vinte e nove centavos) será pago pelo Município correspondente a pavimentação e demais serviços/materiais apenas ao percentual dos moradores que não aderiram ao referido sistema de mutirão, entroncamentos, cruzamentos, viradouros e interseções de ruas.  
DATA DA ASSINATURA: 10/10/2014.

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

O

**Treze Tílias****PREFEITURA****Lei Complementar 76**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 76/2014. De 06/10/2014  
ACRESCENTA NOVO PARÁGRAFO NO ART. 218-E DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 62/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE TREZE TÍLIAS Faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2018-E da Lei Complementar nº 62/2013 passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

§1º. No caso de mais de uma zona de influência, o valor será proporcional à percentagem do artigo 218-D.

§2º. Não serão considerados, para efeitos da verificação do valor total da obra (VO), os recursos repassados pelas demais esferas de governo a fundo perdido, de modo que a contribuição somente incidirá sobre o montante oriundo de recursos próprios do Município.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, aos 069 dias do mês de outubro 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei Complementar do Diário oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária da Administração e Fazenda

**Lei Ordinaria 1828**

LEI ORDINÁRIA Nº 1.828/2014 de 09/10/2014  
DISPÕE SOBRE A NOVA DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito do Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, nos permissivos da Lei Orgânica, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a área urbana do Município de Treze Tílias, delimitada num total de 12.088.862,12 m<sup>2</sup> (doze milhões oitenta e oito mil oitocentos e sessenta e dois metros e doze decímetros quadrados), de conformidade com o mapa anexado, parte integrante desta Lei.

Art. 2º. O perímetro urbano da Sede do Município de Treze Tílias passa a ter as seguintes delimitações: Inicia-se se no marco denominado '1', desde, segue por linha seca, dividindo-o com o A QUEM DE DIREITO; Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimuth de 51°25'17" e a distância de 1.206,86 m até o marco '2' (E=463.148,408 m e N=7.011.022,879 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimuth de 321°49'18" e a distância de 2.216,14 m até o marco '3' (E=461.778,584 m e N=7.012.764,966 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimuth de 53°14'41" e a distância de 322,43 m até



o marco '4' (E=462.036,911 m e N=7.012.957,904 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 323°18'26" e a distância de 1.571,53 m até o marco '5' (E=461.097,885 m e N=7.014.218,042 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 233°14'41" e a distância de 211,32 m até o marco '6' (E=460.928,573 m e N=7.014.091,586 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 297°11'53" e a distância de 515,33 m até o marco '7' (E=460.470,227 m e N=7.014.327,126 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA VIDEIRA E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 27°15'43" e a distância de 862,10 m até o marco '8' (E=460.865,120 m e N=7.015.093,467 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 284°26'18" e a distância de 846,08 m até o marco '9' (E=460.045,762 m e N=7.015.304,428 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 233°14'41" e a distância de 809,16 m até o marco '10' (E=459.397,466 m e N=7.014.820,231 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 323°14'41" e a distância de 457,04 m até o marco '11' (E=459.123,975 m e N=7.015.186,407 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 231°56'02" e a distância de 1.075,35 m até o marco '12' (E=458.277,353 m e N=7.014.523,379 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 143°47'22" e a distância de 348,54 m até o marco '13' (E=458.483,253 m e N=7.014.242,162 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 227°46'59" e a distância de 132,48 m até o marco '14' (E=458.385,140 m e N=7.014.153,146 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 113°52'25" e a distância de 95,11 m até o marco '15' (E=458.472,117 m e N=7.014.114,651 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 219°16'26" e a distância de 378,33 m até o marco '16' (E=458.232,622 m e N=7.013.821,773 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 279°05'47" e a distância de 344,08 m até o marco '17' (E=457.892,873 m e N=7.013.876,170 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 290°20'27" e a distância de 282,69 m até o marco '18' (E=457.627,807 m e N=7.013.974,436 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO, TRAVESSIA DA RUA DOMINGOS PERONDI E A QUEM DE DIREITO com o azimute de 217°45'04" e a distância de 188,71 m até o marco '19' (E=457.512,275 m e N=7.013.825,231 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA ESTADUAL SC - 465 com o azimute de 217°45'04" e a distância de 41,59 m até o marco '20' (E=457.486,811 m e N=7.013.792,345 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 217°45'04" e a distância de 308,04 m até o marco '21' (E=457.298,221 m e N=7.013.548,788 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 110°38'19" e a distância de 264,23 m até o marco '22' (E=457.545,495 m e N=7.013.455,655 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 232°01'25" e a distância de 741,39 m até o marco '23' (E=456.961,079 m e N=7.012.999,449 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 142°14'02" e a distância de 187,32 m até o marco '24' (E=457.075,801 m e N=7.012.851,369 m); Daí segue por linha seca

confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 51°46'29" e a distância de 857,36 m até o marco '25' (E=457.749,328 m e N=7.013.381,862 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 101°03'00" e a distância de 140,86 m até o marco '26' (E=457.887,575 m e N=7.013.354,864 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 143°07'31" e a distância de 2.354,24 m até o marco '27' (E=459.300,282 m e N=7.011.471,593 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 52°32'45" e a distância de 1.608,45 m até o marco '28' (E=460.577,130 m e N=7.012.449,734 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 143°14'39" e a distância de 2.032,12 m até o marco '29' (E=461.793,160 m e N=7.010.821,618 m); Daí segue por linha seca confrontando com FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA ESTADUAL SC - 465 com o azimute de 143°14'39" e a distância de 43,45 m até o marco '30' (E=461.819,162 m e N=7.010.786,805 m); Daí segue por linha seca confrontando com A QUEM DE DIREITO com o azimute de 143°14'39" e a distância de 644,68 m até o marco '1' (E=462.204,940 m e N=7.010.270,294 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.208,88621 ha.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº. 1.717/2011.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias/SC, 09 de outubro de 2014.  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária da Administração e Fazenda

### Lei 1827

LEI Nº 1.827/2014 de 06/10/2014

Disciplina a Política Municipal de Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de Treze Tílias (SC) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Treze Tílias e pelo disposto na Lei Federal 12401/2011 que estabelece as diretrizes de inclusão terapêutica e tecnológica no âmbito do Sistema único de Saúde;

Considerando a necessidade de adequar a Política de Assistência Farmacêutica ao Decreto Federal 7508/2011 e à Lei Federal 12401/2011, e:

Considerando a necessidade de garantir o acesso da população de Treze Tílias (SC) aos medicamentos e insumos necessários à prevenção e recuperação da Saúde, resolve:

Art. 1o. Aprovar a Política Municipal de Assistência Farmacêutica no âmbito do Município de Treze Tílias, nos termos do disposto nos Anexos I, II, III, IV e V parte integrante da presente Lei.

Art. 2o. As listas ou elencos de medicamentos contempladas no Anexo II, III, IV e V desta lei, poderão ser atualizadas por Decreto do Prefeito Municipal, obedecido o disposto na Legislação Federal, especialmente a Lei 12401/2011.

Art. 3o. As Diretrizes, regras e outros procedimentos previstos no Anexo I, entram em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Treze Tílias, 06 de outubro de 2014  
MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei no Diário Oficial dos Municípios

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária da Administração e Fazenda

**ANEXO I**  
**POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS - SC**  
**PROTOCOLO OPERACIONAL**

**CAPÍTULO I**  
**DA RESPONSABILIDADE SOBRE A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, A FARMÁCIA E A RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Art. 1º. A responsabilidade técnica da assistência farmacêutica no âmbito do Município de Treze Tílias (SC) será atribuída à Coordenação da Assistência Farmacêutica, setor integrante da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. O profissional farmacêutico que assumir a Coordenação da Assistência Farmacêutica e a Responsabilidade Técnica (RT) perante o Conselho Regional de Farmácia, se concursado será atribuído gratificação de função equivalente a 10% sobre o valor do salário base.

Parágrafo único. O custeio da gratificação mencionada no caput do artigo será realizado com recursos federais vinculados ao Bloco de Assistência Farmacêutica.

Art. 3º. O profissional farmacêutico que responde pela Assistência Farmacêutica deverá observar e seguir todas as normas e legislações pertinentes ao setor farmacêutico.

Art. 4º. Cabe ao farmacêutico coordenador o planejamento do ciclo da Assistência Farmacêutica (seleção, programação, solicitação de aquisição, recebimento, armazenamento, distribuição, dispensação de medicamentos e farmacovigilância) da Rede Municipal de Saúde.

§ 1º. A Coordenação da Assistência Farmacêutica deverá encaminhar para o Secretário Municipal de Saúde as informações e problemas pertinentes ao Ciclo da Assistência Farmacêutica.

§ 2º. Os medicamentos do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica (CEAF), os medicamentos de controle especial (Port. nº 344/98) e antibióticos serão centralizados e dispensados na farmácia básica central, sob supervisão do farmacêutico.

Art. 5º. Os medicamentos sujeitos ao controle especial devem ter a verificação de estoque e a guarda da chave dos armários sob responsabilidade dos profissionais farmacêuticos.

Art. 6º. Nas Unidades de Saúde que não dispõem de profissional farmacêutico, cabe à coordenação da Assistência Farmacêutica, junto com a coordenação da atenção básica, designar uma pessoa como responsável local quanto ao recebimento, ao registro do atendimento, entrega e à orientação ao usuário, com assinatura de termo de responsabilidade pela coordenação da atenção básica.

Parágrafo único. O responsável local desenvolverá suas atividades

segundo orientações desta normativa, buscando apoio técnico da Coordenação da Assistência Farmacêutica, cabendo ao farmacêutico zelar pelo Uso Racional de Medicamentos, analisando e contribuindo com as práticas farmacoterapêuticas junto às equipes locais de saúde.

**CAPÍTULO II**  
**DA SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS**

Art. 7º. A instância responsável pela seleção de medicamentos para a rede municipal de saúde será a Comissão de Farmácia e Terapêutica - CFT, vinculada ao Gabinete do Secretário Municipal de Saúde. A CFT terá caráter consultivo e de assessoria à Secretaria Municipal de Saúde na formulação do elenco de medicamentos e correlatos, obedecendo ao disposto no Decreto 7508/2011 e na Lei Federal 12.401/11, considerando sempre a eficácia, eficiência, custo/benefício e registro do medicamento na ANVISA.

Parágrafo único. As decisões da CFT relativas às alterações no elenco municipal de medicamentos deverão ser submetidas à aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

**CAPÍTULO III**  
**DA PRESCRIÇÃO**

Art. 8º. As prescrições de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) deverão ser realizadas em receituário privativo do estabelecimento de saúde, REDE SUS, padronizado pela Secretaria Municipal de Saúde, adotando obrigatoriamente as exigências da Lei nº 5.991/73, do Decreto nº 74.170/74, da Portaria nº 1.179/96, da Portaria nº 344/98 e da RDC nº 20/11, todas da ANVISA/MS, admitindo-se as excepcionalidades que seguem:

§ 1o. O fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de Treze Tílias (SC), considerando o princípio da gratuidade e universalidade estabelecido pela Lei 8080/90 e pelos artigos 2º, III e 4º VIII, da Lei 141/2012, será atribuição exclusiva dos profissionais farmacêuticos, e seus auxiliares, sob supervisão direta do farmacêutico, mediante apresentação de receituário prescrito por profissionais devidamente habilitados a prescrever medicamentos, excluindo desta forma qualquer outro procedimento autorizador por outro profissional de qualquer natureza, incluindo as ações de assistência social.

§ 2o. A prescrição de medicamentos pelo profissional da Rede de Atenção Básica fica restrita aos elencos da REMUME (ANEXO II), REMUME AMPLIADA (ANEXO III) e Componente Especializado da Assistência Farmacêutica ficando esta prescrição restrita aos usuários cadastrados no município, ouvido a Comissão de Farmácia e Terapêutica.

§ 3º. Quando houver necessidade de prescrição de medicamentos não constantes dos elencos padronizados, os prescritores deverão apresentar à Comissão de Farmácia e Terapêutica Municipal justificativa técnica e apontar a inadequação e/ou ineficiência e/ou insuficiência do medicamento padronizado para o caso em questão.

§ 4º. Para garantir os princípios da universalidade e evitar a fila dupla, os ambulatórios médicos de empresas e sindicatos, com sede no território de Treze Tílias (SC), deverão se cadastrar junto à Coordenação da Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o ANEXO III, que fornecerá instrumento autorizador apropriado (carimbo - modelo ANEXO IV) da rede SUS.

§ 5o. Receituários com origem na Rede Privada (ambulatórios de empresas, exclusivamente) e sindicatos laborais serão atendidos somente nos elencos da REMUME e REMUME AMPLIADA.



Art. 9º. A receita médica, odontológica ou de enfermagem poderá ser impressa ou escrita a tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível, constando a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais, sem emendas ou rasuras.

§ 1º. A prescrição de enfermagem só poderá ser realizada quando o medicamento estiver previamente definido em protocolo clínico oficializado pela Secretaria Municipal de Saúde de Treze Tílias (SC) ou, na sua falta, pelos protocolos do Ministério da Saúde que tiverem a adesão oficial do município.

§ 2º. A receita deverá conter os seguintes dados obrigatórios:  
I - nome do estabelecimento de saúde, endereço completo, CNES e telefone;

II - identificação do paciente: nome completo, idade, sexo e endereço residencial;

III - nome do medicamento ou da substância prescrita sob a forma de Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI), dose ou concentração, forma farmacêutica, posologia e quantidade (em algarismos arábicos) - Port. nº 1.179/96 - ANVISA;

IV - identificação do emitente: nome do profissional com sua inscrição no Conselho Regional, assinatura e marcação gráfica (carimbo);

V - data da prescrição.

§ 3º. Nº de substâncias possíveis de serem prescritas em cada receituário:

I - a prescrição de substâncias constantes da lista "C1", da Portaria nº 344/98, poderá conter, em cada receita, no máximo 3 (três) substâncias sujeitas a controle especial do Regulamento Técnico, ou medicamentos que as contenham;

II - a prescrição de antimicrobianos não limita o número de itens por receita, sendo que a mesma poderá conter a prescrição de outras categorias de medicamentos desde que não sejam sujeitas a controle especial;

III - sempre que for necessário, prescrever vários medicamentos para um único usuário (politerapia), será obrigado a utilização de mais de um receituário, com no máximo 5 (cinco) medicamentos por receita, para evitar erros de medicação e permitir a utilização dos carimbos no verso do receituário no momento da dispensação.

§ 4º. Validade das prescrições:

I - prescrições de uso contínuo terão validade de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir de sua emissão, mediante diretrizes estabelecidas em protocolo clínico;

II - as prescrições de contraceptivos terão validade de, no máximo, 12 (doze) meses e conforme avaliação médica prescrita em receituário;

III - prescrições que não tiverem o prazo de validade especificado por escrito na receita terão validade máxima de 10 (dez) dias contados a partir da data da emissão;

IV - prescrições de antibióticos e seus derivados terão validade de 10 (dez) dias contados a partir de sua emissão, respeitando a normativa e a legislação vigente;

V - notificação de Receita "B" e prescrição da lista "C1" terão validade de 30 (trinta) dias contados a partir de sua emissão e somente dentro da Unidade Federativa que concedeu a numeração, respeitando a legislação vigente;

VI - notificação de Receita "A" terá validade de 30 (trinta) dias contados a partir de sua emissão, dentro da Unidade Federativa que concedeu a numeração, sendo que, toda a receita amarela de outra Unidade Federativa não deverá ser aceita no Município, de acordo com a legislação vigente.

Art. 10. Toda a prescrição de medicamentos deverá seguir a dose, apresentação e medida existente na REMUME e/ou listas complementares da Secretaria Municipal de Saúde de Treze Tílias (SC) - REMUME AMPLIADA.

Art. 11. Se ocorrer furto ou extravio do receituário carbonado ou da Notificação de Receita, o responsável pelo talonário fica obrigado a informar, imediatamente, à Autoridade Sanitária local, apresentando o respectivo Boletim de Ocorrência Policial (B.O.).

#### CAPÍTULO IV DOS MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO

Art. 12. Podem ser prescritos como medicamentos de uso contínuo:

I - anti-hipertensivos;

II - diuréticos;

III - cardiovasculares;

IV - hipoglicemiantes;

V - hormonioterápicos e anticoncepcionais hormonais;

VI - outras classes farmacológicas, somente quando para uso crônico e quando não sujeitos a controle especial;

VII - glicosímetros e fitas reagentes para glicemia.

Art. 13. Cabe ao prescritor definir se o tratamento é contínuo, devendo, obrigatoriamente, registrar o termo USO CONTÍNUO ao lado do nome do medicamento em questão.

§ 1º. As prescrições de medicamentos de USO CONTÍNUO terão validade de acordo com o Art. 8º e Art. 9º, § 4º, alínea I, deste protocolo operacional.

§ 2º. A validade da receita será contada a partir da data da emissão.

§ 3º. Próximo ao período de vencimento da validade da receita pelo menos 10 dias, o usuário deverá marcar uma nova consulta para reavaliação clínica e nova prescrição. Comprovando não ter conseguido a consulta no período do vencimento da receita e da nova reavaliação, a receita passará a ter validade até o dia da nova consulta agendada e comprovada.

§ 4º. Aparelhos glicosímetros e fitas reagentes para glicemia capilar deverão ser prescritos somente para o auto-monitoramento domiciliar dos portadores de Diabetes Mellitus insulino dependentes, que tenham residência em Treze Tílias (SC), devidamente cadastrados no Programa Hiperdia e de acordo com o Protocolo Municipal de Dispensação de Fitas e Aparelhos de Glicemia Capilar, conforme portaria 2583 de 10 de outubro de 2007.

#### CAPÍTULO V DA DISPENSAÇÃO

Art. 14. Atendendo às diretrizes organizativas dos serviços de saúde (regionalização/hierarquização), a dispensação de medicamentos da REMUME ocorrerá mediante comprovação e com a prescrição em receituário do SUS, municipal ou não, ou as prescrições dos médicos que atuam em empresas de nosso município e sindicatos regularizados, na quantidade determinada pela posologia e tempo de tratamento descrito na receita.

§ 1º. A dispensação de medicamentos nas Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde Municipal deverá ocorrer mediante a apresentação do registro geral do usuário/paciente (carteirinha municipal de saúde - ou cartão do SUS municipal) e da prescrição original, proveniente da rede pública, dos ambulatórios das empresas que possuem médico e sindicatos locais, desde que obedeçam aos requisitos dos art. 8º, 9º e 10.

§ 2º. A quantidade dispensada será para um tratamento completo ou, se de uso contínuo, conforme a posologia, uma quantidade suficiente para 30 (trinta) dias de tratamento.

§ 3º. Quando medicamentos pertencentes à Portaria nº 344/98, a

quantidade dispensada poderá ser para até dois meses, exceto a Notificação de Receita "A", que deverá conter a quantidade correspondente para o máximo de 30 (trinta dias) de tratamento. Todas as orientações de prescrição desta portaria deverão ser seguidas pelos prescritores.

Art. 15. Para a dispensação de medicamentos e correlatos a usuários que fazem uso domiciliar, será necessário um cadastro na Unidade de Saúde, com apresentação de laudo médico, documentos pessoais e comprovante de residência. Os usuários deverão ser acompanhados por profissionais devidamente cadastrados na Unidade de Saúde (agentes comunitários de saúde, enfermeiros, técnicos de enfermagem, médico, farmacêutico ou outros que a equipe considere necessários).

Parágrafo único. A dispensação destes medicamentos e correlatos será realizada na própria Unidade de Saúde responsável pelo atendimento domiciliar.

Art. 16. É obrigatório, no ato da dispensação do medicamento:

- I - carimbar na receita FORNECIDA, se tratamento único, ou com carimbo no verso da receita, se uso contínuo;
- II - sempre datar, anotar a quantidade de medicamento fornecida e assinar no ato da dispensação;
- III - devolver a receita ao paciente;
- IV - arquivar as receitas de controle especial (Port. nº 344/98) e antimicrobianos (RDC nº 20/11) na Farmácia Básica do Município e/ou Unidades de Saúde, ordenadas por dia e classificadas por mês, por um período de 5 (cinco) anos;
- V - após o arquivamento dos receituários por 5 anos, pelas Unidades de Saúde, os mesmos serão enviados para a farmácia básica do município que dará um descarte adequado.

Art. 17. Para a dispensação de medicamentos de uso contínuo, a partir do segundo mês, o usuário deverá retornar com a receita carimbada para retirar nova quantidade, observando-se:

- I - o carimbo com a data e a quantidade fornecida na última dispensação, considerando que será permitida uma nova dispensação a partir do vigésimo dia após a última retirada, salvo quando essas datas forem sábado, domingo ou feriados;
- II - em cada nova retirada, o responsável pela dispensação deverá carimbar novamente a receita, datar, anotar a quantidade de medicamento fornecida e assinar;
- III - a receita vencida (sexto mês) deve ser carimbada com os dizeres RECEITA VENCIDA, datada e devolvida ao paciente.

Art. 18. A dispensação de medicamentos sujeitos ao controle especial somente poderá ser feita sob responsabilidade do profissional farmacêutico inscrito na vigilância sanitária e no CRF/SC, conforme as normas da Portaria nº. 344/98 e 06/99, da ANVISA.

§1º. Atendendo às diretrizes organizativas dos serviços de saúde, os medicamentos sujeitos ao controle especial serão dispensados na farmácia básica central, sob orientação do farmacêutico.

§ 2º. A dispensação só poderá ser feita dentro dos 30 (trinta) dias de validade da receita, contados a partir da data da emissão, devendo ser dispensado, conforme posologia, em quantidade suficiente para até 30 dias de tratamento.

§ 3º. No ato da dispensação, será verificada, através do sistema gerencial da farmácia básica, a data e quantidade fornecida na última dispensação, cancelando o fornecimento em caso de dupla dispensação realizada no período limitado pela Portaria 344, a fim de evitar uso indevido ou indiscriminado destes medicamentos por parte dos usuários.

Art. 19. O fracionamento de medicamentos só é permitido para medicamentos em cartelas, não pertencentes à Portaria 344/98,

estando indicado sempre que for necessário o ajuste para a quantidade prescrita e orientada pelo farmacêutico e/ou coordenador da Unidade de Saúde.

§ 1º. Na cartela fracionada, deve ser colocada etiqueta com os seguintes dados: data de validade e lote.

§ 2º. O fracionamento deve ser evitado quando o espaço entre os comprimidos/drágeas/cápsulas for insuficiente para o corte da cartela.

Art. 20. O ajuste de doses e a intercambialidade, quando possível, só poderá ser feito sob orientação de um profissional farmacêutico, o qual deverá realizar orientações por escrito e apor seu carimbo, datar e assinar.

Art. 21. As fitas reagentes para glicemia capilar serão dispensadas de acordo com os mesmos critérios estabelecidos para os medicamentos de uso contínuo e de acordo com o Protocolo Municipal de Dispensação de Fitas e Aparelhos de Glicemia Capilar.

§ 1º. O glicosímetro será repassado ao paciente em forma de comodato.

§ 2º. O fornecimento das fitas será mensal, considerando a quantidade de fitas necessárias para um mês de monitoramento, de acordo com relatório médico.

§ 3º. O procedimento de registro das dispensações se dará conforme o Protocolo Municipal de Dispensação de Fitas e Aparelhos de Glicemia Capilar, cancelando o fornecimento em caso de dupla dispensação no período de 30 dias, a fim de evitar uso indevido ou indiscriminado das fitas por parte dos usuários.

Art. 22. A dispensação da insulina, ao insulino-dependentes, será realizada pela Farmácia Básica Central.

Art. 23. O fornecimento de seringas com agulhas e lancetas não necessitam de prescrição médica, mas será concomitante à dispensação das insulinas disponibilizadas na rede municipal, aos pacientes insulino-dependentes.

Art. 24. As Unidades de Saúde terão a sua disposição um elenco de medicamentos específicos para uso interno, sendo que seus itens não estarão disponíveis para a dispensação (REMUME: Uso interno da Instituição).

#### CAPÍTULO VI DO PROGRAMA DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO

Art. 25. Os medicamentos do Componente Especializado (medicamentos de um elevado valor unitário ou excessivamente caros devido à cronicidade do tratamento de algumas patologias), padronizados pela Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, serão dispensados de acordo com os protocolos clínicos, nos termos da Portaria Federal nº 2981, de 26 de novembro de 2009 e alterado pela Portaria GM/MS nº 3.439 de 11 de novembro de 2010.

§ 1º. Ao receber uma receita na Farmácia da Unidade de Saúde, o responsável pela dispensação deverá verificar se os itens prescritos que não são padronizados na REMUME e/ou REMUME AMPLIADA constam da relação de Medicamentos do Componente Especializado (ANEXO V) e se o CID-10 da respectiva patologia está contemplado nos Protocolos Clínicos do Ministério da Saúde. Em caso afirmativo:

I - informar o paciente sobre a disponibilidade do medicamento através do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;

II - encaminhar o paciente ao Farmacêutico, respeitando o horário de atendimento ao público, onde o mesmo receberá todas as informações necessárias para requerer a abertura de Processo Administrativo para receber o medicamento;  
III - será repassada ao paciente a relação de todos os documentos necessários para requerer a abertura do Processo Administrativo a ser realizado junto à 7ª Gerência Regional de Saúde do Estado de Santa Catarina:

- a) Ficha de Cadastro do Paciente (a ser preenchida e assinada pelo responsável pelo Programa de Medicamentos Excepcionais);
- b) Requerimento (preenchido e assinado pelo paciente ou responsável);
- c) Prescrição contendo a DCB ou DCI do medicamento;
- d) Laudo de Solicitação, Avaliação e Autorização de Medicamento - LME (todos os campos preenchidos, sem rasura e/ou alterações, com assinatura e carimbo do prescritor);
- e) Cópia da Carteira de Identidade e Cópia do CPF;
- f) Cópia do Cartão Nacional de Saúde;
- g) Comprovante de residência atual, mínimo três meses (o endereço deve ser o mesmo declarado no requerimento);
- h) Resultados de exames necessários (segundo os protocolos).

#### CAPÍTULO VII DO PROGRAMA DE MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS

Art. 26. São estratégicos todos os medicamentos utilizados para as doenças de perfil endêmico, cujo controle e tratamento possuam protocolo e normas estabelecidas e que tenham impacto sócio-econômico (Programa da Tuberculose, Hanseníase, DST/AIDS, Sangue e Hemoderivados).

Parágrafo único. Os medicamentos têm a aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde e são repassados para os Estados. As Secretarias Estaduais têm a responsabilidade de fazer o armazenamento e distribuição aos municípios.

Art. 27. A distribuição dos medicamentos do Programa de Controle da Tuberculose e Hanseníase, do Programa de DST/AIDS será realizada pela Enfermeira responsável pela Vigilância Epidemiológica na Secretaria Municipal da Saúde, onde as ações dos referidos programas estarão centralizadas.

§ 1º. O farmacêutico, juntamente com o coordenador da Vigilância Epidemiológica, deve designar um responsável para preencher e enviar os boletins mensais de medicamentos ao Estado e/ou MS.

§ 2º. Nos boletins deve constar o número exato de pacientes por esquema terapêutico, e os campos "saldo mês anterior", "recebido no mês", "dispensado no mês", "saldo atual" e "pedido" devem estar devidamente preenchidos.

§ 3º. Cabe à coordenação da Vigilância Epidemiológica a avaliação do boletim, verificando as reais necessidades dos quantitativos solicitados com base nos casos notificados.

§ 4º. A distribuição dos medicamentos do Programa de Tuberculose, Hanseníase e DST/AIDS fica vinculada ao repasse dos itens padronizados pela Secretaria Estadual de Saúde de Santa Catarina e Ministério da Saúde.

§ 5º. Fica terminantemente proibida a estocagem destes medicamentos nas Unidades de Saúde.

#### CAPÍTULO VIII DA ORIENTAÇÃO AO USUÁRIO

Art. 28. O responsável pela dispensação deverá apresentar o medicamento da receita médica ao usuário, explicando a maneira

correta de utilizá-lo, observando:

- I - nome genérico do medicamento;
- II - modo de usar (orientar a forma adequada de uso de cada medicamento);
- III - horários de administração (deverão ser etiquetados no medicamento);
- IV - quantidade de medicamento fornecida e duração do tratamento;
- V - armazenamento.

Art. 29. O responsável pela dispensação deverá explicar sobre o carimbo no controle da receita se medicamento de uso contínuo, qual a importância deste registro para o paciente e o dispensador, quando e como retirar novamente a medicação.

#### CAPÍTULO IX DO REGISTRO DE ATENDIMENTO

Art. 30. É obrigatório o preenchimento do registro de toda a entrega de medicamento, no sistema gerencial informatizado, disponível na Farmácia Básica do Município.

Art. 31. No momento da retirada do medicamento, o responsável pela dispensação deverá carimbar a receita, datar, anotar a quantidade de medicamento fornecida e assinar.

#### CAPÍTULO X DO ARMAZENAMENTO E CONTROLE DE ESTOQUE

Art. 32. Os medicamentos deverão ser organizados nas prateleiras ou armários:

- I - em ordem alfabética pelo nome genérico;
- II - com data de validade inferior à frente daqueles com data superior;
- III - de forma que permita a visualização e a movimentação do que está armazenado.

Art. 33. Os medicamentos que exigirem refrigeração para a sua conservação devem ser armazenados em geladeira apropriada, fazendo-se controle diário da temperatura (4 - 8°C) na planilha "Mapa de Controle Diário de Temperatura - geladeira".

§ 1º. Os locais de armazenamento dos medicamentos que não exigem refrigeração também deverão ter controle diário de temperatura (termo-higrômetro) na planilha "Controle Diário de Temperatura Ambiente - Conservação dos Medicamentos" (20-26°C e 60-65% umidade).

§ 2º. Todo problema com a temperatura da geladeira e/ou ambiente deverá ser repassado para o coordenador da Unidade de Saúde para serem tomadas as devidas providências.

Art. 34. O controle diário do estoque de medicamentos na Farmácia Básica do município será realizado através do sistema gerencial informatizado disponível.

Art. 35. O controle do consumo mensal (número de saídas no mês) será realizado automaticamente na Unidade de Saúde, através do sistema gerencial informatizado disponível.

#### CAPÍTULO XI DO REABASTECIMENTO

Art. 36. Na farmácia básica da Unidade de Saúde, a programação para o reabastecimento do estoque de medicamentos será realizada através da demanda de consumo.

§ 1º. A cada reabastecimento, as quantidades solicitadas devem repor o consumo (número de saídas) no período, devendo ser

analisada a série histórica dos últimos dois meses.

§ 2º. É de responsabilidade do CAF, sob coordenação do profissional farmacêutico, a análise da demanda de consumo da Unidade de Saúde para o reabastecimento, realizada semanalmente.

Art. 37. O reabastecimento de medicamentos de uso domiciliar será realizado junto com o reabastecimento da Farmácia da Unidade de Saúde, de acordo com o Art.36, § 1º, sendo o seu controle de responsabilidade da unidade fornecedora do medicamento.

Art. 38. O reabastecimento da farmácia básica da Unidade de Saúde obedecerá ao cronograma estabelecido pela coordenação da AF, de acordo com o Art.36, § 2º.

Art. 39. O envio fora do cronograma somente será processado com justificativa técnica do coordenador da Unidade de Saúde, explicando consumo atípico por via e-mail ou documento escrito assinado pelo responsável da unidade.

Art. 40. O reabastecimento da caixa de emergência para os medicamentos constantes na REMUME será realizado mediante envio do pedido (via e-mail) ou documento escrito assinado pelo responsável da unidade, solicitando os medicamentos e a quantidade a ser reposta.

Art. 41. O reabastecimento dos medicamentos da portaria 344/98 da caixa de emergência, constantes na REMUME, será efetivado se o pedido vier acompanhado de receita emitida pelo médico, constando "maleta de emergência".

§ 1º. Todo o medicamento vencido, da Portaria 344/98, deverá ser enviado à VISA (vigilância sanitária) local com a identificação "MEDICAMENTO VENCIDO" e acompanhado de um relatório em duas vias, devidamente datado e assinado, constando: nome da Unidade de Saúde, nome genérico do medicamento, quantidade, lote, data de fabricação, data de vencimento e destino que será dado ao mesmo.

#### CAPÍTULO XII DO RECEBIMENTO DOS MEDICAMENTOS NO ALMOXARIFADO DA CAF E NAS UNIDADES DE SAÚDE

Art. 42. No ato do recebimento, o responsável deverá inspecionar a quantidade de volumes e verificar se coincidem com os dados do Protocolo de Transporte, se na CAF.

Parágrafo único. Quando o recebimento se der nas Unidades de Saúde, fazer a conferência com o Relatório de Envio, bem como os lacres, etiquetas e condições gerais.

Art. 43. Na conferência da nota de entrega, todo produto deve ser inspecionado quanto à sua embalagem, observando-se ainda:  
I - quantidade fornecida com a quantidade na nota fiscal;  
II - o prazo de validade do medicamento.

Art. 44. Qualquer divergência deverá ser notificada à Coordenação da Assistência Farmacêutica para que sejam tomadas as devidas providências.

Art. 45. Cabe ao farmacêutico e aos coordenadores das Unidades de Saúde supervisionar o recebimento dos medicamentos, comandando a conferência e reorganização da farmácia.

#### CAPÍTULO XIII DO BALANÇO DO ESTOQUE

Art. 46. O balanço de estoque deverá ser semestral, na unidade de Saúde, devendo ser realizado até cinco dias antes da data de reabastecimento para coincidir com o estoque mais baixo de

medicamentos.

§ 1º. O estabelecimento do calendário do balanço é de responsabilidade do farmacêutico e dos coordenadores das Unidades de Saúde.

§ 2º. O balanço será realizado com a utilização do sistema de gerenciamento disponível na Farmácia da Unidade de Saúde.

§ 3º. A cópia do "Balanço de Estoque de Medicamentos", das Unidades de Saúde, devidamente assinada e datada, será analisada pelo farmacêutico junto com a coordenação da Unidade de Saúde para planejamento das necessidades da farmácia.

Art. 47. A supervisão do balanço do estoque da CAF e da Farmácia Básica do Município é de responsabilidade do farmacêutico.

#### CAPÍTULO XIV DOS MEDICAMENTOS COM PRAZO DE VALIDADE PRÓXIMO AO VENCIMENTO

Art. 48. O controle da validade dos medicamentos das farmácias das Unidades de Saúde é de obrigação do funcionário responsável pela farmácia, designado pelo Coordenador da Unidade de Saúde, sob sua coordenação, e na sua ausência, o próprio coordenador.

Parágrafo único. Na farmácia do município e na CAF será designado um funcionário, sempre sob supervisão do farmacêutico, e na sua ausência, o próprio farmacêutico.

Art. 49. O farmacêutico e/ou as coordenações das Unidades de Saúde deverão ser comunicados sobre o vencimento de medicamentos com previsão de três meses antes da data de vencimento, os quais divulgarão a disponibilidade de remanejamento destes medicamentos a todas as Unidades de Saúde.

§ 1º. O procedimento deverá ser oficializado por correio eletrônico ou por meio de comunicação interna, devidamente datada e assinada, especificando o que está sendo disponibilizado (nome genérico do medicamento, lote, data do vencimento e quantidade).

§ 2º. Cabe ao farmacêutico da CAF e/ou ao enfermeiro coordenador da Unidade de Saúde fazer a intermediação do remanejamento do(s) medicamento(s) para a Unidade de Saúde solicitante.

§ 3º. A Unidade de Saúde que disponibilizar os medicamentos deverá mantê-los sob sua responsabilidade, respeitando as condições de armazenamento até a demonstração de interesse por outra Unidade de Saúde. A intermediação do medicamento deverá ser acompanhada de um relatório de transferência (via e-mail ou documento escrito assinado pelo responsável da unidade) com os seguintes dados: nome da Unidade de Saúde que está transferindo, nome da Unidade de Saúde que está recebendo, nome genérico do medicamento, quantidade, lote e data de vencimento do medicamento. Uma via desta nota de transferência deverá ser arquivada na Unidade de Saúde e outra deve ser enviada à Coordenação da AF.

#### CAPÍTULO XV DOS MEDICAMENTOS VENCIDOS

Art. 50. Constatando-se a existência de medicamentos vencidos, os mesmos serão separados dos demais e seguirão critérios definidos para descarte.

§1º. Segregar em local específico com sinalização que mencione "MEDICAMENTO VENCIDO", para posterior descarte de acordo com o Procedimento Operacional Padrão (POP) de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), específico da



**Farmácia Básica.**

§ 2º. Caberá ao farmacêutico e aos coordenadores das Unidades de Saúde a supervisão e a cobrança da operacionalização do PGRSS.

§ 3º. Retirar o medicamento do Sistema de Gerenciamento Informatizado da farmácia, preenchendo o campo específico destinado a perdas.

§ 4º. Semestralmente, a Unidade de Saúde deverá gerar relatório das perdas em duas vias, sendo uma encaminhada à CAF e a outra arquivada na Unidade de Saúde.

Art. 51. Os medicamentos sujeitos a controle especial vencidos nas caixas de emergência, deverão ser encaminhados à VISA, com a identificação "MEDICAMENTO VENCIDO".

Parágrafo único. Serão acompanhados de relatório em duas vias, devidamente datado e assinado, constando: nome da Unidade de Saúde, nome genérico do medicamento, quantidade, lote, data de fabricação, data de vencimento e destino que será dado ao mesmo.

**CAPÍTULO XVI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 52. A Unidade de Saúde deverá manter, para consulta, uma pasta da farmácia que contenha:

I - planilha de entrada de medicamentos;

II - planilhas do controle diário de umidade e temperatura ambiente.

III - balanço de estoque de medicamentos;

IV - informativos sobre medicamentos e documentos correlacionados (Instrução Normativa, Procedimentos Operacionais Padrão, Decretos, Portarias, Listas de Medicamentos e outros).

Art. 53. Qualquer medicamento vencido e devolvido à Unidade de Saúde, por paciente, deverá ser tratado de acordo com o Art.º 50, § 1º e § 2º, deste protocolo operacional.

Art. 54. Em caso de queixa referente a efeitos adversos de medicamentos não descritos na bula ou de modificação no aspecto físico do produto, os profissionais de saúde devem comunicar o fato diretamente à coordenação da AF, que tomará as providências necessárias relacionadas ao levantamento de informações e a notificação aos Órgãos de Vigilância Sanitária.

Art. 55. Os medicamentos "amostra grátis" não podem ser aceitos na Farmácia da Unidade de Saúde, CAF e Unidade de Saúde, exceto se houver doação formal por laboratórios farmacêuticos de medicamentos padronizados na REMUME, com data de validade aceitável.

Art. 56. É proibida a distribuição de medicamentos Amostra Grátis nas Unidades de Saúde Municipais. É vedado o ingresso de representantes de laboratórios farmacêuticos na farmácia pública municipal em qualquer uma das Unidades Prestadoras de Serviços da rede primária ou de média complexidade.

Art. 57. A Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Treze Tílias (SC) será instituída através de Portaria municipal, sendo uma instância colegiada, de caráter consultivo e deliberativo, com finalidade de selecionar medicamentos essenciais a serem utilizados no sistema de saúde, além de assessorar a gestão nas questões referentes a medicamentos.

Art. 58. Esta Lei ora estabelecida será regulamentada através de Decreto do Gabinete do Prefeito, fundamentado em Nota Técnica

elaborada pela Comissão de Farmácia e Terapêutica e Núcleo de Planejamento, Controle e Avaliação, com anuência do Secretário Municipal de Saúde.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
**GLOSSÁRIO**

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, criada pela Lei nº 9.782, de 26/01/1999 como agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde, cuja finalidade é promover a proteção da saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária. Acesso em: <http://www.anvisa.gov.br>.

CAF - Central de Abastecimento Farmacêutico.

CEAF - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

CFT - Comissão de Farmácia e Terapêutica, instância de caráter consultivo e assessoria da SMS, vinculada à Coordenadoria de Assistência Farmacêutica. Sua principal atribuição é a revisão e seleção periódica (a cada dois anos) de medicamentos para a REMUME.

CID 10 - Classificação Internacional de Doenças.

DCB - Denominação Comum Brasileira.

DCI - Denominação Comum Internacional.

Dispensação - É o ato profissional farmacêutico de proporcionar um ou mais medicamentos a um paciente, geralmente como resposta à apresentação de uma receita elaborada por um profissional autorizado. Nesse ato, o farmacêutico informa e orienta o paciente sobre o uso adequado do medicamento. São elementos importantes da orientação a ênfase no cumprimento da dosagem, a influência dos alimentos, a interação com outros medicamentos, o reconhecimento de reações adversas potenciais e as condições de conservação dos produtos.

Intercambialidade - Em farmacologia, a intercambialidade indica a possibilidade de substituição pelo profissional farmacêutico de um medicamento por outro equivalente terapêutico receitado pelo prescritor. Pode significar a escolha de um medicamento entre dois ou mais para os mesmos fins terapêuticos ou profiláticos.

Medicamento - Produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico. É uma forma farmacêutica terminada que contém o fármaco, geralmente em associação com adjuvantes farmacotécnicos. (Resolução RDC - n.º 84/02).

Medicamentos de Controle Especial - Medicamentos entorpecentes ou psicotrópicos e outros relacionados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária capazes de causar dependência física ou psíquica.

Medicamento de Referência - Produto inovador registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no País, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto ao órgão federal competente, por ocasião do registro.

Medicamentos de uso contínuo - São aqueles empregados no tratamento de doenças crônicas e/ou degenerativas, dos quais o paciente deverá fazer uso ininterruptamente, conforme a prescrição.

Medicamento Genérico - Denominação de um princípio ativo ou fármaco, adotada pelo Ministério da Saúde, recomendada pela

Organização Mundial de Saúde. (Decreto n.º 793/93). São cópias de medicamentos novos que perderam a patente (medicamento de referência), "emprestando" resultados dos ensaios clínicos de eficácia e segurança do produto original, por meio da comprovação de equivalência farmacêutica (in vitro) e bioequivalência (in vivo).

Medicamentos Similares - Medicamentos-cópia existentes antes da Lei dos Genéricos (1999) que, a partir de maio de 2003, devem se assemelhar a genéricos, mediante apresentação daqueles mesmos testes, no momento de renovação do registro. A renovação deve ser feita a cada cinco anos, no aniversário do registro do produto.

POP - Procedimento Operacional Padrão.

Posologia - Quantidade (dose) total de um medicamento, estimada de acordo com a idade e o peso do doente, que deve administrar-se de uma vez em doses parciais, para tratamento de uma doença.

Prescrição - Ato de definir o medicamento a ser consumido pelo paciente, com a respectiva dosagem e duração do tratamento. Em geral, esse ato é expresso mediante a elaboração de uma receita médica.

Prescritores - Profissionais de saúde credenciados para definir o medicamento a ser usado (médico ou dentista).

Protocolos Clínico-terapêuticos - Roteiros de indicação e prescrição, graduados de acordo com as variações e a gravidade de cada afecção.

REMUME - Relação Municipal de Medicamentos Essenciais.

RT - Responsabilidade Técnica.

SMS - Secretaria Municipal de Saúde.

Substância Ativa - Qualquer substância que apresente atividade farmacológica ou outro efeito direto no diagnóstico, cura, alívio, tratamento ou prevenção de doenças, ou afete qualquer função do organismo humano.

URM - Uso Racional de Medicamentos. É o processo que compreende a prescrição apropriada; a disponibilidade oportuna e a preços acessíveis; a dispensação em condições adequadas; e o consumo nas doses indicadas, nos intervalos definidos e no período de tempo indicado de medicamentos eficazes, seguros e de qualidade (Portaria nº 3.916/MS/GM, de 30 de outubro de 1998).

## ANEXO II

### REMUME - RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS Padronização 2014

PATOLOGIAS	MEDICAMENTOS
1. CARDIOLOGIA E NEFROLOGIA	- Ácido acetilsalicílico 100mg - cpr
	- Amiodarona 200mg - cpr
	- Anlodipino 5mg, besilato de - cpr
	- Atenolol 50mg - cpr
	- Captopril 25mg - cpr
	- Carvedilol 25mg - cpr
	- Carvedilol 3.125mg - cpr
	- Clopidogrel 75mg, cloridrato - cpr
	- Digoxina 0,25mg - cpr
	- Enalapril 20mg, maleato - cpr
	- Enalapril 5mg, maleato - cpr
	- Espironolactona 25mg - cpr
	- Furosemida 40mg - cpr
	- Hidroclorotiazida 25mg - cpr
MEDICAMENTO HIPOLIPÊMICO	- Isossorbida 5mg, dinitrato de; sublingual - cpr
	- Losartana potássica 50mg - cpr
	- Metildopa 250mg - cpr
	- Propranolol 40mg, cloridrato de - cpr
DERMATOLOGIA	- Verapamil 80mg, cloridrato de - cpr
	- Sinvastatina 20mg - cpr
	- Sinvastatina 40mg - cpr
	- Sinvastatina 40mg - cpr
GINECOLOGIA E BOSTETRÍCIA	- Dexametasona 1mg/g, acetato de; creme - tubo c/ 10g
	- Miconazol 20mg/g, nitrato de; creme derm. - tubo c/ 28g
	- Permetrina loção 1% - frasco com 60mL
	- Neomicina 5mg/g, sulfato de + bacitracina zínica 250ui/g; pomada - tubo c/ 10g
GINECOLOGIA E BOSTETRÍCIA	- Estrogênios conjugados 0.3mg - cpr
	- Noretisterona 50mg, enantato + Estradiol 5mg/mL, valerato de; sol. injetável
	- Levonorgestrel 0,15mg + etinilestradiol 0,03mg - cpr
	- Levonorgestrel 0,75mg - cpr
	- Medroxiprogesterona 150mg/mL, Acetato de; inj.
	- Metronidazol 100mg/g - Gel Vag. c/ aplic., tubo c/ 40g
	- Metronidazol 250mg - cpr
	- Miconazol 20mg/g, nitrato de; cr. vag. c/ aplic., tubo c/ 40g
	- Noretisterona 0,35mg - cpr



PNEUMOLOGIA E REUMATOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aminofilina 100mg - cpr</li> <li>- Beclometasona 50mcg/dose, dipropionato de - spray oral, frasco c/ 200doses</li> <li>- Beclometasona 250mcg/dose, dipropionato de - spray oral, frasco c/ 200doses</li> <li>- Betametasona 3mg/mL, acetato de + beta-metasona 3mg/mL, fostafato dissódico de - susp. inj</li> <li>- Ibuprofeno 50mg/mL - frasco 30mL</li> <li>- Ibuprofeno 600mg - cpr</li> <li>- Nimesulida 100mg - cpr</li> <li>- Hidrocortisona 100mg, succinato sódico de - pó liófilo</li> <li>- Hidrocortisona 500mg, succinato sódico de - pó liófilo</li> <li>- Prednisona 20mg - cpr</li> <li>- Prednisona 5mg - cpr</li> <li>- Prednisolona 3mg/mL, fosfato sódico de - Sol. oral - frasco c/ 60mL</li> <li>- Cloreto de sódio 0,9% - gotas nasais, frasco c/ 30mL</li> <li>- Salbutamol 100mcg/dose, sulfato de; aerosol - frasco c/ 200 doses</li> <li>- Dexametasona 4mg/mL, fosfato dissódico de; sol. Inj.</li> </ul>
ENDOCRINOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Insulina Humana NPH 100UI/mL</li> <li>- Insulina Humana Regular 100UI/mL</li> <li>- Glibenclamida 5mg - cpr</li> <li>- Glimepirida 2mg - cpr</li> <li>- Levotiroxina sódica 100mcg - cpr</li> <li>- Levotiroxina sódica 25mcg - cpr</li> <li>- Levotiroxina sódica 50mcg - cpr</li> <li>- Metformina 500mg, cloridrato de - cpr</li> <li>- Metformina 850mg, cloridrato de - cpr</li> </ul>
GASTROENTEROLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Albendazol 400mg - cpr</li> <li>- Albendazol 40mg/mL - susp. oral - frasco 10mL</li> <li>- Metoclopramida 10mg, cloridrato de - cpr</li> <li>- Metoclopramida 5mg/mL, cloridrato; sol. inj.</li> <li>- Metronidazol 250mg - cpr</li> <li>- Omeprazol 20mg - cpr</li> <li>- Reidratante oral, pó - envelope c/ 27,9g</li> </ul>

ANTI-INFECCIOSO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Amoxicilina 500 mg - cpr</li> <li>- Amoxicilina 250mg/5mL - pó p/ susp. Oral, frasco c/ 60mL</li> <li>- Amoxicilina 500mg -Amoxicilina 250mg/5mL + clavulonato de potássio 62.5mg/5mL - pó p/ susp. oral, frasco c/ 75mL</li> <li>- Azitromicina diidratada 500mg - cpr</li> <li>- Azitromicina diidratada 600mg, Pó Susp. Oral</li> <li>- Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI, pó p/ susp. injetável</li> <li>- Benzilpenicilina benzatina 600.000 UI, pó p/ susp. injetável</li> <li>- Benzilpenicilina procaína 300.000 UI + Benzilpenicilina potássica 100.000 UI, pó p/ susp. injetável</li> <li>- Cefalexina monoidratada 250 mg/5mL, pó p/susp. Oral - frasco c/ 60mL</li> <li>- Cefalexina monoidratada 500mg - cpr</li> <li>- Ciprofloxacino 500mg - cpr</li> <li>- Eritromicina 500mg, estearato de</li> <li>- Metronidazol 100mg/g - Gel Vag. c/ aplic., tubo c/ 40g</li> <li>- Metronidazol 250mg - cpr</li> <li>- Sulfametaxazol 400mg + trimetropina 80mg - cpr</li> <li>- Sulfametaxazol 40mg/mL + trimetropina 8mg/mL, susp. Oral - frasco c/ 50mL</li> </ul>
ANALGESICOS E ANTITERMICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dipirona sódica 500mg/mL, sol. inj.</li> <li>- Paracetamol 200mg/mL, gotas - frasco c/ 10mL</li> <li>- Paracetamol 750mg - cpr</li> </ul>
ANTI-HISTAMÍNICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dexclorfeniramina 2mg/5mL, maleato de - sol. oral, frasco c/ 100mL</li> <li>- Loratadina 10mg - Loratadina 1mg/mL - xarope - frasco c/ 100mL</li> <li>- Prometazina 50mg/2mL, cloridrato de; sol. inj.</li> </ul>
VITAMINAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ácido fólico 5 mg - cpr</li> <li>- Ferroso 40mg, sulfato - cpr</li> <li>- Ferroso 5mg/mL, sulfato - xarope - frasco c/ 50mL</li> </ul>
ANTIFÚNGICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fluconazol 150mg - cap</li> <li>- Miconazol 20mg/g, nitrato de; cr. vag. c/ aplic., tubo c/ 40g</li> <li>- Miconazol 20mg/g, nitrato de; creme derm. - tubo c/ 28g</li> </ul>
ANTI-GOTOSO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alopurinol 100 mg - cpr</li> </ul>
TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE OSTEOPOROSE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alendronato de sódio 70 mg - cpr</li> <li>- Carbonato de cálcio 500 + Vitamina D 200UI - cpr</li> </ul>

MEDICAMENTOS DE CONTROLE ESPECIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Amitriptilina (cloridrato) 25 mg - cpr</li> <li>- Biperideno 2mg, cloridrato de - cpr</li> <li>- Carbamazepina 200mg - cpr</li> <li>- Carbamazepina 400mg - cpr</li> <li>- Carbamazepina 20mg/mL - susp. oral - frasco 100mL</li> <li>- Lítio 300mg, carbonato de - cpr</li> <li>- Clonazepam 2,5mg/mL - gotas - frasco c/ 20mL</li> <li>- Diazepam 10mg - cpr</li> <li>- Diazepam 5mg/mL - sol. inj. 2mL</li> <li>- Fenitoína 100mg - cpr</li> <li>- Fenobarbital 100mg - cpr</li> <li>- Fenobarbital 40mg/mL - Sol. oral gotas - frasco c/ 20mL</li> <li>- Fluoxetina 20mg, cloridrato - cap</li> <li>- Haloperidol 5mg - cpr</li> <li>- Valpróico 500mg, Ácido (valproato de sódio) - cpr</li> <li>- Valpróico 50mg/mL, Ácido - xarope - frasco 100mL</li> </ul>
ANTICOAGULANTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Heparina sódica 5.000UI/0.25mL - sub cutânea - sol inj. C/ 0.25mL</li> <li>- Varfarina 5mg cpr - cpr</li> </ul>
ANTIGLAUCOMATOSO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Timolol (maleato) 0,5%</li> </ul>
ANTIPARKINSONIANOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Carbidopa + levodopa 25/250 mg cpr</li> <li>- Levodopa + benserazida 200/50mg cpr</li> </ul>
USO INTERNO DA INSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ácidos graxos - frasco 200 ml</li> <li>- Atropina 0.25 mg/mL, sulfato de - sol. inj.</li> <li>- Epinefrina 1mg/mL, cloridrato ou hemitartrato de - sol. inj.</li> <li>- Brometo de ipratrópio 0,25mg/mL - sol. p/ inalação, frasco c/ 20mL</li> <li>- Bromidrato de Fenoterol 5mg/mL - sol. Oral, frasco c/ 20mL</li> <li>- Lidocaína 100mg/mL, cloridrato de - spray, frasco c/ 50mL</li> <li>- Lidocaína 2%, cloridrato de; sol. inj., (Sem vasoconstritor) - frasco c/ 20mL</li> <li>- Lidocaína 20mg/g, cloridrato de; geléia - tubo c/ 30g</li> <li>- Cloridrato de tetracaína 1% + cloridrato de fenilefrina 0,1%; sol. oftálmica anestésica - c/ 10mL</li> <li>- Sulfadiazina de prata 10mg/g - creme dermatológico - tubo c/ 50g</li> <li>- Rifamicina 10mg/mL - spray tópico - 20mL</li> </ul>

### ANEXO III RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS AMPLIADA

PATOLOGIAS	MEDICAMENTOS
PNEUMOLOGIA E REUMATOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acebrofilina 25mg/5mL - Xarope pediátrico, c/120mL</li> <li>- Acebrofilina 50mg/5mL - Xarope adulto c/120mL</li> <li>- Diclofenaco de sódio 25mg/mL, sol. Inj</li> <li>- Diclofenaco de sódio 50mg - cpr</li> <li>- Nimesulida 50mg/mL - gotas, frasco c/ 15mL</li> </ul>

GASTROENTEROLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Butilbrometo de escopolamina 10mg + dipirona sódica 250mg - cpr</li> <li>- Butilbrometo de escopolamina 4mg/mL + dipirona sódica 500mg/mL, sol. injetável</li> <li>- Butilbrometo de escopolamina gotas 6,67mg/mL + dipirona sódica 333,4mg/mL - frasco c/ 20mL</li> <li>- Simeticona 75mg/mL - gotas, frasco c/ 10mL</li> <li>- Hidróxido de alumínio 61,5mg/mL - susp. Oral, frasco c/ 100mL</li> </ul>
CARDIOLOGIA E NEFROLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bisoprolol 2.5mg, fumarato de - cpr</li> <li>- Metoprolol 25mg, Succinato de - cpr</li> <li>- Metoprolol 50mg, Succinato de - cpr</li> <li>- Nifedipino 20mg - cpr</li> </ul>
OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciprofloxacino 3.5 mg/mL, cloridrato + dexametasona 1mg/mL - sol. oftalm. c/ 5mL</li> <li>- Fluocinolona acetona 0,25mg/mL + sulfato de polimixina b 10.000 UI/mL + sulfato de neomicina 3,5mg/mL + cloridrato de lidocaína 20mg/mL, sol. Otológica - frasco c/ 5mL</li> <li>- Cinarizina 75mg - cpr</li> </ul>
HIPERTROFIA PROSTÁTICA BENIGNA (HPB)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Doxazosina 2mg, mesilato de - cpr</li> </ul>
ANTI-INFECCIOSOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ceftriaxona dissódica 1g - pó p/ susp. inj. IM</li> </ul>
VITAMINAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vitaminas do complexo B em drágeas.</li> </ul>
CONTROLE ESPECIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Sertralina 50mg, cloridrato de - cpr</li> <li>- Clonazepam 2mg - cpr</li> </ul>

### ANEXO IV

#### MODELO DA FICHA CADASTRAL

FICHA CADASTRAL DE EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS (SC) APTAS A FORNECER RECEITAS DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA BÁSICA	
Nome da Empresa:	
CNPJ:	
Endereço Comercial:	
Bairro:	
Telefone:	
Nome do Médico Responsável	
Assinatura do Médico	
Nº do CRM	
Data do Cadastramento	

## ANEXO V

## INSTRUMENTO AUTORIZADOR - CARIMBO

NO CARIMBO DE AUTORIZAÇÃO DEVERÁ CONSTAR:

Nome da Empresa
CNPJ
Nome do Médico e CRM
Data Autorização ____/____/____
Assinatura do Médico

## ANEXO VI

## RELAÇÃO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO

Medicamentos Padronizados SES/SC - APAC	CID
Acitretina 10mg - cáp.	Q80.0; Q80.1; Q80.2; Q80.3; Q80.8; Q82.8; L40.0; ML40.1; L40.4; L40.8; L44.0
Acitretina 25mg - cáp.	Q80.0; Q80.1; Q80.2; Q80.3; Q80.8; Q82.8; L40.0; ML40.1; L40.4; L40.8; L44.0
Adalimumab 40mg Injetável - seringa preenchida	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0
Adefovir 10mg - cpr	B 18.1
Alfacalcidol 1mg - cáp.	N18.0; N25.0; N25.8. E20.0; E20.1; E20.8; E89.2
Alfadornase 2,5mg - amp.	E84.0; E84.8
Alfaepoetina 1.000 Ui Injetável - fr/amp.	N18.0; N18.8; Z94.8
Alfaepoetina 2.000 Ui injetável - fr/amp.	N18.0; N18.8; Z94.8
Alfaepoetina 3.000 Ui injetável - fr/amp.	N18.0; N18.8; Z94.8
Alfaepoetina 4.000 Ui injetável - fr/amp.	N18.0; N18.8; Z94.8
Alfaepoetina 10.000 Ui injetável - fr/amp.	N18.0; N18.8; Z94.8
Alfainterferona 2b 10.000.000 UI - fr/amp.	B18.0; B18.1
Alfainterferona 2b 3.000.000UI - fr/amp.	B18.0; B18.1
Alfainterferona 2b 5.000.000 UI - fr/amp.	B18.0; B18.1
Alfapeginterferona 100mcg - fr/amp.	B18.2
Alfapeginterferona 120mcg - fr/amp.	B18.2
Alfapeginterferona 180mcg - fr/amp.	B18.2
Alfapeginterferona 80mcg - fr/amp.	B18.2
Amantadina 100mg - cpr	G20.0
Atorvastatina 20mg - cpr	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8
Atorvastatina 10mg - cpr	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8

Azatioprina 50mg - cpr	D61.0; G35;G70.0; H30.0; H30.1; H30.2; H30.8; K50.0; K50.1; K50.8; K51.0; K51.1; K51.2; K51.3; K51.4; K51.5; K51.8; K75.4; M32.1; M32.8; M33.0; M33.1; M33.2; M34.0; M34.1; M34.8; N040; N041; N042; N043; N044; N045; N046; N047; N048; T86.1; Z94.0; Z94.1; Z94.2; Z94.3; Z94.4; Z94.5; Z94.6; Z94.7; Z94.8
Betainterferona 1a 12.000.000 UI (44 mcg) - seringa preenchida	G35.0
Betainterferona 1a 6.000.000 UI (22mcg) - seringa preenchida	G35.0
Betainterferona 1a 6.000.000 UI (30 mcg) - seringa preenchida	G35.0
Betainterferona 1b 9.600.000 UI (300mcg) - seringa preenchida	G35.0
Benzafibrato 200mg - drg	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8
Bezafibrato 400mg - drg	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8
Bromocriptina 2,5mg - cáp	E22.0; G20.0
Budesonida 200mcg/100 doses - fr	J45.0; J45.1; J45.8
Cabergolina 0,5mg - cpr	E22.0; E 22.1
Calcitonina Sintetica de Salmão 200UI - fr	M80.0; M80.1; M80.2; M80.3; M80.4; M80.5; M80.8; M81.0; M81.1; M81.2; M81.3; M81.4; M81.5; M81.6; M81.8; M82.0; M82.1; M82.8.
Calcitriol 0,25mcg - cáp.	E20.0; E20.1; E20.8; E55.0; E55.9; E64.3; E83.3; E89.2; M80.5; M81.5; M83.0; M83.1; M83.2; M83.3; M83.8; N18.0; N18.8; N25.0 e N25.8
Calcitriol 1mcg - amp. 1ml	N18.0; N18.8; N25.0; N25.8
Ciclofosfamida 50mg - drg	D60.0; M34.0; M34.1; M34.8
Ciclosporina 100mg - cáp.	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0 M33.0; M33.1; M33.2 K50.0; K50.1; K50.8
Ciclosporina 25mg - cáp.	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0 M33.0; M33.1; M33.2 K50.0; K50.1; K50.8
Ciclosporina 50mg - cáp.	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0 M33.0; M33.1; M33.2 K50.0; K50.1; K50.8
Ciclosporina Sol. Oral 100mg/MI - fr	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0 M33.0; M33.1; M33.2 K50.0; K50.1; K50.8
Ciprofibrato 100 Mg - cpr	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8
Ciproterona 50mg - cpr	E22.8; E25.0; E28.0; E28.2; L68.0
Clobazam 10mg - cpr	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Cloroquina 150mg - cpr	M050; M051; M052; M053; M058; M060; M068; M080
Clozapina 100mg - cpr	F20.0; F20.1; F20.2; F20.3; F20.4; F20.5; F20.6; F20.8
Complemento Alimentar para Fenilcetonúricos maiores de 1 ano - p. grama	E70.0

Complemento Alimentar para Fenilcetonúricos menores de 1 ano - p.grama	E 70.0
Danazol 100mg - cáp.	N80.0; N80.1; N80.2; N80.3; N80.4; N80.5; N80.8
Deferasirox 125mg - cpr	T 45.4
Deferasirox 250mg - cpr	T 45.4
Deferasirox 500mg - cpr	T 45.4
Deferiprona 500mg - cpr	T 45.4
Deferroxamina 500mg injetável - fr/amp.	N25.0; T45.4
Desmopressina 0,1mg/ml - fr	E23.2
Donepezil 05mg - cpr	G30.0; G30.1; G30.8
Donepezil 10mg - cpr	G30.0; G30.1; G30.8
Entacapon 200mg - cpr	G20.0
Entecavir 0,5mg	B18.1
Etanercept 50mg	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0
Etanercept 25mg	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0
Etossuximida 50mg/ML - Xarope	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Everolimo 0,5mg	T86.1; Z94.0
Everolimo 0,75mg	T86.1; Z94.0
Everolimo 1mg	T86.1; Z94.0
Filgrastim 300mcg	B17.1; B18.2; B20.0; B20.1; B20.2; B20.3; B20.4; B20.5; B20.6; B20.7; B20.8; B20.9; B22.0; B22.1; B22.2; B22.7; B23.0; B23.1; B23.2; B23.8; B24.0; D61.0; D61.1; D61.2; D61.3; D61.8; D70.0; Z94.8
Fludrocortisona 0,1mg	E25.0
Formoterol 12 Mcg - Capsula C/ Inalador	J45.0; J45.1; J45.8
Formoterol 12mcg + Budesonida 400mcg - Pó Inalante	J45.0; J45.1; J45.8
Formoterol 12mcg + Budesonida 400mcg 60 Cápsula + Inalador	J45.0; J45.1; J45.8
Formoterol 6mg+Budesonida 200mcg - Pó Inalante	J45.0; J45.1; J45.8
Fumarato 6mcg + Budesonida 200mg Cápsula + Inalador	J45.0; J45.1; J45.8
Gabapentina 300mg cáps	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Gabapentina 400mg cáps	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Galantamina 08mg cáps	G30.0, G30.1 e G30.8
Galantamina 16mg cáps	G30.0, G30.1 e G30.8
Galantamina 24mg cáps	G30.0, G30.1 e G30.8
Genfibrozila 600mg cpr	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8
Genfibrozila 900mg cpr	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8
Glatiramer 20mg Injetável fr/amp.	G35.0
Gosserrelina 10,8mg	N80.0; N80.1; N80.2; N80.3; N80.4; N80.5; N80.8
Gosserrelina 3,6mg	N80.0; N80.1; N80.2; N80.3; N80.4; N80.5; N80.8

Hidroxicloroquina 400mg	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0
Hidróxido De Alumínio 300mg	N18.0; N18.8
Hidroxiuréia 500mg	D56.1; D56.8; D57.0; D57.1; D57.2
Iloprosta 10mcg/ML Solução P/ Nebulização	I27.0; I27.2
Imiglucerase 200 UI	E75.2
Imunoglobulina Anti-Hepatite B 100 UI	B16.0; B16.2; B18.0; B18.1
Imunoglobulina Anti-Hepatite B 500 UI	B16.0; B16.2; B18.0; B18.1
Imunoglobulina Anti-Hepatite B 600 UI	B16.0; B16.2; B18.0; B18.1
Imunoglobulina Humana 1g	B20.0; B20.1; B20.2; B20.3; B20.4; B20.5; B20.6; B20.7; B20.8; B20.9; B22.0; B22.1; B22.2; B22.7; B23.0; B23.1; B23.2; B23.8; B24.0; D59.0; D59.1; D60.0; D69.3; D80.0; D80.1; D80.3; D80.5; D80.6; D80.7; D80.8; D81.0; D81.1; D81.2; D81.3; D81.4; D81.5; D81.6; D81.7; D81.8; D82.0; D82.1; D83.0; D83.2; D83.8; G61.0; G70.0; M33.0; M33.1; M33.2
Imunoglobulina Humana 5g	B20.0; B20.1; B20.2; B20.3; B20.4; B20.5; B20.6; B20.7; B20.8; B20.9; B22.0; B22.1; B22.2; B22.7; B23.0; B23.1; B23.2; B23.8; B24.0; D59.0; D59.1; D60.0; D69.3; D80.0; D80.1; D80.3; D80.5; D80.6; D80.7; D80.8; D81.0; D81.1; D81.2; D81.3; D81.4; D81.5; D81.6; D81.7; D81.8; D82.0; D82.1; D83.0; D83.2; D83.8; G61.0; G70.0; M33.0; M33.1; M33.2
Infliximab 10mg/ml	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M07.0; M07.3; M08.0; M45.0; K50.0; K50.1; K50.8
Isotretinoína 10mg	L70.0; L70.1; L70.8
Isotretinoína 20mg	L70.0; L70.1; L70.8
Lamivudina 150mg	B16.0; B16.2; B18.0; B18.1
Lamotrigina 100mg	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Lamotrigina 25mg	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Leflunomide 20mg	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0
Leuprorrelina 11,25mg Injetável	D25.0; D25.1; D25.2; E22.8; N80.0; N80.1; N80.2; N80.3; N80.4; N80.5; N80.8
Leuprorrelina 3,75mg Injetável	D25.0; D25.1; D25.2; E22.8; N80.0; N80.1; N80.2; N80.3; N80.4; N80.5; N80.8
Mesalazina 1.000mg Supositorio	K50.0; K50.1; K50.8
Mesalazina 250mg-Supositorio	K50.0; K50.1; K50.8
Mesalazina 400mg	K50.0; K50.1; K50.8
Mesalazina 500mg	K50.0; K50.1; K50.8
Mesalazina 500mg Supositório	K50.0; K50.1; K50.8

Mesalazina 800mg	K50.0; K50.1; K50.8
Mesalazina Enema 3g Frasco 100ml	K50.0; K50.1; K50.8
Metotrexato 2,5 mg	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M08.0
Metotrexato Reconstituído 25mg/ML	K50.0; K50.1; K50.8
Micofenolato Mofetil 500mg	T86.1; Z94.0; Z94.1; Z94.4
Micofenolato Sodico 180mg	T86.1; Z94.0; Z94.1; Z94.4
Micofenolato Sodico 360mg	T86.1; Z94.0; Z94.1; Z94.4
Natalizumabe 300mg	G35.0
Octreotida 0,1mg/ml	E22.0
Octreotida Lar 10mg	E22.0
Octreotida Lar 20mg	E22.0
Octreotida Lar 30mg	E22.0
Olanzapina 10mg	F20.0; F20.1; F20.2; F20.3; F20.4; F20.5; F20.6; F20.8
Olanzapina 5mg	F20.0; F20.1; F20.2; F20.3; F20.4; F20.5; F20.6; F20.8
Pamidronato 30 mg injetável	M80.0; M80.1; M80.2; M80.3; M80.4; M80.5; M80.8; M81.0; M81.1; M81.2; M81.3; M81.4; M81.5; M81.6; M81.8; M82.0; M82.1; M82.8; M88.0; M88.8
Piridostigmina 60mg	G70.0
Pancrelipase 10.000UI	E84.1; E84.8; K86.0; K86.1; K90.3
Pancrelipase 25.000UI	E84.1; E84.8; K86.0; K86.1; K90.3
Pancrelipase 4.500UI	E84.1; E84.8; K86.0; K86.1; K90.3
Penicilamina 250mg	E83.0
Pramipexol 0,125mg	G20.0
Pramipexol 0.25mg	G20.0
Pramipexol 1mg	G20.0
Pravastatina 10mg	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8
Pravastatina 20mg	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8
Pravastatina 40mg	E78.0; E78.1; E78.2; E78.3; E78.4; E78.5; E78.6; E78.8
Primidona 100mg	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Quetiapina, Fumarato 100mg	F20.0; F20.1; F20.2; F20.3; F20.4; F20.5; F20.6; F20.8
Quetiapina, Fumarato 200mg	F20.0; F20.1; F20.2; F20.3; F20.4; F20.5; F20.6; F20.8
Quetiapina, Fumarato 25mg	F20.0; F20.1; F20.2; F20.3; F20.4; F20.5; F20.6; F20.8
Raloxifeno 60mg	M80.0; M80.1; M80.2; M80.3; M80.4; M80.5; M80.8; M81.0; M81.1; M81.2; M81.3; M81.4; M81.5; M81.6; M81.8; M82.0; M82.1; M82.8.
Ribavirina 250mg	B18.2
Riluzol 50mg	G12.2
Risedronato 35mg cpr	M80.0; M80.1; M80.2; M80.3; M80.4; M80.5; M80.8; M81.0; M81.1; M81.2; M81.3; M81.4; M81.5; M81.6; M81.8; M82.0; M82.1; M82.8. M88.0;M88.8
Risperidona 1mg cpr	F20.0; F20.1; F20.2; F20.3; F20.4; F20.5; F20.6; F20.8
Risperidona 2mg cpr	F20.0; F20.1; F20.2; F20.3; F20.4; F20.5; F20.6; F20.8
Rivastigmina 1,5mg cáps	G30.0; G30.1; G30.8

Rivastigmina 2,0mg/ML Solução Oral - fr 120ml	G30.0; G30.1; G30.8
Rivastigmina 3,0mg cáps	G30.0; G30.1; G30.8
Rivastigmina 4,5mg cáps	G30.0; G30.1; G30.8
Rivastigmina 6,0mg cáps	G30.0; G30.1; G30.8
Sacarato de Hidróxido De Ferro 100mg injetável - amp 5ml	D50.0, D50.8, N18.0 e N18.8
Selegelina 5mg cpr	G20.0
Sevelamer 800mg cpr	E83.3; N18.0
Sildenafil 20mg cpr	I27.0; I27.2
Sirolimo 1mg drg	T86.1; Z94.0
Sirolimo 2mg drg	T86.1; Z94.0
Sirolimos Sol. Oral 1mg/ML fr 60ml	T86.1; Z94.0
Somatropina 12 UI injetável fr/amp	E23.0; Q96
Somatropina 4 UI injetável fr/amp	E23.0; Q96
Sulfassalazina 500mg cpr	M05.0; M05.1; M05.2; M05.3; M05.8; M06.0; M06.8; M07.4; M07.5; M07.6; M08.0 K50.0; K50.1; K50.8
Tacrolimus 1mg cáps	T86.1; Z94.0; Z94.4
Tacrolimus 5mg cáps	T86.1; Z94.0; Z94.4
Tenofovir 300mg cpr	B18.1
Tolcapone 100mg cpr	G20.0
Topiramato 100mg cpr	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Topiramato 25m cpr	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8;
Topiramato 50mg cpr	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Toxina Botulínica Tipo A 100UI fr/amp	G041; G24.0; G24.1; G24.2; G24.3; G24.4; G24.5;G24.8; G51.8, G80.0; G80.1;G80.2; G81.1; G82.1; G82.4; I69.0; I69.1; I69.2; I69.3; I69.4; I69.8; T90.5;T90.8
Toxina Botulínica Tipo A 500UI fr/amp	G041; G24.0; G24.1; G24.2; G24.3; G24.4; G24.5;G24.8; G51.8, G80.0; G80.1;G80.2; G81.1; G82.1; G82.4; I69.0; I69.1; I69.2; I69.3; I69.4; I69.8; T90.5;T90.8
Vigabatrina 500mg cpr	G40.0; G40.1; G40.2; G40.3; G40.4; G40.5; G40.6; G40.7; G40.8
Ziprasidona 40mg cáps	F20.0; F20.1; F20.2; F20.3; F20.4; F20.5; F20.6; F20.8



**Portaria 105**

PORTARIA Nº 105/14 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gláucio Calixto de Oliveira	30/07/2012 a 29/07/2013	14/10/2014 a 12/11/2014	30
José Léo Gonçalves	01/10/2012 a 30/09/2013	14/10/2014 a 23/10/2014	10
Jucélia Rodrigues da Silva	15/06/2013 a 14/06/2014	15/10/2014 a 03/11/2014	20
Vânia Raquel Gwiggner	12/06/2013 a 11/06/2014	15/10/2014 a 13/11/2014	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

**Portaria 106**

PORTARIA Nº 106/14 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, o Sr. ANTÔNIO CESAR BILDHAUER, CPF nº 698.654.690-49, residente e domiciliado neste município, do cargo em comissão de Diretor de Gestão de Trânsito, conforme Portaria de nomeação nº 022/13 de 02 de janeiro de 2013.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Portaria 107**

PORTARIA Nº 107/14 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a Sra. KARINA BOESING KUCERA, CPF nº 040.409.259-47, residente e domiciliada neste Município do cargo comissionado de GERENTE DE ASSUNTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E EMPREENDEDORISMO.

Artigo 2º - NOMEAR a Sra. KARINA BOESING KUCERA, CPF nº 040.409.259-47, residente e domiciliada neste Município, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR(A) DE GESTÃO DE TRÂNSITO.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Mun. de Administração e Finanças

**Portaria 108**

PORTARIA Nº 108/14 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o Sr. VINÍCIUS SCHIRMANN MENDES, CPF nº 008.418.170-22, residente e domiciliado neste Município do cargo comissionado de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Artigo 2º - NOMEAR o Sr. VINÍCIUS SCHIRMANN MENDES, CPF nº 008.418.170-22, residente e domiciliado neste Município, para ocupar o cargo comissionado de DIRETOR DE COMPRAS DE LICITAÇÕES.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 14 DE OUTUBRO DE 2014.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Mun. de Administração e Finanças



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### Decreto 132/14

DECRETO 132/14 DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO 056/14 DE 20 DE MAIO DE 2014 QUE RETIFICOU O DECRETO 088/13 DE 02 DE SETEMBRO DE 2013 QUE NOMEIA OS REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA).

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 1774 de 30 de Abril de 2013.

DECRETA:

Artigo 1º- Ficam Nomeados os novos representantes dos órgãos governamentais e não governamentais, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), para cumprirem o mandato até a data de 02 de Setembro de 2015, conforme nominata abaixo descrita:

#### - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

1) Representantes da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte.

Titular: Catia Regina Marangoni Geremias

Suplente: Sônia da Veiga Correa

2) Representantes da Saúde

Titular: Jerusa Palte

Suplente: Ademar Alves de Lima

3) Representantes da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Leirson Vicente

Suplente: Vilson Westphal

4) Representantes da Secretaria de Administração e Finanças.

Titular: Adilson Matteussi

Suplente: Tania Bini Azevedo Waltrick

5) Representante da Secretaria da Assistência Social e Habitação.

Titular: Luana Aparecida Goedert Hasse

Suplente: Luisa Carina Gessi Rippel

#### - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS

6) Representantes da Igreja Evangélica Assembléia de Deus

Titular: Maristela Zeferino Almeida

Suplente: Leazeis de Oliveira

7) Representantes do C.E.B. Arthur Bruno Jandt

Titular: Bernadete Rodrigues Ribeiro

Suplente: Aline Pires Beirão

8) Representantes da Associação de Moradores da Bracatinga II

Titular: Harry Isidio da Cunha

Suplente: Juliana Isidio da Cunha

9) Representantes do Grupo Korppus Studio Dance

Titular: Marga Franz

Suplente: Cassiana Cecília Kolm Deitos

10) Representantes do Botafogo Esporte Clube

Titular: Rivelino dos Santos

Suplente: Andréia Regina May dos Santos

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de Outubro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

### Decreto 133/14

DECRETO 133/14 DE 03 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS NO MUNICÍPIO, OBJETIVANDO ELABORAR PAUTA MÍNIMA A SER UTILIZADA NO LANÇAMENTO DO "ITBI" NAS REFERIDAS TRANSMISSÕES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no art. 52, item V da Lei Orgânica do Município e em especial o Art. 8º da Lei 701 de 12 de Janeiro de 1989.

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação e Revisão da Planta Genérica de valores dos imóveis existentes no Município de Trombudo Central e o custo do valor básico do metro quadrado de construção, que servirão de base de cálculo para pauta mínima para o lançamento do Imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição (ITBI), composta pelos seguintes membros:

#### § 1º - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

- Representante dos Corretores de Imóveis
- JONATHAN ZEFERINO - (CRECI - 15.183);
- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trombudo Central
- VILMAR DA SILVA
- Representante da Associação Empresarial de Trombudo central
- RENE BLOCK

#### § 2º - REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:

- Representantes da Secretaria de Administração e Finanças
- OZIEL ADALBERTO SCHLEMPER
- MOACIR MARCOS GEREMIAS
- TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
- Representante da Secretaria do Planejamento Urbano
- WILSON HOBUS

Art. 2º - Como Ato primeiro, a Comissão elegerá o Presidente dentre os nomeados no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - Os membros da Comissão deverão apresentar relatório das atualizações necessárias, até o dia 30 de Novembro do presente exercício.

Art. 4º - A Comissão se auto regulamentará quanto ao funcionamento, no entanto, deverá registrar em ata suas reuniões e, possuir no mínimo 05 (cinco) membros para promover quaisquer deliberações, tendo o Presidente o voto de desempate caso ocorra.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo central, 03 de Outubro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

### **Decreto 134/14**

DECRETO 134/14 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/14 de 21 de Novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Outubro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

### **Decreto 135/14**

DECRETO 135/14 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

INSTITUI RECOMENDAÇÕES AMBIENTAIS A SEREM OBSERVADAS PELOS SETORES COMPETENTES.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO as recomendações expedidas pelo promotor de justiça, Ofício Nº 0102/2014/04PJ/RSL.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam instituídas as recomendações ambientais, constantes do ofício n. 0102/2014/04PJ/RSL de observância obrigatória no âmbito da Administração direta e indireta do Município de

Trombudo Central.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Outubro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

### **Decreto 136/14**

DECRETO 136/14 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

DECLARA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Artigo 1º- Decreta ponto facultativo no dia 13 de Outubro de 2014, na Secretaria da Educação e do Esporte, e a todos servidores públicos dispostos na referida Secretaria, face a passagem em comemoração ao dia do Professor aliado ao dia do servidor público, no dia 15 de Outubro de 2014.

Artigo 2º- Fica Decretado ponto facultativo no dia 27 de Outubro de 2014 na Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria do Planejamento Urbano, Secretaria da Assistência Social e Habitação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Cultura e do Turismo, Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, face a passagem pela comemoração do dia do servidor público no dia 28 de Outubro de 2014.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Outubro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária de Administração e Finanças

### **Decreto 137/14**

DECRETO 137/14 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014.

NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada a Comissão permanente do FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme abaixo descrita:

- Representante dos Professores de Educação Infantil Jucélia Zoboli
- Representante dos Professores do Ensino Fundamental Crisneide Policarpo da Cunha dos Santos
- Representante do CMDCA Marga Franz
- Representante da Associação Korphus Studio Dance Letícia Alexandre
- Representante da Escola de Educação Especial Missão do Amor APAE Denise Cardoso Schafer
- Representante do Clube dos Idosos Saudades Guisela Stresse
- Representante da Associação Comercial e Industrial de Trombudo Central Cristine Will da Rocha
- Representante da Câmara de Vereadores Geovana Gessner
- Representante da Escola de Educação Básica Dr. Hermann Blumenau Roselane Maas
- Representante do Clube de Mães Dona Alice Miranda Fernandes
- Representante do Conselho tutelar Salete Correia
- Representante do EJA (Educação de Jovens e Adultos) Zenilda Pereira
- Representante do Conselho Municipal da Educação Maria Marlete Bini Marcelino

Art. 2º - Entre as atribuições do Fórum Municipal de Educação estão: convocar, planejar e coordenar a realização de Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar suas deliberações, elaborar seu regimento interno, bem como o regimento interno da Conferência Municipal de Educação; oferecer suporte técnico ao município para a organização e a realização de sua Conferência Municipal; e planejar e organizar espaços de debate sobre as políticas nacional, estadual e municipal de educação, tendo como referência o Plano Nacional de Educação e o Plano Municipal de Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 13 de Outubro de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

## Turvo

### PREFEITURA

#### Convenio FMS 04/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

#### EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 004/2014

CONVENIADA: Hospital São Sebastião de Turvo.

OBJETO: Repasse de recurso financeiro, por parte do Fundo Municipal de Saúde ao Hospital São Sebastião de Turvo, objetivando auxiliar no pagamento de seus fornecedores.

VALOR: R\$ 65.000,00

VIGÊNCIA: De 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente.

#### Portaria 332/2014

PORTARIA Nº 332/14, de 06 de Outubro de 2014.

FAZ EXONERAÇÃO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

#### RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o servidor ANTONIO DOS SANTOS ELIAS, CPF nº 343.853.049-04, matrícula nº. 0660, exercendo o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista II, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de outubro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### Portaria 333/2014

PORTARIA Nº 333/14, de 08 de Outubro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.819/2007, de 31 de Janeiro de 2007, e suas alterações,

Considerando, que não existe mais aprovados através do Processo Seletivo nº 001/2013 - SAMU,

## RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 05 de Junho de 2015, a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Técnica de Enfermagem - SAMU, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A)	CPF	MATRICULA
Alini Vieira Fischer	074.785.989-27	3193

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 08 de outubro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Portaria 334/2014**

PORTARIA Nº 334/14, de 10 de Outubro de 2014.

DEMITE A PEDIDO MOTORISTA SOCORRISTA, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

## RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Motorista Socorrista - SAMU, admitido temporariamente do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Paulo Sergio Cardoso	548.341.040-87	3209

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Portaria 335/2014**

PORTARIA Nº 335/14, de 10 de Outubro de 2014.

DEMITE A PEDIDO AGENTE FINANCEIRO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

## RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Agente Financeiro, admitido temporariamente, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Ramon Thomasi Londero	010.095.059-04	3015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Portaria 336/2014**

PORTARIA Nº 336/14, de 10 de Outubro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ODONTÓLOGO, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

## RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 09 de Julho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, nomeada através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 - ESFs, prorrogado por mais 01(um) ano através da Portaria nº 115/14 de 08 de Abril de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Michelle da Silva Scarsanella	035.245.309-58	2878

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2014.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Portaria 337/2014**

PORTARIA Nº 337/14, de 10 de Outubro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

## RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar ate 19 de Dezembro de 2014, a contratação da



servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Edésia Pereira	020.113.499-31	2975

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Portaria 338/2014

PORTARIA Nº 338/14, de 10 de Outubro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 2.031/2010, de 26 de Outubro de 2010 e Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 19 de Dezembro de 2014 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDORA	CPF	MATRICULA
Luana Aguiar Sartor	045.630.749-42	3192

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### Portaria 339/2014

PORTARIA Nº 339/14, de 10 de Outubro de 2014.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ÁREA DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESFs.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.816/2006, de 21 de Dezembro de 2006, e suas alterações,

Considerando que a Servidora Juliana Malgarisi Aguiar encontra-se em Licença,

#### RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 20 de Julho de 2015 a contratação da servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Comunitária de Saúde, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF	LOCALIDADE
Karina Borges	048.397.329-73	Bairro Vila Manenti

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### Decreto 52/2014

DECRETO Nº 052/14, de 14 de Outubro de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0046.2.051 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS  
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002.0 (008) - Transf. a Inst. Priv. S/ Fins Luc R\$ 65.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0002 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 65.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 14 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### Decreto 53/2014

DECRETO Nº 053/14, de 14 de Outubro de 2014.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.180/13 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2013.

## DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0055.1.021 - VIAS RURAIS PAVIM. PASSEIO E PRAÇAS PÚBLICAS.

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0024.0 (082) - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da fonte 0024 por conta do Contrato/Convênio de nº 0386227-88/2012 - SICONV 770075 no valor de R\$ 60.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 14 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**Lei 2207/2014**

LEI Nº 2.207/14, de 07 de Outubro de 2014

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Rua PREFEITO JOSÉ MARCON", a rua nº. 327, do Loteamento Jardim Itália, localizada no Bairro São Luiz, Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 07 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**Lei 2208/2014**

Lei nº 2.208/14, de 07 de Outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Rua MARIA ANGELONI MARCON", a rua nº. 328, do Loteamento Jardim Itália, localizada no Bairro São

Luiz, Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 07 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**Lei 2209/2014**

Lei nº 2.209/14, de 07 de Outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Rua CELSO MARCON", a rua nº. 325, do Loteamento Jardim Itália, localizada no Bairro São Luiz, Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 07 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**Lei 2210/2014**

Lei nº 2.210/14, de 07 de Outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominado de "Rua JOSÉ DAGOSTIN", a rua nº. 326, do Loteamento Jardim Itália, localizada no Bairro São Luiz, Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 07 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.



**Lei 2211/2014**

Lei nº 2.211/14, de 07 de Outubro de 2014.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE TURVO.

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "Rua SABINA FASCIN DAGOSTIN", a rua nº. 312, do Loteamento Jardim Itália, localizada no Bairro São Luiz, Turvo/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 07 de outubro de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

**Lei N. 1016/2014**

LEI Nº 1.016/2014 DE 14 DE OUTUBRO DE 2014.

"AUTORIZA PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA A FIRMAR TERMO DE SUBROGAÇÃO EM PROCESSO DE USO E CONCESSÃO DE BEM PÚBLICO CONFORME ESPECIFICA."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Vargem Bonita a firmar termo de subrogação e sucessão nos benefícios concedidos e obrigações assumidos pelo Concessionário FÁBRICA DE MÓVEIS E ABERTURAS VARGEM LTDA, CNPJ nº 04.495.881/0001-10, de propriedade de Valdir Estrapassoni, CPF nº 755.158.819-15, sendo esta a partir da subscrição do termo de subrogação, com a anuência do Poder Executivo, sucedida pela Empresa JUSCEMAR JOSÉ ZENARO ME, CNPJ nº 20.217.960/0001-15, em todos os direitos e obrigações decorrentes da Lei N. 257/1997.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 14 de outubro de 2014.

Melânia Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios - DOM em 15/10/2014, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suêlen Favretto

Secretária de Administração e Finanças

#### Termo de Sub-rogação de Concessão Real de Uso

O Município de Vargem Bonita - Santa Catarina representado por Melânia Aparecida Roman Meneghini, no exercício de atribuições de seu cargo e com fundamento na Lei Municipal nº 959 de 10 de setembro de 2013, a qual faz parte integrante do presente termo, PRESTA ANUÊNCIA e AUTORIZA a quem especifica SUB-ROGAÇÃO em concessão de direito real de uso de imóvel do Município, nos seguintes termos:

CONCESSIONÁRIO: Valdir Estrapassoni, CNPJ nº (...).

SUB-ROGADO: Juscemar José Zenaro - ME, CNPJ nº 20.217.960/0001-15.

LEI AUTORIZATIVA: Lei nº 794/2009 de 18 de novembro de 2009 e Lei nº 959/2013 de 10 de setembro de 2013.

CONDIÇÕES: O sub-rogado, sub-roga-se em todos os direitos e obrigações da Lei autorizativa 794/2009 e termo de concessão real de uso originário. O descumprimento das condições descritas no termo de concessão real de uso firmado entre o Município de Vargem Bonita e Valdir Estrapassoni, ocasionado pelo sub-rogado implica na automática revogação da concessão, podendo a qualquer tempo o Município averbar na matrícula do imóvel a respectiva revogação.

Vargem Bonita, 29 de setembro de 2014.

Melânia Aparecida Roman Menghini

Prefeita Municipal

**Vidal Ramos****PREFEITURA****Pregão Registro de Preços Nº. 81/2014 - Eventual Fornecimento de Peças**

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 81/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Eventual Contratação de empresa para fornecimento de peças de 1ª linha de montagem para reposição em ônibus MBY 1446.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 81/2014, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 13:30 hrs do dia 27 de outubro de 2014.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 13:30 hrs do dia 27 de outubro de 2014, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos (SC), 14 de outubro de 2014

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

**Videira****PREFEITURA****Extrato do Termo Aditivo N. 0005/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0005/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SANDRA URBANO DOS SANTOS

CPF: 005.088.139-64

VIGÊNCIA: de 21 de janeiro de 2013 até 20 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0007/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0007/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TEREZINHA FLÁVIA FEITEN KLEIN

CPF: 518.240.519-72

VIGÊNCIA: de 11 de janeiro de 2013 até 10 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0024/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0024/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIANA MARILIA SAVIAN BRIDI

CPF: 056.729.689-02

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0338/13**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0338/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: AIRTO GONÇALVES PADILHA

CPF: 619.707.789-20

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 03 de fevereiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**Extrato do Termo Aditivo N. 0424/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0424/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEY DE DEUS DE CAMPOS

CPF: 893.399.089-53

VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Extrato do Termo Aditivo N. 0515/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0515/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FERNANDA CAMPAGNIN BATISTA

CPF: 026.617.269-50

OBJETO: Alterando-se o valor do vencimento e o prazo final de vigência do contrato de "R\$ 1.173,41 (um mil, cento e setenta e três reais e quarenta e um centavos) e o prazo de vigência do presente do contrato será de 03/07/2014 até 31/08/2015" para "R\$ 1.196,87 (um mil, cento e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos) e o prazo de vigência do presente contrato será de

03/07/2014 até 30/06/2015".

VIGÊNCIA: de 03 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### Extrato do Termo Aditivo N. 0531/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0531/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CLAUDEMIR JOSÉ CASAGRANDE

CPF: 590.319.059-68

OBJETO: Alterando-se o valor do vencimento e o prazo final de vigência do contrato de "R\$ 1.412,68 (um mil, quatrocentos e doze reais e sessenta e oito centavos) e o prazo de vigência do presente do contrato será de 02/07/2014 até 31/08/2015" para "R\$ 1.440,93 (um mil, quatrocentos e quarenta reais e noventa e três centavos) e o prazo de vigência do presente contrato será de 02/07/2014 até 30/06/2015".

VIGÊNCIA: de 02 de julho de 2014 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### Extrato do Termo Aditivo N. 0660/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0660/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOLANGE KRUGER LEANDRO GONÇALVES

CPF: 017.139.199-31

VIGÊNCIA: de 05 de setembro de 2013 até 30 de junho de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### Laudo de Aceitabilidade de Amostra do PR 114/2014 - PMV - 5º Colocado - Empresa: Grafica América Ltda

LAUDO DAS AMOSTRAS

5ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014 - PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa Gráfica América Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 82.827.627/0001-85, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
29	UN	CANETA DESTACA TEXTO COR AMARELA FLUORESCENTE DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO	MARIPEL	Aprovada
30	UN	CANETA DESTACA TEXTO COR LARANJA FLUORESCENTE DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO	MARIPEL	Aprovada

31	UN	CANETA DESTACA TEXTO COR ROSA FLUORESCENTE DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO	MARIPEL	Aprovada
32	UN	CANETA DESTACA TEXTO COR VERDE FLUORESCENTE DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO	MARIPEL	Aprovada

Videira (SC), 13 de OUTUBRO de 2014.

Maria Marques Diretora de Educação	Poliana Carla Haas Diretora de Compras
---------------------------------------	---

Camila Strapazon Secretaria de Saúde	Altivir Denardi Secretaria de Infraestrutura
---	---

Sérgio Ozelami

Fundação Municipal de Esportes

#### Laudo de Aceitabilidade de Amostra do PR 114/2014 - PMV - 5º Colocado - Empresa: Comercial Sol Mio Ltda Me

LAUDO DAS AMOSTRAS

5ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014 - PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa COMERCIAL SOL MIO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.687.057/0001-5, não apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
33	CXA	CANETA DESTACA TEXTO VÁRIAS CORES FLUORESCENTES DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO. CAIXA COM 12 UNIDADES.	LYKE	DESCLASSIFICADA Não apresentou amostra

Videira (SC), 13 de Outubro de 2014.

Maria Marques Diretora de Educação	Poliana Carla Haas Diretora de Compras
Camila Strapazzon Secretaria de Saúde	Altivir Denardi Secretaria de Infraestrutura

SÉrgio Ozelami  
Fundação Municipal de Esportes

**Laudo de Aceitabilidade de Amostra do PR 114/2014 - PMV - 6º Colocado - Empresa: Roberto Tessaro & Cia Ltda**

LAUDO DAS AMOSTRAS  
6ª Colocada

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014 - PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa Roberto Tessaro & Cia, inscrita no CNPJ sob nº 85.248.680/0001-10, apresentou as amostras físicas conforme previsto no Edital e nos itens abaixo discriminado:

Item	Unid.	Especificação	MARCA	SITUAÇÃO
33	CXA	CANETA DESTACA TEXTO VÁRIAS CORES FLUORESCENTES DE BOA QUALIDADE PONTA SUAVE, COMPOSIÇÃO EM RESINA TERMOPLÁSTICA, TIPO DE TRAÇO MÉDIO E PONTA MÉDIA, CORPO REDONDO. CAIXA COM 12 UNIDADES.	PILOT	Aprovada

Videira (SC), 13 de outubro de 2014.

Maria Marques Diretora de Educação	Poliana Carla Haas Diretora de Compras
Camila Strapazzon Secretaria de Saúde	Altivir Denardi Secretaria de Infraestrutura

SÉrgio Ozelami  
Fundação Municipal de Esportes

**Extrato de Convênio Nº 2014Tr003212**

CONVÊNIO - TERMO DE CONVÊNIO - 2014TR003212

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CNPJ: 83.039.842/0001-84

INTERVENIENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE VIDEIRA

CNPJ: 05.664.622/0001-38

CONCEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL

CNPJ: 04.426.883/0001-57

OBJETO: Transferência de recursos financeiros para execução do objeto de fornecimento de combustível (óleo diesel), como finalidade de recuperação de trechos danificados pelo evento ocorrido em junho/2014, conforme proposta de trabalho apresentada pelo conveniente e aprovada pelo concedente, doravante denominada de plano de trabalho.

PREVISÃO LEGAL: Lei de Diretrizes orçamentárias do corrente exercício, na Lei Federal nº 8.666/93, e nas suas alterações posteriores, na lei Complementar nº 101/00, Decreto nº 127/11 e na Instrução Normativa TC - 14/2012. .

VIGÊNCIA: O presente Convênio vigorará a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e fim em 23 de dezembro de 2014.

Videira, 14 de outubro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal de Videira

**Retificação Pregão Presencial Nº 140/2014 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2014 - PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam alterados os itens 2.2.5, 6.3.3, 6.3.4 e 6.3.7 do Edital, 6.1.8 do termo de referência, 8.1 da minuta do contrato na especificação constante do objeto e a inclusão de preço máximo sobre cada Lote do Edital do Pregão Presencial nº 140/2014-PMV, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ACESSOS CONTÍNUOS À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET) POR MEIO DE FIBRA ÓPTICA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, FUNDAÇÃO DE ESPORTES E SECRETARIA DE SAÚDE). Tendo em vista que a data de abertura do presente certame ocorreria no dia 13 de outubro de 2014, não havendo tempo hábil para a resposta de tal e impugnação e possibilidade da comunicação dos interessados acerca dos assuntos, fica remarcada a data de abertura para dia 03 de novembro de 2014 às 15h30min, a qual atende ao disposto no art. 4º, inciso V da Lei nº 10.520/02. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12h30min às 18h30min. Informações através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 13 de Outubro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Encerramento Pregão Presencial Nº 20/2014 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2014 - FMAS, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PORTÃO ELETRÔNICO PARA SER INSTALADO NA CASA LAR, DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, foi encerrada sem vencedores, ante a falta de interessados em participar do certame. Informações na Av. Manoel Roque, nº 188, fone (49) 3566-9026 ou 3566-9034.

Videira, 14 de Outubro de 2014.

VILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Edital de Notificação Nº 025/14**

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 025/2014

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
FELIPE KARAM LEONI	728.039.089-72	4464/2014	13/10/2014
LUCIMAR ZANAO	612.070.479-53	3847/2014	13/10/2014
ORLI CAMARGO FARIAS	710.724.209-10	7814/2013	14/10/2014
PARADA JC MODAS LTDA ME	09.045.532/0001-10	2801/2014	13/10/2014
VALMIR ANTUNES DE LIMA	007.158.229-00	1885/2014	14/10/2014
VALMIR MICHELON	400.736.539-34	5267/2014	13/10/2014
VANDERLEI DE FREITAS	799.991.909-87	10225/2013	14/10/2014

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 14 de outubro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

**Edital de Notificação Nº 026/14**

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 026/2014

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 3º da Lei Complementar nº 136/13, de 31 de julho de 2013, REFIS 2013, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento - REFIS 2013 NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS - REFIS 2013 requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
CAROLINE FLORENCIO	073.596.499-86	19350/2013	14/10/2014
LIBERA ROSTIROLA CARMAZIO	447.422.239-34	15372/2013	14/10/2014
MASTER COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS QUIMICOS E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	00.096.841./0001-44	15215/2013	14/10/2014
MILTON ERNESTO COLDEBELLA	250.869.799-00	19303/2013	14/10/2014
ROBINSON PAULO MATTOS	048.127.889-35	18496/2013	14/10/2014
VILMAR ANTONIO DE OLIVEIRA	482.069.469-34	14888/2013	14/10/2014

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 14 de outubro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças



## Xavantina

### PREFEITURA

#### Contrato Nº 110/2014 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratado: IRMÃOS BENETTI LTDA EPP.

Número do Contrato: 110/2014 - PMXV

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ROÇADAS E LIMPEZA DE SARJETAS AO LONGO DAS MARGENS DIREITA E ESQUERDA DA RODOVIA SC 466, DENTRO DO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Data da Assinatura: 14/10/2014.

Vigência: 13/12/2014.

Valor do Contrato: R\$ 53.480,00 (cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais).

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Homologação de Processo Licitatório

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2014

CARTA CONVITE Nº 001/2014

O Presidente a Câmara Municipal de Xavantina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve, homologar a presente Licitação nestes termos:

- 1) Modalidade: Menor preço global
- 2) Objeto: Contratação de empresa para a elaboração de projetos referentes à edificação da sede da Câmara de Vereadores de Xavantina sobre o imóvel com área de 1.250 m<sup>2</sup>, de matrícula nº 19.599 no Registro de Imóveis da Comarca de Seara-SC, localizado na Rua Octavio Urbano Simon, s/nº, Centro, na cidade de Xavantina-SC
- 3) Fornecedor: Ampliza-Tuni e Santos Arquitetura S/S Ltda. - CNPJ 09.346.513/0001-23
- 4) Valor do objeto homologado: R\$ 36.499,00 (trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove reais)
- 5) Data da homologação: 14/10/2014

Xavantina-SC, 14 de outubro de 2014.

EUGÊNIO JOÃO COMIN

Presidente da Câmara Municipal de Xavantina

## Xaxim

### PREFEITURA

#### Decreto 382

DECRETO Nº 382/2014

Permite o uso de espaço público para fins de interesse CULTURAL, social e dá outras providências.

Idacir Antônio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a relevante e preponderante cultura gaúcha, qual é extremamente fomentada na região Oeste do Estado;

Considerando que, o CTG - Centro de Tradições Gaúchas - é um símbolo de patriotismo gaúcho;

CONSIDERANDO que, o espaço já vem utilizando há mais de vinte e cinco anos, sem que nada tenha sido formalizado;

CONSIDERANDO que, a concessão visa regularizar uma situação que, de fato já existe;

Considerando o art. 23, inciso V; o art. 30, inciso IX e o art. 215, todos da Constituição Federal;

Considerando que, a associação vem cuidando, preservando e valorizando o imóvel público, como se de sua propriedade fosse;

Considerando que, o presente decreto consiste não em doação, mas em permissão de uso de área pública por prazo determinado;

CONSIDERANDO que, o acesso à cultura, constitucionalmente previsto, está sendo garantido.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS - CTG - MARCA DA FERRADURA, autorizado a utilizar o imóvel de propriedade do Município de Xaxim - SC, matriculado no CRI sob o nº 11.475, que encontra-se livre e desembaraçada de quaisquer ônus.

Art. 2º. A área a ser permitida para uso importa em um total de 72.600m<sup>2</sup> (setenta e dois mil e seiscentos metros quadrados), de livre acesso e, podendo o Município vistoriar a qualquer tempo, através de representantes; fica, ainda, o CTG - MARCA DA FERRADURA responsabilizado em conservar a área como se proprietária fosse, entregando-a ao final do período, limpa e em condições de utilização, tudo conforme mapas e termo de permissão de uso em anexo que fazem parte deste decreto.

Art. 3º. A permissão de uso consiste na promoção das atividades tradicionais da Associação, não sendo permitido ao CTG, locar ou ceder o espaço, mesmo que de forma graciosa para o desenvolvimento de atividades não relacionadas ao tradicionalismo, salvo eventos de cunho filantrópico.

Art. 4º. A permissão de uso dar-se-á pelo prazo de 25 (cinco) anos, podendo ser prorrogada, a critério da Administração.

Art. 5º. Não será devida contraprestação pecuniária por qualquer das partes acordantes em virtude da permissão, exceto em caso de danos.

Art. 6º. Todas as expensas quanto à instalação e manutenção ficarão a cargo do CTG - MARCA DA FERRADURA.

Art. 7º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,



ficando revogadas as disposições em contrário, podendo a permissão ser revogada a qualquer tempo, não fazendo jus a CTG - Marca da Ferradura, a qualquer indenização.

Gabinete do Prefeito em 30 de setembro de 2014.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro  
OAB/SC 20.041 - Procurador-geral

### **Aviso de Inexigibilidade 019/2014 PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE XAXIM  
AVISO DE INEXIGIBILIDADE

Modalidade: Inexigibilidade nº 019/2014 - Processo Licitatório n. 192/2014.

Objeto: Aquisição de um Etilômetro Alço Sensor IV, para uso da Polícia Militar na fiscalização de trânsito.

Contratado: Ribco do Brasil Importação e Exportação Ltda. EPP  
CNPJ: 05.591.590/0001-98  
Valor: 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).  
Fundamentação Legal: Lei 8666/93 art. 25 inciso I e alterações posteriores.

Xaxim SC, 14 de outubro de 2014.  
IDACIR ANTONIO ORSO  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Pregão 097/2014 SRP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE XAXIM  
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 097/2014 - REGISTRO DE PREÇOS  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 193/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito Municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial SRP n. 097/2014, até às 08h45min do dia 28 de outubro de 2014, e procederá a abertura da sessão às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação o registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de som e iluminação, em shows, palestras, seminários, reuniões, audiências públicas e eventos ligados a festividades do município, dentre outros eventos, de acordo com o edital e seus anexos, tipo menor preço por lote, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 14 de outubro de 2014.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito Municipal

## **Associações**

### **EGEM**

#### **Edital Nº 61.2014 - Chamamento\_curso Sobre Esocial**

EDITAL Nº 61/2014  
Chamamento para Inscrição no  
Curso Sobre o eSocial

#### **1. OBJETIVO DO CURSO**

Preparar os participantes para implementação do eSocial em seus Municípios. Estudar os pontos de impacto da legislação trabalhista e previdenciária com o eSocial para uma transição de fluxo de informações mais correta e tranquila. Eliminar riscos de autuações administrativas geradas pelo uso incorreto do sistema eSocial.

#### **2. PÚBLICO-ALVO**

Profissionais das áreas de Departamento de Pessoal, Recursos Humanos, Contábil, TI, Fiscal, Jurídica e demais interessados no tema.

#### **3. CALENDÁRIO**

Cidade/Local	São Miguel do Oeste / SC Auditório da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, Centro
Período das inscrições	De 15/10 à 04/11/2014
Vencimento do boleto de cobrança	04/11/2014
Homologação das inscrições	06/11/2014
Período de realização	11/11/2014
Carga horária total	10 h/a
Quantidade de vagas	70 vagas

#### **4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**

##### **QUADRO I - Dos Valores**

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.  
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta

corrente 890742-0.

**Nota Fiscal:** A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

#### 6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 17h30 (com intervalo das 12h às 13h30)	1 O que é o eSocial?
	1.1 Qual seu histórico?
	1.2 Qual a nomenclatura correta?
	2 Sistema eSocial
	2.1 Abrangência e Obrigatoriedade para os empregadores
	2.2 CEI, CNO, CAEPF
	2.3 Qualificação Cadastral
	2.4 O CPF como chave principal do eSocial
	2.5 Obrigações acessórias que serão substituídas e respectivos prazos.
	2.6 Prazos e cronogramas apresentados pelo Governo
	3 Informações no Sistema eSocial: eventos iniciais e de tabelas
	3.1 Cadastro do Contribuinte.
	3.2 Tabelas Iniciais/: Rubricas. Cargo. Função. Lotação. Horários, Estabelecimentos/Obras, Processos Administrativos/Judiciais, Operadores Portuários.
	3.3 Cadastramento Inicial dos Vínculos
	4 Eventos Trabalhistas e o eSocial - eventos não periódicos
	4.1 RET - Registro Eventos Trabalhistas
	4.2 Cadastro admissão anterior à prestação efetiva de serviços
	4.3 Trabalhador sem vínculo empregatício ( ex.: Estagiários)
	4.4 Alteração de dados cadastrais e contratuais
	4.5 Estabilidades legais e convencionais
	4.6 CAT e ASO
	4.7 Afastamento Temporário
	4.8 Condição Diferenciada de Trabalho
	4.9 Desligamento
	4.10 Exclusão de evento
	5 Folha de Pagamento e o eSocial - eventos periódicos
	5.1 Confrontos na Tabela de Rubricas e verbas da Folha de Pagamento.
	5.2 Processos Administrativos ou Judiciais com redução ou exclusão de tributação.
	5.3 Abertura de Folha de Pagamento
	5.4 Remuneração do Trabalhador
	5.5 Pagamentos Diversos
	5.6 Serviços Tomados e Prestados (Cessão de Mão de Obra e Cooperativas de Trabalho)
	5.7 Aquisição e Comercialização de Produção Rural
	5.8 Recursos Recebidos/Repassados para Associação Desportiva
	5.9 Espetáculo Desportivo
	5.10 Informações Complementares - Desoneração
	5.11 Receita de Atividades Concomitantes
	5.12 Fechamento da Folha de Pagamento
	6 Mudanças
	6.1 Rotinas diárias e mensais
	6.2 Informações de Afastamentos
	6.3 Fiscalização automática
	6.4 Informações de Segurança e Medicina do Trabalho
	6.5 Processo seletivo de candidatos

#### 7. DOCENTE

ANALICE CECILIA MULLER

Graduanda em Ciências Contábeis pela UNIVALI, atualmente trabalha como Gerente de Departamento De Pessoal e RH na empresa Parceria Assessoria Contábil, atuante nesta área há mais de 10 anos.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de

Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

#### REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

FIQUE ATENTO!

#### 8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

### **Editais Nº 62.2014 - Chamamento\_1º Seminário Estadual de Comunicação Municipal**

EDITAL Nº 62/2014

Chamamento para Inscrição no

1º Seminário Estadual de Comunicação Municipal

#### 1. OBJETIVO DO EVENTO

Fortalecer a atuação da área de Comunicação dos municípios catarinenses.

#### 2. PÚBLICO-ALVO

Assessores de Comunicação/Imprensa das Prefeituras e Associações de Municípios de Santa Catarina.

#### 3. CALENDÁRIO

Cidade/Local	Florianópolis/SC Ministério Público de Santa Catarina Rua Bocaiúva, nº 1750 - Centro Centro Executivo Casa do Barão
Período das inscrições	De 15/10 à 05/11/2014
Vencimento do boleto de cobrança	05/11/2014
Homologação das inscrições	07/11/2014
Período de realização	12 e 13/11/2014
Carga horária total	15 h/a
Quantidade de vagas	200 vagas

#### 4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

##### QUADRO I - Dos Valores

Participante	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 100,00
Demais participantes	R\$ 200,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Caso a opção seja pelo parcelamento, o sistema gerará apenas a primeira parcela, a segunda parcela será encaminhada após a homologação e confirmação de participação.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do evento. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

#### 5. DIREITOS DE IMAGEM

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

## 6. PROGRAMAÇÃO

Dia 12 de novembro - Quarta-feira	
8h	Credenciamento e Café da manhã
9h	Abertura
9h30	Painel 1 - Administração Municipal e o Papel da Mídia Claudio Prisco - A Notícia Paulo Alceu - Notícias do Dia Carolina Bahia - RBS Brasília
11h	Painel 2 - Jornalismo em Debate - Comprometimento dos veículos com acontecimentos relevantes Num caso polêmico o que se espera da cobertura jornalística é que ela esclareça o telespectador Jonas Campos - Repórter da RBS TV / Rede Globo
12h15	Intervalo para o almoço
13h30	Painel 3 - Desafios da Comunicação Pública em Tempos de Redes Sociais Marcos Giovannella - Diretor de Internet e Mídias Sociais da Prefeitura Municipal de Curitiba Marcelo Barcelos - Professor e Master em Jornalismo Digital
15h	Coffee Break
15h15	Painel 4 - As Assessorias e os Canais de Comunicação Roberto Azevedo - RIC Record Mario Motta - RBS TV Luiz Carlos Prates - SBT Cibelly Favero - TV Bandeirantes
17h15	Painel 5 - O Poder das Rádios na Comunicação Municipal ACAERT Maurício Juchem - Rádio RIC Record Paulo Cesar - Rádio Nereu Ramos (Blumenau)
18h45	Encerramento

## DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do evento ou capacitação.

b) A participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

## REALIZAÇÃO

Federação Catarinense de Municípios - FECAM  
COLECOM

## EXECUÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

## APOIO

Associações de Municípios de Santa Catarina  
Correios  
ACI

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet ([www.egem.org.br](http://www.egem.org.br))

FIQUE ATENTO!

## 8. ANEXOS

### Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre  
Prefeito de Forquilha  
Presidente da EGEM

## FECAM

### Edital de Convocação Nº 002/2014 - Ccpci

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2014 - CCPCI

O Coordenador do Colegiado de Contadores e Controladores Internos Municipais da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Rodrigo Giacomio Guesser, Assessor Contábil da FECAM, no uso de suas atribuições, CONVOCA os senhores e senhoras Membros do Colegiado, para reunião.

Data: 23 de outubro de 2014.

Início período matutino às 08h30 na Sede da GRANFPOLIS - Rua Candido Ramos, 250 - Capoeiras - Florianópolis/SC.

Início período vespertino às 14h00 no Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Ordem do dia:

Período Matutino

1. Atraso nos repasses federais referente as transferências do SUS (Esf, Acs e PSB) bem como dos recursos hídricos que tem afetado diretamente os índices de despesas com pessoal da LRF; (Vanderlei - AMAUC)
2. Enquadramento dos Municípios na alíquota do RAT correspondente à atividade preponderante; (Sonia - AMOSC)
3. Lançamento dos repasses (transferências) dos municípios atendidos pela UPA; (Paulo Berté - AMMOC)
4. Dúvidas sobre patrimônio no encerramento do exercício; (Paulo Berté - AMMOC)
5. Despesas com auxílio doença aceitas pelo Tribunal de Contas

como não computadas para efeito do cálculo de despesa com pessoal; (Paulo Berté - AMMOC)

6. Cobrança de tributos (Ex.: IR, COFINS, CSLL, IPVA) das Autarquias Municipais de Saneamento; (Marcos Gertler - AMUNESC)

7. Portaria 358 de 05/09/2014 que trata da unificação das certidões negativas de todos os tributos federais; (Morgana - AMPLA-NORTE)

8. Aposentadoria de servidores públicos. Quem recolhe pelo regime geral e não tem fundo próprio, a complementação para os servidores deve ser feita por lei e por receita própria ou é necessário criar um fundo; (Morgana - AMPLANORTE)

9. TAC da Transparência; (Alexandre Alves - FECAM)

10. Assuntos deliberados na reunião da STN; (Rafael - AMMVI)

Período Vespertino - TCE

1. Fixação de prazo para que o TCE efetue alterações na área contábil para o exercício seguinte, citando como exemplo as alterações na tabela de fontes de recursos para o ano que vem; (Flávio - AMURC)

2. Contratação de Agencia de Publicidade. Qual procedimento a ser adotado para os pagamentos; (Elton - AMAUC)

3. Envio dos relatórios bimestrais do Controle Interno. O TCE vinculou ao envio dos pacotes das unidades gestoras problemas com prazos. Hoje não há penalidade para a contabilidade, mas há apontamento ao Controle Interno; (Cleonis - AMMVI)

4. Adequação do e-Sfinge para atendimento da Portaria nº 358/2014 de 05/09/2014 do Ministério da Fazenda; (Paulo Berté - AMMOC)

5. Ofício TC/GAP 011/2014 - Governança Pública Brasileira; (Alexandre Alves - FECAM)

6. Deliberações do Tribunal de Contas para os municípios; (kliwer Schimitt - Diretor da DMU).

Florianópolis, 14 de outubro de 2014.

RODRIGO GIÁCOMO GUESSER

Assessor Contábil da FECAM

Coordenador do Colegiado

# Consórcios

## ARIS

### Parecer Técnico ARIS-Dr/Dr-042/2014

#### Parecer Técnico ARIS-DR/dr-042/2014

Florianópolis, 11 de setembro de 2014.

Referente: **Estudo de Implantação de Matriz Tarifária para o Município de Rio Rufino – SC**

#### 1. INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta a fundamentação técnica, econômica e jurídica da implantação da primeira matriz tarifária junto ao SASB do município de Rio Rufino.

Na elaboração do referido estudo foram consideradas uma análise de custos incorridos no período de 2013/2014, devidamente encaminhada pelo SASB Rio Rufino. Foram também utilizados, para fins de comparação, dados relativos a custos, oriundos de sistemas de abastecimento semelhantes, no estado de Santa Catarina. Em nível de valores tarifários, também se realizou um comparativo a diversos sistemas semelhantes no país.

Ainda, foram considerados os cenários de ganhos de eficiência quanto à operação dos sistemas de abastecimento de água – SAA e a geração dos recursos necessários para a realização dos investimentos, visando o cumprimento das metas e objetivos do planejamento municipal.

Destaca-se que a ARIS, através de sua Diretoria de Regulação, em processo de vistoria realizado em 2013, verificou a necessidade de investimentos na estrutura operacional dos serviços de abastecimento de água do SASB Rio Rufino e a modelagem de uma estrutura tarifária para ser aplicada no município.

Ademais, pelas informações trazidas pelo SASB Rio Rufino e pela análise do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, realizada pela ARIS, percebe-se que os investimentos no município são significativos, necessitando



de recursos a serem disponibilizados por agentes externos, para fazer frente às obrigações assumidas em face do PMSB.

O presente estudo técnico averiguou, em seus cenários, sob o viés econômico e social, a proposta e composição de uma matriz tarifária apta ao cumprimento das metas previstas para a ampliação e o aperfeiçoamento do sistema de abastecimento de água no município de Rio Rufino.

Este estudo foi modelado a fim de que não haja flutuações no faturamento do SASB Rio Rufino, seja para mais ou para menos, devendo-se então trabalhar de forma segura na matriz tarifária a ser aplicada a fim de trazer sustentabilidade técnico-econômico-financeira, social e ambiental em prol de todos os usuários do SAA de Rio Rufino e em consonância com o PMSB e a lei federal 11.445/2007.

## 2. JUSTIFICATIVA

Os serviços públicos de saneamento básico, entre os quais está o abastecimento público urbano de água potável, são considerados de interesse local.

De acordo com o artigo 30 da Constituição Federal, é competência municipal, entre outras, legislar sobre assunto de interesse local, prestar serviços públicos de interesse local e promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento, e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

*"Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I- legislar sobre assuntos de interesse local;*

*...*

*V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;*

*...*

*VIII – promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;*

*..."*

É, portanto, da competência municipal a prestação direta ou mediante concessão ou permissão, dos serviços de saneamento básico, que são de interesse local.

Atualmente, cerca de 1800 municípios prestam diretamente os serviços de água e esgotos em suas áreas urbanas, por meio de órgãos ou entidades do titular (SAMAES ou DAES), geralmente autárquicos. A prestação direta municipal, abrange em torno de 16,5% da população urbana abastecida com água potável e cerca de 11% da servida com sistemas coletores públicos de esgotos sanitários. Assim como nos casos das empresas estaduais, os serviços prestados pelos municípios variam na qualidade e na eficiência de uma localidade para outra.

A Lei nº 11.445/2007, regulamentada pelo Decreto n. 7.217/2010, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

Sendo assim, a fixação apenas de diretrizes gerais, resulta do fato de não serem de competência da União, o exercício de atividades executivas e operacionais do setor de saneamento.

A Lei nº 11.445/2007 foi concebida de forma a abrigar todas as formas legalmente possíveis de organização institucional dos serviços de saneamento básico, coerente com as múltiplas realidades sociais, ambientais e econômicas do Brasil.

Resumidamente, ela:

- Define saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana e manejo de águas pluviais urbanas. Artigo 3º I, "a", "b", "c" e "d";
- Estabelece que o titular dos serviços formule a respectiva política pública de saneamento básico, devendo entre outras obrigações, a elaboração do plano de saneamento básico compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiver inserido o plano diretor municipal, plano de habitação de interesse local, plano de saúde municipal, podendo receber, inclusive, apoio técnico e financeiro prestado por outros entes da Federação, pelo prestador dos serviços, instituições universitárias ou de pesquisa científica, garantindo a participação da comunidade, movimentos e entidades da sociedade civil. §3º, artigo 25 do Decreto 7.217/10;
- Fornece diretrizes gerais para a regulação dos serviços, a qual deve ser exercida por entidades com autonomia decisória, administrativa, orçamentária e financeira; a regulação e a fiscalização dos serviços podem ser exercidas diretamente pelo titular, ou podem ser delegadas a entidade estadual, de outro município ou de consórcio de municípios;
- Relaciona os direitos e obrigações mínimas de usuários e prestadores dos serviços;
- Fixa os aspectos econômicos e financeiros, estabelecendo as diretrizes básicas para a remuneração pela prestação dos serviços

de saneamento básico, incluindo as hipóteses em que estes podem ser interrompidos.

Alguns dispositivos da Lei nº 11.445/2007 são particularmente importantes, por reduzirem riscos regulatórios na prestação dos serviços de saneamento básico, para qualquer das formas de organização institucional dos mesmos.

Esses dispositivos são relacionados e comentados a seguir:

- Reconhecimento da necessidade de que os serviços de saneamento tenham sustentabilidade econômica.

*"Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:*

*...*

*VII - eficiência e sustentabilidade econômica;*

*...*

*Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:*

*I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;*

- Visão equilibrada da função social do saneamento é importante para a saúde pública, para o meio ambiente e para o bem-estar geral da sociedade, mas que, como um "serviço público" deve ter sustentabilidade econômica para garantir sua prestação com qualidade, confiabilidade e continuidade. Não deixa dúvidas sobre a legitimidade da cobrança pelos serviços de saneamento básico, qualquer que seja a forma de sua organização (prestação direta ou de forma contratada) e nem sobre a obrigação do usuário de pagar pelos serviços oferecidos.

*"Art. 2º Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base nos seguintes princípios fundamentais:*

*I - universalização do acesso;*

*...*

*III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;*

*...*

*V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;*

*Art. 40. Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:*

...

*III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;*

...

*V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado”.*

- Possibilidade de resolução gradual dos problemas ambientais decorrentes da deficiência ou ausência de serviços de saneamento básico. Em muitos casos, há dificuldades no licenciamento ambiental de obras de saneamento, como estações de tratamento de esgotos projetadas para construção em etapas de capacidade e nível de tratamento, pois os órgãos licenciadores exigem que o tratamento seja feito para atender 100% das necessidades de recuperação da qualidade do corpo de água receptor (“tudo ou nada”). A Lei Federal nº 11.445 adequa, nesse sentido, a legislação ambiental à situação real e às possibilidades da sociedade investir em saneamento básico.

*"Art.2º*

*...*

*VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;*

*...*

*Art. 43. A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.*

*...*

*§ 2º A autoridade ambiental competente estabelecerá metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, a partir dos níveis presentes de tratamento e considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.*

*...*

*Art. 9º O titular dos serviços formulará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:*

*I - elaborar os planos de saneamento básico, nos termos desta Lei;*

*II - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;*

*...*

*IV - fixar os direitos e os deveres dos usuários;*

*V - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do caput do art. 3º desta Lei;*

*VI - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;*  
*VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais.*

- A Lei determina que os serviços sejam planejados, regulados e fiscalizados. Fornece conteúdo mínimo da regulação e fiscalização. Permite que o planejamento seja elaborado mediante cooperação de outras entidades, inclusive prestadores de serviços. Permite a delegação da regulação e da fiscalização a outras entidades, inclusive as associações públicas (consórcios públicos de municípios) constituídas para essa finalidade, que possuem competências próprias de natureza regulatória, independência decisória e não acumule funções quaisquer, de serviços regulados, conforme prevê o artigo 8º da Lei Federal nº 11.445/2007 em conjunto com o §4º do art. 2º c/c o §1º, I, do art. 31, ambos do Decreto 7.217/2010. O marco regulatório veda justamente a autorregulação, prática que anteriormente vinha ocorrendo por falta de disposição legal. Destaca-se o §1º do art. 31, do Decreto nº 7.217/2010, onde resta explicitado que o exercício da atividade regulatória poderá se dar por consórcio público constituído para esta finalidade. Portanto para o exercício da regulação nos moldes da atual legislação o consórcio não poderá acumular demais atividades que impliquem diretamente ou indiretamente na prestação de quaisquer serviços. Com isto, reduz o risco da proliferação indiscriminada de órgãos reguladores e de regras de regulação que conflitem com interesses dos prestadores, trazendo segurança aos usuários dos serviços regulados.

*Lei 11.445/2007:*

*Art. 19. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:*

*...*

*V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.*

*§ 1º Os planos de saneamento básico serão editados pelos titulares, podendo ser elaborados com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.*

*...*

*§ 4º Os planos de saneamento básico serão revistos periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual.*

*Art. 21. O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:*

*I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;*

*II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.*

*Art. 22. São objetivos da regulação:*

*- estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;*

*II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;*



*III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;*

*IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.*

*Art. 23. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:*

*...*

*IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;*

*V - medição, faturamento e cobrança de serviços;*

*VI - monitoramento dos custos;*

*VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;*

*VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;*

*IX - subsídios tarifários e não tarifários;*

*X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;*

*XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;*

- A Lei estabelece diretrizes econômicas e sociais, as quais incluem as regras gerais para cobrança dos serviços de saneamento (água e esgoto) por tarifas, além das formas de quantificação dos serviços, como o volume de água consumida e de esgoto coletado. Elimina dúvidas sobre a legitimidade da forma de cobrança de alguns serviços, como os esgotos sanitários, cobrados proporcionalmente ao volume de água consumida. Estabelece diretrizes para revisões tarifárias, reduzindo os fatores de ordem política, por exemplo. Estabelece diretrizes para interrupções ou suspensões dos serviços. Possibilita a negociação de tarifas especiais para grandes usuários e prevê a recuperação de investimentos em bens reversíveis pelo prestador de serviços, o que estimula a ampliação e melhoria das infraestruturas de saneamento básico.

*"Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:*

*I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;*

*...*

*III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.*

*§ 1º Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:*

*I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;*

*II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;*

*III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;*

*IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;*

*V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;*

*VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;*

*VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;*

*VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.*

*§ 2º Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.*

*Art. 30. Observado o disposto no art. 29 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:*

*I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;*

*II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;*

*III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;*

*IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;*

*V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e*

*VI - capacidade de pagamento dos consumidores.*

*Art. 31. Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda serão, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos:*

*I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;*

*II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;*

*III - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.*

*Art. 35. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:*

*I - o nível de renda da população da área atendida;*

*II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;*

*III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.*

*Art. 37. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.*

*Art. 38. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:*

*I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;*

*II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.*

*§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores dos serviços.*

*§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.*

*§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.*

*§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.*

*Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.*

*Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.*

*Art. 41. Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.*

*Art. 42. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.*

*1º Não gerarão crédito perante o titular os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.*

*§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.*

*§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato”.*

Observe-se que, até a vigência da Lei nº 11.445/2007, o setor de saneamento se autorregulava, sem nenhum marco regulatório que estabelecesse regras mínimas, de âmbito nacional, entre titulares e prestadores e usuários dos serviços.

É de fundamental relevância registrar que os reajustes e revisões tarifárias possuem previsão legal na Lei nº 11.445/2007, regulamentado pelo Decreto 7.217/2010 e por norma do ente regulador, conforme dispõe o artigo 108 da Resolução Normativa/ARIS n. 001/2011, que dispõe sobre as condições gerais dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, senão vejamos:

Lei nº 11.445/2007:

*Art. 37. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.*

*Art. 38. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:*

*I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;*

*II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.*

*§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores dos serviços.*

*§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.*

*§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.*

*§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.*

*Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação.*

*Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.*

Decreto nº 7.217/10:

*Seção III*

*Do Reajuste e da Revisão de Tarifas e de Outros Preços Públicos*

*Subseção I*

*Das Disposições Gerais*

*Art. 49. As tarifas e outros preços públicos serão fixados de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de trinta dias com relação à sua aplicação.*

*Subseção II**Dos Reajustes*

*Art. 50. Os reajustes de tarifas e de outros preços públicos de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de doze meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.*

*Subseção III**Das Revisões*

*Art. 51. As revisões compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas e de outros preços públicos praticados e poderão ser:*

*I - periódicas, objetivando a apuração e distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado; ou*

*II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.*

*§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas entidades de regulação, ouvidos os titulares, os usuários e os prestadores dos serviços.*

*§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.*

*§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.*

*§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei no 8.987, de 1995.*

*Resolução Normativa/ARIS nº 001/2011:*

*Art.108. Os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário serão remunerados sob a forma de tarifas e outros preços públicos, reajustáveis periodicamente, de acordo com Resolução tarifária específica, de modo que atenda à geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano Municipal de Saneamento Básico, a recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço em regime de eficiência e a remuneração adequada do capital investido pelo prestador dos serviços.*

Outro fato importante a ser esclarecido é a diferença entre revisão tarifária e reajuste tarifário, este último busca a recomposição frente às perdas inflacionárias de determinado período, apurado num intervalo não inferior a de 12 (doze) meses. No setor do saneamento o reajustamento tarifário mostra-se ainda mais importante diante do viés de saúde pública que os serviços carregam, onde a manutenção, a melhoria e a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário são imprescindíveis para a qualidade de vida dos cidadãos.

### 3. METODOLOGIA DESENVOLVIDA PARA O SASB DE RIO RUFINO

O estudo aplicado foi composto por diferentes etapas de pesquisa a fim de obter referências relevantes na composição de análise dos custos e aferição de tarifas. Deve-se observar que o município não possui uma estrutura tarifária vigente, ou seja, não há cobrança pelos serviços de saneamento e não existe um parque de hidrômetros instalados.

Abaixo identificamos a sequência de trabalho desenvolvida a fim de aplicação do *benchmarking*:

**TABELA 01 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

ITEM	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
1	Busca de dados, quanto aos custos e operação, junto ao SASB de Rio Rufino.
2	Busca por municípios de referência, quanto às tarifas praticadas.
3	Busca por municípios de referência, quanto aos custos e investimentos incorridos na prestação de serviço.
4	Busca por municípios de referência, no Estado de Santa Catarina, quanto a tarifas praticadas (Companhia Estadual) e estrutura de custos (Companhia Estadual)
5	Modelagem das informações dos municípios de referência.
6	Modelagem da estrutura tarifária, para o SASB de Rio Rufino, com base nos dados enviados e dados de referência.
7	Elaboração de Minuta do Parecer Técnico, para apresentação em Audiência Pública.
8	Montagem de planilha dinâmica para interação com os usuários, prestador e poder concedente, no ato da audiência pública.
9	Apresentação, em audiência pública, da estrutura tarifária definida em estudo.
10	Deliberação, conforme ATA, quanto à estrutura tarifária a ser praticada pelo SASB de Rio Rufino e o subsídio a ser estabelecido pelo Poder Concedente de Rio Rufino.
11	Elaboração de Parecer Técnico, a fim de subsidiar, a Resolução Tarifária específica para o SASB de Rio Rufino e posterior Deliberação da ARIS.
12	Apresentação junto ao Conselho de Regulação da ARIS dos estudos, Parecer Técnico e da Minuta de Resolução Tarifária específica para o SASB de Rio Rufino.
13	Encaminhamento à Direção Geral da ARIS da Resolução Tarifária específica e seus anexos, para o SASB de Rio Rufino.
14	Publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, da Deliberação da ARIS, com seus anexos (Resolução Tarifária, Parecer Técnico, ATA de Audiência Pública).

4.



### 3.1- INFORMAÇÕES COLETADAS

O SASB Rio Rufino encaminhou as seguintes informações:

**TABELA 02 – GASTOS SASB RIO RUFINO**

DESCRIÇÃO DOS GASTOS NOS ULTIMOS 12 MESES	VALOR GASTO	IDENTIFICAÇÃO
Material filtrante		
Pedra, seixo rolado e areião	R\$ 7.886,70	Investimento
Areia fina (filtro lento)	R\$ 81.000,00	Investimento
Serviços de terceiros	R\$ 20.000,00	Serv. Terceiros
Software (betha fatura)	R\$ 6.170,00	Investimento
Impressora móvel, coletor de dados	R\$ 7.418,00	Investimento
Software de coleta de dados (inovação)	R\$ 2.990,00	Investimento
Serviços técnicos	R\$ 3.000,00	Serv. Terceiros
Produtos químicos	R\$ 2.940,00	Prod. Químico
Folha de pagamento (anual)	R\$ 48.201,00	Desp. Pessoal
Encargos (anual)	R\$ 10.122,21	Desp. Adm.
Hidrômetros	R\$ 22.387,80	Investimento
Outras despesas	R\$ 15.000,00	Desp. Adm.
<b>Total das despesas</b>	<b>R\$ 227.115,71</b>	

**TABELA 03 – QUESTIONÁRIO1**

DESCRIÇÃO	VALOR ANO
<b>Quantidade total de empregados próprios</b>	03
<b>Arrecadação total</b>	R\$ 0,00
<b>Despesas totais de serviços</b>	R\$ 160.000,00
<b>Despesas com pessoal próprio</b>	R\$ 66.000,00
<b>Despesas com produtos químicos</b>	R\$ 11.760,00
<b>Despesas com energia elétrica</b>	R\$ 3.600,00
<b>Despesas com serviços de terceiros</b>	R\$ 36.000,00
<b>Despesas com outras despesas de exploração</b>	R\$ 12.000,00

**TABELA 04 – QUESTIONÁRIO 2**

SOLICITAÇÃO REALIZADA	RESPOSTA
Qual é o número de economias existentes no município?	350
Qual é o número de domicílios atendidos pelo SASB no município?	350
Qual é o número de estabelecimentos comerciais atendidos pelo SASB no município?	48
Qual é o número de estabelecimentos comerciais de micro/pequeno porte atendidos pelo SASB no município?	23
Qual é o número de estabelecimentos industriais atendidos pelo SASB no município?	01
Qual é o número de estabelecimentos públicos atendidos pelo SASB no município?	18
Qual é o número de Domicílios urbanos atendidos pelo SASB com abastecimento de água no município?	325
Qual é o número de Domicílios rurais atendidos pelo SASB no município?	25
Qual é o número de habitantes enquadrados no CAD único e atendidos pelo SASB no município?	80

### 3.2- TARIFAS DE REFERÊNCIA

A fim de obter tarifas de referência, buscaram-se tarifas de água aplicadas em diversos municípios brasileiros com população de até 10.000 habitantes. Os municípios, cujo prestador é a SABESP, com as respectivas tarifas se encontram a baixo:

**TABELA 05 – TARIFAS DE REFERÊNCIA**

<b>Torrinha/SP - 9.930 hab</b>				
	<b>Faixa de Consumo Mensal (m³/econ.)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Tarifa de Água</b>	<b>Tarifa de Esgoto</b>
<b>Residencial Social</b>	0 a 10	R\$/mês	4,46	3,57
	11 a 20	R\$/m³	0,7	0,56
	21 a 30	R\$/m³	1,51	1,2
	31 a 50	R\$/m³	2,14	1,73
	Acima de 50	R\$/m³	2,56	2,05
<b>Residencial Noturna</b>	0 a 10	R\$/mês	13,15	10,54
	11 a 20	R\$/m³	1,84	1,45
	21 a 50	R\$/m³	2,82	2,24
	Acima de 50	R\$/m³	3,37	2,68
<b>Comercial Normal, Industrial e Pública sem Contrato</b>	0 a 10	R\$/mês	26,41	21,12
	11 a 20	R\$/m³	3,13	2,48
	21 a 50	R\$/m³	5,04	4,03
	Acima de 50	R\$/m³	5,93	4,73
<b>Entidades de Assistência Social e Municipais</b>	0 a 10	R\$/mês	13,2	10,55
	11 a 20	R\$/m³	1,57	1,24
	21 a 50	R\$/m³	2,55	2,04
	Acima de 50	R\$/m³	2,97	2,37
<b>Pública com Contrato</b>	0 a 10	R\$/mês	19,79	15,83
	11 a 20	R\$/m³	2,34	1,87
	21 a 50	R\$/m³	3,8	3,03
	Acima de 50	R\$/m³	4,43	3,56

**TABELA 06 – TARIFAS DE REFERÊNCIA**

<b>Glicério/SP - 4.759 hab</b>				
<b>Categoria</b>	<b>Faixa de Consumo Mensal (m³/econ.)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Tarifa de Água</b>	<b>Tarifa de Esgoto</b>
<b>Residencial Social</b>	0 a 10	R\$/mês	3,32	2,65
	11 a 20	R\$/m³	0,52	0,41
	21 a 30	R\$/m³	0,52	0,89
	31 a 50	R\$/m³	1,6	1,28
	Acima de 50	R\$/m³	1,9	1,52
<b>Residencial Noturna</b>	0 a 10	R\$/mês	9,79	7,84
	11 a 20	R\$/m³	1,37	1,08
	21 a 50	R\$/m³	2,1	1,67
	Acima de 50	R\$/m³	2,51	2
<b>Comercial Normal, Industrial e Pública sem Contrato</b>	0 a 10	R\$/mês	19,65	15,71
	11 a 20	R\$/m³	2,33	1,84
	21 a 50	R\$/m³	3,75	3
	Acima de 50	R\$/m³	4,41	3,52
<b>Entidades de Assistência Social e Municipais</b>	0 a 10	R\$/mês	9,82	7,85
	11 a 20	R\$/m³	1,17	0,92
	21 a 50	R\$/m³	1,9	1,52
	Acima de 50	R\$/m³	2,51	1,76
<b>Pública com Contrato</b>	0 a 10	R\$/mês	14,72	11,78
	11 a 20	R\$/m³	1,74	1,39
	21 a 50	R\$/m³	2,83	2,25
	Acima de 50	R\$/m³	3,3	2,65

**TABELA 07 – TARIFAS DE REFERÊNCIA**

<b>Magda/SP - 3.230 hab</b>				
	<b>Faixa de Consumo Mensal (m³/econ.)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Tarifa de Água</b>	<b>Tarifa de Esgoto</b>
<b>Residencial Social</b>	0 a 10	R\$/mês	4,98	3,98
	11 a 20	R\$/m³	0,77	0,62
	21 a 30	R\$/m³	1,68	1,33
	31 a 50	R\$/m³	2,39	1,93
	Acima de 50	R\$/m³	2,85	2,29
<b>ResidencialNoturna</b>	0 a 10	R\$/mês	14,68	11,76
	11 a 20	R\$/m³	2,05	1,62
	21 a 50	R\$/m³	3,15	2,5
	Acima de 50	R\$/m³	3,76	3
<b>Comercial Normal, Industrial e Pública sem Contrato</b>	0 a 10	R\$/mês	29,48	23,57
	11 a 20	R\$/m³	3,49	2,76
	21 a 50	R\$/m³	5,63	4,5
	Acima de 50	R\$/m³	6,62	5,28
<b>Entidades de Assistência Social e Municipais</b>	0 a 10	R\$/mês	14,73	11,78
	11 a 20	R\$/m³	1,76	1,39
	21 a 50	R\$/m³	2,84	2,28
	Acima de 50	R\$/m³	3,31	2,65
<b>Pública com Contrato</b>	0 a 10	R\$/mês	22,09	17,67
	11 a 20	R\$/m³	2,61	2,09
	21 a 50	R\$/m³	4,24	3,38
	Acima de 50	R\$/m³	4,95	3,97

### **3.3- DADOS GERAIS DE REFERÊNCIA (COMPANHIA ESTADUAL DE SANEAMENTO e SNIS )**

A Coleta de dados se deu com a busca de informações de custos operacionais contidas no Relatório de Custos Analítico da CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento de 2013 e também informações do relatório nacional SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, em sua última publicação com informações referentes ao ano de 2012. Os municípios selecionados estão descritos nas tabelas a seguir. A análise dos municípios da CASAN foi feita para o ano de 2012 (SNIS) e 2013 (Relatório de custos analíticos).

**TABELA 08 – Municípios CASAN 2012 e 2013**

Municípios selecionados - CASAN		
Município	População	Captação
Cunhataí	1.931	Superficial
Painel	2.385	Superficial
Mirim Doce	2.476	Superficial
Palmeira	2.488	Superficial
Urupema	2.507	Superficial
Formosa do Sul	2.603	Superficial
Bandeirantes	2.865	Superficial
Peritiba	2.958	Superficial
Bocaina do Sul	3.393	Superficial
Vargeão	3.590	Superficial

Fonte: CASAN, 2012 e 2013.

**TABELA 09-Municípios selecionados SNIS/LPU/2012**

Municípios selecionados - SNIS/LPU/2012			
Município	População	Economias	Responsabilidade pela Prestação
Toropi	2.952	335	Municipal
Ubiretama	2.296	600	Municipal
Westfália	2.793	300	Municipal
Zabelê	2.075	400	Municipal

Fonte: SNIS, 2012.



Tabela10– Custos Operacionais Companhia Estadual – Relatório Analítico 2013

% Custos Operacionais - Municípios equivalentes - Referência Plano de contas analítico Casan 2013								
DESPESA TOTAL POR MUNICÍPIO	PESSOAL	ENERGIA	PRODUTOS QUÍMICOS	MATERIAL DE MANUTENÇÃO	DESP. ADM	DESP. COMERCIAIS	VEÍCULOS / EQUIPAM./ COMBUST./ LUBRIFIC.	SERVIÇOS DE TERCEIROS
CUNHATAÍ	36,14%	12,50%	2,08%	1,22%	40,60%	0,69%	0,66%	6,09%
PAINEL	68,50%	0,59%	2,17%	7,01%	16,02%	0,59%	0,48%	4,63%
MIRIM DOCE	46,21%	0,45%	1,20%	3,55%	37,83%	1,17%	1,17%	8,43%
PALMEIRA	69,11%	5,04%	2,32%	4,36%	14,13%	0,53%	0,51%	4,00%
URUPEMA	48,68%	2,59%	0,39%	10,11%	30,35%	0,80%	0,62%	6,45%
FORMOSA DO SUL	60,46%	4,72%	3,48%	2,57%	21,81%	0,61%	0,59%	5,76%
BANDEIRANTES	50,60%	0,02%	4,87%	3,11%	33,72%	0,67%	0,74%	6,26%
PERITIBA	47,14%	10,10%	3,08%	2,74%	29,44%	0,72%	0,85%	5,93%
BOCAINA DO SUL	64,43%	2,53%	1,86%	5,61%	20,07%	0,58%	0,47%	4,45%
VARGÊÃO	57,76%	2,25%	2,41%	1,69%	26,17%	0,98%	1,16%	7,58%
Média	56,51%	4,30%	2,41%	4,23%	25,32%	0,72%	0,72%	5,79%
Média Ponderada	<b>45,75%</b>	<b>5,13%</b>	<b>2,33%</b>	<b>4,15%</b>	<b>34,39%</b>	<b>0,81%</b>	<b>0,81%</b>	<b>6,63%</b>

Fonte: Elaboração dos autores, 2013.

Tabela 11 – Custos operacionais – CASAN/SNIS 2012

Custos operacionais - Municípios equivalentes em população e economias - SNIS 2012								
Município	Custo pessoal próprio	Custo produto químico	Custo energia elétrica	Custo com serviços de terceiros	Custos outros	Custo por economia a.m.	Subsídios ou Receitas por economia	Total (ativas) economia
Bandeirante	56%	1%	0%	7%	20%	R\$ 41,58	-R\$ 8,06	348
Bocaina do Sul	69%	1%	2%	5%	4%	R\$ 60,96	-R\$ 14,58	388
Cunhataí	22%	0%	15%	10%	18%	R\$ 40,99	-R\$ 3,15	241
Formosa do Sul	58%	1%	6%	6%	14%	R\$ 52,10	-R\$ 17,59	427
Mirim Doce	31%	1%	0%	18%	19%	R\$ 30,32	R\$ 12,13	375
Ouro Verde	24%	0%	20%	10%	24%	R\$ 36,07	R\$ 5,12	357
Palmeira	66%	1%	10%	6%	5%	R\$ 72,62	-R\$ 31,91	406
Peritiba	50%	3%	17%	8%	5%	R\$ 46,54	-R\$ 5,46	682
Urupema	56%	0%	4%	7%	10%	R\$ 39,14	R\$ 1,85	471
Vargeão	57%	6%	3%	9%	7%	R\$ 38,14	-R\$ 0,59	703
Média	49%	2%	8%	9%	13%	R\$ 45,85	-R\$ 6,22	439,80
Média ponderada	32%	1%	13%	12%	17%	R\$ 38,48	R\$ 2,16	414

Fonte: Elaboração dos autores, 2012.

Dos custos operacionais, obtidos nos municípios analisados no ano de 2013, com base nos dados analíticos da Companhia Estadual, fica evidente a variação de cada componente de custo. A conta de custos com pessoal, em todas as amostras analisadas apresenta maior representatividade na composição final dos custos. Dentro dos valores apresentados, na tabela 10, os valores da linha "Média Ponderada" representam a média dos custos dos municípios que não ultrapassam 50% nos gastos com pessoal.

Observa-se o ajuste dos valores onde os custos com pessoal, energia, produtos químicos e materiais de manutenção apresentam média ponderada menor que a média de todos os municípios. Já as despesas administrativas, as despesas comerciais, os gastos com manutenção/veículos e os gastos com serviços de terceiros apresentam média ponderada maior do que a média total.

A mesma análise descritiva dos dados foi elaborada para as informações extraídas no relatório SNIS 2012 dos mesmos municípios, conforme informações da tabela 11, os dados apresentaram a mesma distribuição nos custos, sendo despesa pessoal o maior custo, seguido das despesas com outros custos e das despesas com energia elétrica. Novamente estipulou-se a média ponderada baseado nos municípios que apresentam despesas pessoais inferiores a 50% do custo operacional total.

Nos dados extraídos do relatório SNIS 2012, foi possível relacionar o custo operacional por economia, ao comparar com a receita por economia, pode-se estimar se os custos operacionais são maiores que as receitas auferidas nos municípios. As diferenças são apresentadas pela coluna "Subsídios ou Receitas por economia", que caracteriza déficit ou receita a ser ajustada pelo município. A fim de ampliar a base de dados para concepção da análise de benchmarking, buscaram-se outros municípios de características semelhantes ao município de referência, com base nos dados do relatório SNIS 2012, baseando-se agora no número da população e a quantidade de economia equivalentes dos municípios, estimou-se o resultado visualizado na tabela 12.

As características dos novos municípios selecionados se assemelham as características encontradas no município de Rio Rufino.

#### **4. ANÁLISE BENCHMARKING**

A principal ferramenta utilizada nos estudos da estrutura tarifária para o município de Rio Rufino foi a de *Benchmarking*. Baseou-se em um processo de identificação, compartilhamento e uso de dados semelhantes, de municípios com proporções, geografia, informações operacionais, etc... equivalentes com as informações enviadas pelo SASB Rio Rufino. Teve como objetivo, criar referências e possibilitar comparações das tarifas praticadas, já aplicadas nestes municípios e possibilitar a criação de uma estrutura tarifária adequada ao SASB de Rio Rufino.

A metodologia proposta para a realização do estudo de *Benchmarking* foi composta pelas seguintes etapas:

- Planejamento: Nesta primeira fase do Benchmarking, definiram-se quais os custos operacionais que influenciam de maneira direta e indireta no valor da tarifa de água, definindo-se as seguintes despesas como as mais influentes: pessoal; energia; produtos químicos; material de manutenção; despesas administrativas; despesas comerciais; veículo/equipamentos/combustível/óleo lubrificante; e serviços de terceiro. Assim como, definiram-se quais os municípios que apresentam características semelhantes com as do município de Rio Rufino, selecionando primeiramente aqueles com população de 1.300 a 3.600hab.
- Análise de dados: Identificou-se a proporção relativa das contas de custos nos municípios, a fim de estimar seus coeficientes em relação ao custo total. A partir das análises realizadas, obteve-se os valores de cada município, com isto, calculou-se a média das contas de custos para obter parâmetros de comparação.

Tabela 12 – Custos Operacionais – SNIS 2012

Custos operacionais por despesas totais de serviço - Municípios equivalentes em população e economias - SNIS 2012								
Município	Custo pessoal próprio	Custo produto químico	Custo energia elétrica	Custo com serviços de terceiros	Custos outros	Custo por economia a.m.	Subsídios ou Receitas	
Zabelê - PB	52%	0%	32%	16%	0%	R\$ 6,49	-R\$ 6,49	
Toropi - RS	40%	1%	35%	24%	0%	R\$23,79	-R\$ 8,62	
Ubiretama - RS	60%	4%	36%	0%	0%	R\$ 6,94	R\$ 0,15	
Westfalia - RS	29%	0%	15%	6%	0%	R\$48,33	R\$ 8,06	
Média	45%	1%	30%	11%	0%	R\$21,39	-R\$ 1,73	
Média ponderada	34%	1%	25%	15%	0%	R\$36,06	-R\$ 0,28	

\* Obs. Coluna subsídios e receitas por economia.

**Receita do Município**

**Despesa do Município**

Fonte: Elaboração dos autores, 2012.

#### **4.1- ANÁLISE DE CUSTO – SABS RIO RUFINO**

Continuando os trabalhos, e a fim de efetivar-se uma análise de custos, foi realizada nova consulta ao SASB Rio Rufino, onde se aferiram os custos totais acumulados no período de 12 meses, a tabela 13 retrata as informações disponibilizadas pelo município.

Os municípios utilizados na análise de *Benchmarking* apresentam características que se assemelham melhor a realidade dos custos encontrados em Rio Rufino, isso porque os custos por atividade de operacional são menores, mais enxutos, característica dos municípios desse porte. Novamente se pode observar a variação dos preços por economia e a eficiência tarifária de cada município, que incube ou não a necessidade de intervenção financeira por parte do município, para garantir a adequada prestação de serviço.

A fim de representar a distribuição de custo operacional do sistema, elaborou-se a tabela 14. Os valores apresentados não levam em consideração os investimentos projetados no PMSB.

Para o desenvolvimento do cálculo da tarifa, foi necessário obter informações sobre a quantidade total de economias e a distribuição das mesmas, como pode ser observado na tabela 15. Através do SASB, soube-se que existem no município 350 economias ao total, sendo: 210 residenciais, 48 estabelecimento comerciais, 01 indústria, 18 estabelecimentos públicos, 25 domicílios rurais e 25 economias consideradas sociais.



**Tabela 13 - Custos atuais de Rio Rufino – Dados do município**

Valores	Custos atuais no Município de Rio Rufino										
	Empregados próprios	Número de Economias	Arrecadação total	Custo com pessoal próprio	Custo com energia elétrica	Custo com produtos químicos	Custo com serviços de terceiros	Custos totais de serviços	Custo com outras despesas de exploração	Investimentos	CUSTO TOTAL
MÊS	3	350	0	R\$ 5.000,00	R\$ 300,00	R\$ 980,00	R\$ 3.000,00	R\$ 39.565,50	R\$ 1.000,00	R\$ 120.434,50	R\$ 283.360,00
ANO	3		0	R\$ 60.000,00	R\$ 3.600,00	R\$ 11.760,00	R\$ 36.000,00	R\$ 39.565,50	R\$ 12.000,00	R\$ 120.434,50	
MÉDIA		350		21,17%	1,27%	4,15%	12,70%	13,96%	4,23%	42,50%	100,00%

Fonte: SASB Rio Rufino, 2013 e 2014.

**Tabela 14 – Distribuição de custos operacionais em Rio Rufino**

Custos no Município de Rio Rufino						
Pessoal	Energia	Produtos químicos	Custo totais de serviços	Despesas comerciais & administrativas	Serviços de terceiros	Total receita
R\$60.000,00	R\$ 3.600,00	R\$11.760,00	R\$ 50.207,79	R\$1.357,71	R\$ 36.000,00	R\$ 0,00
<b>21,17%</b>	<b>1,27%</b>	<b>4,15%</b>	<b>17,72%</b>	<b>0,48%</b>	<b>12,70%</b>	<b>0,00%</b>
						<b>42,50%</b>

Fonte: SASB Rio Rufino, 2013 e 2014.

**Tabela 15– Distribuição das economias em Rio Rufino**

Distribuição das economias - Rio Rufino						
Total de economias	Residencial	Estabelecimento comercial	Estabelecimento comercial micro/pequeno porte	Estabelecimento industrial	Estabelecimento público	Domicílio rural
350	210	48	23	1	18	25

Fonte: SASB Rio Rufino, 2013 e 2014.

As informações contidas na tabela 13 possibilitam mensurar os custos já instituídos, observa-se que nesta relação, se incluíram os investimentos realizados até o momento, na ordem de R\$120.434,50. Na distribuição dos custos por atividade, os valores apurados em Rio Rufino estão abaixo da média dos valores antes mensurados em outros municípios levantados nas pesquisas realizadas nesse trabalho. A tabela 14 é uma representação do padrão de informação utilizada para compor a proporção de cada custo operacional. Para isso, se fez necessário organizar duas novas contas de custo: "Custo totais de Serviços" & o "Custo com despesas Comerciais e Administrativas". Para compor a conta de custos totais de serviços somaram-se as contas "materiais de manutenção" & "veículos / equipam./ combust./ lubrificantes" e ainda reduziu desse valor o "Custo com despesas Comerciais e Administrativas", assim se compôs a conta "Custos totais de Serviços". Já a conta "Custo com despesas Comerciais e Administrativas" é composta nesse estudo por 10% da receita projetada em relação ao número de economias.

Essa distribuição de custos operacionais do sistema possibilita evidenciar as informações a fim de apurar a tarifa média para manutenção do sistema.

A tabela 16 é o estudo do volume faturado estimado por economia ao ano e também o volume estimado micro medido a ser faturado por economia ao ano. Dado o volume total estimado, distribuiu-se o volume por cada categoria em relação ao percentual de participação das mesmas em relação ao número de economias.

Para determinar o valor da tarifa de referência no município de Rio Rufino, consideraram-se os custos totais de operação apresentados atualmente, considerando para a tarifa inicial o valor dos custos sem os investimentos já realizados, a tarifa estimada é R\$38,79, sem considerar o redimensionamento por faixas de consumo. As informações são apresentadas na tabela 17.

A partir da tabela 17, observa-se que a tarifa pode variar entre R\$ 38,79 a R\$ 140,44 de acordo com a definição de investimentos. Tendo uma variação tarifária de R\$ 28,67 para o investimento já realizado e R\$ 101,65 para investimento pelo PMSB.

**Tabela 16 -Distribuição das economias em Rio Rufino – Análise tarifária**

Descrição	Distribuição das economias - ANÁLISE DA TARIFA			
	Economias	Percentual	Receita estimada por volume faturado por economia a.a.	Receita estimada por volume micromedido por economia a.a.
<b>TOTAL</b>	350	-	R\$ 47.821,42	R\$ 34.057,82
<b>Residencial Social</b>	25	7,14%	R\$ 3.415,82	R\$ 2.432,70
<b>Residencial Normal</b>	235	67,14%	R\$ 32.108,67	R\$ 22.867,39
<b>Micro/pequena empresa</b>	23	6,57%	R\$ 3.142,55	R\$ 2.238,09
<b>Estab. Comercial</b>	48	13,71%	R\$ 6.558,37	R\$ 4.670,79
<b>Industrial</b>	1	0,29%	R\$ 136,63	R\$ 97,31
<b>Estab. Público</b>	18	5,14%	R\$ 2.459,39	R\$ 1.751,55

Fonte: Elaboração dos Autores, 2014.

**Tabela 17 – Definição do valor da tarifa**

Descrição	DISTRIBUIÇÃO DAS ECONOMIAS - ANÁLISE DA TARIFA				
	Custos estimados	Investimentos atualizados	Receita necessária	Tarifa estimada	Variação tarifária
<b>Sem investimento</b>	R\$ 162.925,50		R\$ 162.925,50	R\$ 38,79	-
<b>Investimento já realizado</b>	R\$ 283.360,00	R\$ 120.434,50	R\$ 283.360,00	R\$ 67,47	R\$ 28,67
<b>Investimento pelo pmsb</b>	INV. PMSB	R\$ 426.938,33	R\$ 589.863,83	R\$ 140,44	R\$ 101,65

Fonte: Elaboração dos Autores

## 5. DEFINIÇÃO DA ESTRUTURA TARIFÁRIA A SER APRESENTADA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

A tarifa, para este primeiro ano, para os serviços de prestação de abastecimento de água tratada, foi definida em audiência pública realizada no dia 18 de setembro de 2014, no salão principal da Prefeitura Municipal de Rio Rufino.

O cálculo para definição da tarifa baseou-se na tarifa atual cobrada pela Companhia Estadual. Com base, nestes valores e na estrutura tarifária, definiu-se um desconto de 0% para cada categoria, o que resultou em um valor positivo de R\$ 16.917,15 ao SASB Rio Rufino. Observa-se que foi apresentado na audiência pública, que não foram levados em consideração, os investimentos previstos no PMSB, sendo que este saldo positivo deveria ser aplicado para estes fins.

Foi considerado no estudo uma inadimplência estimada de 30% e uma margem de segurança tarifária de 7%.

As categorias e faixas de consumo foram definidas de forma semelhante às praticadas pela Companhia Estadual.

**Tabela 18- Índice de desconto – Tarifa Social**

DIFERENÇA EM RELAÇÃO A TARIFA CASAN -->	0%
RECEITA TARIFÁRIA ESTIMADA MÊS	R\$ 34.951,41
RECEITA TARIFARIA ESTIMADA ANO	R\$ 419.416,91
GASTOS SAMAE	R\$ 402.499,76
RETORNO SASB	R\$ 16.917,15

Fonte: Elaboração dos Autores, 2014.

A estrutura tarifa definida, apresentada em audiência pública esta descrita na tabela 19.

**Tabela 1 - Definição da Estrutura Tarifária - SASB Rio Rufino**

RIO RUFINO				
CATEGORIA	FAIXA	CONSUMO (m³)	UNIDADE	ÁGUA
RESIDENCIAL "A" (SOCIAL)	1	até 10	R\$/mês	<b><u>6,01</u></b>
	2	11 a 25	R\$/m³	1,68
	3	26 a 50	R\$/m³	8,09
	4	maior 50	R\$/m³	9,88
RESIDENCIAL "B"	1	até 10	R\$/mês	<b><u>32,06</u></b>
	2	11 a 25	R\$/m³	5,88
	3	26 a 50	R\$/m³	8,24
	4	maior 50	R\$/m³	9,88
COMERCIAL	1	até 10	R\$/mês	<b><u>47,32</u></b>
	2	11 a 50	R\$/m³	7,85
	3	maior 50	R\$/m³	9,88
MICRO E PEQUENO COMÉRCIO	1	até 10	R\$/mês	<b><u>33,43</u></b>
	2	maior 10	R\$/m³	7,85
INDUSTRIAL	1	até 10	R\$/mês	<b><u>47,32</u></b>
	2	maior 10	R\$/m³	7,85
ESPECIAL > *	1	MAIOR 500		CONTRATO ESPECIAL
PÚBLICA	1	até 10	R\$/mês	<b><u>47,32</u></b>
	2	maior 10	R\$/m³	7,85
TARIFA MÍNIMAS FORAM CALCULADAS PARA A DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO AO USUÁRIO. APÓS ESTE LIMITE SERÁ COBRADO MAIS CONSUMO EFETIVO.				
* VOLUME A SER DEFINIDO DE ACORDO COM ESTUDO DE DEMANDA A SER CONTRATADA				



**Tabela 20 - Definição da Estrutura Tarifária - SASB Rio Rufino**

<b>RIO RUFINO</b>				
<b>CATEGORIA</b>	<b>FAIXA</b>	<b>CONSUMO (m³)</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>ÁGUA</b>
RESIDENCIAL "A" (SOCIAL)	1	até 10	R\$/mês	<b><u>6,01</u></b>
	2	11 a 25	R\$/m³	1,6835
	3	26 a 50	R\$/m³	8,0937
	4	maior 50	R\$/m³	9,8784
RESIDENCIAL "B"	1	até 10	R\$/mês	<b><u>20,839</u></b>
	2	11 a 25	R\$/m³	3,819205
	3	26 a 50	R\$/m³	5,358275
	4	maior 50	R\$/m³	6,42096
COMERCIAL	1	até 10	R\$/mês	<b><u>30,758</u></b>
	2	11 a 50	R\$/m³	5,104385
	3	maior 50	R\$/m³	6,42096
MICRO E PEQUENO COMÉRCIO	1	até 10	R\$/mês	<b><u>21,7295</u></b>
	2	maior 10	R\$/m³	5,104385
INDUSTRIAL	1	até 10	R\$/mês	<b><u>30,758</u></b>
	2	maior 10	R\$/m³	5,104385
ESPECIAL > *	1	*		CONTRATO ESPECIAL
PÚBLICA	1	até 10	R\$/mês	<b><u>30,758</u></b>
	2	maior 10	R\$/m³	5,104385
<b>TARIFA MÍNIMAS FORAM CALCULADAS PARA A DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO AO USUÁRIO. APÓS ESTE LIMITE SERÁ COBRADO MAIS CONSUMO EFETIVO.</b>				
<b>* VOLUME A SER DEFINIDO DE ACORDO COM ESTUDO DE DEMANDA A SER CONTRATADA</b>				

Fonte: Elaboração dos Autores, 2014.

De acordo com a tabela 19 (apresentada em audiência pública), o imóvel deverá se enquadrar em uma das 07 (sete) categorias mencionadas. As categorias podem ser descritas da seguinte maneira:

- **Residencial “A” (SOCIAL):** A fim de universalizar a prestação de serviços de abastecimento de água, o SASB Rio Rufino disponibiliza uma tarifa diferenciada, na qual, denomina-se como “Tarifa Social”. Esta tarifa é cobrada com valor especial, aplicada aos clientes que, comprovadamente, estiverem cadastrado no CAD único junto ao CRAS municipal;
- **Residencial “B”:** A tarifa destinada a categoria Residencial, aplica-se aos imóveis com ocupação exclusiva para fins de moradia ou onde funcione templo religioso ou entidade declarada de utilidade pública pelo município, bem como construções de casa própria, cujas obras sejam realizadas pelo proprietário;
- **Comercial:** A categoria comercial destina-se aos imóveis que possuem como exercício atividades comerciais, de prestação de serviços ou outras atividades não previstas nas demais categorias;
- **Micro e Pequeno comércio:** A categoria de cliente – micro e pequeno comércio diz respeito a uma tarifa intermediária entre a residencial e comercial;
- **Industrial:** A categoria Industrial tem a tarifa aplicada para imóveis destinados ao exercício de atividades industriais;
- **Especial > \*:** É de responsabilidade do SASB Rio Rufino, firmar contrato de demanda mínima, a preço e condições especiais, sendo que, seja tecnicamente e economicamente viável e desde que atenda as normativas regulatórias da ARIS;
- **Pública:** A categoria Pública refere-se à tarifa aplicada para imóveis destinados a atividades do setor público, unidade onde funcionam órgãos e entidades Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, dos Municípios e dos Estados, da União, organizações internacionais e representações diplomáticas;

Quanto aos demais preços públicos o SASB deverá encaminhar planilha a ser aprovada pela ARIS em no máximo 90 dias a partir da publicação da Resolução tarifaria específica.

O volume mensal de água a ser faturado, não poderá ser inferior a 10m<sup>3</sup>, por unidade de consumo de ligação (economia), e corresponde a disponibilidade do sistema, ou seja, quando este consumo for inferior, ainda será faturado o volume correspondente a 10 m<sup>3</sup>, por unidade de consumo, conforme os valores definidos na estrutura tarifária. Tais valores já constam, afim de que seja equacionado o valor mínimo de disponibilidade para

manutenção e operação do sistema de abastecimento, assegurando sustentabilidade econômica mínima ao SASB Rio Rufino.

## 6. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Foi realizada audiência pública, dia 18 de setembro de 2014, junto às sede do poder executivo municipal. Nesta oportunidade os técnicos da ARIS apresentaram o trabalho realizado e a estrutura tarifária proposta, tabela 19.

A ARIS, através da Diretoria de Regulação, apresentou a tabela dinâmica, onde os usuários, representantes do SASB e do poder executivo e legislativo, puderam simular alternativas viáveis a fim de manter a modicidade tarifária e a sustentabilidade econômica mínima ao SASB Rio Rufino. Neste momento foi definido que o executivo através dos atos legais necessários subsidiaria parte dos valores necessários para manutenção do SASB Rio Rufino, ver tabela a seguir.

Ainda ficou definido que o SASB Rio Rufino irá emitir faturas educativas em outubro, novembro e dezembro de 2014, sendo que a medição para primeiro faturamento se dará em janeiro de 2015.

**Tabela 21–Desconto Praticado em Relação a Tarifa da Companhia Estadual**

DIFERENÇA EM RELAÇÃO A TARIFA CASAN -->	<b>35%</b>
RECEITA TARIFÁRIA ESTIMADA MÊS	R\$ 23.193,48
RECEITA TARIFARIA ESTIMADA ANO	R\$ 278.321,74
GASTOS SAMAE	R\$ 402.499,76
RETORNO SASB	-R\$ 124.178,02

**Tabela 22 - Definição da Estrutura Tarifária - SASB Rio Rufino**

RIO RUFINO				
CATEGORIA	FAIXA	CONSUMO (m³)	UNIDADE	ÁGUA
RESIDENCIAL "A" (SOCIAL)	1	até 10	R\$/mês	<b>6,01</b>
	2	11 a 25	R\$/m³	1,68
	3	26 a 50	R\$/m³	8,09
	4	maior 50	R\$/m³	9,88
RESIDENCIAL "B"	1	até 10	R\$/mês	<b>20,84</b>
	2	11 a 25	R\$/m³	3,82
	3	26 a 50	R\$/m³	5,36
	4	maior 50	R\$/m³	6,42

COMERCIAL	1	até 10	R\$/mês	<b><u>30,76</u></b>
	2	11 a 50	R\$/m³	5,10
	3	maior 50	R\$/m³	6,42
MICRO E PEQUENO COMÉRCIO	1	até 10	R\$/mês	<b><u>21,73</u></b>
	2	maior 10	R\$/m³	5,10
INDUSTRIAL	1	até 10	R\$/mês	<b><u>30,76</u></b>
	2	maior 10	R\$/m³	5,10
ESPECIAL >*	1	MAIOR 500		CONTRATO ESPECIAL
PÚBLICA	1	até 10	R\$/mês	<b><u>30,76</u></b>
	2	maior 10	R\$/m³	5,10
<b>TARIFA MÍNIMAS FORAM CALCULADAS PARA A DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO AO USUÁRIO. APÓS ESTE LIMITE SERÁ COBRADO MAIS CONSUMO EFETIVO.</b>				
<b>* VOLUME A SER DEFINIDO DE ACORDO COM ESTUDO DE DEMANDA A SER CONTRATADA</b>				

Como decisão final da audiência pública, ficou estabelecido que em 12 meses a partir do início da cobrança será realizado um novo estudo tarifário para definição das tarifas a partir do gerenciamento a ser praticado neste período pelo SASB Rio Rufino e encaminhados à ARIS.

No anexo A, encontra-se as planilhas de indicadores a serem encaminhados a ARIS.

No anexo B, encontra-se a planilha de controle de custos e volumes com a estrutura tarifaria a ser praticada. Tais planilhas devem ser encaminhadas á ARIS mensalmente.

É o parecer.

---

**Clarice Lenz**  
**Contadora**

---

**Engº Ciro Loureiro Rocha**  
**Coordenador de Normatização**  
**ARIS**  
**CREA-SC 019.067-6**

---

**Magnus Caramori**  
**OAB/SC 13537**

---

**Engº Ricardo Martins**  
**Diretor de Regulação - ARIS**  
**CREA-SC 50.772-5**

**ANEXO A – Deve ser encaminhado em formato Excel (arquivo digital)**

FATURAMENTO E VOLUMES (MÊS A MÊS)							
Categoria	Faixa (m³)	Água					
		Tarifa Praticada	Número de Economias	Número de Ligações	Volume faturado (m³)	R\$ Faturado	Volume lido (m³)
Residencial "A"	0 a 10						
	11 a 25						
	26 a 50						
	Acima de 50						
Residencial "B"	0 a 10						
	11 a 25						
	26 a 50						
	Acima de 50						
Comercial	0 a 10						
	11 a 50						
	Acima de 50						
Micro e pequeno comércio	0 a 10						
	Acima de 10						
Industrial	0 a 10						
	Acima de 10						
Especial > *	Acima de 500						
Pública	0 a 10						
	Acima 10						



## Resolução Normativa/ARIS Nº 05, de 26 de Setembro de 2014

Resolução Normativa/ARIS nº 05, de 26 de setembro de 2014  
Estabelece a estrutura tarifária ao serviço público de abastecimento de água e fixa os valores dos preços públicos dos demais serviços prestados, a serem praticados no Município de Rio Rufino e da outras providências.

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no uso das suas atribuições previstas nas cláusulas 8ª, inciso I, letra "d", 28ª, inciso II, 67ª, inciso IV do Protocolo de Intenções convertido em Contrato de Consórcio Público e;

### CONSIDERANDO:

As disposições dos artigos 22, IV, 23, IV, 29, I, § 1º, 30, 31 e 39 da Lei federal nº 11.445/2007;

As disposições dos artigos 96, Parágrafo único e 108 da Resolução Normativa/ARIS nº 001/2011;

O Ofício nº 183/2014, datado de 04 de setembro de 2014, no qual o Município, solicita a implantação da estrutura tarifária ao serviço público de abastecimento de água, junto ao SASB - Serviço Autônomo de Saneamento Básico;

Que a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, através do procedimento administrativo nº 170/2014, concluiu pela fixação dos valores das tarifas e dos preços públicos dos demais serviços prestados pelo SASB;

A realização, no município de Rio Rufino, de audiência pública, na data de 18 de setembro do corrente ano, onde foram analisados e aprovados o conteúdo do parecer técnico nº 42/2014, de 11 de setembro de 2014.

### RESOLVE:

Art. 1º Fixar a Estrutura Tarifária ao Serviço Autônomo de Saneamento Básico - SASB, composta por 7 (sete) categorias (Residencial "A" (Social); Residencial "B", Comercial, ME, Industrial, Especial e Pública), a vigorar a partir de janeiro de 2015.

Parágrafo único. A contraprestação pelo serviço público de abastecimento de água por ligação ou economia, em qualquer das categorias, nunca será inferior à tarifa correspondente ao consumo de 10 m³/mês (dez metros cúbicos por mês), exceto na Categoria Especial.

Art. 2º Fixar os valores das tarifas de água, conforme tabela do Anexo I, desta Resolução, a vigorar a partir de janeiro de 2015.

Art. 3º Fixar os valores dos Preços Públicos dos demais serviços prestados pelo SASB, conforme tabela do Anexo II, desta Resolução, a vigorar a partir de janeiro de 2015.

Art. 4º Para fins de divulgação o SASB afixará as tabelas com os valores estabelecidos nesta Resolução em local de fácil acesso, em seu site institucional e, através de mensagens inseridas em suas faturas sobre a determinação de tarifas em contraprestação aos serviços públicos.

Art. 5º Os valores a serem cobrados, estabelecidos nesta Resolução, somente serão praticados pelo SASB, sobre o consumo medido a partir de 01 de janeiro de 2015.

Parágrafo único. O SASB realizará as leituras/medições a partir do consumo de outubro/2014, emitindo as respectivas faturas a título educativo/informativo, conforme definido na audiência pública.

Art. 6º As dúvidas suscitadas na aplicação desta Resolução serão resolvidas pelo Conselho de Regulação da ARIS.

Art. 7º A ARIS acompanhará a evolução histórica da implementação da estrutura tarifária para eventuais correções/ajustes ao longo do período de um ano.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no órgão de publicidade oficial da ARIS.

Florianópolis, 26 de setembro de 2014.

GILBERTO VALENTE CANALI  
Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

AFONSO VEIGA FILHO  
Conselheiro da ARIS

MARCOS FERNANDO ZANELLA  
Conselheiro da ARIS

NÁDIA BOFF RIBEIRO  
Conselheiro da ARIS

WILLIAN CARLOS NARZETTI  
Conselheiro da ARIS

### ANEXO I - Definição da Estrutura Tarifária - SASB Rio Rufino

RIO RUFINO				
CATEGORIA	FAIXA	CONSUMO (m³)	UNIDADE	ÁGUA
RESIDENCIAL "A" (SOCIAL)	1	até 10	R\$/mês	6,01
	2	11 a 25	R\$/m³	1,68
	3	26 a 50	R\$/m³	8,09
	4	maior 50	R\$/m³	9,88
RESIDENCIAL "B"	1	até 10	R\$/mês	20,84
	2	11 a 25	R\$/m³	3,82
	3	26 a 50	R\$/m³	5,36
	4	maior 50	R\$/m³	6,42
COMERCIAL	1	até 10	R\$/mês	30,76
	2	11 a 50	R\$/m³	5,10
	3	maior 50	R\$/m³	6,42
MICRO E PEQUENO COMÉRCIO	1	até 10	R\$/mês	21,73
	2	maior 10	R\$/m³	5,10
INDUSTRIAL	1	até 10	R\$/mês	30,76
	2	maior 10	R\$/m³	5,10
ESPECIAL >*	1	MAIOR 500		CONTRATO ESPECIAL
PÚBLICA	1	até 10	R\$/mês	30,76
	2	maior 10	R\$/m³	5,10
TARIFA MÍNIMAS FORAM CALCULADAS PARA A DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO AO USUÁRIO. APÓS ESTE LIMITE SERÁ COBRADO MAIS CONSUMO EFETIVO.				
* VOLUME A SER DEFINIDO DE ACORDO COM ESTUDO DE DEMANDA A SER CONTRATADA				

## ANEXO II - Tabela de Preços Rio Rufino

Tabela de Serviços Rio Rufino			
Serviço	Descrição	Preço*	Prazo
Emissão 2 via de fatura	Extravio	R\$ 2,64	Imediato
	Por culpa SAMAE	Gratuito	Imediato
	Emitida pelo usuário por meio de internet ou totem	Gratuito	Imediato
Religação	Corte Cavalete - Falta Pagamento	R\$ 23,94	48 horas
	Corte Cavalete - Sanção Regular	R\$ 123,34	48 horas
	Corte Cavalete - Corte Violado	R\$ 49,29	48 horas
	Corte Ramal Predial - Falta de Pagamento	R\$ 68,72	48 horas
	Corte Ramal Predial - Sanção Regular	R\$ 195,09	48 horas
	Corte Ramal Predial - Corte Lacre Violado	R\$ 152,24	48 horas
	Suspensão Indevida	R\$ -	6 horas
Taxa entrega de Fatura	Via Correio	R\$ 0,87	3 dias úteis
Deslocamento de Ramal Predial	Diâmetro 1/2" e 3/4" em Logradouro com Asfalto	R\$ 112,17	7 dias úteis
	Diâmetro 1/2" e 3/4" em Logradouro sem Asfalto	R\$ 85,20	7 dias úteis
	Diâmetro 1" em Logradouro com Asfalto com material fornecido pelo Cliente	R\$ 35,38	7 dias úteis
	Diâmetro 1" em Logradouro sem Asfalto com material fornecido pelo Cliente	R\$ 35,38	7 dias úteis
	Diâmetro Superior a 1" em Logradouro com Asfalto com material fornecido pelo Cliente	R\$ 44,23	7 dias úteis
	Diâmetro Superior a 1" em Logradouro sem Asfalto com material fornecido pelo Cliente	R\$ 44,23	7 dias úteis
Fornecimento Especial de água por carro pipa	A pedido do cliente para eventos temporários - preço por carga Transp.	R\$ 180,52	3 horas
	Interesse SAMAE	R\$ -	24 horas

Tabela de Serviços Rio Rufino			
Serviço	Descrição	Preço*	Prazo
Instalação de Ligação de água	não residencial Diâmetro de 1/2" e 3/4" em Logradouro com asfalto	R\$ 92,92	7 dias úteis
	não residencial Diâmetro de 1/2" e 3/4" em Logradouro sem asfalto	R\$ 92,92	7 dias úteis
	não residencial Diâmetro de 1" em Logradouro com asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 275,73	7 dias úteis
	não residencial Diâmetro de 1" em Logradouro sem asfalto com material fornecido pelo cliente	R\$ 275,73	7 dias úteis
	Residencial - Baixa Renda Diâmetro de 1/2" e 3/4" em logradouro com Asfalto	R\$ 31,89	7 dias úteis
	Residencial - Baixa Renda Diâmetro de 1/2" e 3/4" em logradouro sem Asfalto	R\$ 31,89	7 dias úteis
	Residencial Diâmetro de 1/2" e 3/4" em logradouro com Asfalto	R\$ 84,49	7 dias úteis
	Residencial Diâmetro de 1/2" e 3/4" em logradouro sem Asfalto	R\$ 84,49	7 dias úteis
	Residencial Diâmetro 1" em Logradouro com Asfalto com material fornecido pelo Cliente	R\$ 275,73	7 dias úteis
	Residencial Diâmetro 1" em Logradouro sem Asfalto com material fornecido pelo Cliente	R\$ 275,73	7 dias úteis
	Diâmetro Nominal 1 1/2" em Logradouro com asfalto - Material fornecido pelo Cliente	R\$ 411,12	7 dias úteis
	Diâmetro Nominal 1 1/2" em Logradouro sem asfalto - Material fornecido pelo Cliente	R\$ 411,12	7 dias úteis
	Diâmetro Nominal 2" em Logradouro com asfalto - Material fornecido pelo Cliente	R\$ 575,88	7 dias úteis
	Diâmetro Nominal 2" em Logradouro sem asfalto - Material fornecido pelo Cliente	R\$ 575,88	7 dias úteis
	Diâmetro Nominal Superior a 2" em Logradouro com asfalto - Material fornecido pelo Cliente	R\$ 1.538,94	7 dias úteis
	Diâmetro Nominal Superior a 2" em Logradouro sem asfalto - Material fornecido pelo Cliente	R\$ 1.538,94	7 dias úteis
Inspeção em serviços de ligação	Primeira Inspeção	Gratuito	3 dias úteis
	Segunda e demais inspeções	R\$ 20,60	3 dias úteis
Substituição de Cavalete	A pedido do cliente	R\$ 33,70	7 dias úteis

Tabela de Serviços Rio Rufino

Serviço	Descrição	Preço*	Prazo
Substituição do Hidrômetro	Diâmetro de 1/2" e 3/4" para aferição a pedido do cliente	R\$ 27,68	2 dias úteis
	Diâmetro de 1" para aferição a pedido do cliente	R\$ 59,45	2 dias úteis
	Diâmetro de 1 1/2" para aferição a pedido do cliente	R\$ 94,47	2 dias úteis
	Diâmetro de 2" para aferição a pedido do cliente	R\$ 137,20	2 dias úteis
	Danificado Diâmetro 1/2" e 3/4" Capacidade 3m³/hora	R\$ 179,80	2 dias úteis
	Danificado Diâmetro 3/4" Capacidade 5m³/hora	R\$ 187,56	2 dias úteis
	Danificado Diâmetro 1" Capacidade 7m³/hora	R\$ 371,16	2 dias úteis
	Danificado Diâmetro 1" Capacidade 10m³/hora	R\$ 356,12	2 dias úteis
	Danificado Diâmetro 2" Capacidade 30m³/hora	R\$ 851,00	2 dias úteis
	Danificado Diâmetro 2" Capacidade 300m³/dia	R\$ 1.801,68	2 dias úteis
	Danificado Diâmetro 3" Capacidade 1100m³/dia	R\$ 2.462,41	2 dias úteis
	Danificado Diâmetro 4" Capacidade 1800m³/dia	R\$ 3.537,15	2 dias úteis
	Danificado Diâmetro 6" Capacidade 4000m³/dia	R\$ 12.113,63	2 dias úteis
	Invertido Consumidor Normal	R\$ 160,42	2 dias úteis
	Invertido Grande Consumidor	R\$ 160,42	2 dias úteis
	Por Furto/Roubo - Com B.O.	R\$ 179,80	2 dias úteis
	Manutenção Corretiva (desgaste)	Gratuito	2 dias úteis
	Lacre Violado	R\$ 19,62	2 dias úteis

Tabela de Serviços Rio Rufino			
Serviço	Descrição	Preço*	Prazo
Análise de Água Físico Químico	Acidez	R\$ 13,72	5 horas
	Alcalinidade Fenolftaleína	R\$ 2,28	5 horas
	Alcalinidade Total Metilorange	R\$ 13,72	5 horas
	Alumínio Residual	R\$ 21,43	5 horas
	Bióxido / Carbono	R\$ 6,62	5 horas
	Cálcio	R\$ 6,62	5 horas
	Cloretos	R\$ 13,72	5 horas
	Cloro Residual	R\$ 13,72	5 horas
	Condutância Específica	R\$ 13,72	5 horas
	Contagem Padrão / Placa	R\$ 95,56	5 horas
	Cor Aparente	R\$ 13,72	5 horas
	Cor Real	R\$ 13,72	5 horas
	Dureza Total	R\$ 13,72	5 horas
	Dureza Cálcio	R\$ 6,62	5 horas
	Dureza Magnésio	R\$ 6,62	5 horas
	Ferro	R\$ 21,43	5 horas
	Fluoreto	R\$ 21,43	5 horas
	Fosfato Total	R\$ 103,50	5 horas
	Magnésio	R\$ 21,43	5 horas
	Nitratos	R\$ 32,73	5 horas
	Nitritos	R\$ 32,73	5 horas
	Oxigênio Consumido/Meio Ácido	R\$ 21,43	5 horas
	Oxigênio Dissolvido	R\$ 21,43	5 horas
	PH	R\$ 13,72	5 horas
	Sólidos Sedimentares	R\$ 20,95	5 horas
	Sólidos Totais Dissolvidos / 105 Graus Centígrados	R\$ 24,25	5 horas
	Sólidos Totais Fixos / 550 Graus Centígrados	R\$ 24,25	5 horas
	Sólidos Totais Voláteis / 550 Graus Centígrados	R\$ 36,35	5 horas
	Sólidos / Totais / 105 Graus Centígrados	R\$ 19,49	5 horas
	Sólidos / Suspensos Voláteis / 550 graus centígrados	R\$ 13,72	5 horas
	Sulfato Total	R\$ 24,44	5 horas
	Temperatura	R\$ 2,40	5 horas
	Turbidez	R\$ 13,72	5 horas
Análise de Água Bacteriológica	Determinação número mais provável de coliformes totais / E. Coli	R\$ 192,38	5 horas
Conserto Cavalete	Danificado	R\$ 16,73	1 dia útil
Deslocamento de Cavalete	Diâmetro Nominal Superior a 2" - Material Fornecido pelo Cliente	R\$ -	7 dias úteis
	Diâmetro Nominal 1 1/2" - Material fornecido pelo Cliente	R\$ -	7 dias úteis
	Diâmetro Nominal 1/2" e 3/4"	R\$ 33,58	7 dias úteis
	Diâmetro Nominal 1" - Material Fornecido Pelo Cliente	R\$ 33,58	7 dias úteis

**CIGA****Termo de Julgamento E Adjudicação do Pregão Eletrônico Nº 07/2014**

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2014  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2014

Após análise da documentação apresentada referente ao Pregão Eletrônico nº 07/2014, o Sr. Marcello André Previdi, pregoeiro responsável, adjudica a seguinte empresa vencedora: S. F. DOS SANTOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA-ME, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 15/2014.

Florianópolis, 14 de outubro de 2014.  
Marcello André Previdi  
Pregoeiro

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico Nº 07/2014**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2014  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2014

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão Eletrônico nº 07/2014 - Processo Licitatório nº 15/2014, no qual restou vencedora do certame a seguinte empresa: S. F. DOS SANTOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA-ME, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório nº 15/2014.

Florianópolis, 14 de outubro de 2014.  
Nelson Guindani  
Presidente do CIGA



**Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico Nº 07/2014****- ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO -**

Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0007-2014 do(a) CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA.

**NOME DO PROMOTOR:** CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA  
**EDITAL / PROCESSO:** 0007-2014 / 15/2014  
**DATA DE REALIZAÇÃO:** 1 de Outubro de 2014 às 14:00  
**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS** Iniciado em 19/09/2014 08:00 e finalizado em 01/10/2014 13:50  
**LOCAL:** www.bl.org.br  
**PREGOEIRO RESPONSÁVEL:** MARCELLO ANDRÉ PREVIDI  
**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, ELETROELETRÔNICOS E UTENSÍLIOS MÓVEIS EM GERAL

Ao 1 dia do mês de outubro de 2014, no endereço eletrônico www.bl.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro(a) MARCELLO ANDRÉ PREVIDI do(a) CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA para proceder a sessão pública de pregão eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.

Inicialmente, ficou registrado que as 08:00 horas do dia 19/09/14 teve início, por meio do sistema eletrônico, conforme consta no edital, o prazo para recebimento das propostas iniciais de preços. Foi(ram) resgistrado(s) o(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) inicial(is) de preços, por lote(s), do(s) seguinte(s)

**LOTE: 000001 HOMOLOGADO****14/10/14 01:47**

Notebook Ultraportátil:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Notebook com tela de 13,1 a 14 polegadas • Peso máximo com bateria de 1.3Kg • Cor preta, prata ou cinza • Resolução mínima de 1920x1080 • Disco SSD de 120GB. Processador com pontuação CPU Marks ( <a href="http://www.cpubenchmark.net/">http://www.cpubenchmark.net/</a> ) superior a 2500 • Memória 4GB DDR3 1600MHz • Espessura máxima de 2,0cm • Webcam 1.3mb, microfone e alto-falantes embutidos • Conexão Ethernet 10/100/1000, Bluetooth 4.0 e Wireless 802.11b/g/n • Portas: 1 VGA (ou adaptador), 1 HDMI, 1 USB 3.0, 2 USB 2.0, 3 in 1 (SD, SDHC, SDXC), 1 entrada fone, 1 entrada microfone ou combo • Autonomia esperada de 6h em operação com bateria Sistema operacional Windows 8 ou 8.1 em português e Microsoft Office 2013 Business em Português • Teclado padrão ABNT2 • Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136) • Garantia de 1 ano com assistência "on-site" em até 72 horas	UND	ACER	1	3.235,00

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	S. F. DOS SANTOS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME	M 17.744.989/0001-40	01/10/14 09:43:37 4.000,00	01/10/14 15:15:42 3.235,00
2	ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME	M 03.913.645/0001-03	01/10/14 10:06:34 4.000,00	01/10/14 15:15:30 3.238,00
3	AVA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	M 11.731.584/0001-91	30/09/14 16:41:13 4.000,00	01/10/14 15:10:09 3.400,00

**LOTE: 000002 HOMOLOGADO****14/10/14 01:47**

Notebook:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Notebook com tela de 14 a 16 polegadas, LED, antirreflexo • Resolução mínima de 1366x768 • 1TB de disco SATA 5400 RPM • 8GB Dual Channel DDR3 1600MHz (2x4Gb) • GPU com suporte DirectX 11 e 2GB de RAM dedicada • Processador de 4 núcleos com frequência de 3GHz e cache L3 de 4MB • Leitor e Gravador CD/DVD • Portas 2 USB 3.0 e 1 USB 2.0, 1Saída HDMI 1.4 • Microfone e Caixas de som integrados • Entrada para fone e microfone • Leitor de cartões de mídia integrado • Autonomia estimada de 3 horas de operação com bateria • Sistema operacional Windows 8 ou 8.1 em português e Microsoft Office 2013 Business em Português • Teclado padrão ABNT2 • Alimentação de energia 110V/220V com conector em padrão nacional (NBR 14136) • Garantia de 1 ano com assistência "on-site" em até 72 horas	UND	ACER	4	2.956,44

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1	S. F. DOS SANTOS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME	M 17.744.989/0001-40	01/10/14 09:43:37 3.000,00	01/10/14 15:03:40 2.956,44
2	ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME	M 03.913.645/0001-03	01/10/14 10:06:34 3.000,00	01/10/14 15:03:36 2.957,88
3	AVA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	M 11.731.584/0001-91	30/09/14 16:41:13 3.000,00	01/10/14 14:32:45 3.000,00

**LOTE: 000003 CANCELADO****01/01/01 12:00**

Smartphone:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
	Smartphone Dual SIM com tecnologias 2G e 3G multibanda compatível com o sistema de redes brasileiras • Resolução de tela de 720 x 1280 em 4.5 polegadas • Tela multitouch • 1 GB Memória RAM e 8 GB de memória interna de armazenamento • Wi-Fi 802.11 b/g/n, Wi-Fi hotspot. Bluetooth

1 / 3

4.0 • USB 2.0 • Câmera primária de 5Mp (2592 x 1944 pixels, autofocus com Flash, geotag, touch focus, detecção de face, HDR, panorama) • Gravação de vídeo 720p 30fps • Câmera frontal de 1.3Mp • Sistema Android 4.1 ou superior • Processador quad-core 1.2 GHz • Sensores internos de aceleração, proximidade e compasso • Sistema de mensagem SMS, MMS, Email, Push Email. Brower compatível com HTML5 • Rádio FM • GPS • Suporte a Java ou Emulador Java • Permissão para instalação de programas Android homologados ou não • Bateria de Li-ion 2000 mAh • Google Play Store integrado ao OS oficial

1

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UND		7	0,00

**LICITANTES INABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 AVA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	M 11.731.584/0001-91	30/09/14 16:41:13 950,00	14/10/14 19:21:08 0,00
Valor da proposta maior que o preço máximo.			
2 ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME	M 03.913.645/0001-03	01/10/14 10:06:34 600,00	14/10/14 19:21:08 0,00
Não cumpriu o item 11.4. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada nasede do CIGA, até 3 dias úteis seguintes ao do encerramento da fase de julgamento das propostas.			

**LOTE: 000004 CANCELADO**

01/01/01 12:00

Headset

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Conjunto do tipo Headset, com fone e microfone acoplado • Conectores independentes para fone e microfone do tipo P2 stereo e P2 mono • Cabo com extensão de 1.8 metros • Ajuste de largura na cabeça • Base do fone em material suave em ambos os lados, com 2 fones de alta sensibilidade (>100dB) • O fone deve ser do tipo isolante, projetado para ser apoiado ao redor da orelha e não a pressionando	UND		10	0,00

**LICITANTES INABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME	M 03.913.645/0001-03	01/10/14 10:06:34 60,00	14/10/14 19:21:08 0,00
Não cumpriu o item 11.4. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada nasede do CIGA, até 3 dias úteis seguintes ao do encerramento da fase de julgamento das propostas.			

**LOTE: 000005 HOMOLOGADO**

14/10/14 01:47

Mouse

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Mouse ótico (laser) • Com 3 botões: Esquerdo, direito e "scroll" • Cor: preto ou cinza • Tecnologia sem fio a 2.4GHz com receptor do tipo "nano" • Plug and play sem necessidade de drivers adicionais • Alimentação com 1 pilha do tipo AA • Dimensão aproximada de 4cm x 5,5cm x 9,5cm	UND	SATELITE	10	45,00

**LICITANTES HABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 AVA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	M 11.731.584/0001-91	30/09/14 16:41:13 100,00	14/10/14 19:21:08 0,00
2 S. F. DOS SANTOS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME	M 17.744.989/0001-40	01/10/14 09:43:37 45,00	01/10/14 14:32:45 45,00

**LICITANTES INABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
3 ADEDO COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME	M 03.913.645/0001-03	01/10/14 10:06:34 45,00	14/10/14 19:21:08 0,00
Não cumpriu o item 11.4. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada nasede do CIGA, até 3 dias úteis seguintes ao do encerramento da fase de julgamento das propostas.			

**LOTE: 000006 CANCELADO**

01/01/01 12:00

Suporte para notebook

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Suporte de mesa para notebook com altura regulável e estrutura metálica • Em cor preta, cromada ou cinza escuro • Com resistência mínima de 3KG e utilizável com notebook de 10 a 17 polegadas	UND		10	0,00

**LICITANTES INABILITADOS**

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 AVA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	M 11.731.584/0001-91	30/09/14 16:41:13 90,00	14/10/14 19:21:08 0,00

2 / 3

Valor do lance maior que o preço máximo.

2	AEDED COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME	M	03.913.645/0001-03	01/10/14 10:06:34	25,00	14/10/14 19:21:08	0,00
---	--	---	--------------------	-------------------	-------	-------------------	------

Não cumpriu o item 11.4. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada nasede do CIGA, até 3 dias úteis seguintes ao do encerramento da fase de julgamento das propostas.

**LOTE: 000007 HOMOLOGADO****14/10/14 01:47**

HD SSD

**ITEM ESPECIFICAÇÃO**

1

Capacidade igual ou maior que 256GB • Interface Sata3 (6GB/s) • Sequential Read Speed maior que 540 mb/s • Sequential Write Speed maior que 460 mb/s • Random Read Speed IOPS maior que 80.000 • Random Write Speed IOPS maior que 70.000

**UNIDADE**

UND

**MARCA**

SAMSUNG

**QUANTIDADE**

3

**PREÇO**

758,00

**LICITANTES HABILITADOS**

	LICITANTE		CPF/CNPJ		PROPOSTA		MELHOR LANCE
1	S. F. DOS SANTOS EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA - ME	M	17.744.989/0001-40	01/10/14 09:43:37	1.000,00	01/10/14 15:26:43	758,00
2	BELLCOMSYS COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS EM INFORMATICA LTDA	M E	09.116.592/0001-86	01/10/14 13:47:08	6.000,00	01/10/14 15:26:34	759,99
3	AEDED COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECCOES LTDA - ME	M	03.913.645/0001-03	01/10/14 10:06:34	1.000,00	01/10/14 15:21:05	766,99

Todos os registros registrados no sistema, bem como eventuais manifestações de interposição de recursos dos participantes, estão devidamente contidos no(s) relatório(s) descritivo(s) da(s) sessão(ões) individualizado(s) por lote(s), que é (são) parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, a autoridade competente declara homologados os lotes relacionados nessa ata.

**NELSON GUINDANI**

**CIM-AMAVI****Resolução Nº 08, de 14/10/2014**

RESOLUÇÃO nº 08, de 14/10/2014.

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial de uma profissional para exercer a função de Cuidadora no Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock.

JOSÉ CONSTANTE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho de Administração,

**CONSIDERANDO:**

Que a estrutura de pessoal prevista no Contrato de Rateio e alteração do Contrato de Consórcio Público em decorrência de amplos estudos formalizados pelos entes envolvidos na instalação da entidade, quais sejam, Municípios, CIM-AMAVI, Ministério Público e Poder Judiciário, prevê o mínimo de 08 cuidadoras a fim de permitir o integral atendimento aos abrigados;

Que o contrato por prazo determinado da cuidadora Solange dos Santos Vieira encerrou no dia 14/10/2014;

Que há necessidade imprevisível e urgente de contratar um profissional para exercer a função de cuidadora em substituição à contratada anteriormente citada, de imediato;

Que foi esgotada a lista de candidatos classificados em espera nos Processos Seletivos já realizados;

Que será realizado processo seletivo visando à contratação de profissionais e preenchimento de cadastro de reserva para outras funções do quadro da entidade, inclusive para a função de Cuidadora, assim que for ratificada pelas Câmaras Municipais dos entes consorciados a Resolução nº 05/2014 eis que esta, ao alterar o Contrato de Consórcio Público, promoveu alterações no regime jurídico dos profissionais tornando-o regime jurídico especial e permitiu que o prazo para contratações temporárias fundadas na implantação e execução de programas em fase inicial ou período experimental seja prorrogado;

Que a Resolução nº 05/2014 já foi encaminhada com minuta de projeto de lei de ratificação a todos os Municípios Consorciados, que por sua vez comprometeram-se, em Assembleia, a promover os encaminhamentos necessários junto às Câmaras Municipais de Vereadores para a devida aprovação o que, por certo, dar-se-á em prazos diversos, dadas as peculiaridades de cada Município;

Que não ocorrendo a ratificação da Resolução nº 05/2014 por todos os Municípios Consorciados, as alterações do Contrato de Consórcio Público não entrarão em vigor, ficando comprometida a continuidade das ações do acolhimento institucional, sendo inviável, portanto, a realização de processo seletivo antes da vigência do referido permissivo legal;

Que não houve deliberação para realização de concurso público e preenchimento de empregos públicos, dada a impossibilidade de avaliar, pelo curto prazo de atividades desenvolvidas e sua perspectiva inovadora, a perpetuidade ou não da entidade de acolhimento;

Que o Contrato de Consórcio Público prevê no § 20 da Cláusula Décima Sétima que ☐ Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração ☐.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a contratação temporária em caráter emergencial de um profissional para exercer a função de Cuidadora no Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock pelo prazo de 06 (seis) meses.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

**Resolução Nº 09, 14/10/2014**

RESOLUÇÃO nº 09, de 14/10/2014.

Autoriza a contratação temporária em caráter emergencial de uma profissional para exercer a função de Cuidadora no Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock.

JOSÉ CONSTANTE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais, por decisão do Conselho de Administração,

**CONSIDERANDO:**

Que a estrutura de pessoal prevista no Contrato de Rateio e alteração do Contrato de Consórcio Público em decorrência de amplos estudos formalizados pelos entes envolvidos na instalação da entidade, quais sejam, Municípios, CIM-AMAVI, Ministério Público e Poder Judiciário, prevê o mínimo de 08 cuidadoras a fim de permitir o integral atendimento aos abrigados;

Que a cuidadora Kátia Becher Hortsmann entrará em licença maternidade;

Que há necessidade imprevisível e urgente de contratar um profissional para exercer a função de cuidadora em substituição à contratada citada, de imediato;

Que foi esgotada a lista de candidatos classificados em espera nos Processos Seletivos já realizados;

Que será realizado processo seletivo visando à contratação de profissionais e preenchimento de cadastro de reserva para outras funções do quadro da entidade, inclusive para a função de Cuidadora, assim que for ratificada pelas Câmaras Municipais dos entes consorciados a Resolução nº 05/2014 eis que esta, ao alterar o Contrato de Consórcio Público, promoveu alterações no regime jurídico dos profissionais tornando-o regime jurídico especial e permitiu que o prazo para contratações temporárias fundadas na implantação e execução de programas em fase inicial ou período experimental seja prorrogado;

Que a Resolução nº 05/2014 já foi encaminhada com minuta de projeto de lei de ratificação a todos os Municípios Consorciados, que por sua vez comprometeram-se, em Assembleia, a promover os encaminhamentos necessários junto às Câmaras Municipais de Vereadores para a devida aprovação o que, por certo, dar-se-á em prazos diversos, dadas as peculiaridades de cada Município;

Que não ocorrendo a ratificação da Resolução nº 05/2014 por todos os Municípios Consorciados, as alterações do Contrato de Consórcio Público não entrarão em vigor, ficando comprometida a continuidade das ações do acolhimento institucional, sendo inviável, portanto, a realização de processo seletivo antes da vigência do referido permissivo legal;

Que não houve deliberação para realização de concurso público e preenchimento de empregos públicos, dada a impossibilidade de avaliar, pelo curto prazo de atividades desenvolvidas e sua perspectiva inovadora, a perpetuidade ou não da entidade de acolhimento;

Que o Contrato de Consórcio Público prevê no § 20 da Cláusula Décima Sétima que ☐ Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração ☐.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a contratação temporária em caráter emergencial de um profissional para exercer a função de Cuidadora no Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock pelo prazo de 04 (quatro) meses.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de outubro de 2014.

José Constante

Presidente do CIM-AMAVI

## CIMCATARINA

### Edital Nº 0004\_2014 - Colegiado de Compras

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0004/2014

COLEGIADO DE COMPRAS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

A Presidente do Colegiado de Compras do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Srta. Poliana Haas, no uso de suas atribuições, CONVOCA todos os membros do Colegiado e representantes dos Municípios Consorciados para a REUNIÃO ORDINÁRIA, a ser realizada na sede do Consórcio, sito à Rua Nereu Ramos, n. 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Fraiburgo, SC, em data de 22 de outubro de 2014 em primeira convocação as 13:30hs, para tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia:

- I. Resultado do Processo administrativo Licitatório referente serviços de telefonia Móvel;
- II. Licitação compartilhada do kit escolar;
- III. Licitação compartilhada de equipamentos infantil;
- IV. Tratamento das inadimplências dos Municípios;
- V. Assuntos gerais sobre compras e licitações.

Fraiburgo SC, 13 de outubro de 2014.

POLIANA HAAS

Presidente do Colegiado de Compras do CIMCATARINA

## CIS NORDESTE

### Resolução Nº 15/2014

RESOLUÇÃO Nº 15/2014, DE 19 DE AGOSTO DE 2014.

Autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar

Eu, Mário Fernando Reinke, dentro das prerrogativas a mim conferidas, na condição de Presidente do Conselho de Administração do CISNORDESTE/SC - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina, conforme deliberado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 19/08/2014, no uso de suas atribuições e na forma do Contrato de Consórcio

Público,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente do CISNORDESTE/SC, nas seguintes classificações funcionais programáticas:

Funcionais Programáticas	Nome do Projeto/Atividade	Fonte de Recursos	Modalidade de Aplicação	Valor R\$
01.01.04.122.0001.2.0000001	Manutenção das Atividades do Consórcio	102	3.3.3.9.0.	100.000,00
Total				R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para fazer face às despesas mencionadas no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, conforme inciso 2º, §1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua emissão.

Joinville/SC, 19 de agosto de 2014.

Mário Fernando Reinke

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

### Aditamento Nº 01

ADITAMENTO Nº 01

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2014-CISNORDESTE/SC

REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2014-CISNORDESTE/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2014

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE/SC Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 03.222.337/0001-31, com sede na Rua Max Colin, nº 1843, Bairro América, CEP 89.204-635, em Joinville, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Mário Fernando Reinke, Prefeito do Município de Massaranduba, no uso de suas atribuições, previstas no art. 4º, § 1º, inciso II da Resolução nº 02/2014-CISNORDESTE/SC, comunica aos licitantes da inclusão do Anexo X ao Edital, convocando aos licitantes para complementação da documentação de habilitação técnica, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da publicação deste aditivo, mediante a apresentação da Declaração conforme modelo, com firma reconhecida.

Joinville (SC), 14 de outubro de 2014

MÁRIO FERNANDO REINKE

Presidente do CISNORDESTE/SC

ANEXO X

DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

\_\_\_\_\_ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMERCIAL) \_\_\_\_\_, declara, sob as penas do art. 299 do Código Penal que:



- a) Caso tenha cotado medicamentos sujeitos a controle especial, possui a Autorização de Funcionamento válida ou protocolo de renovação de autorização de funcionamento do ano anterior;
- b) Os laboratórios dos medicamentos ofertados possuem Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle para linha de produção/forma farmacêutica, emitido pela autoridade sanitária brasileira - ANVISA - inclusive para o produto importado - válidos ou com protocolo de renovação de autorização de funcionamento do ano anterior;
- c) Os produtos ofertados possuem Registro junto ao Ministério da Saúde válidos ou, se vencidos, com protocolo de renovação.

\_\_\_\_ <CIDADE> \_\_\_\_\_ ( UF ), \_\_\_\_ < DATA> \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da empresa com firma reconhecida

Carimbo do CNPJ:

## CIS/AMMVI

### Concurso Público Nº 01/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, torna público a abertura de CONCURSO PÚBLICO destinado a prover vagas de emprego público de Agente Administrativo, como segue:

DAS VAGAS, DENOMINAÇÃO DOS EMPREGOS, CONDIÇÕES E REQUISITOS:

nº de vagas	Denominação	Carga horária semanal	Salário/mês R\$	Requisitos
02	Agente Administrativo	40 h	2.167,88	Ensino Médio completo

#### DA INSCRIÇÃO:

No período de 15 a 29 de Outubro de 2014, exclusivamente via internet, através do site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br), na forma e condições estabelecidas no Edital.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS:

Informações relativas ao Concurso serão prestadas no horário das 08:30 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:30 horas, na sede administrativa do CISAMVI e da AMMVI, na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800. A integral do Edital encontra-se a disposição na sede e na home page da AMMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)) e no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br).

Blumenau, em 13 de Outubro de 2014.

Hartwig Persuhn                      Carlos Cesar da Silva  
Presidente do CISAMVI              Diretor Executivo do CISAMVI

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, constituído sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, com sede administrativa na Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800, torna público a abertura de CONCURSO PÚBLICO destinado a prover vagas de emprego público de Agente Administrativo, o qual reger-se-á de acordo com as instruções deste Edital.

### 1 - DA DENOMINAÇÃO, HABILITAÇÃO, CARGA HORÁRIA E SALÁRIO:

1.1 - A descrição mínima, vagas, carga horária semanal e salário inicial dos empregos públicos objeto do Concurso Público nº 01/2014, obedece ao abaixo exposto:

EMPREGOS PÚBLICOS DO QUADRO DE PESSOAL DO CISAMVI			
nº de vagas	Denominação	Carga horária semanal	Salário/mês R\$
02	Agente Administrativo	40 h	2.167,88

1.2 - O presente Concurso será realizado mediante aplicação de prova escrita.

1.3 - São requisitos básicos para ingresso no CISAMVI:

- a) nacionalidade brasileira;
- b) gozo dos direitos políticos;
- c) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho, conforme itens 1.4 e 1.5;
- e) idade mínima de 18 anos;
- f) aptidão física e mental;
- g) possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CISAMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 5º do art. 47 do Estatuto (disponível em [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br));
- h) pagamento de preço público para inscrição e/ou deferimento da isenção.

1.4 - Os requisitos relativos às alíneas "a", "b", "c" e "f", à escolaridade, e os demais requisitos ou habilitações exigidas deverão ser comprovados no ato da posse, sob pena de revogação do ato de provimento e desclassificação do candidato, além da convocação do sucessor imediato na ordem de classificação, para assunção da vaga. O candidato aprovado que assumir o emprego deverá se submeter a contrato de experiência, por noventa dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público, conforme Regulamento de Pessoal.

1.5 - São requisitos para posse, além daqueles estabelecidos nos itens anteriores deste Edital:

Emprego Público	Habilitação necessária para a Posse
Agente Administrativo	Ensino Médio completo

### 2 - DA DIVULGAÇÃO:

2.1 - A divulgação oficial do Edital de CONCURSO PÚBLICO nº 01/2014 será efetuada através de publicação na íntegra no site oficial do CISAMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)), no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) e no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), bem como, na forma de extrato, em Jornal de circulação regional.

2.2 - A integral do Edital será encaminhada aos departamentos e/ou setores de Recursos Humanos das Prefeituras dos Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó para conhecimento e divulgação pelos meios regulamentares.

### 3 - DA INSCRIÇÃO:

3.1 - Para participar do Concurso Público nº 01/2014 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital



que declara conhecer e concordar, bem como se compromete a conhecer quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados no site oficial do CISAMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)), no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) e no Diário Oficial dos Municípios, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.2 - As inscrições serão efetuadas exclusivamente via internet, através do site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br), no período informado no ANEXO III deste edital.

3.3 - São de inteira responsabilidade do candidato os dados informados no ato da sua inscrição, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição e demais formulários exigidos para a participação no presente Concurso Público.

3.3.1 - Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser comunicada via protocolo no CISAMVI, pelo próprio candidato.

3.4 - O valor para inscrição no Concurso Público nº 01/2014 será de R\$ 40,00 (quarenta reais) para o emprego com habilitação de escolaridade no nível médio e de R\$ 60,00 (sessenta reais) para o emprego com habilitação de escolaridade de nível superior, conforme art. 31 do Regulamento de Pessoal do CISAMVI, ressalvadas as hipóteses de isenção nele previstas.

3.5 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

a) Acessar o site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) durante o período de inscrição, descrito no item 3.2 deste edital;

b) - Localizar, no site, o "link" correlato ao Concurso Público / Concurso Público do CISAMVI;

c) Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo emprego público para o qual pretende concorrer;

d) Imprimir o boleto bancário;

e) Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto, autenticando-o em qualquer agência da rede bancária no valor do preço público da inscrição, até a data de encerramento das inscrições; ou, apresentar requerimento de isenção devidamente instruído com os documentos comprobatórios da condição, conforme item 3.7 e subitens.

3.5.1 - Para o pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição. Prestar atenção para o horário bancário.

3.5.2 - O candidato que não tiver acesso à internet ou tenha dificuldade para realizar sua inscrição, terá a seu dispor terminal com internet e pessoal treinado para ajudar na inscrição, no período acima compreendido, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 14h00min às 16h30min, junto a sede do CISAMVI, sito a Rua Alberto Stein, 466, Velha, Blumenau - SC, Fone (47) 3331-5800.

3.5.3 - O não pagamento da taxa de inscrição até o vencimento previsto no boleto implica na não efetivação da inscrição, com o consequente cancelamento desta.

3.5.4 - Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do emprego público, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.6 - É, única e exclusivamente, responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público, cuja divulgação será feita no site do CISAMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)), no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) e no DOM/SC.

3.7 - Ficam isentos do pagamento do preço público para inscrição no Concurso Público nº 01/2014 do CISAMVI os candidatos comprovadamente doadores de sangue, atendidas as condições estabelecidas nos subitens abaixo.

3.7.1 - Considera-se, para enquadramento ao benefício previsto neste item, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.

3.7.2 - A comprovação da qualidade de doador de sangue será efetuada através da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, que deverá instruir requerimento de pedido de isenção a ser protocolado na sede do CISAMVI até a data de término das inscrições.

3.7.3 - O documento previsto no subitem anterior deverá discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferiores a três (03) vezes nos doze (12) meses imediatamente anteriores à abertura do prazo de inscrição para este Concurso.

3.7.4 - O candidato que requerer o benefício deverá inscrever-se normalmente no Concurso Público, via internet, entretanto sendo comprovada a qualidade de doador, nos termos do edital, e deferida a isenção, não precisará pagar o boleto bancário.

#### 4 - DA DATA E DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

4.1 - As provas para os empregos públicos que trata este edital serão realizadas na data prevista no Anexo III, com início às 14h30min, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Unidade de Ensino identificada no edital de homologação das inscrições, com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.1.

4.2 - O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de vinte (20) minutos do horário fixado, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.

4.3 - Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.

4.4 - As provas objetivas terão a duração conjunta de 03h30min (três horas e trinta minutos), incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

4.5 - O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

4.6 - Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.

b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.

c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.

d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico predeterminados.

4.7 - Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova, durante a realização das provas, salvo o previsto no item 11.7 do edital.

4.8 - Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo esta em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; O candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Concurso Público.

4.9 - Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

4.10 - Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar.

4.11 - Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Concurso Público.

4.12 - Será também, eliminado do Concurso Público o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização;
- Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes;
- Proceder de forma a tumultuar a realização das provas;
- Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio;
- Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

4.13 - Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

4.14 - Na hipótese de candidata lactante, será facultada a possibilidade de amamentar o filho durante a realização da prova, sem qualquer suspensão ou acréscimo ao tempo de prova, desde que leve um acompanhante, o qual será responsável pela criança e permanecerá em outro ambiente.

## 5 - DAS PROVAS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

5.1 - Serão considerados aprovados, os candidatos que alcançarem, no mínimo, 5,0 (cinco) pontos na nota final da prova escrita.

5.2 - Para os empregos de que trata este edital, a avaliação deste Concurso Público constará de prova escrita objetiva (classificatória).

5.3 - A prova escrita será sem consulta, envolvendo conhecimento das disciplinas de Língua Portuguesa/Interpretação de texto, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo apenas uma correta, conforme segue:

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	PONTUAÇÃO	
		INDIVIDUAL	TOTAL
Língua Portuguesa/Interpretação de texto	12	0,10	1,20
Matemática	12	0,10	1,20
Conhecimentos Gerais	06	0,10	0,60

Conhecimentos Específicos do Emprego	20	0,35	7,00
TOTAL	50	--	10,00

5.4 - Os conteúdos programáticos das provas escritas encontram-se no Anexo I deste Edital.

5.5 - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final na(s) prova(s), serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I - que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado, ou seja, nas questões de "conhecimentos específicos do emprego";

II - que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento;

III - que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

5.5.1 - Os critérios de desempate de que trata este item (5.5) será aplicado sucessivamente na ordem dos incisos anteriores, prevalecendo o critério do inciso I sobre o do inciso II e o deste sobre aquele do Inciso III, respectivamente.

5.6 - Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita.

5.7 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

## 6 - DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DOS RECURSOS:

6.1 - O gabarito oficial da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, no site oficial do CISAMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)) e no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br).

6.2 - Quanto ao gabarito divulgado, caberá pedido de recurso, desde que devidamente fundamentado, protocolado junto ao CISAMVI, no prazo máximo de dois dias úteis, conforme previsto no Anexo III deste Edital.

6.3 - O recurso deverá ser protocolado na sede do CISAMVI e ainda enviado diretamente para o e-mail [recurso@nubesconcursos.com.br](mailto:recurso@nubesconcursos.com.br), com as seguintes especificações:

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Emprego para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

6.3.1 - Os recursos deverão conter também o endereço completo para correspondência, e será dirigido à Comissão Técnica, que decidirá sobre este no prazo de dois dias úteis.

6.3.2 - Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e se pago o preço público de preparo.

6.3.3 - O preço público instituído pela Resolução nº 83, de 29/07/14 (Regulamento do Quadro de Pessoal do CISAMVI), para recurso de revisão de provas em Concurso Público, corresponde a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição

do candidato.

6.3.4 - O pagamento do preço público para recurso de revisão de provas é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

6.4 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

6.5 - Não serão aceitos recursos encaminhados via fax e/ou via eletrônica, devendo ser digitado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

6.6 - Os recursos inconsistentes serão indeferidos e os encaminhados fora dos prazos serão desconsiderados.

6.7 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

6.8 - A(s) resposta(s) do(s) recurso(s) ficará(ão) a disposição do candidato, que deverá retirá-la junto a Comissão Especial, no CISAMVI. A Comissão Especial constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

6.9 - Se da análise do recurso resultar anulação da(s) questão(ões), o(s) pontos referente(s) a(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos.

#### 7 - DO RESULTADO:

7.1 - A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através de publicação no site oficial do CISAMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)), no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) e no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2 - Quanto à classificação divulgada, caberá pedido de recurso, no prazo de dois dias úteis, desde que devidamente fundamentado, à Comissão Especial, no prazo máximo estabelecido no Anexo III deste Edital.

7.2.1 - Os recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço completo para correspondência, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido à Comissão Especial que decidirá sobre este no prazo de dois dias úteis.

7.2.2 - Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e se pago o preço público de preparo.

7.2.3 - O preço público para recurso corresponde a 50% (cinquenta por cento) daquele estabelecido para a inscrição do candidato.

7.2.4 - O pagamento do preço público para recurso é condição indispensável para conhecimento do recurso, ficando a cargo do recorrente seu recolhimento antes do protocolo do recurso, bem como sua comprovação junto às razões de recurso.

7.3 - A resposta do recurso ficará a disposição do candidato, que poderá retirá-la junto a Comissão Especial, na sede do CISAMVI.

7.4 - Após análise dos recursos será publicado o resultado final no

site oficial do CISAMVI ([www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)), no site [www.nubesconcursos.com.br](http://www.nubesconcursos.com.br) e no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

7.5 - A Comissão Especial, coordenadora do Concurso Público, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

#### 8 - DAS VAGAS:

8.1 - O(s) candidato(s) selecionado(s) será(ão) chamado(s) individualmente, através de AR, contato telefônico ou meio eletrônico, conforme o caso, de acordo com as necessidades do CISAMVI, observado o prazo de validade do Concurso Público.

8.2 - O candidato classificado que não apresentar-se na data e horário estabelecido, e/ou não atender a convocação para tomar posse no emprego, perderá a vez para os candidatos subsequentes, independentemente da assinatura de termo de desistência.

8.3 - O candidato que se recusar a entrar em exercício no emprego no local indicado, após a posse, terá o ato de contratação revogado, perdendo a vaga conquistada no Concurso Público.

8.4 - Não será permitida troca de vagas entre os candidatos.

#### 9 - DA ADMISSÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS:

9.1 - A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 7 (sete) deste Edital.

9.2 - No ato da posse será exigido original (ou cópia autenticada em cartório, no caso de posse por procurador) da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor com comprovante de regularidade (comprovante de votação ou justificativa da última eleição), Certificado de Reservista (sexo masculino), CNH, duas fotos 3x4 coloridas, comprovante de escolaridade, comprovante de residência e, em caso de deficiência, declaração médica expressando ser compatível a deficiência com as atribuições do emprego público pretendido.

9.3 - Caso o candidato convocado para assumir o emprego público não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, o CISAMVI convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo emprego.

9.4 - Para todas as admissões é obrigatório o exame médico admissional. Os candidatos serão avaliados com os conceitos "Apto" ou "Inapto", sendo considerados aprovados para contratação os candidatos que obtiverem conceito "Apto".

9.5 - Os candidatos admitidos deverão possuir e/ou abrir conta corrente no Banco do Brasil, para depósito da remuneração salarial.

9.6 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego público, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 15 (quinze) da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.

9.7 - Toda documentação deve ser entregue e os exames admissionais realizados com êxito no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogáveis por igual período mediante requerimento justificado, sob pena de revogação do ato e perda da vaga.

**10 - DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO E DA HOMOLOGAÇÃO:**

10.1 - O prazo de validade do concurso será de 02 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

10.2 - A homologação do Concurso Público se dará após o decurso do prazo recursal da classificação ou após o julgamento dos recursos recebidos, através de publicação na imprensa oficial.

**11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Concurso Público.

11.1.1 - As atribuições dos empregos ofertados neste Concurso Público constam do Estatuto do CISAMVI e do regulamento do Quadro de Pessoal disponível no site [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br).

11.1.2 - A aprovação em concurso não cria o direito à nomeação, mas esta, quando se der, respeitará a ordem de classificação dos candidatos.

11.1.3 - Os candidatos aprovados neste concurso e nomeados para emprego público efetivo ficarão submetidos ao Regime Jurídico Trabalhista (Celetista) e ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS), bem como ao Estatuto do CISAMVI e seu Regulamento do Quadro de Pessoal, com cumprimento de Contrato de Experiência por período de noventa (90) dias, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho do emprego público.

11.1.4 - Preenchidas as vagas deste Concurso, e abertas outras, por resolução, para os mesmos empregos públicos, dentro do seu prazo de validade, serão preenchidas pelos candidatos aprovados, se ainda houver, conforme a classificação.

11.2 - Durante a vigência deste Edital o candidato classificado deverá manter seu endereço e número telefônico devidamente atualizado, protocolando comunicação das alterações junto a sede do CISAMVI.

11.3 - Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.

11.4 - Fica delegado competência à COMISSÃO ESPECIAL, designada pela Resolução nº 87, de 09/10/2014, para coordenar e controlar todas as etapas do presente Concurso.

11.5 - Fica delegado competência à COMISSÃO TÉCNICA, constituída pela Resolução nº 88, de 09/10/2014, para elaborar, aplicar, julgar, avaliar e rever as provas do presente Concurso, direta ou indiretamente.

11.6 - Decorrido o prazo prescricional (cinco anos) da homologação do Concurso Público, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, de posse da Comissão Técnica, mantendo-se, entretanto, em arquivo o processo administrativo do Concurso Público e os registros do CISAMVI a ele referentes.

11.7 - Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitarem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando claramente os recursos necessários para a realização das provas.

11.8 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo I - Conteúdos Programáticos das Provas Escritas.

b) Anexo II - Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova.

c) Anexo III - Cronograma do Concurso Público.

11.9 - Os candidatos poderão ter acesso ao Estatuto do CISAMVI, ao Regulamento do Quadro de Pessoal e as demais Resoluções citadas neste Edital, via internet, no site [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br).

11.10 - Os casos omissos serão resolvidos pelo CISAMVI, de acordo com a legislação vigente.

Blumenau, em 13 de Outubro de 2014.

Hartwig Persuhn

Carlos Cesar da Silva

Presidente do CISAMVI

Diretor Executivo do CISAMVI

**ANEXO I****CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA****PARA O EMPREGO DE NÍVEL MÉDIO**

a - PORTUGUÊS - Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Emprego da Estrutura, formação e classes de palavras. Emprego do sinal indicativo de crase. Sintaxe da oração e do período. Pontuação. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Significação literal e contextual de vocábulos. Análise sintática: sujeito, termos ligados ao nome e termos ligados ao verbo. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos e correspondência oficial.

b - MATEMÁTICA - Números: naturais, inteiros, racionais e reais. Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Divisibilidade: Mínimo Múltiplo Comum e Máximo Divisor Comum. Números fracionários e números decimais, dízimas periódicas. Média aritmética simples e ponderada. Equações do 1º grau, sistema de equação de 1º grau, problemas do 1º grau; Equações e inequações de primeiro e segundo graus, logarítmicas, exponenciais e trigonométricas. Razão e proporção; Regra de três simples e composta. Porcentagem; Juros. Probabilidade. Equações do 2º grau. Juros simples e compostos. Moeda, câmbio, títulos e valores.

c - CONHECIMENTOS GERAIS (CULTURA, CIDADANIA E INFORMÁTICA) - Políticas públicas. Tópicos atuais, relevantes e amplamente divulgados, em áreas diversificadas, tais como: política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas. Fundamentos históricos, geográficos, econômicos, políticos e atuais do Mundo, do Brasil, de Santa Catarina e dos municípios do Médio Vale do Itajaí. Noções de Informática: Sistema operacional Windows. Noções do ambiente Microsoft Office (Power Point, Word e Excel). Conceitos relacionados à Internet.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA EMPREGO)**

AGENTE ADMINISTRATIVO: Consórcios Públicos na Constituição Federal. Lei Federal nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007. Licitações e Contratos Administrativos - Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02. Orçamento Público e Controles - Lei Federal nº 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00);



Obs.: Legislação disponível in [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

## ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

### REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

\_\_\_\_\_, inscrito(a) ao Concurso Público nº 01/2014 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, inscrição nº \_\_\_\_\_, concorrendo ao emprego público de \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, edodocumentodeidentidadenº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP. \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas, conforme item 11.7 do presente Edital:

(Assinale a sua opção)

1) ( ) Prova Ampliada

Fonte nº \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) Leitura de Prova

4) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Blumenau, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do(a) Candidato(a)

## ANEXO III - CRONOGRAMA CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

DATA PREVISTA	ATO
14 e 15/10/2014	Publicação do Edital
15 a 29/10/2014	Período de inscrições
31/10/2014	Homologação provisória das inscrições
03 e 04/11/2014	Prazo para recurso contra não homologação da inscrição
07/11/2014	Homologação final das inscrições
16/11/2014	Data das provas escritas
17/11/2014	Publicação do gabarito oficial
18 e 19/11/2014	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório
24/11/2014	Publicação do gabarito oficial retificado, se for o caso, e publicação da classificação provisória
25 e 26/11/2014	Prazo para recursos contra a classificação provisória
01/12/2014	Publicação do resultado final do Concurso Público nº 001/2014
02/12/2014	Homologação do Concurso Público nº 001/2014

Obs.: Cronograma sujeito a alterações, divulgadas pelos meios previstos no Item 2.1 do presente edital.

## Resolução Nº 88, de 09/10/2014.

RESOLUÇÃO nº 88, de 09/10/2014.

Constitui Comissão Técnica do Concurso Público nº 01/2014.

Hartwig Persuhn, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios consorciados, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CISAMVI, e com fundamento no artigo 17 do Regulamento do Quadro de Pessoal, aprovado pela Resolução nº 83, de 29/07/14, resolve:

### CONSTITUIR:

Comissão Técnica que se responsabilizará pela elaboração, aplicação e correção das provas do Concurso Público nº 01/2014 do CISAMVI, bem como pelo assessoramento no julgamento de eventuais recursos relacionados às provas, composta pelos seguintes membros:

NOME	CPF nº
Adamir Isidoro Kolacki	620.869.109-59
Grace Jennifer Trautmann Ratzmann	636.640.203-59
Márcio João de Figueiredo	023.233.639-86

Blumenau, SC, em 09 de outubro de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Presidente do CISAMVI